

ISSN 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ABR./JUN. 2025

V. 33 – N. 2



REVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITOR: Alessandro Fernandes Moreira; VICE-REITORA: Alamanda Kfoury Pereira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sandra Gualberto Bianchet; VICE-DIRETOR: Lorenzo Teixeira Vitral

Editora-chefe

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Organizadores convidados do Dossiê: Narrativas de teor testemunhal como discursos de resistência

GlauCIA Muniz Proença Lara (UFMG); Luciano Magnoni Tocaia (UFMG); Maria Alejandra Vitale (UBA)

Editor de Arte

Emerson Eller

Projeto Gráfico

Stéphanie Paes

Secretaria

Ana Clara Marques, Ash Freitas de Almeida

Revisão e normalização

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG), Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Diagramação

Izabelly Silva Duque

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM



Rev. Est. Ling. | Belo Horizonte | v. 33 | n. 2 | abr./jun. 2025 | 350 p. | e-ISSN 2237-2083



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Indexadores

Diadorim [Brazil]
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]
EBSCO [USA]
EuroPub [England]
JournalSeek [USA]
Latindex [Mexico]
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]
MLA Bibliography [USA]
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]
Portal CAPES [Brazil]
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]
Web of Science [USA]
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)
1994 Publicação interrompida
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)
1998 v.7, n.1 (jan/jun)
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.lettras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

Apresentação

- 9 Narrativa, testemunho e resistência: articulações e tensões conceituais no campo dos estudos do discurso
Narrative, Testimony, and Resistance: Conceptual Articulations and Tensions in the Field of Discourse Studies
Glaucia Muniz Proença Lara; Luciano Magnoni Tocaia; Maria Alejandra Vitale

Dossiê: Narrativas de teor testemunhal como discursos de resistência

- 25 O incommunicável como mecanismo de resistência na esfera do discurso testemunhal da catástrofe histórica
The Incommunicable as a Mechanism of Resistance in the Sphere of Testimonial Discourse on Historical Catastrophe
Adriana Elisa Inácio
- 44 Da memória à narrativa testemunhal: o jornal *A Sirene* como discurso de resistência à mineração
From Memory to Testimonial Narrative: An Analysis of A Sirene Newspaper as a Discourse of Resistance Against Mining
Paulo Henrique Aguiar Mendes; Flávia Aparecida Ribeiro Soares

- 73 O funcionamento do discurso de testemunho: relato de um percurso de pesquisa
The Functioning of Testimonial Discourse: A Report on a Research Trajectory
 Agnaldo Almeida
- 90 (Re)memorar para resistir: o crime da *Praia dos Ossos*
(Re)membering to Resist: The Crime of Praia dos Ossos
 Helcira Maria Rodrigues de Lima
- 110 Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua
Streetology and Boca de Rua's Communication Knowledge
 Arthur Walber Viana
- 142 Porto Rico e a coragem da verdade: uma análise discursiva do minidocumentário “El apagón – Aquí vive gente”
Puerto Rico and Fearless Speech: A Discursive Analysis of the Mini-Documentary “El apagón – Aquí vive gente”
 João Paulo Santos Batista; Maria Graziela Correia dos Santos; Jocenilson Ribeiro
- 163 “Ocupar e resistir”: vozes que testemunham uma resistência
“Occupy and Resist”: Voices that Witness a Resistance
 Marinazia Cordeiro Pinto
- 182 Testemunhos de sujeitos-professores de línguas: dizeres sobre o Novo Ensino Médio e seus itinerários
Testimonies of Language Teachers: Utterances about the New Brazilian High School and its Pathways
 Irene Cristina Kohler; Ângela Derlise Stübe
- 199 A narrativa testemunhal como resistência política na jornada de Rudolf Brazda, homossexual deportado para o campo nazista de Buchenwald
The Testimonial Narrative as a Political Resistance in the Journey of Rudolf Brazda, Homosexual Deported to the Buchenwald Camp
 Fábio Ávila Arcanjo
- 220 Afeto, pós-memória e resistência no discurso testemunhal: uma análise linguístico discursiva do relato de Nair Kobashi
Affect, Postmemory, and Resistance in Testimonial Discourse: A Linguistic-Discursive Analysis of Nair Kobashi's Testimony
 Raquel Abreu-Aoki; Andréa Machado de Almeida Mattos
- 236 *Ethos* discursivo em *Atos Humanos*: memória, resistência e teor testemunhal na obra de Han Kang
Discursive Ethos in Human Acts: Memory, Resistance, and Testimonial Content in Han Kang's Work
 Tielly dos Reis Gomes; Rafael de Souza Timmermann; Ana Lília Carvalho Rocha

- 258 A condição feminina nos relatos de tortura sexual às Comissões da Verdade no Brasil e na África do Sul
The Feminine Condition of Sexual Violence in Testimonies to the Truth Commissions in Brazil and South Africa
Giovana Martins de Castro Marchese; Camila Cristina de Oliveira Alves; Rehema Bona Abiyo
- 276 Entretecer as vozes da cura: uma leitura de *Desterros: histórias de um hospital-prisão*, de Natalia Timerman
Weaving the Voices of Healing: A Reading of Exiles: Stories From a Prison Hospital, by Natalia Timerman
Luciana Paiva de Vilhena Leite
- 289 Relações raciais, psicanálise, discurso e o legado quatro autoras negras brasileiras
Racial Relations, Psychoanalysis, Discourse and the Legacy of Four Black Brazilian Authors
Cecilia de Aquino Barbosa; Amana Rocha Mattos
- 318 Minando a resistência: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração
Undermining Resistance: Corporate Discourse as a Silencing Strategy in Mining Territory
Ana Vitória Alkmim de Souza Lima; Janaína Alves More

Apresentação

Narrativa, testemunho e resistência: articulações e tensões conceituais no campo dos estudos do discurso

Narrative, Testimony, and Resistance: Conceptual Articulations and Tensions in the Field of Discourse Studies

Glaucia Muniz Proença Lara

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
gmplara@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3813-1850>

Luciano Magnoni Tocaia

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
lucianotocaia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1259-2045>

Maria Alejandra Vitale

Universidad de Buenos Aires (UBA)
Ciudad de Buenos Aires | AR
alejandravitale@filo.uba.ar
<https://orcid.org/0000-0002-2746-4070>

Resumo: O presente número temático engloba quinze artigos de pesquisadores vinculados a diferentes instituições, os quais desenvolvem pesquisas, com base em abordagens teórico-metodológicas de natureza discursiva, que apresentam reflexões e/ou análises sobre narrativas de teor testemunhal, pensadas como uma possibilidade de resistência ao discurso hegemônico vigente. Privilegiar a narrativa como modo de organização do discurso permite destacar sua relação intrínseca com a dimensão temporal e com o agir humano, implicando, pois, sujeitos/narradores que, ao recuperarem, no presente da enunciação, marcas de um passado vivido ou presenciado, colocam-se como fiadores do que é dito e, ao mesmo tempo, contribuem para desestabilizar e questionar o discurso oficial, podendo contrapor-se ao negacionismo (esquecer/apagar o passado), ao silenciamento, à invisibilização social e aos estereótipos atribuídos a certos grupos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, as análises e/ou reflexões empreendidas pelos autores dos artigos possibilitam apreender e aprofundar as articulações e tensões que atravessam os conceitos de narrativa, testemunho e resistência, lançando novas luzes sobre eles e colaborando, dessa forma, para sua compreensão no campo dos estudos do discurso.

Palavras-chave: testemunho; resistência; narrativa; estudos do discurso.

Abstract: This thematic issue includes fifteen articles by researchers from different institutions who, based on theoretical and methodological approaches of a dis-



cursive nature, develop reflections and/or analyses on testimonial narratives, conceived as a possibility of resistance to the prevailing hegemonic discourse. Privileging narrative as a mode of discourse organization allows us to highlight its intrinsic relationship with the temporal dimension and with human action, thus implying subjects/narrators who, by recovering, in the present of the enunciation, marks of a past lived or witnessed, place themselves as guarantors of what is said and, at the same time, contribute to destabilizing and questioning the official discourse, being able to counteract denialism (forgetting/erasing the past), silencing, social invisibility, and stereotypes attributed to certain groups in situations of vulnerability. In this context, the analyses and/or reflections undertaken by the authors of the articles that address these issues make it possible to grasp and deepen the articulations and tensions that run through the concepts of narrative, testimony, and resistance, shedding new light on them and thus contributing to their understanding in the field of discourse studies.

Keywords: testimony; resistance; narrative; discourse studies.

1 Introdução

A ideia central deste dossiê temático surgiu a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa interinstitucional intitulado *Témoignage et discours de résistance: un point de vue multidisciplinaire, au croisement des sciences du langage* (Testemunho e discurso de resistência: um ponto de vista multidisciplinar no âmbito das ciências da linguagem), firmado entre o NAD (Núcleo de Análise do Discurso) da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Brasil) e o Laboratório de Pesquisa LT2D (Lexique, Textes, Discours, Dictionnaires) da CY Cergy Paris Université (França), no quadro de um acordo de cooperação internacional entre as duas universidades entre 2019 e 2024, atualmente em fase de renovação.

Nesse projeto específico, o interesse foi investigar de que maneira o testemunho se constitui como prática discursiva de resistência, sobretudo nas esferas política e social. Assim, pesquisadores brasileiros e franceses das instituições parceiras debruçaram-se sobre discursos totalitários, negacionistas, preconceituosos, racistas, de ódio, entre outros, veiculados por meio de variadas manifestações languageiras – orais, escritas, icônicas, audiovisuais, entre outras –, buscando não apenas apreender e mapear as formas discursivas ou textuais do testemunho, mas também mobilizar diferentes quadros teóricos (enunciativo, retórico,

argumentativo) dos estudos do discurso, de modo a promover o diálogo entre perspectivas diversas e favorecer uma abordagem plural do testemunho como discurso de resistência.

Como desdobramento desse trabalho, concretizaram-se duas publicações de dossiês temáticos: uma, na França, em 2025, na Revue Sémio-linguistique des textes et discours (Semen), número 57, intitulada *Le témoignage: résistance politique et sociétale* (O testemunho: resistência política e societal), e outra, agora, no Brasil, na Revista de Estudos da Linguagem (Relin), dedicada ao tema “Narrativa, Testemunho e Resistência: articulações e tensões conceituais no campo dos estudos do discurso”. Em linhas gerais, como o próprio título do dossiê brasileiro já deixa antever, buscou-se reunir pesquisadores que, com base em diferentes abordagens teórico-metodológicas de natureza discursiva, refletem sobre/analisa narrativas – em diferentes domínios, gêneros e suportes – que, ao assumirem um viés testemunhal, funcionam, ao mesmo tempo, como (contra)discursos de resistência.

Mas, de que forma podemos pensar esses três conceitos – narrativa, testemunho, (discurso de) resistência – e articulá-los em um todo coerente? É nesse horizonte que se inscreve o presente dossiê, ao agregar contribuições resultantes desse diálogo (inter) nacional e buscar aprofundar as articulações e tensões conceituais entre narrativa, testemunho e resistência no campo dos estudos do discurso, como se mostrará a seguir.

2 A narrativa: entre o vivido e o contado

Salmon (2007) afirma que a narrativa é uma forma de contar as histórias importantes da/para a humanidade que existe desde os tempos das pinturas rupestres dos homens das cavernas. Também Charaudeau (2019, p. 154), ao se perguntar qual a finalidade da atividade linguageira do “contar” (uma história, uma narrativa), admite que tal atividade reflete a busca constante e infinita do homem por respostas a perguntas fundamentais do tipo: “Quem somos? qual é a nossa origem? qual é o nosso destino?”. Constatamos, portanto, que o contar/narrar acompanha a própria história da humanidade.

A partir da 2ª metade da década de 1990, particularmente nos Estados Unidos, houve uma espécie de “renascimento do *storytelling*”, conhecendo essa forma de comunicação um estrondoso sucesso (Salmon, 2007, p. 8). Nesse sentido, podemos dizer que temos assistido, sobretudo nas últimas décadas, a uma “disputa” de narrativas, que, não raro, criam polarizações ideológicas e que vão da discussão de assuntos mais remotos, como o Holocausto e a ditadura civil-militar brasileira, ao atual conflito Israel/Palestina, passando por questões de vacinação contra a Covid-19 e do aquecimento global, para citarmos apenas alguns exemplos. Nesse caso, vence a narrativa que é mais repetida e aceita socialmente, independentemente dos “fatos brutos”, o que, paralelamente, remete à desinformação e às *fake news*.

No entanto, não é esse tipo de narrativa que nos interessa neste momento, mas o que poderíamos chamar de “narrativas sensíveis”, ou seja, aquelas em que experiências são compartilhadas por intermédio de histórias (singulares) contadas por sujeitos que se colocam como “fiadores” do que é dito. Como admite Paul Ricœur (1983), citado por Nossik (2014), narrar é uma “operação de configuração” que permite proceder à transformação de uma multiplicidade de eventos pontuais e heterogêneos numa história coerente e significativa.

Machado e Melo (2016), retomando o trabalho de Bruner (2005), afirmam que nossa vida é rodeada por narrativas que nos parecem tão naturais como a própria linguagem. Em

outras palavras, contamos e ouvimos narrativas a todo momento, sejam elas verdadeiras ou inventadas, sejam elas reais ou tenham um ar de realidade. Essa “onipresença” da narrativa em nossas vidas leva Bruner a se indagar se seria mesmo necessário escrever um livro tratando de algo que nos é tão evidente.¹ Respondendo à pergunta de Bruner, as autoras admitem que é, sim, necessário ainda falar sobre as narrativas dada “essa sede de contar histórias que existe em cada um de nós” (Machado; Melo, 2016, p. 8), o que justifica, de acordo com elas, a importância de se compor uma coletânea que reúna artigos sobre narrativas, justificativa que tomamos emprestada para falar também deste dossiê.

No entanto, considerando as diferentes correntes teóricas que vêm se debruçando sobre o “mecanismo complexo da narrativa” (Charaudeau, 2019, p. 152), é preciso assumir um “lugar de fala” que, para nós, é o dos estudos do discurso (em sentido amplo). Mas o que é, afinal, uma narrativa? Que elementos caracterizam um texto para que ele possa ser considerado uma narrativa? Segundo Charaudeau (2019), fazer a descrição de uma sequência de ações não é necessariamente uma narrativa. Na sua opinião,

[p]ara que haja narrativa é necessário um “contador” (que se poderá chamar de *narrador, escritor, testemunha etc.*), investido de uma intencionalidade,² isto é, de *querer transmitir alguma coisa* (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de *leitor, ouvinte, espectador etc.*), e isso de uma *certa maneira*, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular à sua narrativa (Charaudeau, 2019, p. 153, grifos do original).

Quando trata dos modos de organização do discurso, o autor assevera que o modo narrativo se caracteriza por uma dupla articulação: 1) “*a organização da lógica narrativa*”, entendida como uma sucessão de ações, segundo uma “lógica acional”, que vai constituir a trama de uma história; 2) “*a organização da encenação narrativa*”, ou seja, daquilo que faz com que uma história, com a sua organização acional, se torne um “*universo narrado*” (Charaudeau, 2019, p. 157-158; grifos do original).

A partir dessa dupla articulação, é possível afirmar que a narrativa mantém uma relação privilegiada com a dimensão temporal e com o agir humano, ao mesmo tempo em que implica uma tensão entre (efeitos de) realidade e (efeitos de) ficção (Charaudeau, 2019; Delory-Momberger, 2016). Nessa perspectiva, contar é uma atividade posterior à existência de uma “realidade passada” (inventada ou não), implicando, simultaneamente, o nascimento de um outro universo: o “universo contado”. Nesse sentido, nada garante que uma dada narrativa possa ser “o reflexo fiel de uma realidade passada”, ainda que ela tenha sido vivida pelo sujeito que (se) conta (Charaudeau, 1992, p. 712-713). Complementando o que diz Charaudeau (1992), Canut e Sow (2014) destacam que uma narrativa não tem um estatuto de “verdade”, no sentido de que o pesquisador deve dar conta de uma realidade fora da linguagem. Isso implica que o discurso constrói sua própria verdade e, por isso, o mais adequado seria falar em *dizer-verdadeiro*, posição que assumimos neste dossiê.

¹ O autor se refere ao livro de sua autoria: *Pourquoi racontons-nous des histoires?* (“Por que contamos histórias?”, em tradução livre).

² Charaudeau (2019) pondera, no entanto, que a intencionalidade não exclui significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário.

Essa questão será retomada na discussão sobre o testemunho, mas adiantamos que, neste dossiê, não estamos privilegiando a narrativa no seu viés histórico ou jurídico, o que, em tese, exigiria uma fidelidade aos fatos, já que “a ficção contamina e dissolve o teor de verdade” daquilo que é dito, fazendo-o perder a sua chancela de “prova” (Seligmann-Silva, 2008, p.71-72). Preferimos, portanto, em consonância com o autor, falar em “narrativa testemunhal”, sem perder de vista a posição de Charaudeau (2019) quanto ao fato de que nela “universo contado” e “realidade passada” não se confundem.³

Ademais, quando se trata de buscar na memória lembranças de um passado mais ou menos remoto que se quer, por alguma razão, (re)contar no *aqui/agora*, é preciso prever a possibilidade – sempre presente – de porosidades e lacunas, o que resulta na produção de uma história complexa e heterogênea (Lara, 2021, 2023; Moreira, 2018).

Assumindo uma posição bastante próxima à de Canut e Sow (2014) e de Charaudeau (2019), Nora (1993) admite que a memória está em constante transformação, sendo, pois, passível não apenas de alterações em seu curso, mas também de esquecimentos. Assim, se o lugar de memória poderia auxiliar quem dele se vale a relembrar um tempo que não existe mais, ou seja, poderia dar vida ao passado, permitindo compreender o próprio presente, não se pode perder de vista que o lembrar jamais trará à tona a vivência real. É preciso ter em mente, portanto, que estamos diante de “uma reconstrução sempre problemática e incompleta” (Nora, 1993, p. 9), que nem por isso perde seu valor como narrativa.

É importante frisar, finalmente, que, apesar de importantes variações que perpassam uma narrativa individual – já que cada sujeito é único e sua experiência e o modo de narrá-la, singulares –, é por meio dela que o sujeito define seu lugar social e sua interação com os outros, o que significa que individual e social andam juntos e se articulam no escopo da narrativa. Inspirados em Halbwachs, podemos dizer, então, que a nossa memória se inscreve na memória do coletivo a que pertencemos, havendo um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais (Turpin; Lara; Tocaia, 2025). Como, então, associar narrativa e memória à questão do testemunho? A seguir, apresentam-se algumas reflexões.

3 O testemunho como prática discursiva

Desde as últimas décadas do século XX, o testemunho vem se consolidando como um objeto discursivo cada vez mais estudado, questionado e problematizado, sendo progressivamente adotado como instrumento de pesquisa nos estudos da linguagem (e sociológicos), em razão do caráter “humano” que confere aos materiais analisados. O interesse em rememorar, narrar e reconfigurar as experiências vividas em meio a discursos considerados opressivos ou injustos, marcados tanto pela invisibilidade social e pela contestação do poder estabelecido quanto pelo negacionismo e pelos estereótipos associados a determinados grupos em situações de vulnerabilidade e exclusão, constitui uma marca característica de dizeres que, ao observar e tratar da vida social, mantêm contato empírico e contemporâneo com aquilo que se pode denominar “documentos humanos” (Tocaia, 2024, p. 3). Trata-se de testemunhos de natureza diversa, produzidos em distintos níveis de distanciamento em relação aos acontecimentos e

³ Não podemos, além disso, perder de vista que uma narrativa pode assumir um caráter eminentemente ficcional, sobretudo quando se trata de gêneros do domínio literário.

resultantes de variadas situações de enunciação, tais como contextos de guerra, de catástrofes e de silenciamento social, manifestados em diferentes suportes – livros, manuscritos, jornais, vídeos –, bem como em situações marcadas por violência, trauma, perseguição, comissões de verdade e justiça, ou outras instâncias nas quais o sujeito é afetado de modo intenso e durável.

Diante disso, a emergência do testemunho como problema teórico-discursivo se impõe. Pensar o conceito de testemunho não é tarefa das mais fáceis, dada a complexidade da trama discursiva na qual se articulam inúmeros registros e abordagens – literária, jurídica, histórica, religiosa, sociológica, antropológica. Inúmeras definições se entrelaçam na tentativa de cercar um objeto que se situa em um cruzamento instável de domínios teóricos, práticas sociais e de linguagem, modos de enunciação, o que dificulta sua fixação como categoria homogênea e sua redução a um formato único e unívoco. Podemos, entretanto, apontar para algumas posições teóricas, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Em primeiro lugar, situados no quadro das ciências da linguagem, consideramos o testemunho como um “ato plurisemiótico e persuasivo, no qual um sujeito torna presente uma experiência passada que viveu ou da qual foi testemunha, assumindo, assim, a responsabilidade pelo que é dito”. (Turpin; Lara; Tocaia, 2025, p. 11). Testemunhar, nessa perspectiva, é uma ação discursiva que não recai única e exclusivamente sobre experiências do passado, mas que busca criar adesão, construir credibilidade, criar efeitos de sentido de convencimento e legitimidade no momento do dizer. O testemunho é, nesse sentido, menos comprometido com a veracidade factual do acontecimento, e mais com o compromisso do sujeito com o ato de testemunhar.

Ainda no mesmo quadro, Christian Plantin (2021), no verbete *Témoignage* de seu *Dictionnaire de l'Argumentation*, define o testemunho como um “ato de linguagem que assume a forma de um argumento de autoridade: a testemunha T diz que P, logo P”, e acrescenta a seguinte sequência para elucidar as condições de produção dos testemunhos:

- A questão Q atualmente discutida está ligada a um evento E relevante para uma comunidade.
 - Os interlocutores centrais da discussão não têm acesso direto a E.
 - T encontrava-se em posição de recolher diretamente informações sobre E.
 - T afirma que P.
- A avaliação do testemunho incide sobre:
- Sua admissibilidade.
 - A credibilidade da testemunha.
 - A credibilidade do testemunho. (Plantin, 2021)

Uma definição como a proposta por Plantin (2021) baseia-se em uma concepção argumentativa e pragmática do testemunho, orientada menos para a experiência vivida e mais para o funcionamento do testemunho em situações de debate, controvérsia ou decisão. Se, na definição anterior (Turpin; Lara; Tocaia, 2025), o foco estava na relação entre a experiência vivida, a linguagem e o sujeito, sensível às dimensões discursiva, narrativa e semiótica do testemunho, nesta o foco recai sobre o estatuto argumentativo do testemunho em situações de controvérsia, em que o interesse não está na experiência em si, mas no funcionamento do testemunho como argumento em uma situação de discussão.

Bethania Mariani, ao recortar o testemunho como objeto discursivo de pesquisa, considera-o “como dizeres que se configuram como necessários e emergenciais, urgentes para sujeitos afetados em suas vidas por uma violência imposta”. (Mariani, 2021, p. 20). Cabe à autora a dicotomia entre os ditos “testemunhos de resistência”, ou seja, “aqueles que, com dizeres possíveis, lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas [...] que retornam ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência”, e os “testemunhos de revolta”, ou “aqueles que se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido [...] flagrados no cotidiano [...] discursividades em que não é preciso um ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito” (Mariani, 2021, p. 20).

Uma segunda contribuição bastante proveitosa dessas pesquisas, que já foi discutida também no caso da narrativa (testemunhal), é associar ao estudo dos testemunhos a noção de memória, ou seja, considerar o testemunho como sendo da ordem do rememorar, mas esse rememorar sendo compreendido discursivamente, o que equivale dizer que se distancia de uma memória-arquivo, ilusão de uma plenitude do lembrar. Dessa forma, o testemunho não seria uma expressão direta de um acontecimento prévio plenamente constituído, mas fruto de um processo de significação que se realiza no e pelo discurso.

Para Mariani (2021, p. 42), “a memória discursiva não é sem os furos do esquecimento. Memória furada, pois somos sempre constituídos por um esquecimento fundamental, o recalcado”. Completa a autora: “memoriável, no testemunho, é um nome para dar ao encontro do real da história, do real da língua e do real do inconsciente. É impossível tudo dizer e tudo lembrar. No testemunho, entra em jogo um funcionamento enunciativo do registro do memoriável”. Tal compreensão vê a memória não como um repositório ou acervo estável do passado, mas como um efeito discursivo, historicamente constituído, que se atualiza de acordo com as condições de produção do ato de testemunhar (Mariani, 2021, p. 42).

Complementarmente a essa perspectiva e compreendendo o testemunho como tecido da linguagem, é prudente lembrar, considerando-se a opacidade da linguagem, que não cabem julgamentos que opõem a verdade à mentira, como se fosse possível tudo dizer. Como foi salientado anteriormente, analisar discursos implica, sobretudo, buscar o *dizer-verdadeiro*, distante da lógica de verificação factual e de um critério externo de validação que ignora a natureza enunciativa do testemunho. Lembremos, para esse fim, que regimes do verdadeiro/falso são construções internas ao discurso, reguladas por contratos e modalidades, e não reflexos diretos do real.

Embora historicamente o conceito de testemunho encontre suas origens no campo jurídico, a literatura é, também, terreno fértil para sua propagação. A partir do século XX, uma forma específica de testemunho parece emergir: a literatura de testemunho. Em um mapeamento de suas temáticas, estão, dentre outras, as duas grandes guerras do século passado, o Holocausto, as ditaduras latino-americanas e outros contextos trágicos, como os genocídios de Ruanda ou do Camboja. Nesses estudos, destacam-se os trabalhos de Márcio Seligmann-Silva (2008, 2022), nos quais o conceito de “literatura de testemunho” dá lugar a uma “face da literatura que veio à tona na nossa época de catástrofes e que fez com que toda a história da literatura – após 200 anos de autorreferência – fosse revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o ‘real’”. (Seligmann-Silva, 2022, p. 373).

Como o autor busca mostrar em suas pesquisas, o conceito de testemunho traz em si uma série de questões que polemizam a reflexão sobre a literatura ao questionar as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. Para Seligmann-Silva (2008, 2022), principalmente

a partir de seus estudos sobre a Shoah e outras experiências, testemunhar não é apenas o relato de um fato, mas um gesto discursivo atravessado pelo trauma. Se a experiência do trauma anula a possibilidade de uma narração linear, transparente e referencial, é nesse momento que a literatura ganha destaque por oferecer estratégias indiretas e lacunares para dizer o indizível. A literatura, portanto, não estetiza ou suaviza o testemunho, mas viabiliza sua enunciação nos limites da linguagem comum e cotidiana.

Outras áreas do conhecimento (sociologia, filosofia, antropologia, religião) podem também servir-se dos testemunhos em suas práticas de pesquisa e intervenção, interpretando-os como caminhos privilegiados de acesso às experiências sociais vividas. É a partir dessa compreensão – do testemunho como discurso, como narrativa e como prática social situada – que se torna possível considerá-lo como forma de resistência, sem afastá-lo das condições históricas, enunciativas e semióticas que tornam o dizer testemunhal possível e significativo.

Por fim, perguntamo-nos se o testemunho pode ser considerado um gênero discursivo autônomo. Não há consenso a esse respeito. Alguns pesquisadores, como Marco (2004), Moïse e Hugonnier (2019), Hugonnier e Moïse (2023) consideram-no um gênero discursivo, tanto a partir de uma perspectiva bakhtiniana quanto de outras abordagens que adotam o conceito como um de seus eixos teóricos. Outros pesquisadores, no entanto, problematizam essa classificação. Fontanille (2007), por exemplo, afirma que o testemunho é muito mais um “pseudogênero” que atravessa diferentes gêneros discursivos já cristalizados como o romance, a autobiografia, o documentário, o diário íntimo, entre tantos outros.

Nessa perspectiva, que é a assumida neste dossiê, o testemunho será tratado como um “regime de crença” (Fontanille, 2007), que pode ser convocado por uma gama variada de gêneros discursivos e ser modificado de acordo com características específicas de produção desses gêneros. Dessa maneira, preferiremos, consoante essa perspectiva, falar de textos ou de narrativas com teor testemunhal.

Além de seu estatuto discursivo e de suas implicações epistemológicas, o testemunho pode funcionar igualmente como um discurso de resistência. Ao dar voz a experiências silenciadas ou marginalizadas, ele mobiliza a capacidade de questionar, contestar e, em certos contextos, opor-se a discursos e narrativas socialmente instituídas como hegemônicas, opressivas, injustas ou marcadas pela violência e pelo trauma. É nessa dimensão política e ética do dizer testemunhal – que desloca sentidos estabilizados e tensiona regimes dominantes de interpretação – que se inscreve a discussão desenvolvida na seção seguinte, dedicada à relação entre testemunho e resistência.

4 O testemunho como (discurso de) resistência

O testemunho como prática discursiva de resistência tem sido amplamente pensado em relação ao Holocausto. De fato, ao analisarem os primeiros testemunhos dos sobreviventes da experiência concentracionária durante o nazismo, Pollak e Hernich (1986) sustentam que eles foram apresentados por aqueles que os produziram como uma forma de resistência, que consistiria em querer sobreviver para poder testemunhar. Predomina, assim, a vontade de fixar a memória e transmiti-la aos outros, em conexão com o que Levi (1995) chamou de “dever da memória”, que é também resistência ao esquecimento. Na mesma linha, Robin (2003) afirma que, durante o nazismo, na maioria dos guetos, as pessoas começaram a escrever testemunhos

como última resistência contra o esquecimento e a morte. Após a guerra, os testemunhos também foram uma forma de resistência, mas, nesse caso, contra os fantasmas provocados pelos traumas. A partir do julgamento de Eichmann, os testemunhos das vítimas foram, no âmbito do dever de justiça, uma resistência contra a impunidade dos crimes dos perpetradores.

Stephen (2013), por sua vez, refletiu sobre a relação entre testemunho e resistência a partir de sua ligação com a reivindicação de direitos nos movimentos sociais, já que isso permite que os grupos silenciados falem e sejam ouvidos, construam visões alternativas de participação política e cultural e formulem novas formas de identidade. No caso dos testemunhos perante as Comissões da Verdade implementadas na América Latina por violações dos direitos humanos, o autor considera que as vozes das histórias não oficiais são cruciais para mudar a verdade estabelecida sobre o que aconteceu no passado e também para a produção de compreensões alternativas desse passado.

Os testemunhos das vítimas da repressão, reunidos e registrados em arquivos orais criados por instituições públicas que implementam políticas de memória, funcionam como resistência ao discurso dos perpetradores e aos arquivos do poder das forças de segurança, como, por exemplo, os arquivos policiais ou dos serviços de inteligência. Na verdade, esses testemunhos questionam dialogicamente o caráter monológico do discurso autoritário dos perpetradores, especialmente porque introduzem a heterogeneidade ao formularem pontos de vista diferentes, atuando como contradiscursos e reconfigurando a identidade das vítimas (Vitale, 2025). No âmbito jurídico, os testemunhos das vítimas produzidos no contexto de processos de justiça transicional, como os desenvolvidos na Argentina, resistem contra a impunidade daqueles que cometeram crimes e violações dos direitos humanos durante as ditaduras militares que a América Latina sofreu no século XX.

O testemunho de grupos subalternos desafia as histórias reificadas que procuram encerrar o sentido do passado em benefício dos poderosos. Nessa perspectiva, enquanto construtor de memórias, o testemunho permite a formação de memórias contra hegemônicas. Como afirma Pollak (1989), privilegiar a análise dos discursos dos excluídos, dos marginalizados, torna possível evidenciar memórias subterrâneas, que integram culturas dominadas e minoritárias e que se opõem à memória oficial.

A chamada virada testemunhal empodera, sublinha Seligmann-Silva (2024), novas narrativas nas quais os explorados assumem o papel de narradores das suas histórias. Essa virada testemunhal como prática de resistência é, ao mesmo tempo, uma virada descolonial, que desconstrói sentidos e identidades que foram impostos pelos poderes coloniais. Nesse contexto, ganha relevância o chamado teor testemunhal, ou seja, qualquer conteúdo presente numa obra (de natureza semiótica diversa), seja explícito ou implícito, que possibilite a análise ou a interpretação de relações de poder díspares e uma leitura “a contrapelo” da história, que questiona a violência física, psicológica ou simbólica. Recupera-se, então, a frase memorável de Walter Benjamin, segundo a qual todo documento de cultura é, ao mesmo tempo, um documento de barbárie, sendo possível ler nesses documentos de cultura as marcas da exploração, do sofrimento e da violência. Para se pensar a relação entre testemunho e resistência, ganha, pois, relevância a questão dos usos, funções e apropriações do testemunho no presente por parte de instituições e auditórios diversos (Jelin, 2017).

Para Mariani (2021), a partir de uma perspectiva discursiva que retoma a psicanálise, o testemunho de resistência, como foi dito anteriormente, luta contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas. A autora acrescenta que ele é marcado por uma tentativa

de dizer eticamente, pela emergência de uma verdade de outra ordem e que só pode ser semidita. Nesse caso, narra-se o que significou ser dessubjetivado por um acontecimento de violência passada, o que provoca um deslocamento no processo de identificação que antes sustentava o discurso do testemunho.

Uma vez delineados os três conceitos – narrativa, testemunho e (discurso de) resistência – que orientaram nossa discussão, procuramos organizar um pequeno painel que possa mostrar as ideias de diferentes colegas sobre a questão, explorando as tensões e as complementaridades entre as noções descritas, numa perspectiva interdisciplinar, o que é próprio dos estudos do discurso. Passemos, então, à apresentação dos artigos que compõem o número temático. A ordem que adotamos é aleatória, dada a diversidade dos textos, dos conceitos mobilizados e das metodologias utilizadas pelos autores.

Em *O incomunicável como mecanismo de resistência na esfera do discurso testemunhal da catástrofe histórica*, Adriana Elisa Inácio investiga a “crise de comunicação” que se instaura diante do testemunho da catástrofe histórica. Aponta, nesse sentido, uma espécie de impossibilidade discursiva, seja de ordem comunicativa (a experiência é “indizível”), seja de ordem assimilativa (a experiência é “incognoscível” ou “indecifrável”). A partir de uma reflexão consistente, com base na Semiótica Francesa (sobretudo na sua vertente tensiva), a autora conclui que essa crise parece envolver dois actantes que manifestam uma incompatibilidade tensiva, podendo ainda ser tomada, a um só tempo, como estratégia discursiva de veridicção e como um mecanismo de resistência, ou seja, como uma ferramenta de recuperação e conservação da intensidade radical da violência sofrida, impedindo sua possível banalização.

Já Paulo Henrique Aguiar Mendes e Flávia Aparecida Ribeiro Soares analisam o *Jornal A Sirene* como instância produtora de narrativas testemunhais que constituem práticas discursivas de resistência das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (Mariana), em 2015. No artigo *Da memória à narrativa testemunhal: o Jornal A Sirene como discurso de resistência à mineração*, os autores propõem uma metodologia qualitativa, de natureza heurística, e se valem de uma fundamentação teórica, que, embora diversificada, articula com precisão as categorias mobilizadas, entre as quais destacamos as noções de *memória* e de *testemunho*, conectando-as ainda, de maneira bastante proveitosa, à análise pragmática da narrativa. Os resultados apontam o referido jornal como um mecanismo de preservação da memória e da mobilização das comunidades atingidas contra o poder hegemônico das mineradoras envolvidas e contra a impunidade.

Aginaldo Almeida, por sua vez, no artigo intitulado *O funcionamento do discurso de testemunho: relato de um percurso de pesquisa*, retoma alguns postulados teóricos da análise materialista do discurso e, em seguida, voltando-se para a noção de testemunho, articula-o às noções correlatas de resistência e de revolta, tomadas do ponto de vista discursivo, para analisar os testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017). Mesmo que se trate de um percurso de pesquisa ainda em andamento, a reflexão empreendida pelo autor é bastante profícua para mostrar a importância da continuidade da análise do testemunho em sua espessura linguístico-histórica.

Em *Rememorar e resistir: o crime da praia dos ossos*, Helcira Maria Rodrigues de Lima examina, à luz da análise da argumentação no discurso, a narrativa construída no podcast *Praia dos Ossos* (Rádio Novelo, 2020) que versa sobre o feminicídio da socialite mineira Ângela

Diniz (1976). Instituído-se como “um lugar de memória”, tal narrativa funcionaria como uma manifestação de discurso de resistência, não apenas porque contesta forças hegemônicas, mas também pela sua natureza polêmica e polifônica, projetando a narradora, nesse caso, um *éthos* testemunhal. Por meio de um trabalho cuidadoso de análise de trechos do podcast, a autora conclui que revisitar esse crime e seus desdobramentos (políticos, jurídicos e sociais), além de possibilitar a reconstrução de uma imagem mais justa da vítima, estabelece um diálogo urgente com os dados contemporâneos do *Atlas da Violência contra a Mulher* (2023). Assim, resgatando a memória de Ângela Diniz, o podcast e o artigo correspondente tornam-se importantes ferramentas para atualizar o debate sobre os feminicídios no Brasil.

Arthur Walber Viana, em seu artigo *Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua*, traz um tema bastante original, que consiste em investigar os saberes comunicacionais que emergem das práticas de um jornal porto-alegrense, o *Boca de Rua*, produzido e vendido por pessoas em situação de rua, em parceria com a Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação). O autor adota uma abordagem etnográfica, fundamentada em observações-participantes e em entrevistas, visando capturar rotinas e percepções dos “jornalistas” do *Boca de Rua* sobre a comunicação que produzem. A constatação final é a de essa comunicação não está só no produto (um jornal), mas nas forças que animam mudanças e que ressignificam o “morar na rua”, reorganizando espaços públicos e papéis sociais, o que funcionaria, portanto, como um discurso (e um gesto) de resistência.

À luz da Análise do Discurso Francesa, a partir da perspectiva discursiva dos trabalhos de Michel Foucault e de seus comentadores, João Paulo Santos Batista, Maria Graziela Correia dos Santos e Jocenilson Ribeiro analisam o minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente*, relativo ao território americano (não incorporado) de Porto Rico. As análises e as reflexões empreendidas pelos autores no artigo *Porto Rico e a coragem da verdade: uma análise discursiva do minidocumentário “El apagón – Aquí vive gente”* revelam o caráter crítico do minidocumentário, que pode ser visto como uma obra artística de resistência e contrária às explorações socioeconômicas dos Estados Unidos sobre Porto Rico. O conceito foucaultiano *coragem da verdade* a que se faz referência no título do artigo aponta para o fato de que alguns testemunhos utilizados no minidocumentário fazem uso da franqueza, mesmo diante de perigos; assumem a liberdade de expor relatos com o intuito de ajudar um dado grupo, além de desvelarem o confronto de interesses entre “vencedores” e “vencidos”.

Em “*Ocupar e resistir*”: vozes que testemunham uma resistência, Marinazia Cordeiro Pinto analisa as narrativas testemunhais como formas de resistência, a partir da filosofia de Jacques Derrida. A autora toma como referência empírica as ocupações de escolas ocorridas no Brasil em 2016, que atravessam toda a argumentação. Seu texto problematiza a possibilidade de narrar um acontecimento, enfatizando os limites e tensões próprios do testemunho, bem como discute, nesse contexto, as noções de verdade e mentira implicadas nos relatos. Ao articular testemunho e narrativa, as reflexões da pesquisadora evidenciam o caráter discursivo dessas experiências.

Irene Cristina Kohler e Ângela Derlise Stübe, no artigo intitulado *Testemunhos de sujeitos-professores de línguas: dizeres sobre o Novo Ensino Médio e seus itinerários*, refletem sobre os dizeres de sujeitos-professores de línguas como testemunhos produzidos sobre as condições instauradas pela reforma do Ensino Médio. Ancoradas no quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, Kohler e Stübe tomam esses enunciados como inscrições marcadas pelo deslocamento e pela flexibilização curricular e assumem o testemunho como gesto

discursivo atravessado por memória e resistência, que não se fecha em sentidos estabilizados. Nesse funcionamento, o sujeito-professor reinscreve sua experiência para além da política oficial, e o testemunho emerge, assim, como insistência que desestabiliza consensos e produz outras escutas sobre a escola pública.

Discutir a narrativa testemunhal como forma de resistência política a partir da rememoração da experiência de homossexuais perseguidos pelo nazismo é o objetivo central do artigo *A narrativa testemunhal como resistência à melancolia na jornada de Rudolf Brazda, homossexual deportado para o campo de Buchenwald*, de Fábio Ávila Arcanjo. Tomando como foco a trajetória de Rudolf Brazda, deportado para o campo de concentração de Buchenwald, e fundamentando-se na Análise do Discurso pêcheutiana, o autor (re)pensa o testemunho como acontecimento inscrito, de modo inequívoco, em uma memória marcada por apagamentos e hierarquizações entre as vítimas do regime nazista. A narrativa, analisada como gesto de confronto às formações discursivas que interdita o dizer, articula testemunho, trauma e resistência, evidenciando o movimento entre melancolia e trabalho de luto como dimensão política.

Raquel Abreu-Aoki e Andrea Machado de Almeida Mattos, em *Afeto, pós-memória e resistência no discurso testemunhal: uma análise linguístico-discursiva do relato de Nair Kobashi*, analisam o discurso testemunhal de Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política da ditadura civil-militar brasileira, focalizando a articulação entre afeto, memória e resistência. A partir de uma abordagem linguístico-discursiva, o texto examina como o testemunho ressignifica a experiência do cárcere por meio de práticas cotidianas, vínculos solidários e mobilização dos afetos. O testemunho é compreendido como contradiscurso que confronta o silenciamento histórico e a narrativa oficial da repressão, emergindo, assim, como gesto ético-político de resistência simbólica.

Tielly dos Reis Gomes, Rafael De Souza Timmermann e Ana Lília Carvalho Rocha, no texto *Ethos discursivo em Atos Humanos: memória, resistência e teor testemunhal na obra de Han Kang*, observam como se dá a construção do *éthos* discursivo na obra *Atos humanos*, da escritora coreana Han Kang, enfatizando seu teor testemunhal. A narrativa literária é examinada, pelos autores, como forma de resistência ao silenciamento e ao apagamento da memória do Massacre de Gwangju. Ao articular memória, trauma e resistência, o texto evidencia o entrelaçamento entre literatura, história e testemunho, sendo o conceito de *éthos* discursivo compreendido como elemento central na legitimação das vozes narrativas. A obra é lida, portanto, como instrumento ético-político de enfrentamento da narrativa oficial e, nesse processo, o resgate da memória configura-se como gesto de resistência e reparação histórica.

O artigo intitulado *A condição feminina nos relatos de tortura sexual às Comissões da Verdade no Brasil e na África do Sul*, de Giovana Martins de Castro Marchese, Camila Cristina de Oliveira Alves e Rehema Bona Abiyo, tem como objetivo compreender como o gênero é performado em testemunhos sobre violência sexual de ex-presas políticas, que foram apresentados à Comissão Nacional da Verdade, no contexto do regime ditatorial-militar brasileiro, e à Comissão da Verdade e Reconciliação, no contexto do apartheid sul-africano. À luz das formulações de J. Butler, em diálogo com R. Segato e M. Foucault, as autoras observam que os relatos coincidem em relação ao fato de que as sessões de tortura são um microcosmo do patriarcado, no qual se busca que os corpos femininos ocupem o lugar do espaço privado, voltados para o cuidado familiar e subalternizados.

Em *Entrelaçar as vozes da cura: uma leitura de 'Desterros: histórias de um hospital-prisão'*, de Natalia Timerman, Luciana Paiva de Vilhena Leite estuda o dispositivo narrativo, centrando o

olhar nas vozes de duas personagens femininas: a de Donamingo e de sua psiquiatra, que é o sujeito-narrador da trama. Timmerman é, além de escritora, médica psiquiatra que trabalha no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, único hospital que atende às demandas de saúde dos presos do estado de São Paulo. Percebe, assim, que as vozes narrativas das personagens oscilam entre narrar a si mesmas e narrar as condições que o próprio sistema carcerário atravessa, uma vez que essas vozes falam em um duplo confinamento: o da prisão e o do hospital.

Cecilia de Aquino Barbosa e Amana Rocha Mattos, em *Relações raciais, psicanálise, discurso e o legado quatro autoras negras brasileiras*, voltam-se para a produção de quatro autoras negras brasileiras, que se mostram fundamentais para os campos psicanalítico e da psicologia clínica, especialmente, no que tange às articulações entre relações raciais e subjetividades. São elas: a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza; a psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira; a psicóloga, com atuação no campo das organizações, Maria Aparecida da Silva Bento; e a historiadora, filósofa e cientista social Lélia Gonzalez. O artigo analisa como as suas obras rompem com o silenciamento do racismo, que ocorre nos cursos de Psicologia, e retomam ditos dos movimentos da negritude, das lutas quilombolas e anticoloniais, estimulando o reconhecimento e o enfrentamento das ideologias que permeiam os profissionais da área psi.

O propósito de *Minando a resistência: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração*, de Ana Vitória Alkmim de Souza Lima e Janaína Alves More, é analisar, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), as estratégias discursivas adotadas por uma empresa multinacional mineradora, após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, MG, em 2019. O discurso da empresa, que busca reorganizar a sua autoridade simbólica e gerir a crise da sua reputação, é contrastado com relatos da população afetada. Verifica-se que emergem narrativas de teor testemunhal, por meio das quais os sujeitos afetados resistem aos enquadramentos institucionais e inscrevem memórias subterrâneas que desestabilizam a versão oficial dos fatos.

Ao reunir contribuições que exploram as articulações e tensões entre narrativa, testemunho e resistência, esperamos ampliar o debate sobre um tema cada vez mais atual e relevante no campo dos estudos do discurso, fomentar novos posicionamentos teóricos e analíticos e incentivar investigações que, ao problematizarem essas categorias, contribuam para o adensamento crítico do campo.

Referências

- BRUNER, J. *Pourquoi racontons-nous des histoires?* Paris: Pocket, Département d'Univers Poche, 2005.
- CANUT, C.; SOW, A. Les voix de la migration. Discours, récits et productions artistiques. *Cahiers d'Études africaines*, Paris, v.1, n. 213-214, p. 9-25, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/etudesafriques.17578>.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. Trad. Aparecida L. Pauliukonis e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2019.
- DELORY-MOMBERGER, C. La recherche biographique ou la construction partagée d'un savoir du singulier. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v.1, n. 1, p. 133-147, 2016. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n1.p133-147>.

- FONTANILLE, J. Ethos, pathos, et persuasion: le corps dans l'argumentation. Le cas du témoignage. *Semiotica*, n. 163, p. 85-109, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1515/SEM.2007.006>.
- HUGONNIER, C.; MOÏSE, C. Témoignage. In: LORENZI-BAILLY, N.; MOÏSE, C. (éds.). *Discours de haine et de radicalisation*. Les notions clés. Lyon: ENS Éditions, 2023. p. 503-510.
- JELIN, E. *La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social*. Siglo XXI: Buenos Aires, 2017.
- LARA, G. M. P. *Vivendo do outro lado do Atlântico: histórias de brasileiros em Portugal*. Coimbra: Grácio Editor, 2021.
- LARA, G. M. P. *Entre experiências e memórias: narrativas de vida de brasileiros na Europa*. Campinas: Pontes, 2023.
- LEVI, P. *Le devoir de mémoire*. Paris: Mille et une nuits, 1995.
- MACHADO, I. L.; MELO, M. S. de S. (orgs.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD, 2016.
- MARCO, V. de. Literatura de testemunho e violência de Estado. *Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004. DOI: 10.1590/s0102-64452004000200004.
- MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta: um estudo em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 2021.
- MOÏSE, C.; HUGONNIER, C. Discours homophobe. Le témoignage comme discours alternatif. *Semen*, Besançon, n. 47, p.1-16. jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.12795>.
- MOREIRA, G. M. *Figures de migrants brésiliens en France: approche anthropologique et sociolinguistique*. 2018. 1495f. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paul Valéry - Montpellier III, 2018.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Proj. História*, São Paulo, , n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NOSSIK, S. Introduction: Le récit de soi entre conformisme et émancipation. *Semen*, Besançon, n. 37, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9853>.
- POLLAK, M.; HEINICH, N. Le témoignage. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 62-63, p. 3-29, juin 1986. L'illusion biographique.
- PLANTIN, C. Témoignage. *Dictionnaire de l'argumentation*. Disponível em: <https://argumentation.fr/dictionnaire/temoignage>. Acesso em: 5 fev. 2026.
- ROBIN, R. *La mémoire saturée*. Paris: Editions Stock, 2003.
- SALMON, C. *Storytelling, la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- SELIGMANN-SILVA, M. El testimonio como estrategia de resistencia y como reexistencia, *Calibán -RLP*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 168-177, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3917/rfp.791.0290>.

STEPHEN, L. *We are the face of Oaxaca. Testimony and Social Movements*. Durham and London: Duke University Press, 2013.

TOCAIA, L. M. Testemunhos de pessoas em situação de rua: quais são suas histórias de resistência? *Revista Letrônica*, v. 17, n. 1, p. 1–18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2024.1.46206>.

TURPIN, B.; LARA, G. M. P; TOCAIA, L. M.; Introduction: Le témoignage comme acte de discours et dispositif de référencement, *Semen*, Besançon, n. 57, p. 11-24 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/15i5k>.

VITALE, M. A. Témoignage, dialogisme et résistance face à la voix des perpétrateurs. Un cas extrait des Archives orales de la mémoire en Argentine, *Semen*, Besançon, n. 57, p. 41-54, 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/15i5l>.

Dossiê

Narrativas de teor testemunhal
como discursos de resistência

O incomunicável como mecanismo de resistência na esfera do discurso testemunhal da catástrofe histórica

The Incommunicable as a Mechanism of Resistance in the Sphere of Testimonial Discourse on Historical Catastrophe

Adriana Elisa Inácio

Universidade de São Paulo (USP) | São

Paulo | SP | BR

adriana.inacio@alumni.usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2510-7659>

Resumo: Tomando como fundamento teórico a Semiótica Francesa, sobretudo em sua vertente tensiva, este artigo apresenta uma breve reflexão a respeito da crise de comunicação que se instaura, com frequência, no domínio testemunhal da catástrofe histórica. Nesse âmbito específico, a magnitude do acontecimento-catástrofe acaba por engendrar uma série de enunciados que sugerem uma espécie de impossibilidade discursiva, ora de ordem estritamente comunicativa (a experiência é “indizível”), ora de ordem assimilativa (a experiência é “incognoscível” ou “indecifrável”). Tal crise parece envolver, de maneira bastante ampla, dois actantes distintos: de um lado, um actante mais diretamente associado ao relato e, de outro, um actante mais diretamente associado à experiência sensível. Procuraremos mostrar que a crise de comunicação em pauta se constitui, preliminarmente, como manifestação de uma incompatibilidade tensiva entre os dois actantes e, subsequentemente, como marca de verificação e mecanismo de resistência em face da banalização da experiência-limite.

Palavras-chave: semiótica francesa; semiótica tensiva; testemunho da catástrofe histórica; crise de comunicação; incomunicável.

Abstract: Taking French Semiotics, especially in its tensive approach, as a theoretical foundation, this paper presents a brief discussion on the communication crisis that often arises in the testimonial domain of historical catastrophe. In this specific context, the magnitude of the catastrophe-event ends up producing a series of



statements that suggest a sort of discursive impossibility, either of a strictly communicative nature (the experience is “unspeakable”) or of an assimilative nature (the experience is “unknowable” or “indecipherable”). This crisis seems to encompass, in a fairly broad way, two distinct actants: on the one hand, an actant more directly associated with reporting and, on the other, an actant more directly associated with experiencing. We will attempt to demonstrate that the communication crisis in question is constituted, firstly, as a manifestation of a tensive incompatibility between the two actants and, subsequently, as a mark of veridiction and a mechanism of resistance in the face of the trivialization of the limit-experience.

Keywords: French Semiotics; Tensive Semiotics; testimony of historical catastrophe; communication crisis; incommunicable.

1 Introdução

Definido, de maneira ampla, como um discurso de atestação – ou asseveração veridictória – de um evento-limite presenciado ou vivido por aquele que narra, o *testemunho* se caracteriza, de modo mais particular, no domínio específico da catástrofe histórica, como o relato (jurídico, literário, ensaístico, conversacional etc.) produzido pela *vítima sobrevivente* de um crime político de massa¹ (Rastier, 2010; Inácio, 2024).

Como decorrência direta da magnitude do acontecimento vivido, agora enunciado, costuma-se evocar, nesse tipo de testemunho, uma crise geral da representação. Aponta-se, desse modo, *em discurso*, para uma porção não discursivizável – não partilhável, não comunicável ou não compreensível – da violência sofrida:

Não seria razoável querer descrever as dores que eu sentia nesse momento. Seria “como um ferro em brasa nas minhas costas”? Ou “como se me tivessem enfiado uma estaca na nuca”? Uma metáfora sucederia a outra. Rodaríamos em falso em um interminável carrossel de analogias. A dor era o que era, não há nada a dizer além disso. As características das sensações são incomparáveis e indescritíveis. Elas marcam os limites da nossa capacidade de comunicação verbal. Quem desejasse partilhar essa dor com outro seria obrigado a infligi-la, tornando-se um torturador (Améry, 2013 [1966], p. 68).

¹ Estão excluídos, por conseguinte, das considerações sobre o testemunho da catástrofe histórica relatos de perpetradores e daqueles que vivenciaram a experiência-limite de maneira “indireta” (correspondentes de guerra, por exemplo). Costuma-se incluir, entretanto, os chamados “testemunhos póstumos” – apontamentos, cartas, diários etc., muitas vezes anônimos, encontrados em esconderijos, prisões, guetos e campos (cf. Rastier, 2010).

Não estou viva. Sei disso por um conhecimento íntimo e solitário. Quanto a você [que passou pela mesma experiência que eu], compreende o que quero dizer, o que sinto. As outras pessoas, não. Como compreenderiam? Não viram o que vimos. Não contaram seus mortos todos os dias ao amanhecer, não contaram seus mortos todos os dias ao anoitecer. Nós passamos os dias contando o tempo, passamos o tempo contando os mortos (Delbo, 2021a [1971], p. 317, a inserção é nossa).

Os relatos apontam consistentemente, portanto, para um fracasso (apenas *parcial*, entenda-se bem) da comunicação, ou do discurso, em face da experiência-limite – em face do acontecimento-catástrofe que desafia ou contesta, nas palavras de Paul Ricœur (2007 [2000]), a compreensão socialmente compartilhada, “erigida [como tal] sobre as bases de um senso da semelhança humana no plano das situações, dos sentimentos, dos pensamentos, das ações” (Ricœur, 2007 [2000], p. 186, a inserção é nossa). O que se estabelece, dessa maneira, é uma oposição fundamental entre o caráter “extraordinário” da experiência vivida e “as capacidades limitadas, ordinárias de recepção, de ouvintes educados” para a compreensão comum (Ricœur, 2007 [2000], p. 186). O que se instaura é, por conseguinte, uma diferença, no sentido matemático do termo, entre os *universos de referência* de quem atravessou a experiência-limite e de quem não a atravessou – diferença crucial da qual derivam, segundo nos parece, as noções gerais de “indizível”, de “inenarrável”, de “indescritível”, de “inimaginável”, entre outras de mesma natureza. A noção que empregamos, preferentemente, aqui – como uma tentativa de apreensão, em nossas considerações, dos dois polos do processo de comunicação: não apenas da produção do discurso, mas também de sua recepção (conforme sugere Paul Ricœur, acima) –, é aquela de “incomunicável”. Convencionamos, portanto, para este trabalho, um desdobramento do termo “incomunicável” em “intransmissível” e “inassimilável”.

Tendo como base o arcabouço teórico da Semiótica Francesa, sobretudo em sua vertente tensiva (Zilberberg, 2011 [2006], 2012, entre outros), pretendemos investigar, ao longo deste artigo, a crise de comunicação característica do testemunho da catástrofe histórica, tratando-a, por um lado, como estratégia discursiva de veridicção e, por outro, como um mecanismo de resistência em face da banalização da experiência-limite.

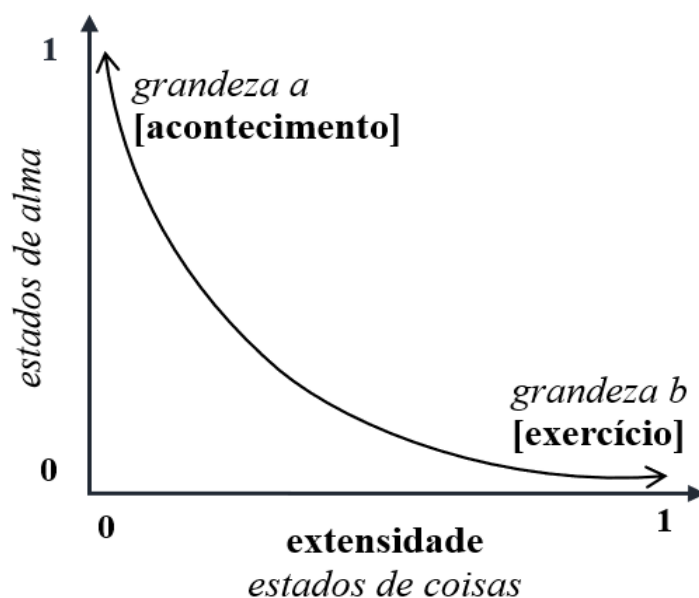
2 O espaço tensivo como grade de referência

Convém explicitar, em primeiro lugar, o que se compreende, em termos estritamente semióticos, como *grade* ou como *universo cognitivo de referência*. Remetemos, para tanto, preliminarmente, à formalização proposta por Algirdas Julien Greimas, em 1983, segundo a qual o julgamento epistêmico – a deliberação, por um determinado enunciatário, sobre a verdade ou a falsidade de uma determinada proposição – se baseia, fundamentalmente, em uma “*operação de comparação* entre aquilo que se propõe [...] e aquilo que já se sabe ou em que se crê” (Greimas, 2014 [1983], p. 131, o itálico é do autor). Aqui, o universo de referência é, como se poderá supor, o segundo termo da comparação: “aquilo que já se sabe ou em que se crê”, o “universo de saber/crer do sujeito julgador” (Greimas, 2014 [1983], p. 131). Tal universo pode ser definido, em linhas muito gerais, como um “depositário de formas de organização ‘válidas’” (Greimas, 2014 [1983], p. 136), ou seja, como um conjunto de relações – paradigmáticas e sintagmáticas – previamente estabelecidas, ou previamente validadas, pelo sujeito do jul-

gamento epistêmico. Cumpre observar, ainda, sobre esse universo geral, que ele é primordialmente coletivo (sistemas coletivos de saberes e crenças) e apenas subsequentemente individual (sistemas individuais de saberes e crenças), e que essa individualização se realiza, em princípio, por intermédio de “deformações mais ou menos coerentes” do padrão socialmente constituído (Greimas, 2014 [1983], p. 137).

Já no domínio particular das operações tensivas – que antecedem e perpassam, por assim dizer, os três níveis do percurso gerativo do sentido,² expandindo-se, também, para o plano da expressão –, a grade de referência é o próprio *espaço tensivo*. Espaço que se pode definir, de maneira ampla, como escala ou como instrumento de aferição (a um só tempo, sensível e inteligível) de toda e qualquer grandeza efetivamente percebida pelo sujeito. Conforme representado no diagrama abaixo, tal espaço se instaura pela projeção da *intensidade* sobre a *extensidade* ou, ainda, se preferirmos, dos *estados de alma* sobre os *estados de coisas* (Fontanille; Zilberberg, 2001 [1998]; Zilberberg, 2011 [2006], 2012):

Figura 1 – O espaço tensivo em correlação inversa



Fonte: Elaboração própria com base em Zilberberg (2011 [2006]).

A intensidade e a extensidade são os parâmetros primordiais (isto é, os primeiríssimos parâmetros) que permitem ao sujeito distinguir e avaliar as grandezas que circulam em seu campo de presença – “domínio espaço-temporal em que se exerce a percepção” (Fontanille; Zilberberg, 2001 [1998], p. 125). Na qualidade de dimensão tensiva, a intensidade é a medida do afeto vivido, do afeto de fato experimentado pelo sujeito. Avalia-se intensivamente, portanto, uma determinada grandeza, a partir do intervalo geral que se estabelece entre o mais *tênu*e, de um lado, e o mais *impactante*, de outro, $[0 \leftrightarrow 1]$. Importa notar, também, que essa dimensão pode ser decomposta ou analisada em duas subdimensões características: o *andamento* [lento $\leftrightarrow$ rápido] e a *tonicidade* [átono $\leftrightarrow$ tônico].

² Explicitados em Greimas e Courtés (2016 [1979]).

A extensidade se refere, por seu turno, à organização das entidades e dos eventos do mundo (natural ou cognitivo) em conjuntos ora mais amplos, ora mais restritos. O intervalo de referência se estabelece, nesse caso, entre o mais *concentrado*, de um lado, e o mais *difuso*, de outro, [0 ↔ 1]. Assim como a intensidade, também a extensidade comporta duas subdimensões características, a saber, a *temporalidade* [breve ↔ longo] e a *espacialidade* [fechado ↔ aberto].

Quanto à relação entre as dimensões ou entre as subdimensões tensivas, importa salientar que a *centralidade do sensível* se manifesta em termos de recção, ou seja, que a intensidade rege (altera, recorta, determina, define) a extensidade, estando sempre, portanto, a legibilidade do mundo na dependência direta do afeto.

Resta salientar, por fim, sobre a representação da Figura 1, que os dois eixos se interligam por uma correlação, de ordem frequentemente inversa: quanto maior o impacto, menor a difusão, e quanto menor o impacto, maior a difusão. Noção central no âmbito da Teoria Tensiva, o *acontecimento* se situa no limite superior do diagrama apresentado, podendo-se definir, em termos qualitativos, como um paroxismo e, em termos quantitativos, como uma singularidade no tempo e no espaço. Sua contraparte átona, o *exercício*, situa-se, por sua vez, no limite inferior do mesmo diagrama, definindo-se, em termos qualitativos, como indiferença e, em termos quantitativos, como repetição ou como rotina.

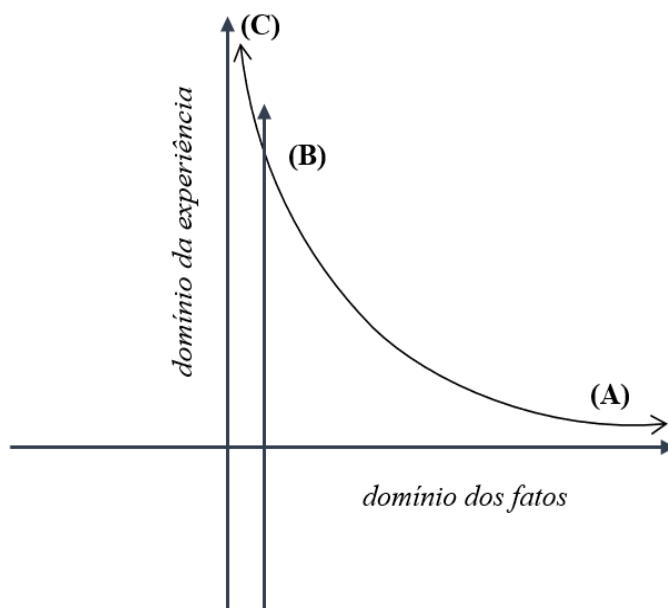
3 Os diferentes espaços tensivos

Assim como o universo cognitivo de referência do sujeito julgador, também o espaço tensivo do sujeito afetado se constitui, preliminarmente, como uma configuração coletiva: os parâmetros tensivos de quantificação podem ser “arbitrários do ângulo da exatidão científica, mas [são] facilmente reconhecíveis pelo *senso comum num determinado grupo sociocultural*” (Tatit, 2016, p. 27, a inserção e o itálico são nossos). A objetividade do cálculo tensivo se garante, desse modo, não pela inflexibilidade matemática das chamadas ciências duras, mas, sim, pela relativa estabilidade do quadro axiológico profundo no interior do qual esse mesmo cálculo se realiza. Pode-se distinguir facilmente, portanto, em conformidade com os valores partilhados no interior de um determinado grupo sociocultural, o que é da ordem do acontecimento e o que é da ordem do exercício. Postula-se, por fim, ainda sobre essa grade de referência, que as “deformações mais ou menos coerentes” do padrão coletivo se dão por *recalibragem* ou *redimensionamento*. Haverá, assim, em função da experiência efetivamente vivida, uma expansão ou uma contração do espaço tensivo do sujeito afetado (cf. Zilberberg, 2019 [2002]).

Acredita-se, desse modo, que o atravessamento de uma experiência-limite *amplia*, para além do espaço tensivo socialmente comum, o espaço tensivo do sujeito afetado, obtendo-se, por conseguinte, um espaço tensivo englobante – a escala de medida do sujeito que atravessou, de fato, a experiência-limite – e um espaço tensivo englobado – a escala de medida do sujeito “comum”, que não a atravessou.

Propomos, como representação da diferença entre os espaços tensivos englobado e englobante, o seguinte diagrama:

Figura 2 – A diferença entre os espaços tensivos



Fonte: Elaboração própria.

No que concerne, particularmente, à *comunicação* da experiência-limite, a organização do espaço tensivo oferece três possibilidades gerais (ver Figura 2, acima):

- A) a veiculação da informação primordialmente factual – do dado literal, objetivo, concreto, pragmático, racional etc. –, preeminente, nesse caso, com relação ao domínio da experiência sensível:

Se, enfim, pretendo chegar à análise da tortura, infelizmente não poderei poupar o leitor de descrever objetivamente o que aconteceu. Tentarei fazê-lo de forma concisa. Do teto abobadado do calabouço pendia uma corrente que corria por uma roldana em cuja extremidade inferior havia um pesado gancho curvo. Levaram-me até esse aparato. O gancho foi passado pelas algemas que prendiam minhas mãos às costas. Então me ergueram com a corrente até que meu corpo ficasse mais ou menos a um metro do chão. Nessa posição, ou melhor, suspenso pelas mãos atrás das costas, só por pouco tempo a força muscular nos mantém semi-inclinados (Améry, 2013 [1966], p. 67).

- B) a veiculação da experiência sensível – do *quantum* de impacto efetivamente sofrido pelo sujeito –, preeminente, agora, com relação à informação puramente factual. Cumpre notar que se desenham aqui, não raro, os *limites* atuais do sujeito afetado (limites emocionais, físicos, de flexibilidade, de força, de resistência etc.) e que tais limites – ultrapassados logo em seguida – coincidem, fundamentalmente, com os limites do espaço tensivo englobado:

Durante esses poucos minutos, quando já se consomem as nossas últimas forças, o suor nos cobre a testa e os lábios, começamos a ofegar e é impossível responder a qualquer pergunta. Cúmplices? Endereços? Lugares de encontro? Eu mal ouvia as palavras. A vida não reage mais, concentrada inteiramente em uma região do corpo, na articulação das escápulas, que está se exaurindo completamente pelo esforço físico. Nem pessoas bastante fortes podem aguentar esse esforço. No meu caso, tive que ceder logo. Produziram-se nos meus ombros um estalo e uma ruptura que meu corpo até hoje não esqueceu. As articulações se desconjuntaram. O peso do corpo provocou a luxação e eu caí no vazio, pendurado pelos braços deslocados e torcidos, erguidos pelas costas acima da cabeça (Améry, 2013 [1966], p. 67).

C) a veiculação da experiência “pura”, aparentemente destituída de informação factual (objetiva ou técnica):

A dor era o que era, não há nada a dizer além disso. As características das sensações são incomparáveis e indescritíveis. Elas marcam os limites [ultrapassam os limites, na verdade] da nossa capacidade de comunicação verbal. Quem desejasse partilhar essa dor com outro seria obrigado a infligi-la, tornando-se um torturador (Améry, 2013 [1966], p. 68, a inserção é nossa).

Particularmente característica de uma *ultrapassagem dos limites* do sujeito afetado,³ a destituição factual se manifesta, frequentemente, conforme foi explicitado acima, por meio de uma “linguagem lacunar” ou, ainda, de uma “linguagem negativa” (“não há nada a dizer”, “são incomparáveis e indescritíveis” etc.). O que se comunica, nesse último caso, é, portanto, a própria impossibilidade de comunicação – a falha comunicativa que se instaura entre dois actantes, na ausência fundamental de qualquer impedimento objetivo (censura, autocensura, recusa em dizer, recusa em ouvir etc.). Tudo se passa, portanto, como se a comunicação não se pudesse realizar plenamente, ou não se pudesse realizar a contento, não obstante a existência dos meios materiais para tanto e não obstante a disposição geral de todos os envolvidos. Sendo assim, a ultrapassagem do espaço tensivo englobado significa, a um só tempo, a ultrapassagem dos limites atuais do sujeito afetado (“Produziram-se nos meus ombros um estalo e *uma ruptura* que meu corpo até hoje não esqueceu”) e também, por consequência, a ultrapassagem de sua plena “capacidade de comunicação verbal”.

Constituída, desse modo, no intervalo entre o espaço tensivo englobado e o espaço tensivo englobante, essa crise parcial de comunicação assinala o contraste entre, de um lado, (A) e (B) – respectivamente, o que se pode prevalentemente *saber* (com a predominância dos estados de coisas sobre os estados de alma) e o que se pode prevalentemente *sentir* (com a predominância dos estados de alma sobre os estados de coisas) – e, de outro lado, (C) – o que só se pode *sentir*, sem que haja, por assim dizer, uma contraparte cognitiva.

Esse “sentir puro” equivale, no excerto abaixo, a “compreender”:

³ Nesse sentido, a experiência-limite é, mais propriamente, a experiência que ultrapassou um limite previamente estabelecido.

[...] é preciso que nosso retorno seja útil. É por isso que explico o que era aquilo, ao meu redor. Falo a meus colegas, sobretudo aos jovens. Paro quando os vejo prestes a chorar. [...] Sabe, eu conto aos outros. Não ao meu marido. Ele, eu desejaria que compreendesse. Quanto aos outros, não espero que compreendam. Quero que saibam, mesmo que não sintam o que eu sinto. É o que quero dizer quando digo que eles não compreendem, que ninguém pode compreender. Pelo menos precisavam saber (Delbo, 2021a [1971], p. 321).

O espaço tensivo englobante se estabelece, em resumo, mediante uma expansão da grade ou do universo geral de referência do sujeito afetado, como consequência direta da experiência vivida. E é a diferença fundamental entre os dois espaços – o espaço tensivo englobante *menos* o espaço tensivo englobado – o que se manifesta, em discurso, por meio da evidenciação da impossibilidade comunicativa.

4 As três perspectivas de discursivização da experiência-limite

As três perspectivas de veiculação da experiência-limite, explicitadas na seção anterior, figuram, portanto, consistentemente, no testemunho da catástrofe histórica, manifestando-se em diferentes proporções, ou graus de presença, em diferentes autores e obras. Um escritor como Primo Levi, por exemplo, parece insistir, primordialmente (embora não sempre), na dimensão *factual* da catástrofe histórica – “o descritível é preferível ao indescritível; a palavra humana, ao gemido animal” (Levi, 2016a [1985], p. 59) –, contrapondo-se, dessa maneira, a escritores “menos decifráveis”, como Paul Celan:

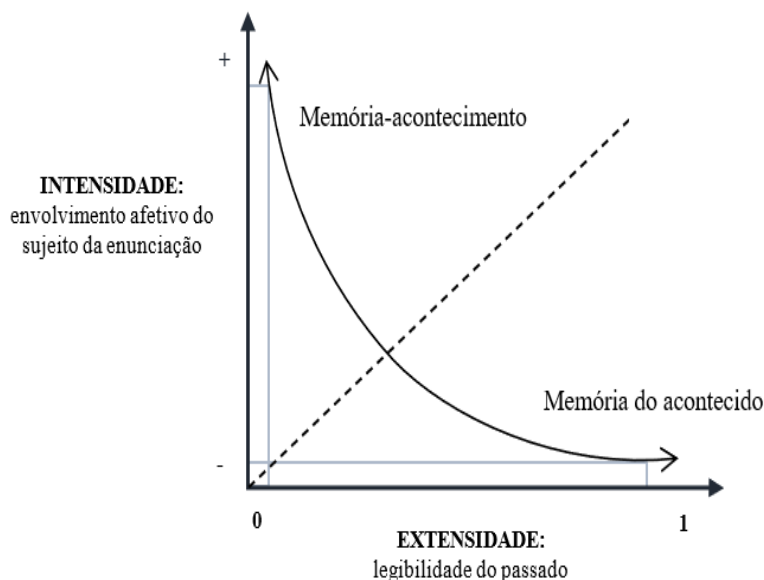
Percebe-se que seu canto é nobre e trágico, mas confuso: penetrá-lo é uma tarefa desesperadora, não só para o leitor comum, mas também para o crítico. A obscuridade de Celan não é desprezo pelo leitor nem insuficiência expressiva ou abandono preguiçoso aos fluxos do inconsciente: é verdadeiramente um reflexo da escuridão de seu destino e de sua geração [...]. Se ele tem alguma mensagem, esta se perde nos “ruídos de fundo”: não é uma comunicação, não é uma linguagem, ou no mínimo é uma linguagem escura e mutilada, como é aquela de quem está para morrer e está sozinho, como todos estaremos no momento da morte (Levi, 2016a [1985], p. 59-60).

Frequentemente tratadas, em termos teóricos, como uma *dualidade* – com a fusão das instâncias (B) e (C) em uma mesma categoria (ver Figura 2) –, as três perspectivas indicadas sugerem um jogo de alternâncias, ou de prevalências, entre dois domínios discursivo-textuais: de um lado, o domínio das formas (de expressão e conteúdo) que favorecem a inteligibilidade, associando-se, desse modo, à prevalência da extensidade ou do exercício, e, de outro, o domínio das formas (de expressão e conteúdo) que favorecem o afeto, associando-se, por conseguinte, à prevalência da intensidade ou do acontecimento.

Tal dualidade é referida por Barros (2015, 2016), na esfera do discurso autobiográfico, como uma partição tensiva da memória. Sendo assim, a *memória do acontecido* entra no campo de presença do enunciatário com valor de exercício, em virtude de uma baixa projeção do enunciador no enunciado, e a *memória-acontecimento* entra no campo de presença do enunciatário com valor de acontecimento, em virtude, por sua vez, de uma projeção forte ou enfática do enunciador no enunciado. Quanto menor o engajamento afetivo do sujeito da

enunciação (quanto menor a projeção do enunciador e quanto menor a mobilização do enunciatário), maior a legibilidade do passado, e, inversamente, quanto maior o engajamento afetivo, menor a legibilidade.

Figura 3 – Memória do acontecido e memória-acontecimento



Fonte: Adaptado de Barros (2015, p. 211).

A memória do acontecido destaca preferencialmente o caráter perfectivo (acabado ou definitivo) do enunciado, e a memória-acontecimento, o caráter imperfectivo (inacabado ou processual) da enunciação em si mesma:

A memória do acontecido pode ser aproximada da figura do arquivo, por construir-se discursivamente como algo que parece estar pronto antes mesmo da redação do texto, como dado prévio. Ela fornece legibilidade ao passado, elaborado com o efeito de exaustividade de informações. Faz do passado lembrado, assim como do texto, objeto que deve ser analisado e explicado à distância, e cuja sustentação é fornecida pelo efeito de referência. Já a *memória-acontecimento* aparece como construção que se realiza ao longo do texto. Ela é capturada em seu devir, em sua ação de fazer aparecer e desaparecer o passado lembrado. É dinâmica, instável. Não cria a ilusão de acabamento, mas a cada pedaço do passado agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido (Barros, 2015, p. 210-211, os itálicos são da autora).

No que concerne, portanto, à atividade testemunhal, a memória do acontecido assinala a prevalência do testemunho como *produto*, ou seja, como *verdade dita*, e a memória-acontecimento assinala, por seu turno, a prevalência do testemunho como *processo*, isto é, como *dizer-verdadeiro*.

Partindo de uma cisão igualmente enunciativa,⁴ estabelecida, agora, entre *testis* e *superstes* – respectiva e etimologicamente, “aquele que atende como ‘terceiro’ (**terstis*) em um caso em que duas pessoas estão envolvidas” e “aquele que superou um perigo, uma provação,

⁴ Ainda sobre tal cisão enunciativa, ver Rastier (2010) e Inácio (2022, 2024).

um período difícil, que sobreviveu a ele” e que dele se faz testemunha (Benveniste, 1969, p. 276-277, a tradução é nossa)⁵ —, Seligmann-Silva (2002) propõe, para o discurso testemunhal da catástrofe histórica, o desenvolvimento de dois simulacros ou de duas cenas enunciativas primordiais: a *cena do tribunal* e a *cena de perlaboração do passado traumático*. No primeiro caso, prevalece o *testis* como posição enunciativa — prevalecendo, portanto, a literalização e a ordenação cronológica do dado objetivo, com vistas à realização da justiça e ao estabelecimento, tão congruente quanto possível, de uma documentação histórica. Já no segundo caso, o da perlaboração do passado traumático, a posição enunciativa preeminente é aquela do *superstes* — prevalecendo, assim, um discurso relativamente introspectivo, abstrato e fragmentário da experiência vivida. Convém notar, aqui, que ao conceito psicanalítico de “perlaboração”⁶ associa-se, não raro, o *topos* geral da indizibilidade (Seligmann-Silva, 2003a, 2003b).

Voltando, assim, à Figura 2, encontramos, em (A), a memória do acontecido, ou a cena do tribunal, enunciada a partir da posição enunciativa *testis*, e, em (B), a memória -acontecimento, ou a cena de perlaboração do passado traumático, enunciada a partir da posição enunciativa *superstes*. Em (C), encontramos, finalmente, uma radicalização ou uma extrapolação de (B), manifestada, conforme explicitado acima, como crise ou como impossibilidade de comunicação.

5 A crise de comunicação no testemunho da catástrofe histórica

A supracitada crise se instaura, segundo nos parece, em todos os casos, entre, de um lado, um actante mais diretamente ligado ao relato (leia-se: aquele que produz o relato ou aquele que o recebe) e, de outro, um actante mais diretamente ligado à experiência sensível — o primeiro “ocupando”, por assim dizer, o espaço tensivo englobado e o segundo, por seu turno, o espaço tensivo englobante. Designaremos, no que se segue, (i) por *incompatibilidade tensiva*, a desigualdade estabelecida entre os dois espaços tensivos; (ii) por *incomunicabilidade*, a crise de comunicação que se estabelece entre os dois actantes em função da incompatibilidade tensiva; e (iii) por *incomunicável*, o enunciado manifestante dessa crise de comunicação.

Dentre os vários tipos de incompatibilidade tensiva que se podem observar no âmbito geral do testemunho, o mais facilmente reconhecível é (provavelmente) aquele que se institui, de maneira direta, entre enunciador e enunciatário. A incomunicabilidade pode ser descrita, nesse caso, em termos mais específicos, como uma ineficácia assimilativa do enunciatário com relação às escolhas discursivas do enunciador (a dificuldade relatada por Levi, por exemplo, com relação à poesia de Celan). Aqui, o incomunicável se constitui, muito frequentemente, por meio de paradoxos, lacunas, enigmas não resolvidos, experimentalismos obscuros e construções agramaticais.

⁵ Texto original: “celui qui assiste en « tiers » (* *terstis*) à une affaire où deux personnages sont intéressés” (p. 277) e “celui qui a franchi un danger, une épreuve, une période difficile, qui y a survécu” (p. 276).

⁶ Neologismo psicanalítico que se define, de maneira geral, como a reprodução de um conteúdo recalcado como lembrança, a despeito de uma intensa relutância advinda do próprio sujeito (Freud, 2010 [1914]). Trata-se, fundamentalmente, de um trabalho sensível de resolução discursiva do acontecimento traumático, por oposição a (ou para além de) um trabalho predominantemente intelectual.

É preciso notar, no entanto, que a incompatibilidade tensiva não se restringe ao sujeito da enunciação – ou seja, à comunicação direta entre enunciador e enunciatário –, podendo se instaurar, também, entre os demais actantes discursivos, sejam eles da comunicação (narrador, narratário) ou do enunciado (sujeito ou personagem). Apresentam-se, na sequência, três exemplos concretos.

5.1 Incompatibilidade tensiva entre narrador e sujeito (em sincretismo)

Trata-se, aqui, de uma narração em primeira pessoa, o que significa dizer que narrador e sujeito estão sincretizados no mesmo ator. Nesse caso específico de incompatibilidade, o narrador ocupa o espaço tensivo englobado, que é também o espaço da possibilidade de comunicação “plena”. Distancia-se, desse modo, de si mesmo enquanto sujeito da experiência sensível, uma vez que esse último se situa, como já dissemos, no espaço tensivo englobante. Veja-se este fragmento de Primo Levi:

Assim como nossa fome não é apenas a sensação de quem deixou de almoçar, nossa maneira de termos frio mereceria uma denominação específica. Dizemos “fome”, dizemos “cansaço”, “medo” e “dor”, dizemos “inverno”, mas trata-se de outras coisas. Aquelas são palavras livres, criadas, usadas por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas. Se os Campos de Extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega (Levi, 1988 [1947], p. 182).

A cisão entre narrador e sujeito não se realiza apenas, portanto, em função do afastamento que se institui, compulsoriamente, entre esses dois actantes, no espaço e no tempo (o aqui-agora do narrador sendo sempre, inexoravelmente, distinto do aqui-agora do sujeito do enunciado). *Também a incomunicabilidade os separa*. E isso na medida em que o paradigma discursivo do narrador – o conjunto de “palavras livres, criadas e usadas por homens livres” – se revela inadequado ou insuficiente diante de sua própria experiência enquanto sujeito. O enunciado-síntese desse tipo de incomunicabilidade seria o seguinte: “por mais que eu me esforce, não consigo dizer minha própria experiência sensível”.

No que respeita à organização discursivo-textual, verificam-se, mais especificamente, no excerto (ver, novamente, Figura 2):

- A) *categorias habituais*: enunciados de ampla referência (as palavras “fome”, “cansaço”, “medo”, “dor” e “inverno” empregadas “por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas”);
- B) *categorias excepcionais*: enunciados que descrevem, de modo mais particular, a experiência sensível e os limites físicos, emocionais ou cognitivos do sujeito afetado (“o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega”); e

- C) *categorias defectivas*: o incomunicável propriamente dito ou, ainda, as variações do enunciado-síntese – a revelação da insuficiência do discurso com relação à experiência vivida ou, inversamente, a revelação do excesso da experiência vivida com relação ao discurso efetivamente enunciado (“nossa fome não é apenas a sensação de quem deixou de almoçar”, “nossa maneira de termos frio mereceria uma denominação específica”, “Dizemos ‘fome’, dizemos ‘cansaço’, ‘medo’ e ‘dor’, dizemos ‘inverno’, mas trata-se de outras coisas”, “teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora”).

A mesma dinâmica se verifica, quase sem alteração, no fragmento abaixo, de Elie Wiesel:

Fome, sede, medo, transporte, seleção, fogo e chaminé: esses vocábulos têm seus significados, porém naquele tempo os significados eram outros. Ao escrever em minha língua materna, iídiche, também ela ferida, eu me detinha a cada frase, pensando: “Não é isso.” E recomeçava. Com outros verbos, outras imagens, outras lágrimas caladas. E ainda não era isso. Mas o que seria “isso”, exatamente? É aquilo que se esquia, que se encobre para não ser roubado, usurpado, profanado. As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas. Quais delas usar para narrar a derradeira viagem em vagões lacrados rumo ao desconhecido? (Wiesel, 2021 [1958], p. 09-10).

Para além das categorias habituais (“Fome, sede, medo, transporte, seleção, fogo e chaminé: esses vocábulos têm seus significados”), das categorias excepcionais (“a derradeira viagem em vagões lacrados rumo ao desconhecido”), e das categorias defectivas (“naquele tempo os significados eram outros”, “Não é isso”, “ainda não era isso”, “o que seria ‘isso’, exatamente?”, “As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas”), importa ressaltar, ainda, no decurso do fragmento, a explicitação do incomunicável como mecanismo de resistência: é através do enunciado defectivo que alguma coisa “se esquia”, “se encobre *para não ser roubada, usurpada, profanada*”. Para não ser, em outros termos, *mitigada* em um processo, eventualmente excessivo, de extensivização da catástrofe – de transformação da violência radical em exercício ou rotina discursiva.

5.2. Incompatibilidade tensiva entre narrador e sujeito (sem sincretismo)

Trata-se, nesse caso, de uma narração ou de um fragmento narrativo que se realiza em terceira pessoa – narrador e sujeito sendo manifestados, portanto, por atores distintos. O narrador ainda ocupa o espaço tensivo englobado, e o sujeito, por seu turno, o espaço tensivo englobante, mas o enunciado-síntese da incomunicabilidade que se instaura entre esses dois actantes passa a ser o seguinte: “por mais que eu me esforce, eu não posso (e não poderei nunca) dizer a experiência sensível do outro”. Pode-se dizer, enfim, a factualidade do acontecimento – uma vez que o evento histórico, enquanto tal, é sempre passível de discursivização –, mas não o atravessamento efetivo da violência, o *quantum* de impacto de fato sofrido pelo sujeito afetado.

Esse tipo de incompatibilidade constitui a base de um paradoxo amplamente reconhecido no domínio discursivo da catástrofe histórica: “as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral” (Levi, 2016b [1986], p. 66) – porque diretamente vinculado à experiência da violência histórica em suas últimas consequências – são justamente aque-

las que não sobreviveram para dar testemunho⁷. O narrador procura dar conta, como pode, dessa lacuna inexorável, mas trata-se, evidentemente, de um discurso realizado “em nome de terceiros”, da “narração de coisas vistas de perto, [mas] não experimentadas pessoalmente” (Levi, 2016b [1986], p. 67, a inserção é nossa). Trata-se, portanto, no que concerne à experiência radical do sujeito afetado (mas não, é claro, no que concerne à concretude do fato histórico), de um discurso claramente insuficiente. Ainda Levi:

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas muitos anos depois. Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”⁸, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral. [...] Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso “em nome de terceiros”, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação (Levi, 2016 [1986], p. 66-67).

No que tange à explicitação da incompatibilidade tensiva estabelecida entre os dois actantes, pode-se constatar (Figura 2):

- A) que as categorias habituais – de baixo impacto com relação às categorias excepcionais, assinaladas abaixo – dizem respeito à própria figura do narrador (“nós, os sobreviventes”, “[nós, que] não tocamos o fundo”, “nós, tocados pela sorte” e, por inferência, “nós, as testemunhas”);
- B) que as categorias excepcionais – particularizantes ou de alto impacto com relação às categorias habituais, assinaladas acima – se referem, em contraposição, ao sujeito afetado (“quem fitou a górgona”, “os ‘muçulmanos’”, “os que submergiram”, “as autênticas testemunhas”, “as testemunhas integrais”); e

⁷ Agamben (2008 [1998], p. 151) se refere a essa configuração específica, ou seja, a esse impasse testemunhal, como sendo o “paradoxo de Levi”.

⁸ No contexto concentracionário da Segunda Guerra Mundial, o termo “muçulmano” se refere ao indivíduo completamente esgotado ou degradado (física, emocional e cognitivamente). Trata-se, para Primo Levi (1988 [1947], p. 132), dos que “foram esmagados antes de conseguir adaptar-se”, dos que “ficaram para trás” e “nem começaram a aprender o alemão e a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições, a não ser quando seu corpo já desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção [para o gás] ou da morte por esgotamento”.

⁹ As aspas podem ser indicativas, nessa passagem, de uma insuficiência narrativa, constituindo-se, dessa maneira, como manifestação de uma categoria defectiva. Podem assinalar também, no entanto, uma inadequação moral, ou ética, relativa ao emprego (racista) do termo (ver Gagnebin, 2008, p. 13).

- C) que as categorias defectivas evidenciam, por fim, a insuficiência da narração ou, ainda, a inadequação do discurso em função da incompatibilidade tensiva entre os dois actantes (“tem sido um discurso ‘em nome de terceiros’, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente”, “A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte”; “Falamos nós em lugar deles, por delegação”).

Cumpre salientar, no entanto, que a despeito de todos os exemplos apresentados acima, o incomunicável não se restringe ao “mero” comentário de natureza metaenunciativa (“Dizemos ‘fome’, dizemos ‘cansaço’, ‘medo’ e ‘dor’, dizemos ‘inverno’, mas trata-se de outras coisas”, “As palavras existentes, saídas do dicionário, me soavam magras, pobres, pálidas”, “Falamos nós em lugar deles, por delegação”, “Uma metáfora sucederia a outra. Rodaríamos em falso em um interminável carrossel de analogias” etc.). De maneira distinta, e consideravelmente mais ampla, pode-se classificar, segundo nos parece, toda e qualquer indicação de incompatibilidade tensiva entre dois actantes – sejam eles da enunciação, da comunicação ou do enunciado – como uma instância de incomunicabilidade e, por conseguinte, como uma instância do incomunicável. É o que procuraremos mostrar na sequência.

5.3 Incompatibilidade tensiva entre narrador-sujeito e narratário

A linha em branco assinala, em cada um dos fragmentos abaixo, de Charlotte Delbo, não apenas a introdução de uma interpelação narrativa, mas também (e, talvez, principalmente) a explicitação da incompatibilidade tensiva que se institui entre, de um lado, o narrador-sujeito – ocupante, agora, do espaço tensivo englobante – e, de outro, o narratário “comum”, que não atravessou a experiência-limite – ocupante, por seu turno, do espaço tensivo englobado:

Um cadáver. O olho esquerdo devorado por um rato. O outro olho aberto com sua franja de cílios.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 111).

Um homem que já não consegue continuar. O cão o agarra pelo traseiro. O homem não para. Anda com o cão que anda atrás dele sobre duas patas, a boca no traseiro do homem.

O homem anda. Não deu um grito. O sangue marca as listras da calça. Por dentro, uma mancha que cresce como no mata-borrão.

O homem anda com as presas do cão na carne.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 112).

Uma mulher puxada pelo braço por outras duas. Uma judia. Ela não quer ir para o 25.¹⁰ As duas a arrastam. Ela resiste. Seus joelhos raspam no chão. Sua roupa puxada pelas mangas sobe até o pescoço. A calça desfeita – uma calça de homem – se arrasta atrás dela, pelo avesso, presa aos tornozelos. Uma rã pelada. Os rins nus, as nádegas perfuradas de magreza sujas de sangue e pus. Ela berra. Os joelhos se esfolam no pedregulho.

Tentem olhar. Tentem para ver como é (Delbo, 2021b [1965], p. 113).

¹⁰ Bloco 25. Instalação a partir da qual as prisioneiras eram conduzidas à morte por gaseamento.

A série de *embreagens temporais* (Fiorin, 2016 [1996], p. 171 et seq.) – com a suspensão, nesse caso particular, da oposição entre o pretérito (perfeito, imperfeito ou mais-que-perfeito) e o presente, em favor desse último – promove, na primeira parte de cada um dos fragmentos, um efeito, ou uma ilusão, de sobreposição entre observação e relato. Desse modo, ao invés de:

O olho esquerdo foi devorado por um rato
O olho esquerdo era devorado por um rato, ou
O olho esquerdo tinha sido devorado por um rato

lê-se, provavelmente:

O olho esquerdo é devorado por um rato, ou
O olho esquerdo está sendo devorado por um rato

Tudo se passa, portanto, como se o narrador – “inserido”, pelo tempo presente, em um campo de concentração, na qualidade de testemunha ocular – procedesse a uma espécie de narração simultânea de tudo aquilo que vê. Assim sendo, para além do impacto da violência sobre o sujeito do enunciado (“Um cadáver”, “Um homem”, “Uma mulher”), a presentificação do passado evidencia, ainda, em cada um dos três fragmentos, o impacto da experiência visual sobre o próprio narrador-sujeito. O ato testemunhal – a aterradora visão do acontecimento-catástrofe – integra também, desse modo, o primeiro plano da narração.

A interpelação narrativa – que se realiza, sistematicamente, na segunda parte de cada um dos excertos (“Tentem olhar. Tentem para ver como é”) – corrobora, por um lado, a ênfase colocada sobre a experiência visual do narrador – transformado, por conseguinte, em narrador-sujeito – e salienta, por outro, o fato de que a mobilização afetivo-sensorial do narratário – construída discursivamente, por figurativização –, não pode ser equiparada, em absoluto, à mobilização afetivo-sensorial da testemunha verdadeiramente ocular (no presente caso, o narrador). Dito de outro modo, o narrador “convida” a ver por que a narração não dá conta da experiência vivida. É preciso ver de fato para saber como é.

Não é, contudo, a insuficiência narrativa aquilo que se destaca nos excertos apresentados, mas, sim, a insuficiência assimilativa do narratário. Por se tratar de um desafio, quase uma provocação, o que a interpelação evidencia são as “capacidades limitadas, ordinárias de recepção” do ouvinte comum, dissociado, como tal, da totalidade da experiência-limite (Ricoeur, 2007 [2000], p. 186, citado acima). O desafio vale, portanto, pelo enunciado-síntese: “por mais que eu tente explicar a experiência sensível, você jamais será capaz de compreendê-la”¹¹.

Pode-se dizer, em resumo, a respeito dos fragmentos citados na presente subseção (ver Figura 2):

- A) que as categorias habituais se reduzem à ocorrência singular, no segundo fragmento, do pretérito perfeito (“Não deu um grito”), sugestiva de um brevíssimo afastamento do narrador com relação à experiência sensível;

¹¹ Esse tipo de interpelação-desafio, empregado como indicação da ineficácia assimilativa do narratário com relação à experiência sensível (sensorial ou emocional) do narrador-sujeito, aparece de maneira mais ou menos frequente na obra de Charlotte Delbo. Lê-se, por exemplo, em *Medida de nossos dias*, com relação ao retorno do universo concentracionário ao mundo cotidiano: “Sair da história/ para entrar na vida/ tentem então vocês e verão como é” (Delbo, 2021 [1971], p. 343).

- B) que as categorias excepcionais se referem ao impacto do ato testemunhal sobre aquele que testemunha – ou seja, ao impacto do acontecimento-catástrofe sobre aquele que de fato o presencia –, pautando-se, ao longo de quase toda a primeira parte de cada um dos fragmentos, pela embreagem temporal e pela ênfase sensorial ou figurativa; e
- C) que as categorias defectivas se fazem representar pela interpelação narrativa, desafio-provocação que assinala, a um só tempo, a incompatibilidade tensiva que se estabelece entre narrador-sujeito e narratário “comum”, e a ineficácia assimilativa desse último com relação à experiência sensível do primeiro.

O incomunicável não é, desse modo, necessariamente lacunar, negativo ou meta-enunciativo. Qualquer enunciado que remeta à diferença fundamental entre os dois espaços tensivos poderá ser tomado como índice de uma categoria defectiva.

6 Considerações finais

Cumpramos observar que, embora relativamente comum no domínio testemunhal da catástrofe histórica, a noção geral de incomunicável (com suas diversas variações) enfrenta, por vezes, uma vigorosa série de objeções e críticas. O argumento central é o mesmo na maior parte dos casos: o incomunicável, compreendido em sentido absoluto, interditaria ou suspenderia o discurso – em termos gerais, o indizível excluiria o dizível –, favorecendo, como consequência, não apenas o negacionismo contemporâneo e o revisionismo histórico mal-intencionado, mas também o projeto inicial, idealizado pelos próprios perpetradores, de esquecimento ou de apagamento do crime perpetrado. Nas palavras de Agamben (2008 [1998], p. 42), por exemplo, “dizer que Auschwitz é ‘indizível’ ou ‘incompreensível’ equivale a *euphemein*, a adorá-lo em silêncio, como se faz com um deus; significa, portanto, independentemente das intenções que alguém tenha, contribuir para sua glória”. A veemente recusa dos termos é relativizada, contudo, pelo próprio filósofo, que admite a presença, e mesmo a preponderância, no domínio discursivo da catástrofe histórica, de um excedente radical de sentido – de um *resto* – que se manifesta, em última instância, como impossibilidade (ou como dificuldade) de comunicação:¹²

Do ponto de vista do historiador, conhecemos, por exemplo, nos mínimos detalhes, o que acontecia na fase final do extermínio em Auschwitz, a forma como os deportados eram levados às câmaras de gás por um esquadrão composto pelos próprios companheiros (o assim chamado *Sonderkommando*), que, posteriormente, se incumbia de carregar para fora os cadáveres, de lavá-los, de retirar dentes e cabelos dos corpos, para depois, e por fim, introduzi-los nos fornos crematórios. Mesmo assim, tais acontecimentos, que podemos descrever e ordenar cronologicamente um após o outro, continuam sendo singularmente opacos quando realmente queremos compreendê-los. [...] Não se trata aqui, obviamente, da dificuldade que experimentamos toda vez que procuramos comunicar a outros nossas experiências mais íntimas. A dificuldade tem a ver com a própria estrutura do testemunho. Por um lado, o que aconteceu nos campos aparece aos sobrevi-

¹² Sobre essa mesma recusa e essa mesma relativização, ver Didi-Huberman (2020 [2004]).

ventes como a única coisa verdadeira e, como tal, absolutamente inesquecível; por outro, tal verdade é, exatamente na mesma medida, inimaginável, ou seja, irreduzível aos elementos reais que a constituem. Trata-se de fatos tão reais que, comparativamente, nada é mais verdadeiro; uma realidade que excede necessariamente os seus elementos factuais: é esta a aporia de Auschwitz (Agamben, 2008 [1998], p. 19-20).

Esgotado, por conseguinte, o domínio objetivo da catástrofe (ou seja, seus elementos factuais), resta ainda a experiência sensível. E isso nos permite concluir, sobre o acontecimento em questão, que ele é, ao mesmo tempo, ou alternativamente, comunicável e incommunicável (dizível e indizível, assimilável e inassimilável), prevalecendo, no primeiro caso, o dado inteligível sobre a experiência sensível do sujeito afetado e, no segundo, de maneira radical, a experiência sensível do sujeito afetado sobre o dado inteligível.

Presente, como vimos, na dualidade enunciativa estabelecida entre *testis* e *superstes*, essa partilha específica – a coexistência, em termos absolutos, e a alternância, em termos de prevalência, entre o sensível e o inteligível – constitui o fundamento mesmo da Teoria Tensiva. Ou seja: a dimensão sensível e a dimensão inteligível do discurso não apenas não se excluem mutuamente, como convergem ou concorrem – em diferentes proporções – para a definição de toda e qualquer grandeza semiótica. O incommunicável não assinala, portanto, uma interdição ou uma suspensão do discurso, nem sugere, evidentemente, uma sacralização da catástrofe. Define-se, ao contrário, como uma estratégia discursiva, concernente, a um só tempo, à dimensão epistêmica do discurso – como um mecanismo de estabelecimento da verdade – e a sua dimensão ética – como um mecanismo de resistência diante da banalização da catástrofe.

No que tange à dimensão epistêmica, a referida dualidade acaba por sugerir (como o faz também Agamben, no excerto apresentado) um desdobramento tensivo da verdade. Haveria, desse modo, por um lado, uma *verdade implicativa*, relativa ao dado factual, e, por outro, uma *verdade concessiva*, relativa à experiência sensível. Para fazer crer na verdade implicativa, o enunciador (*testis*) lançaria mão de formas discursivo-textuais garantidoras de uma adesão extensiva do enunciatário – de uma adesão fundamentada, primordialmente, em critérios lógicos –, e para fazer crer, complementarmente, na verdade concessiva, o enunciador (*superstes*) lançaria mão de formas discursivo-textuais garantidoras, por seu turno, de uma adesão intensiva – de uma adesão fundamentada, primordialmente, em parâmetros sensoriais ou afetivos (Barros, 2015, 2016; Inácio, 2022, 2024). Ao lado, portanto, de um fazer-crer e de um crer-verdadeiro exclusivamente associados aos estados de coisas (reduzido, por excelência, do julgamento epistêmico), haveria, também, um fazer-crer e um crer-verdadeiro associados, em contrapartida, aos estados de alma. Estaríamos, nesse último caso, no domínio do dizer-verdadeiro, relativo, conforme foi explicitado acima, ao afeto, à memória-acontecimento e ao discurso como processo (Barros, 2015, 2016) – o que explicaria, sem dúvida, a recorrência, em (C), do comentário metaenunciativo.

Como marca de verificação – de atestação ou de asseveração de uma ultrapassagem do espaço tensivo englobado (ou, se quisermos, de um transbordamento do sistema coletivo geral de saberes e crenças) –, o incommunicável assinala, também, e de maneira absolutamente fundamental, o surgimento de uma nova ética. Para além, portanto, das duas tarefas éticas elementares de toda a narratividade – a saber, a liquidação de faltas e a resolução de excessos (Fontanille; Zilberberg, 2004 [1998], p. 347) –, o que o testemunho da catástrofe histórica notabiliza, em (C), é a retomada, mais ou menos frequente, de um excesso radical. Como

reiteração eloquente de um excedente de sentido, tal retomada parece sugerir, em última instância, que certas experiências não são passíveis de normalização – não admitindo, dessa maneira, uma resolução definitiva. O incomunicável atua, portanto, no domínio testemunhal da catástrofe histórica, como um mecanismo de resistência: como uma ferramenta de recuperação e conservação da intensidade radical da violência sofrida, com o impedimento consequente de sua possível trivialização.

Referências

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998].

AMÉRY, J. *Além do crime e castigo*. Tentativas de superação. Tradução: Marijane Lisboa. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1966].

BARROS, M. L. P. de. *O discurso da memória*. Entre o sensível e o inteligível. São Paulo: FFLCH, 2015.

BARROS, M. L. P. de. A memória do acontecido e a memória-acontecimento: um estudo semiótico dos gêneros autobiográficos. *Alfa: Revista de linguística*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 355-383, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1608-6>.

BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. 2. pouvoir, droit, religion. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

DELBO, C. Medida de nossos dias. In: DELBO, C. *Auschwitz e depois*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Carambaia, 2021a [1971]. p. 285-435.

DELBO, C. Nenhum de nós voltará. In: DELBO, C. *Auschwitz e depois*. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Carambaia, 2021b [1965]. p. 11-146.

DIDI-HUBERMAN, G. *Imagens apesar de tudo*. Tradução: Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020 [2004].

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Contexto, 2016 [1996].

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001 [1998].

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. Aspecto. In: FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensión y significación*. Tradução: Desiderio Blanco. Lima: Fondo de Desarrollo Editorial, 2004 [1998]. p. 331-363.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. In: FREUD, S. *Obras completas*. Volume 10. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1914]. p. 146-158.

GAGNEBIN, J. M. Apresentação. In: AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*. O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1998]. p. 9-17.

GREIMAS, A. J. O saber e o crer: um único universo cognitivo. In: GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II*. Ensaios semióticos. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014 [1983]. p. 127-145.

- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução: Alceu Dias Lima, Diana Luz Pessoa de Barros, Eduardo Peñuela Cañizal, Edward Lopes *et al.* São Paulo: Contexto, 2016 [1979].
- INÁCIO, A. E. Reflexões sobre a verdade e a crença na comunicação do testemunho literário. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 237-256, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.194036>.
- INÁCIO, A. E. O indizível no testemunho da catástrofe histórica: um estudo do excesso radical de sentido segundo a Semiótica Tensiva. 2024. 204 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2024.tde-21012025-130929>.
- LEVI, P. É isto um homem?. Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1947].
- LEVI, P. Da escrita obscura. In: LEVI, P. *O ofício alheio*. Tradução: Silvia Massimini Felix. São Paulo: Editora Unesp, 2016a [1985]. p. 55-61.
- LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016b [1986].
- RASTIER, F. Témoignages inadmissibles. *Littérature*, v. 3, n. 159, p. 108-129, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3917/litt.159.0108>.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [2000].
- SELIGMANN-SILVA, M. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 6, p. 67-83, 2002. DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-8837.pg.2002.64399>.
- SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003a. p. 07-44.
- SELIGMANN-SILVA, M. Apresentação da 25-43 questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003b. p. 45-58.
- TATIT, L. Quantificações subjetivas: crônicas e críticas. In: TATIT, L. *Estimar canções*. Estimativas íntimas na formação do sentido. Cotia: Ateliê Editorial, 2016. p. 23-43.
- WIESEL, E. *A noite*. Tradução: Dorothée de Bruchard. Rio de Janeiro: Sextante, 2021 [1958].
- ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução: Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011 [2006].
- ZILBERBERG, C. *La structure tensiva*. Suivi de Note sur la structure des paradigmes et de Sur la dualité de la poétique. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2012.
- ZILBERBERG, C. Umbrales, límites, valores. In: ZILBERBERG, C. *Horizontes de la hipótesis tensiva*. Tradução: Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, 2019 [2002]. p. 85-104.

Da memória à narrativa testemunhal: o jornal *A Sirene* como discurso de resistência à mineração

From Memory to Testimonial Narrative: An Analysis of A Sirene Newspaper as a Discourse of Resistance Against Mining

Paulo Henrique Aguiar Mendes

Universidade Federal de Ouro Preto
(UFOP) | Ouro Preto | MG | BR
paulo.mendes@ufop.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0584-0669>

**Flávia Aparecida
Ribeiro Soares**

Universidade Federal de Ouro Preto
(UFOP) | Ouro Preto | MG | BR
flaviaribeirosoares@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-2953-3287>

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o Jornal *A Sirene* como instância produtora de narrativas testemunhais que constituem práticas discursivas de resistência das populações atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (Mariana) em 2015. Passados quase dez anos desse acontecimento, o jornal continua sendo uma ferramenta de preservação da memória e de mobilização dessas comunidades contra o poder hegemônico das empresas de mineração (Samarco/Vale e BHP Billiton) e a impunidade relativa à efetiva reparação dos danos causados pelo maior crime socioambiental do país. No momento em que grande parte dessas comunidades discute o Novo Acordo de Repactuação, aprovado em novembro de 2024, é relevante e oportuno analisar as estratégias discursivas testemunhais utilizadas pelos atingidos e publicadas nesse jornal, que se tornou o seu principal veículo de comunicação e de luta contra o esquecimento, o trauma e a injustiça. A fundamentação teórica e metodológica utilizada integra categorias de diferentes abordagens, destacando-se o conceito de atingidos/pessoas atingidas (Gomide *et al.*, 2018; Souza; Carneiro, 2019), a relação entre as noções de memória (Ricoeur, 2007; Paveau, 2015) e de testemunho (Amossy, 2004, 2011; Tocaia, 2024; Seligman-Silva, 2010; Nascimento, 2007); e ainda, a sua articulação com a análise pragmática da narrativa (Motta, 2013; Ricoeur, 1994). A metodologia caracteriza-se como uma abordagem qualitativa de natureza heurística, desenvolvendo-se em função de excertos recortados do jornal em questão.

Palavras-chave: memória; narrativa testemunhal; discurso de resistência; jornal *A Sirene*.



Abstract: This article aims to analyze the newspaper *A Sirene* as a producer of testimonial narratives that constitute discursive practices of resistance by the populations affected by the Samarco dam burst (Mariana) in 2015. Nearly a decade after the event, the newspaper remains a tool for preserving memory and mobilizing these communities against the hegemonic power of the mining companies (Samarco/Vale and BHP Billiton) and the ongoing impunity regarding effective reparation for the damages caused by the largest socio-environmental crime in Brazil's history. At a time when many of these communities are discussing the New Reparation Agreement, approved in November 2024, it is both relevant and timely to analyze the testimonial discursive strategies employed by the affected populations and published in this newspaper, which has become their main means of communication and resistance against oblivion, trauma, and injustice. The theoretical and methodological framework draws on categories from different approaches, highlighting the concept of affected individuals/affected populations (Gomide *et al.*, 2018; Souza; Carneiro, 2019), the relationship between the notions of memory (Ricoeur, 2007; Paveau, 2015) and testimony (Amossy, 2004, 2011; Tocaia, 2024; Seligmann-Silva, 2010; Nascimento, 2007), and their articulation with the pragmatic analysis of narrative (Motta, 2013; Ricoeur, 1994). The methodology is characterized as a qualitative approach of heuristic nature, based on excerpts selected from the newspaper in question.

Keywords: memory; testimonial narrative; discourse of resistance; *A Sirene* newspaper.

1 Introdução

Neste artigo pretendemos realizar uma análise de narrativas testemunhais como práticas discursivas de resistência presentes no jornal *A Sirene*.¹ Esse jornal foi produzido em função da tragédia do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (doravante BRF), da mineradora

¹ Criado em 05 de fevereiro de 2016, o jornal *A Sirene* possui regularidade mensal. Trata-se de um jornal escrito no formato tabloide por indivíduos na condição de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e por grupos de apoio. O jornal, produzido em 16 páginas, tamanho A3, tem tiragem regular de 2.000 exemplares,

Samarco em Mariana (MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, e de seus desdobramentos socioambientais, políticos e jurídicos ao longo dos quase dez anos desse acontecimento criminoso. Para além da morte de dezenove pessoas, entre trabalhadores e habitantes da região, da devastação de distritos e municípios ao longo da Bacia do Rio Doce até a sua foz no Espírito Santo, pela “lama de rejeitos” de cerca de 40 milhões de metros cúbicos, acumulam-se relatos de protelação das decisões das autoridades judiciais, de impunidade e de abuso de poder econômico por parte das grandes empresas mineradoras responsáveis por esse crime, bem como de má governança e de manipulação da entidade criada em 2016 para conduzir o processo reparatório, a saber, a Fundação Renova, extinta em outubro de 2024, com o Novo acordo de repactuação.²O Novo Acordo, conhecido como Acordo de Mariana, homologado pelo STF, deu nova visibilidade ao acontecimento do rompimento da BRF, reavivando o seu processo de semiotização nas esferas midiática, empresarial, política, jurídica e civil/cidadã. Não obstante, a luta dos atingidos, embora possa ter sido negligenciada, nunca deixou de ser travada em todas essas instâncias. Aqui, destacamos especialmente a atuação do jornal *A Sirene*, “feito pelos atingidos e para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação das suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer” (JORNAL A SIRENE, Mariana, Ed. 0, 6 de junho de 2016, p.2).

Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais, coletivos e colaboradores, o jornal chegou, em março de 2025, ao número expressivo de 102 (cento e duas) edições. No dia 5 de cada mês (data que marca a tragédia), é lançada uma nova edição do jornal, que, em seu nono ano de existência, continua cumprindo o papel de memória testemunhal do(a)s atingido(a)s pelo crime socioambiental do rompimento da BRF, edificando uma memória social e cultural que pode e deve ser amplificada e dinamizada no decorrer do tempo.

Sendo assim, o Jornal *A Sirene* consiste no esforço de promover a inclusão dos discursos de resistência das comunidades em situação de vulnerabilidade social em padrões de acesso mais afeitos à complexidade comunicacional da sociedade contemporânea, na qual a narrativa testemunhal dos atingidos assume visibilidade através da mediação dos grupos de apoio. Podemos dizer que essa iniciativa constitui uma ação cidadã que visa a empoderar populações destituídas do exercício da cidadania, num país historicamente caracterizado pela desigualdade social e pela exclusão dessas populações, em razão da hegemonia das formas de dominância econômica, social, midiática e política.

Na sequência, faremos um breve comentário sobre o crime socioambiental do rompimento da BRF e sobre o conceito de pessoas atingidas, para, em seguida, buscar analisar como se constrói discursivamente a identidade coletiva dessas comunidades que se autodenominam “atingida(o)s por barragens” no contexto do crime socioambiental da BRF, especialmente do ponto de vista da narratividade de sua memória testemunhal e de suas formas de vida e de resistência, através da prática de linguagem que se traduz pelo jornal *A Sirene*.

que são distribuídos, gratuitamente, entre a comunidade de atingidos e membros da sociedade marianense presentes no ato de lançamento de cada edição (Mendes; Menezes, 2016).

² O Novo Acordo foi assinado pelas empresas Samarco (responsável pela barragem do Fundão), Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana), que controlam a Samarco; pela Advocacia-Geral da União (AGU), governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Defensoria Pública da União; Ministérios Públicos de MG e do ES e Defensorias Públicas dos dois estados, destinando R\$ 132 bilhões em dinheiro novo para ações de reparação e compensação.

2 O crime socioambiental do rompimento da BRF e o conceito de “pessoas atingidas”

Em linhas gerais, o que observamos em crimes socioambientais, como o do rompimento da BRF, é a predominância de impactos socioeconômicos e ambientais sobre populações já em situação de vulnerabilidade por outros fatores sociais, econômicos e políticos, o que é tratado na literatura crítica como “injustiça ambiental”³. Podemos, pois, afirmar que, em sociedades desiguais, são os grupos étnica e racialmente discriminados e as populações de baixa renda – enfim, grupos vulneráveis e marginalizados – que arcam com os maiores prejuízos causados pelos danos ambientais gerados pelo suposto desenvolvimento econômico, a exemplo da desigualdade das condições materiais em disputa entre as empresas mineradoras e as pessoas atingidas, ou seja, uma relação entre grupos economicamente hegemônicos e pessoas comuns.

Ao grupo de pessoas que sofre os efeitos da atividade minerária vem-se convencendo chamar de “atingidos”, especialmente na literatura crítica à mineração, a despeito das tentativas dos representantes desse setor de qualificá-los como “afetados” ou “impactados”, e não como “atingidos”. Nas palavras de Souza e Carneiro (2019):

Assim como todo o léxico da mineração, a palavra “atingido” tem o seu significado em disputa, porque ela tende a promover uma identificação entre as pessoas que sofrem os efeitos das atividades minerárias, reforçando o sentimento de pertencimento a um campo de luta por direitos, o que se intensifica pela existência de um movimento social que leva a palavra “atingido” no seu próprio nome, que é o ‘Movimento dos Atingidos por Barragens – (MAB)’. Ressalte-se que nos trabalhos de campo desenvolvidos pelo GEPSA,⁴ bem como nas suas publicações, a palavra “atingido” tem dado lugar à expressão “pessoas atingidas”, como forma de problematizar a violência de gênero reproduzida pela linguagem, particularmente pela língua portuguesa, que utiliza a flexão de gênero para o masculino como forma de universalização do seu significado (Souza; Carneiro, 2019, p. 191-192).

Dentro desse léxico próprio que o contexto nos oferece, as pessoas atingidas por rompimento de barragens caracterizam-se por terem diminuída a sua capacidade de enfrentar a ameaça de perda ou a perda efetiva de direitos diante do desequilíbrio na correlação de forças nas negociações com as empresas. Segundo o *Dicionário Crítico da Mineração*, “são considerados ‘atingidos’ os indivíduos e grupos que sofrem com os impactos da mineração, mesmo os desconsiderados oficialmente pela avaliação de impacto ambiental, mineradoras e pelo poder público” (Gomide *et al.*, 2018, p.31). Essas pessoas, que têm diminuída a sua capacidade de defesa de direitos, deveriam receber um tratamento jurídico especial que lhes assegurasse condições iguais para tratar com os grupos e instituições cujos interesses se opõem aos seus, interesses esses geralmente acompanhados de uma desigualdade de condições materiais, técnicas e epistemológicas. De um lado, uma das maiores forças do poder econômico mundial (a indústria extrativista de mineração) e, do outro lado, pessoas ou grupos de pessoas que, geralmente, têm seus modos e projetos de vida vinculados a pequenas comunidades.

³ Sobre o tema conferir Acselrad, H.; Herculano, S.; Pádua, J. A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, entre outros.

⁴ Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da UFOP.

É evidente que os grupos vulneráveis sofrem desproporcionalmente os custos do suposto desenvolvimento econômico proporcionado pela mineração.

Assim, de acordo com o que determina o regime jurídico dos direitos humanos, fica caracterizada a situação de vulnerabilidade das pessoas atingidas e a consequente violação de direitos humanos (violação ao direito à propriedade, à saúde, ao meio ambiente equilibrado, à água, à integridade pessoal, à moradia etc.). Diante disso, é de responsabilidade do Estado brasileiro tomar as providências necessárias para garantir a reparação devida e a proteção necessária para que tais violações não voltem a acontecer. Recorremos mais uma vez à abordagem de Souza e Carneiro (2019), que afirmam:

No caso dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, trata-se de vítimas de um “desastre criado”, causado por uma empresa que desenvolve atividade econômica poluidora, que está, portanto, sujeita à disciplina da responsabilidade civil ambiental (...). Por essa razão, resulta incontroversa a responsabilidade civil das empresas Samarco (proprietária da barragem), Vale e BHP Billiton (proprietárias da Samarco) pelo rompimento da barragem de Fundão e pelos danos decorrentes desse desastre. (Souza; Carneiro, 2019. p.195).

Nessa perspectiva, ressaltamos que a relevância do crime socioambiental do rompimento da barragem de Fundão não se deve apenas à gravidade dos seus impactos, nem às repercussões políticas, jurídicas e econômicas que dele decorreram, a exemplo do Novo acordo de repactuação e do valor global das reparações em disputa, mas, sobretudo, pelo “reconhecimento dos direitos das pessoas atingidas, que trarão implicações futuras para situações semelhantes e possivelmente para a construção de um marco regulatório dos desastres no Brasil” (Souza e Carneiro, 2019. p. 206). Pelo menos é o que se espera e é para isso que as pessoas atingidas lutam.

3 Acontecimento, memória e testemunho

Da perspectiva de uma análise da narrativa testemunhal acerca do rompimento da BRF através do jornal *A Sirene*, vale destacarmos, nesta seção, as relações constitutivas que se estabelecem entre o acontecimento, a memória e o testemunho. Numa análise anterior sobre *A Sirene* (Mendes; Menezes, 2016, p.1055), postulamos que o jornal “constitui um processo de discursivização de um acontecimento de proporções catastróficas, que teve repercussão internacional, sendo considerado o maior desastre socioambiental do país”. Nesse sentido, analisamos o jornal *A Sirene* como acontecimento discursivo⁵, engendrado em função do rompimento da BRF em Mariana (MG), enquanto acontecimento histórico, que passou a ser inscrito na memória coletiva da sociedade em geral, e, mais especificamente, da Região dos Inconfidentes em Minas Gerais. Interessa-nos, pois, desenvolver agora um comentário sobre a noção de memória, articulando-a e avançando na formulação sobre a questão do testemunho.

⁵ Há diversas formulações em diferentes áreas de conhecimento acerca da noção de acontecimento. Mencionaremos aqui apenas a abordagem de Pêcheux, que destaca a noção de acontecimento discursivo na terceira e última fase de sua obra, definindo-o como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2006, p.17)

Ressaltamos inicialmente a abordagem de Ricoeur (2007), para quem seria preciso distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada, estabelecendo uma fenomenologia das lembranças, de modo que a memória é uma capacidade e um processo (operação), enquanto as lembranças são “representações” produzidas por essa capacidade/processo de memória, relacionadas especialmente aos acontecimentos e às vivências. Nas palavras do autor:

É de fato o esforço de recordação que oferece a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento” (...). A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (...), ao sepultamento, no esquecimento. Não é somente o caráter penoso do esforço de memória que dá à relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo (...) (Ricoeur, 2007, p.48).

Ao tratar dos “lugares de memória”, o autor afirma que o corpo constitui o lugar primordial, o aqui em relação ao qual todos os outros lugares são lá. Nesse aspecto, a simetria entre espacialidade e temporalidade é completa: ‘aqui’ e ‘agora’ ocupam a mesma posição entre os dêiticos que pontuam a nossa linguagem (Ricoeur, 2007, p.57). É também bastante significativo que Ricoeur (2007, p.59) enfatize que “a transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo, habitar”. Cabe ressaltar que a noção de “lugar de memória” foi formulada por Nora (1993)⁶ e amplamente explorada em diversas áreas de conhecimento, sendo retomada, entre outros autores, por Orlandi (2020) numa perspectiva discursiva. Segundo a autora, “os aspectos material, funcional e simbólico coexistem nos lugares de memória. Pode tratar-se de um monumento, ou de uma pintura, de arquivos, ou de um museu” (Orlandi, 2020, p.515). Nesse sentido, o jornal *A Sirene* pode ser concebido como um “lugar de memória”⁷, instanciando e enunciando a memória testemunhal e “autobiográfica” do(a)s atingido(a)s pelo crime socioambiental do rompimento da BRF, com vistas à constituição de uma memória social e cultural. Vejamos o seguinte excerto:

1) Minha vida lá

A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida. Trata-se de um modo de configurar a identidade de alguém ou de uma comunidade, um jeito singular de habitar um espaço e, ainda, de projetar expectativas para o futuro. Os atingidos, cada um a seu modo, guardam histórias que foram construídas nas comunidades às quais pertencem. A onda de lama foi forte, mas não o bastante para diminuir essas recordações. É desse lugar que muitos tiram energia para enfrentar um cotidiano de adversidades. (Por Marcos Muniz, Maria das Graças Quintão, Maria das Graças Lima Bento, Sérvulo Caetano da Silva, Silvana Aparecida da Silva, Com apoio de Ana Laura Rangel, Daniela Felix, Silmara Filgueiras– *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 2, edição n. 20, novembro/2017)

⁶ Segundo Nora (1993, p.12), “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.

⁷ Sobre o jornal como lugar de memória, ver SANTOS, R. M. O Jornal como lugar da memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. *OPIS Revista do Niesc*, v. 2, n. 2, p. 67-75, jul/dez, 2002.

Esse excerto ilustra a relevância da dimensão da memória no processo de (re)construção discursiva da identidade dos atingidos, apresentando uma definição da memória do ponto de vista de seus próprios relatos. Nesse excerto, o título é o que indicia de forma mais explícita a ancoragem dêitica do enunciado – “Minha vida lá” –. Enquanto o pronome na primeira pessoa autorrefere elocutivamente o sujeito da enunciação, o advérbio de lugar instancia o tempo-espço passado da vida nas comunidades, como lugar de memória. O restante do texto é enunciado delocutivamente (na terceira pessoa), expondo justamente o valor da memória como “forma de viver e refazer o passado”, ou ainda, “um jeito de habitar um espaço”, ecoando claramente a abordagem de Ricoeur. Chama também atenção o processo de metaforização presente no excerto, a exemplo do trecho “os atingidos, cada um a seu modo, guardam histórias construídas nas comunidades”, ao qual se encadeia a expressão figurada “a onda de lama foi forte, mas não o bastante para diminuir as recordações” das quais as pessoas “tiram energia para enfrentar um cotidiano de adversidades”. A metáfora instancia um grau significativo de subjetivação presente no texto em questão, aludindo à corporalidade e aos lugares de memória, de modo a enfatizar o poder das recordações das comunidades. Se cada um recorda ao seu modo, a memória da comunidade se erige como força coletiva que unifica a identidade do(a)s atingido(a)s.

Falar de memória significa, portanto, concebê-la sob um enfoque que enfatize a relação de interface entre a sua dimensão social e individual. Nessa perspectiva, a memória não se restringe àquela de ordem cognitiva, mas se constitui como construção social, situando-se num espaço que medeia a experiência que os membros de uma comunidade específica possuem acerca de suas vivências humanas. A dimensão social de que se reveste a memória pressupõe sempre uma relação de partilha cultural no seio do grupo social em questão. Essa concepção converge com a formulação da noção de memória cognitivo-discursiva (Paveau, 2015), que nos parece mais pertinente para lidar com a complexidade das práticas de linguagem. Tal formulação não só reconhece o princípio da “mente corporificada” (consequentemente, do corpo como lugar de memória fundamental), mas avança na direção da cognição social, enquanto fenômeno emergente em condições históricas e culturais, resultante de ações discursivas de sujeitos socialmente relacionados. E mais: assume o caráter dinâmico e distribuído da cognição, no sentido de ser processada não só de maneira multimodal pelos sujeitos, mas também de estar inscrita e de circular por meio de uma gama extremamente complexa e variável daquilo que a autora chama de “ferramentas da tecnologia discursiva” (a exemplo dos meios de comunicação como o jornal, dos *smartphones*, entre outros). Nas palavras da autora.

Propus uma versão cognitiva da memória (inter)discursiva em *Os pré-discursos* (Paveau, 2013 [2006]). Minha intenção era apreender a elaboração das representações de uma maneira pós-dualista, ou seja, considerando ao mesmo tempo as representações internas individuais e as representações externas (o que me propõe a realidade exterior como disparadores de memória e apelos aos meus enquadres de saber). Pretendia mostrar que nossa memória, seja discursiva ou não, estava distribuída nos ambientes, em particular na memória dos outros, evidentemente, mas também nos elementos não humanos que nos cercam e que constituem nossos ambientes de vida: lugares e objetos são também apoios à nossa memória, incluindo aí nossa memória discursiva (Paveau, 2015, p. 147).

Nesses termos, a autora se propõe a ultrapassar uma visão estática e/ou estocástica da memória, para concebê-la como um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. Paveau (2015) destaca três dimensões de sua noção de memória que justificam a articulação entre o cognitivo e o discursivo. A primeira delas relaciona-se à natureza ativa da memória enquanto processo (re)construtivo, ou ainda, de (re)categorização do mundo e, por conseguinte, de recriação do vivido, no sentido de “reelaborar” discursivamente o passado em função do presente enunciativo. A segunda dimensão refere-se às ligações memoriais, inscritas no desenrolar da história, as quais, segundo a autora, são fundamentais para a produção dos discursos e distribuição dos saberes e crenças, de um ponto de vista tanto sincrônico quanto diacrônico. A terceira e última dimensão diz respeito ao papel fundamental dos afetos e emoções na constituição e no funcionamento da memória cognitivo-discursiva, o que é pertinente em relação a uma concepção experiencial das interações e da produção de sentido. Nessa perspectiva, o excerto (1) comentado acima nos serve para ilustrar também essa última formulação sobre a memória, a exemplo do enunciado: “A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida”, o qual sintetiza intuitivamente, do ponto de vista do(a)s atingido(a)s, a proposta teórica de Paveau. Assim, expressões como “refazer o passado”, “histórias que foram construídas nas comunidades” e “sentir no presente” remetem claramente à memória como processo ativo de recategorização, vinculada a linhagens memoriais comunitárias fortemente marcadas pelas emoções, além de estar inscrita (distribuída) na tecnologia discursiva que se traduz pelo jornal *A Sirene*.

Há outro aspecto da formulação de Paveau (2015) que nos interessa reter aqui, como forma de fazer uma transição para uma discussão mais efetiva sobre as noções de testemunho e de narrativa testemunhal. Tal aspecto pode ser observado a partir da seguinte citação da autora:

A memória supõe o esquecimento, evidentemente, integrando-o em seu funcionamento, que se dá, por sua vez, de maneira muito heterogênea e nunca linear. Há memórias transmitidas, memórias inventadas, memórias substituídas, o que Robin chama de (des)memória, ponto que retomarei mais adiante, mas igualmente memórias erradicadas, que somente existem por essa erradicação prévia, memórias traumáticas, que recubro com o conceito de a-memória (Paveau, 2015, p. 141).

Não vamos nos deter em detalhes dessa proposta de Paveau, mas nos apropriamos dessas noções para refletir sobre os processos discursivos que configuram o jornal *A Sirene*. Desde o seu primeiro número, o jornal se coloca como instrumento de preservação da memória e do patrimônio cultural, bem como de afirmação da identidade e dos direitos do(a)s atingido(a)s, lutando contra as estratégias de “desmemória” (tentativas de apagamento e/ou substituição da memória dessas comunidades), agenciadas pelas mineradoras e seus representantes, como a Fundação Renova. Mas não é só isso: *A Sirene* é também uma ferramenta discursiva através da qual essas populações tentam lidar com as suas memórias traumáticas e sobreviver ao processo de erradicação de suas lembranças, ainda que estas sejam feitas de reminiscências de perdas irreparáveis.

- 2) 5 de novembro de 2016. Talvez o dia mais triste desde um ano, quando a vida de milhares de pessoas foi bruscamente alterada pelo maior desastre tecnológico, social, ambiental que já presenciamos. Ter a certeza de que podia ter sido evitado – como indica a denún-

cia do Ministério Público Federal – amplia as angústias, ainda longe de serem resolvidas. Perder família, casa, saúde, trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história. Viver o luto e ao mesmo tempo ter que se fortalecer para não perder ainda mais. Essa tem sido nossa rotina de atingidos pela barragem de Fundão. Nesse caminho, exercer o direito de contar a própria história se faz cada vez mais importante. O que escolhemos dizer nesta edição – histórias de luto e de luta – nos ajuda a reconstruir memórias e esclarecer fatos que ainda precisam de atenção. Lembrar da última noite, do que se conseguiu salvar, trazer histórias de quem não teve que fugir da onda de rejeitos, mas também convive com lembranças difíceis. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 8, novembro/2016, p. 2).

Esse excerto do editorial da edição de um ano do acontecimento do rompimento da BRF mostra o caráter traumático da memória dos atingidos – “Perder família, casa, saúde, trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história. Viver o luto e ao mesmo tempo ter que se fortalecer para não perder ainda mais (...)” –. Essa memória é feita de perdas, de luto, mas também de luta para “exercer o direito de contar a própria história”, o que “se faz cada vez mais importante” diante das ameaças de “desmemória” produzidas pelas ações e discursos das empresas de mineração (especialmente através da Fundação Renova), entre outras instâncias de poder hegemônicas. Avançaremos sobre essa questão mais à frente; antes disso, vamos aprofundar a reflexão e a discussão sobre o caráter testemunhal das narrativas do jornal.

4 Do testemunho à narrativa testemunhal: *A Sirene* entre testis e superstes

A questão do testemunho é complexa e pode ser abordada a partir de diferentes esferas de atividade social e discursiva, a exemplo do Direito, da História, da Literatura e do Jornalismo, entre outras. Nessa perspectiva, os estudiosos contemporâneos sobre essa questão postulam que o testemunho é um gênero discursivo intimamente relacionado a formas de resistência contra dispositivos de poder hegemônicos, a exemplo de Tocaia (2024):

O gênero discursivo testemunho é considerado por pesquisadores uma das formas de indivíduos que fazem parte de grupos minorizados em situação de desigualdade social expressarem a resistência. Logo, o testemunho é cada vez mais adotado como instrumento de pesquisa entre os estudos sociológicos e os estudos da linguagem, em virtude do caráter “humano” que confere aos materiais analisados. (Tocaia, 2024, p.2)

No nosso caso específico, buscamos desenvolver uma análise do testemunho e, mais especificamente, da narrativa testemunhal, do ponto de vista discursivo, em função da prática de linguagem que se traduz pelo jornal *A Sirene*, cuja principal característica é ser produzido pelo(a)s e para o(a)s atingido(a)s pelo rompimento da BRF, em colaboração com grupos de apoio, como já mencionamos. De início, recuperamos uma formulação de Benveniste (2015), que remonta à etimologia da noção de “testemunha”, a qual é bastante pertinente para os nossos propósitos neste artigo:

Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*terstis) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como uma terceira pessoa”; assim, o deus Mitra é por natureza a “testemunha”. Mas *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente. Vemos agora o que pode e deve significar teoricamente *superstitio*, a qualidade de *superstes*. E a “propriedade de estar presente” como “testemunha”. (Benveniste, 2015, p. 278)

A pertinência dessa citação reside no caráter ambivalente que está na base da noção de “testemunha” e que é problematizado em diferentes trabalhos sobre o assunto, a exemplo, entre outros, de Amossy (2004) e de Seligman-Silva (2010, p.5), para quem “o essencial é ter claro que não existe a possibilidade de separar os dois sentidos de testemunho, assim como não se deveria separar de modo rígido historiografia da memória”. A “testemunha” pode ser analisada como “terceira pessoa”, que relata a partir de um lugar de enunciação exterior à experiência relatada (ou seja, como quem viu ou ouviu algo), ao mesmo tempo em que pode ser também e, sobretudo, considerada como “primeira pessoa”, que narra de uma posição de enunciação interna à experiência narrada (enquanto sujeito que viveu e/ou ainda vive algo). Essa ambivalência é complexa, mas, em linhas gerais, podemos dizer que, no caso de *A Sirene*, a testemunha como primeira pessoa/sobrevivente (*superstes*) tem uma saliência e uma relevância maior e mais imediata, embora não exclua a validade da perspectiva de terceira pessoa (*testis*). Ademais, os atingidos não são apenas sobreviventes que viveram a tragédia/crime socioambiental, mas, sobretudo, que ainda vivem esse processo de luto e de luta pela preservação da memória/patrimônio e pela reparação dos danos.

Nessa perspectiva, essa hipótese pode ser corroborada pela abordagem de Amossy (2004) sobre o discurso testemunhal, segundo a qual há uma diferença entre a simples testemunha ocular – que assistiu a um evento do qual não participou ativamente – e a testemunha que viveu esse evento que ela quer contar ao seu auditório. A autora afirma que “a testemunha é, portanto, aquela cuja certificação engaja a pessoa e que, ao dizer: ‘Eu estava lá’ e ‘foi’, declara ao mesmo tempo: ‘isto é o que eu fui’”⁸ (Amossy, 2004, p.2). A autora pontua que o *ethos*,⁹ imagem de si que o locutor constrói de sua própria pessoa, está no centro do discurso testemunhal tanto no nível do enunciado quanto no nível da enunciação. Ademais, Amossy destaca que a testemunha pode se fundir ao grupo do qual ela faz parte, o que permite que ela se torne um caso típico, ou seja, característico de um padrão comum a esse grupo social. Podemos, nesse sentido, dizer que a formulação da autora é importante para a análise do discurso dos atingidos no Jornal *A Sirene*, embora a sua proposta não contemple plenamente este objeto que nos interessa. Vejamos, pois, mais alguns excertos do jornal que são bastante relevantes para essa discussão. Apresentamos abaixo depoimentos que figuram numa seção especial intitulada “Ser atingido”. O especial começa com o seguinte enunciado:

⁸ “Le témoin est donc celui dont la certification engage la personne, et qui en disant : « j’y étais » et « cela a été », déclare en même temps : « voilà ce que j’ai été ». (Amossy, 2004, p.2)

⁹ Há diversos autores no campo dos estudos discursivos que se dedicam a uma análise dessa categoria, a exemplo de Amossy (2011) e Maingueneau (2020), entre outros. Não obstante, todos eles remetem à retórica aristotélica e às provas do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, devidamente adaptadas às abordagens contemporâneas do discurso.

- 3) Neste especial, trazemos algumas vozes que nos abrem perspectivas para pensar o que é ser atingido. Para isso, reunimos fragmentos que dizem sobre o significado desse termo que vem sendo construído no curso de dois longos anos.
- 4) Por ser atingido, sinto a minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta lá na roça, tinha o meu serviço, a minha convivência com os meus vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo. (José Honorato, 58, atingido de Paracatu de Baixo)
- 5) Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho. Agora não vivemos mais em uma comunidade porque tudo foi destruído por uma barragem da Samarco. (Maria Geralda, 52, atingida de Paracatu de Baixo)
- 6) Ser atingida é ter a minha vida destruída, ter meu passado apagado. Para mim, é aprender a recomeçar do zero, só com as lembranças de onde eu vivia e do meu passado. Tudo está apagado. (Maria Carmo, 44, atingida de Paracatu de Cima)
- 7) Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porquê? Por que isso aconteceu? Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa. (Tomé Anatalino dos Santos, 20, atingido de Ponte do Gama). (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, edição n. 20, novembro/2017, p. 15)

O conjunto de excertos acima nos permite refletir sobre o seu caráter testemunhal e sobre o processo de construção do *ethos* dos atingidos. O enunciado (3) sumariza a seção “Ser atingido”, apresentando um locutor/enunciador que assume o ponto de vista coletivo do próprio jornal fazendo uma autorreferência (dêitica) à seção especial – “Neste especial trazemos algumas vozes que nos abrem perspectivas para pensar o que é ser atingido” –, de modo a configurar uma forma polifônica de refletir sobre a definição de “atingido”, a partir de depoimentos do(a)s próprio(a)s atingido(a)s. Trata-se, pois, de uma estratégia metadiscursiva de reflexão e de construção da identidade de atingido(a) por eles próprios, que se manifestam como enunciadores, os quais projetam seus *ethé* sob a forma de um (auto)testemunho. Essa estratégia metadiscursiva e metalinguística fica mais clara na conclusão do excerto (3) – “Para isso, reunimos fragmentos que dizem sobre o significado desse termo que vem sendo construído no curso de dois longos anos” –. Esse último enunciado é bastante significativo, pois a definição do significado de “atingido” vem sendo construída ao longo dos anos, através de uma discussão e de um debate que envolvem os atingidos e os grupos de apoio, entre outros, na busca de estabelecer um consenso sobre a identidade em questão.

Isso nos permite recuperar alguns elementos da segunda seção deste artigo sobre o “conceito de pessoas atingidas”, onde apresentamos citações em que a definição de “atingido” é enunciada do ponto de vista de acadêmicos que fazem parte dos grupos de apoio, mas descrevem essa definição como um conceito já inserido na literatura crítica sobre a mineração. Isto é, o conceito de atingido é definido na perspectiva teórica de terceira pessoa, embora essa noção tenha sido resultado de um longo debate com as comunidades atingidas. Diferentemente, nos excertos acima, essa definição é enunciada do ponto de vista de primeira pessoa pelo(a)s próprio(a)s atingido(a)s, o que nos permite problematizar a construção de seus *ethe*, através desse discurso testemunhal.

Assim, no excerto (4) o enunciador define o que é ser atingido, afirmando-se como tal na primeira pessoa do singular – “por ser atingido sinto minha alma fragmentada, porque eu tinha uma vida ativa” –. Existe uma projeção de uma imagem de si tanto no nível do enunciado (*ethos* dito) quanto no nível da enunciação (*ethos* mostrado). A fratura enunciativa entre o que o sujeito diz ter sido no passado (como vivia) – “tinha uma horta lá na roça, tinha meu serviço, tinha minha convivência com os vizinhos” – e a situação em que se encontra no presente da enunciação (como vive) – “é muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo” – evidencia um *ethos* melancólico, de um sujeito desamparado por uma perda irreparável. É interessante que, nessa transição para o presente em que se coloca como alguém que “olha pra trás” (uma metáfora convencional recorrente), o enunciador muda o regime enunciativo para a segunda pessoa “você”, como um efeito de disjunção entre o “eu” passado (ativo) e o “eu” presente (desamparado), efeito que pode ser traduzido pela metáfora da “alma fragmentada” pelo trauma.

O enunciado (5) apresenta uma enunciativa que constrói uma definição de atingido(a) através de certo distanciamento do eu individual, a exemplo da expressão “é quando você”, para enfatizar a centralidade do eu comunitário – “Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho” –. Existe aqui também, claramente, a distinção enunciativa entre passado e presente, marcada pela desolação de ver a comunidade “hoje toda destruída”, o que é expresso através da metáfora do “entulho”, que evidencia subjetivamente o ressentimento e a revolta contra a mineradora que caracterizam o *ethos* da enunciativa no presente da enunciação, a exemplo do enunciado – “Agora não vivemos mais em uma comunidade porque tudo foi destruído por uma barragem da Samarco”.

Já o excerto (6) é produzido elocutivamente na primeira pessoa e focaliza a dor da destruição da vida pelo apagamento do passado – “Ser atingida é ter a minha vida destruída, ter meu passado apagado”, algo típico do testemunho dos atingidos. Contudo, o *ethos* projetado do desespero e do desamparo já aponta para uma tentativa, ainda que desesperançada, de recomeço – “Para mim, é aprender a recomeçar do zero, só com as lembranças de onde eu vivia e do meu passado” – a partir das lembranças do lugar onde vivia, de modo que a memória aparece como motor de uma possível reconstrução da vida, apesar de “estar tudo apagado”. A reiteração do “apagamento” da vida alude à incomensurabilidade do trauma sofrido.

Por sua vez, o excerto (7), o último que comentaremos, desenvolve estratégias discursivas diferentes dos anteriores, projetando um *ethos* autorreflexivo em que o enunciador se questiona sobre os motivos e as causas do acontecimento do rompimento – “Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porquê? Por que isso aconteceu?” –. Logo em seguida ao questionamento, o enunciador constrói um *ethos* coletivo de coragem e de ativismo para o enfrentamento da luta – “Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa”.

Não obstante cada um dos sujeitos apresentar uma definição de “atingido” a partir do seu ponto de vista de primeira pessoa, projetando uma imagem de si, o caráter “etótico” desses testemunhos aponta para uma identidade coletiva incorporada ao próprio jornal, enquanto porta voz do(a)s atingido(a)s. Ademais a prova retórica do *ethos* pode (e deve) ser articulada às duas outras, a do *logos* e do *pathos*. Assim, os excertos acima apresentam uma racionalidade discursiva que se caracteriza por relatos do que é ser atingido, os quais, apesar de suas diferenças, possuem uma coerência relativa a aspectos em comum que remetem à dor da perda, ao trauma, às recordações, ao esquecimento e à luta pela sobrevivência e pelos direi-

tos. Essa racionalidade do discurso testemunhal comporta mais claramente o que Amossy (2011) chama de dimensão argumentativa, enquanto propriedade intrínseca de qualquer discurso de buscar influenciar e orientar a percepção e os modos de pensar de seu(s) interlocutor(es). Em contraponto a essa dimensão, a autora postula a noção de objetivo/intenção argumentativa que caracteriza os discursos voltados claramente para a persuasão do auditério. É relevante retomarmos a formulação de Amossy (2011) acerca da relação entre o que a autora chama de intenção argumentativa e de dimensão argumentativa:

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, a priori no discurso, na escala de um continuum que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. (...) É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). (Amossy, 2011, p. 131)

Com efeito, as narrativas testemunhais, a exemplo dos excertos analisados acima, são tipicamente, mas não exclusivamente, mais marcadas pela presença de uma dimensão argumentativa do que de uma intenção argumentativa. Contudo, provavelmente o aspecto mais saliente dessas narrativas seja o seu caráter afetivo, o que nos remete à prova retórica do *pathos*. Curiosamente, Amossy (2004) apresenta uma abordagem distinta sobre a manifestação patêmica no discurso testemunhal, em função da característica do objeto específico¹⁰ por ela analisado, segundo ela desprovido de marcas de afetividade, de modo que quanto menos inscrita verbalmente, mais fortemente a emoção é suscitada no leitor. Esse não é o caso do discurso testemunhal tal como observamos no jornal *A Sirene*, marcado pela forte presença de expressões subjetivas de valoração e afeto. A propósito, segue mais um exemplo ilustrativo do alto grau de patemização presente na narrativa testemunhal dos atingido(a)s.

- 8) Nas comunidades a força vem da roça. Costava de chegar lá, admirar a natureza e ouvir o canto dos pássaros. Depois fazia o ritual de ir à nossa casa e me alegrar com a planta que resistiu, a “Lágrima de cristo”. Ganhei ela de presente logo depois que nos mudamos para a casa, significava a nossa batalha. Ela mostrou que é mais forte que a maldade e a ganância. Pois bem, olha o que eu vi: arrancaram o pé inteiro! Saibam que “arrancaram um coração”. Pra que tanta maldade se a propriedade está fechada, mas ainda tem vestígios de que o morador não a abandonou? (Luiza Queiroz, 54, atingida de Paracatu de Baixo – Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017, p.12)

O excerto acima é bastante elucidativo da presença de estratégias de patemização no discurso do(a)s atingido(a)s, ou seja, de captação do(a) leitor(a) pela via do *pathos*, bem como do caráter testemunhal dessa narrativa. A enunciadora inicia o seu relato assumindo o ponto de vista das comunidades, para as quais “a força vem da roça”, ou seja, da vivência no meio rural. Esse enunciado inicial é dito delocutivamente (na terceira pessoa) com um valor epistê-

¹⁰ Amossy analisa a obra *L'espèce humaine*, de Robert Antelme, que é uma narrativa testemunhal sobre os campos de concentração, uma das temáticas mais recorrentes desse “gênero”.

mico. A esse enunciado inicial, se encadeiam outros atos elocutivos (na primeira pessoa) com valor axiológico positivo – “gostava de ir lá, admirar a natureza e ouvir o canto dos pássaros. Depois fazia o ritual de ir à nossa casa e me alegrar com a planta que resistiu, a ‘Lágrima de cristo’” –. Os verbos, que expressam processos experienciais – “gostava”, “admirar”, “ouvir” e “alegrar” – estão associados a referentes como “a natureza”, “o canto dos pássaros” e “a planta Lágrima de Cristo”, nome próprio metafórico que remete a valores cristãos e que evoca metonimicamente a resistência e a batalha do(a)s atingido(a)s contra a maldade e a ganância – “Ganhei ela de presente logo depois que nos mudamos para a casa, significava a nossa batalha. Ela mostrou que é mais forte que a maldade e a ganância” –. Na sequência, a enunciativa modaliza a sua narração sob a forma alocutiva (de segunda pessoa) como quem interpela o leitor para “mostrar-lhe” o que ela testemunhou – “Pois bem, olha o que eu vi: arrancaram o pé inteiro! Saibam que ‘arrancaram um coração’” –. Esse enunciado produz um efeito de presentificação do “testemunho ocular” da ação maldosa de arrancar a planta e do sentimento de tristeza e desconsolo da enunciativa, metaforizado pela expressão “arrancaram um coração”. Essa estratégia busca gerar o efeito patêmico de empatia do leitor com o sofrimento experienciado pela enunciativa, empatia que pode se fazer acompanhar de um sentimento de indignação suscitado pela conclusão do excerto – “Pra que tanta maldade se a propriedade está fechada, mas ainda tem vestígios de que o morador não a abandonou?” – modalizado sob a forma de uma pergunta, que também interpela o leitor, levando-o a refletir sobre o que pode ter motivado tamanha crueldade.

Assim, o efeito patêmico (relativo ao *pathos*) buscado (o qual pode ou não ser efetivado) emerge como uma correlato da projeção etótica (relativa ao *ethos*) de atingido(a), em termos da relação que se estabelece entre o jornal *A Sirene* e seus leitores. Nas narrativas testemunhais presentes no jornal, é razoável pensar que tais relatos, como postula Amossy (2011), estão mais próximos de uma dimensão argumentativa, que visa suscitar a empatia e a sensibilidade do leitor, do que de um objetivo (intenção) argumentativo programado, voltado para persuadir esse leitor e levá-lo a tomar uma posição e agir de determinada maneira.

Essa correlação entre as dimensões etótica e patêmica dos relatos testemunhais do(a)s atingido(a)s nos remete a uma aproximação das formulações sobre a literatura de testemunho (Seligmann-Silva, 2010; Nascimento, 2007), a qual pede a elaboração de um novo conceito de representação ligado ao estabelecimento de identidades políticas. É necessário fazer uma distinção entre narrativas que postulam uma experiência individual/particular, na autobiografia tradicional, e narrativas que preconizam a formação de uma subjetividade coletiva do testemunho. Propomos essa aproximação da narrativa dos atingido(a)s à chamada literatura de testemunho, na perspectiva de um acervo documental de potencial inestimável, recolhido a partir do trauma sofrido após o rompimento da barragem de Fundão, com a perda de vidas e de seu modo e lugar de estar no mundo. Nas palavras de Nascimento (2007):

O sobrevivente – aquele que testemunha e/ou sofre o infortúnio da violência – possui, basicamente, dois sentimentos paradoxais em relação às lembranças que podem intervir no ato de contar suas experiências. O primeiro é o do silêncio. Não contar para esquecer. Enclausurar as imagens, os sons e os cheiros do sofrimento para que o tempo se encarregue de apagá-los. O outro é narrar para se libertar. A tarefa do narrador é árdua e ambígua. O confronto constante com a memória da catástrofe, a ferida aberta, envolve tanto a resistência quanto a superação (Nascimento, 2007, p. 93).

Nesses termos, a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu (Seligmann-Silva, 2010). Assim, a voz testemunhal não pode se referir a uma generalidade universalizante, mas sim a uma posição coletiva específica em que se situa o seu interesse político, de modo que estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo. O testemunho se vincula, desse modo, aos movimentos de resistência. Na sequência, abordaremos algumas características da narrativa jornalística e, especialmente, da especificidade da narratividade do jornal *A Sirene* como uma prática discursiva de resistência.

5 A narrativa jornalística de *A Sirene* como discurso de resistência

Podemos dizer que narrar é uma experiência linguageira universalmente compartilhada na existência humana. Todos nós narramos, contamos e relatamos os acontecimentos que vivemos, imaginamos ou criamos, ou ainda, aqueles sobre os quais nos chegaram outros relatos escritos, orais, iconográficos etc., factuais e/ou ficcionais. Aliás, podemos afirmar que é pela narrativa que nos instalamos no mundo, criando, no presente, as nossas experiências com o tempo passado e com o futuro. É narrando que constituímos representações sobre o mundo e os seres, dentre os quais nos encontramos. É também pelo relato que apresentamos a(s) nossa(s) identidade(s) e damos sentido à nossa biografia. A narrativa coloca a enunciação no cerne de sua natureza dramática, enquanto encenação do ser de linguagem em ação, na sua relação com a memória.

Não vamos adentrar em uma discussão aprofundada sobre a complexidade da noção de narrativa nos diversos campos de conhecimento, mas queremos pontuar alguns aspectos que nos parecem importantes na perspectiva da discursivização da memória (episódica) nas narrativas testemunhais do Jornal *A Sirene*. Nesse sentido, a narração tem a ver com a projeção de um plano de representação dramática das experiências vividas (e recategorizadas pela memória). Apesar da heterogeneidade dos estudos sobre narrativa, existe um certo consenso de que a ordem temporal é um critério fundamental para a sua caracterização (Ricoeur, 1994), embora essa ordem não seja suficiente, considerando-se que uma narrativa não é meramente uma sequência de eventos e/ou ações no tempo, pois deve haver uma conexão significativa entre tais eventos/ações de modo a configurarem um enredo, uma história, que é narrada a partir de um ou mais pontos de vista ou perspectivas.

Faremos, aqui, um recorte referente à obra *Análise crítica da narrativa*, de Luiz Gonzaga Motta (2013),¹¹ que apresenta uma abordagem bastante fecunda e produtiva sobre a narrativa

¹¹ Motta (2013) propõe, em sua abordagem, um conjunto de procedimentos para a análise empírica, definido em termos de sete movimentos operacionais percorridos pelo analista: 1º movimento: compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2º movimento: compreender a lógica do paradigma narrativo; 3º movimento: deixar surgirem novos episódios; 4º movimento: permitir ao conflito dramático se revelar; 5º movimento: personagem - metamorfose de pessoa a persona; 6º movimento: as estratégias argumentativas (estratégias de produção do real e estratégias de produção de efeitos estéticos); 7º movimento: permitir às metanarrativas aflorar. Não é nossa pretensão aplicar essa metodologia no presente artigo, nem analisar a complexidade multimodal da narrativa jornalística (de *A Sirene*), em razão de nossos objetivos e de limitações de tempo e espaço. Não obstante, faremos menções pontuais sobre alguns aspectos que aqui nos interessam mais efetivamente.

em geral e, mais especificamente, sobre as narrativas jornalísticas produzidas pela imprensa. Nas palavras do autor:

Diferentemente do estruturalismo, a narratologia como conceito neste livro é um ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos no seio da sociedade. (...) Essa nova narratologia, à qual me filio, dedica-se ao estudo dos processos e de relações que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias, manifestações orais, por exemplo) ou ficcionais (romances, contos, cinema, telenovelas, mitos). (Motta, 2013, p.79)

Sem deixar de valorizar os aspectos positivos da análise estrutural da narrativa (como a formulação de uma sintaxe modal narrativa), Motta critica o caráter imanentista da proposta estrutural, que não leva em consideração a dimensão enunciativo-pragmática inerente à produção social do(s) sentido(s) de qualquer prática de linguagem. É justamente essa dimensão que a análise pragmática da narrativa se propõe a integrar em seu escopo teórico, recorrendo a “uma perspectiva fenomenológica que interpreta dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno narrativo, as diversas camadas significativas do objeto empírico” (Motta, 2013, p. 125). A análise da narrativa jornalística está, de acordo com esse modelo, situada a meio caminho entre a análise da narrativa literária (ficcional) e a análise da narrativa histórica (fática), integrando elementos dessas duas vertentes em uma síntese narrativa nova e singular, que precisa dar conta da complexidade semiótica da comunicação jornalística. Entre as principais estratégias discursivas utilizadas pelas mídias de informação, tanto na busca da credibilidade quanto da captação, destaca-se o processo que chamamos de “gestão das vozes” dos diferentes atores sociais envolvidos no acontecimento. A relevância dessa dimensão para o discurso jornalístico, que se caracteriza pela presença dominante de estruturas narrativas encaixadas e modalizadas de forma hipertextual, é salientada por Motta nos seguintes termos:

O analista da narrativa jornalística deve considerar a relação entre os interlocutores desse gênero de comunicação na sua totalidade e especificidade (...) Precisa levar em conta que há pelo menos três narradores (ou vozes) sobrepostos na comunicação jornalística: 1) o veículo (jornal, revista, telejornal ou jornal *online*); 2) o jornalista (repórteres, editores, ilustradores, apresentadores); 3) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto umas com as outras). No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz. (Motta, 2013, p.109)

Essa formulação de Motta (2013) é bastante relevante para a análise da narrativa jornalística, e nos permite problematizá-la com vistas a descrever melhor a estruturação e o funcionamento do Jornal *A Sirene* ao longo do seu desenvolvimento nesses quase dez anos de existência, buscando caracterizar melhor a sua especificidade. Nesse sentido, trata-se de um jornal com características diferentes de um jornal de referência da mídia tradicional, por motivos que já foram mencionados e devem agora ser mais detalhados. Antes de tudo, como dissemos, é um jornal que nasce com a proposta de ser um jornal “feito pelos e para o(a)s atingido(a)s”, o que já o distancia das convenções e normas que regem o chamado jornalismo tradicional. Vejamos o seguinte excerto:

9) Editorial

O Jornal *A Sirene* chega, neste dia 5 de fevereiro de 2018, comemorando dois anos de publicação. Desde a primeira edição (a já amarelada capa número zero, com os moradores de Bento Rodrigues indo pela primeira vez ao terreno da Lavoura), o “Projeto *A Sirene*” buscava resolver nossas questões ligadas à comunicação, de forma que, nós, atingidos e atingidas pela Barragem de Fundão, nos sentíssemos representados midiaticamente e, a partir disso, pudéssemos ter melhores condições de lutar pelos nossos direitos. Era imprescindível, então, para garantir isso, que fôssemos os narradores das nossas próprias notícias. Mas como encontrar e construir um outro jornalismo possível para nós? Uma forma de comunicação a favor das nossas causas, direitos e memórias? Qual seria a melhor maneira de reportar tudo o que nos aconteceu daquele dia 5 de novembro em diante? (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 3, ed. 23, fevereiro/2018, p. 16)

O enunciado (9) é muito significativo para nossa discussão, na medida em que recupera, ao mencionar a comemoração de dois anos de publicação de *A Sirene*, o início do “Projeto *A Sirene*” como busca de “resolver as questões relativas à comunicação do(a)s atingido(a)s”, de modo que ele(a)s pudessem se sentir representados midiaticamente, podendo ser “narradores das próprias notícias”. Os questionamentos que encerram o editorial desse número de *A Sirene* são muito importantes para a reflexão e a análise da especificidade do jornal e do seu desenvolvimento – “Mas como encontrar e construir um outro jornalismo possível para nós? Uma forma de comunicação a favor das nossas causas, direitos e memórias? Qual seria a melhor maneira de reportar tudo o que nos aconteceu daquele dia 5 de novembro em diante?” –. Por um lado, essa busca pela construção de um outro jornalismo, de uma forma de comunicação favorável ao(a)s atingido(a)s, de uma maneira de reportar tudo o que aconteceu, denota uma necessidade de fazer algo diferente do que fazem as mídias tradicionais, ou ainda, um desejo de resistência à hegemonia dessas mídias, que não contemplam satisfatoriamente as causas, memórias e direitos dessas comunidades. Por outro lado, essa busca mostra também que o Jornal *A Sirene* projetava uma imagem de si (*ethos*) como “voz provisória”, reconhecendo (auto)criticamente o seu caráter de ferramenta/prática em construção e as limitações relativas ao seu impacto efetivo na resolução dos problemas do(a)s atingido(a)s, mas sem abrir mão de ser protagonista de suas ações. Aqui podemos pontuar uma diferença importante em relação à organização dos narradores proposta por Motta (2013) sobre a narrativa jornalística tradicional, o que aponta para outra especificidade que distingue o nosso objeto de análise. Em outras palavras, o Jornal *A Sirene* apresenta uma espécie de integração/fusão dos narradores (o veículo, o repórter e o personagem) que visa produzir um tipo de narrador coletivo representativo do *ethos* do(a)s atingido(a)s. Essa integração se apresenta de forma mais clara principalmente nas primeiras edições do jornal, embora não estejamos negligenciando a importância do desdobramento dos narradores/enunciadores em diferentes instâncias discursivas nesse veículo, processo que se torna cada vez mais explícito com o seu próprio desenvolvimento.

Com efeito, vale notar que o editorial acima faz referência à primeira edição do jornal – “a já amarelada capa número zero, com os moradores de Bento Rodrigues indo pela primeira vez ao terreno da Lavoura” – especialmente oportuna para a nossa discussão, no sentido de ilustrar claramente a projeção de um *ethos* em construção e, ao mesmo tempo, bastante autoral. Por exemplo, na referida edição 0 (zero) há um texto que vale a pena recuperar e comentar:

10) Ser celebridade da desgraça

Meu primeiro contato com a mídia foi quando ainda estava no meio da lama, lutando para socorrer as pessoas. Estavam fazendo o trabalho deles. No céu, outra tempestade, só que de helicópteros da Globo, SBT, Record. Nenhum nos ajudou. Estou com birra de jornalista. Por que nos fazem perder tempo, reviver coisas tão dolorosas se já sabem as respostas que querem? Eles só publicam o que querem. Se não levarem a notícia do jeito que foram mandados, perdem o emprego. O que incomoda é ser celebridade da desgraça. (Por Maria das Graças Santos, Mônica dos Santos e Simária Quintão - Com apoio da Juçara Brittes. *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 0, fevereiro/2016).

No texto acima, podemos perceber claramente o teor testemunhal do relato das pessoas atingidas, referindo-se ao momento do rompimento da BRF e da cobertura jornalística ostensiva feita pelos grandes veículos de comunicação, que são explicitamente criticados pelo(a)s enunciadore(a)s atingido(a)s, a exemplo dos enunciados metafóricos – “No céu, outra tempestade, só que de helicópteros da Globo, SBT, Record. Nenhum nos ajudou”. “Estou com birra de jornalista” (...) “O que incomoda é ser celebridade da desgraça” – esse último tendo sido utilizado como título do texto. Para além do forte efeito patêmico presente nesse excerto, chamamos a atenção para o fato de que se trata de um texto coletivo, cuja autoria é atribuída a três atingidas em colaboração com a professora de jornalismo da UFOP, Juçara Brittes. E mais, não conseguimos enquadrar esse “texto” num padrão de gênero jornalístico tradicional, até porque ele é configurado a partir da reunião de um conjunto de enunciados que foram encadeados e articulados sem a utilização de mecanismos coesivos, com vistas a preservar a autenticidade do(s) discurso(s) do(a)s atingido(a)s. Assim, esse texto apresenta um efeito etótico autoral/testemunhal típico das primeiras edições do *Jornal A Sirene*, atestando o caráter ainda provisório da construção do próprio jornal. Percebemos também, desde essa primeira edição, a relação tensa/polêmica que *A Sirene* estabelece com os meios de comunicação tradicionais e, sobretudo, com os veículos de comunicação empresariais, a exemplo das publicações da Renova.

Isso nos permite fazer um comentário sobre o desenvolvimento do próprio jornal ao longo dos anos, no sentido de sua transformação e de seu aprimoramento editorial. Esse aprimoramento caminhou para um modo de produção mais próximo da configuração típica dos gêneros jornalísticos conhecidos tradicionalmente, mas também consolidou a especificidade e a autenticidade do próprio jornal, em termos da construção de seu *ethos* e de seu discurso de resistência. A esse propósito, retomamos a proposta de Motta, para quem a análise da narrativa incide principalmente sobre o plano da estória (enredo, intriga, conflito, personagens), mas este plano está inexoravelmente dependente do plano discursivo ou da linguagem, sem o qual a estória não se projeta e as intenções discursivas não se revelam (Motta, 2013, p. 135).¹² Decerto, não podemos, senão por questões metodológicas, separar a dimensão do dito (enunciado) da dimensão do (modo de) dizer (enunciação), pois uma não existe sem a outra. Não obstante, para fins de análise, pode ser operacional recorrermos ao expediente sugerido por Motta para tentarmos fazer uma síntese daquilo que o autor chama de projeto dramático da narrativa, no nosso caso específico, do *Jornal A Sirene*. Esse empreendimento é bastante com-

¹² Podemos traduzir aqui os termos usados por Motta, substituindo plano da estória por plano do enunciado, e plano discursivo por plano da enunciação.

plexo e exige que façamos um recorte significativo na ampla e complexa produção do jornal ao longo de quase dez anos. Segundo o autor:

(...) nada mais adequado para justificar a necessidade metodológica inicial, no caso da narrativa jornalística de reunir os fragmentos dispersos das notícias isoladas em uma unidade temática coerente, passo a meu ver constituinte já da análise em si. Sem uma intriga não há estória, sem estória não há narração, e sem narração, a análise narrativa não é possível. (Motta, 2013, p.99)

A busca de reconstruir um enredo se traduz pelo(s) primeiro(s) procedimento(s) metodológico(s) proposto(s) pelo autor, que ele chama de “compreender a intriga como síntese do heterogêneo”, o que nos remete claramente à obra de Ricoeur (1994),¹³ na qual Motta se fundamenta. Recorremos a esse procedimento visando caracterizar o cerne do projeto dramático de *A Sirene*, enfatizando alguns acontecimentos fundamentais da configuração do seu enredo, que se desenvolve concomitantemente ao seu modo de enunciação. Salientamos, assim, na sequência da narrativa testemunhal do jornal como discurso de resistência, o principal “acontecimento-intriga”,¹⁴ que se traduz pelo confronto de *A Sirene* contra o poder hegemônico das mineradoras e sua principal representante, a saber, a Fundação Renova. Esse tensionamento discursivo se desenvolve até o atual processo de Repactuação. Passemos, pois, à análise de mais alguns excertos:

- 11) A Fundação Renova/Samarco criou um veículo de comunicação impresso, no qual espera legitimar, entre outras coisas, ações de reparação que retratam um lado da história, com um discurso que seria mais fácil de engolir. Posterior a isso, no dia 14 de agosto, a Renova compareceu à Comissão dos Atingidos para fazer um convite de “participação”. Agora, trazemos os depoimentos dos atingidos que manifestam os motivos pelos quais a maioria deles se recusou a fazer parte do “jornal da Renova” (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017, p. 2).

O excerto acima faz referência explícita ao confronto de vozes (narrativas) que se estabelece entre o Jornal *A Sirene* e a Fundação Renova (representante da Samarco e responsável pelo processo de reparação), que produziu um veículo de comunicação próprio, esperando “legitimar, entre outras coisas, ações de reparação que retratam um lado da história, com um discurso que seria mais fácil de engolir”. A estratégia metadiscursiva de *A Sirene* denuncia, inclusive, a tentativa de cooptação dos atingidos por parte da Renova, ao mencionar a recusa do convite de suposta “participação”. Essa última palavra aparece entre aspas no texto de *A Sirene* como uma forma de conotação autonímica, evidenciando o distanciamento/contraponto enunciativo entre o ponto de vista dos atingidos e o da Renova. O excerto é concluído

¹³ Destacamos principalmente a elaboração da tríplice *mimesis* desenvolvida em *Tempo e narrativa: mimesis I* (figuração); *mimesis II* (configuração); *mimesis III* (reconfiguração), as quais correspondem, em linhas gerais, aos processos de percepção, de representação (textual) e de interpretação. Nas palavras de Ricoeur (1994, p.87): “o desafio é, pois, o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua reconfiguração pela recepção da obra”.

¹⁴ Há certamente outros acontecimentos-intriga, a exemplo do enfrentamento da pandemia e do rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, que mereceriam ser analisados, mas não o foram, em função de limitações de tempo-espaco para a produção deste artigo.

com uma referência ao próprio contradiscurso de *A Sirene*, que publica os depoimentos do(a)s atingido(a)s, esclarecendo os motivos de eles se recusarem a participar da publicação da Renova. O próximo exemplo é também muito ilustrativo desse embate de posicionamentos:

- 12) Logo no início, a Renova/Samarco começaram a falar de masterplan, dam break, stakeholders. Parecia que a gente falava com extraterrestre, porque não entendia “patavinas”. A gente também não sabia o que significava impactado. E, depois do esclarecimento do promotor Guilherme, decidimos não aceitar esse termo, porque nós fomos atingidos até a alma. Rejeito também foi uma palavra que aprendemos a usar passado um tempo. Eles falavam lama, mas entendemos que o correto é rejeito tóxico. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 3, ed. 29, agosto/2018, p. 3)

No enunciado (12) o que mais se destaca é a menção a termos linguísticos, alguns deles em inglês, utilizados pela Renova/Samarco para referir-se a questões relativas ao rompimento da barragem e aos desdobramentos do processo de reparação. Fica muito clara a relação de poder e de manipulação que a Renova busca impor sobre os atingidos, lançando mão de artifícios linguístico-discursivos que remetem a um jargão técnico, ao qual os atingidos não tinham acesso. Aqui, podemos pontuar um aspecto que mencionamos anteriormente, quando recorremos à abordagem de Paveau (2014), qual seja, o processo de desmemória que as mineradoras, através da Renova, tentam produzir na sua relação com os atingidos e a sociedade de modo mais geral. Trata-se de uma estratégia abrangente, que, no excerto acima, aparece de forma indiciada na tentativa de utilização de um léxico que dissimula a gravidade e a correção dos fatos, a exemplo do uso dos nomes “impactado” em vez de “atingido”, de “lama” ao invés de “rejeito tóxico”, entre outros. A recorrência dessa estratégia de desmemória é denunciada ao longo das edições do Jornal *A Sirene*, que resiste a ela posicionando-se claramente através da sua refutação, como podemos observar na edição 39, de 2019.

- 13) Qual é a voz do(a) atingido(a)?

O Jornal *A Sirene* surgiu, em fevereiro de 2016, para garantir o direito à comunicação, à informação e à representatividade para os(as) atingidos(as) pelo rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton). Em julho de 2017, a Fundação Renova também criou um jornal. Não reconhecemos essas publicações porque entendemos que foram projetadas para fazer publicidade para a própria Renova/empresas. O Jornal *A Sirene* é um veículo de resistência e luta. Nosso único compromisso é criar um espaço que permita que as vozes dos(as) atingidos(as) ecoem (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 39, junho/2019, p. 3).

A começar pelo título, podemos observar uma forma de interpelação retórica através do enunciado interrogativo – “Qual é a voz do(a) atingido(a)?” –, que busca um efeito de provocação, ao mesmo tempo em que apresenta a resposta a essa pergunta em seguida, configurando uma argumentação por comparação. Após reiterar o surgimento do Jornal *A Sirene* em 2016 “para garantir o direito à comunicação, à informação e à representatividade para os(as) atingidos(as)”, o locutor/enunciador coletivo afirma não reconhecer o jornal da Fundação Renova, criado em 2017, argumentando que essas “publicações (...) foram projetadas para fazer publicidade para a própria Renova”. Ou seja, *A Sirene* acusa a Renova de produzir um jornal que não tem credibilidade por ser, na verdade, uma forma de propaganda/publicidade, sem compromisso com a veracidade dos fatos. A conclusão do texto reforça que “*A Sirene* é um

veículo de resistência e luta”, cujo compromisso é criar espaço para as vozes do(a)s atingido(a)s, o que subentende que essas vozes não encontram espaço em outros veículos de comunicação. Vejamos o enunciado abaixo, que é ainda mais contundente, em termos de um relato testemunhal contra a Renova e seu suposto jornal:

- 14) Entregaram aqui em casa um jornal da Renova com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro. A imagem estava mostrando para as pessoas que os meus pais estavam super felizes, que a casa era uma maravilha, quando, na verdade, a casa nem construída para idosos foi. O arquiteto que projetou a casa ou é incompetente ou nunca fez uma casa para idosos porque, se você ver o tanto de escadas que tem na casa... Eles não falam a verdade, os meus pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados, e a Renova só mostra aquela fachada bonita. Para a Fundação, está uma maravilha. Essa é a diferença, os jornais da Renova são cheios de máscaras e mentem, mas o Jornal *A Sirene* expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos. (Maria do Carmo D'Ângelo, moradora de Paracatu de Cima – Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 39, junho/2019, p.3).

Em (14), a enunciadora relata um exemplo da falta de credibilidade do jornal da Renova, através de uma encenação narrativa testemunhal. O relato é feito na primeira pessoa do singular por uma atingida que recebeu um número do jornal da Renova em sua casa – “Entregaram aqui em casa um jornal da Renova”, – no qual aparece uma foto dos seus pais – “com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro”, os quais figuram como personagens desse relato, além da própria enunciadora. Assim, na estrutura hipertextual de narrativas encaixadas do jornal, o narrador coletivo do jornal apresentado em (13) se desdobra na voz testemunhal da enunciadora atingida em (14), cujo relato desqualifica discursivamente o jornal da Renova, a começar pela presença da predicação crítica sobre o lugar em que a casa dos pais foi reconstruída – “no meio do barro”. A escalada das críticas aumenta com o encadeamento dos enunciados, desde a crítica ao arquiteto que projetou a casa, inadequada para os pais idosos, passando pela denúncia de que “os pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados”, até chegar à acusação de que “os jornais da Renova são cheios de máscaras e mentem”, distorcendo os fatos – “a Renova só mostra aquela fachada bonita. Para a Fundação, está uma maravilha”. O relato testemunhal é concluído com a reafirmação do argumento por comparação, contrapondo a veracidade do discurso de *A Sirene* à falsidade do discurso da Renova – “mas o Jornal *A Sirene* expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos”.

Assim, no plano da intriga que está na base do conflito dramático de *A Sirene*, percebemos que o discurso do jornal contrapõe diametralmente duas narrativas distintas: de um lado, a das pessoas atingidas (protagonistas) e, de outro, a das empresas mineradoras Samarco/Vale/BHP e, sobretudo, da Fundação Renova, que as representa (antagonistas). Na perspectiva dos relatos testemunhais, predomina a busca por efeitos de real, com vistas a configurar a veracidade desses relatos, dos quais o(a)s atingid(o)as são narradore(a)s e também personagens, cujas experiências vividas e contadas atestam tanto a sua credibilidade quanto a sua identidade. Vejamos outros exemplos:

- 15) Quatro anos se passaram. Nós, atingidos(as), continuamos sem o reassentamento e tudo o que vemos é uma série de desmobilizações que vêm da Renova, das minerado-

ras e do próprio poder judiciário. Para se ter uma ideia, durante as audiências, são três advogados das mineradoras, e três advogados e dois assessores da Renova, que não são parte no processo, dividindo a mesa de audiência. Do nosso lado, está só o promotor, três representantes do(a)s atingido(a)s e dois da assessoria técnica. Somente os defensores das mineradoras podem falar, a nossa assessoria não pode defender o trabalho que fez conosco. Muitas vezes, saímos das audiências e das reuniões transtornados(as) (...) (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 4, ed. 43, novembro/2019, p. 32)

Em (15), a crítica do(a)s atingido(a)s incide não mais sobre as publicações da Renova nem apenas sobre essa última, mas também sobre o “próprio poder judiciário”. O relato testemunhal denuncia “uma série de desmobilizações que vêm da Renova, das mineradoras e do próprio poder judiciário”, fazendo referência às audiências em que as mineradoras e a Renova dispõem de privilégios relativos ao maior número de advogados, além de terem a prerrogativa de falar, em detrimento do direito da assessoria técnica do(a)s atingido(a)s, que não pode falar. Vale destacar também, nesse exemplo, a agentividade e o protagonismo assumidos pelo(a)s atingido(a)s no acompanhamento do processo judicial, comparecendo às audiências e reivindicando seus direitos, bem como protestando contra o seu cerceamento, que os deixa “transtornados”. Salientamos também a importância da assessoria técnica do(a)s atingido(a)s, cuja voz se faz presente regularmente no Jornal *A Sirene*, bem como a de autoridades do Ministério Público e, é claro, a dos grupos de apoio.¹⁵

No ano de 2021, o embate entre o(a)s atingido(a)s e a Renova atinge um ponto de inflexão incontornável com o surgimento de denúncias cada vez mais graves contra a Fundação e os seus problemas de governança. Nesse contexto, aliando-se ao desenvolvimento e profissionalização editorial de *A Sirene*, vemos emergir no jornal, de forma mais incisiva, a articulação entre as vozes do(a)s atingido(a)s e de autoridades/assessorias técnicas, pressionando pela extinção da Fundação Renova:

16) Desdobramentos do pedido de extinção da Renova

No dia 24 de fevereiro de 2021, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça para pedir a extinção da Renova. De acordo com o MPMG, a fundação contratada, que deveria atuar exclusivamente na reparação dos danos causados pelo crime do rompimento da barragem de Fundão, apresenta problemas não só relacionados aos descumprimentos dos acordos firmados judicialmente, como também diversas irregularidades (...).

Gostaria que a Renova fosse embora mesmo, porque ela não ajuda as pessoas que precisam. Eu não tenho receio nenhum da Renova sair do território, porque ela não faz nada. Ela não constrói as casas que tem que construir, as ruas são feitas que nem a cara dela, está tudo esburacado. O esgoto entupido. Ela só enrola o povo. Eu sei que, se ela for embora, vai ser melhor pra todo mundo, porque ela veio aqui só pra tirar, pra diminuir o direito das pessoas...

(Por Cristiane Martins e Jarbas Soares Júnior, Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais. Com o apoio de Júlia Militão, Simone Silva e Wigde Arcangelo. Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 6, ed. 60, abril/2021, p.4).

¹⁵ A pandemia da Covid 19 impactou a publicação de *A Sirene*, que passou a circular apenas nas plataformas das redes sociais a partir de abril de 2020, retomando a publicação impressa somente em 2022.

Esta edição de *A Sirene* é muito relevante, no sentido de publicar uma entrevista com o Procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, autor da Ação Civil Pública na Justiça para pedir a extinção da Renova, além do depoimento de uma atingida sobre a petição de extinção da Fundação – “Gostaria que a Renova fosse embora mesmo, porque ela não ajuda as pessoas que precisam. Eu não tenho receio nenhum da Renova sair do território, porque ela não faz nada” –. Temos no excerto (16) a articulação integrada das vozes do jornal, do Procurador-Geral e de uma atingida, cujos posicionamentos argumentativos são claramente coorientados no sentido de denunciar “problemas não só relacionados aos descumprimentos dos acordos firmados judicialmente, como também diversas irregularidades” da Renova. Na sequência, apresentamos um excerto do jornal de 2022, cuja enunciação é assumida pela assessoria técnica da Cáritas, numa denúncia contundente contra os desmandos da Fundação Renova:

- 17) A Fundação Renova se nega a enviar o cronograma de obras detalhado para a Comissão de Atingidos (CABF) e para a Assessoria Técnica. Entretanto, as obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo já estão bastante atrasadas tendo em vista que já foram descumpridos três prazos judiciais para conclusão e entrega. Os atrasos, contudo, acontecem desde a compra dos terrenos. Nas visitas de fiscalização comunitária realizadas em janeiro e fevereiro deste ano, após as fortes chuvas, foram observados pontos de deslizamento em taludes executados pela Fundação Renova e movimentação de solo, que causou rachadura em um trecho do asfalto. Intervenções executadas inadequadamente e que precisarão ser refeitas afetam o cronograma de obras da etapa de intervenções urbanas e, portanto, terão de ser tomadas as medidas necessárias para que não resultem em maior atraso na conclusão da obra como um todo. Assessoria Técnica da Cáritas MG (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022, p. 4).

O excerto (17) apresenta uma linguagem que se aproxima de uma nota técnica, apontando “a negação de envio de cronograma de obras detalhado” para a Comissão de Atingidos, o “descumprimento de prazos judiciais de compra e entrega de terrenos”, ressaltando, ainda, que “a fiscalização comunitária” observou “pontos de deslizamento em taludes”, “movimentação do solo” e “rachadura do asfalto”. Em seguida, a Assessoria Técnica da Cáritas modaliza a sua enunciação deonticamente, determinando que “terão de ser tomadas as medidas necessárias para que [as intervenções executadas inadequadamente] não resultem em maior atraso na conclusão da obra como um todo”.

Nessa conjuntura de tensionamento agudo entre o(a)s atingido(a)s e a Renova (representante das mineradoras), as autoridades começaram a discutir as diretrizes para um novo acordo de reparação dos danos causados pelo RBF, envolvendo a União, as empresas mineradoras, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Ministério Público e as Defensorias. Não obstante a importância atribuída a essa nova proposta, cuja articulação teve início em 2021, como forma de mediação para garantir a livre manifestação das partes e o amplo acesso à informação, não há um consenso entre as comunidades atingidas sobre o devido reconhecimento e a efetiva participação do(a)s atingido(a)s na nova repactuação. *A Sirene* acompanhou e relatou desde o início o debate sobre essa questão complexa:

18) O erro tantas vezes cometido

No dia 4 de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a terceira e última audiência pública para escuta de especialistas e das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, segundo eles, para “ampliar o conhecimento sobre o rompimento e os danos deles decorrentes”. Acontece que está em andamento um processo de repactuação dos acordos em prol da reparação dos danos na bacia do rio Doce. Na mesa de negociações estão as empresas responsáveis pelo crime, Samarco, Vale e BHP, instituições de justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas) e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas nenhuma pessoa atingida. E, como colocou Luzia Queiroz durante a audiência, “acordo sem a participação das pessoas atingidas na mesa de negociação é a repetição do erro tantas vezes cometido!”. Luzia e Anderson Jesus de Paula participaram da audiência representando as pessoas atingidas de Mariana. (Por Luzia Queiroz e Anderson Jesus de Paula com o apoio de Ellen Barros e Wigde Arcangelo, assessores de comunicação da Cáritas MG. *Jornal A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022, p. 6).

O excerto (18) relata a realização da terceira e última audiência pública realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual foi acompanhada presencialmente por representantes do(a)s atingido(a)s e, conseqüentemente, de *A Sirene*, que apresenta, via discurso relatado, os pontos de vista antiorientados do CNJ e do(a)s atingido(a)s. Nesse sentido, embora estes tenham participado ativamente da audiência, manifestando seu ativismo na luta pelos direitos das comunidades, o jornal critica a ausência de participação direta do(a)s atingidas na mesa de negociações – “Na mesa de negociações estão as empresas responsáveis pelo crime, Samarco, Vale e BHP, instituições de justiça (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas) e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, mas nenhuma pessoa atingida” – o que é corroborado pelo título da matéria e pela citação direta de uma fala da atingida Luzia Queiroz na audiência, destacada pelo jornal em negrito – “acordo sem a participação das pessoas atingidas na mesa de negociação é a repetição do erro tantas vezes cometido!” Ainda em 2022, na edição de junho, o jornal publicou, numa de suas principais seções, um texto do Promotor de Justiça:

19) O direito de entender – Repactuação

(Guilherme de Sá Meneghin – Promotor de Justiça)

(...) As reuniões de trabalho foram denominadas “Repactuação”, pois o objetivo era, precisamente, refazer os acordos que geraram o TTAC (Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta) e o TAC-GOV (Termo de Ajustamento de Conduta Governança), de modo a assegurar celeridade, definitividade e resolutividade nas ações reparatórias dos danos causados. Desde a instalação, ocorreram diversas agendas virtuais e presenciais, sobretudo em Brasília-DF (...) Feitos esses esclarecimentos, o MPMG mantém o compromisso de defesa dos direitos dos atingidos em todos os âmbitos de atuação, inclusive na Repactuação. (*Jornal A Sirene*, Mariana, ano 7, ed. 74, junho/2022, p. 8).

Com efeito, a seção “O direito de entender” é um espaço destinado à publicação de textos de especialistas, especialmente do campo jurídico, envolvidos com o processo de reparação, com vistas ao esclarecimento de questões de interesse do(a)s atingido(a)s. Essa seção existe desde os primeiros números do *Jornal A Sirene*, configurando a voz de uma autoridade (jurídica) em apoio à causa do(a)s atingido(a)s. No caso específico de (22), o Promotor

de Justiça Guilherme de Sá Meneghin apresenta um texto no qual reitera “o compromisso de defesa dos direitos dos atingidos”, explicando, através de um estilo técnico, mas também didático, o que já se chamava na época de Repactuação, enquanto renegociação dos acordos extrajudiciais firmados no passado, quais sejam, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), conhecido como “acordão”, firmado em março de 2016, que estabeleceu 42 programas de reparação e instituiu a criação da Fundação Renova; e o TAC Gov, homologado em agosto de 2018, para definir um sistema de governança que visava incluir as pessoas atingidas, o qual, segundo o jornal, jamais foi aplicado efetivamente.

A discussão sobre a Repactuação avança em 2023, sendo acompanhada de perto por *A Sirene*, com seus grupos de apoio e assessorias técnicas, reivindicando que o novo acordo seja participativo e informado pelas pessoas atingidas. Concomitantemente, assistimos aos estertores do conflito dramático entre *A Sirene* e a Fundação Renova, o que pode ser observado no exemplo abaixo:

- 20) A Renova tem divulgado em suas redes que é “tempo de entrega”, em referência ao início das entregas das casas supostamente concluídas nos assentamentos das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. O investimento financeiro nessa ação de marketing é alto: anúncios em todas as redes sociais, peças publicitárias em sites e publicações pagas. O que essa narrativa não conta, ou melhor, esconde é que também é “tempo de luta”. Há quase oito anos, é “tempo de luta” para milhares de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce, que foram atingidas pelo crime socioambiental cometido por Samarco, Vale e BHP. Essas pessoas têm, cotidianamente, seus direitos violados (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 8, ed. 87, julho/2023, p. 12).

É bastante significativo o contraste apresentado no excerto (20) entre o que a Renova chamava de “tempo de entrega” e o que o(a)s atingido(a)s continua(m) chamando de “tempo de luta”, expressões que condensam o desenvolvimento desse acontecimento-intriga até o clímax de seu projeto dramático. Nesse sentido, o Jornal *A Sirene* acusa incisivamente a Renova de orquestrar uma “ação de marketing” com alto investimento financeiro na divulgação de “anúncios em todas as redes sociais, peças publicitárias em sites e publicações pagas”, configurando uma “narrativa” que “não conta, ou melhor, esconde” os quase oito anos de luta do(a)s atingido(a)s. O discurso de resistência do jornal se faz renitente, ao reiterar de forma contumaz que – “Há quase oito anos, é ‘tempo de luta’ para milhares de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce, que foram atingidas pelo crime socioambiental cometido por Samarco, Vale e BHP. Essas pessoas têm, cotidianamente, seus direitos violados”.

Com efeito, o ano de 2024 pode ser concebido, em certos aspectos, como momento do desenlace do embate entre *A Sirene* e a Renova, a qual foi extinta, quando da homologação do Novo Acordo de Repactuação, chamado Acordo de Mariana, pelo STF no dia 06 de novembro, em razão da má governança no processo de reparação às vítimas do rompimento da BRF. Se, por um lado, a extinção da Renova pode ser interpretada como uma “etapa” da resolução do principal acontecimento-intriga do projeto dramático/narrativo do Jornal *A Sirene*, por outro lado, compreendemos que esse acontecimento se desdobra dinamicamente em outro, a saber, o da Repactuação, que dá continuidade à narrativa do jornal na luta pela reparação dos danos e pela efetivação de seus direitos. É o que podemos perceber no editorial da edição nº 101:

21) Editorial

Neste mês de novembro, completaram-se nove anos do maior crime socioambiental do Brasil, ocorrido em Mariana, em 2015. Paralelamente a isso, ainda neste mês, vivemos um momento decisivo: o Acordo de Repactuação, celebrado no Palácio do Planalto em Brasília. Embora o Acordo apresente avanços, com a ampliação dos recursos destinados à reparação e criação de fundos específicos para populações indígenas, quilombolas, garimpeiros, mulheres e agricultores familiares, ele ainda está longe de suprir as demandas de uma reparação integral.

Neste processo, que se arrastou por anos, não podemos ignorar as insuficiências apontadas pelas próprias pessoas atingidas, como a exclusão de suas vozes durante as negociações e a persistente dificuldade em responsabilizar criminalmente as empresas envolvidas. Tal dificuldade foi evidenciada pela absolvição da Samarco, Vale, BHP e VogBr pelo Tribunal Federal da 6ª Região, menos de dez dias do marco de nove anos do rompimento da barragem de Fundão. (Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 9, ed. 101, novembro/2024, p.16).

Esse editorial de novembro de 2024, que é um marco histórico do jornal também, ao se completarem nove anos do rompimento da BRF, deixa clara a posição do(a)s atingido(a)s sobre a sua luta e o sobre o novo momento vivido, o do Acordo de Repactuação. Se esse acordo é parcialmente elogiado por trazer avanços, é também criticado porque tais “avanços” ainda são insuficientes “para suprir as demandas de uma reparação integral”, de modo que não se podem “ignorar as insuficiências apontadas pelas próprias pessoas atingidas”, cujas vozes foram excluídas durante as negociações. O editorial denuncia, sobretudo, a continuidade da impunidade criminal das empresas responsáveis pelo maior crime socioambiental do país, as quais foram absolvidas em julgamento pelo TFR da 6ª Região, em Ponte Nova, numa data muito próxima à do marco de nove anos do acontecimento do rompimento da BRF, o que soa como uma espécie “deboche/sarcasmo” por parte dessa autoridade judicial. Nessa perspectiva, como atesta a conclusão do editorial, a narrativa do Jornal *A Sirene* continua sendo “uma ponte entre as histórias das pessoas atingidas e os ouvidos de quem ainda não se permitiu escutá-las”.

6 Conclusão

Neste artigo, analisamos a dimensão testemunhal e argumentativa que caracteriza a narrativa do(a)s atingido(a)s pelo RBF como uma forma de discurso de resistência ao poder hegemônico das empresas de mineração, através do Jornal *A Sirene*. Assim, destacamos inicialmente a noção de pessoas atingidas por esse crime socioambiental, para, em seguida, avançar na discussão sobre as relações entre memória e testemunho. Em nossa análise, buscamos mostrar que a identidade discursiva de atingido(a) foi se construindo juntamente com a produção do jornal, projetando um *ethos* coletivo por meio do qual a memória se (re)constrói pela via da narrativa testemunhal do(a)s atingido(a)s enquanto narradores e personagens protagonistas de suas lutas por reparação e por justiça.

Nessa perspectiva, recortamos excertos do jornal (desde o luto pela perda causada pelo rompimento da BRF até o novo acordo de Repactuação) que evidenciavam a construção de um enredo/intriga em que o conflito entre o(a)s atingido(a)s, como protagonistas, e a Fundação Renova (representante das mineradoras), como antagonista(s), era engendrado

como cerne do projeto dramático do Jornal *A Sirene*. Esse recorte buscou contemplar exemplos do percurso histórico e editorial do jornal desde o seu surgimento, como ferramenta de comunicação e preservação da memória e do patrimônio das comunidades atingidas, passando pelo seu amadurecimento até a sua consolidação como principal voz do(a)s atingido(a)s. Esse(a)s últimos(a)s, no processo de construção do jornal, em colaboração com grupos de apoio e de assessorias técnicas, deixaram de ser apenas vítimas, tornando-se, sobretudo, ativas na luta contra a injustiça, a impunidade e a manipulação dos fatos por parte das mineradoras e de sua influência sobre as autoridades legais.

Apesar das limitações inerentes à nossa análise, que não tem a pretensão de abarcar a complexidade e a riqueza semiótica e discursiva do Jornal *A Sirene*, cujo material é uma fonte inesgotável para pesquisas, acreditamos ter conseguido desenvolver uma abordagem consistente e dialógica de algumas estratégias discursivas presentes no jornal, focalizando aspectos relativos à sua narrativa testemunhal e ao seu discurso de resistência ao longo desses quase dez anos do rompimento da BRF.

Declaração de autoria

O artigo foi produzido pelos autores conjuntamente na sua integralidade.

Referências

AMOSSY, R. L'espèce humaine de Robert Antelme ou les modalités argumentatives Du discours testimonial. *Semen*, Besançon, n. 17, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/semen/2362>. Acesso em: 31 maio 2024. DOI <https://doi.org/10.4000/semen.2362>.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n.1, 2011, p. 129-144. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias: poder, direito e religião*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

COMIDE, C. S. et al. (orgs.). *Dicionário crítico de mineração*. Marabá – PA: iGuana, 2018.

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 0, fevereiro/2016. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em 19/05/2025.

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 1, ed. 8, novembro/2016. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed9_novembro_issu. Acesso em 19/05/2025

Jornal *A Sirene*, Mariana, ano 2, ed. 18, setembro/2017. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed18_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 2, ed. 20, novembro/2017. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 3, ed. 23, fevereiro/2018. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/jornal_a_sirene_-_ed.23_-_2_anos. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 3, ed. 29, agosto/2018. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/agosto_2018_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 4, ed. 39, julho/2019. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/junho_2019. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 4, ed. 43, novembro/2019. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/edi_o_43_novembro_issuu. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 6, ed. 60, abril/2021. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/edi_o_60_-_jornal_a_sirene_corrigida_ano_6_. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 7, ed. 71, março/2022. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/marco_2022_final_alta. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 7, ed. 74, junho/2022. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/sirenejunho_2022_alta. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 8, ed. 87, julho/2023. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/jornalasi-rene_julho_pdfatualizado. Acesso em 19/05/2025.

Jornal A Sirene, Mariana, ano 9, ed. 101, novembro/2024. Disponível em https://issuu.com/jornalasi-rene/docs/mae_jornalasi-rene_novembro_menor_arquivo. Acesso em 19/05/2025.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MENDES, P. H. A.; MENEZES, W. A. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.26, n.3, 2016, p.1047-1073.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, L. Memórias e testemunhos: a Shoah e o dever da memória. *IPOTESI—Revista de estudos literários*, v. 11, n. 2, p. 89-103, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, p.07-28, 1993.

ORLANDI, E. P. Práticas Sociais de fabricação da memória. *Revista Rua*. Campinas, v. 26, n. II, p.511-527, nov/2020. DOI: <https://10.20396/rua.v26i2.8663436>

PAVEAU, M.-A. (2015). Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n.5, p. 137-161, 2015. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/441>.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, R. M. O Jornal como lugar da memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. *OPIS Revista do Niesc*, v. 2, n. 2, p.67-75, jul/dez, 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, p. 03-20, 2010.

SOUZA, T. R. de; CARNEIRO, K. G. O direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v. 8, n. 2, p.187-209, 2019.

TOCAIA, L. M. Testemunhos de pessoas em situação de rua: quais são suas histórias de resistência? *Letrônica*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2024.1.46206>

O funcionamento do discurso de testemunho: relato de um percurso de pesquisa

The Functioning of Testimonial Discourse: A Report on a Research Trajectory

Agnaldo Almeida

Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG) | Campina Grande | PB | BR
agnaldo.almeida@professor.ufcg.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-5893-1372>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo expor o percurso de pesquisa que temos realizado sobre a noção de testemunho no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso (materialista). Para tanto, inicialmente, retomamos alguns postulados teóricos da AD, como as noções de discurso, de interpretação, de ideologia etc. Em seguida, junto a Mariani (2016, 2021, 2023), produzimos um breve gesto de leitura da noção de testemunho, atrelando-a às de resistência e revolta, aqui entendidas como efeitos discursivos. À medida que a exposição teórica é realizada, para fins de análise, tomamos como corpus os testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017). Esta reflexão aponta para a importância da continuidade da análise do testemunho em sua espessura discursiva, isto é, linguístico-histórica.

Palavras-chave: análise de discurso; discurso de testemunho; revolta; resistência; trauma.

Abstract: This article aims to expose the research path we have carried out on the notion of testimony in the theoretical-methodological framework of Discourse Analysis (materialist). To this end, initially, we revisit some theoretical postulates of AD, such as the notions of discourse, interpretation, ideology, etc. Then, next to Mariani (2016, 2021, 2023), we produce a brief gesture of reading the notion of testimony, linking it to those of resistance and revolt, here understood as discursive effects. As the theoretical exposition is carried out, for



analysis purposes, we take as corpus the testimony of Primo Levi, survivor of the Holocaust (1941-1945), in *É isto um homem?* (1947) and *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); and Frei Betto, imprisoned during the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), in *Cartas da prisão* (2017). This reflection points to the importance of continuing the analysis of testimony in its discursive form: linguistic-historical.

Keywords: discourse analysis; testimonial speech; revolt; resistance; trauma.

1 Gesto de abertura

Em junho de 1979, ao formular uma circular para o *Colóquio materialidades discursivas*, realizado em Nanterre/França, em 24, 25 e 26 de abril de 1980, a si e aos demais participantes (historiadores, linguistas, psicanalistas, sociólogos), Michel Pêcheux ([1979] 2016a, p. 18),¹ precursor da Análise de Discurso (materialista) – doravante AD – naquele país, lança, junto a outras, a seguinte questão: “Por que existe tanta dificuldade de pensar a ligação entre resistência/revolta e discursividade?”. Uma década depois, ao filiar-se ao pensamento de Pêcheux e territorializar a AD no Brasil, Eni Orlandi questiona-se(-nos):

Que escuta o analista deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência? (Orlandi, [1990] 2009, p. 59).

Essas inquietantes e potentes questões, formuladas por dois eminentes teóricos dessa disciplina, constituirão o fio condutor do presente texto. Sem buscar a produção de um efeito de exaustividade e/ou de completude em relação à descrição e à análise das materialidades discursivas a que temos nos dedicados nos últimos anos: o discurso de testemunho, é nosso objetivo refletir sobre o seu funcionamento, tomando-o em sua forma material, isto é, linguístico-histórica, produzido em determinadas condições sócio-históricas e político-ideológicas. O discurso de testemunho, como procuraremos mostrar, vem sendo pensado, por nós, em sua relação com os efeitos de sentido de resistência e/ou de revolta.

Nossas reflexões sobre o funcionamento do discurso de testemunho tiveram início quando da residência pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (PosLin/UFMG), entre fevereiro de 2023 e janeiro de

¹ Considerando a historicidade do texto, isto é, como ele se inscreve na história para significar-se, quando consultadas edições posteriores à primeira, a data delas será precedida, entre colchetes, da data de publicação original (e na língua original, em caso de traduções).

2024, sob supervisão da Profa. Dra. Glaucia Muniz P. Lara. Naquele momento, foi desenvolvido o projeto *Sentidos da resistência: o discurso testemunhal no espaço digital*, pesquisa circunscrita ao projeto de cooperação internacional e interinstitucional *Témoignage et discours de résistance: un point de vue multidisciplinaire, au croisement des sciences du langage / Testemunho e discursos de resistência: um olhar multidisciplinar no cruzamento das ciências da linguagem*, liderado pelas Profas. Dras. Glaucia Muniz P. Lara, do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG (Brasil), e Béatrice Turpin, do Centro de Pesquisa LT2D (Léxico, Textos, Discursos, Dicionários), da Universidade de Cergy-Pontoise (França). Atualmente, enquanto docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG), está em curso o projeto de pesquisa *Materialidades discursivas da resistência e da revolta no (in)dizível de acontecimentos traumáticos pelo testemunho*.

Para tratar desse percurso, além desta seção introdutória, este texto é composto pela seção 2, intitulada “Breves notas sobre a Análise de Discurso”, na qual retomaremos algumas noções do dispositivo teórico da AD, como as de discurso, interpretação, ideologia, resistência e revolta etc.; pela seção 3, “Da teoria à análise do funcionamento do discurso de testemunho”, momento no qual apresentaremos a formulação teórica de (discurso de) testemunho, a partir dos trabalhos de Bethania Mariani (2016, 2021, 2023), e, isocronicamente, teceremos breves gestos de leitura de testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de uma carta de Frei Betto, escrita enquanto ele encontrava-se encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e, posteriormente, publicada em *Cartas da prisão* (2017); e pela seção 4, “Em busca de um efeito de fechamento”, quando reafirmaremos a importância, cada vez mais patente, da análise e, conseqüentemente, da compreensão do processo de significação dos discursos de testemunho: gestos de resistência e revolta produzidos, pela língua(gem), para (re/des)significar um trauma.

2 Breves notas sobre a Análise de Discurso

Desde a sua fundação no final da década de 1960, a AD, pela via da língua(gem) em funcionamento, busca compreender os gestos de interpretação/leitura e os efeitos de sentido produzidos *por/para/entre* sujeitos inscritos em dadas condições sócio-históricas e político-ideológicas de produção do discurso. Objeto linguístico-histórico, o discurso, como bem o define Pêcheux, é efeito de sentido entre locutores (Pêcheux, [1975] 2009a, [1969] 2010a); é estrutura e acontecimento (Pêcheux, [1983] 2012). Em outras palavras, o discurso, uma das instâncias de mediação do sujeito com a língua(gem) e o sentido, a língua(gem) e a ideologia, textualiza-se em diferentes materialidades significantes (o verbal, a fotografia, a pintura, a dança etc.), que se inscrevem nas condições históricas para significar.

Um dos principais pressupostos teóricos da AD é o de que, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretá-lo, significá-lo (O que x quer dizer?). Entendida como um gesto, um ato no nível simbólico (Orlandi, [1996] 2012a; Pêcheux, 2010a), a interpretação aparece ao sujeito, todavia, como um sentido já lá, evidente, pois a ideologia produz o efeito de naturalização do sentido (X só pode significar isso). A AD, nessa perspectiva, não procura “desvendar” um sentido “verdadeiro”, ou mesmo “interpretar” (atribuir um sentido x) um texto, mas atingir o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.

A ideologia, afirma Orlandi ([2001] 2012a, p. 31), “é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história e seus mecanismos imaginários”. Ao dizer(-se), portanto, o sujeito se inscreve em redes de sentidos estabelecidas no/pelo interdiscurso, o qual se define pela “estratificação de enunciados já feitos e esquecidos que constituem nossa memória de dizer”, atravessada pelo imaginário e estruturada pelo esquecimento (Orlandi, 2017, p. 24).

Como a ideologia (re)produz o efeito de naturalização e estabilização de sentidos, por ser um ritual com falhas (Pêcheux, [1983] 2012), ao formular um dizer, há sempre a possibilidade de o sujeito promover deslizamentos e derivas de um sentido para outros (possíveis em dadas conjunturas), o que nos aponta para a noção de efeito metafórico (Pêcheux, [1975] 2009a). Isto porque a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (Pêcheux, [1983] 2010b).

Os discursos são repetidos síncrona e diacronicamente. Porém, a repetição não é “termo a termo” ou “ao pé da letra”. Ela, ao mesmo tempo em que retoma *o mesmo*, abre-se para *o diferente*: “a noção de repetição permite pensar: o retorno do mesmo, mas que, justamente pelo fato de retornar em outro lugar e um outro tempo, é outro”, dizem Courtine e Marandin ([1980] 2016, p. 46). Exemplo disso é o enunciado “Deus, pátria, família” da Ação Integralista Brasileira, criada na década de 1930 pelo *Manifesto de Outubro de 1932*, que é retomado pela extrema-direita no século XXI como “Deus, pátria, família e liberdade”. Nas paráfrases discursivas, sentidos se mantêm, mas também podem se deslocar.

Ao considerar que o discurso (e o texto) relaciona-se constitutivamente com outros discursos (e outros textos), que lhes são anteriores, posteriores ou possíveis de serem formulados, o analista de discurso, mediado pela teoria, coloca “[...] o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (Orlandi, [1990] 2009, p. 59).

Sendo assim, nas brechas e falhas do processo de interpelação do sujeito pela ideologia (Pêcheux, [1975] 2009a), é possível a produção do efeito de resistência e/ou revolta. A resistência e a revolta podem ser entendidas, pois, como “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (Pêcheux, [1983] 2009b, p. 278). E a possibilidade de revolta se sustenta “na existência de uma divisão do sujeito, inscrito no simbólico” (Pêcheux, [1984] 2014, p. 18).

Dessa forma, o gesto de interpretação é necessário “porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (Orlandi, [1996] 2012a, p. 18). O sujeito, assim, tanto pode (re)produzir dizeres e saberes próprios da formação discursiva e ideológica com a qual se identifica, como promover deslizos, deslocamentos, rupturas: revoltar-se e resistir aos sentidos no/pelo discurso, pela linguagem, pelo silêncio (Guilhaumou; Maldidier, [1980] 2016; Orlandi, [1992] 2007).

Fatos de discurso, gestos de interpretação, a resistência e a revolta são efeitos de sentido. Efeitos em *relação a* outros sentidos em tensão, disputa, embate ou mesmo guerra, em determinada conjuntura sócio-histórica e político-ideológica. Nas brechas e falhas do funcionamento da(s) ideologia(s) dominante(s), uma das formas de existência da resistência e da revolta é a de desestabilizar, questionar, desafiar ou opor-se a determinados discursos significados como opressivos e injustos. Constituem, assim, (contra)discursos a sentidos hegemonicamente naturalizados, geralmente pelo Estado, por instituições como a igreja, a escola, a mídia etc., ou ainda por um grupo a outro(s) de sujeitos. Retomando os trabalhos de Michel Foucault sobre as relações entre o poder e a resistência, Pêcheux ([1978] 2009b, p. 281) adverte que “não há dominação sem resistência” e, por isso, “é preciso ‘ousar se revoltar’”.

3 Da teoria à análise do funcionamento do discurso de testemunho

Conduzidos pelos pressupostos teóricos acima arrolados sobre as noções de discurso, ideologia, interpretação, resistência, revolta etc., nesta seção, de modo breve e exploratório, apresentaremos a noção de *testemunho*, tal como ela vem sendo formulada em diferentes áreas do conhecimento e, especialmente, na Análise de Discurso de orientação materialista, espaço teórico no qual nosso trabalho se inscreve. A exposição teórica será acompanhada de alguns, também breves e exploratórios, gestos analíticos de testemunho de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017).

Ao recortar o testemunho como objeto de reflexão, em nossos trabalhos (Almeida, 2023a, 2023b), temos buscado (re)discutir as noções de resistência e revolta no quadro teórico da AD; ampliar a teorização da noção de testemunho, em interface com as de gesto de interpretação, memorável, posição-sujeito, autoria, memória discursiva, acontecimento, grão de enunciação, trauma, argumentação etc.; analisar como os sujeitos, ao ocuparem a posição de sobreviventes de acontecimentos traumáticos, significam-nos e (res/des)significam a si mesmos, tendo em conta as possíveis tensões e contradições de seu discurso face ao do Estado, da mídia, de outras instituições, de outros (grupos de) sujeitos; averiguar como os sujeitos, da posição de sobreviventes de acontecimentos traumáticos, trabalham a (im)possibilidade de tudo dizer e de tudo lembrar, pelas diferentes materialidades significantes (verbal e não verbal) em dadas condições do memorável; e, por fim, analisar, considerando a abertura do simbólico e o equívoco – falha da língua inscrita na história –, os deslizamentos de sentido, os lapsos, as ambiguidades e a política do silêncio que podem atravessar o discurso de testemunho.

Para tanto, temos mobilizado a noção de arquivo, trabalhada por Pêcheux ([1982] 2010c, p. 51) como “o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, que pode estar relacionada a acontecimentos históricos como a Ditadura Militar e o Holocausto, assim como em relação a um tema, como o discurso feminista no século XX no Brasil. À definição de Pêcheux, Mariani (2001, p. 101) acrescenta que o arquivo é “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerado em termos do seu funcionamento discursivo”, do qual “é possível depreender a discursividade (ou seja, a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história) que rege as configurações de enunciados múltiplos e dis-

persos”. Por esse motivo, ele nunca é dado *a priori*, precisa ser construído, e seu funcionamento é opaco, como bem afirmam Guilhaumou e Maldidier ([1986] 2010).

Em relação ao testemunho, sobretudo a narrativa de sobreviventes (Robin, [2003] 2016), um levantamento bibliográfico não exaustivo mostra-nos que ele tem recebido múltiplas teorizações e análises em campos do conhecimento como a História e a Filosofia (Agamben, [1998] 2008; Gagnebin, 2009; Pierron, [2006] 2010; Ricœur, [2000] 2007), a Psicanálise (Conte, 2014; Felman; Laub, 1992; Laub, 1995), a Sociologia (Pollak, 1989) e a Teoria Literária (Ginzburg, 2008; Hartman, [1994] 2000; Salgueiro, 2011, 2012, 2018; Seligmann-Silva, 2000, 2003, 2005, 2022).

Giorgio Agamben, em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*, tece uma fina análise do testemunho de sobreviventes ao Holocausto, destacando o seu caráter lacunar, o sentimento de culpa dos sobreviventes, a relação entre o dizível e o indizível etc. Para ele,

O testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho (Agamben, [1998] 2008, p. 146).

Às questões postas por Agamben, da (im)potência e da (im)possibilidade do dizer(-se), podem ser acrescentadas as reflexões de Paul Ricœur ([2000] 2007), que dedica algumas páginas do livro *A memória, a história, o esquecimento* ao testemunho. Para o autor,

O testemunho tem várias utilidades: o arquivamento em vista da consulta por historiadores é somente uma delas, para além da prática do testemunho na vida cotidiana e paralelamente a seu uso judicial sancionado pela sentença de um tribunal. Além disso, no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a constituição dos arquivos, ela ressurgirá no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagem. Mais que isso, sob certas formas contemporâneas de depoimento suscitadas pelas atrocidades em massa no século XX, ele resiste não somente à explicação e à representação, mas até à colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa (Ricœur, [2000] 2007, p. 170).

No trecho acima, o autor distingue o “uso judiciário” do “uso historiográfico” do testemunho. Para ele, a fórmula típica do testemunho é: *eu estava lá*. Em suas palavras: “um triplo dêitico pontua a autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção ao lá em relação ao aqui” (Ricœur, [2000] 2007, p. 172-173). A testemunha se projeta na posição-sujeito de testemunha para narrar aquilo que viveu, em um só-depois.

As premissas de Agamben e Ricœur são, comumente, retomadas e discutidas no/pelo campo dos estudos literários ao analisar os textos de teor testemunhal. No Brasil, são representativos os trabalhos de pesquisadores como Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005, 2022) e Wilberth Salgueiro (2011, 2012, 2018).

Para o primeiro, a literatura de testemunho é “uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofe” (Seligmann-Silva, 2003, p. 373) e, mais recentemente, na “era do trauma”. A noção de testemunho, de acordo com o autor, tornou-se, nas últimas décadas, uma

peça central na Teoria Literária por sua “capacidade de responder às novas questões postas por várias áreas de pesquisa, com destaque para os estudos coloniais”, destacando que o tema do testemunho não se limita aos estudos literários e “tem sido analisado com relação às artes visuais, incluindo o cinema” (Seligmann-Silva, 2002, p. 132-133).

Também adotando a literatura como objeto de análise, Salgueiro (2011, 2012, 2018) dedica-se ao estudo do que denomina “poesia de testemunho”, isto é, a produção poética de cunho testemunhal que tematiza/reflete sobre alguma situação traumática ou catastrófica, individual ou coletiva, e de “testemunho solidário”, cujo registro não se atém àqueles que viveram e sobreviveram (a)o acontecimento histórico, mas a todos que, de algum modo, retomam uma situação de conflito, de opressão, de violência, como as inúmeras catástrofes cotidianas que atingem as pessoas de maneira incessante na vida diária: fome, miséria, assaltos, estupros, sequestros, assassinatos, genocídios, trabalho infantil, repressão sexual, machismo, feminicídio, racismo etc. Salgueiro postula, ainda, que há inúmeras modalidades de testemunho, em relação “a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.)” e “a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.)” (Salgueiro, 2012, p. 286).

Essas formulações, de diferentes campos do saber, compõem o ponto de partida para a nossa discussão da noção de testemunho no âmbito da AD, de orientação materialista, como o faz Mariani (2016, 2021, 2023), que, trabalhando (n)o entremeio da AD e da Psicanálise, assume a posição de que o testemunho são “dizeres que se configuram como necessários e emergenciais, urgentes para sujeitos afetados em suas vidas por uma violência imposta” (Mariani, 2021, p. 20). Visando *formular um memorável*, os testemunhos são, pois, “tentativas de construir bordas simbólicas para o real, sem, contudo, poder dizê-lo totalmente” (Mariani, 2021, p. 105).

Indo além da concepção religiosa e jurídica do testemunho, ressaltamos que trabalhamos -lo em sua materialidade discursiva (Pêcheux, [1979] 2016a, [1980] 2016b), isto é, linguístico-histórica, demanda-nos considerar: a (im)possibilidade de o sujeito (se) dizer (n)o (in)dizível de um acontecimento traumático ou de uma violência perpetrada pelo Estado ou por outros sujeitos; a (im)possibilidade de produção de gestos de revolta e/ou de resistência ao negacionismo, ao silenciamento, à invisibilidade e às inúmeras situações cotidianas de opressão e vulnerabilidade que atingem, traumática e incessantemente, diferentes (grupos de) sujeitos. O memorável do testemunho *esbarra-se* com o encontro do real da língua e o da história (Gadet; Pêcheux, [1981] 2010; Mariani, 2017; Orlandi, 2017), abrindo-se ao equívoco, ponto “onde o impossível da língua se encontra com a contradição da história” (Leandro-Ferreira, 2020, p. 87).

Situando-se no campo da Psicanálise, Ana Maria Rudge (2009, p. 57) defende que o esbarão com o real tem a importante função de “romper com uma situação na qual o eu se reconhecia” e, como tal, um acontecimento traumático “impulsiona para a mudança, porque a desestruturação que promove na tessitura simbólica e imaginária do eu empurra o sujeito para um novo arranjo em que a construção de uma narrativa tem um papel fundamental”.

Da perspectiva discursiva, que é a nossa, questionamo-nos: o acontecimento traumático pode fazer com que o sujeito se reconheça em novos sentidos e, assim, ter a possibilidade de produzir furos no social, o que Suzi Lagazzi (2020b) nomeia de *resistência simbólica*? Com esta pesquisa, pretendemos instalar uma *escuta discursiva* do testemunho, tal como é pensada por Mariani (2023, p. 39): “a possibilidade de uma escuta do sujeito se movimentando (e se revoltando) na sociedade, uma escuta da política dos sentidos divididos na contradição social, e em curso, em movimento na história”.

A discursivização de traumas pode ser escutada em diferentes materialidades significantes (Lagazzi, 2011, 2018a, 2020a), como, por exemplo, em narrativas autobiográficas, romances, quadrinhos, entrevistas, fotografias etc. Também em documentários, que vêm sendo trabalhados, em suas especificidades, por Lagazzi (2015, 2017a, 2017b, 2018b), que se debruça sobre a *deslinearização da imagem* e a análise de *cenas prototípicas* (cenas-limite, características de situações de ruptura de sentidos), e Orlandi (2012c), para quem o documentário é um *objeto memorial*, um *acontecimento discursivo*.

A título de exemplo, temos o impactante documentário *Ônibus 174* (2002), dirigido por José Padilha, que interroga o discurso dominante (da mídia, do Estado) sobre o angustiante e midiaticizado episódio de violência urbana no Brasil: o sequestro do ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro em 2000, que culminou na morte de uma refém e do sequestrador, que era uma das vítimas e sobreviventes do Massacre da Candelária, datado de 1993, quando a polícia militar assassinou a tiros crianças e adolescentes em situação de rua. No longa, há fortes relatos que transitam, em seus efeitos, entre a naturalização e a revolta e a resistência de sujeitos em situação de vulnerabilidade àquilo que enfrentam diuturnamente: a fome, a miséria, a discriminação, a morte.

Podemos mencionar ainda os documentários *Memórias rompidas – um ano depois da lama* (2016), produzido por Tatiane Fontes; *Lama seca* (2020), dirigido por Eduardo Savanachi, Juliana Ribeiro e Murillo Constantino; *O vazio que atravessa* (2021), produzido e dirigido por Fernando Moreira; e *Boate Kiss – a tragédia de Santa Maria* (2023), dirigido por Marcelo Canellas. Em linhas gerais, o primeiro trata do rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Mariana, município de Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015. O rompimento da barragem de “Fundão”, como era denominada, provocou a morte de 19 pessoas. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), é o desastre industrial de maior impacto ambiental da história brasileira, provocando, além de mortes, graves danos sociais e econômicos para a população que vive na região (MPF, s.d.). Da mesma forma, o segundo e o terceiro documentários tratam do rompimento de uma barragem em Minas Gerais, a barragem da Mina Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. O “Desastre da Vale” vitimou 272 pessoas, sendo considerado por especialistas e o Tribunal Regional do trabalho da 3ª Região (TRT-MG, 2020) o maior acidente de trabalho da história do Brasil, e o segundo maior desastre ambiental, precedido apenas pelo rompimento da barragem de “Fundão”, como já foi mencionado. Por sua vez, o quarto documentário tematiza o incêndio na boate Kiss, localizada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Na madrugada de 27 de janeiro de 2013, o incêndio provocou a morte de 242 pessoas e feriu outras 636. É apontado como a segunda maior tragédia do Brasil em número de vítimas em um incêndio, superado apenas pelo incêndio do Gran Circus Norte-Americano, ocorrido em 17 de dezembro de 1961, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, que deixou 503 pessoas mortas e 800 feridos.

Apreendendo o testemunho como da ordem da singularidade do memorável, as análises de Mariani levaram-na a distinguir dois tipos de testemunhos: *de resistência* e *de revolta*. Em suas palavras, os primeiros são:

queles que, com dizeres possíveis, lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas. Testemunhos que retornam ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência. São testemunhos que lutam por justiça social, repetem à exaustão denúncias cometidas pelo Estado ou por familiares. São sujeitos que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem (Mariani, 2021, p. 20).

Eles são públicos, isto é, foram escritos, publicados, gravados etc. na “temporalidade do só-depois, quando se tenta dar sentido ao sem sentido vivenciado, quando o sujeito tenta dizer o indizível da morte” (Mariani, 2021, p. 21). Podemos mencionar, por exemplo, os relatos autobiográficos de Primo Levi em *É isto um homem?* (1947); *A trégua* (1963); *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986), para ficarmos apenas em três de suas obras. Ele dedicou sua vida pós-campo de concentração ao testemunho e, por isso, concedeu inúmeras entrevistas, escreveu poemas, contos, novelas, cartas etc.

No prefácio de *É isto um homem?*, publicado originalmente em 1947, dois anos depois de ser libertado do campo de concentração de Auschwitz, o maior de todos aqueles criados pelo regime nazista, Primo Levi, um dos poucos sobreviventes, afirma o caráter necessário e emergencial do testemunho para ele, em consonância com a definição geral de testemunho formulada por Mariani (2021). Em suas palavras,

- 1) **A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares.** O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu **caráter fragmentário**: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por **ordem de urgência**. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente (Levi, [1947] 1988, p. 8, grifos nossos).

Atrelada a essa “ordem de urgência”, na sequência discursiva acima, é importante destacar que a formulação do memorável do testemunho (Mariani, 2021), pelo sujeito testemunha, não obedece a uma ordem cronológica. Mesmo que o relato, no livro, siga uma ordem cronológica dos fatos, dia após dia, a rememoração tem uma outra “ordem”: a urgência, o peso da materialidade daquilo que foi vivido. Além disso, ao projetar-se no lugar de testemunha, com o imaginário discursivo que o atravessa constitutivamente, Primo Levi produz os gestos de interpretação dos acontecimentos em um só-depois, para fins públicos, o que condiz com a definição de testemunho de resistência proposta por Mariani (2021). Ele se coloca entre aqueles que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem para que a violência que lhes foi imposta não seja esquecida e/ou repetida.

O testemunho de Primo Levi atesta também que trabalhar com o testemunho é, nas palavras de Mariani (2021, p. 41), lidar com “relatos de violência, de acontecimentos extremos que provocam ou demarcam o rompimento com o pacto civilizatório. Relatos que tentam circunscrever o incompreensível na história, um incompreensível para o qual não há palavras”. A impotência de tudo dizer e de tudo lembrar no confronto com a possibilidade mesma de dizer e lembrar é também apontada por Agamben ([1998] 2008) como parte do funcionamento do testemunho. Para Primo Levi,

- 2) **Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação do homem.** Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá pra imaginar. **Nada mais é nosso**: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; **se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não compreenderão.** Roubarão também nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (Levi, [1947] 1988, p. 32, grifos nossos).

Nessa perspectiva, como bem demonstram os excertos (1) e (2), um dos efeitos de sentido produzidos por/em *É isto um homem?* é de alguém que tem urgência e necessidade de narrar e descrever, de forma mais apurada possível, aquilo que viveu. Rememoram-se, por exemplo, as datas dos primeiros dias de prisão, o número de pessoas em cada vagão do trem, a duração cronológica de acontecimentos etc. Primo Levi coloca-se numa posição de legitimidade para testemunhar a violência que lhe foi imposta. Porém, em *Os afogados e os sobreviventes*, publicado em 1986, quatro décadas depois de *É isto um homem?* (1947), ele se inscreve diferentemente na memória discursiva ao produzir um ensaio sobre esse mesmo período de sua vida. Nesse momento, ele reflete (e questiona, inclusive) sobre a posição-sujeito de testemunha. Em suas palavras,

- 3) **Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas muitos anos depois. Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os ‘mulçumanos’, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria um significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção.** [...]

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só o nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso ‘em nome de terceiros’, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. **Falamos nós em lugar deles, por delegação** (Levi, [1986] 2024, p. 66-67, grifos nossos).

Nessa sequência discursiva, excerto (3), é possível observar o sentimento de culpa, também já constatado por Agamben ([1998] 2008, p. 146). No caso de Primo Levi, ele passa a distinguir, sem estabelecer uma demarcação estrita, uma diferença entre a posição-sujeito de sobrevivente e a posição-sujeito de testemunha. Em sua reflexão, as verdadeiras testemunhas são aquelas que não sobreviveram e, por isso, os sobreviventes (se) ocupariam apenas “por delegação” dessa posição. No entanto, em suas próprias palavras, não são as “autênticas testemunhas” ou “testemunhas integrais”.

Depois dessa rápida análise de sequências discursivas do testemunho de Primo Levi, que, de acordo com a distinção de Mariani (2021), se configura como um testemunho de resistência, passemos agora à definição dos *testemunhos de revolta*. Para a autora, eles são:

Aqueles que se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido. Os testemunhos de revolta são flagrados no cotidiano. São discursividades em que não é preciso um ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito. A revolta se impõe ao sujeito. Os testemunhos de revolta se discursivizam na forma de gritos que não ficam calados, mas que rasgam o ar como acontecimento real no sujeito, um acontecimento do dizer que emerge na estrutura. Nos testemunhos de revolta, o inesperado do pensamento comparece para o sujeito, fazendo-o enunciar o sentido silenciado do que fora recalcado, de uma ideia recalcada (Mariani, 2021, p. 21).

Resumidamente, enquanto os testemunhos de resistência são formulados em um só-depois do acontecimento vivido, para que não haja um esquecimento e/ou um silenciamento das vozes das vítimas, circunscrevendo-se na fórmula *eu estava lá* (Ricoeur, [2000] 2007), os testemunhos de revolta emergem no próprio acontecimento, inesperadamente, o que poderíamos definir com a fórmula *eu estou aqui*. Por isso, Mariani propõe o trabalho com a noção de *grãos de enunciação*, definindo-a como “gestos singulares que, nos processos de produção de sentidos no cotidiano, dão forma e substância a modos de fazer resistência ainda não totalmente estruturados” (Mariani, 2021, p. 155). Para a autora, esses gestos têm materialidades diversas, como, por exemplo, bater painéis, gritos, instrumentos sendo tocados, projeção de imagens em paredes, que “significam em posições sujeito contraidentificadas à instância de poder” (Mariani, 2021, p. 155).

Mariani (2021) cita, como exemplo de testemunho de revolta, o fato de a jogadora de vôlei de praia Carol Solberg, no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19 e o governo (genocida) de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, ter gritado “Fora, Bolsonaro”, ao ser entrevistada ao vivo pelo canal SportTV ao fim da cerimônia de premiação da primeira etapa do Circuito Brasileiro de vôlei de praia, em Saquarema (RJ). Mariani mostra que o testemunho de revolta de Carol, formulado no aqui-agora, não é tão bem estruturado como o testemunho de resistência, formulado num só-depois. Diante da polêmica que foi instaurada pelo grito, que é um gesto de interpretação, a jogadora foi repreendida pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), que emitiu uma nota condenando o grito (necessário e urgente!) de Carol.

Por sua vez, em seu perfil no Instagram, a jogadora declarou que não havia planejado o “Fora, Bolsonaro” e ressaltou:

- 4) O meu grito é pelo Pantanal que arde em chamas em sua maior queimada já registrada e continua a arder sem nenhum plano emergencial do governo. Pela Amazônia, que registra recordes de focos de incêndios. Pela política covarde contra os povos indígenas. Por acreditar que tantas mortes poderiam ter sido evitadas durante a atual pandemia se não houvesse descaso de autoridades e falta de respeito à ciência. Por ver um governo com desprezo total pela educação e cultura. Por ver cada dia mais os negros sendo assassinados e sem as mesmas oportunidades. Por termos um presidente que tem coragem de dizer que ‘o racismo é algo raro no Brasil’. São muitos absurdos e mentiras que nos acostumamos a ouvir, dia após dia. Não posso entrar em quadra como se isso tudo me fosse alheio. Falei porque acredito na voz de cada um de nós (Solberg, 2020).

A sequência discursiva acima demonstra que os testemunhos de revolta são flagrados no cotidiano: não é preciso ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito; propaga-se no calor da historicidade, como bem argumenta Mariani (2021).

No entanto, alguns testemunhos têm nos direcionado para uma reflexão sobre os limites da categorização dos testemunhos de resistência e de revolta. Exemplo disso é o testemunho de Frei Betto no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Na introdução do livro *Cartas da prisão*, definido pelo autor como “um documento histórico” (Betto, 2017, p. 12), que reúne cartas de sua autoria entre 1969 e 1973, enquanto ele esteve encarcerado, afirma que “A resistência mais significativa veio do movimento estudantil. Implicou manifestações de rua, passeatas, panfletagem, pichações e também ações armadas, praticadas por grupos guerrilheiros” (Betto, 2017, p. 11). Um grupo de estudantes da Ordem Dominicana, em São

Paulo, aderiu ao movimento de resistência, atuando junto àqueles da linha de frente como a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo.

Estudante de Teologia em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Frei Betto foi preso em Porto Alegre em 9 de novembro de 1969. Em suas palavras, a sua “atuação revolucionária consistia, principalmente, em facilitar a fuga de perseguidos políticos pelas fronteiras do Brasil com Uruguai e Argentina” (Betto, 2017, p. 11-12). De acordo com Frei Betto, diferentemente de Primo Levi, que se projetou na posição-sujeito testemunha para divulgar os horrores dos campos de concentração,

- 5) **Não escrevi estas cartas no intuito de publicá-las nem cuidei de tirar cópias.** O trabalho de coletá-las entre os destinatários demandou esforços e nem sempre foi coroado com êxito. Sob ditadura, muitas foram lidas e destruídas. Felizmente, recuperei a maioria, sobretudo as remetidas à família, amigos e religiosos. [...] Retrata as duras provações a que foram submetidos os presos políticos, bem como as lutas de resistência travadas dentro da prisão. **Algumas dessas não passaram pela censura carcerária, como se exigia. Saíram por vias clandestinas, colocando em risco seus portadores.** Esta é a razão pela qual nem todos os destinatários estão identificados: alguns preferem permanecer no anonimato (Betto, 2017, p. 12, grifos nossos).

As cartas escritas por Frei Betto tinham efeito-leitor (familiares, amigos etc.) e destinatários empíricos específicos. Por isso, alguns nomes mencionados nas cartas formuladas para determinados sujeitos foram suprimidos, quando da publicação do livro. Isso é visto, por exemplo, na carta abaixo, escrita à sua amiga de longa data Maria Christina de Assis Fonseca, de Belo Horizonte.

- 6) Presídio Tiradentes, domingo, 22 de fevereiro de 1970
Christina,

Hoje é domingo, chuvoso e triste. Cinquenta presos se acomodam como podem pela cela. Muitos dormem no chão, sobre colchões; não há mais espaço para camas. O silêncio reflete o clima úmido desse dia cinza. Não é um silêncio de calma, de paz interior. É quase uma sufocação. Tantos juntos e poucos falam. Alguns talvez gostassem de gritar bem alto. Mas engole esse desejo e aguarda. O quê? Não sei, ninguém sabe. Na prisão sempre se aguarda. É como a plataforma de uma estação sem trem e trilhos.

É um silêncio triste, de alguém que, sentindo-se provocado, resiste, acumula forças para uma investida posterior. Sentimos nossa impotência. Nada a fazer, ninguém pode ajudar. Não é fôss, porque não chegamos ao desânimo. Nem ódio, pois não há desespero. Talvez raiva, uma raiva muda, paciente, diante desse labirinto do absurdo que se nos apresenta.

O que pensavam judeus e comunistas trancados em campos de extermínio, sabendo que a qualquer momento morreriam na câmara de gás? Talvez não pensassem nada, como muitos aqui agora. Talvez só ficassem calados, surdos, à espera (não da morte ou do milagre de escapar, mas só à espera), incapazes de raciocinar o irracional ou sentir medo perante o inevitável. Medo se sente quando a situação é evitável. Quando se sabe que nada depende de nós, e o medo já não significa resistência, então restam o silêncio e a espera.

[...] Ele estava bem, alegre, tranquilo, recuperado do que havia sofrido no Deops. Estava bem como todos nós, livres da fase de interrogatórios. Pouco implicado, aguar-

dava o momento de o colocarem em liberdade. Mas veio o Doi-Codi e o levou. Isso há pouco mais de uma semana. Por quê? Ninguém soube responder, nem ele mesmo na hora de sair. Esperávamos a sua volta para o dia seguinte. Não voltou. Passaram-se os dias e ele foi ficando. Ficando naquele lugar que os próprios militares chamam de ‘sucursal do inferno’.

Hoje, soubemos que frei Tito de Alencar Lima ‘tentou suicídio’ no Doi-Codi... Levado ao Hospital Militar, recebeu transfusões de sangue, mas continua incomunicável. Ninguém consegue visitá-lo, nem ao menos saber o que se passa exatamente com ele. O núncio apostólico, dom Umberto Mozzoni, que nos visitou ontem, tentou vê-lo e foi barrado.

Por isso estamos em silêncio. Amanhã mesmo pode ocorrer com qualquer um de nós. Não temos nenhuma proteção ou garantia. Como judeus e comunistas condenados pelo nazismo. Os tempos mudam, a maldade perdura, a opressão recebe novos nomes e novas formas. Nosso silêncio é o mesmo de Maria diante de seu Filho (Betto, [1970] 2017, p. 27-28).

O testemunho de Frei Betto, à luz da definição de Mariani (2021), circunscrever-se-ia no rol de testemunhos de revolta, uma vez que não foi pensado para publicação e, além disso, as cartas foram escritas enquanto ele estava encarcerado: no aqui-agora. Porém, a sua posterior coleta e publicação apontam na mesma direção de Primo Levi:

- 7) **Espero que estas cartas permitam, sobretudo às novas gerações, uma visão contundente e realista do que significou a luta de jovens brasileiros pela queda da ditadura e pela redemocratização do país. Resgatar no presente o passado é a melhor forma de manter viva a memória das vítimas e impedir que tais atrocidades se repitam no futuro** (Betto, 2017, p. 13, grifos nossos).

Há, pois, regularidades no funcionamento discursivo do testemunho de Primo Levi, formulado num só-depois, com a projeção do sujeito na posição de testemunha, e de Frei Betto, que escreveu cartas com destinatários específicos sem ter como efeito-leitor a sociedade em geral. Ela, a sociedade em geral, torna-se interlocutor de Frei Betto apenas depois de sua libertação e término da Ditadura Militar. Se um dos gestos de interpretação das cartas quando foram redigidas era dar notícia a familiares e amigos, o gesto de interpretação que adquire ao serem publicadas é o de serem monumentos de revolta e de resistência. Por isso, tem interessado, em nossos trabalhos atuais, (re)discutir os limites entre a resistência e a revolta, que têm se mostrado como moventes, fluidos e em constate tensão com o discurso e a memória hegemônicos. Isso tendo em vista a incompletude constitutiva do sujeito, do discurso e do sentido; a relação entre o acontecimento traumático e o interdiscurso/memória discursiva; os efeitos de revolta e de resistência que podem se instalar nas falhas do processo de interpelação do sujeito pela ideologia; e as especificidades da formulação e circulação dos efeitos de sentido do testemunho por sujeitos que, repentinamente, foram vítimas de acontecimentos traumáticos.

4 Em busca de um efeito de fechamento

Em Análise de Discurso, afirmamos, reiteradamente, que a *incompletude* é marca constitutiva de todo e qualquer discurso e, assim, que os sentidos não têm uma origem assinalável nem um término definitivo: estão sempre em (dis)curso. Mesmo que busquemos a produção de um (efeito de) fecho para este texto, tal como um ferrolho, o gesto de repetir (abrir e fechar uma janela, por exemplo) supõe o de deslizar: movimento. Abertura. Portanto, nestas últimas linhas, reassumimos aquilo que já dissemos: mesmo que nem tudo possa ser dito pela língua(gem), nem tudo possa ser lembrado de um acontecimento traumático, em nossa conjuntura atual, urge a análise e a compreensão desses dizeres (de testemunho), considerando as guerras em curso, os genocídios e as catástrofes de diferentes naturezas que afligem os sujeitos, incessantemente. Interessa-nos, portanto, a compreensão dos processos de significação do dizer(-se) de sujeitos que se defrontam, de um lado, com a tênue fronteira do (in) dizível e do (ine)narrável e, de outro, com a “necessidade” e a “urgência” de dizer sobre o acontecimento para que ele não se repita nem seja “absorvido na memória [oficial(izada)], como se não tivesse ocorrido” (Pêcheux, [1983] 2010b, p. 50).

Referências

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, [1998] 2008.
- ALMEIDA, A. Notas para tematizar o (ine)narrável e o (in)dizível do testemunho de sobreviventes na aula de português. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, A. B. de; OLIVEIRA, D. C. de; ROCHA, B. B. da; IVANICKSKA, R. F. (org.). *Educação e ensino na contemporaneidade: velhas marcas em novos formatos*. Itapiranga: Schreiben, 2023. p. 94-105.
- ALMEIDA, A. Sentidos da resistência: o discurso testemunhal no espaço digital. In: XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 2023, Recife. *Anais do XI SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Recife: UFPE, 2023. p. 1-6.
- BETTO, F. *Cartas da prisão*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CONTE, B. S. Testemunho: reparação do trauma é possível? In: SIGMUND, Freud Associação Psicanalítica (org.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 83-92.
- COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.
- FELMAN, S.; LAUB, D. *Testimony: crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history*. New York: Routledge, 1992.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. 2. ed. Campinas: RG, [1981] 2010.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 1-6, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55604>.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Pontes, [1986] 2010. p. 161-183.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. “O caso Fiszbin”: um exemplo de resistência. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016. p. 121-147.

HARTMAN, G. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Catástrofe e representação*: ensaios. São Paulo: Escuta, [1994] 2000. p. 207-234.

LAGAZZI, S. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: DI RENZO, A.; MOTTA, A. L. A. R.; OLIVEIRA, T. P. (org.). *Linguagem, história e memória*: discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.

LAGAZZI, S. A imagem em curso. A memória em pauta. In: LAGAZZI, S.; TASSO, I.; CAMPOS, J. (org.). *Imagem e(m) discurso*: a formação das modalidades enunciativas. v. 8. Campinas: Pontes, 2015. p. 51-66.

LAGAZZI, S. Trajetos do sujeito na composição filmica. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *Análise de discurso em rede*: cultura e mídia. v. 3. Campinas: Pontes, 2017a. p. 23-39.

LAGAZZI, S. O significante em metáfora no movimento metonímico da falta. In: MARIANI, B.; MOREIRA, C. B.; DIAS, J. P.; BECK, M. (org.). *Indizível, ininteligível e imperceptível*: o sujeito contemporâneo e seus arquivos. Niterói: EDUFF, 2017b. p. 169-181.

LAGAZZI, S. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. (org.). *Análise de discurso e materialismos*: prática política e materialidades. v. 2. Campinas: Pontes, 2018a. p. 157-176.

LAGAZZI, S. Imagens do social em cenas prototípicas. In: SANTOS, E. (org.). *Discurso e poderes*: linguagem, teorias e análises. Salvador: EDUFBA, 2018b. p. 29-40.

LAGAZZI, S. Materialidade significativa – videoverbete. In: MARIANI, B. (org.) *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins (ENCIDIS)*. [2020a]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PCwWPejURQ>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LAGAZZI, S. Resistência simbólica – videoverbete. In: MARIANI, B. (org.) *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins (ENCIDIS)*. [2020b]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8xWY2wjiDo>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; CASTELO BRANCO, L. K. A. (org.). *Análise de discurso no Brasil*: pensando o impensável sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG, 2011. p. 401-410.

LAUB, D. Truth and testimony: the progress and the struggle. In: CARUTH, C. (ed.). *Trauma*: explorations in memory. Baltimore/London: Johns Hopkins University, 1995. p. 61-75.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Equívoco. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes, 2020. p. 87-90.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, [1947] 1988.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1986] 2024.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XIX: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001. p. 99-124.

MARIANI, B. “A impotência das palavras” e o indizível em Morte Inventada. Notas sobre alguns testemunhos. (ou primeiras notas sobre a função testemunhal). In: CAVALLARI, J. S.; BALDINI, L.; BARBAI, M. A. (org.). *Discurso e psicanálise: a-versão do sentido*. Campinas: Pontes, 2016. p. 159-173.

MARIANI, B. (In)dizível, in(dizível), in(visível): linguística, análise de discurso, psicanálise. In: Mariani, B.; Moreira, C. B.; DIAS, J. P.; BECK, M. (org.). *Indizível, ininteligível e imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói: Eduff, 2017. P. 31-47.

MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta*. Campinas: Pontes, 2021.

MARIANI, B. Uma proposta de escuta discursiva. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). *Diálogos com analistas de discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2023. p. 34-40.

MPF – Ministério Público Federal. *Caso Samarco*. [s.d]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/apresentacao>. Acesso em: 10 out. 2023.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, E. (org.). *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n. 10. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1992] 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, [1990] 2009.

ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas: Pontes, [1996] 2012a.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, [2001] 2012b.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009a.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1978] 2009b. p. 269-281.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Pontes, [1969] 2010a. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2010b. p. 49-57.

- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Pontes, [1982] 2010c. p. 49-59.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2012.
- PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, v. 1, n. 4, [1984] 2014.
- PÊCHEUX, M. Questões iniciais. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1979] 2016a. p. 17-19.
- PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, [1980] 2016b.
- PIERRON, J.-P. *Transmissão: uma filosofia do testemunho*. São Paulo: Loyola, [2006] 2010.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, [2000] 2007.
- ROBIN, R. *A memória saturada*. Campinas: Editora da Unicamp, [2003] 2016.
- RUDGE, A. M. *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SALGUEIRO, W. Poesia versus barbárie – Leminski recorda Auschwitz (a lua em luto). In: SALGUEIRO, W. (org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: Edufes, 2011. p. 137-151.
- SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/22610>. Acesso em: 19 set. 2025.
- SALGUEIRO, W. *Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência*. Vitória: Edufes, 2018.
- SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, [1994] 2000. p. 73-98.
- SELIGMANN-SILVA, M. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *Literatura, Memória, História: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 371-414.
- SELIGMANN-SILVA, M. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: SELIGMANN-SILVA, M. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 105-118.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- SOLBERG, C. *Instagram*. Disponível em: https://www.instagram.com/carol_solberg/?hl=pt-br. Acesso em: 19 maio 2025.
- TRT-MG. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Brumadinho um ano depois: “Todo dia é dia 25 para as vítimas”. *Portal TRT3*, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-institucionais/brumadinho-um-ano-depois-2019todo-dia-e-dia-25-para-as-vitimas2019d>. Acesso em: 10 out. 2023.

(Re)memorar para resistir: o crime da *Praia dos Ossos*

(Re)membering to Resist: The Crime of Praia dos Ossos

Helcira Maria Rodrigues
de Lima

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
helciralima@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1916-6591>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a narrativa construída no podcast *Praia dos Ossos* (Rádio Novelo, 2020) sobre o emblemático feminicídio de Ângela Diniz (1976). Parte-se do pressuposto de que essa construção pode ser compreendida como um *lugar de memória* (Nora, 1984) e, como tal, funcionaria como uma manifestação de *discurso de resistência*, no qual narrar se configura como um ato necessário tanto para resistir quanto para perpetuar a resistência. Por meio da análise de excertos selecionados, busca-se apresentar os contornos dessa narrativa, de modo a demonstrar como a narradora constrói um *êthos* testemunhal, essencial a essa configuração discursiva. Objetiva-se, ainda, articular a ressignificação histórica do caso com os persistentes padrões de violência contra a mulher no Brasil. Revisitar esse crime, em seus desdobramentos políticos, jurídicos e sociais, permite não apenas reconstruir uma imagem mais justa da vítima, mas também estabelecer um diálogo urgente com os dados contemporâneos do *Atlas da Violência contra a Mulher* (2024), evidenciando a permanência de estruturas de violência de gênero. Dessa forma, o podcast se revela como uma importante construção discursiva que, ao resgatar a memória de Ângela Diniz, atualiza o debate sobre os feminicídios no Brasil, podendo, portanto, ser entendido como uma manifestação de *discurso de resistência*. Para o desenvolvimento da análise, foram selecionados excertos representativos da temática abordada, em uma leitura orientada pela análise da argumentação no discurso (Amossy, 2018; Lima, 2006).

Palavras-chave: Feminicídio; Podcast; Narrativa; Lugar de Memória; Discurso de Resistência; Êthos Testemunhal; Indignação.



Abstract: This article aims to analyze the narrative constructed in the podcast *Praia dos Ossos* (Rádio Novelo, 2020) concerning the emblematic femicide of Ângela Diniz (1976). It starts from the premise that this construction can be understood as a *lieu de mémoire* (site of memory, Nora, 1984) and, as such, would function as a manifestation of discourse of resistance, in which narrating constitutes a necessary act both to resist and to perpetuate resistance. Through the analysis of selected excerpts, the study seeks to outline the contours of this narrative in order to demonstrate how the narrator constructs a testimonial *ethos*, which is essential to this discursive configuration. A further objective is to articulate the historical reinterpretation of the case with the persistent patterns of violence against women in Brazil. Revisiting this crime, in its political, legal, and social dimensions, allows not only for the reconstruction of a fairer image of the victim but also establishes an urgent dialogue with contemporary data from the *Atlas da Violência contra a Mulher* (2024), highlighting the persistence of structures of gender-based violence. In this way, the podcast reveals itself as an important discursive construction that, by reclaiming the memory of Ângela Diniz, updates the debate on femicide in Brazil and can, therefore, be understood as a manifestation of discourse of resistance. For the development of the analysis, representative excerpts of the theme were selected, guided by a reading grounded in the analysis of argumentation in discourse (Amossy, 2018; Lima, 2006).

Keywords: Femicide; Podcast; Memory Site; Discourse of resistance; Testimonial Éthos; Indignation.

1 Introdução

Narrar é resistir.
Guimarães Rosa

No dia 30 de dezembro de 1976, na Praia dos Ossos, em Cabo Frio, Ângela Diniz foi assassinada por seu namorado Raul Fernando do Amaral Street conhecido como Doca Street. O crime, que chocou e polarizou a sociedade brasileira na época, ainda hoje, suscita debates acalorados sobre a violência contra a mulher. Ao longo das últimas quase cinco décadas, o

caso foi amplamente discutido – “moído e remoído” – em filmes, programas de televisão e noticiários. Recentemente, foi lançado um novo longa-metragem sobre a vida de Ângela Diniz, intitulado *Ângela* (2024). Além disso, no próximo ano, a história trágica será revisitada em uma minissérie produzida pela HBO, baseada no podcast *Praia dos Ossos*.

Além dessas produções, outras obras – como os filmes *Os Amores da Pantera* (1977) e *Ângela* (2023), o episódio *Ângela e Doca* do programa *Linha Direta Justiça* (2003), da Rede Globo, e a série documental *Crime e Justiça* (2023) – reafirmam o interesse contínuo pelo crime e pelas trajetórias da vítima e do assassino. O caso, que transcende o âmbito visual, consolidou-se nas últimas décadas como uma referência nos estudos sobre violência de gênero no Brasil, de modo a inspirar uma farta produção acadêmica.¹

As múltiplas versões e interpretações desse caso, que não apenas coloriram a coluna social dos anos 1970 como continuam a ressoar nas produções culturais contemporâneas e nos julgamentos de feminicídio em todo o país, confirmam seu *status* de crime paradigmático, capaz de gerar reflexões profundas no âmbito social e jurídico. Essa relevância ficou evidente quando o caso foi citado como precedente no julgamento que declarou a inconstitucionalidade do argumento da “legítima defesa da honra” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2023.

Ao revelar *memórias em disputa* (Pollak 1989), esse processo de rememoração expõe uma problemática inserida na *memória coletiva* (Nora, 1993), manifestada tanto em suas irrupções quanto em seus silêncios. Desse modo, revisitar esse crime polêmico e seus desdobramentos nos âmbitos político, jurídico e social oferece não apenas a oportunidade de ressignificar o passado, ao reconstruir uma imagem mais positiva de Ângela Diniz, mas também de confrontar os alarmantes dados do *Atlas da Violência contra a Mulher no Brasil* (2024), por demonstrar como os padrões de violência de gênero persistem. Esse percurso analítico parte do olhar crítico sobre os discursos sociais, característico da Análise do Discurso e da Análise da Argumentação no Discurso. Trata-se, portanto, não de uma abordagem panfletária, mas de uma leitura que, ao promover uma reflexão sobre o assunto, evidencia a complexidade do problema em foco e, mesmo que indiretamente, contribui para seu enfrentamento.

Nessa direção, por meio do podcast *Praia dos Ossos*, lançado em 2020 pela Rádio Novelo, idealizado e apresentado por Branca Vianna, que assume o papel de narradora-protagonista, é possível lançar luz sobre um caso que, como ela bem destaca “virou um divisor de águas na vida de muitas mulheres”. Essa transmissão de áudio resulta de uma vasta pesquisa: são mais de sessenta entrevistas, leitura dos autos do processo, de arquivos de acervos de programas de rádio e de televisão da época. Ele é constituído de 8 episódios com a duração média de 50 minutos, cujos títulos são, respectivamente: *O crime da Praia dos Ossos*; *O julgamento*; *Ângela*; *Três crimes*; *A pantera*; *Doca*; *Quem ama não mata* e *Rua Ângela Diniz*.

Parte-se do pressuposto de que essa construção pode ser compreendida como um *lugar de memória* (Nora, 1984) e, como tal, funcionaria como uma manifestação de *discurso de resistência*, no qual narrar se configura como um ato necessário tanto para resistir quanto para perpetuar a resistência. Por meio da análise de excertos selecionados, busca-se apresentar os contornos dessa narrativa, de modo a demonstrar como a narradora constrói um *êthos* testemunhal, essencial a essa configuração discursiva. A partir dessas premissas e da análise de

¹ Entre as pesquisas acadêmicas, podemos destacar os trabalhos de Eluf (2003), Castro (1997), Lima (2007), entre outros.

fragmentos selecionados do podcast, objetiva-se refletir, de forma preliminar, sobre os contornos do discurso de resistência.

Este trabalho, inserido no campo da Análise do Discurso e da Argumentação no discurso, como foi dito, adota como fundamentação teórico-metodológica o paradigma interpretativista e qualitativo, por intermédio de pesquisa bibliográfica. Os excertos analisados correspondem às transcrições disponibilizadas pelo próprio podcast, na página da Rádio Novelo. A argumentação será desenvolvida em três movimentos articulados. Primeiramente, será abordada a relação entre memória e narrativa, a partir do exame da noção de *lugar de memória* (Nora, 1984) e a encenação narrativa sobre o crime, através da análise de construções discursivas selecionadas. Depois, será apresentado o procedimento analítico para investigar a ideia de resistência, buscando compreender – tanto nas vozes resgatadas pela narradora quanto em sua própria enunciação (Authier-Revuz, 1990) – os indícios discursivos que apontam para a necessidade de resistir. Por fim, a partir das leituras realizadas e das reflexões desenvolvidas, pretende-se oferecer alguma contribuição à sistematização da noção de *discurso de resistência*.

2 Um necessário processo de (re)memoração

Realizar “uma revisão (auto)crítica do passado” (Pollak, 1989, p. 3) constitui um projeto necessário e doloroso, pois envolve não apenas um movimento reflexivo de retorno ao que foi, mas também uma reavaliação do presente. Longe de ser harmonioso, esse processo implica tensões e relações de poder complexas. Nesse contexto, o podcast *Praia dos Ossos*, ao reinserir o assassinato de Ângela Diniz no debate contemporâneo sobre questões políticas, jurídicas e sociais, cria uma fricção entre passado e presente. Essa operação se dá através da recuperação de discursos sobre valores vigentes nos anos 1970, que se entrelaçam com aqueles ainda hoje compartilhados ou, mais precisamente, resgatados do silêncio imposto às pautas progressistas nos últimos anos.²

O espaço ocupado pela dupla “memória e resistência” nas reflexões contemporâneas, nos âmbitos teórico, político e/ou social, revela a urgência de um movimento de retorno: revisar o passado para reconfigurar o presente. Em última instância, trata-se de desvelar a artificialidade da fronteira entre passado e presente (Nora, 1993).

Em sua análise sobre as transformações no regime de historicidade, Nora desenvolve o conceito de “lugares de memória”, que define como

[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação (Nora, 1993, p. 12-13)

² O estudo de Natascha Helena Franz Hoppen (2021), intitulado “Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica”, consiste em uma base valiosa para a compreensão desse cenário.

O *lugar de memória* é, portanto, “construído e deve mesmo ser constantemente reconstruído”, funcionando como um “entroncamento onde se cruzam diferentes caminhos de memória”. O aspecto crucial reside no fato de que “somente estão vivos (como agentes) os lugares retomados, revisitados, remodelados, rearranjados”, como destaca Hartog (2019, p. 165).

Essa construção revela-se fundamentalmente histórica e, como tal, é destituída de qualquer naturalidade. O *lugar de memória* não apenas expõe processos sociais, conflitos e interesses em jogo, mas também as paixões que os animam. Essa complexa teia de significados, conscientemente elaborada ou inconscientemente assimilada, confere-lhe uma inescapável função icônica. Em última instância, o *lugar de memória* atua como símbolo, condensando e significando.

Dessa forma, reverberar o caso de Ângela Diniz na contemporaneidade torna-se um dever, um imperativo ético, pois simbolizar é, em essência, possibilitar o (re)viver. Nesse caso, reviver para não repetir. Contudo, tal empreitada revela-se complexa, pois, como alerta Pollak (1989, p. 6), “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer até que ponto o presente colore o passado”.

Essa constatação nos confronta com uma questão metodológica crucial: como discernir, na prática, essas mediações temporais? Como lidar com essa distinção sem reproduzir as mesmas estruturas de poder que originalmente silenciaram essas memórias?

Na era digital, marcada pela internet e redes sociais, testemunhamos uma aceleração histórica ainda mais intensa do que aquela observada por Halbwachs (1990). Esse fenômeno se entrelaça com a crise estrutural do capitalismo contemporâneo, que, nas últimas décadas, tem favorecido a ascensão de movimentos reacionários de extrema-direita³. Acorados em valores pseudoconservadores, tais movimentos não apenas reatualizam discursos de ódio, como também institucionalizam práticas discriminatórias.

Nesse contexto, a memória transforma-se em trincheira, uma vez que lembrar se torna ato político de resistência frente aos projetos de apagamento histórico. A urgência em preservar e reivindicar narrativas marginalizadas revela-se uma exigência moral de nosso tempo.

Não por acaso, produções audiovisuais contemporâneas revisitam sistematicamente temas como guerras, holocausto, regimes ditatoriais e crimes emblemáticos. Nessas narrativas, identifica-se um projeto político de resistência, que atua na interface entre memória individual e coletiva, reforçando valores fundamentais ameaçados. Narrar é, desse modo, resistir.

Como alertam Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 1996) em seu *Tratado*, os valores humanistas – da dignidade da pessoa humana à igualdade de direitos – não possuem existência perene. Sua preservação exige um esforço contínuo de (re)atualização discursiva, um verdadeiro trabalho de memória contra as forças do apagamento e da negação. As produções culturais assumem, assim, um papel pedagógico essencial ao constituírem arquivos que podem colaborar no combate à erosão dos princípios civilizatórios.

Nessa perspectiva, no *corpus* analisado, verifica-se que o processo vai além de uma simples reinterpretação do passado, seja através dos testemunhos (dos entrevistados e da própria narradora), seja mediante a análise documental. Trata-se fundamentalmente de uma narrativa por meio da qual a narradora mobiliza um tensionamento dialético entre temporalidades ao usar a encenação narrativa para interrogar o presente a partir do passado e vice-versa.

³ Para saber mais sobre o assunto, ver: Alonso (2023).

Essa abordagem permite reconhecer o que Hartog (2019) conceitua como *presentismo*: a intrusão ativa do passado no contemporâneo, manifestando-se não como resquício, mas como força viva que conforma nosso horizonte de possibilidades. A narrativa em foco transforma-se, assim, em espaço privilegiado para desvelar essas camadas temporais entrelaçadas.

2.1 Na cena da enunciação: um crime de ódio

Praia dos Ossos, que intitula o podcast em foco, foi o destino escolhido pelo jovem casal da alta sociedade (Ângela Diniz e Doca Street) para passar as festas de fim de ano, com planos de uma estadia prolongada que poderia até se transformar em residência fixa. Esse projeto, contudo, foi abruptamente interrompido pelo assassinato que tirou a vida de Ângela em dezembro de 1976.

O cenário do crime – a pitoresca praia localizada em Cabo Frio, mais precisamente na então pacata Búzios – representava, na época, um verdadeiro refúgio hippie, uma espécie de paraíso, frequentado por celebridades nacionais e internacionais. O pequeno vilarejo de pescadores ganharia notoriedade décadas depois, inclusive com a instalação de uma estátua em homenagem à atriz francesa Brigitte Bardot, uma de suas visitantes mais ilustres nos anos 1960, cuja presença ajudou a consolidar o glamour internacional do local.

Conforme os autos do processo, amplamente documentados e revisitados pela imprensa da época e por diversas produções midiáticas posteriores, após uma violenta discussão que culminou no fim do relacionamento em 30 de dezembro de 1976, Doca Street efetuou quatro disparos contra Ângela Diniz: um na nuca e três no rosto. O caráter metódico dos tiros, concentrados na região facial, revela uma intenção que ultrapassa o homicídio, configurando um verdadeiro ataque à identidade da vítima, um desejo de não somente silenciar, mas de destruir a imagem da companheira.

Após cometer o crime, Street abandonou o corpo no pátio da casa e fugiu em seu carro (um Ford Maverick, símbolo de *status* na época), inicialmente para destino desconhecido. Essa sequência de ações – a destruição do rosto de Ângela, seguida pela fuga – ecoa o que a ministra Cármen Lúcia, do STF, destacou em recente voto sobre caso de feminicídio:

[...] no assassinato de mulheres, joga-se álcool no rosto, esfaqueia-se no rosto, atira-se no rosto para abalar a imagem. isso acontece conosco. comigo e com todas as outras. não é porque sou juíza do supremo que não sofro preconceito. sofro. Isso acontece todos os dias neste país (Richter, 2024).⁴

A atitude de Doca faz parte de uma espécie de *modus operandi* dos feminicidas, que, ao contrário do que muito se defendeu nos Tribunais do Júri brasileiros, não matam por excesso de amor, mas por ódio (Lima, 2019). Esse tipo de crime foi, durante décadas, considerado como “crime passionai”, fundando-se na ideia de que o excesso de amor pode cegar e levar a atitudes impensadas.

A conduta de Doca Street insere-se nesse padrão recorrente de feminicídios que, contrariando a narrativa tradicional dos tribunais brasileiros, não derivam de “amor excessivo”, mas, sim, de ódio e possessividade (Lima, 2019). Durante décadas, tais crimes foram

⁴ Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-09/stf-valida-pri-sao-apos-condenacao-pelo-juri>. Acesso em 19 set. 2024.

erroneamente classificados como “passionais”, sustentados pela tese da “coerção irresistível”, uma construção jurídica que atribuía ao suposto arrebatamento amoroso o poder de anular a autonomia do agressor.

Essa construção retórica, profundamente arraigada na cultura jurídica brasileira até recentemente, baseava-se em pressupostos falaciosos, como a naturalização da violência como expressão amorosa, a infantilização do agressor como vítima de suas próprias emoções e a culpabilização da vítima por despertar tal “paixão incontrolável”. Como demonstra a literatura especializada, essa construção serviu, historicamente, para legitimar a violência de gênero sob o manto de uma falsa patologia emocional. Aliás, esse argumento se vale de uma percepção equivocada das emoções, que as enxerga como algo patológico e irracional.

Tal argumento se ancora em uma visão platônica das emoções que persiste no imaginário social (a falsa dicotomia entre “razão e emoção”), como se os dois elementos estivessem em polos opostos e mutuamente excludentes. Tal perspectiva ignora completamente que a violência de Doca Street não foi um “ato passionais”, mas sim uma ação deliberada, reveladora de uma escolha consciente. Mais grave ainda, essa construção teórica perpetua a perigosa noção de que um suposto “amor excessivo” e seu consequente descontrole emocional poderiam servir como justificativa moral e jurídica para o assassinato. Essa ideia não passa de uma estratégia discursiva para naturalizar a violência masculina e transformar crimes marcados por desejo de poder e dominação em “tragédias passionais”.

Outro argumento recorrente nas defesas penais, amplamente utilizado nos dois julgamentos de Doca Street em Cabo Frio (1979 e 1981), é a chamada “legítima defesa da honra”. Essa figura jurídica arcaica, que durante décadas também serviu para justificar feminicídios como atos de “restauração moral”, foi finalmente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2023 (ADPF 779). O plenário reconheceu que tal tese viola os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), da inviolabilidade da vida (art. 5º, caput, CF/88) e da igualdade de gênero (art. 5º, I, CF/88).

Não por acaso, o feminicídio de Ângela Diniz foi citado como caso emblemático nos votos dos ministros Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia, configurando-se como um marco na superação de construções jurídicas patriarcais. Essa referência explícita ao caso demonstra como o crime transcendeu seu contexto histórico para se tornar um paradigma na luta contra a violência de gênero não só nos movimentos sociais, mas também no ordenamento jurídico brasileiro.

Embora tenha conquistado a simpatia de setores conservadores, como evidenciado por Vianna, ao recuperar depoimentos de espectadores dos julgamentos, o assassinato de Ângela Diniz provocou intensa indignação em amplos setores da sociedade brasileira. O crime e a absolvição de Doca Street funcionaram como catalisadores para os movimentos feministas durante o período final da ditadura civil-militar (1964-1985). Foi nesse contexto que emergiu, em Belo Horizonte, o emblemático *slogan* “Quem ama não mata”. Mais do que um simples protesto, essa expressão constitui hoje um significante político que ativa a memória do feminicídio de Ângela e de outras jovens mulheres mineiras, além de evidenciar a persistência da violência de gênero no Brasil. Esse *slogan* recupera uma *memória discursiva* (Courtine, 2009), recupera os discursos históricos que fundamentam e naturalizam essa violência.

“Quem ama não mata” sintetiza sentidos em disputa e polêmicas que reverberaram desde seu primeiro eco nas escadarias da Igreja São José, em 18 de agosto de 1980 – durante o

ato organizado pelo movimento homônimo – até sua disseminação midiática e apropriação por diversos coletivos e movimentos sociais nas décadas seguintes.⁵

O podcast não apenas preserva a memória desse movimento pioneiro, como também recupera as vozes de outras ativistas da época, através do recurso ao discurso relatado em estilo direto e indireto. De modo significativo, no oitavo episódio, a narradora resgata e incorpora o testemunho de sua própria mãe, a feminista e pesquisadora Branca Moreira Alves. Nesse mesmo episódio, ela propõe uma reflexão sobre a natureza contemporânea do ativismo: “Talvez minha militância hoje seja outra – a de contar histórias”.

- (1) Branca Vianna: E, no caso da Ângela Diniz, me interessava justamente a história. A história que eu queria contar neste podcast é a da vida e da morte de uma mulher e dos dois julgamentos do assassino dela. A sentença no segundo julgamento do Doca Street foi uma vitória importante pro movimento feminista. Um símbolo. Símbolos são poderosos. Mas não são tudo. E a história da mobilização em torno da violência contra a mulher e do feminicídio obviamente não acabou ali no tribunal de Cabo Frio, em 1981. (episódio 8)

Essa projeção de um *éthos* de contadora de histórias se estabelece desde o primeiro episódio, quando Branca Vianna explicita suas motivações e protege sua *face* (Goffman, 2003).⁶ De forma estratégica, ela delimita seu posicionamento: “Não se trata de interesse especial por histórias policiais. E muito menos por colunas de fofoca” – afirmação que será reafirmada no terceiro episódio como parte consistente de sua construção narrativa:

- (2) Branca Vianna: (...) caso virou um divisor de águas na vida de muitas mulheres (...) Essa não é só uma história de coluna social. Mas não deixa de ser uma história sobre a imprensa. A história é também sobre o sistema judiciário brasileiro. Sobre como nasce uma mobilização. Sobre como as mulheres viviam e morriam neste país. E como elas continuam vivendo e morrendo. Essa é a história de uma mulher, da morte dela, e de tudo o que veio depois. (episódio 1)
- Branca Vianna: (...) E um dos objetivos dessa série é tentar recuperar a história dessa mulher que foi assassinada com quatro tiros, num caso que ficou famoso pelo nome do assassino. (episódio 3)

A experiência de Branca Vianna, seu testemunho, deixa entrever uma construção argumentativa que refuta por antecipação a avaliação de que ela teria construído uma narrativa panfletária. As diversas *retificações* (Moeschler, 1982)⁷ ao longo da narração apontam para

⁵ Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://www.naosecale.ms.gov.br/quem-ama-nao-mata/>; <https://caterinas.info/quem-ama-nao-mata-40-anos-de-luta/>; <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/quem-ama-nao-mata/noticia/quem-ama-nao-mata.ghhtml>. Acesso em 19 set. 2024.

⁶ O termo “face” se refere ao valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma por meio da linha que os outros supõem que ela assumiu durante um contato específico. Em termos mais simples, é a imagem pública que queremos que os outros vejam e respeitem (por exemplo, a imagem de competente, simpático, confiável, forte etc.).

⁷ “A *retificação* incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos, nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Sua estrutura formal é bastante estável, necessitando da presença de um conjunto antonímico que possua as seguintes

este movimento: “Essa **não** é só uma história de coluna social, **mas** não deixa de ser (...) (grifos nossos)”. Na verdade, o *éthos* dito se distancia do *éthos* mostrado (Maingueneau, 2008), pois, ao contrário do que afirma, Vianna não é simplesmente uma contadora de histórias, mas se revela uma narradora interessada em uma história polêmica, a fim de marcar uma posição.

Além disso, apesar de enunciar o contrário, ela *narra* e não *informa* sobre – para dizer com Benjamin (1994) – a história de Ângela e das mulheres da época, transformando o caso Ângela Diniz em metonímia da história da violência contra a mulher no Brasil. Walter Benjamin defende que *narrar* é compartilhar a essência da vida humana, sua complexidade, seus mistérios e sua sabedoria coletiva. *Informar*, por outro lado, limita-se a transmitir dados efêmeros que, em última instância, não nos ajudam a viver melhor nem a compreender nosso lugar no mundo. Para o autor, a narração constitui, assim, uma forma de resistência ao esvaziamento da experiência na era moderna. Nesse sentido, não custa lembrar, ainda, que o narrador imprime sua marca à narração e, nesse caso, Vianna propõe uma resistência por meio da narrativa.

3 Fazer lembrar para resistir, narrar para resistir

Logo na abertura de sua obra “Desobedecer”, Frederic Gros interpela o leitor com uma pergunta provocadora:

Este livro propõe a questão da desobediência *a partir da questão da obediência*, posto que a desobediência, ante o absurdo, a irracionalidade do mundo em seu estado atual, é a evidência. Ela exige poucas explicações. Por que desobedecer? Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade. (Gros, 2018, p. 8)

Desobedecer configura-se como necessidade premente para desconstruir estruturas arraigadas, confrontar a violência sistêmica e desafiar um mundo que intensifica desigualdades e crises multidimensionais. Gros (2018), em sua profunda análise das formas de obediência, constrói um contraponto filosófico à submissão. Seu objetivo não se restringe a examinar movimentos sociais contemporâneos, mas antes “compreender, interrogando as condições éticas do sujeito político, por que é tão fácil chegar a um acordo sobre o desespero da ordem atual do mundo, mas tão difícil desobedecer-lhe” (p. 8).

A partir desse quadro teórico, a reconstrução narrativa do caso Ângela Diniz, no podcast *Praia dos Ossos*, assume potência política singular: potência de resistência. Mais do que revisitar um crime emblemático, a obra exerce um genuíno “direito de resistência” ao reacender o debate sobre a violência de gênero no Brasil, desobedecendo, assim, às tentativas de silenciamento histórico dessas discussões.

propriedades: a) possa ser introduzido pelo conector pragmático ‘mas’, como em ‘José *não* é cantor, *mas* ator’ – nesse sentido, o conector ‘mas’ é um marcador indicativo de retificação –; b) conserve uma relação de oposição semântica (contradição ou contrariedade), como em ‘José *não* é cantor, ele é ator’. ‘Cantor’ e ‘ator’ mantêm uma relação de contrariedade, ou seja, são palavras contrárias, mas não há uma contradição. Em ‘José *não* é católico, ele é ateu’, ‘católico’ e ‘ateu’, por sua vez, são termos contraditórios”. (Lima, 2018, p. 156)

E, para dizer com Frederic Gros, refletir sobre esse objeto digital hoje é também resistir, pois “ser intelectual, artista, escritor, mas talvez, mais fundamentalmente, levar a sério seu ofício, seu destino de “homem”, significa obrigar-se ao engajamento, até mesmo à luta, ao posicionamento. Pois a “neutralidade” é uma escolha: a da cumplicidade passiva” (Gros, 2018, p. 191, grifos do autor).

Em diálogo com a reflexão de Gros, Didi-Huberman (2017), em obra coletiva resultante de uma exposição artística, examina a noção de “Levantes”. Segundo a polifonia teórica apresentada, o levante “é um gesto sem fim” (Didi-Huberman, 2017, p. 17), sugerindo sua natureza processual e inacabada. Além disso, “é consequência de uma sensação de que o limite foi ultrapassado” (Butler, 2017, p. 23), marcando um limiar de tolerância. E, mais importante: “é sempre uma aventura coletiva, uma palavra que não existe individualizada” (Negri, 2017, p. 39), enfatizando sua dimensão comunal. A tessitura narrativa de *Praia dos Ossos* não apenas articula essa diversidade de vozes, materializando a “aventura coletiva” teórica, mas possui a capacidade performativa de convocar novas coletividades para o debate sobre violência de gênero.

Para que um *levante* se corporifique, é necessário haver indignação: Fala-se da indignação como elemento de ignição de tumultos, e é verdade, mas somente depois do encontro da paixão triste do indignado como força ontológica que vidas de luta sedimentaram. É quando o levante se realiza. (Negri, 2017, p. 43)

A indignação, enquanto emoção política fundamental, constitui o motor propulsor de qualquer ato de resistência. Ela consiste em “uma emoção necessária à vida social, por se fundar em julgamentos como as outras emoções, mas também por se sustentar em uma recusa diante de uma violação” (Lima, 2023, p. 65). Essa dinâmica emocional atua em um duplo movimento: para resistir, é preciso se indignar. Para se indignar e fazer indignar, é preciso (re)memorar.

Logo no episódio de abertura de *Praia dos Ossos*, os elementos sonoros – desde os ruídos ambientais até os passos da narradora Branca Vianna e da pesquisadora Flora Thomson-DeVeaux – conduzem o ouvinte em uma jornada espacial e temporal até a cena do crime. Esses recursos cumprem uma função dupla no processo de rememoração, pois, como *efeitos de real* (Charaudeau, 2008)⁸, conferem verossimilhança à narrativa e criam uma atmosfera de suspense que permite ao ouvinte vivenciar as sensações e emoções das protagonistas, como revela a fala de Branca Vianna:

- (3) Branca Vianna: Mesmo espiando por cima do muro, não dava para ver muita coisa. Mas dava uma sensação que era, ao mesmo tempo, estranha e familiar. A sensação era de que, se a gente abrisse o portão e entrasse pelo corredor, ia dar de cara com um corpo no chão. (episódio 1)

Essa suspensão temporal é intensificada pela leitura performática de autos processuais por Flora Thomson-DeVeaux, pesquisadora que acompanha a narradora em sua investigação, o que cria um efeito de *evidência*. Isto porque a construção narrativa do podcast assenta-se em três pilares fundamentais: a) apresentação e interpretação de registros judiciais e depoimentos; b) utilização estratégica de um locutor profissional para leituras específicas; e c) criação de ambiências que reconstroem espaços e temporalidades.

⁸ Para Charaudeau (2008), o *efeito de ficção* é uma estratégia discursiva que assume e explicitamente revela seu caráter construído, convidando o destinatário a aderir a um pacto de “faz de conta”. Já o *efeito de real* consiste em uma estratégia que busca garantir a credibilidade do discurso ao apresentá-lo como um reflexo fiel da realidade.

Aliás, como evidencia a própria narradora, foi “a descrição da cena do crime que motivou a série”, afirmação reveladora de como a descrição atua em um duplo registro. Ela funciona como *efeito de real* para mobilizar emoções no auditório e é, nas franjas da descrição, que se pode encontrar algo, porque a memória é falível. Além disso, as hesitações, silêncios e incongruências documentais transformam-se em pistas narrativas, convidando o ouvinte a participar ativamente do trabalho de reconstrução histórica.

Através do recurso à *enargeia* (ou *evidência*), à qual os antigos se referiam como uma técnica retórica capaz de ativar a imaginação do público ao desencadear experiências corporais, pode-se fazer imaginar (*phantasia*) – tornar presente o ausente através da linguagem vívida – não apenas como era o local do crime ou como Ângela e Doca eram fisicamente (Rodolpho, 2012). Esse processo de reconstrução imagética da cena do crime e das figuras de Ângela e Doca Street é elaborada por meio de diversos índices semióticos, que permitem ao ouvinte visualizar seus detalhes espaciais e suas representações físicas. Ela permite colocar a cena do crime diante de nossos olhos.

Essa experiência sensorial e sua intensificação na tessitura narrativa permite acessar a imagem vívida de Ângela caída no piso ensanguentado, além de seu protagonismo em eventos sociais (trajando fantasia grega no Carnaval, em bailes de debutantes). Ela permite, ainda, sentir a performance discursiva estrategicamente calculada na encenação de Doca como vítima nas entrevistas concedidas à *Rede Globo* e à *Manchete*, em uma reaparição midiática dias após o crime, sob pretexto de “esclarecer os fatos”.

Embora os teóricos da Antiguidade não dispusessem dos avanços contemporâneos em neurociência cognitiva, sua compreensão intuitiva da *enargeia* revelava um agudo discernimento sobre os mecanismos de percepção humana. Como observa Rodolpho (2012, p. 174), essa técnica possui o poder singular de “colocar a cena diante dos olhos”, efeito que podemos identificar em:

- (4) Da vítima: tratava-se de um cadáver do sexo feminino (já em início de rigidez cadavérica), de cor branca, aparentando 32 anos de idade, estando bastante impregnado de sangue coagulado.

Flora Thomson-DeVeaux: Trajava biquíni azul, tendo, na região frontal, o desenho de uma cabeça de pantera, de cor preta. (episódio 1)

No primeiro episódio, quando a narradora caracteriza o caso como “um fato penal”, a leitura estratégica do laudo pericial cumpre a função de estabelecer as bases factuais para a narrativa que se desenvolverá, além de atuar como *exórdio* clássico, que, por meio da *captatio benevolentiae*, pode predispor o público emocionalmente à reconstrução histórica. Essa construção documental que articula laudo, registros jornalísticos e comentários narrativos esboça os primeiros traços do perfil de Ângela Diniz: uma mulher branca de 32 anos, vestindo biquíni no momento do crime, brutalmente assassinada por seu companheiro.

A voz da narradora se mescla às outras vozes, friccionando e mesmo rasurando a fronteira entre passado e presente, o que leva a pensar que o passado está no presente e o presente, no passado, em um movimento contínuo de atravessamentos múltiplos. Desse modo, a narrativa desestabiliza fronteiras temporais, criando um *continuum* em que passado e presente se permeiam. Nessa fricção, nesse jogo de vozes e temporalidades, emerge a fala do agressor, uma construção discursiva que performa a nostalgia de “um amor perdido” em vez de assumir a brutalidade de um assassinato premeditado.

Essa estratégia retórica, característica dos feminicidas, constitui o primeiro movimento na construção de um *éthos* de vítima, através do qual o criminoso se mostra como sujeito passional, arrebatado pelas emoções, vítima circunstancial, invertendo os papéis de agressor/agredido e, ainda, agente moralmente justificado, apelando a um suposto “direito” de punição da vítima. Não por acaso, o fragmento do arquivo resgatado na série é o mesmo usado no *Programa Linha Direta Justiça* (2003), e um dos mais conhecidos quando se evoca a memória desse crime no Brasil, consolidando-se como *lugar de memória* privilegiado do crime no imaginário nacional:

- (5) Doca Street: Eu realmente amava muito a Ângela. A Ângela é uma mulher que marcou muito a minha vida. Ela me deixou... fora de mim, abandonei mulher, abandonei filho. Não tô te falando isso pra te emocionar. Tô te contando a verdade. (episódio 1)

A referência crítica à reportagem da *TV Manchete*, assinada por Salomão Schwartzman com o declarado propósito de “dar espaço pro Doca abrir o coração”, revela a *orientação argumentativa* do podcast (Amossy, 2018), a partir de itens lexicais de teor axiológico como “mistura perfeita”, “ensaio de moda meio trágico” e, ainda, no uso do operador discursivo “mas”, como se nota abaixo:

- (6) Branca Vianna: O texto (...) é uma mistura perfeita de coluna social e reportagem policial. A descrição do assassino soa como um ensaio de moda meio trágico. [...] Doca fala da ex-mulher Adelita e dos dois filhos. Se diz arrependido, “morto por dentro”. Mas, mesmo assim, ele não assume toda a culpa da tragédia. (episódio 1)

Por meio do recurso ao discurso relatado em estilo direto, a narradora expõe parte do processo de vitimização construído por Doca Street. Essa organização narrativa permite analisar criticamente como a reportagem ecoa um repertório discursivo histórico sobre as diferenças de gênero, que persiste mesmo diante da brutalidade do crime. Não apenas se projeta uma imagem positiva do assassino, como também se constrói uma representação negativa da vítima, cuja culpabilização é fundamental para a manutenção da ordem social vigente.

A fricção passado-presente manifesta-se na gestão dos tempos verbais da narrativa, particularmente no emprego do presente histórico, que aproxima o ouvinte do crime, como em: “*Estamos falando de um assassinato*” e no uso estratégico de dêiticos, como em: “*Queria apenas chamar a atenção para a palavra ‘vítima’ aqui*”; “*E a chave estava ali, na palavra ‘anormal’*” (grifos nossos).

Na reconstrução das vozes que participaram mais ativamente da defesa de Doca Street, destacam-se o advogado Paulo Baduh e o médico Ivo Saldanha. Seus depoimentos reforçam um modelo patriarcal que foi amplamente defendido nos anos 1980 e que encontrou ressonância mesmo em 2019. De certa forma, esses testemunhos confirmam a necessidade de rememorar não apenas o crime em si, mas também seus desdobramentos sociais e jurídicos.

A construção narrativa, nessa direção, não se dedica a investigar as motivações do crime, já que estas foram explicitadas pelo próprio Doca desde o início, mas sim a problematizar o lugar social ocupado e os valores subjacentes às representações de gênero na sociedade brasileira. Esse movimento analítico torna-se ainda evidente nas seguintes observações, expressas no podcast:

- (7) Branca Vianna: Eu só consigo pensar que talvez tivesse uma vontade generalizada de achar algum motivo pro crime além do ciúme exagerado do Doca. O francês misterioso chegou pra preencher esse buraco, fornecendo uma traição. (episódio 1)

[...]

Branca Vianna: Queria só chamar a atenção para a palavra vítima aqui. Estamos falando de um assassinato, né, de que a Ângela Diniz foi a vítima. Mas nessa versão, parece que a Ângela teria empurrado o Doca para fazer o que ele fez. E aí, a vítima seria ele.

Mas o que a Ângela teria feito de tão terrível? Pelo jeito, a imprensa achava que a alemã⁹ tinha a resposta. E a chave tava ali, na palavra “anormal”. (episódio 1)

Nesse momento, a concepção corrente de “vítima” é interpelada de modo provocativo, mediante o emprego de subjetivemas associados à pergunta retórica introduzida pelo operador argumentativo “mas” (Mas o que a Ângela teria feito de tão terrível?). Esse recurso coloca em cena vozes dissonantes, que se confrontam a partir de perspectivas enunciativas distintas.

A recusa de alguns entrevistados, particularmente ex-namorados, em associar seus nomes ao de Ângela, assim como a repulsa que sua imagem ainda provoca, revelam sua percepção como um *corpo abjeto* (Butler, 2012) ou, nos termos de Agamben (2012, p. 132), uma “vida que não merece viver”. Paradoxalmente, mesmo sendo bela, sedutora e rica, Ângela Diniz era considerada uma mulher “anormal”: excessivamente livre, ousada em suas relações e comportamentos. Ao compartilhar com o público esse sistema de valores, a narradora pode argumentar sem tomar partido explicitamente, a partir de uma *orientação argumentativa* (Amossy, 2018) que possibilita novos “modos de ver e de sentir”.

No terceiro episódio, Branca Vianna e Flora Thomson-DeVeaux deslocam-se para Belo Horizonte com o objetivo de reconstituir a trajetória de Ângela Diniz. A alcunha “Pantera de Minas”, atribuída por Ibrahim Sued, renomado colunista social da época, representava apenas uma das múltiplas designações que marcavam sua figura pública. Ângela era simultaneamente: “A menina da Missa das Dez”, “A grega do Carnaval” e “A noiva do ano”.

Essas categorizações axiológicas, analisadas em conjunto com os depoimentos de suas amigas e de jornalistas da época, evidenciam seu destacado lugar no cenário social mineiro desde seu nascimento em 1944. Sua história, de forma marcante, funde-se, indissociavelmente, com as biografias dessas mulheres que a cercavam e com a trajetória do movimento feminista belo-horizontino.

A reconstrução da trajetória de Ângela Diniz entrelaça-se organicamente, assim, com as histórias de vida de suas amigas e dos jornalistas que a acompanharam, com a trajetória do movimento feminista mineiro, com a experiência coletiva das mulheres brasileiras e, finalmente, com a própria biografia da narradora – idealizadora do projeto e presidente da produtora *Rádio Novelo*. Produtora que tem, inclusive, “como principais valores a preocu-

⁹ Durante o julgamento, a defesa de Doca Street valeu-se do depoimento de Gabriele Dyer, “a alemãzinha de Búzios”, para sustentar a tese da “legítima defesa da honra”. A jovem, que vendia gamão e havia se aproximado do casal na praia, afirmou que Ângela Diniz a tocou de forma “sexual” na frente de Doca – ato que, segundo a defesa, teria desencadeado o ciúme e a subsequente reação violenta do acusado. Contudo, o testemunho de Gabriele mostrou-se cheio de contradições, e ela mesma se desmentiu em vários momentos. Apesar disso, a narrativa do flerte tornou-se um dos pilares da estratégia de defesa. Cinco meses após o crime, Gabriele Dyer desapareceu misteriosamente. De acordo com o relato de uma testemunha (uma amiga que teria afirmado estar com ela no dia), Gabriele teria escorregado da Pedra da Ferradurinha, em Búzios, e caído no mar. Seu corpo jamais foi encontrado.

pação com a inclusão e com a liderança feminina e fundamenta a construção de sua equipe na diversidade racial e de gênero”.¹⁰

Embora não se possa considerar Ângela Diniz como uma feminista, seu comportamento libertário ressoa nas vozes das mulheres que lutaram (e continuam lutando) pela igualdade de direitos e pela autonomia sobre seus corpos. As controvérsias de sua vida privada e as polêmicas de seu assassinato permanecem nos discursos memorialísticos sobre o crime, que a retratam justamente como alguém que não se enquadra no arquétipo da “vítima ideal”. Este conceito, socialmente construído, esperaria uma “esposa modelo”, alguém que, mesmo tendo cometido algum deslize, fosse principalmente dedicada à família e estivesse alinhada às expectativas de gênero de sua época.

- (8) Branca Vianna: Mas eu queria chamar a atenção pra um detalhe aqui: os assassinatos da Eloísa e da Regina provocaram uma reação que o assassinato da Ângela, quatro anos antes, não provocou.
E isso não tinha a ver só com a volta das feministas na Anistia. Tinha a ver também com a Ângela Diniz não ser uma “vítima ideal”. (episódio 3)

A riqueza de detalhes (vividez da descrição) apresentados no terceiro episódio – coletados pelas jornalistas do *Estado de Minas* e pelas antigas colegas do Colégio Santa Marcelina – revela uma construção narrativa meticulosa, comparável ao trabalho minucioso dos bordados que adornavam os vestidos de Ângela. Contudo, essa reconstituição precisa não consegue desconstruir completamente a imagem negativa associada a Ângela Diniz, perpetuada como um *corpo abjeto* no imaginário social brasileiro. Há uma complexidade na reconstrução de sua biografia.

As recordações evocadas pelas entrevistadas acabam por reforçar, paradoxalmente, a imagem da “menina mimada e sem limites”, cristalizada no imaginário coletivo. Esse fenômeno ocorre, porque o próprio ato de rememorar – como um bordado que revela seus pontos ao ser desfeito – expõe mais do que pretendia originalmente. Essas representações, quando submetidas ao processo de *enquadramento da memória* (Pollak, 1989, p. 9), através de uma *argumentação indireta*, produzem um efeito de embaçamento na percepção do ouvinte, o que dificulta a distinção entre a reconstrução biográfica intencional e os estereótipos sociais já consolidados.

Ao desenvolver o conceito de “enquadramento da memória”, Pollak (1989) destaca o papel fundamental das sensações (aromas, cores, sons) na construção das memórias individuais e nas recordações mais íntimas. Essa dimensão sensorial, segundo o autor, encontra no cinema seu meio de expressão privilegiado, como evidencia sua afirmação: “O filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e, portanto, no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções” (Pollak, 1989, p. 9).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que outras mídias, como o podcast, igualmente desempenham essa função de enquadramento memorial. Isso porque o podcast *Praia dos Ossos* atua através da seleção e montagem de recursos semióticos que são passíveis de despertar emoções, a partir do recorte das memórias afetivas das jornalistas, do rearranjo das recordações das amigas de infância de Ângela Diniz e da integração das emoções expressas pela narradora, de modo a exercer relações de força importantes nesse *enquadramento da memória*.

¹⁰ Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://radionovelo.com.br/sobre-nos/>

Os depoimentos das amigas quando articulados com as locuções de rádio históricas, constroem uma representação, como já foi salientado, que diverge significativamente da imagem apresentada na crônica de Roberto Drummond, resgatada na produção. As palavras do autor permitem ver que as narrativas pessoais de Ângela contradizem a construção midiática consolidada e que a seleção e justaposição desses materiais demonstram o caráter construído das representações sociais. Além disso, fica evidente que o podcast explicita como diferentes fontes produzem versões conflitantes da mesma figura histórica:

- (9) Branca Vianna: Nas palavras do Roberto Drummond, “ao contrário de tudo que foi previsto, está chovendo dentro dos olhos da mulher de roublard marrom e ar de Brigitte Bardot”. O cronista também registrou um desabafo que “escapou” da Ângela de repente. Ela teria dito: “Às vezes eu acordo de manhã, olho o céu e fico com vontade de dar uma morrida.” (...)

É um perfil estranho, desconfortável até mesmo pra quem não estava acostumado à outra imagem da Ângela, construída nas colunas sociais. (episódio 3)

Assim, em BH, a narradora encontra e apresenta ao público mais de uma faceta dessa mulher que não apenas abalou a sociedade mineira, mas que não parecia feliz e, com sua morte, escancarou a hipocrisia de uma sociedade edificada em valores patriarcais. Nesse sentido, falar sobre a vida e a morte de Ângela é lhe dar voz. É um “dever de memória”. E, de certa forma, além de dar voz e visibilidade a esse crime e à vida dessa mulher, Branca Vianna encena um *éthos* testemunhal dessa história e de “tudo o que veio depois”. Este *éthos* se constrói através do processo de escuta, o que leva a narradora a performativizar o papel de porta-voz de Ângela e das testemunhas, além daqueles que foram silenciados. Ela exerce o papel de uma testemunha e representante privilegiada que pode editar, recortar e comentar essas vozes, além de apresentar sua própria experiência.

A esse respeito, a partir da reflexão empreendida por Amossy (2004), em seu artigo sobre a obra “A espécie humana”, de Robert Antelme, é possível pensar que por meio do *éthos* *testemunhal* a narradora opta por intervir em múltiplos pontos de sua narrativa para dar significado a uma relação cuja opacidade absoluta é insustentável. Ela não pode se limitar a apresentar o factual, sem lidar com a monstruosidade do crime.

O movimento narrativo é revelador da porosidade da fronteira entre passado e presente, como se o passado atravessasse o presente e vice-versa. Como se nós fôssemos – ou devêssemos ser – atravessados pela história desse crime, dessa mulher e pela disputa de narrativas em torno deles. Esse movimento da narrativa coaduna-se ao projeto e à necessidade de lembrar as altas taxas de mortalidade de mulheres por feminicídio no Brasil.

Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2023, foram 1.467 mortes por feminicídio no país, ou seja, 1,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres.¹¹ No ano de 2024, até o momento de escrita deste texto, ocorreram 4.145 crimes de feminicídio (consumados e tentados), sendo 1.859 consumados, de acordo com o *Monitor de Feminicídios*.¹² O relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o *Atlas da violência*, indica, ainda, que “na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres” (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 35).

¹¹ Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em 18 maio 2025.

¹² Para saber mais sobre o assunto, ver: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em 18 maio 2025.

O resultado das pesquisas atesta a importância de se refletir sobre esse problema que é não apenas social, mas de saúde pública. Isto porque além dos conflitos, da desigualdade que é interseccional, esse alarmante número de mortes, por criar um clima de medo e insegurança, colabora para o adoecimento das mulheres. Dessa maneira, abordar esse problema, que é estrutural e institucional, é incontornável.

A força discursiva do podcast reside, assim, justamente em sua capacidade de colocar em cena e contestar forças hegemônicas, além de configurar-se como *discurso de resistência* por sua natureza polêmica e polifônica. A partir desse movimento de leitura apresentado, pode-se afirmar que o *discurso de resistência* se caracteriza por: a) ser intrinsecamente polêmico (por articular posições antitéticas); b) pressupor um embate de valores fundamentais; c) direcionar-se contra forças hegemônicas estabelecidas; d) promover e se apoiar em um exercício de memória; e, por fim, e) despertar e catalizar a indignação.

O *discurso de resistência* pressupõe, nesses termos, um embate de vozes polêmicas. Os valores evocados aos quais ele se opõe são valores hegemônicos, pois não é preciso resistir ao que não tem poder de domínio. Resiste-se a forças dominantes. Nesse movimento discursivo, a indignação tem lugar especial, uma vez que, como foi afirmado, para resistir, é preciso se indignar. E, nesse caso, em especial, para se indignar e fazer indignar, é preciso (re)memorar. Por tudo isso, entende-se a construção narrativa do podcast como potente *discurso de resistência* que é corroborado pelo *éthos testemunhal* adotado pela narradora.

4 Algumas palavras para não encerrar a questão...

Desde o fatídico assassinato de Ângela Diniz em 1976, a sociedade brasileira parece não ter avançado muito em relação à diminuição de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher, o que se confirma no *Atlas da Violência* e também nas imagens projetadas sobre a vítima e sobre o crime. Prevalece um intenso debate que revela profundas divisões estruturais acerca do assunto. De um lado, encontram-se os setores conservadores que defendem a manutenção da ordem social patriarcal, responsável por justificar a subalternidade feminina como algo natural, de modo a naturalizar a violência como mecanismo legítimo de controle de gênero quando as mulheres desafiam os papéis tradicionais. De outro, posicionam-se os grupos progressistas que lutam incansavelmente pelo combate à violência misógina, questionam os rígidos papéis de gênero estabelecidos e denunciam o machismo estrutural enraizado em nossa sociedade.

Essa disputa transcende, em muito, uma simples divergência de opiniões, configurando-se antes como uma autêntica batalha por identidades sociais profundamente cristalizadas. Para muitos envolvidos nesse embate, mudar de posicionamento representa não apenas uma revisão de ideias, mas uma verdadeira ameaça existencial às suas identidades pessoais e coletivas. Trata-se de um dissenso estabelecido. O que torna esse fenômeno especialmente preocupante é sua persistência ao longo do tempo: quase cinco décadas após o crime que chocou o país, essa mesma divisão continua a marcar o debate público brasileiro.

A longevidade desse conflito revela aspectos cruciais sobre nossa sociedade. Para além de demonstrar o profundo enraizamento cultural da violência de gênero, que persiste mesmo ante mudanças superficiais, esse enquadramento evidencia a necessidade contínua de desconstruir os discursos e mecanismos que perpetuam a desigualdade. Tudo isso torna

necessário revisitar, periodicamente, nossas narrativas históricas, a fim de encontrar novas perspectivas que possam iluminar caminhos para superar essa polarização estéril.

O caso Ângela Diniz, portanto, mantém-se não como mera recordação de um crime passado, mas como espelho das contradições que ainda precisamos enfrentar como sociedade. Nessa direção, a construção narrativa do podcast cumpre papel fundamental ao remorar o crime para não permitir que ele seja esquecido. A rememoração desse caso específico permite, ainda, não deixar esquecer os alarmantes dados sobre a violência contra a mulher no Brasil.

Na encenação narrativa, o papel de narradora-protagonista assumido por Branca Vianna transcende a simples contação de histórias para participar ativamente da encenação discursiva. A narradora tece considerações e mesmo avalia eventos e pessoas. Seu trabalho no podcast se caracteriza, assim, por uma construção narrativa marcadamente subjetiva, na qual descreve, vívida e minuciosamente, e reconstrói, com intensidade, os passos de Ângela, de Doca, bem como seus próprios passos. Dessa maneira, Vianna adota, involuntariamente, uma posição de “porta-voz indignada”, que se deixa notar no excesso de detalhes e na carga emocional impressa na narrativa. Essa postura narrativa revela como o ato de narrar pode se transformar em ato político. Narrar, nesse sentido, é uma forma de expressar a indignação que pode ser uma mola propulsora para a mudança social (Lima, 2023).

À vista disso, o podcast age como um *lugar de memória*, por meio do qual se pode reorganizar, remodelar e (re)valorizar a história dessa mulher e desse emblemático crime, em um movimento dirigido à resistência. Resistência contra os altos índices de feminicídio no Brasil, contra o machismo e a misoginia. Nessa direção, essa produção midiática complica, rasura; é atravessada e atravessa memórias de discursos.

Fazer-conhecer, fazer-lembrar e fazer-sentir para fazer-fazer: para resistir. Rememorar o crime e a construção discursiva em torno dele é, assim, uma forma de se posicionar em relação às *memórias em disputa* (Pollak, 1989) colocadas em relevo pelas outras narrativas. É uma forma de indagar o presente. Trata-se não apenas de resgatar uma memória da resistência das mulheres da época, mas, sim, de uma resistência pela (re)memória dessa problemática que faz parte da *memória coletiva* (Nora, 1993). Não se trata de mudar o passado, mas de, por meio dele, repensar o tempo presente. E pelo presente entender o passado.

Embora não constitua um discurso testemunhal propriamente dito, como foi possível notar, a narradora projeta um *éthos testemunhal*, através de um cuidadoso trabalho de dar a palavra às testemunhas, recortando, editando e misturando suas vozes, ao fim e ao cabo, à sua própria voz. Para isso, mobiliza recursos discursivos na enunciação narrativa dirigidos à projeção de imagens de vítima e de assassino, assim como da sociedade brasileira da época, em uma *argumentação indireta*, por meio da qual faz partilhar com o auditório um sistema de valores sustentado em uma *dóxa* patriarcal, sem se pronunciar explicitamente. É precisamente a essa construção discursiva, que coloca em cena forças hegemônicas, que a narrativa se opõe.

A força discursiva do podcast reside justamente em sua capacidade de apresentar e contestar forças hegemônicas, além de configurar-se como *discurso de resistência* por sua natureza polêmica e polifônica. Finalmente, essa construção discursiva se apoia na memória e na indignação como combustíveis da resistência, por meio da fricção constante entre passado e presente, da oposição ativa a memórias discursivas cristalizadas e da mobilização da indignação como energia transformadora. O podcast fricciona (e deve friccionar) o passado na construção do presente; por isso se opõe a uma memória de discursos estabelecida

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ALONSO, A. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- AMOSSY, R. L'espèce humaine de Robert Antelme ou les modalités argumentatives du discours testimonial, *Semen*, 17, 2004.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Coordenação da tradução: E. L. Piris e Moisés O.-F. São Paulo: Contexto, 2018.
- ANGELA. Direção: Hugo Prata. Roteiro: Duda de Almeida. Produção: Hugo Prata, Fabio Zavala, Daniel Caldeira. [São Paulo]: Downtown Filmes: Bravura Cinematográfica, 7 set. 2023. 1 filme (104 min), sonoro, colorido. Disponível em: <https://www.primevideo.com>. Acesso em: 7 mar. 2024.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 1 (2006). São Paulo: FBSP, 2024. 404 p.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, Atlas da violência 2024 / coordenadores: CERQUEIRA, D; BUENO, S. – Brasília: Ipea; FBSP, 2024. 129 p. : il., gráfs. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/287/atlas-da-violencia-2024>. Acesso em: 19 set. 2024.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. (Ed.). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 779 Distrito Federal*. Relator: Min. Dias Toffoli. Pesquisa de informações sobre o processo. Julgamento em 13 mar. 2021. Publicado em 19 mar. 2021. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6158694>. Acesso em: 7 mar. 2023
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BUTLER, J. Levante. In: DIDI-HUBERMAN, Georges (org.). *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. p. 23-36.
- CASTRO, M. C. P. S. *Na tessitura da cena, a vida: Comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCAR, 2009. p. 104-106.

- CRIME E JUSTIÇA: o caso Ângela Diniz. Direção: [diretor desconhecido]. Produção: TV Justiça. Brasília, DF: Rádio e TV Justiça, 2023. 1 programa de TV (aprox. 25 min), sonoro, colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6eJtVsvv4Vo>. Acesso em: 19 maio 2025.
- DIDI-HUBERMAN, G (org.). *Introdução*. In: DIDI-HUBERMAN, G. (org.). *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- ELUF, L. N. *A paixão no banco dos réus*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- COFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. M. C. S. Raposo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, [1985] 2003.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 18 maio 2025.
- GROS, F. *Desobedecer*. São Paulo: UBU Editora, 2018, 244 p.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- HOPPEN, N. H. F. *Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica*. 389f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- JAQUELINE. SPPM lança cartilha digital “Feminicídio: Quem ama, não mata!”. *Governo de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, MS, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/sppm-lanca-cartilha-digital-feminicidio-quem-ama-nao-mata/>. Acesso em: 19 set. 2024.
- LIMA, H. M. R. de. Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri. 2006. 260 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- LIMA, H. M. R. de. Imagens e discursos em torno do feminino: a (re)construção de uma identidade. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 22, n.2, p.105-116, jul./dez. 2007.
- LIMA, H. Implicações do conector “mas” em sustentações orais de Tribunal do Júri”. In: SARAIVA, M. E.; MARINHO, J. H. Chaves (org.). *Estudos de língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p.153-169.
- LIMA, H. Algumas observações sobre os crimes de feminicídio, ciúme, honra e ódio. In: BAHIA, A. G. M. F. de M.; RAMOS, M. M.; NICOLI, P. A. G. (org.). *Gênero, Sexualidade e Direito: dissidências e resistências*. Belo Horizonte: Initia Via, 2019. p.186-204.
- LIMA, H. A propósito das emoções: a indignação “nos tempos de cólera” para uma política do cuidado. In: LIMA, H.; ABREU-AOKI, R.; MAZZOLA, R. (org.). *Retórica, argumentação e emoções*. Itinerários convergentes. São Paulo/Campinas: Pontes, 2023. p. 49-68.
- LINHA DIRETA JUSTIÇA: Ângela e Doca. Direção: [Diretor desconhecido]. Produção: TV Globo. Rio de Janeiro: Rede Globo, 5 jun. 2003. 1 programa de TV (21 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11568274/>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.

MOESCHLER, J. *Dire et contredire*. Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne, Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.

MONITOR DE FEMINICÍDIOS NO BRASIL. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 18 maio 2025.

NEGRI, A. O acontecimento “levante”. In: DIDI-HUBERMAN, G. (org.). *Levantes*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. p.38-46.

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In : NORA, P. (org). *Les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, 1984. p. 25-42.

OS AMORES DA PANTERA. Direção: Jece Valadão. Produção: Jece Valadão. Rio de Janeiro: Magnus Filmes Ltda., 1977. 1 filme (110 min), sonoro, colorido, 35 mm.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 1996.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRAIA dos Ossos. [Locução de]: Branca Vianna. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 21 ago. 2020. Podcast. Episódios: 1-3; 5-8. Disponível em: <https://spoti.fi/3Hz9v3D>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RICHTER, A. STF valida prisão após condenação pelo júri: decisão envolve recurso de homem condenado a 26 anos por feminicídio. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 12 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/...> Acesso em: 19 set. 2024.

RODOLPHO, M. *Écfrase e evidência nas letras latinas*: doutrina e práxis. São Paulo: Humanitas, 2012.

Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua

Streetology and Boca de Rua's Communication Knowledge

Arthur Walber Viana

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
arthurwalber@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2217-2084>

Resumo: O artigo investiga os saberes comunicacionais que emergem das práticas do Jornal Boca de Rua, projeto que, há um quarto de século, é feito por um grupo de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, Brasil, em parceria com a Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação). Desde a definição de pautas até a escrita das reportagens e a venda dos exemplares nas ruas, todas as etapas envolvem as pessoas em situação de rua, conferindo ao Boca de Rua uma singularidade que justifica seu estudo. O objetivo central é compreender como os saberes comunicacionais oriundos dessa experiência são formados, junto à constituição de uma linguagem própria, *sui generis*. Para tanto, adota-se uma abordagem etnográfica, fundamentada em observações-participantes e em entrevistas em profundidade, visando capturar rotinas e percepções dos jornalistas do Boca de Rua sobre a comunicação que produzem. Daí, delimitam-se dez “zonas de intensidade” que estruturam o funcionamento do grupo, revelando uma comunicação que vai além do jornalismo produzido. Há, sim, o desejo de superar um silenciamento socialmente imposto, mas, de maneira mais profunda, a comunicação também se encontra nos processos que possibilitam essa superação: relatos em roda, espaços coletivos de fala e escuta, processos de escrita baseados na oralidade, entre outros. O que o Boca de Rua evidencia é uma comunicação que está não só no produto (um jornal), mas nas forças que animam mudanças e que ressignificam o “morar na rua”, reorganizando espaços públicos e papéis sociais.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua; população de rua; ruaologia; resistência malunga; semiótica da cultura.



Abstract: The article investigates the communication knowledge that emerges from the practices of Jornal Boca de Rua, a newspaper project that for a quarter of a century has been run by a group of homeless people in Porto Alegre, Brazil, in partnership with Alice (Free Agency for Information, Citizenship and Education). From setting the agenda to writing the reports and selling the copies on the streets, all stages involve homeless people, giving Boca de Rua a uniqueness that justifies its study. The main objective is to understand how the communicational knowledge that comes from this experience is formed, along with the constitution of its own *sui generis* language. To this end, an ethnographic approach is adopted, based on participant observation and in-depth interviews, aiming to capture the routines and perceptions of Boca de Rua journalists about the communication they produce. Ten “intensity zones” are delimited, that structure the group’s functioning, revealing a communication that goes beyond the journalism produced: there is a desire to overcome a socially imposed silencing, but more profoundly, communication is also found in the processes that make this overcoming possible: discussion in circles, collective spaces for speaking and listening, writing processes based on orality, among others. What Boca de Rua shows is a type of communication that is not just in a product (a newspaper), but in the forces that animate change and give new meaning to “homelessness”, reorganizing public spaces and social roles.

Keywords: Boca de Rua newspaper; homelessness; streetology; malungo resistance; semiotics of culture.

1 Introdução

Esta é uma pesquisa produzida a partir de um diálogo com os integrantes do Jornal Boca de Rua, cuja redação é composta, majoritariamente, por pessoas em situação ou com trajetória¹ de rua. Sua primeira edição foi impressa em dezembro de 2000, às vésperas do Fórum Social Mundial que ocorreria em Porto Alegre, em janeiro do ano seguinte. A iniciativa partiu de

¹ *Trajetória de rua* designa pessoas que passaram pela situação de rua, mas já a superaram. Contudo, há marcas que ficam – e essa superação não apaga a trajetória que levou a determinado lugar.

duas jornalistas vinculadas à Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) – Rosina Duarte e Clarinha Glock – que convidaram um grupo de pessoas que vivia na praça Dom Sebastião, no centro da cidade, para relatarem suas experiências de vida e perspectivas sobre a realidade social. Esse é o embrião do que veio a ser o Boca de Rua, que circula em Porto Alegre trimestralmente desde essa ocasião.

Neste pequeno espaço introdutório, ressaltamos o papel central das pessoas em situação de rua no projeto: são os sujeitos criativos por trás das inscrições postas no papel, jornalistas de fato, mais que objetos de uma história a ser narrada. Depende delas quais pautas serão abordadas e sob que viés; quem serão os entrevistados; quais fotos serão registradas; como os textos das reportagens serão construídos; enfim, tudo o que será publicado passa pela avaliação coletiva do grupo. Isso faz do Boca de Rua um jornal *sui generis*, o único no mundo “[...] que é feito, vendido e *gerido* por moradores de rua” (Duarte, 2024, grifo nosso). Assim, em que pese existirem outras experiências de “jornais de rua”, a exemplo dos reunidos na INSP (Rede Internacional de Jornais de Rua, em livre tradução), a participação das pessoas em situação de vulnerabilidade se dá, geralmente, no momento da venda: são projetos de geração de renda (o que não exclui seus méritos). No Boca de Rua, contudo, há um envolvimento mais amplo, desde a fase de planejamento de pautas, de apuração e de escrita: há uma dimensão simbólica crucial, decorrente de uma inclusão desde os métodos produtivos, que destaca o projeto em relação a outros similares.

Dito isso, o objetivo do artigo é investigar os modos de comunicar do Boca de Rua, a fim de compreender os processos por meio dos quais eles ganham consistência. Queremos apreender as maneiras com que esse grupo de pessoas em situação de rua constitui a *sua* linguagem, *sua* comunicação, *seu* modo particular de dizer o mundo. Para tanto, passaremos por uma discussão teórica baseada na Semiótica da Cultura, que contestará e aprofundará a noção de “propriedade” na linguagem. Em seguida, explicaremos nossas estratégias metodológicas, de inspiração etnográfica. Por fim, apresentaremos, com maior fôlego, as lógicas de funcionamento do Boca de Rua, junto aos processos dinâmicos que delimitam a forma singular com que faz circular seus discursos no corpo social.

Cabe sublinhar, antes de avançarmos, a importância de focarmos nossos esforços intelectuais no estudo de uma ferramenta de resistência de um grupo crescente na sociedade brasileira, empurrado a uma situação de extrema vulnerabilidade: a população em situação de rua cresceu 38% entre 2019 e 2022 no Brasil, chegando a 281.472 pessoas (Natalino, 2022). Se considerarmos a última década (2012 a 2022), o crescimento desse segmento da população foi de 211% – expansão muito superior à da população brasileira registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2011 e 2021, de apenas 11%. Nesse cenário, a pesquisa junto a esse grupo de pessoas postas² em situação de rua ganha relevância, em especial pelo fato de o Boca de Rua se constituir como um lócus de *resistência criativa e simbólica* (Mizoguchi; Costa; Madeira, 2007).

² Agrada-nos o termo pessoas *postas* em situação de rua por este acréscimo, “postas”, trazer à tona a existência de engrenagens sociopolíticas que produzem e mantêm determinados corpos em situação de vulnerabilidade. Importa-nos retirar da definição que pesa sobre esse grupo, o “morar na rua” que os define, uma pretensa naturalização do fenômeno: há uma série de engendramentos que geram a situação de rua (e que não a resolvem), cuja responsabilização não deve recair sobre os corpos que a experienciam.

2 O (im)próprio da linguagem

Nosso argumento teórico divide-se em dois eixos principais: (a) o de que toda prática, aqui entendida como forma de agir e de se expressar no mundo, manifesta, já em si – nas formas que assume –, um tipo de saber específico, estruturando-se a partir das possibilidades da cultura (sistema de signos) particular da qual é manifestação; e (b) sua especificidade, porém, é composta – ela própria – no (e pelo) entrecruzamento das distintas linguagens que formam o sistema cultural em questão. A multiplicidade antecede a unidade, e os saberes estão “localizados” nesse ponto de contato específico entre múltiplas diferenças. Um sistema acaba por ser o próprio atravessamento que o constitui; ele emerge das intersecções e das zonas de contato entre sistemas distintos, cada qual composto por linguagens também distintas (a Semiótica da Cultura chamará esses sistemas de “modelizantes” – falaremos deles adiante). Importante frisar, por ora, que a capacidade de um sistema de produzir sentido, de se expressar e de agir no mundo, está vinculada aos recortes que é capaz de fazer dessas linguagens que o atravessam. Ou seja: é da miscigenação cultural que despontarão novas formas de habitar e de povoar a realidade, expressões de um saber sincrético oriundo de amálgamas singulares. Para melhor explicar nosso argumento, aprofundaremos dois pontos: a perspectiva sistêmica e o poliglotismo da Semiótica da Cultura, bem expressos no conceito de semiosfera (Lotman, 2005); e o par conceitual tradução/modelização, que ajudam a entender a efetivação de diferenças (singularidades) nas formas como sentidos são produzidos.

2.1 A perspectiva semiosférica

O ponto do qual partimos parece bastante simples à primeira vista: a afirmação de que de toda cultura emerge um (mais de um, na verdade) saber específico, uma forma particular de ler e de escrever o mundo, de apreendê-lo e de agir sobre ele. Uma linguagem específica, seria outro modo de dizer. O que nos interessa mais, porém, para além da mera constatação de particularidades e de diferenças, é entender a maneira como elas se constituem; como ganham corpo e consistência. Interessam-nos os processos de diferenciação por que passam as expressividades de cada sistema cultural, finalidade que torna conveniente a aproximação com os conceitos elaborados pela Escola de Tartu-Moscou (ETM), berço do que se convencionou chamar Semiótica da Cultura. Tal perspectiva nos ajudará a entender de que se trata, afinal, esta “cultura” na qual estamos imersos e cuja linguagem delimita as possibilidades de compreensão e de ação sobre o que nos rodeia; ou seja, os mecanismos por meio dos quais uma cultura – entendida como um sistema de signos – processa as informações de seu entorno, estruturando-as em sua linguagem particular e constituindo, nesse gesto, o ângulo a partir do qual toma e coloca coisas no mundo.

A conveniência em acionar os escritos da ETM decorre do fato de os estudiosos vinculados à escola terem traçado distinções importantes sobre o funcionamento de sistemas culturais, prestando especial atenção a seus aspectos dinâmicos. Destacamos – de saída – o plural: *culturas*. A diversidade é o ponto de partida, e nenhuma cultura existe em isolamento

ou pode ser analisada de tal forma. Isso define o caráter *holista* da ETM:³ as culturas estão sempre *em relação* umas com as outras, e o gesto de definir a si é o mesmo gesto de diferenciar-se de outras: “Nenhum dos sistemas de signos possui um mecanismo que lhe permita funcionar isoladamente” (Lotman *et al.*, 2013, p.53, tradução nossa).⁴

A produção de sentido, portanto, ocorre nessa lógica dialógica, havendo interdependência dos diferentes sistemas culturais na realização dos processos de estruturação e significação dos fenômenos e das coisas do mundo. Kull (2015), ao discutir os princípios da semiose sob a perspectiva da ETM, fala em *pluralidade de códigos*, que é outra forma de expressar o que queremos dizer aqui: a condição de existência de uma forma particular de ser no mundo – de compreendê-lo e de agir sobre ele, ou seja, de *fazer sentido* – é, precisamente, o fato de que existem *outras* formas, com as quais se entra em relações contínuas de tradução, estranhamento, assimilação, gestos que resultarão nesta “forma de ser” própria (e sempre passível de atualização). É no contato entre diferenças que *uma* cultura demarcará suas fronteiras, ganhando consistência enquanto unidade aparente. Portanto, parte-se de *mais que um*, ou, para dizer ainda de outro jeito, um é sempre mais que um, posto que a unidade será uma concertação de multiplicidades.

Importante frisar que essa pluralidade primordial permanece mesmo quando signos se atualizam e se alteram, postos em relação uns com os outros. Para a ETM, a relação entre diferenças não acarreta uma síntese resolutive: elas não são redutíveis a uma única linguagem ideal. O contato entre culturas distintas não aponta para um consenso capaz de expressar o mundo em sentido unívoco. Mais que ponto de partida, a diferença persistente é o próprio motor da dinâmica e do desenvolvimento das culturas:

A ideia da possibilidade de uma única linguagem ideal como mecanismo ótimo para a expressão da realidade é uma ilusão. Para que uma estrutura mínima funcione, ela deve levar em conta a presença de duas línguas e sua incapacidade, cada uma independentemente da outra, de abarcar o mundo exterior a ela. Tal incapacidade não é uma deficiência, mas uma condição de existência, pois impõe justamente a necessidade do outro (outra pessoa, outra língua, outra cultura) (Lotman, 1999, p. 12-13, tradução nossa).⁵

É esse entendimento holista e dialógico da produção de sentidos que culminará com o delineamento do conceito da *semiosfera*, proposto por Lotman a partir de 1984 (Lotman, 2005). A semiosfera faz referência a um espaço imaterial – um *continuum semiótico* – em que sistemas culturais, a partir de suas semânticas distintas, engajam-se em permanentes processos de tradução uns com os outros, gerando sentido e se reestruturando a partir do que incorporam de seu espaço externo. Por seu caráter espacializado, a concepção da semiosfera amplia a visualidade da composição de uma cultura, sua morfologia; e, para além disso, torna

³ Torop (2009, p. 35) define a Semiótica da Cultura como uma *análise holística de processos dinâmicos*.

⁴ No original em inglês: “None of the sign systems possesses a mechanism which would enable it to function in isolation”.

⁵ No original em espanhol: “La idea de la posibilidad de un solo lenguaje ideal como mecanismo óptimo, para la expresión de la realidad, es una ilusión. Para que una estructura mínima pueda funcionar, debe contar con la presencia de dos lenguas y su incapacidad, cada una independentemente de la otra, de abarcar el mundo externo a ella. Tal incapacidad no es una deficiencia, sino condición de existencia, dado que precisamente ella impone la necesidad del *otro* (de otra persona, de otra lengua, de otra cultura)”.

mais fácil a percepção das trocas informativas entre diferentes sistemas, evidenciando a processualidade que se sucede nesse trânsito, com cada sistema expressando, nas formas que dá ao que traduz, sua peculiaridade. Assim, Kull (2015) ressaltará, junto à pluralidade de códigos, a *incompatibilidade* como uma característica fundamental da semiose: será exatamente a não-equivalência linguística entre sistemas em contato – a diferença fundamental entre o destino e a origem de uma tradução –, que garantirá a semiosfera como um espaço de convivência, mais ou menos harmônica, entre diversidades irreduzíveis.

A intraduzibilidade – ou, melhor, a *traduzibilidade possível* – guarda o potencial criativo das culturas: ao se verem obrigadas a dar sentido a informações para as quais não possuem exatamente uma chave de leitura, usarão como referência para construir suas estruturas de sentido as regras sintáticas que já compõem seu repertório. Decorre daí a capacidade de uma cultura de criar comunicações não-triviais, ou seja: a habilidade de dizer algo propriamente *seu*, à *sua maneira*. É a intraduzibilidade, a certo grau inevitável no diálogo entre culturas, que exige e garante a capacidade comunicativa e criativa das culturas. Tal constatação nos leva à discussão sobre como se dá, efetivamente, essa *produção de diferença* (produção e expressão de um saber próprio, diferente de outros); percorreremos, pois, as sinuosidades do par conceitual *tradução/modelização*.

2.2 (In)tradução e modelização: a efetivação da diferença

Tanto tradução quanto modelização se referem ao gesto de semiotizar (dar sentido a) uma informação do espaço externo, alossemiótico. Ao efetivar esse movimento, uma cultura – necessária e imediatamente – estrutura o signo que lhe era externo, e o fará conforme suas próprias capacidades linguísticas, inserindo esta informação em um novo ambiente relacional. É esse, afinal, que Machado (2003, p.147) afirma ser o mecanismo básico da cultura: criar linguagem onde ainda não existe uma língua codificada (desde a perspectiva da cultura engajada em traduzir o texto externo a ela). Daí um novo sentido emergirá, mais ou menos vinculado ao sentido anterior. Grosso modo, portanto, traduzir é o gesto de metabolizar um texto de fora para dentro da cultura, movimento que pode ser também “interno”, entre centro e periferia do sistema, componentes que podem ainda ser considerados “um” e “outro” – em realidade, a tradução se refere a um gesto de elaboração de uma diferença. Modelizar, por sua vez, será a estruturação *de fato* desse texto na lógica interna do sistema em questão. O conceito se refere à especificidade com que o objeto da tradução toma forma: “De acordo com a abordagem de Lotman, *a atividade de modelização é tradução* [...] A modelização pode ser vista não apenas como tradução, mas também o contrário – *todo ato de tradução é também um ato de modelização*” (Pärn, 2022, p.181, tradução nossa).⁶ Kull (2015, p.262) falará também da modelização como *modos de traduzir* e da tradução como um *dispositivo de modelização*.

Ao afirmarmos a modelização como a concretização da tradução, entendemos decorrer daí a diferença no resultado de traduções de um mesmo texto realizadas por culturas distintas: a maneira pela qual uma cultura sabe ler e escrever – a metalinguagem com que percebe e produz o mundo – é a sua habilidade modelizante, a *forma com que dá forma*, e está

⁶ No original em inglês: “According to Lotman’s approach, *modelling activity is translation* [...] Modelling can be viewed not only as translation but also the other way around – *every act of translation is also an act of modelling*”.

vinculada às conexões que é capaz de fazer, atrelando o sentido de um texto a outros textos e estabelecendo novos vínculos de significação. “Em um nível mais geral, se atribui a um elemento a capacidade de *ter significado*; no entanto, a natureza do significado que é atualizado em uma dada situação é determinada concretamente no contexto” (Lotman, 2021, p.220). Ou seja: a modelização está vinculada ao gesto de elaboração de uma informação incompatível, incompreensível às vezes, e à transformação desta em algo legível, a partir das condições de tradução da cultura em questão. O formato que essa informação toma será particular a cada sistema: cada gesto de tradução carrega, em seu âmago, as possibilidades linguísticas da cultura que traduz – exatamente as suas capacidades modelizantes.

A questão que irrompe, então, é: de onde vem essa capacidade? Ela está baseada em quê? Que metalinguagem é essa que orienta a estruturação de textos em determinada cultura, que formata a forma? A ETM responderá a isso com o conceito de *sistemas modelizantes*: eles fornecem (pedaços de) linguagem que, costurados entre si, delimitam a produção de linguagem no sistema de signos que essa articulação específica formata. Cabe lembrar que desde os debates fundantes da ETM, nos anos 1960, a cibernética era um campo de interesse para o estudo das culturas, e é uma das origens desse entendimento de que há uma espécie de “código-fonte” para cada sistema de signos, uma metalinguagem que regula sua produção textual. Os sistemas modelizantes são esses sistemas outros que fornecem (pedaços de) linguagem que geram, no encontro de suas diferenças, uma metalinguagem específica, o que acarreta – quando essa se concretiza no exercício de traduções/modelizações na semiosfera – no surgimento de uma nova cultura, uma nova forma de apreender, de ler e de habitar o mundo. É dizer: os sistemas modelizantes produzem (e condicionam) a estruturação e a materialização dos textos da cultura que geram por seus atravessamentos. “Um *sistema modelizante* é uma estrutura de elementos e regras de suas combinações, existente em um estado de analogia fixa com toda a esfera do objeto de percepção, cognição ou organização. Por esse motivo, um sistema modelizante pode ser tratado como uma *linguagem*” (Lotman, 2011, p.250, tradução nossa).⁷

Cada cultura (sistemas de signos organizados segundo uma lógica interna) realiza esse ato de reestruturação de informações externas, a partir da costura de linguagens disponíveis para que o faça. A miscigenação dessas diferentes linguagens em um ponto interseccional específico da semiosfera dá vazão a uma forma própria de textualizar a realidade, o que delinea uma cultura que, conforme concentra mais e mais textos formatados nessa sua forma peculiar, mais demarca seus limites, suas fronteiras, suas diferenças em relação ao que está “fora”. Trata-se efetivamente de uma *encruzilhada*, como propõe Rufino (2019).

A noção de encruzilhada emerge como disponibilidade para novos rumos, poética, campo de possibilidades, prática de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo. A encruza emerge como a potência que nos possibilita estripulias (Rufino, 2019, n.p.).

⁷ No original em inglês: “A *modelling system* is a structure of elements and rules of their combination, existing in a state of fixed analogy to the whole sphere of the object of perception, cognition, or organization. For this reason, a modelling system may be treated as a *language*”.

Dito isso, podemos entender a produção textual do Boca de Rua como resultado de recortes das linguagens dos outros sistemas que a compõem (e que não se resumem a ela): a cultura das pessoas em situação de rua de Porto Alegre; de uma organização social (a Alice); de voluntários, normalmente vinculados à universidade; do jornalismo e da rotina de produção de notícias, entre outros. A partir desse cruzamento de sistemas que o Boca de Rua se capacita a ler e a escrever o mundo de uma forma particular; é esse ponto de atravessamentos na semiosfera que formata um sistema singular, produtor de textos em uma linguagem *sua*. O que é *próprio* de um sistema, portanto, decorre de recortes e reconexões de partes de outros sistemas, que servem, em certo sentido, como um “estoque de linguagem” para que a cultura emergente produza uma forma de falar e de existir singular. O próprio não deixa de ser, por isso, alheio.

3 Discussão metodológica

A decisão de situar a discussão metodológica antes de uma descrição aprofundada do funcionamento do Boca de Rua se dá por entendermos que qualquer apresentação de um fenômeno é, já em si, uma produção. Ao expormos o que entendemos ser o Boca de Rua, inevitavelmente estaremos avançando – no próprio ato de dizer – em uma elaboração desse fenômeno, atrelando-nos a ele. Por isso, é necessário evidenciar, de antemão, as maneiras com que nos aproximamos, nossas intenções, oportunidades e limitações: tudo o que acabou por afetar as maneiras com que soubemos escutar, dizer e escrever o Boca de Rua, que são, afinal, os próprios métodos da pesquisa.

3.1 Da observação à experimentação do campo

Com o objetivo de compreender os processos e potências dos modos de comunicar do Boca de Rua, inspiramo-nos em métodos etnográficos (Eckert; Rocha, 2008), valendo-nos do conceito de observação-participante (Angrosino, 2009; Guber, 2001; Gutiérrez; Delgado, 2007). Contudo, uma inversão é logo proposta, ao aceitarmos o inevitável envolvimento com o fenômeno estudado e o fato de a pesquisa ser, em si, fator de alteração nas relações observadas em campo: nesse sentido, parece ainda mais apropriado pensar em uma *participação-observante* (Peruzzo, 2017). Afinal, não é exagero dizer que o Boca de Rua nos convocou ao campo, deixando claro, desde o início, que não haveria outra forma de fazer pesquisa *com* ele sem que se estivesse, pelo menos por certo período de tempo, *con-vivendo*.

Entrar no território, porém, não foi tarefa fácil e demandou bastante energia e sensibilidade. O relato aqui exposto pode até dar a entender o contrário, uma vez que cabe a ele ser mais direto e simples (ora, escrevemos de um ponto em que tudo já transcorreu, e é mais fácil a análise retrospectiva). Diante da intensidade das práticas e rotinas do Boca de Rua – encontros e trocas que se dão em meio a definição de pautas; apuração de matérias; saídas de campo; discussões acaloradas sobre o próprio funcionamento do grupo; revisão de regras; processos de escrita coletiva; distribuição de jornais; saídas para a venda; o encontro com o leitor; e também o encontro deste com o texto escrito por pessoas em situação de rua, comumente silenciadas no debate público –, encontramos nas propostas de Moriceau (2017, 2020, 2022) sobre *experimentação* um caminho a nos orientar nesse percurso. O autor leva a

noção de “participação” a outro patamar, sugerindo a pesquisa – ou melhor, o ato de pesquisar – como um mergulho, pondo em relação os sujeitos pesquisadores e pesquisados. Coloca-se à distância, nesse gesto, um ideal de pureza objetivo para o qual a presença do investigador no campo é marca a ser apagada, indesejável porque impregnada da subjetividade que experimentar algo causa – as sensações, os cheiros, as impressões.

Tal concepção, é claro, implica problemas – todo método tem seus limites; e a proximidade exigida por nossa pesquisa salientava que os pontos fortes de um método podem ser, simultaneamente, suas fraquezas: dois lados de uma mesma moeda. Ao passo que o mergulho no campo facilitava a compreensão dos códigos e processos de significação particulares da cultura experienciada, ele também carregava consigo riscos. Entre eles, Alonso (2016) destaca o tempo necessário para se construírem relações de confiança, bem como o grande volume e a alta variedade do material empírico colhido em campo, que pode ser de difícil sistematização ao final. A autora ainda fala que a empatia consequente da convivência pode resultar em um “excesso de simpatia” pelo caso estudado, nublando conclusões.

Tudo na balança, porém, ainda nos parece que a aproximação territorial junto ao Boca de Rua fez da nossa prática de pesquisa um ato necessariamente coletivo, participativo e dialogado, cujas potências compensaram os riscos. Assim, nossa pesquisa de campo foi realizada ao longo de cinco meses, entre julho e novembro de 2024 (afora uma fase exploratória, realizada de abril a junho de 2023),⁸ quando acompanhamos as reuniões da equipe do Boca de Rua, que são semanais, a fim de compreender os processos e dinâmicas de produção estabelecidos, os conflitos, as formas com que as pessoas postas em situação de rua constroem a *sua* comunicação e a *sua* linguagem. Acompanhamos também as/os integrantes pelas ruas de Porto Alegre, em momentos de produção de pautas e de vendas de jornais, atentos às interações que surgem aí, às instaurações e aos devires: a relação com quem passa, com o entorno, com a cidade. Ao todo, contabilizando o pré-campo, acompanhamos 43 reuniões da equipe; duas saídas para realização de pautas; uma palestra em que integrantes do jornal participaram, no curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); e três saídas para venda de periódicos pelas ruas da cidade. Foram aproximadamente 100 horas *experimentadas* junto ao coletivo, sem contar as entrevistas, sobre as quais falaremos a seguir. Ressaltamos que a pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o CAAE 79535724.2.0000.5347.

3.2 Entrevistas semiestruturadas, em profundidade – e imprevistas

Junto à experimentação do campo, realizamos uma série de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com os integrantes do projeto. Queríamos entender, para além do que eles fazem objetivamente, *o que eles entendem e pensam sobre o que fazem*. Em suma, era um convite a uma reflexão conjunta sobre a produção de discursos contra-hegemônicos e de resistência, partindo das práticas do Boca de Rua. As entrevistas são qualitativas e em profundidade, conforme Caballero (2019, p. 329), para quem a entrevista qualitativa segue um “modelo de conversação”. Nesse sentido, o entrevistado é tão agente da entrevista quanto o entrevistador.

⁸ Momento em que relatamos à equipe do Boca de Rua nossa intenção de estudar junto a eles, e iniciamos um diálogo que permitiu que um projeto de pesquisa nascesse.

Similarmente, Galindo Cáceres (1997) destaca que a entrevista não se organiza somente em função da *obtenção de informações*, mas também da *troca de interpretações*. Há nisso um sentido semiótico (e antropológico-social, a partir de Geertz [2008]⁹) que também nos atrai: o objetivo seria entender as *teias de significados* que constituem as culturas humanas, por meio de um diálogo interessado por seus mecanismos de funcionamento. Não se busca explicá-las, somente, mas compreendê-las.

A inspiração central para a realização das entrevistas, contudo, veio de métodos vinculados ao campo da história oral (Hermeto; Santhiago, 2022), que se preocupa em estabelecer um espaço de escuta amplo e demorado, também com um ímpeto de abertura ao que é dito pelo sujeito entrevistado. Assim, intencionávamos chegar, na conversa travada, a um ponto antes desconhecido a ambos (e talvez seja esse o modo mais acurado para se afirmar, em nosso contexto de pesquisa, que uma entrevista teve êxito). Nessas conversas motivadas pelo desconhecido, o *imprevisto* – imprevisível, para ficarmos no léxico lotmaniano – constrói sentidos tão importantes (quando não mais) quanto as previsibilidades, não representando um erro metodológico de um diálogo que saiu de controle; pelo contrário, será a própria evidência da ação da diferença, garantia de estarmos estabelecendo uma comunicação *de fato* produtiva: “[...] muitas das experiências mais significativas que temos devem-se justamente à incongruência entre nossas expectativas de pesquisa e aquilo que efetivamente encontramos em campo. Em uma palavra, ao *imprevisto*” (Hermeto; Santhiago, 2022, p.21).

Apesar dos esforços de abertura, cabe sublinhar que as entrevistas eram *semiestruturadas*: tínhamos algumas perguntas-guia, teoricamente orientadas, que funcionavam como pontos aos quais queríamos chegar (ou voltar). Não eram limitadoras de assuntos a abordar, mas orientações em um mapa (que existia apenas como esboço, sendo redesenhado conforme a conversa se desenrolava). Ao fim, entrevistamos 11 integrantes do Boca de Rua: Michelle Aparecida Marques dos Santos; Aline Gonçalves Leal; Fábio Saraiva Corrêa; Carlos Henrique Rosa da Silva; Diogo Macedo; Michel Vasconcelos dos Santos; Edisson José Souza Campos; Nara Gonçalves Canabarro; José Luiz Straubichen; Jones Rosa dos Santos Barbosa; e Anderson Luís Joaquim Corrêa, somando aproximadamente 250 minutos de gravação (mais de quatro horas).

3.3 O problema da sistematização

Frente a um vasto material para análise, nossa estratégia descritiva inicial foi *dizer pelas beiradas* – pelas fronteiras, no léxico lotmaniano. Em nosso entendimento, é aí que o Boca de Rua *está* efetivamente: naquilo que o atravessa, nos cruzamentos entre diferenças que o formatam e que permitem que diga o mundo de sua maneira peculiar (seus sistemas modelizantes). Dessa forma, o desenhamos como um sistema cultural atravessado por outros que o capacitam a produzir textualidades em uma linguagem própria – textualidades que, à sua vez, e de maneira concomitante, também produzem o fenômeno do qual são expressão. Essa forma de apreensão sobre o Boca de Rua será apresentada na próxima seção.

⁹ Geertz (2008) afirma que seu conceito de cultura é essencialmente semiótico. A nosso ver, carrega também muitas semelhanças com os postulados da Semiótica da Cultura. “O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4).

Sobre os processos que, a partir desses cruzamentos culturais, instauram a linguagem singular do Boca de Rua, promovemos uma sistematização por meio de *zonas de intensidade*, que se referem aos movimentos que o (des)fazem tal qual é; (de)formam a forma e nos permitem vislumbrar o fenômeno dinâmico que queremos estudar. Classificadas a partir de ocorrências e percepções na experiência de campo e nas entrevistas, essas zonas nasceram efetivamente do diálogo e da escuta; queríamos, afinal, escapar de uma gana explicadora, comum ao fazer científico, que define categorias previamente e empurra os fenômenos até que se encaixem nelas. A nosso ver, a complexidade da análise cultural proposta pela Semiótica da Cultura carrega também esse sentido intenso, que é rizomático: os contatos entre fronteiras, leis de atração e repulsa, são multiplicadores de possibilidades de formação de sentidos. A lógica semiosférica é a da afetação, da afinidade (ou da falta dela). Habita-se sempre *alguma* fronteira, está-se em choque com *algo* – assim nasce uma linguagem *própria*, dissemos já: da concertação de diferenças. À busca por origens e essências sobrepõe-se o traçado de rastros, o risco feito por textos mutuamente atingidos, um pelo outro e pelos textos outros por que são atravessados e que atravessam. Com as intensidades, portanto, buscamos descrever e desenhar as linhas de mapas dinâmicos, sempre desmontáveis e remontáveis. Por isso aproximamos a ETM do pensamento de Deleuze e Guattari (2010, p. 210), que dirão, frente à complexidade dos acontecimentos, que “é em intensidade que é preciso interpretar tudo”.

Objetivamente, fizemos (a)notações em caderno de campo, preenchido imediatamente após cada encontro, seguindo a lógica da *notatio* proposta por Barthes (2015). O autor reforça a importância de (a)notações “menores”: a captação de sensações, fazendo uso de um olhar flexível e amplo. Importava-nos entender as regularidades, mas, da mesma forma, as irregularidades – as falas isoladas, os movimentos laterais e periféricos que afetavam a forma de ser do Boca de Rua. Barthes (2015) revela a sua preferência pelo termo em latim, *notatio*, por ele fazer referência não a uma anotação somente, mas sim ao *ato de notar* – o que nos motiva a apreender esse como um gesto metodológico no campo.

Nas entrevistas, também traçamos linhas de intensidades a partir do conteúdo das respostas, as quais vinculamos às bases teóricas que orientaram nossas perguntas inicialmente. Cotejamos as diferentes respostas que obtivemos a respeito dos processos comunicacionais do Boca de Rua, contrastando-as e costurando, a partir daí, um sentido mais geral para o que o próprio coletivo entende ser a linguagem que produz. Evidentemente, as conversas excederam o que havíamos previamente imaginado; as intensidades desenhavam-se a si próprias e tem essa característica aforística de fazer sentido no processo de vir a ser (Braga, 2014). Auxiliaram-nos, nesse momento, as definições de Flick (2004, p.205) a respeito da *análise global dos textos*, que mira uma “[...] visão geral do espectro temático do texto”. Utilizamos esses preceitos nas leituras e releituras das (a)notações dos cadernos de campo e das transcrições das entrevistas. Marcávamos, conforme avançávamos na rememoração dos encontros pela leitura, palavras-chave que faziam referência a blocos de texto, o que permitiu o agrupamento de temáticas semelhantes que surgiram nos diferentes momentos da pesquisa. Os reagrupamentos foram depois refinados, e reelaboramos essas palavras-chave em “conceitos ou enunciados gerais” – de onde decorreram, enfim, as zonas de intensidade que apresentaremos na seção 5. As entrevistas foram integralmente gravadas em material audiovisual que, editadas, resultaram em um documentário, disponível no canal de Youtube do Jornal Boca

de Rua¹⁰ (Viana, 2025). O objetivo, com esse material, é “compartilhar a palavra”, permitindo aos integrantes do Boca de Rua que falem com sua gramática, posicionando-se no debate de maneira mais direta do que esta, escrita, mediada por nós.¹¹

Ao término desta seção, reafirmamos que nossa postura metodológica é *territorializada e dialógica*. Por um lado, objetivamos produzir uma abertura, uma fresta capaz de fazer surgir algum tipo de reflexão conjunta em nosso estudo; por outro, sabemos que essa reflexão, se assim quisermos chamar, não se dá em outro lugar que não *no território*, no chão, lastreada na experiência concreta desse grupo de pessoas em situação de rua que pensa e pratica, há 25 anos, modos de comunicar. À essa postura chamamos de teorização *desde baixo*, sem que haja aí qualquer sentido hierárquico – não buscamos situar um saber acima de outro, mas o contrário: “baixo” apenas faz referência a esse pensamento territorializado, conectado à *aspereza* da realidade de um grupo de pessoas postas em situação de rua que se organizou para fazer seus discursos circularem de forma ampla na sociedade.

4 A encruzilhada que dá à luz o Boca de Rua

Ao avançar pelas fronteiras – cruzamentos entre diferenças que formatam uma unidade provisória –, queremos escapar de uma mera descrição linear, enciclopédica, sobre o projeto do Boca de Rua, o que ele foi e o que se tornou até aqui. Não nos interessará dizer somente que o projeto começou em 2000, às vésperas do Fórum Social Mundial que ocorreria em Porto Alegre no início do ano seguinte, quando o jornal foi impresso e vendido pela primeira vez; nem que o Boca de Rua tem sua inauguração marcada, antes da impressão desse primeiro número, pelo momento em que duas jornalistas da Alice, Rosina Duarte e Clarinha Glock, convidam um grupo de pessoas em situação de rua que costumava ficar na praça Dom Sebastião, em frente ao Colégio Rosário, no centro de Porto Alegre, para que contassem suas histórias e narrassem a cidade em que eles viviam, que se imaginava diferente da que elas (e nós) viviam; e que dali em diante, aos poucos, por meio de encontros semanais, com oficinas de escrita e muita conversa, passou a circular em Porto Alegre, a cada três meses, uma publicação feita inteiramente a partir da experiência da rua, destinada a contar a cidade desde essa outra perspectiva, incomum em um meio (o jornalismo *convencional*)¹² que impõe ao *outro* exatamente o lugar de *outro*: o exótico ou o grotesco (Lago, 2010; Sodré, 2004).

¹⁰ O endereço para acesso é: <https://www.youtube.com/@bocaderuajornal>.

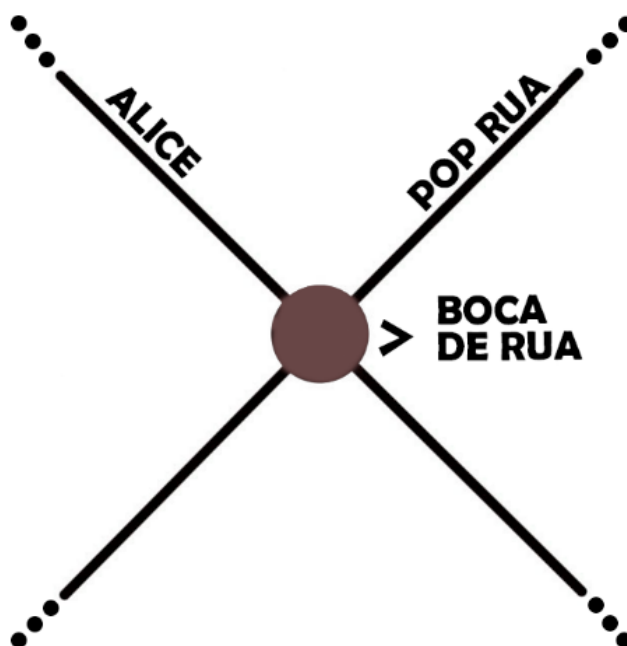
¹¹ Não negamos, evidentemente, a mediação de processos de seleção de falas, de edição e de montagem. Ainda assim, no audiovisual, os jornalistas do Boca de Rua falam a seu modo, com interferência *menor*.

¹² Vínhamos usando o termo “jornalismo tradicional” para fazer referência a esse jornalismo hegemônico vinculado a grandes corporações midiáticas. Carlos, porém, integrante do Boca de Rua, questionou em nossa entrevista: “Um jornal com 25 anos de experiência não é tradicional por quê?”. Michel Vasconcelos, outro membro da equipe, é quem sugeriu esse outro nome, imediatamente por nós acatado: “Jornal Boca de Rua, o jornal onde eu trabalho. Um jornal que não é uma mídia convencional, é uma mídia... é uma mídia... É uma mídia *nossa*. Então quer dizer, não é uma mídia... Como é que se fala? *Tem as mídias convencionais e as mídias não-convencionais*. É que nem as PANCs [Plantas Alimentícias Não-Convencionais], tá ligado?” (entrevista com Michel, grifo nosso).

A nosso ver, apegar-nos demasiadamente à cronologia – embora não a evitemos por completo, já que auxilia na compreensão do *que* e *como* o Boca de Rua veio a se constituir – resultaria em uma redução dessa experiência, ao impor relações de causa e consequência e linearidades que nem sempre ocorrem ou que, no mínimo, são menos simples do que aparentam. Isso torna nossa escrita mais sinuosa; porém, permite que expussemos o Boca de Rua para além do fato de ser um jornal (embora seja isso também) e para além de ser um projeto social (embora seja isso também). Interessa-nos traçar as linhas desse *algo mais* que escapa e que nos põe em movimento ao persegui-lo. “[...] o ‘Boca’ é bem mais que um jornal. É um compromisso improvável que envolve pessoas em situações precárias e marginais” (Boca de Rua, [s.d.]). Compreender as possibilidades de efetivação dessa improbabilidade é que nos parece o mais importante; assim, queremos falar menos de suas formas concretas e mais dos processos que fazem com que assuma essa forma particular em lugar de outra qualquer.

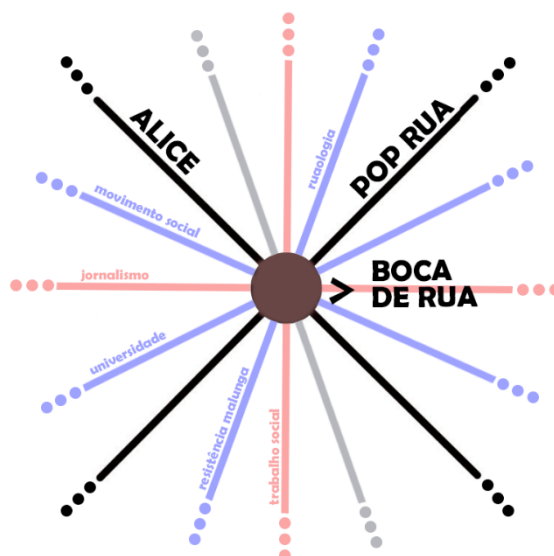
Dessa forma, começamos delineando o que entendemos ser a intersecção fundamental a partir da qual emerge o Boca de Rua, que se dá entre Alice e a experiência de rua de um grupo particular de pessoas em situação de vulnerabilidade social que frequentava a praça Dom Sebastião, em Porto Alegre. Esse é o cruzo que funda o fenômeno por nós estudado (Imagem 1). Cada uma dessas linhas são, elas próprias, atravessadas por outras, que também afetarão os modos de ser do Boca de Rua (Imagem 2) – são seus sistemas modelizantes.

Imagem 1 – Sistemas modelizantes do Boca de Rua [1]



Fonte: elaboração própria.

Imagem 2 – Sistemas modelizantes do Boca de Rua [2]



Fonte: elaboração própria.

A imagem do cruzo entre linhas como ilustração de sistemas modelizantes que fundam um sistema de signos (uma cultura), em lugar de círculos, como normalmente aparecem, parece-nos apropriada por demonstrar:

- (1) que os sistemas modelizantes excedem os sistemas ao qual dão origem; mais que isso, não sabemos precisar onde eles terminam ou que outros cruzamentos fazem (por isso, os três pontos no final de cada linha); em última instância, sequer podemos afirmar que, de fato, terminam, visto que seguem sendo atravessados e atravessando outras formas de ser que ocupam a semiosfera – não são sistemas fechados, o que está melhor representado pela linha não terminada;
- (2) nesse mesmo sentido, resta evidente que o sistema emergente recorta apenas parte das linguagens que o produzem e das suas formas de produzir linguagem (que, atreladas a outras, formatarão essa nova e peculiar forma de dizer o mundo);
- (3) as linhas também tornam mais visível o fato de tratarmos, efetivamente, de uma *encruzilhada* (no sentido dado por Rufino [2019, n.p.]: “As encruzilhadas nos apontam múltiplos caminhos, outras possibilidades”). Trata-se de um desvio, uma abertura de caminho: a miscigenação de linguagens que ocorre no atravessamento das linhas inaugura um novo modo de habitar a realidade, de lê-la e de expressá-la; instaura-se um novo sistema que será, ele próprio, uma linha de intensidade a agir em um novo estrato da semiosfera;
- (4) por fim, todo sistema cultural pode ser analisado sob este aspecto – as linhas que se cruzam para formá-lo. Ou seja: as culturas podem ser encaradas como resultado de articulações entre diferenças que formatam, provisoriamente, uma unidade. A lógica que predomina é a das miscigenações, e não a das essências.

As outras linhas que aparecem na imagem 2 – sistemas modelizantes da Alice e da cultura das pessoas em situação de rua (nomeada na imagem como “pop rua”) – acabam por

modelizar, em consequência, o Boca de Rua. As linhas relativas à Alice estão em vermelho; as relativas à população de rua, em azul. Ainda assim, as linhas se entrecruzam, e aquilo que é azul age também, no momento em que se faz a intersecção, sobre a Alice e vice-versa (algumas separações se dão a fins explicativos e são bastante limitadas. Não obstante, fazem-se dignas de nota por apontar para um momento anterior à mistura, facilitando a visualização desse fenômeno complexo). A linha cinza, não nomeada, faz referência a atravessamentos outros os quais fomos incapazes de perceber: algo sempre escapa (ao signo e ao texto, pode-se dizer, mas ao analista principalmente).

Por meio desses desenhos, esperamos deixar mais claro que, além de sua composição sincrônica (as pessoas em situação de rua, a Alice, as colaboradoras, as reuniões, a apuração jornalística, os exemplares impressos, o encontro com os leitores e com a cidade), o Boca de Rua é também composto por linhas diacrônicas: daí a importância da discussão dos termos *resistência malunga* e *Ruaologia*, aos quais chegaremos logo.

Entrando nos pormenores, a Alice aparece entrecruzada por jornalismo e trabalho social, linhas que ajudam a explicar inclusive o seu nome composto – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação. Assim a organização se define, em suas próprias palavras: “[...] uma organização sem fins lucrativos, que desde 1999 trabalha para revelar o que a sociedade não vê, *defendendo o direito de todos à comunicação*, à cultura, à arte e à convivência harmônica em uma sociedade sustentável” (Alice, [s.d.], grifos nossos). A comunicação, portanto, está no cerne das atividades e das preocupações da instituição. Isso nos ajuda a compreender por que (para além das profissões das pessoas envolvidas no projeto – Rosina Duarte e Clarinha Glock, por exemplo, são jornalistas) a prática e a linguagem jornalística foram adotadas no projeto do Boca de Rua, cujo intuito inicial era dar visibilidade à realidade enfrentada por este grupo em situação de vulnerabilidade social: as pessoas em situação de rua da praça Dom Sebastião. Outros caminhos poderiam ter sido explorados – a literatura; a oferta de denúncias oficiais a órgãos de justiça e humanitários; ou oficinas de arte para dar vazão a essas vozes silenciadas no debate público, uma vez que a Alice também conta, entre seus e suas voluntários/as, com escritores/as, advogadas/os e artistas.

Contudo, a defesa explícita do direito à comunicação e o movimento contra o silêncio imposto pelas mídias convencionais, expressos acima, fizeram com que o Boca de Rua se voltasse exatamente para a linguagem que gerava o silenciamento. O jornalismo exprime, historicamente, posições de autoridade e de credibilidade; constitui-se como espaço de denúncia, de voz e de aparição social – ou *desaparição*, seria mais apropriado dizer. Afinal, ao se dizer uma coisa, não se dizem muitas outras: “[...] o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Dizer e silenciar andam juntos” (Orlandi, 1992, p.55). Assim, o coletivo que se inaugurava ali acabou por adotar um discurso cuja força ele próprio já experienciava, só que pelo viés negativo. O Boca de Rua assume uma *contraposição*: “A gente só queria se contrapor ao que o jornalismo estava se transformando. Ou seja: um porta-voz dos ricos, famosos, bondosos, bonitos, vencedores. A gente queria se contrapor a isso” (Duarte, 2024).

Ciente da força do discurso jornalístico, o Boca de Rua constituiu assim sua redação, fiando o trabalho nos valores de verdade e de denúncia ligados a essa linguagem. Além disso, a posição da qual fala – *desde* a rua e, majoritariamente, *sobre* a rua – acarreta também maior credibilidade para os conteúdos que publica, em geral escritos na primeira pessoa do plural (*nós*). Em entrevista, Aline, integrante do projeto, sublinha a confiança nos predicados de factuali-

dade atribuídos ao jornalismo: “[...] o jornal [Boca de Rua] é importante porque as pessoas têm que se informar do que acontece na rua [...] O que ele faz é trazer informação das pessoas em situação de rua, de verdade. *E tudo o que sai no jornal é fato, né?*” (grifo nosso). Jones diz algo semelhante: “[Tem que] botar o que é a realidade, não ficar inventando, ficar maquiando as coisas”.

Bastante evidente nas falas dos integrantes do projeto é a disputa com outros jornais regionais, em especial Zero Hora e Diário Gaúcho. A comparação com o jornalismo convencional é comum e age na autoafirmação do grupo. Porém, ressaltamos nossa discordância com uma mera afirmação pela negação (o Boca de Rua *não* é a Zero Hora; *nem* é o Diário Gaúcho e assim por diante). Com 25 anos de experiência *fazendo* e *pensando* comunicação, percebemos nesse periódico produzido por pessoas em situação de rua um vigor epistemológico próprio: a referência está na sua trajetória, e não fora dela. Portanto, mesmo que aceitemos a particularidade do Boca de Rua, que produz um jornalismo distinto – *não-convencional* –, sabemos que assim operam todos os discursos, que emergem de relações específicas na semiosfera. A linguagem do Boca de Rua é tão particular quanto qualquer outra. Ser “convencional”, portanto, resulta de uma *tomada de poder* (Deleuze; Guattari, 2011): o “centro” em relação ao qual as pessoas em situação de rua são *ex-cêntricas*, do qual elas são postas como “fora”, baseia-se em uma política de exclusão que busca a produção e a efetivação de uma unidade específica.

Para além da linguagem jornalística, há outra linha que também age na formatação do sistema cultural do Boca de Rua partindo de uma modelização do sistema-Alice: a lógica de um trabalho sem fins lucrativos (chamamos de “trabalho social”, mas poderia ser chamado de voluntarismo ou termos assemelhados), fundado na solidariedade antes do lucro. Essa é uma dimensão importante do fenômeno ora estudado, uma vez que nele estão postas em relação pessoas e grupos com diferentes condições socioeconômicas – as pessoas em situação de rua, quem já deixou a rua, as jornalistas da Alice, universitários, colaboradoras. Que a Alice lucrasse com o trabalho de pessoas vulnerabilizadas seria um risco capaz de paralisar o projeto; a transparência na gestão do dinheiro, portanto – inteiramente voltado às pessoas com trajetória de rua e à impressão dos exemplares – é importante para o estabelecimento de relações de confiança. Aliás, Rosina frisou em diferentes ocasiões que estabelecer laços de confiança é a grande dificuldade do Boca de Rua; e assim foi desde o início (Duarte, 2024). Mas é esse – paralelamente – seu ponto mais forte, aquilo que faz com que o projeto se sustente por mais de duas décadas. Em que pese essa confiança se construir também por outros fatores (a presença e a constância nas reuniões, por exemplo), certamente ela passa pela relação “desinteressada”, economicamente, por parte da Alice. Esse tema é central no Boca de Rua e densifica algumas das linhas que pudemos identificar em nossa pesquisa de campo. Toda a remuneração obtida com a venda de exemplares físicos fica com o integrante que fez a venda, e a totalidade do valor arrecadado em assinaturas digitais é destinada às impressões do periódico em gráfica, sem nenhum tipo de taxa cobrada pela Alice.

As linhas vinculadas à cultura da população de rua complexificam ainda mais o fenômeno Boca de Rua. O cruzamento com o movimento social¹³ modeliza a circulação de vozes nas reuniões, ao formatar uma lógica de assembleia em que todas e todos, sentadas/os em roda, podem falar, e onde o coletivo é soberano nas decisões. A universidade atravessa-se ao

¹³ Alguns jornalistas do Boca de Rua integram, também, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o que gera uma intersecção entre espaços de luta distintos (em objetivos e em métodos, mas com aproximações óbvias).

Boca de Rua pelo fato de a maioria – mas não a totalidade – das colaboradoras¹⁴ chegarem até ali por meio de algum projeto universitário (eu inclusive). Por sua vez, a Ruaologia – o saber de quem vive nas ruas, sobre o qual falaremos mais na subseção 4.3 –, tensiona papéis de autoridade, tanto em relação à Alice quanto a conceitos e práticas tradicionais do próprio jornalismo, como a hierarquia entre editores e repórteres (no caso do Boca de Rua, esses últimos têm a palavra final – ou são, no fundo, os editores dos editores, se considerarmos que as jornalistas da Alice, Rosina principalmente, exercem o papel de editoras). Por fim, há um cruzo fundamental – do qual, em realidade, a Ruaologia é consequência (e por isso estão na mesma linha na imagem 2), que é a memória (e a resistência a ela) da escravatura e do colonialismo estruturantes do Brasil, que rejeita corpos negros e lhes impõe silêncio e degradação social. Rasgo diacrônico, essa linha age no presente ainda, persistente, e dá ao Boca de Rua mais de um começo. Afinal, não é acaso a maioria das pessoas em situação de rua no Brasil serem negras (68% se autodeclaram assim no Brasil, segundo Natalino [2024]). Dada a relevância desse facho de intensidade, a subseção 4.2 será dedicada a seu aprofundamento.

Antes, porém, falaremos deste começo mais recente, a articulação entre Alice e população de rua, e sobre a constituição do espaço do jornal.

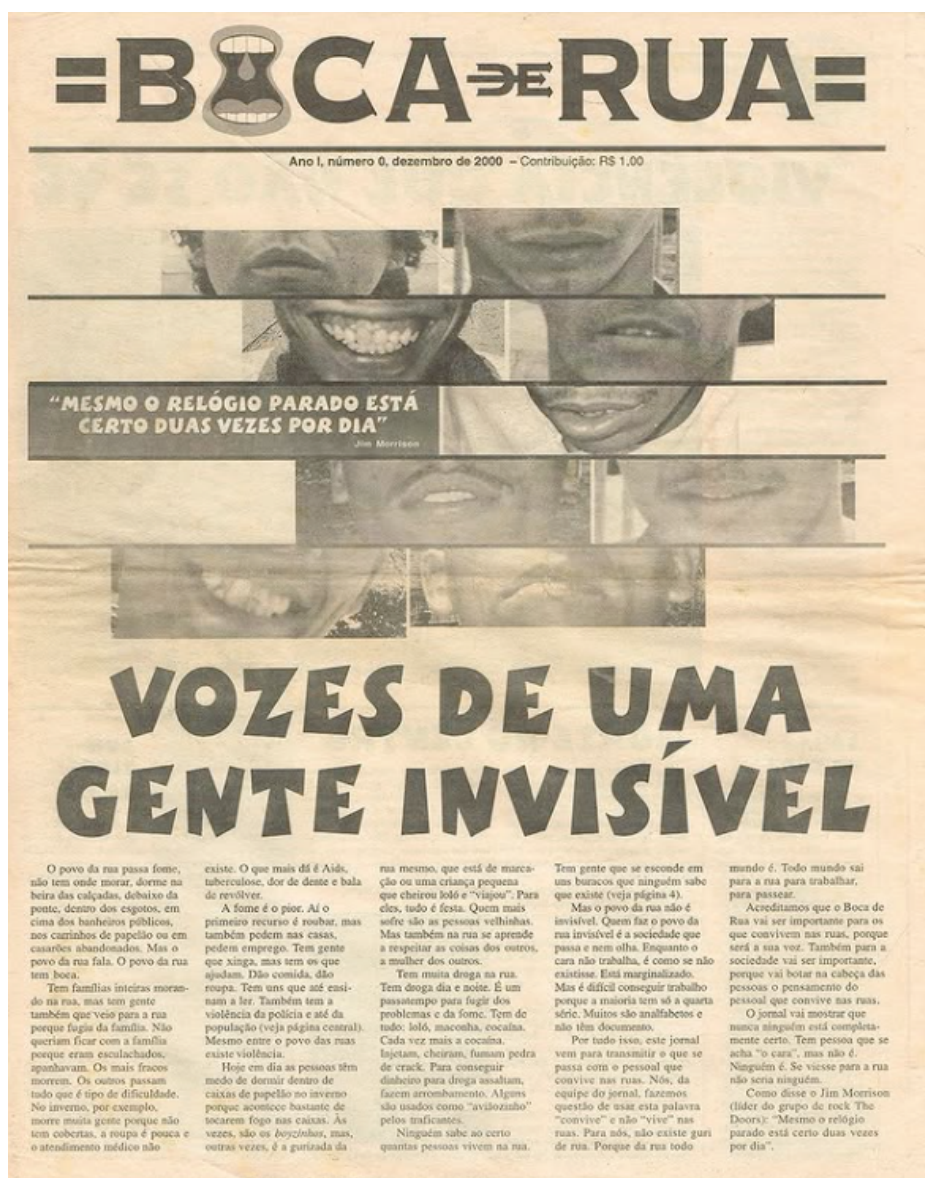
4.1 Consolidação do projeto

A Alice é, portanto, o nascedouro da ideia, corpo de onde emergem um primeiro gesto de aproximação a um grupo de pessoas em situação de rua e a proposta para que se produza, *dali*, um projeto de comunicação. O pano de fundo – e outra linha de força, poderíamos acrescentar, à imagem 2 – é a realização do Fórum Social Mundial, que reuniu, em 2001, organizações e lideranças da esquerda mundial em Porto Alegre para se pensar em *um outro mundo possível* (era esse o lema do evento). Com o intuito de ampliar a diversidade de vozes que circulavam pela cidade e *produzir* esse “outro mundo” por meio da escuta de uma realidade silenciada, Rosina Duarte e Clarinha Glock foram ao encontro do grupo na praça Dom Sebastião e propuseram que contassem suas histórias e perspectivas em relação ao mundo e à realidade social. Michelle Aparecida Marques dos Santos era uma dessas pessoas na praça que ouviu a proposta das jornalistas. Ela ainda integra o Boca de Rua, 25 anos depois, e assim descreveu esse primeiro encontro:

Tudo começou lá na “Praça do Cachorrinho” [...] Ali tinha umas pessoas moradores de rua, pessoas que cuidavam dos carros, tinha sempre um pessoalzinho por ali. Daí chegou a Rosina Duarte e a Clarinha Glock, que foram essas duas jornalistas que vieram perguntar para nós se tínhamos interesse em fazer um jornal. De criar um jornal mostrando a nossa realidade: como é viver na rua, o que a gente queria mudar, o que a gente queria falar para as pessoas... Mostrar a nossa realidade, falar por que a gente está nessa dificuldade, entendeu? O Jornal Boca de Rua foi criado assim [...] A primeira edição foi “Vozes de uma gente invisível” [...] Então, se era uma gente invisível, a partir do jornal [...] já não foi mais (entrevista com Michelle).

¹⁴ A opção por escrever no feminino é por serem mais mulheres do que homens a exercerem essa função, ao menos ao longo do período em que estivemos em campo.

Imagem 3 – Capa da primeira edição do Jornal Boca de Rua, de dezembro de 2000



Fonte: Boca de Rua (2021)

Assim era o modo de funcionamento do Boca de Rua em seu princípio: Rosina e Clarinha gravavam as vozes dos participantes do projeto, enquanto conversavam sobre assuntos diversos relacionados à experiência de se viver na rua. Isso era depois transcrito para as páginas do jornal. Essa prática é, ainda hoje, mantida nas escritas coletivas do grupo – alguém, em geral Rosina ou alguma colaboradora, anota as falas que emergem de discussões sobre determinada pauta, a fim de subsidiar a produção dos textos mais tarde. Há um cuidado para que se mantenha o vocabulário utilizado pelas pessoas com trajetória de rua, as palavras escolhidas por quem de fato viveu as situações narradas. A manutenção dessa prática, claro, não significa que não houve mudanças nas lógicas de trabalho do Boca de Rua ao longo do tempo. Especialmente, parece-nos que o tempo se ocupou em descentrar o papel da Alice: com o passar de reuniões, discussões e impressões (de jornais), os integrantes do

projeto foram ampliando sua participação, envolvendo-se mais nas decisões editoriais e de pauta. Com o aprendizado prático, técnicas foram sendo dominadas e, mais que isso, passou-se a ter na equipe a compreensão da importância de contra-argumentar discursos prévios a respeito deles, para dar outra significação ao “morar na rua”. Daí que, de fato, quem habitava calçadas, praças e viadutos da cidade assumiu seu papel de jornalista, ao perceber a disputa simbólica por trás de cada texto, reagindo a uma rede discursiva que falava já delas e deles – os discursos, afinal, não começam em nós: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 1999, p.35).

Tal alteração pode ser percebida em muitas das conversas que tivemos com os membros da equipe: de início, a aproximação com o jornal se dava porque se percebia, ali, uma possibilidade de geração de renda. Importava menos a disputa de sentidos. Com o tempo, porém, passou-se a entender essa dimensão simbólica e a disputá-la mais ativamente.

No começo mesmo, a minha intenção era eu ter algum fim lucrativo, entendeu? Não posso mentir [...] Na hora eu não queria saber se o jornal era feito por morador de rua ou se não era. Eu queria era arrumar um lucro ali pra mim [...] Depois que eu comecei a entender que eu fui mais participativo, que daí eu fui ver qual que era a intenção do jornal [...] com o tempo que eu fui entender realmente o que que era a função do jornal, o que que o jornal fazia, qual que seria a minha função ali (entrevista com Carlos).

Sobre o papel da Alice, com a experiência de campo, ficou evidente para nós que o coletivo Boca de Rua faz-se plural, não se encerrando nem na Alice nem nas colaboradoras e nem mesmo na população de rua, os protagonistas do projeto; trata-se de uma articulação entre as partes. As próprias metodologias de trabalho foram criadas (e recriadas) coletivamente: “Com a metodologia que se criou lá dentro, e se criou *mesmo*, porque a gente chegou e não sabia o que fazer com aquela gurizada, e foi se criando uma maneira de trabalhar conjunta” (Duarte, 2024). Em termos práticos, cabe à Rosina o desafio de facilitar as reuniões e de garantir que o jornal cumpra seus prazos, somando-se ainda o gerenciamento eventual de necessidades pessoais de integrantes, que trazem dúvidas e situações externas ao projeto, entendendo o Boca de Rua como um espaço de socialização mais amplo do que *apenas um jornal* (ainda que muitas vezes Rosina tenha frisado que aquele é um projeto de comunicação, constitui-se ali, inegavelmente, um lugar de acolhimento e de convivência). Esses fatores todos demonstram a complexidade do papel executado pela Alice – particularmente por Rosina, que é chamada de “mãe” por muitos dos membros da equipe. Michelle explica o porquê: mãe é quem não abandona, é quem dá afeto e acolhe (Pablito Aguiar, 2024).

Quanto às colaboradoras, diversas pessoas já passaram pelo Boca de Rua e exerceram o papel de apoio à Alice e aos membros do grupo – seja anotando falas durante discussões de pauta; acompanhando saídas de campo para produção de reportagens; ou emprestando um telefone celular para uma ligação ou para um registro fotográfico. As demandas variam muito, conforme necessidades coletivas, o que dificulta inclusive uma definição mais clara do significado de *colaborar* (talvez a definição seja, exatamente, esta abertura: a disposição em ajudar com o que for preciso). Durante nossa experiência de campo, além de nós, outras

cinco pessoas ocupavam esse espaço¹⁵ – três delas vinculadas à universidade. Basicamente, o combinado com o grupo é estar presente e disposto a contribuir com o funcionamento do jornal, indo além do interesse pessoal que levou cada um e cada uma até ali.

4.2 Resistência malunga

No Brasil, 68% das pessoas em situação de rua se declaram negras – 51%, pardas; 18%, pretas. Os números são de Natalino (2024), que analisa a situação de rua a partir de informações contidas no Cadastro Único, base de dados do governo federal cuja função é auxiliar a implementação de diversas políticas públicas voltadas à inclusão social. A porcentagem de negros na população brasileira é de 55,9%, sendo 45% pardos e 11% pretos (IBGE, 2023). Ou seja, há, entre as pessoas em situação de rua, predominância da população negra em grau maior do que na população brasileira. Nossa convivência com o Boca de Rua confirma a constatação. Dito isso, parece-nos leviano excluir da discussão seu caráter racial. “A conexão entre a situação de rua e a discriminação racial no Brasil é multissecular” (Natalino, 2024, p.30).

Além de serem a maioria dos corpos *postos* em situação de rua, o próprio estar na rua, se se é negro, é distinto do estar na rua se se é branco. Por exemplo, Oliveira *et al.* (2024) avaliam a probabilidade de uma pessoa em situação de rua dormir em albergues ou ser encontrada efetivamente dormindo nas calçadas – o resultado varia conforme a raça (entre outros fatores, como a idade). Eles afirmam que os negros, assim como os indígenas, têm maiores chances de serem encontrados pernoitando nas ruas do que os brancos, “[...] ou seja, a rua é mais racializada do que os albergues, ainda que em ambos a maioria da população em situação de rua seja negra (Oliveira *et al.*, 2024, p.43-44)”.

A experiência comunicacional de um grupo de pessoas em situação de rua, portanto, está absolutamente associada a essa história, cujos traços carregam a memória do povo negro afro-brasileiro. Estamos falando de uma linha diacrônica cujo vigor se alonga no tempo e no espaço, indo além de um aqui e de um agora, e que, por isso, inaugura o Boca de Rua antes de seu começo mais óbvio, sobre o qual falamos acima, o encontro da Alice com um grupo de pessoas em situação de rua no centro de Porto Alegre, no início dos anos 2000. É neste sentido que afirmamos a comunicação do Boca de Rua como *malunga*. “Malungo”, entre outros sentidos possíveis, designa “companheiros da mesma embarcação”, expressando, no Brasil, parentescos forjados por povos escravizados em navios negreiros (Slenes, 1992) – travessia marcada por sua extrema violência de desenraizamento, cujos rastros expressam-se ainda hoje, latentes. Letícia Simões (2022) posiciona o termo malungo como uma “operação”, referindo-se à “[...] formação de um laço identitário subjetivo e eterno a partir da experiência violenta da travessia negreira [...] uma relação produzida a partir da tensão da violência (Simões, 2022, p.181).

A definição serve especialmente bem às pessoas em situação de rua: muitas foram expulsas de casa e, vendo cortados os laços familiares, acabam migrando para outros territórios, em geral as grandes metrópoles; e, à imagem e semelhança dos negros trazidos à força de diferentes países e regiões africanas no passado, encontram nos seus iguais, aqueles

¹⁵ Eram: Ana Carolina Pinheiro, Caroline Sarmento, Lawis Sfoggia, Talita Fernandes e Thais Marques (além de Luiza Maia, que estava afastada das reuniões, porém contribuía em tarefas realizáveis à distância, como o envio de exemplares para assinantes).

que também enfrentam o flagelo do abandono e do descaso – embora possam ser completos desconhecidos – um familiar, uma comunidade. Diante desse histórico, Rosina exalta a *capacidade de sobrevivência* do Boca de Rua, que é consequência, óbvio, da de seus integrantes: “Muitas vezes eu achei assim: ‘O Boca vai terminar’. Não tem dinheiro, a gurizada está enlouquecida, fazendo ‘ladaia’ [...] ‘Vai terminar’. Mas nunca... eles sempre acham um jeito. O Boca tem a capacidade de sobrevivência dos seus integrantes” (Duarte, 2024, grifo nosso).

Vemos no Boca de Rua, portanto, o prolongamento de uma longa linhagem de linguagens de *resistência malunga*. Com isso, não se está a rememorar o passado apenas: a escravidão é uma história atual no Brasil, não só em seus efeitos (como repercussão, no presente, de algum acontecimento passado), mas em sua atualidade *estruturante*. A ETM afirmará que a memória – o conjunto de textos de uma cultura – tem uma função modelizante, ou seja, volta-se ao futuro ao impactar as formas com que traduções ganharão consistência, ao influenciar a maneira com que estruturamos a realidade à nossa volta. No caso brasileiro, a memória da escravidão, recalcada, segue projetada para o futuro, repetindo e amplificando suas violências. Nesse contexto, o ato do Boca de Rua de inscrever corpos, palavras, pensamentos e desejos de pessoas em situação de rua no debate público ganha maior peso. É a resistência à que se refere Edisson quando pedimos para que explique o Boca de Rua em poucas palavras: “Resistência, muita resistência”, disse.

À nossa vez, entendemos o sentido de “resistência” junto a Foucault (2004), que a afirma como a capacidade de produção de novas linguagens, ou seja, de se dizer o mundo de um outro modo. Isso o Boca de Rua logra, ao jogar com sua gramática, fazendo-a circular e difundindo-a na arena pública. A materialização do discurso da população de rua em um jornal o torna agenciável em uma nova modalidade, possibilita *novos modos de inserção* na sociedade, permitindo às pessoas em situação de rua que alcancem circuitos que antes não alcançariam (Mizoguchi; Costa; Madeira, 2007). Por esse caminho, Rosina percebe no jornal da população de rua uma *força de propagação intensa*:

[O Boca de Rua] é algo que é modesto. Sim, é modesto. Mas ele tem uma capacidade de se propagar muito grande, como uma pedra que tu jogas na água e ela forma aqueles círculos que ficam enormes, muito maiores que ela. Essa capacidade eu acho que o Boca tem, de agir dentro da sociedade (Duarte, 2024).

4.3 Ruaologia

Apesar da violência extrema de nosso passado-presente colonial, fundamentado nas relações de escravidão, é importante frisar que o Boca de Rua é, antes de tudo, uma afirmação de vida – resistir, afinal, é isto: é afirmar o mundo a seu modo. Assim opera a linguagem malunga ao constituir seu saber próprio, sobrevivente, potente. A alegria e a criatividade são gestos marcantes da resistência do Boca de Rua, o que é palpável em suas reuniões. O Boca de Rua *não se limita ao ressentimento*, como sublinha Duarte (2017, p.201). É dessa capacidade de driblar a tragédia, de escapar dela vez após vez, que aflora a Ruaologia: o saber que nasce da experiência de rua, das necessidades e oportunidades impostas pelo território. Tal habilidade de driblar está relacionada a uma *pedagogia da ginga*, como proposta por Patrícia Pereira (2019). A ginga diz respeito à forma com que comunidades tradicionais quilombolas dançam, escapam

e atacam as linhas entrecruzadas da violência racial fundante do Brasil: “Este conhecimento [a ginga] é capaz de analisar quando se faz necessário defender e quando se faz necessário atacar, quando se faz necessário o deslocamento e quando se faz necessária a territorialização” (Pereira, 2019, p.173). Assim, entendemos que há um encontro – na Ruaologia – dessas duas pedagogias: a da ginga e a das encruzilhadas. Essa segunda, como explica Rufino (2019, n.p.), também *busca o tempo certo da rasteira*. O saber de encruzilhada, no Boca de Rua, ocupa-se em criar alianças e novos modos de falar, impondo sua voz ao debate público em recusa ao silenciamento; o saber da ginga ensina a esquivar e a resistir frente a ataques históricos.

Sobre a Ruaologia, os integrantes do Boca de Rua explicam: trata-se de um saber que emerge das práticas exigidas para a sobrevivência na rua. Nesse sentido, é transdisciplinar, já que as exigências variam muito (Gastronomia, Farmácia, Ciência Política, Arquitetura, Urbanismo, Comunicação, Linguística etc.). Em entrevista, Anderson frisa que, quando essas áreas se unem na experiência da rua, *faz-se a Ruaologia*.

A Ruaologia é a faculdade de quem passou pela rua. Tem a faculdade das pessoas que fazem Psicologia, ficam lá 5 anos; quem faz Medicina; tem mestrados, doutorados... A Ruaologia é isso, ela é um ensino da rua, uma faculdade, um doutorado, um mestrado da rua, entendeu? Essa palavra é tudo isso. Porque a gente ia em muitas universidades, falando para eles sobre aquilo ali. Daí um dia essa palavra veio no meu coração, peguei e expressei ela numa palavra, falando que eles tinham a Psicologia, mas a gente tinha a Ruaologia, que é uma faculdade de quem passou pela rua (entrevista com Carlos).

Uma vez eu me lembro que a gente estava fazendo uma palestra e o Carlos veio com essa daí do nada. Ele pegou e falou assim para um universitário, os estudantes de lá: “Vocês podem ter faculdade em Filosofia, Biologia, outras coisas mais, mas nós temos a Ruaologia, que é saber viver na rua. Saber se desdobrar na rua, né? Saber os perigos... onde está o perigo que a rua te oferece e onde não está. Onde tu pode fazer uma refeição e onde tu não pode. Isso é saber andar na rua. Aí depois eu falei pra galera: “Mas antes de chegar na faculdade de Ruaologia, tu tem que fazer mestrado em *Medisquina*.”¹⁶ Daí entra a galera lá de cima, tá ligado? A que desce das periferias para o asfalto (entrevista com Michel).

Parecem-nos evidentes as dificuldades impostas à constituição deste saber: a história da escravatura e do colonialismo na qual se inscreve a situação de rua esforça-se, ao longo do tempo, por apagar os rastros dos conhecimentos dos povos negros. Porém, falha em sua tarefa – o Boca de Rua é evidência cabal disso. Há um escapamento, e esses corpos seguem a falar – *abrem a boca da rua*. Há uma edição interessante do Boca de Rua (número 66) que compila um “dicionário de ruaologia”, mostrando o significado de diversos termos utilizados por quem está em situação de rua. Exemplos: “Aba: É a marquise ou o viaduto que protege do sol e da chuva. Debaixo dela, o morador de rua monta a sua cama”; e “Macaquinhos: São aqueles saquinhos que as pessoas deixam pendurado nas árvores com comida” (Boca de Rua, 2018). O desenvolvimento de uma gramática específica – uma forma particular de falar, um vocabulário *seu* – está também vinculado à estruturação da Ruaologia.

Nada disso retira o peso e os desafios de dar consistência a esses saberes. Em uma reunião, Nilson Lira Lopes, integrante do jornal, disse algo marcante sobre isso: “Eu estava muito preocupado com a minha sobrevivência”, afirmou, lembrando os obstáculos para se organi-

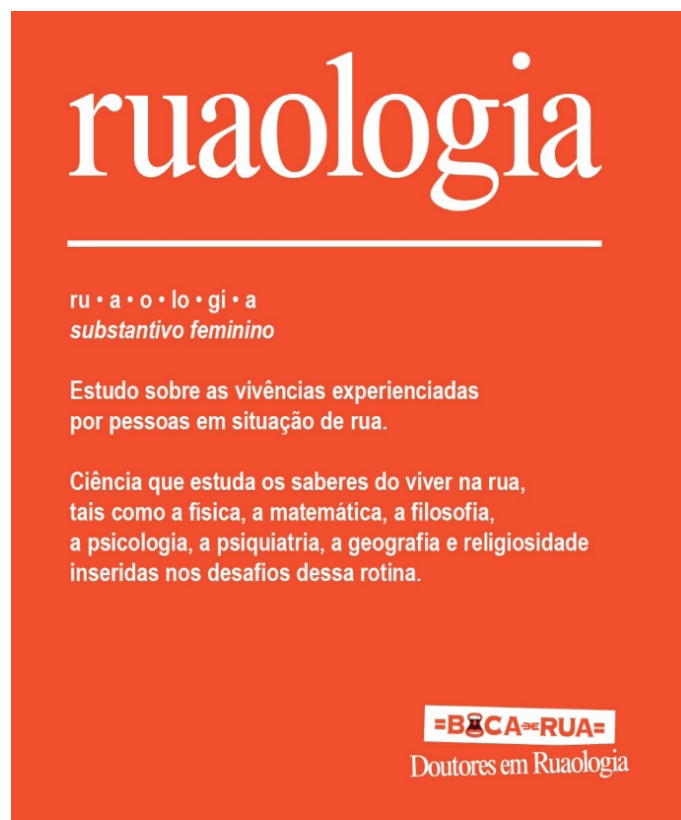
¹⁶ *Medisquina* une os termos “medicina” e “esquina”. É a faculdade de quem cursa a Ruaologia, brinca Michel.

zarem coletivamente e para sistematizarem os conhecimentos da rua. Mas há, inegavelmente, uma espécie de *teimosia* dos saberes malungos, aos quais se dedicou muita energia em extinguir e que, ainda assim, seguem se articulando, reproduzindo-se, alastrando-se. Mbembe (2004, p.91) ressalta a impossibilidade de silenciar terminantemente os corpos negros:

Situados à força num mundo à parte, reservando as suas qualidades de seres humanos para lá da submissão, aqueles que tinham sido adornados com o nome de “negro” produziram historicamente pensamentos muito seus e línguas específicas. Inventaram as suas próprias literaturas, músicas, maneiras de celebrar o culto divino.

Por fim, retomamos o termo proposto por Michel – *medisquina*. Junção de “medicina” e de “esquina”, há aí, em nosso entendimento, um outro chiste, um paradoxo: especialmente quando pronunciada, a palavra pode ser ouvida como “mei-disquina” – *meio de esquina*. Esquina, porém, é a curva – não teria um “meio”. É o próprio encontro das linhas perpendiculares: a encruzilhada. Para Michel, há ainda outro sentido do termo: *medisquina* também soa como “*made in* esquina”. *Made in*, traduzido, significa “feito em”, ou seja: *medisquina* pode significar *feito na esquina*. Tal sentido reforça a vinculação territorial da Ruaologia, saber oriundo da experiência do viver nas ruas.

Imagem 4 – Material de rede social do Boca de Rua, explicando o termo Ruaologia



Fonte: Boca de Rua (2023).

Ao se cruzarem essas linhas na semiosfera, como desenhadas na imagem 2, emerge um projeto de comunicação que integra, em suas rotinas de produção, as vozes e pensamentos de pessoas em situação de rua; brotam palavras *a partir dali*. Esse modo de ser acaba por evidenciar outras facetas da realidade social, complexificando-a; constituem-se outros regimes de dizibilidade e de visibilidade, outros possíveis. Espaço de voz diversa, o Boca de Rua dá amplitude aos processos de significação do mundo, dizendo-o de *outro lugar*. Ao efetivar linhas de fuga, o Boca de Rua faz o rizoma; é intensidade de abertura em outras direções (a própria encruzilhada, dizíamos junto a Rufino [2019]). Assim, acaba por promover – por trazer à tona a voz de um grupo de pessoas tradicionalmente silenciado – o direito à palavra, tal qual está estampado na fachada da Casa Alice (imagem 5), onde ocorrem as reuniões da equipe toda terça-feira.

Imagem 5 – Fachada da Casa Alice, em Porto Alegre, local das reuniões do Boca de Rua. Uma mensagem de “pelo direito à palavra” aparece junto ao número do imóvel



Fonte: arquivo de Fábio Saraiva Corrêa, integrante do Boca de Rua

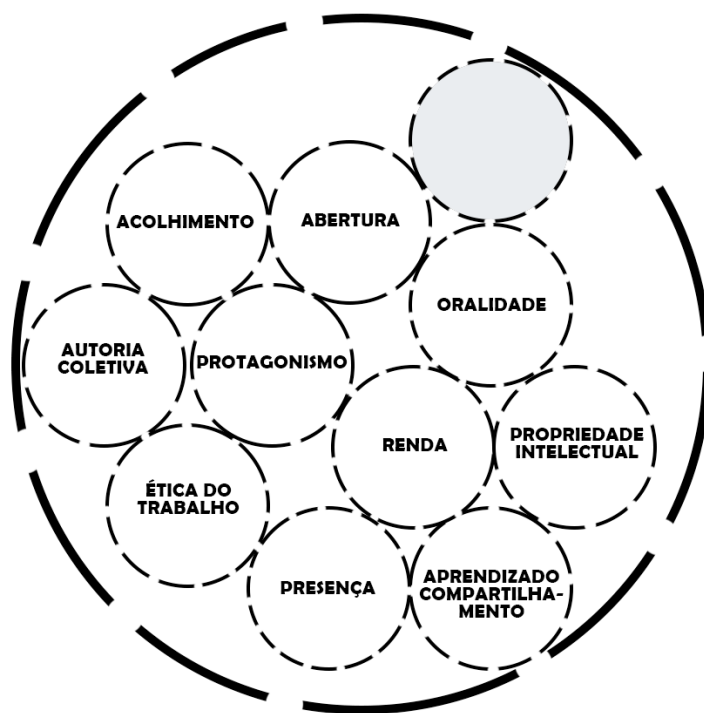
5 As zonas de intensidade do Boca de Rua

Nesta seção, nos ocuparemos de uma descrição (produtiva) dos processos do Boca de Rua, que acabam por formatar seu modo singular de falar – uma linguagem *sua*. Se, antes, descrevemos seus sistemas modelizantes, as linhas que se entrecruzam para formá-lo, agora nos aprofundaremos nas textualidades que emergem dessa encruzilhada específica, fazendo o Boca de Rua tal qual é. Tais zonas – como explicamos em nossa discussão metodológica – ganharam

consistência a partir de nossa experimentação junto às rotinas do grupo e das entrevistas em profundidade, em que discutimos as percepções dos jornalistas sobre as comunicações que realizam, para além de um relato de suas práticas. Nosso objetivo era entender não só o que eles fazem (ao que a observação poderia nos levar), mas o que pensam a respeito do que fazem.

Primeiro, é relevante destacar que não há, entre as zonas de intensidade aqui inscritas, uma ordem de importância delimitada: todas são codependentes e se atravessam umas às outras, afetando-se mutuamente. Por isso o pontilhado, que serve inclusive como demonstração de abertura ao espaço alossemiótico (imagem 6). Há atravessamentos e permeabilidade de fronteiras também em âmbito interno (existem relações dentro-fora naquilo que se imagina ser o “dentro” do sistema também). Essas zonas – as textualidades que soubemos perceber no Boca de Rua – compõem o sistema cultural o qual analisamos, como demonstrado a seguir. Contudo, tampouco a localização das zonas está bem determinada – não deveria haver tal distinção entre centro e periferia do sistema. É um limite do desenho que não transmite a complexidade e a dinamicidade que gostaríamos. A semiosfera e os sistemas e textos que a habitam resistem a uma apresentação bidimensional.

Imagem 6 – Sistematização das zonas de intensidade do Boca de Rua



Fonte: elaboração própria.

Abaixo, aprofundaremos a explicação de cada uma dessas zonas. A zona cinza, não nomeada, ressalta o fato de não propormos uma explicação *total* do fenômeno analisado. Estamos cientes de que ele nos excede e excede nossas explicações – há mais a se dizer sobre o Boca de Rua do que dizemos aqui.

As zonas são:

- ♦ *Acolhimento*. Para participar do Boca de Rua, basta querer e ter frequência. Não há pré-seleções, não se solicita nenhum tipo de antecedente;

- ◆ *Abertura: pedagogia da roda.* Todas e todos podem falar, em uma lógica horizontal. Senta-se em roda, de forma a todos se enxergarem e se ouvirem em igualdade;
- ◆ *Protagonismo.* Nem toda a equipe que integra o Boca de Rua tem trajetória de rua (as jornalistas da Alice, as colaboradoras, eventuais pesquisadoras/es que se aproximam do grupo...). As pessoas em situação ou com trajetória de rua são as vozes centrais das narrativas construídas: é essa a perspectiva de onde o mundo é dito. São elas que, efetivamente, saem às ruas e *fazem* o jornal acontecer, realizando entrevistas, registrando imagens, discutindo pautas e textos, o que faz do Boca de Rua um fenômeno singular quando comparado a outras experiências comunicacionais que integram pessoas em situação de vulnerabilidade em seus processos (geralmente apenas no momento da venda);
- ◆ *Autoria coletiva.* Os textos, em geral, não têm assinatura individual; são produzidos coletivamente. Assim, emerge uma voz comum e plural – *a boca da rua*;
- ◆ *Oralidade.* As reportagens são escritas a partir do compartilhamento de relatos orais. Uma colaboradora anota o que é dito para, pouco a pouco, costurar um texto a partir dali, o qual deverá ser aprovado na sequência, por meio de sua leitura coletiva na roda. Há o cuidado de manter-se o léxico da rua, tal qual foi dito originalmente;
- ◆ *Presença.* Tudo é decidido durante a reunião semanal do grupo, entre todas e todos. Isso dá ao jornalismo do Boca de Rua uma outra temporalidade, em consonância com a realidade de quem vive nas ruas e tem como prática a comunicação face a face, desvinculada das supressões temporais vinculadas a avanços tecnológicos;
- ◆ *Ética do trabalho.* Há uma série de regras internas ao Boca de Rua, criadas e fiscalizadas pela própria equipe. Mais do que um projeto social, trata-se de um ambiente de trabalho – é, afinal, uma redação de jornal. Além disso, estar no Boca de Rua complexifica os sentidos dados ao *morar na rua* que define essa população (alcunha redutora): os integrantes do projeto são jornalistas, desenhistas, poetisas, artistas, fotógrafos, produtores de conteúdos diversos;
- ◆ *Renda.* O dinheiro da venda dos exemplares fica integralmente com o membro que realizou a venda. Assim, o Boca de Rua efetiva-se como um complemento de renda importante para um grupo de pessoas postas em situação de vulnerabilidade. Em um primeiro momento, esse é o principal atrativo para que aqueles que estão em situação de rua se aproximem do projeto. Mais tarde é que a disputa simbólica contida no ato de se fazer um jornal é explorada;
- ◆ *Aprendizado e compartilhamento.* Os membros do grupo desenvolvem uma série de habilidades com a experiência de fazer jornalismo (o que fazem há 25 anos). Eles fotografam, definem quais as pautas prioritárias a serem debatidas em cada edição, criam narrativas, dão palestras, entre outras atividades. Há, ainda, um gesto de partilha dos saberes que cada um, individualmente, soube elaborar – sejam técnicas de venda, sejam maneiras de se comunicar e de atuar jornalisticamente;
- ◆ *Propriedade intelectual.* Há uma tensão a respeito do uso, por terceiros, dos conteúdos produzidos pelo grupo. Historicamente silenciadas na (pela) sociedade, as pessoas em situação de rua raramente (se alguma vez) foram consideradas “sujeitos produ-

tores de um saber”; logo, suas criações foram, e são ainda, apropriadas sem o devido crédito e consideração. Esta pesquisa, inclusive, busca ir na direção oposta, reconhecendo, de saída, que o Boca de Rua constitui uma profícua fonte de conhecimentos, com os quais temos muito a aprender.

Por meio dessas zonas de intensidade, portanto, efetiva-se uma linguagem singular, coletiva, acolhedora, resistente, crítica. Seu produto, mais do que um jornal, é uma comunicação propulsora de mudanças, potente, seja em quem faz, em quem lê ou em quem atravessa, de alguma maneira, o fenômeno-intensidade Boca de Rua. Frente a esses processos, evidencia-se, ainda, que não é apenas o “lugar de fala” das pessoas em situação de rua que alça este projeto a um patamar de relevância, mas sim as formas criativas com que desenvolveram, ao longo de duas décadas e meia, modos de dizer o mundo e de se fazer aparecer, combatendo uma invisibilidade imposta.

6 Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi demonstrar como se efetivam a linguagem e os modos de comunicar do Boca de Rua, jornal que envolve as pessoas em situação de rua em todas as suas fases, da apuração jornalística à escrita das matérias e à venda de exemplares pelas ruas de Porto Alegre (a exceção é o momento de diagramação, realizado pela equipe da Alice, e da impressão, feita em gráfica externa, atividades que demandam um conhecimento muito específico e aparatos técnicos). A partir de uma *experimentação* de campo e de entrevistas em profundidade, a discussão se deu por meio da exposição dos sistemas modelizantes do Boca de Rua – as linhas que o formatam, em seus atravessamentos, enquanto um sistema cultural singular; e, por meio da delimitação de zonas de intensidade, processos e práticas que o efetivam de um jeito e não de outro. Ao todo, delineamos dez dessas zonas intensas, que produzem uma forma própria de falar e de dar sentidos (semiotizar). Em relação às linhas modelizantes, destacamos os traços prolongados da resistência malunga que se expressam por meio da linguagem inventada pela população de rua em um jornal; e a Ruaologia, saber que emerge exatamente da experiência concreta e áspera de habitar praças, calçadas e viadutos das metrópoles.

Terminamos, agora, com uma última ressalva – um sinal de atenção, a nós próprios e outras/os pesquisadoras/es que se aproximarem do Boca de Rua e de grupos postos em situação de vulnerabilidade social. Dissemos, desde o princípio, ser flagrante que a experiência desse grupo de pessoas em situação de rua que faz um jornal há 25 anos constitui uma fértil fonte de conhecimentos, com os quais seria importante dialogar. Mas nos parecem flagrantes, de igual maneira, os cuidados necessários diante de tal afirmação: a de aparência simplória, de que queremos *apenas aprender e ouvir eles*. Viveiros de Castro (2015) nos convida à reflexão, ao discutir o papel de uma antropologia contemporânea, pós-estruturalista. Ao propor uma reconstituição de seu campo, ele questiona idealizações a respeito do Outro, este maiúsculo, via de regra construído à semelhança ou em oposição ao pesquisador – o que no fundo não importa, visto que se trata ainda de um gesto narcísico da pesquisa que mantém um Eu no centro e o Outro sempre posto em relação a ele. Em caminho contrário, Viveiros de Castro sinaliza a fecundidade das alianças entre as partes postas em relação pelo rito da pesquisa:

Não poderíamos efetuar uma rotação de perspectiva que mostrasse que os mais interessantes conceitos, problemas, entidades e agentes propostos pelas teorias antropológicas se enraízam no esforço imaginativo das próprias sociedades que elas pretendem explicar? Não estaria aí a originalidade da antropologia: nessa aliança, sempre equívoca, mas amiúde fecunda, entre as concepções e práticas provenientes dos mundos do “sujeito” e do “objeto”? (Viveiros de Castro, 2015, n.p.)

Nossa proposta, aqui, é precisamente esta: aliançar-nos a (e não apenas extrair) algo que entendemos ser de profundo interesse à nossa área de investigação e a disciplinas vizinhas. Por um lado, buscamos escapar tanto da gana explicativa que acossa o fazer científico, que quer dizer ao mundo o que ele é ou deveria ser, quanto, por outro lado, da possibilidade de nos tornarmos apenas testemunhas apáticas do que nos é dito, eximindo-nos de um trabalho que é *também* nosso. O diálogo é via de mão-dupla, o que faz da pesquisa um ato coletivo. Pois que não nos dedicamos apenas a produzir (mais) um relato *sobre* uma experiência singular, dando-lhe (o nosso) sentido ao que germina dela; não *explicamos* o Boca de Rua, ao menos não nesses termos, nem fizemos algum tipo de crítica a seus modos de ser ou propusemos melhorias em seus processos, atitudes que não nos cabem. Porém, tampouco o Boca de Rua é sublevado a um panteão de idealizações, de onde poderia, gentilmente, ensinar-nos a respeito de sua comunicação e de sua linguagem, mais “puras” pois livres da contaminação de práticas colonizadoras da Ciência ou do Mercado. Ora, seria mesmo grosseiro depositar neles, nos integrantes do Boca de Rua, o peso desses idealismos, aos quais jamais se está à altura.

Ambas as perspectivas, cada uma em seu extremo, repetem a lógica do monólogo: ou falo eu, o cientista, dono da razão (a única); ou fala o outro, vivente de um mundo *mais real*, ideal, imaculado do jogo de interpretações e dos discursos sociais. Graeber e Wengrow (2022), antropólogo e arqueólogo, ao reescreverem a história dos agrupamentos humanos levando em conta uma “crítica indígena” ao pensamento hegemônico europeu, propõem reflexão semelhante:

As duas posições impedem qualquer possibilidade concreta de troca intelectual ou mesmo de um diálogo: debater com alguém tido como diabólico é tão difícil quanto debater com alguém tido como divino, pois quase tudo o que se pense ou diga será considerado descabido ou extremamente profundo (Graeber; Wengrow, 2022, p. 19).

Sob essa ótica, ou o outro não teria nada a nos dizer e por isso deveria – quando muito, e na melhor das intenções – *ser dito* (premissa que permitiu o surgimento de expressões insólitas, como “dar voz” a alguém, manifesta presunção de que essa lhe faltaria); ou então somos nós que devemos nos calar, cheios das culpas, e sair de cena. Nem um, nem outro, é o que diremos: nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno – e sim à terra, de fato, ou ao território. É esse, afinal, o lugar das contradições, da ambiguidade, das simpatias e antipatias: o lugar da vida onde ela se dá e de onde derivam suas potências. O nosso empenho foi este: construir pontos de contato, criar intersecções e atravessamentos entre os conhecimentos gestados no cerne desse grupo de pessoas em situação de rua que há um quarto de século produz uma linguagem e um modo de se comunicar, e os campos instituídos dos saberes da academia (chamemos assim), lugar que repetidas vezes renegou às experiências territoriais o reconhecimento como *produtoras de saberes*.

Encruzilhar, dissemos já, é o objetivo lato, de mais larga amplitude de nossa investigação, e diz respeito a isto: frente à bifurcação, não optar nem por um nem por outro caminho disponível, mas *abrir um novo*. “A encruzilhada é a *boca do mundo*, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez *abrindo caminhos*” (Rufino, 2019, n.p., grifos nossos). O que queremos aqui é produzir um pensamento perturbado por essas vozes que vêm *de outro lugar* – das calçadas e bancos de praça, debaixo de marquises e viadutos, e que se reúnem em um jornal, que abrem a *boca da rua*. Nossa intenção, portanto, é tecer – tramar – uma teorização impregnada por outras vozes que não só uma (esta que escreve). É desse encontro que acreditamos poder aflorar contribuições relevantes que versem efetivamente sobre discursos de resistência e contra-hegemônicos. Esse é o diálogo que tentamos efetuar: não uma extração, mas uma aliança.

Referências

- ALICE. *Sobre a Alice*. Alice (Agência Livre Para Informação, Cidadania e Educação), [s.d.]. Disponível em: <https://alice.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JÚNIOR, J. (org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: SESC/SP e Cebrap, 2016. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ANGROSINO, M. *Etnografia e participação observante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARTHES, R. *La préparation du roman*: cours au Collège de France (1978-79 et 1979-80). Paris, France: Éditions du Seuil, 2015.
- BOCA DE RUA. *Projetos paralelos*. Jornal Boca de Rua, [s.d.]. Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/projetos/>. Acesso em: 11 dez. 2024
- BOCA DE RUA. Pequeno dicionário de ruaologia. *Jornal Boca de Rua*, Porto Alegre, mar. 2018.
- BOCA DE RUA. *Vozes de uma gente invisível*. Instagram, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQHcVb4Bi5-/>. Acesso em: 15 out. 2024
- BOCA DE RUA. *Aqui no Boca de Rua somos #DoutoresEmRuaologia*. Instagram, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvHsTP5O5AQ/>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- BRAGA, J. L. Um conhecimento aforístico. *Questões Transversais*, São Leopoldo, v. 2, n. 3, p.44-53, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/8554>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CABALLERO, F. S. La entrevista en profundidad. Función, sentido y técnica. In: GONZÁLEZ, J. A.; KROHLING-PERUZZO, C. (eds.). *Arte y oficio de la investigación científica: cuestiones epistemológicas y metodológicas*. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2019.p.301-379.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DUARTE, R. Apresentação. "A gente mudou a história": experiências e olhares do Jornal Boca de Rua. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. R. (org.). *População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências*. 1. ed. Porto Alegre, RS: CirKula, 2017. p.199-211.

DUARTE, R. Depoimento de Rosina Duarte. *Galeria de Vozes*. Porto Alegre: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, 28 out. 2024. Disponível em: https://acervos.musecom.rs.gov.br/galeria-de-vozes/depoimento-de-rosina-duarte/?perpage=10&order=ASC&orderby=meta_value&-metakey=134&paged=1&search=rosina%20duarte&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fgaleria-de-vozes%2F%3Fperpage%3D10%26order%3DASC%26orderby%3Dmeta_value%26metakey%3D134%26view_mode%3Dtable%26fetch_only_meta%3D134%252C81028%252C345%-252C315%26paged%3D1%26fetch_only%3Dthumbnail%26search%3Drosina%2520duarte. Acesso em: 15 nov. 2024.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C.. Etnografia: saberes e práticas. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PINTO, C. R. J. (Eds.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2008. p. 9-24.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, São Paulo, v. 5, p. 260-277, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view-File/4995/3537>. Acesso em: 13 set. 2024.

GALINDO CÁCERES, L. J. *Sabor a ti. Metodología cualitativa en investigación social*. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAEBER, D; WENGROW, D. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GUBER, R. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma, 2001.

GUTIÉRREZ, J.; DELGADO, J. M. Teoría de la observación. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (org.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007. p. 141-173.

HERMETO, M.; SANTHIAGO, R. *Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual: divulgações estruturais e especiais*. Sidra/IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 2 dez. 2024

KULL, K. A semiotic theory of life: Lotman's principles of the universe of the mind. *Green Letters: studies in ecocriticism*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 255-266, 2015. DOI: 10.1080/14688417.2015.1069203.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade do Outro no Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, [s.l.], v. 6, n 1, p.156-170, 2010. DOI: 10.25200/BJR.v6n1.2010.253.

LOTMAN, Y. *Cultura y explosión: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social*. Barcelona: Gedisa, 1999.

LOTMAN, Y.; USPENSKIJ, B. A.; IVANOV, V. V.; TOPOROV, V. N.; PJATIGORSKIJ, A. M.. Theses on the semiotic study of cultures (as applied to Slavic texts). In: SALUPERE, S.; TOROP, P.; KULL, K. *Beginnings of the semiotics of culture*. Tartu: University of Tartu, 2013.p.53-77.

- LOTMAN, Y. *Mecanismos imprevisíveis da cultura*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- LOTMAN, Y. On the semiosphere. *Sign Systems Studies*, Tartu, v. 33, n. 1, p. 205—229, 31 dez. 2005. DOI: 10.12697/SSS.2005.33.1.09.
- LOTMAN, Y. The place of art among other modelling systems. *Sign Systems Studies*, Tartu, v. 39, n. 2/4, p. 249-270, 1 dez. 2011. DOI: 10.12697/SSS.2011.39.2-4.10.
- MACHADO, I. *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2004.
- MIZOGUCHI, D. H.; COSTA, L. A.; MADEIRA, M. L. Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 19, n. 1, p. 38–44, abr. 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000100006.
- MORICEAU, J.. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Â.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. (Org.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2017. p. 205-222.
- MORICEAU, J. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2020.
- MORICEAU, J. *Outramente que pesquisar*. YouTube, fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HqcxI9Z3Hus>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- NATALINO, M. A. C. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil: 2012-2022*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- NATALINO, M. A. C. *A População em situação de rua nos números do Cadastro Único*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/12642/7/TD_2944_web.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.
- OLIVEIRA, L. M. F.; ALMEIDA, T. C.; NATALINO, M. A. C.; MOSTAFA, J. População em situação de rua: limites e potencialidades de uma categoria social. In: *Cadernos de Estudos. População em Situação de Rua: Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas*. n. 37. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. p. 31-45.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PABLITO AGUIAR. *Conversas em Porto Alegre*. Porto Alegre: Arquipélago, 2024.
- PÄRN, K. Modelling. In: TAMM, M.; TOROP, P. (ed.). *The companion to Yuri Lotman: a semiotic theory of culture*. London: Bloomsbury, 2022. p. 175-187.
- PEREIRA, P. G. *O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida*. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMÕES, L. Oito movimentos sobre fabulação de si e a comunicação social. In: CIRILLO, J.; BELO, M.; GRANDO, Â. (org.). *Saber ViVer juntos: um dilema da contemporaneidade*. Vitória: Proex-Ufes/PPGA, 2022. p.172-186.

SLENES, R. W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v.1, n. 12, p. 48–67, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.voi12p48-67.

SODRÉ, M. A abominação do outro. In: GOBBI, M. C.; HOHLFELDT, A. (Org.). *Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 179-188.

TOROP, P. Foreword. Lotmanian explosion. In: LOTMAN, Y. *Culture and Explosion*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2009. p. xxvii–xl.

VIANA, A. W. *Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua*. YouTube, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9T5JyFIGME>. Acesso em: 29 set. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Porto Rico e a coragem da verdade: uma análise discursiva do minidocumentário “El apagón – Aquí vive gente”

Puerto Rico and Fearless Speech: A Discursive Analysis of the Mini-Documentary “El apagón – Aquí vive gente”

João Paulo Santos Batista

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

São Cristóvão | SE | BR

jotapsanti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8958-6436>

Maria Graziela Correia dos Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

São Cristóvão | SE | BR

grazicorreiaaaa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9194-3781>

Jocenilson Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

São Cristóvão | SE | BR

jonuefs@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8716-5059>

Resumo: Porto Rico é considerado um território não incorporado dos Estados Unidos, e os porto-riquenhos são, por lei, seus cidadãos naturais. No entanto, nem todos os direitos civis dos estadunidenses são estendidos aos porto-riquenhos, e a população do arquipélago costuma sofrer com aspectos de exploração e a ausência de políticas públicas. Partindo dessa questão, o objetivo principal deste artigo é analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia do minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022). A abordagem teórico-metodológica está ancorada na Análise do Discurso Francesa, a partir da perspectiva discursiva dos trabalhos de Michel Foucault (2010, 2011, 2017, 2018) e seus comentadores. As análises e as reflexões empreendidas apontam para um caráter crítico do minidocumentário, que pode ser visto como uma obra artística de resistência e contrária às explorações socioeconômicas dos Estados Unidos sobre Porto Rico. Alguns dos resultados indicam que os testemunhos utilizados no minidocumentário expressam o que Foucault (2017) denomina *coragem da verdade*, como o uso da franqueza mesmo diante de perigos, a utilização da liberdade para expor relatos com o intuito de ajudar um dado grupo e o confronto de interesses entre um grupo economicamente privilegiado e outro, desfavorecido.

Palavras-chave: Porto Rico; análise do discurso; coragem da verdade; *parrhesia*; resistência.

Abstract: Puerto Rico is considered an unincorporated territory of the United States of America, and Puerto Ricans are, by law, its natural citizens. However, not all



civil rights granted to U.S.A. citizens are extended to Puerto Ricans, and the population of the archipelago often suffers from various forms of exploitation and the absence of public policies. Based on this issue, the main objective of this article is to analyze, from a discursive perspective, the denunciatory character of the short documentary *El apagón – Aquí vive gente* (2022). The theoretical and methodological approach is grounded in French Discourse Analysis, drawing on the discursive perspective of Michel Foucault's works (2010, 2011, 2017, 2018) and his commentators. The analyses and reflections undertaken point to the documentary's role as a work of resistance and denunciation against the socioeconomic exploitation of Puerto Rico by the United States. Some of the findings indicate that the testimonies featured in the documentary express what Foucault (2017) calls the *fearless speech* — the use of frankness even in the face of danger, the exercise of freedom to share one's accounts with the aim of helping a given group, and the confrontation of interests between economically privileged and disadvantaged groups.

Keywords: Puerto Rico; discourse analysis; fearless speech; parrhesia; resistance.

1 Introdução

"Aquí, la resistencia va a durar hasta que el corazón aguante"
(*El apagón – Aquí vive gente*, 2022)

Este artigo tem como *corpus* de pesquisa o minidocumentário *El Apagón – Aquí Vive Gente*, obra artística do cantor porto-riquenho Benito Antonio Martínez Ocasio, popularmente conhecido como Bad Bunny. O trabalho audiovisual faz parte de seu projeto musical, lançado em 2022, que se intitula "*Un verano sin ti*". O minidocumentário,¹ com quase vinte e três minutos, retrata as belezas naturais de Porto Rico, sua população, cultura e musicalidade, além de denunciar a exploração de seu território e de seus habitantes por empresas e interesses comerciais norte-americanos.

¹ Minidocumentário "El Apagón – Aquí Vive Gente" disponível em: https://youtu.be/1TCX_Aqzoo4. Acesso em: 19 mar. 2025.

Atualmente, o arquipélago de Porto Rico não é um Estado independente. Diferentemente de outras ilhas do Caribe, o *Estado Livre Associado de Porto Rico* é considerado um território não incorporado dos Estados Unidos e possui uma história marcada por questões relacionadas ao colonialismo e à exploração de seus habitantes por outras nações. Logo, por lei, os porto-riquenhos são cidadãos naturais dos Estados Unidos, podendo circular livremente entre o arquipélago e o continente. No entanto, nem todos os direitos civis garantidos aos estadunidenses se estendem à população de Porto Rico, e esse fator é preponderante na luta atual contra a exploração de seu território.

O objetivo geral deste estudo foi analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia presente no minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022). Para tanto, foram definidos três objetivos específicos: i) refletir sobre o conceito de *coragem da verdade* à luz da perspectiva de Michel Foucault; ii) descrever, de forma breve, a história de exploração e colonialidade de Porto Rico; e iii) analisar o *corpus* do estudo em articulação com os estudos discursivos foucaultianos.

Este estudo é de natureza qualitativa (Gil, 2009) e está ancorado, teórica e metodologicamente, na Análise do Discurso de linha francesa, sob a perspectiva dos trabalhos de Michel Foucault (2010, 2011, 2017, 2018), em especial os Estudos Discursivos Foucaultianos (Gregolin, 2001; Sargentini, Navarro, 2004; Navarro, 2020; Navarro e Sargentini, 2022) e seus comentadores. A questão que orientou esta pesquisa foi a seguinte: de que maneira o minidocumentário *El apagón – Aquí vive gente* (2022) evidencia os problemas de exploração social vivenciados em Porto Rico? A hipótese inicial é a de que a obra audiovisual apresenta um caráter artístico e de denúncia e que, por meio dos relatos da população local, expressa discursos de resistência diante das condições de exploração.

O artigo foi estruturado em cinco seções. Na primeira, apresentam-se aspectos introdutórios sobre o estudo em questão. Na segunda seção, são desenvolvidas as reflexões teórico-metodológicas e, conseqüentemente, discutido o conceito de *coragem da verdade*, de Foucault (2011), em diálogo com os estudos de Gros (2004), Hara (2005), Bert (2011), Prometeus (2013) e Gomes, Ferreri e Lemos (2018). Ademais, tecem-se algumas considerações sobre o conceito de *discurso-testemunho*, com base em Marín (2023), e descreve-se detalhadamente a constituição do *corpus*. Na terceira seção, intitulada “O povo boricua”, apresenta-se uma síntese da história de Porto Rico, à luz do problema da colonização e das disputas territoriais em torno do arquipélago, com o apoio de historiadores como Muñoz (2023) e Meléndez-Badillo (2024). Na quarta seção, “Aquí vive gente”, são expostas as análises do *corpus*, considerando a articulação entre a *parrhesia* e os enunciados. Por fim, na quinta seção, tecem-se considerações acerca dos resultados obtidos, especialmente quanto à relação entre o discurso-testemunho e a *coragem da verdade*.

2 Reflexões teórico-metodológicas

O extenso legado deixado por Michel Foucault tem contribuído para pesquisas em diversas áreas das humanidades – desde a história e a psicologia social, passando pelas ciências sociais de modo mais amplo, até uma significativa concentração de sua produção no campo da filosofia. As reflexões do filósofo francês também oferecem importantes contribuições aos estudos voltados para a linguagem e o discurso. No Brasil, por exemplo, observa-se uma

expressiva produção de pesquisas em estudos do discurso, estudos da linguagem, literatura e na Análise do Discurso de herança francófona, que se orientam pela abordagem teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF).

O interesse de Michel Foucault pela ética e pela moral manifesta-se nas reflexões presentes em suas últimas aulas ministradas no Collège de France. O filósofo investigava a primazia atribuída ao conhecimento de si em contraposição ao cuidado de si na historiografia filosófica, trazendo importantes contribuições para o modo de pensar o sujeito e a verdade. Na obra *A hermenêutica do sujeito* ([1982] 2011), Foucault menciona diversas vezes a noção de *parrhesia* (ou *parresía*), mas a desenvolve de maneira mais aprofundada em *A coragem da verdade* ([1984] 2017). Em 2018, uma publicação póstuma reuniu os escritos de sua obra inacabada – *As confissões da carne* (quarto tomo de *Histoire de la sexualité*), publicada no Brasil em 2020 pela editora Paz & Terra –, na qual se evidencia que o tema da *parrhesia* começava a consolidar-se como um dos principais objetos de análise do último eixo do pensamento do autor.

A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre o tema da *parrhesia*, bem como acerca da noção de testemunho e da constituição do *corpus* da pesquisa.

2.1 A noção de coragem da verdade

A coragem da verdade é o tema das últimas aulas ministradas por Michel Foucault no Collège de France, entre 1983 e 1984. O conceito tem origem no termo grego *parrhesia* (παρρησία) e define como *parrhesiastes* (ou *parresiasta*) aquele que não teme dizer aquilo em que acredita, ainda que possa ser socialmente excluído ou sofra outras formas de punição. Segundo a revista *Prometeus* (2013), é na *parrhesia* que se pode observar uma relação direta entre quem fala e aquilo que é dito, uma vez que a opinião é expressa de maneira clara, levando o interlocutor a compreender o discurso de forma imediata. Não há espaço para o implícito nessa conjuntura, pois o indivíduo tem como objetivo manifestar suas ideias por meio do ato de dizer.

De acordo com Foucault (2010, p. 42), um dos significados originais da palavra grega *parrhesia* é “dizer tudo” (sinceridade). Trata-se de um conceito central em seus últimos trabalhos e pode ser compreendido como a “franqueza”, o “falar franco” ou a “coragem da verdade”. Assim, o *parrhesiastes* é movido pela franqueza como forma de expressão e diz a verdade como seu recurso total (Foucault, 2017); ele fala sem reservas ou manipulação retórica. Hara (2005), com base em Gros (2004, p. 287), aponta que o exercício grego da *parrhesia* está relacionado à ética e pode provocar repercussões e transformações “na moral e no jogo político dominante da modernidade”. Ao compreender que “o *parrhesiastes* é sempre menos poderoso que aquele com quem ele ou ela fala” (*Prometeus*, 2013), evidencia-se a iminência do perigo. A verdade pode ameaçar a autoridade, os interesses ou o exercício de poder de um sujeito ou grupo, implicando riscos àquele que a enuncia. Nesse sentido, a *parrhesia* constitui-se como um ato político e ético.

Como observa Foucault (2017), a *parrhesia* é uma atividade verbal vinculada à franqueza: o *parrhesiastes* não recorre a recursos retóricos com o intuito de persuadir, não “enfeita” ou faz “malabarismos” discursivos para se posicionar. *A coragem da verdade* se opõe à mentira e ao silêncio, constituindo-se como um gesto de resistência e um dever moral. O indivíduo atravessado pela *coragem da verdade* denuncia problemas que, embora não estejam ocultos, frequentemente passam despercebidos pela sociedade. Nas palavras de Foucault (2011), esse

gesto de revelar a verdade faz emergir “o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, exatamente por isso, não percebemos” (Foucault, [1978] 2001, p. 594 *apud* Gros, 2004, p. 15).

Trata-se de uma prática de veridicção que exige do sujeito não apenas o compromisso com o que é dito, mas também a disposição de colocar sua própria vida em risco ao enunciar uma verdade que pode contrariar o poder instituído (Foucault, 2010, 2011, 2017). A *coragem da verdade* implica, portanto, uma ética da palavra, na qual o dizer verdadeiro não se separa da conduta daquele que fala. O *parrhesiastes* (parresiasta) não fala a partir de uma posição de segurança, mas de vulnerabilidade – é justamente essa exposição ao perigo que faz irromper o falar-franco no seu discurso.

Retomando Hara (2005), é importante destacar que Frédéric Gros foi o estudioso que deu continuidade aos cursos correspondentes às últimas aulas de Foucault, ainda antes de suas publicações oficiais. Seu interesse pela coragem da verdade foucaultiana o trouxe ao Brasil, em 2004, para participar do *Colóquio Internacional Foucault: 20 anos*, organizado por Margareth Rago, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A exposição de Gros abordou reflexões em torno do conceito de *coragem da verdade* sob a perspectiva do cuidado de si. Para Bert (2011), essa prática do cuidado de si retoma a ideia platônica da *epimeleia heautou*, segundo a qual o ser, a partir do autoconhecimento, transforma-se.

Levando-se em consideração o pensamento de Gros (2004), observa-se que as técnicas de si e a questão da *parrhesia* foram abordadas por Foucault no curso *A hermenêutica do sujeito*, ainda de forma geral. Posteriormente, esses temas foram sendo ampliados e aprofundados nos cursos seguintes: *O governo de si e dos outros* e, como foi mencionado no início desta seção, *A coragem da verdade*.

Nas palavras de Michel Foucault:

Ocupar-se de si não é uma sinecura. Há os cuidados com o corpo, os regimes saudáveis, os exercícios físicos moderados, a satisfação tão medida quanto possível das necessidades. Há as meditações, as leituras, as notas que fazemos nos livros ou nas conversas ouvidas, e que são relidas em sequência, a rememoração das verdades que já sabemos, mas das quais é preciso nos apropriar melhor ainda (Foucault, 2011, p. 71).

O conceito de *cuidado de si* em Foucault (2011) refere-se a um conjunto de práticas e reflexões voltadas à formação ética do sujeito, nas quais a atenção a si mesmo não se limita a aspectos superficiais, mas envolve disciplina, autoconhecimento e responsabilidade moral. Dessa forma, o *cuidado de si* não se restringe a gestos isolados, mas reflete um trabalho contínuo sobre si mesmo, articulando corpo, mente e ética, e preparando o sujeito para exercer práticas de verdade, como a *parrhesia*.

A exposição da verdade, enquanto dever moral, revela-se como um gesto ético e político que ultrapassa a esfera individual, pois visa enfrentar um problema coletivo por meio do exercício da liberdade. Nela, não há espaço para a bajulação nem para a defesa de interesses particulares: a verdade emerge como expressão da ética, da crítica e da empatia. O discurso do parresiasta, portanto, não se restringe ao dizer, mas constitui um ato de resistência que tensiona as relações de poder e questiona as estruturas que produzem o silêncio e a submissão. Visitar as dores do próprio corpo e do corpo coletivo é, nesse sentido, um movimento de enfrentamento e de lucidez. Assim, entre o ato de dizer o que se pensa e o gesto de denunciar

as violências que atravessam a vida, encontra-se o que Foucault denomina *coragem da verdade* – a disposição de falar, quando o silêncio seria mais seguro, e de resistir, quando o conformismo seria mais conveniente.

Dessa forma, é preciso reconhecer que a resistência e as tensões discursivas entre um dizer e outro não são opacas nem neutras. Ao tomar uma determinada posição em um discurso, o sujeito revela, ao mesmo tempo, aquilo que o constitui. O ato de dizer a verdade com coragem confronta a naturalização da opressão e as violências impostas aos “vencidos”. Foucault (2006, p. 289) reconhece que “da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras”. Em outras palavras, as técnicas de subjetivação são produzidas no interior das instituições, de modo que o indivíduo, ao perceber os limites e efeitos dessas regras, deve ultrapassá-las sempre que elas se tornam instrumentos de legitimação das violências destinadas aos grupos minoritários.

Em Foucault (2017), a *coragem da verdade* está intrinsecamente ligada à própria questão da verdade, entendida não como um valor absoluto, mas como um efeito de relações de poder e de saber. Ao longo de sua trajetória intelectual, o filósofo desloca o foco da verdade como correspondência entre discurso e realidade para a análise das condições históricas que tornam possível o dizer considerado verdadeiro. A *coragem da verdade* é, assim, o ponto de convergência entre a constituição ética do sujeito e a crítica às estruturas que delimitam quem pode ou não dizer o verdadeiro – um gesto que transforma o próprio ato de falar em uma prática de liberdade.

Os estudos de Foucault sobre a verdade, expostos em seus cursos no Collège de France e em outros trabalhos, não tratam de uma disputa para discernir, em um discurso, o que é ou não verdadeiro. As reflexões do filósofo situam-se no campo das condições de possibilidade que constituem determinado saber como verdadeiro, pois é a partir das práticas e das relações de poder que se organizam os discursos considerados confiáveis ou não, dotados de sentido ou não, legitimados ou marginalizados (Foucault, 1996). Nesse sentido, Gros (2004) pontua que a pergunta dirigida ao discurso da *parrhesia* ou ao *parresiasta* não deve partir da questão sobre se o enunciado é ou não verdadeiro. A *parrhesia* emerge daquilo que o sujeito sabe e acredita fielmente ser verdadeiro; ele se arrisca pela verdade e fala francamente movido por um dever moral.

Sob essa perspectiva, alguns elementos se mostram constitutivos da *parrhesia*. O primeiro diz respeito à dimensão ética e moral do dizer verdadeiro, na medida em que falar a verdade torna-se um gesto imprescindível, mesmo quando implica riscos ou ameaças. O segundo elemento está vinculado à assimetria das relações de poder, pois o *parresiasta* frequentemente se dirige a alguém em posição superior, enfrentando-o a partir de um lugar de vulnerabilidade. O terceiro emerge da própria exposição de si no ato de dizer, isto é, do exercício da liberdade que se manifesta quando o sujeito fala francamente acerca de um problema ou de uma injustiça.

Nessa perspectiva, dois caminhos podem ser tomados: i) a naturalização das desigualdades influenciada principalmente pelo medo de se manifestar e denunciar as injustiças; e ii) o reconhecimento e o enfrentamento das desigualdades e injustiças que afetam seu corpo e seu povo. A análise do minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022) parte do segundo caminho, visto que os moradores de Porto Rico testemunham sobre os problemas do arquipélago como forma de resistência às explorações sociais e econômicas.

Vejamos a seguir algumas reflexões sobre o discurso-testemunho.

2.2 O testemunho como discurso de resistência

O discurso-testemunho é estudado por pesquisadores de diferentes áreas das humanidades, com preponderância em pesquisas literárias e linguísticas que buscam observar e compreender questões da língua, do discurso, do gênero e das relações sociais em conflitos. É através dos relatos de quem passou por determinada experiência ou de quem se coloca como mediador ou narrador de um acontecimento que podemos aprender e conhecer sobre outras experiências humanas.

Segundo o pesquisador de estudos latinoamericanos Alejandro López de Lara Marín (2023), o discurso testemunhal nasce na oralidade, a partir do compartilhamento de experiências, mas adquire aspectos conceituais e formais a partir da escrita e da literatura testemunhal. No século XVI, por exemplo, os relatos dos colonizadores europeus acerca dos povos indígenas da América já demonstravam aspectos do gênero testemunho ao descreverem os encontros com os povos originários daquelas terras.

As perspectivas são um elemento importante do testemunho. Normalmente, os relatos mais conhecidos são os dos “vencedores”, daqueles cuja voz social é privilegiada, ouvida, tratada como a que possui sentido (Foucault, 1996). Os que gozam de poder econômico ou de outros privilégios e que se ancoram nas desigualdades sociais costumam ter seus discursos validados, e seus testemunhos ecoam com valor de verdade e confiabilidade.

Já o discurso dos oprimidos normalmente possui pouco valor, não reverbera de maneira ampla, não tem sua importância reconhecida, e sua fala não é escutada (Piovezani, 2020). No livro *A voz do povo: uma longa história de discriminações* (2020), do linguista Carlos Piovezani, reflete-se sobre a deslegitimidade dada à “voz do povo”, tratada como incorreta, grosseira, levada por emoções. Em contraponto, membros da elite política, intelectual e religiosa têm suas falas legitimadas, consideradas corretas, sábias e importantes.

O discurso testemunhal é objeto de interesse de vários campos do saber: psicologia e psicanálise, literatura e estudos culturais, história e memória, análise do discurso etc. Esse discurso é uma prática que emerge quando um sujeito fala de um lugar de experiência vivida – especialmente de dor (traumática), de exclusão ou de resistência – com a finalidade de inscrever na memória coletiva o que foi silenciado, dar sentido ao vivido e interpelar o outro sobre a responsabilidade ética diante da história. Embora a escuta esteja atrelada ao caráter individualista, não é o indivíduo que importa, mas o sujeito enquanto entidade histórica coletiva.

Nos estudos discursivos, o discurso testemunhal é analisado como uma forma de enunciação marcada pela relação entre memória, verdade e subjetividade. Nesse sentido, o analista considera (i) a posição do sujeito enunciador (quem enuncia, de onde se enuncia, que posição-sujeito se ocupa numa dada formação discursiva.); (ii) o lugar da memória (como o passado é reconstruído discursivamente); e (iii) o efeito de verdade (como o testemunho é legitimado socialmente e o que deve dizer, qual seu estatuto de verdade) ao “dizer francamente”. Paul Ricoeur (2007) e Giorgio Agamben (2008) são dois filósofos centrais nos estudos dedicados ao tema e com os quais historiadores e analistas do discurso, em suas distintas abordagens e perspectivas de análise (Orlandi, 1992; Gagnebin, 2006; Milanez, Prata,

Almeida, 2023), têm estabelecido fortes diálogos para pensar o ato de dizer tudo, de dizer a verdade, do esquecimento, da ética e da impossibilidade do testemunho.

As disputas entre os testemunhos dos “vencedores” e dos “vencidos” são constantes, ambas buscando um valor de verdade. Ainda que, em uma perspectiva de longa duração, se veja ressoar mais a voz do conquistador, também é possível visualizar o discurso de resistência dos oprimidos. O testemunho insurgente como método de resistência é comumente visto na América Latina “onde a denúncia do terror, da violência, da repressão se converte em instrumentos de luta para transformar a vida, não apenas de quem o relata, mas também de toda uma sociedade que esteve submersa na opressão” (Marín, 2023, p. 2).

O caráter coletivo do discurso testemunhal aparece em diferentes elementos que o constituem, como um fio condutor que conecta os grupos dissidentes e oprimidos. Mesmo que cada testemunha seja protagonista de sua experiência, o *eu social* busca uma transformação ou mudança de um problema maior. Por meio do relato, explicam-se tanto “a marginalidade em que vivem como a resistência que levam” (Marín, 2023, p. 5).

Em conformidade com tais reflexões Marín ainda nos recorda acerca da busca por justiça dos oprimidos,

Quer seja gênero literário ou simplesmente documento, o testemunho se converte em um instrumento fundamental para a busca de uma sociedade mais justa, é a arma primordial dos povos oprimidos. Porque sua voz se atreve a romper o silêncio e denunciar as atrocidades dos tiranos (Marín, 2023, p. 9).

Essa concepção do testemunho como prática de resistência, busca por justiça e enunciação política encontra eco no minidocumentário *El Apagón – Aquí vive gente*, em que os porto-riquenhos relatam os conflitos e as explorações de seu território provocados por interesses estadunidenses. Os investimentos econômicos no arquipélago, orientados pelo lucro, têm gerado prejuízos e sofrimento à população local, que, com coragem e luta, busca resistir e fazer ouvir sua própria voz.

A seguir, apresentamos alguns apontamentos sobre a constituição do *corpus*.

2.3 A constituição do corpus de análise

As reflexões apresentadas neste trabalho integram estudos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Estudos de Discurso, História e Estrangeiridades (imaGine/CNPq/UFS). Os interesses dos membros – em níveis de iniciação científica, mestrado e doutorado – convergem em torno de uma inquietação comum com os modos de funcionamento dos discursos que produzem sentidos sobre a estrangeiridade, a hostilidade ao sujeito estrangeiro ou estrangeirizado (Ribeiro, 2020, 2022), a colonialidade, as relações raciais, a história e as questões vinculadas à língua materna e/ou estrangeira. Nesse contexto, o problema aqui proposto constitui um recorte de uma investigação mais ampla que busca compreender os discursos em conflito acerca da identidade do povo porto-riquenho, observando suas múltiplas intersecções com a língua, o espaço geográfico, a classe social, a colonialidade e as disputas políticas e discursivas.

O *corpus* selecionado para este estudo é constituído, em especial, pelos relatos presentes no minidocumentário *El Apagón – Aquí vive gente*. O caráter de denúncia da obra evidencia três situações principais vivenciadas pelos porto-riquenhos, a saber: i) os apagões de energia constantes no arquipélago e o alto custo das faturas pagas pela população; ii) o despejo de moradores locais em benefício de empreendimentos privados ou comerciais de investidores estrangeiros; e iii) a privatização informal das praias. Os testemunhos das experiências vividas pelos porto-riquenhos constituem os enunciados analisados à luz da Análise do Discurso de orientação francesa, a partir das reflexões de Michel Foucault e de alguns de seus comentadores acerca da *coragem da verdade*, além de articulações teóricas em torno da própria noção de testemunho.

A seguir, apresenta-se um quadro que sintetiza as temáticas abordadas nos três enunciados, bem como o tipo de vinculação de quem relata, seja como mediador, seja como participante direto.

Quadro 1 – Das temáticas e do tipo de vinculação de quem relata

Nº de Enunciados	Temáticas	Vinculação
01	Apagões de energia	Mediador
02	Despejo de moradores	Participante
03	Privatização informal de praias	Participante

Fonte: Produzido pelos autores.

Foram escolhidos três relatos para a constituição do *corpus*; cada um deles representa uma das temáticas abordadas no minidocumentário. O primeiro relato é feito por meio do que denominamos “mediador”, que funciona como um “fiador” da verdade e expõe a história a partir de uma visão mais geral; já o segundo e o terceiro relatos são feitos por partícipes dos acontecimentos descritos. Decidimos transcrever os trechos analisados e optamos por focar nas falas dos sujeitos.

A seguir, estão algumas reflexões sobre a história de Porto Rico sob o recorte dos processos de colonização e exploração sofridos pelo território e sua população.

3 O povo boricua

A diversidade cultural do território de Porto Rico mescla influências indígenas, africanas e espanholas e é atravessada por um contexto histórico de batalhas e resistências. A história local abrange aspectos em torno da colonização, da identidade cultural de seus habitantes e de sua luta perante os desafios de se viver em meio aos interesses e explorações das classes economicamente dominantes (Munõz, 2023). Os porto-riquenhos, agraciados pela riqueza natural de seu território, de seu clima tropical e de uma culinária tradicional muito apreciada, também vivem um dilema constante sobre o status social de seu Estado e as diferentes disputas entre a população local e o interesse territorial e econômico estadunidense.

A exploração de diferentes territórios pelos europeus também dizimou os povos originários do arquipélago que hoje é denominado Porto Rico, como ocorreu em outras partes do continente americano. Os indígenas, conhecidos como povo *taína*, nomearam a ilha principal

de *Borikén*, que significa “Terra de Nosso Senhor Todo-Poderoso e Bravo”. O nome evoluiu para *Borinquen*, resultando posteriormente no gentílico “Boricua” que ainda hoje faz referência ao povo porto-riquenho (Munõz, 2023).

Segundo o historiador José Carlos Arroyo Muñoz (2023), em 1493, durante uma segunda viagem de Cristóvão Colombo, em prol do “descobrimento do Novo Mundo”, o viajante reivindicou o arquipélago como pertencente ao Reino de Castela e o nomeou San Juan Bautista. Posteriormente, após a descoberta de ouro e metais em seus rios e a percepção de que as ilhas poderiam se tornar um ótimo ponto estratégico para interesses comerciais, o território foi rebatizado de Porto Rico e, ao se estabelecer uma capital, o local foi batizado de San Juan Bautista.

A usurpação de territórios ainda não explorados pelos europeus recebia o aval da Igreja, que atribuía um “caráter sagrado à conquista de terras incógnitas do outro lado do mar” (Galeano, 2022, p. 30) e, assim, a América, que já era habitada por seus povos originários, foi sendo tomada de assalto pelos interesses comerciais de outros povos. O contato entre europeus e os indígenas que habitavam as américas não produziu uma relação consensual, saudável e produtiva para ambos os lados. A ideia unilateral de superioridade que os europeus tinham de suas características culturais acabou por dizimar a população que ali vivia com a “bênção” da instituição religiosa, como relata o escritor Eduardo Galeano.

A escravização dos índios [...] foi abençoada: antes de cada ação militar, os capitães da conquista deviam ler para os índios, na presença de um tabelião, um extenso e retórico Requerimento que os exortava à conversão à santa fé católica: “Se não o fizerdes, ou se o fizerdes maliciosamente, com dilação, certifico-vos que, com a ajuda de Deus, agirei poderosamente contra vós e vos farei guerra da maneira que puder em todos os lugares, submetendo-vos ao jugo e à obediência da Igreja e de Sua Majestade” [...] (Galeano, 2022, p. 31)

Após os primeiros contatos com os indígenas, “a epopeia de espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saque das riquezas indígenas” (Galeano, 2022, p. 32). Estes, segundo o historiador Jorell Meléndez-Badillo (2024), produziam uma cultura diversa e amplamente organizada, com seus próprios deuses, culinária, adereços, língua e relação com a natureza.

Ao longo da exploração das riquezas naturais das ilhas pelos espanhóis, os taínos foram obrigados a produzir cana-de-açúcar, café e tabaco em um sistema de trabalho agrícola intenso, para suprir a demanda da crescente exportação de produtos. Logo, o assassinato e o trabalho escravo dizimaram boa parte das comunidades indígenas do território, e a crescente demanda por trabalhadores foi sendo substituída por mão de obra escravizada vinda da África.

O lucro da produção de matérias-primas de interesse internacional, gerada pelo trabalho escravo de povos indígenas e africanos, era destinado aos espanhóis. Além disso, as ilhas acabaram se tornando um ponto estratégico e favorável para exportação de mercadorias devido à sua localização, o que gerou interesse de outras nações que chegaram a atacar Porto Rico para tentar conquistar e dominar seu território. Os fracassos dessas empreitadas vieram de ataques de holandeses, franceses e ingleses (Munõz, 2023).

No final do século XIX, várias colônias passaram pelo processo de libertação de seus territórios por meio de guerras, acordos e intensas lutas por independência. A guerra Hispano-Americana, ocorrida em 1898 entre Espanha e Estados Unidos, resultou em intervenções nor-

te-americanas no movimento que se tornaria a independência cubana do domínio espanhol e a ligação entre Estados Unidos e Porto Rico.

A disputa teve como “vitoriosos” os soldados norte-americanos, que conseguiram desembarcar em Cuba após a fragilização do exército espanhol, que vinham sendo atacados pelo povo cubano em busca da liberdade de seu Estado. A conclusão se deu pelo Tratado de Paris de 1898, que permitiu aos EUA um controle temporário sobre Cuba e o domínio por tempo indeterminado sobre Porto Rico (Meléndez-Badillo, 2024).

Então, o arquipélago de Porto Rico tornou-se um território não incorporado dos Estados Unidos. Seus cidadãos continuam sendo considerados parte da nação estadunidense, e as principais questões relativas à sua população são decididas em Washington. Além disso, foram estabelecidos um governo limitado e uma constituição, o que não impede que a estrutura de exploração se estenda aos porto-riquenhos.

Em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina* (2000), Aníbal Quijano desenvolve reflexões sobre as noções de centro/periferia global e “sistema-mundo”. O autor discorre sobre os aspectos que formulam a ideia de uma suposta superioridade natural em relação aos que possuem poder econômico e fazem parte do norte global sobre o restante da população mundial. Ele reflete sobre como a construção histórica de exploração colocou a Europa como um centro hegemônico e impôs aos países explorados uma ideia de periferia. É mediado por estas reflexões que Quijano (2000) cunha o conceito de *decolonialidad*. O sociólogo peruano entende a decolonialidade como um projeto crítico e uma alternativa epistêmica frente ao que ele chama de “colonialidade do poder”. Para Quijano, a colonialidade é uma lógica de dominação que sobreviveu ao fim do colonialismo formal (ou seja, a independência política das colônias) e continua estruturando o mundo em termos de *raça, saber e poder*. Portanto, esse conceito refere-se à maneira como a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e ocidental se impõe e domina os modos de produção, legitimação e disseminação de saberes, conceitos e ideias colonialistas em todo o mundo, sobretudo na esfera acadêmica e no discurso científico sobre os sujeitos nas ditas “periferias terceiro-mundistas”.

Outrossim, o pesquisador em estudos pós-coloniais Santiago Castro-Gómez, no artigo intitulado *Michel Foucault y la colonialidad del poder* (2007), propõe vistas a uma teoria heterárquica do poder, inspirada nas lições menos conhecidas de Foucault no Collège de France. O trabalho desenvolve reflexões acerca da colonialidade sob uma perspectiva foucaultiana, apoiando-se uma delas nos estudos do filósofo sobre a biopolítica, que evidenciam as diferenças entre os modos de governar das sociedades medievais – em que governar significava “fazer morrer e deixar viver” – e o poder moderno, que passa a operar, a partir do final do século XVIII, sob uma nova lógica: “fazer viver e deixar morrer”. Essa transformação marca o surgimento da biopolítica, compreendida como um modo de governar voltado à administração da vida (governo da vida e dos corpos), ao controle dos corpos e à regulação das populações. O Estado e suas instituições passam, então, a gerir a existência – promovendo a saúde, a natalidade e a produtividade – ao mesmo tempo em que decidem quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser abandonadas à morte, revelando a face seletiva e desigual do poder sobre a vida (Foucault, 1999).

Nesse ínterim, emergem discursos que delineiam um tipo desejado de população e impõem padrões inalcançáveis para determinados grupos – aqueles marginalizados, tratados como anormais, desprestigiados e constantemente inseridos no “cálculo da vida” como força somente explorável de trabalho ou simplesmente descartável (Castro-Gómez, 2007, p.

156). É entre os grupos humanos considerados “descartáveis” ou menos importantes que se manifestam táticas de exploração e colonialidade, como as que ocorrem em Porto Rico.

Assim como ocorre na relação entre Estados Unidos e outros territórios nos quais é possível intervir em questões econômicas e sociais, há, na relação com Porto Rico, um processo complexo de dominação e intervenção. No minidocumentário *El apagón - Aquí Vive Gente* são mostrados diversos exemplos de como a colonialidade ainda sustenta uma estrutura de exploração na população do arquipélago.

Na próxima seção, analisaremos o minidocumentário a partir de uma perspectiva discursiva, à luz do conceito de *coragem de verdade* de Michel Foucault. Levando em consideração que este artigo tem como um de seus conceitos-chave a *parrhesia* – que envolve a ética da palavra e, conseqüentemente, a atividade verbal associada à franqueza –, apresentaremos a seguir enunciados produzidos oralmente. As materialidades visuais serão reservadas para análises futuras, uma vez que há o interesse de estudarmos mais detidamente a vasta materialidade discursiva do minidocumentário numa abordagem que considere a semiologia histórica (Courtine, 2011).

A seguir, apresentamos as análises.

4 “*Aquí vive gente*”

O caráter testemunhal do minidocumentário *El Apagón - Aquí vive gente* expõe as experiências de desigualdade e desvantagens sociais vividas pelos porto-riquenhos. Em meio à música e às imagens das belas paisagens de Porto Rico, mesclam-se os problemas econômicos e sociais da população. Os protestos e relatos dos moradores acerca dos apagões recorrentes, dos despejos de locais que foram seus lares por muitos anos e a impossibilidade de acesso a determinadas praias demonstram os desafios vividos pelos moradores do arquipélago.

As denúncias de apagões sequenciais de energia em Porto Rico, que afetam grande parte da população,² intensificaram-se após a privatização do sistema de energia por uma grande empresa estadunidense e canadense, a *Luma Energy*, em 2021. Apesar da promessa de políticos e empresários de que os problemas relacionados à distribuição de energia seriam resolvidos com a privatização da companhia, eles não só não foram resolvidos como pioraram. Além disso, a empresa realizou sete aumentos consecutivos nas contas da população, como descreve a matéria *El Negociado de Energía aprueba el séptimo aumento consecutivo a la factura de la luz*.³ Outra matéria publicada pelo site *CorpWatch* (2023)⁴ confirma as informações e relaciona o problema dos apagões a antigas usinas que funcionam à base da queima de combustíveis fósseis, evidenciando que o abandono governamental em relação à população não é recente. Além de desgastadas, essas usinas apresentam um funcionamento extremamente caro e nocivo à natureza.

² Sobre os apagões em Porto Rico. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2022/10/19/a-ilha-do-caribe-que-privatizou-sistema-eletrico-e-segue-sofrendo-com-apagoes.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

³ Sobre os aumentos nas faturas de energia em Porto Rico. Disponível em: <https://www.elnuevodia.com/noticias/gobierno/notas/el-negociado-de-energia-aprueba-el-septimo-aumento-consecutivo-a-la-factura-de-la-luz/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

⁴ O problema dos apagões segundo matéria do site *CorpWatch*. Disponível em: <https://www.corpwatch.org/article/blackouts-worsen-prices-skyrocket-following-privatization-puerto-ricos-power-grid>. Acesso em 25 out. 2025.

A empresa de energia elétrica, embora não seja responsável pela origem dos problemas que há tempos afetam os consumidores, têm demonstrado, em ações, pouco interesse em aprofundar-se, junto às autoridades governamentais, na compreensão e solução das falhas estruturais das usinas ultrapassadas. Um parecer emitido pela *Luma Energy* em 2022 culpou a antiga gestão, a PREPA, pelas instabilidades elétricas e afirmou que iria trabalhar para transformar o sistema elétrico para o futuro. Os dados apontados pelo *site* CPI (2024)⁵ destacam, porém, uma outra versão dos fatos, visto que entre abril de 2023 e março de 2024, as reclamações dos consumidores da *Luma Energy* registraram uma média de 1.414 minutos de interrupções, número bem parecido com o das reclamações dos consumidores da PREPA, de 1.243 minutos, em 2020.

O primeiro enunciado constitui o relato dos serviços da *Luma Energy*. Vejamos a seguir.

(Enunciado 1) [...] la distribución de energía en Puerto Rico pasará a manos de una **compañía privada**. El gobierno le otorgó un **contrato multimillonario** a una compañía de Estados Unidos y Canadá llamada **Luma Energy** y le **prometieron** al pueblo que el **servicio sería mejor**, pero sobre las métricas del mismo **gobierno** ahora los **apagones son más largos**. El resultado es **estudiantes que hacen sus asignaciones oscuras, enseres dañados y personas que no pueden conectar su equipo médico en casa**. A la vez el pueblo puertorriqueño ha visto **siete aumentos consecutivos en la factura de luz** mientras que los ejecutivos de Luma cobran **salarios nunca antes vistos** en la corporación eléctrica de Puerto Rico. Hay gente que está perdiendo la paciencia y **protestando en las calles**.⁶ (transcrição e grifos nossos).

No Enunciado 1, a relação entre o testemunho e o acontecimento é a de mediação – quem apresenta a questão não é o ator do acontecimento, mas ele age como “fiador” da verdade – e descreve com precisão um problema e seus autores. O relato trata da privatização da companhia de energia, com um acordo multimilionário, e identifica os agentes envolvidos: os Estados Unidos, o Canadá e a empresa *Luma Energy*. Segundo o testemunho, a promessa de melhorias no serviço de distribuição de energia não é cumprida, e os apagões duram mais tempo após a privatização.

O gesto de dizer “a verdade”, nesse enunciado, não se limita à constatação de um fato; ele implica um ato ético e político de resistência. À luz das reflexões de Foucault (2010, 2011, 2017) sobre *a coragem da verdade*, podem-se constatar alguns dos elementos que constituem a *parrhesia*: como o confronto aos poderes instituídos, ao se descreverem os agentes opressores (governo, países, empresa) e as consequências negativas das práticas de gestão do sistema de energia. Assim, o testemunho franco torna-se uma forma contemporânea de *parrhesia*, em que o sujeito, ao “dizer tudo” sobre o sofrimento coletivo causado pelos apagões de energia,

⁵ Controvérsias em torno da gestão da *Luma Energy*. Disponível em: <https://periodismoinvestigativo.com/2024/07/luma-contract-blackouts-energy-puerto-rico/>. Acesso em 25 out. 2025.

⁶ Tradução nossa: “A distribuição de energia em Porto Rico passou para as mãos de uma empresa privada. O governo concedeu um contrato multimilionário a uma companhia dos Estados Unidos e do Canadá chamada *Luma Energy* e prometeu ao povo que o serviço seria melhor, mas, segundo as métricas do próprio governo, agora os apagões são mais longos. O resultado são estudantes que fazem suas tarefas no escuro, eletrodomésticos danificados e pessoas que não conseguem conectar seus equipamentos médicos em casa. Ao mesmo tempo, o povo porto-riquenho tem visto sete aumentos consecutivos na conta de luz, enquanto os executivos da *Luma* recebem salários nunca antes vistos na corporação elétrica de Porto Rico. Há pessoas perdendo a paciência e protestando nas ruas”.

se compromete com a ética e também cuida do outro, ao mesmo tempo em que enfrenta quem tem mais poder. Logo, a produção de um discurso que rompe o silêncio e interpela a sociedade sobre as práticas de poder que regulam a vida cotidiana da população porto-riquenha tensiona os poderes instituídos. Além de expor fatos que poderiam gerar retaliações.

A *parrhesia*, nesse contexto, se opõe as tentativas de deslegitimar as vozes oprimidas da população. Ao tornar visível o que o discurso hegemônico tenta ocultar – o custo humano e social da privatização –, o povo porto-riquenho encarna uma forma de resistência discursiva e existencial. Assim, a coragem da verdade torna-se um gesto coletivo, uma prática de liberdade que desvela as formas contemporâneas de colonialidade econômica e discursiva ainda impostas ao arquipélago.

Segundo Adorno (2004, p. 60), “a enunciação da verdade é sempre a enunciação de uma crítica que parte da base e visa um poder”. Nesse sentido, a verdade enunciada pelos sujeitos afetados não é neutra nem desinteressada; ela é, como afirma Adorno, uma verdade crítica, nascida do sofrimento social e voltada contra as formas de dominação que o produzem. A fala franca, portanto, manifesta-se como um gesto ético, na medida em que confronta a racionalidade instrumental que sustenta o discurso oficial e reivindica a possibilidade de outro horizonte de justiça e de dignidade coletiva.

O segundo problema exposto pelo minidocumentário é o despejo de moradores locais. A chamada Lei 22 (posteriormente transformada em parte da Lei 60) exime estrangeiros do pagamento de alguns impostos relacionados a investimentos na bolsa, em criptomonedas e na aquisição de imóveis. Além disso, o baixo preço das propriedades tornou Porto Rico um território atrativo para investimentos econômicos estadunidenses. A compra de imóveis por um baixo custo e a exclusão de determinados impostos para estrangeiros têm ajudado a modificar a organização urbana do arquipélago. Os novos proprietários de casas e prédios residenciais estão despejando antigos moradores desses locais e transformando os imóveis em hotéis, albergues e pontos comerciais.

O fenômeno da gentrificação se caracteriza por mudanças urbanas a partir da modernização e das atividades comerciais que aumentam o custo de vida de um bairro, cidade ou território. As desigualdades econômicas ficam mais evidentes e fazem com que moradores de baixa renda não consigam mais viver naquele espaço. O deslocamento de grupos economicamente desfavorecidos de centros urbanos para as margens da cidade faz parte de uma segregação do espaço social e limita o direito à cidade (De Marco; Santos; Möller, 2020).

Nessa lógica, é perceptível que o abandono do sistema governamental em relação aos residentes trouxe resultados positivos apenas para aqueles que detêm poder econômico. O interesse comercial e o potencial lucrativo de empreendimentos imobiliários levaram muitos estadunidenses a adquirir imóveis no arquipélago, revendendo-os por valores mais altos ou convertendo-os em pontos comerciais e hotéis. Essa situação tem causado inúmeras desocupações de famílias que moram há mais de 20 anos nesses lugares. As famosas cartas de “*desahucio*” (despejo) solicitam a saída dos inquilinos em até trinta dias.

O Enunciado 2 é um testemunho de uma ex-moradora despejada de um desses edifícios com novos donos.

(Enunciado 2) Yo vivía por ahí por ese pasillo, al final a la mano derecha. Bueno, en ese momento me sentí frustrada. Primero porque había personas que llevaban casi 30 años viviendo allí, bueno... Ahí cuando tú llevas ya 30 años viviendo en el

mismo lugar tú creas unas relaciones con la comunidad. Tú no puedes llegar aquí con mentalidad de colonizador pensando que aquí no vive gente o que la gente vivía pues mira tú las puedes despachar con una carta de desahucio y que consigan a donde irse a vivir.⁷ (transcrição e grifos nossos)

No Enunciado 2, o relato parte de uma experiência pessoal – o sujeito faz parte da ação contada – e explicita que não vive mais no mesmo local. O sentimento de frustração não exprime um problema somente individual, mas coletivo, e exemplifica não só a situação daquele que relata, mas a de várias pessoas que viviam há cerca de trinta anos no mesmo bairro e foram despejadas. As relações em comunidade também são descritas, motivadas por sua importância no seio da vida e das vivências urbanas. Além disso, o testemunho descreve as ações de desocupação como um problema de colonialidade, pois a desapropriação dos imóveis não leva em conta as experiências humanas vividas naqueles espaços e nem os problemas causados pela saída dos antigos moradores.

Lembremo-nos de que o parresista é aquele que diz tudo o que pensa, que não esconde nada e expõe sua opinião de forma enfática, como um manifesto moral sobre sua experiência. Através do seu discurso, ele assume uma posição de enfrentamento de um problema e defende aquilo em que acredita (Foucault, 2017). Assim, ao relatar a saída involuntária de antigos moradores de habitações compradas por investidores estrangeiros, o sujeito do discurso acredita que as ações revelam mais do que um caráter econômico, constituindo-se como um empreendimento colonialista. A “mentalidade de colonizador” referida pelo discurso evoca a visão do sujeito nascido naquele lugar como não humano, sem importância, alguém que deve procurar outro lugar para viver.

Segundo Navarro (2020, p. 14), “a linguagem é a modalidade de existência histórica essencial da memória, seja ela coletiva, histórica ou social”. Tal apontamento corrobora com as reflexões do enunciado acerca de um espaço que já não existe da mesma forma, mas que persiste simbolicamente pela fala. A linguagem, nesse caso, reconstrói o lugar perdido, produzindo um testemunho de pertencimento e de ruptura. O sujeito resiste ao apagamento de sua história ao narrar sua experiência, reinscrevendo-se em uma memória coletiva marcada pela exclusão e pela transformação forçada do território.

Por conseguinte, o enunciado constitui uma prática discursiva em que o sujeito se expõe integralmente ao enunciar o verdadeiro, assumindo o perigo de sua enunciação diante de forças hegemônicas. Ao se dirigir a um poder que o excede – os investidores estrangeiros e a lógica econômica que os sustenta –, o sujeito fala a verdade a partir de uma posição de desvantagem, assumindo a exposição de sua vulnerabilidade como um gesto político e ético.

Essa fala não é apenas uma expressão individual de indignação, mas se inscreve em uma luta coletiva: a defesa do direito à moradia e à dignidade dos moradores expulsos. O parresista, nesse enunciado, manifesta uma moral do dizer verdadeiro, não movido por interesse próprio, mas pela convicção de que o silêncio diante da injustiça o tornaria cúmplice dela. Sua coragem da verdade emerge, portanto, como resistência à naturalização das vio-

⁷ Tradução nossa: “Eu morava ali, por aquela passagem, no final, à direita. Bem, naquele momento eu me senti frustrada. Primeiro, porque havia pessoas que moravam ali há quase 30 anos. Bem... quando você já vive há 30 anos no mesmo lugar, você cria laços com a comunidade. Você não pode chegar aqui com mentalidade de colonizador, achando que aqui não vive gente, ou que as pessoas que moravam podem simplesmente ser despejadas com uma carta de desocupação e que deem um jeito de encontrar outro lugar para viver”.

lências coloniais e econômicas que tratam os habitantes locais como descartáveis. Ao afirmar que “aqui vive gente”, o sujeito produz uma reivindicação ética de humanidade, desestabilizando o olhar colonizador que reduz o outro à condição de não ser.

A intervenção estadunidense em outros territórios não é uma questão recente e nem se limita à história de Porto Rico. Segundo Silva (2004, p. 16), em 1898, o Havaí foi anexado pelos Estados Unidos e em 1959 se tornou um de seus estados. A perda de soberania territorial está diretamente ligada a um processo intenso de gentrificação, que elevou o preço médio das moradias, tornando inviável a permanência da população local. Como consequência, muitos havaianos foram forçados a migrar para o continente americano, provocando uma drástica redução da presença nativa em sua própria terra. Além disso, a privatização de recursos naturais, como praias, montanhas e fontes de água, evidencia a lógica colonial e capitalista que transformou o arquipélago em mercadoria, subordinando a vida e a cultura havaianas aos interesses econômicos dos Estados Unidos (De Marco; Santos; Möller, 2020).

O cantor Bad Bunny provoca reflexões sobre a privatização e o processo de gentrificação de territórios na música *Lo que le pasó a Hawaii*,⁸ lançada em 2025. A seguir, destacamos um trecho da canção.

Quieren quitarme el río y también la playa
Quieren el barrio mío y que abuelita se vaya
No, no suelte' la bandera ni olvide' el lelolai
Que no quiero que hagan contigo lo que le pasó a Hawái.⁹

O recorte trata de denúncias que corroboram com as discussões e análises empreendidas neste estudo sobre a privatização das praias e a “expulsão” de antigos moradores de seus bairros. Assim como ocorreu no Havaí, os interesses colonialistas ameaçam transformar Porto Rico em um território de exclusão social. Em paralelo, o cantor reafirma seu apreço por símbolos porto-riquenhos como a bandeira e seu *lelolai*,¹⁰ reforçando elementos que constituem sua identidade, sua memória e o direito de permanecer em sua própria terra.

O terceiro problema exposto no minidocumentário é a privatização informal das praias em Porto Rico. Por lei, todas as praias do arquipélago são públicas, no entanto, o acesso a algumas delas tem sido limitado pela construção de hotéis de luxo ou outros empreendimentos privados, além da expansão de mansões em terrenos públicos em frente ao mar. Os múltiplos acessos que facilitariam a entrada da população local em diversas praias têm sido fechados por construções particulares, o que tem tornado algumas praias privadas, mesmo que de modo informal. O enunciado a seguir demonstra como a “playa Del Dorado” se tornou um ambiente de difícil acesso.

⁸ Música “Lo que le pasó a Hawaii”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvfDaZ4ZT8o>. Acesso em: 12 out. 2025.

⁹ Tradução nossa: “Eles querem me tirar o rio e a praia também/Querem meu bairro e que a vovó vá embora/Não, não largue a bandeira nem esqueça o lelolai/Não quero que façam com você o que aconteceu com o Havaí”. Mantemos a grafia “Hawái” na letra da música em espanhol e “Hawaii” do título, respeitando a versão original com os dois registros.

¹⁰ “Lelolai” é um tipo de canto da área rural de Porto Rico.

(Enunciado 3) Como es que yo me tengo que sentir bien? el que me digan sí, sí tú puedes pasar, pero tienes que pasar por donde te puedes te cocotar-te o reventar-te. O sea, me mortifica el que nos tratan como ignorantes o como delincuentes, cuando los que están rompiendo la ley, claramente, son ellos.¹¹ (Transcrição e grifos nossos)

No Enunciado 3, a vinculação entre o testemunho e quem o relata é a de partícipe, aquele que viveu os efeitos do acontecimento e conta a história a partir de sua experiência. O sujeito expõe seu mal-estar diante do problema da limitação de acesso às praias e questiona: “como é que eu devo me sentir bem?” (tradução nossa), além de tratar do aspecto da manipulação em torno dos direitos aos bens públicos. Impossibilitar o acesso a determinadas praias com a construção de empreendimentos privados, mas “permitir” a entrada de banhistas por um caminho longo e com pedras pontiagudas, torna o bem público exclusivo de um grupo, aquele que possui mais dinheiro, sem que isso seja algo formalizado. Diante da segregação de classes, o discurso da exclusividade da burguesia é dissimulado: “você pode passar, mas deve seguir por onde pode se ferir ou se machucar” (tradução nossa). O sujeito demonstra sua indignação sobre o problema: “me mortifica” e expõe como os porto-riquenhos são tratados como “ignorantes” ou “delinquentes”.

Nesse sentido, rememoramos que o problema da concentração de poder econômico em alguns grupos ou classes sociais tem dividido territórios e espaços há séculos. O fetiche da exclusividade material é alicerçado na proteção e manutenção dos privilégios da burguesia, à luz das reflexões de Marx (2014), e nas marcas produzidas socialmente de diferenciação entre uns humanos e outros. O bem público, como as praias, também pode ser capturado pelo fetiche da exclusividade e privilegiar o acesso de alguns em detrimento de outros.

O testemunho não utiliza táticas retóricas de convencimento, não tenta manipular e persuadir através do discurso, mas tão somente exercita a produção do dizer a verdade, falar francamente sobre sua experiência. Como admite Foucault acerca da conduta ética do parresíasta:

[...] é preciso que, do lado do mestre, o discurso apresentado não seja um discurso artificial, fingido, um discurso que obedeça às leis da retórica e que vise na alma do discípulo somente efeitos patéticos. É preciso que não seja um discurso de sedução. É preciso que seja um discurso tal que a subjetividade do discípulo possa dele apropriar-se e que, apropriando-se dele, o discípulo possa alcançar o objetivo que é o seu, a saber, ele próprio (Foucault, 2011, p. 442).

Logo, observamos que o sujeito do discurso externaliza seus sentimentos não como um recurso retórico em busca de convencer ou seduzir alguém, mas pela emergência da ética de falar francamente. Ao denunciar a manipulação e as desigualdades que transformam o espaço público em privilégio da elite econômica, o sujeito exerce a coragem de falar tudo o que pensa e entra em embate com o caráter dissimulado da segregação. Sua fala rompe o silêncio diante das injustiças e expõe a violência simbólica e material que atinge as classes populares, convidadas a “passar” apenas pelos caminhos que ferem – literal e metaforicamente – seus corpos e sua dignidade.

¹¹ Tradução nossa: “Como é que eu tenho que me sentir bem? Dizem que sim, sim, você pode passar, mas tem que passar pelo lugar onde você pode se ferir ou se machucar. Ou seja, me angustia que nos tratem como ignorantes ou como criminosos, quando quem está claramente violando a lei são eles”.

Quando o sujeito afirma que essa situação “me mortifica” e que a população porto-riquenha é tratada como “ignorante” ou “delinquente”, evidencia-se a dimensão ética e afetiva da *parrhesia*: o sofrimento é transformado em palavra crítica, e o desconforto pessoal converte-se em um gesto de resistência coletiva. Trata-se de uma fala que desestabiliza o regime de verdade dominante e confronta as racionalidades que legitimam a exclusão social sob o disfarce da ordem e do progresso. Nesse sentido, o discurso parresiástico se torna um ato de coragem e de cuidado de si e dos outros – um modo de existir que se recusa a permanecer em silêncio diante da injustiça.

Gros (2004) nos lembra que o parresiasta utiliza o relato como fio condutor da verdade; o seu testemunho é a força que produz resistência à opressão vivida por ele ou por um grupo. No Enunciado 3, além de expor o problema da segregação de determinadas praias em Porto Rico, o discurso também trata livremente do rompimento das leis, que deveriam proteger o bem público e assegurar o compartilhamento das praias e não a exclusividade a determinados grupos. A coragem do testemunho confronta os interesses de uma classe economicamente dominante ao apontar com crítica o problema criado por seus algozes: “os que estão rompendo a lei, claramente, são eles” (tradução nossa).

5 Algumas considerações

Os atrativos fiscais de Porto Rico, como a isenção ou baixo valor de impostos para estrangeiros, a privatização de seu sistema de energia elétrica, a destruição de prédios públicos e habitacionais para a construção de pontos comerciais de empresas privadas internacionais e o despejo de moradores locais, ou ainda a limitação de acesso a determinadas praias, têm propiciado grandes problemas à população residente do arquipélago. Essas e outras questões demonstram como os habitantes desse território têm enfrentado inúmeros ataques e interesses com um caráter ainda colonialista (são as constantes marcas da colonialidade) que favorecem aqueles pertencentes a classes economicamente dominantes em detrimento da população local, menos favorecida financeiramente.

O minidocumentário *El Apagón - Aquí vive gente* (2022) evidencia problemas que não estão escondidos, mas estão na margem e não no centro. São histórias e experiências dos “vencidos” e são parte da perspectiva dos oprimidos. É preciso, então, deslocar o olhar, perceber as tensões discursivas e analisar as resistências que constituem tais discursos. Os perigos de confrontar os interesses dos “vencedores” não conseguem silenciar o parresiasta, que, por um dever moral e uma atitude crítica, faz emergir discursos que precisam de coragem.

Diante do objetivo geral deste estudo, que foi analisar, sob uma perspectiva discursiva, o caráter de denúncia do minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022), deparamo-nos com algumas respostas e reflexões: nos três enunciados analisados, estão relatos que confrontam sujeitos em posição de poder econômico; os testemunhos se utilizam da franqueza como um dever moral e ético; e a liberdade é usada para expor a verdade, mesmo que isso incorra em perigo.

Acreditamos que a pergunta que orientou esta pesquisa – de que maneira o minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente* (2022) evidencia os problemas de exploração social vivenciados em Porto Rico? – teve resposta nas análises empreendidas, que demonstram que o testemunho foi utilizado como discurso de resistência e denúncia sobre os problemas vividos

pela população economicamente desfavorecida do arquipélago. É possível reconhecer o par-resiasta nos discursos de resistência dos porto-riquenhos e observar sua coragem de se opor à perspectiva dos “vencedores”, de falar francamente tudo o que pensa e de relatar suas experiências em prol de um bem coletivo. A hipótese inicial foi, pois, confirmada, mostrando que, mesmo diante de perigos, podem emergir discursos que confrontam determinados poderes.

Declaração de autoria

João Paulo Santos Batista, doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFS, propôs o artigo e desenvolveu o estudo com base em encontros com o grupo de pesquisa – Laboratório de estudos de discurso, história e estrangeiridades (imaGine/CNPq) e Projeto *Discursos de/sobre acolhimento: saber-poder, refúgio e alteridade* (DIASPORA/UFSM), leituras e aulas da pós-graduação, além de trabalhar no recorte, versão/tradução e análise do *corpus*. Também contribuiu com as adaptações necessárias ao modelo de editoração da revista. Maria Graziela Correia dos Santos, doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFS, aprofundou a fundamentação teórica, efetivou a revisão gramatical, tradução do *corpus* e de normas de ABNT e contribuiu com as análises. Jocenilson Ribeiro, professor adjunto no Departamento de Letras Vernáculas e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), colaborou com o presente artigo na redação, revisão de tradução, desenvolvimento de reflexões, orientação de leituras e revisão final do texto. Nota-se, portanto, que os três autores contribuíram efetivamente com a produção do artigo.

Agradecimentos

Nossos mais sinceros agradecimentos aos pareceristas e editores deste periódico, aos colaboradores e membros do grupo imaGine e do Projeto DIASPORA, em especial à Profa. Dra. Marluza da Rosa (UFSM) pelas inúmeras contribuições e à Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG) pela leitura cuidadosa, sugestões e revisão final.

Referências

ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: O modelo socrático. In: GROS, F. (org.). *Foucault: A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-62.

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Trad. de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERT, J. F. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.

BUNNY, B. *lo que le pasó a hawaii*. YouTube, 2025. 1 vídeo (3 min 51 s). Publicado por: Bad Bunny. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvfDaZ4ZT8o>. Acesso em: 17 out. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. *Tabula Rasa*, n. 6, p. 153-172, enero-junio, 2007.

COURTINE, J.J. Discurso e imagens: Para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, C., CURCINO, L, SARGENTINI, V. (org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

DE MARCO, C. M.; SANTOS, P. J. T.; MÖLLER, G. S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Paraná, v. 12, e20190253, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>

EL APAGÓN – Aqui vive gente. Direção: Kacho Lopez Mari; Bianca Graulau. Porto Rico: YouTube, 2022. 1 vídeo (23 min). *Minidocumentário*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1TCX_Aqzoo4. Acesso em: 19 mar. 2025.

DA PROMETEUS, O. E. Discurso e verdade: seis conferências dadas por Michel Foucault, em Berkeley, entre outubro e novembro de 1983, sobre a parrhesia - apresentação. *Prometheus - Journal of Philosophy*, v. 6, n.13. 2013. DOI: <https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v6i13.1549>.

FERNANDES, C. A.; SARGENTINI, V. Saussure e Foucault, língua e discurso. *Revista da Anpoll*, 53(2), 53–67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1692>.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5. (Coleção Ditos & Escritos).

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité: les aveux de la chair*. V. 4. Paris: Gallimard, 2018.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, M. M.; FERRERI, M.; LEMOS, F. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 30, n. 2, p. 189-195, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5540>.

GREGOLIN, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 39, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 29 out. 2025.

GROS, F. *Foucault: A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

- HARA, T. Notícias de um pensador: a coragem da verdade e o pensamento libertário de Michel Foucault. *Verve*, São Paulo, n. 7, p. 286-291, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5341>.
- MARÍN, A. L. de L. O discurso-testemunho na América Latina: *Voz em Resistência*: (México). CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturas e diversidades, [S. l.], v. 5, n. 2, 2023. DOI: 10.26694/caedu.v5i2.2941.
- MARX, K. *O Capital Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MELÉNDEZ-BADILLO, J. *Puerto Rico: Historia de Una Nación*. Traducción de Aurora Lauzardo. Princeton University Press/Editorial Planeta, 2024.
- MILANEZ, N., PRATA, V., ALMEIDA, B. Dossiê Foucault e a Parresía: horizontes discursivos. *Prometheus - Journal of Philosophy*, v. 15, n. 41. 2023. DOI: <https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v15i41.18934>
- MUÑOZ, J. C. A. *Breve historia de Puerto Rico: un pueblo y su tránsito por los imperios de España y Estados Unidos (1800-2023)*. Madrid: Catarata, 2023.
- NAVARRO, P. Estudos Discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discurso. *Revista Moara - Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 57, p. 08-33, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>.
- NAVARRO, P.; SARGENTINI, V. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil - Cartografias. *Revista da ANPOLL*, v. 53, p. 20-40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2>
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- PIOVEZANI, C. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.
- RIBEIRO, J. Xenofobia e discurso de ódio ao estrangeiro no espaço de enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. São Paulo: Blucher, 2020, p. 263-292. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/13-22196>. Acesso em: 03 maio 2021.
- RIBEIRO, J. *Xenofobia e intolerância linguística: discursos sobre estrangeiridade e hostilidade brasileira*. Campinas: Pontes, 2022.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem - discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- SILVA, N. K. *Aloha betrayed: native Hawaiian resistance to American colonialism*. Durham: Duke University Press, 2004.

“Ocupar e resistir”: vozes que testemunham uma resistência

“Occupy and Resist”: Voices that Witness a Resistance

Marinazia Cordeiro Pinto

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
marinazia@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-6880-6658>

Resumo: Esse texto tem por objetivo, sob a perspectiva do filósofo Jacques Derrida, pensar as narrativas de teor testemunhal como discursos de resistência. Com o fim de alcançar esse objetivo, o evento das ocupações de escolas em 2016 no Brasil perpassará todo o texto como uma *empíria* das reflexões apresentadas. Em seu desenvolvimento, o texto traz considerações sobre a impossibilidade de contar um acontecimento e, nessa linha, traz também, a partir da filosofia derridiana, algumas ponderações acerca das noções de verdade e de mentira. Concluimos, destacando a importância do testemunho, circunscrito ou não ao linguístico, como uma força coletiva de resistência.

Palavras-chave: testemunho; resistência; ocupações.

Abstract: The aim of this text is to consider testimonial narratives as discourses of resistance from the perspective of the philosopher Jacques Derrida. In order to achieve this goal, the event of the 2016 school occupations in Brazil will permeate the entire text as an empirical example of the reflections presented. In its development, the text presents considerations on the impossibility of telling an event and, in this line, also presents, based on Derrida's philosophy, some considerations on the notions of truth and lies. We conclude by highlighting the importance of testimony, whether or not limited to the linguistic, as a collective force of resistance.

Keywords: testimony; resistance; occupations.



1 Introdução

Esse texto tem por objetivo, sob a perspectiva do filósofo Jacques Derrida, pensar as narrativas de teor testemunhal como discursos de resistência. Para tanto, trazemos, dos escritos desse filósofo, a noção de acontecimento para discorrer sobre a im-possibilidade de contar um acontecimento e suas implicações. A título de empiria, faremos uma reflexão sobre os discursos proferidos no período das ocupações de escolas de Ensino Médio no Brasil no ano de 2016, fechando o nosso foco nas ocupações que aconteceram no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, há quase uma década desde o Movimento de Ocupações, *retomaremos* dizeres relacionados a essas ocupações, testemunhos contemporâneos ao movimento que alimentam testemunhos que se fazem presentes ainda hoje em referência àquele movimento datado em 2016.

Apesar de a mídia ter mostrado preponderantemente esse movimento nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ele se fez presente também em outras regiões do país. O movimento foi uma ação coletiva que tinha um eixo nacional de lutas que poderia ser identificado pela articulação entre os estudantes, pela existência de uma pauta com vários pontos em comum, pelo uso de uma mesma simbologia em seus nomes, feitos com a *hashtag* #Ocupa junto ao nome da escola – identificação do movimento amplamente utilizada nas redes sociais –, pela troca de práticas e pela autoidentificação enquanto parte de um mesmo movimento. No entanto, talvez, a marca maior do movimento tenha sido seu grito de resistência que os unia e fortalecia nos momentos difíceis e nos momentos de conquista: “Ocupar e resistir!”, “Ocupar e resistir!” Destacamos também o fato de que a comunicação entre estudantes de diversas escolas ocupadas foi possível devido às redes sociais. A *ciberatividade* foi característica do movimento das ocupações não apenas na comunicação entre os estudantes, como também na comunicação com autoridades envolvidas com as questões do movimento. Essa atividade na internet também resultou em inúmeros vídeos de divulgação que testemunhavam as ações e os embates nas diversas redes sociais (Pinto, 2024).

No ano de 2016, cerca de 350 escolas – em Estados como Goiás, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro – foram ocupadas por suas e seus estudantes em um movimento de resistência frente aos rumos que a educação vinha tomando no governo Temer (Barreto, 2018). Dentre essas 350 escolas, 80 estão localizadas no Rio de Janeiro, em que havia, entre as e os estudantes e parte da sociedade, um inconformismo em relação aos gastos do Estado e do Município com megaeventos, tais como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 (Pinheiro, 2017, p. 265). Além disso, em muitas escolas, havia uma insatisfação com o que elas e eles consideravam falta de democracia nas escolas, assim como uma resistência também a direcionamentos da Secretaria Estadual de Educação para a rede de ensino.¹

Com base nos números, podemos afirmar que o movimento de Ocupações foi um movimento abrangente e forte. Em relação a essa força do movimento, esse texto objetiva trazer, a partir da perspectiva filosófica de Jacques Derrida, - que, em suas obras, discorre sobre

¹ “Nas questões referentes à política curricular, o governo estadual, na sua gestão, instituía como políticas curriculares centrais: o Currículo Mínimo, a avaliação do processo de ensino de aprendizagem pela prova do SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), além da redução da carga horária do ensino de Filosofia e Sociologia, na grade curricular do Ensino Médio, para um tempo semanal. O movimento das ocupações de escola, por sua vez, se contrapunha a essas políticas curriculares, exigindo inicialmente em suas reivindicações o fim do SAERJ, a extinção do Currículo Mínimo e o aumento da carga horária de Sociologia e Filosofia”. (Santos, 2020, p. 17)

o quanto, nas diversas linguagens, os sentidos dos significantes se disseminam infinitamente -, reflexões sobre a semântica da resistência nos testemunhos de estudantes que participaram do movimento das Ocupações em 2016, assim como no testemunho de outras pessoas das comunidades escolares. Na perspectiva teórica a que esse texto está vinculado, não cabem essencialismos, em relação a esse movimento social, do tipo “bom” ou “mal”, “certo” ou “errado”. Entendemos que nenhum movimento é passível de ser encaixado, de forma determinante e *a priori*, a esta ou aquela categoria. Os movimentos trazem à tona os processos de negociações de sentidos continuamente presentes na sociedade de forma mais ou menos visível.

Sendo assim, na primeira parte desse artigo, discorreremos sobre o que Derrida nos traz em seus escritos acerca da possibilidade/impossibilidade de apreensão do passado por meio da linguagem. Queremos pensar, nessa parte, sobre se é possível dizer o acontecimento. Em seguida e em função da noção derridiana de linguagem, na segunda parte desse texto, propomo-nos a pensar também os sentidos, possibilidades e limites da ação de testemunhar. Seguimos para uma terceira parte do texto em que buscamos entender, na perspectiva derridiana, a suposta oposição entre verdade e mentira. Ainda nessa terceira parte, discorreremos acerca da força dos discursos de resistência, a partir das falas que ecoaram nas ocupações e que seguem ecoando ainda hoje em nosso país, sobre educação, escola e legislação educacional. Finalizamos com uma reflexão sobre as *verdades* da educação e os contínuos movimentos de negociação e resistência que constituem o dia a dia da escola.

2 “É possível contar o acontecimento?”

A história não é, portanto, um conceito temporal.
A história está relacionada ao “poder”, ao “acontecimento” e à “ocorrência”.
O arquivo produz o acontecimento, tanto quanto o registra ou consigna.

Derrida (2004b, p. 66)

Em relação àquelas e àqueles que presenciaram e, de forma direta ou indireta, participaram do movimento de ocupações das escolas, entendemos que, até para essas e esses, e, talvez, em algum sentido, principalmente para essas pessoas, devido às emoções que as envolvem nesse processo, é im-possível contar esse acontecimento. Pode-se apenas girar em volta do acontecimento (Barthes, 2001, p. 75). O filósofo Derrida, quando escreve com um hífen entre “im” e “possível” tem o propósito de tentar significar algo que é impossível, mas que, simultaneamente, também é necessário. Dito de outra forma, “im-possível” tem a semântica de algo que é de realização plena impossível, mas que nos chama a uma responsabilidade de, como nos diz Alice Lopes (2015), um investimento radical. Um investimento que é radical, exatamente porque não tem nenhuma garantia; é radical exatamente porque é imprevisível, porque não é da ordem do cálculo.

O testemunho, o contar um acontecimento diz respeito a uma responsabilidade, a um compromisso de buscar trazer, pela linguagem, um acontecimento. No entanto, Derrida afirma que todas as vezes que um acontecimento é dito, “a técnica de dizer intervém e inter-

preta, seleciona, filtra e consequentemente faz o acontecimento” (Derrida, 2012, p. 237); e ainda, “a informação não informa somente fornecendo um conteúdo informativo, ela dá forma” (Derrida, 1999, p. 145). Sendo assim, dizer um acontecimento diz respeito a uma ação que apresenta uma “incapacidade de deter o conhecimento sobre tudo ou, de outra forma, de expressar que não se pode saber tudo, o que se faz é uma apreensão parcial e diferencial (da história, de uma suposição de realidade)” (Costa; Lopes, 2013, p. 54).

Nessa perspectiva, o acontecimento “é único, imprevisível, não dominável por qualquer ipseidade nem por qualquer performatividade convencional e consensual, [...] um evento previsto está já presente, apresentável, já chegou ou aconteceu e já está neutralizado na sua irrupção” (Derrida, 2009b, p. 169 e 252). E ainda, em relação ao acontecimento, ao evento, Derrida (*idem*, p. 241) afirma que o acontecimento, além de imprevisível e disruptivo, acontece uma única vez. A primeira vez do acontecimento também é a sua última vez; ele é singular, excepcional, insubstituível. Nesse sentido, Derrida (2018b, p. 259) nos diz que “aí onde não há esta singularidade absoluta do incalculável e do excepcional, nada nem ninguém, nada de *outro* chega ou acontece. [...] A incondicionalidade do incalculável dá a pensar o evento”. Sendo assim, o acontecimento está na categoria do que não pode ser calculado, do que não vemos vir, não percebemos a sua aproximação. O acontecimento chega e muda o “curso habitual da história” (*idem*, p. 29).

Importante considerar também que mostrar ou contar o acontecimento reduziria o conhecimento, o dizer do acontecimento ao objeto, ao próprio acontecimento e excluiria a dimensão imprevisível da produção do dizer. Afirmamos, então, que, nessa perspectiva, a imprevisibilidade e a singularidade são marcas do acontecimento e também do *dizer o acontecimento*. Dessa forma, o testemunho seria o dizer do que “*escapa ao relato*” (Duque-Estrada, 2004b, p.48).

No caminho da im-possibilidade de dizer o acontecimento tal qual ele se deu, em sua inteireza e fixidez, podemos pensar nas ocupações de escolas em 2016 e nos perguntar, com Judith Butler (2018, p. 149), se essa “luta política atinge seus objetivos quando essas necessidades são atendidas” e, ainda com essa autora, refletir no quanto “nenhuma palavra pode descrever de maneira adequada o caráter e o objetivo dessa luta humana”. No sentido de que as palavras não são capazes de descrever a luta tal como ela se deu, Derrida questiona se as narrativas teriam o potencial de dar visibilidade e forma a acontecimentos que se deram fora e antes de sua enunciação. E ainda, por outro lado, seriam as narrativas *estruturadas* pelos acontecimentos? Ao discorrer sobre essas questões, o que Derrida põe em xeque é a existência de uma anterioridade passível de ser acessada pela linguagem. Nessa trajetória de reflexão, o filósofo não entende que evento se opõe a narrativa, que acontecimento se opõe a enredo.

Em uma relação de contiguidade com uma suposta oposição entre evento e narrativa, existe uma oposição clássica, mormente no mundo das artes, entre original e cópia. Frente a essa oposição tão cara em um contexto tradicional, pensamos, com Derrida, que só se fala de “original” na existência de uma cópia, tornando simultâneos original e cópia. Podemos, então, dizer que, da mesma forma que não há conteúdo sem forma, também não há uma narrativa básica, pura, original. Existem inúmeras possibilidades de narrativas, resumos e paráfrases que sempre podem ser refeitos. No entanto, não se trata de uma oposição entre evento e narrativa; e sim de uma forma de pensar essa relação em que esses movimentos são mutuamente constitutivos.

Reafirmando essa constituição mútua de enredo e evento, nas palavras de Paulo César Duque-Estrada (2020, p. 38), temos que “Nesse “lugar”, nada é previamente determinável,

pela simples razão de que – reunidas na *singularidade* de um acontecimento – nem a “coisa”, nem a sua impressão existem como átomos independentes. Elas “são” o que são na e pela relação – *diferencial* – entre elas”. Nesse sentido, afirmamos que o evento e a impressão que se possa ter dele estão imbrincados, um traz o rastro do outro. Ambos são constituídos pela “estrutura do rastro”. Seguindo com esse autor, temos que é por meio da linguagem que a *realidade* se estabelece. Sendo assim, a linguagem é sempre performática e tudo que ela *traz* é passível de ser questionado (*idem*, p. 113).

Ainda pensando a relação entre a narrativa do evento e o *próprio* evento, o filósofo magrebino nos traz um pensamento sobre o ato de comunicar, sobre a comunicação (Derrida, 1991). Nesse ponto, fazemos nossas as palavras do filósofo derridiano Marcelo Moraes (2013a, p. 27) no sentido de que

ignorar as questões que suscitam um questionamento da palavra comunicação implicaria um desentendimento e poderia nos limitar nos avanços da crítica derridiana ao problema da escritura. As perguntas que surgem, muitas vezes, ao se tratar do desentendimento em relação a uma falta de comunicação ou de entendimento são: o que se quer dizer? O que significa? Questões essas de ordens meta-física e ontológica.

Seguindo, então, esse conselho, queremos pensar se o ato de comunicar, pela escrita ou pela fala ou ainda por meio de códigos não verbais, seria simplesmente o ato de transportar uma mensagem, um pensamento, um evento sem que ocorresse nesse processo variações no que está sendo transportado. Observemos como Derrida (2014, p. 13) discorre sobre essa questão.

Escrever é saber que aquilo que ainda não está produzido na letra não tem outra residência, não nos espera como *prescrição* em qualquer *topos ou panion*² ou qualquer entendimento divino. O sentido deve esperar ser dito ou escrito para se habitar a si próprio e tornar-se naquilo que a diferir de si é o: sentido. (grifo do autor)

Segundo Derrida (1994), “a coisa mesma sempre escapa” (“*la chose même se dérobe toujours*”), não porque exista um lugar para onde esse real pudesse escapar e, sim, porque o real seria o próprio jogo de escapar. Nas palavras de Rafael Haddock-Lobo (2015, p. 27),

o real sempre escapa a qualquer conceitualização, ou seja, nossas palavras, nossos conceitos, pretendem dar conta de algo que é da ordem do escapamento, pois nada nos assegura, nenhuma fórmula ou lei, que a realidade se dá dessa ou daquela maneira, só nossa própria afirmação de que é assim que ela se apresenta.

Derrida (2003a, p. 291) também se refere a uma spectralidade no ato de lembrar e de dizer. Ele nos diz que “uma distância spectral ordenaria assim a sua condição à memória, tanto como ao porvir *como tais*. O *como tal* está ele mesmo afectado de spectralidade, não é portanto mais ou não é de todo ainda o que é”. Nessa linha, nos diz Paulo César Duque-Estrada (2020, p. 33) que “a *singularidade* do que quer que se tome por real – é perdida precisamente quando se tem a intenção de lidar com ela *como tal*”. Sendo assim, ao dizer um evento, por meio da linguagem, perde-se, no dizer, o próprio evento em sua singularidade.

² Última localização ou localização final.

Importante pontuar que, mesmo que sejamos contemporâneos dos fatos que estamos narrando ou de estarmos na presença do que estamos descrevendo, para Derrida, tudo o que temos é sempre memória. Quando um pintor tira os olhos do modelo e se volta para a tela, o seu traço nasce da memória. Da mesma forma quando narramos, tudo o que temos é memória. Nesse sentido, Derrida afirma a não possibilidade de uma verdade inquestionável. Isso porque “a percepção pertence desde a origem à recordação” (Derrida, 2004b, p. 70).

Sendo assim, o “enquanto tal” de uma comunicação será sempre uma invenção. Comunicamos sempre a partir de um “como se”, a linguagem não tem o potencial de um “tal qual se deu” ou de um “tal qual é” dessa ou daquela maneira (Duque-Estrada, 2004b, p. 49). Dessa forma, a comunicação não se constitui em um veículo capaz de transportar uma mensagem que chega pura ao interlocutor tal qual saiu de seu emissor. A comunicação é, então, performativa, no sentido de que tem o potencial de *fazer acontecer* aquilo enuncia (Derrida, 1991).

3 Como fica, então, o testemunho?

Considerando essa impossibilidade do “tal qual” no ato de comunicação, mesmo quando temos testemunhas de um evento passado, entendemos que os depoimentos reconfiguram os acontecimentos. Não existe algo de inquestionável a ser acessado pela enunciação. No entanto, de forma paradoxal, ao se referir à questão do testemunho, Derrida (2004b, p. 77) afirma que “se há determinação do “factual” e da ocorrência factual de algo que tem efetivamente lugar, ela passa sempre por um testemunho, verbal ou não”. Todavia, trata-se de um testemunho que nunca terá o potencial de “presentificar a “coisa em si” (objeto ou pessoa)” (Matos; Silva, 2023, p. 15). Ainda segundo Derrida (2014, p. 11), ao tratar da escritura, o momento do testemunho, o momento de escrever o que está sendo testemunhado ou ouvido “é o momento em que é preciso decidir se vamos gravar o que ouvimos. E se gravar salva ou perde a palavra”. Isso porque, quando gravamos ou guardamos ou arquivamos algo, ao mesmo tempo, que preservamos esse algo, *decidimos* destinar tantas outras coisas ao esquecimento (Derrida, 2001).

Em Força de Lei, Derrida (2018a), ao mesmo tempo que desqualifica o argumento a favor de uma realidade que se possa acessar pela linguagem, envolve essa tarefa im-possível do historiador em uma responsabilidade frente a uma herança que se impõe. Destacamos que, “para o pensamento da desconstrução, o herdar representa mais do que um simples receber ou dispor” (Negris; Moraes, 2023, p. 91). Mais que isso, “não há linearidade: herda-se disseminado” (Haddock-Lobo, 2011, p. 26), porque os sentidos daquilo que herdamos não são fixos e prontos. Eles se disseminam e nos espectram como algo não passível de delimitações e explicações definitivas. Para Derrida (2018a, p. 36-37), as ações da memória histórica são interpretativas. Devemos, então, desconfiar da memória.

E ainda perguntamos com Derrida (1994, p. 142) “quem testemunha sobre o quê? Em que o “quê” determina o “quem”, um nunca precedendo o outro?”. Essas questões trazem para nós a impossibilidade de determinar até que ponto se constituem mutuamente aquele que testemunha e aquilo que é testemunhado. Em *O monolingüismo do outro* (Derrida, 2001b, p. 34), o filósofo nos diz, sobre a ação de testemunhar, que

não se pode *testemunhar* senão pelo incrível. Em todo caso pelo que apenas pode ser *crído*, do que, excedendo a prova, a indicação, o constato, o saber, apenas apela à crença, e, portanto, à palavra dada. Sempre que pedimos que acreditem na nossa palavra, estamos já, queiramo-lo ou não, saibamo-lo ou não, na ordem do que apenas é crível. Trata-se sempre do que é dado à fé, do que apenas é “crível” e, portanto, tão incrível quanto um milagre. Incrível porque *apenas* “crível”. A própria ordem da atestação testemunha do milagroso, do crível-incrível: do que de qualquer modo *é preciso crer*, crível ou não. (grifo do autor)

Muito interessante, nesse caminho, pensar com Derrida (2012) a noção de perspectivismo. A partir dessa noção, entendemos que tudo o que vemos é visto por nós por um ponto de vista (*point de vue*). Esse ponto de vista, segundo o filósofo, é, paradoxalmente, cego e vidente. Isso porque, pelo perspectivismo, a nossa visão será sempre seletiva. Nós vemos e não vemos. No momento que lembramos, selecionamos e, ao selecionar, incluímos e excluímos dados em um processo de reconstrução do evento a que estamos nos referindo. Segundo Derrida (2012, p. 73), há “um engeguement intrínseco ao próprio ver da vista”, sem o qual não seria possível para nós a concatenação dos elementos que constituem a nossa narração que se dá sempre a partir da memória dos acontecimentos.

Além da noção de perspectivismo, Derrida (2010) também nos traz a ideia de aperspectivismo. Esta ideia está relacionada ao fato de que nunca estamos na presença do que estamos narrando. Não estamos presentes porque ou antecipamos um acontecimento ou nos referimos a acontecimentos do passado. Dessa forma, nossas narrativas se dão no engeguement que encontra um caminho a partir dos afetos que nos constituem. Nossas recordações são sempre afetivas, nosso ver é sempre também para dentro de nós mesmo.

É muito singelo e produtivo aqui, para nós, o comentário que Derrida (2012) faz acerca das mãos estendidas dos cegos no seu caminhar. Mãos que se antecipam no deslocamento com vistas a evitar uma precipitação. Essas mãos tocam o vazio e possibilitam que os cegos caminhem. Em uma analogia, quando recordamos fatos passados, também estamos tocando o vazio, também estamos nos protegendo da precipitação que nos ronda tão de perto. Isso porque as nossas lembranças são assombradas pelo fascínio, pelo sonho que envolve a *realidade*. Por mais que nossos braços estejam estendidos para nos proteger da precipitação, nossa narrativa será sempre acontecimento, no sentido de que não temos o controle dela, não podemos nos antecipar a ela. Nossas narrativas têm o potencial de nos surpreender a nós mesmos. É nesse sentido que Derrida (1973, p. 184) afirma que não “se deve buscar uma *verdade significada* por esses escritos [...] pois se os textos por que vamos interessar-nos *querem dizer* alguma coisa, é o engajamento, e a pertencença que encerram no mesmo *tecido*, no mesmo *texto*, a existência e a escritura”.

Derrida (2010) também nos traz os quadros em que Rembrandt *representa* a cura de Tobites³ (A Bíblia de Jerusalém, p. 740-741), para corroborar com a afirmação da impossibilidade de se acessar uma verdade significada. Trata-se do episódio em que o filho de Tobites, Tobias, sendo conduzido pelo anjo Rafael – o invisível que se fez visível –, participa da cura da visão do pai. O pai, então, volta a ver e a primeira pessoa que ele vê é o próprio filho, objeto e promotor da sua visão. O anjo Rafael, ao se despedir, deixa-lhes instruções de que é necessário registrar a memória do evento como forma de gratidão. Esse testemunho, essas “palavras no pergaminho” seriam “sinais visíveis do invisível” (Derrida, 2010, p. 36).

³ Tobias 11:1-15 (Bíblia)

No entanto, ao mesmo tempo que o anjo Rafael, antes de desaparecer do meio deles, instrui a que registrem tudo que ocorreu na milagrosa cura de Tobites pelo seu filho Tobias – registrar como meio de agradecer –, ele lhes dá um alerta, “eu nada comia nem bebia na realidade, apenas vos parecia que o fazia [*mas é uma visão que haveis visto*]” (Derrida, 2010, p. 36). O anjo, no mesmo instante que lhes diz para que escrevam tudo que aconteceu na cura de Tobites pelo seu filho Tobias guiado por ele, ele mesmo lhes avisa que o que eles têm é a memória do que viram e aquilo que viram não correspondia necessariamente ao que aconteceu. Dessa forma, o anjo traz a im-possibilidade de que eles contem o acontecimento da cura tal qual ele se deu. Sendo assim, a cura seria construída discursivamente em uma ênfase de que não existe o fora da linguagem, tudo o que temos é aquilo que buscamos representar.

A partir desse episódio, podemos pensar a distinção entre o Fundacionismo e o Pós-Fundacionismo. Enquanto o Fundacionismo parte da crença em fundamentos, em uma anterioridade, uma linearidade em que se acredita que os acontecimentos se dão em função de determinadas causas; o Pós-fundacionismo aponta para a inexistência de fundamentos e, nessa linha, para a im-possibilidade de narrar um evento da forma exata como o evento se deu, como se fosse possível apenas transportá-lo pela linguagem. Trazendo a analogia da teia (Haddock-Lobo, 2013, p. 34), temos que no primeiro movimento, acredita-se que existe algo da realidade para além da teia a ser desvelado, a ser descortinado pela linguagem; no segundo, entende-se que o próprio tecer da teia corresponderia à construção da narrativa do evento. Se existe uma realidade, essa realidade é o próprio tecer da teia, a própria escritura⁴. Não há uma verdade transcendental a ser acessada para além da teia.

Retomando a história da cura de Tobites por seu filho Tobias, a partir da analogia da teia, podemos afirmar, mais uma vez com Derrida (2010, p. 37), que, como todo acontecimento, todas as vezes que essa cura é contada ou desenhada, um acontecimento acontece (Moraes, 2010); o acontecimento da cura. No momento ou não dos eventos, contar é sempre uma ação da memória. Sendo assim, “o presente aqui considerado refere-se a um permanente processo de atualização do passado inscrito em experiências analisadas. [...] O tempo presente torna-se singular por incluir processos históricos recheados de experiências vivas, uma interação entre memória e história” (Ferreira; Silva, 2020, p. 66). A memória não é um mecanismo que utilizamos para contar. A memória, como a teia, é o próprio contar.

Nesse sentido, não estar presente no momento que os fatos acontecem e são narrados, a não visibilidade dos fatos, em vez de redundar em um empecilho para a narrativa, essa é a condição da narrativa. Sendo assim, à parte do engeçecimento, da memória, do não visível, a narrativa não tem vez. A memória, mesmo que se deseje fazê-lo ou que se acredite ser possível fazê-lo, não presentifica o passado como se houvesse algo pronto lá nesse passado que pudesse ser trazido. Desde o início, o que se tem é a ruína. A ruína não é a ação desfigurante de um evento ou de um monumento. A ruína é desde sempre, desde o começo. Trata-se da experiência que se tem frente a um objeto ou no momento de um evento porque, segundo Derrida (1973, p. 194), não temos acesso à existência dita “real” a não ser discursivamente e sem a possibilidade de um *tal qual*.

⁴ Na Gramatologia (Derrida, 1973) ao apresentar a noção de Arquiescritura ou Escritura, Derrida não só liberta a escritura da linguagem, do linguístico, como também desconstrói a ideia do que ele chama de um *significado transcendental*.

Essa mesma confrontação da ideia de um real existente fora da linguagem já aparecia, muito antes, em sua obra *Gramatologia* (1973, p. 194),

*Não há fora-de-texto. [...] nem porque não tenhamos acesso à sua existência dita “real” a não ser no texto e porque não tenhamos nenhum meio de fazer de outra forma, nem nenhum direito de negligenciar esta limitação. [...] O que tentamos demonstrar, seguindo o fio condutor do “suplemento perigoso”, é que no que se denomina a vida real destas existências “de carne e osso”, [...] e por detrás dela, nunca houve senão a escritura; nunca houve senão suplementos, significações substitutivas que só puderam surgir numa cadeia de remessas diferenciais, o “real” só sobrevivendo, só acrescentando-se ao adquirir sentido a partir de um rastro e de um apelo de suplemento etc. E assim ao infinito, pois lemos, *no texto*, que o presente absoluto, a natureza [...] desde sempre se esquivaram, nunca existiram; que o que abre o sentido e a linguagem é esta escritura como desapareição da presença natural. (grifo do autor)*

Dessa forma, nas palavras de Paulo César Duque-Estrada (2004a, p. 18), “o que aqui é posto em questão é a ideia de um significado em si, independente de um sistema linguístico-conceitual em que ele se encontra, como se a linguagem, tanto falada quanto escrita, servisse apenas para expressar, transportar ou comunicar”. Seria como se existisse algo anterior à linguagem e que esse algo tivesse seu próprio sentido. Esse sentido seria o que se denomina *significado transcendental*. Importante destacar que, ao negar a existência de um significado transcendental, não se trata de anular a significação daquilo que se diz ou escreve. Trata-se de sempre desconfiar, questionar um sentido original das coisas, um sentido anterior ao momento em que se faz referência a ele. Diante dessa negação da existência de um sentido transcendental, queremos refletir na próxima parte desse texto o que seria então um testemunho verdadeiro e um testemunho falso, o que seria verdade e o que seria mentira.

4 E a verdade dos fatos?

Diante do exposto, como entender, então, a oposição verdade/mentira? Até aqui discorreremos sobre um *real*, uma verdade que não está pronta em algum lugar passível de ser desvelada. Ao contar um acontecimento, nós o fazemos não no sentido constativo do apenas descrever o que já existe e já sabemos. A ação de contar se dá como uma ação performativa, no sentido de que o que está sendo dito, por meio de uma escritura, seja ela linguística ou não linguística, tem o potencial de construir o acontecimento a que está se referindo (Austin, 1990). Dessa forma, a narrativa corresponderia a “uma fala-acontecimento, um dizer-acontecimento” (Derrida, 2012, p. 236). E ainda “Dizer o acontecimento aqui, isso seria não dizer um objeto que seria o acontecimento, mas dizer um acontecimento que o dizer produz” (Derrida, 2001b, p. 248).

Importante destacar que, também em relação aos movimentos reivindicatórios, como o das ocupações de escolas, “existe uma dimensão invariavelmente performativa para os tipos de reivindicações que são feitas, em que a performatividade funciona como uma relação cruzada entre corpo e linguagem” (Butler, 2018, p. 154). É uma relação cruzada porque a “inexistência de fronteiras nítidas e fixas entre materialidade e imaterialidade, eu-outro, faz do corpo um nexos entre os conteúdos visíveis e invisíveis da nossa experiência” (Biteti, 2021, p. 106).

Caminhando com Derrida (2012), temos que a constituição da linguagem traz em si algo de iterável, algo de generalizante. Mais que isso, se ao narrar, nós o fazemos em um momento posterior ao acontecimento que intentamos contar e se o acontecimento é único, não passível de ser repetido, o nosso contar que se pretende meramente constatativo não poderá vir a efeito de forma perfeita, sem *impurezas*. Derrida (Borradori, 2004) chega a afirmar que, mesmo que o acontecimento esteja sendo filmado e transmitido ao vivo, ele não seria puro, ele não seria apenas constatativo. Isso porque esse *dizer* filmado do acontecimento passou por um foco, por um enquadre. A linguagem da tecnologia também não tem o potencial de dizer o acontecimento tal qual esse acontecimento se deu, em toda sua amplitude. Não é possível apenas mostrar de forma neutra. Essa visualização constrói o acontecimento, faz o acontecimento.

A impossibilidade de pureza no contar dos acontecimentos nos impõe um posicionamento político. Todos nós, reconhecendo a tentativa da representação do acontecimento como se fosse um processo inquestionável, justificado, por vezes, por imagens divulgadas no momento do acontecimento, temos que sempre considerar que o *tal qual* não é uma possibilidade no contar do acontecimento. Todos os mecanismos usados para “*dizer* o acontecimento ali onde se *faz* o acontecimento, onde se o interpreta e onde se o produz” (Derrida, 2012, p. 237) são linguagens que discorrem sobre o acontecimento a partir de um *como se*, e não a partir de um *tal qual*.

Sendo assim, a ação de narrar não corresponde a apenas a uma descrição. Narrar é fazer acontecer! São “discursos performativos que produzem o acontecimento de que falam” (Derrida, 2003c, p. 26), como nos diz Austin (1990) ao se referir a ações como prometer, professar uma fé, entre outras. No entanto, para Derrida, há performatividade também em enunciados aparentemente apenas constatativos, porque o real só pode ser acessado pela linguagem que, como já vimos nesse texto, por perspectivismo e por aperspectivismo, reconstrói o acontecimento de que fala.

Porém, na obra *O gosto do segredo*, Derrida ((Derrida, Ferraris; 2006), tratando da questão do testemunho, afirma que a repetição, ao mesmo tempo que provoca a morte do acontecimento singular, tem o efeito de autenticar o acontecimento. Nas palavras de Derrida (*idem*, p. 125), “quando há repetição, há possibilidade de tecnicização, portanto de registro, de arquivo e de idealização”. Ou seja, a iterabilidade é, ao mesmo tempo, condição e ameaça à autenticidade do acontecimento. Em decorrência dessa autenticidade colocada e simultaneamente ameaçada pela repetição, a veracidade ou a mentira são impossíveis de serem constatadas no dizer de um acontecimento. “A lógica do testemunho, do devir-prova do testemunho que não deveria nunca equivaler a uma prova” (Derrida, 2003a, p. 105) nos traz uma questão de fé por parte de quem recebe esse testemunho e de intencionalidade por parte de quem testemunha.

Essa prova testemunhal tem por principais características a judicialidade, a oralidade, a objetividade, a retrospectividade e a individualidade⁵. Em relação a ela, Malatesta (2022, p. 352), em sua obra *A lógica das provas em matéria criminal*, apresentando o mesmo posicionamento de Derrida, refere-se pejorativamente ao testemunho como a “*prostituta das provas*”, quer pela imperfeição inerente ao relato humano, quer pela falsidade tão fácil de verificar ou tão difícil de provar.

⁵ <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/446/edicao-1/prova-testemunhal>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Nesse sentido, podemos afirmar que “não há uma verdade em si”, a verdade é sempre plural. Além disso, segundo Derrida (1996), em seu texto *História da Mentira*, a mentira não corresponde simplesmente ao contrário da verdade. Para que uma mentira aconteça, é necessária a intenção de enganar. O filósofo nos diz “não se mente dizendo apenas o falso, pelo menos se é de boa fé que se crê na verdade daquilo que se pensa ou daquilo acerca do que se opina no momento” (Derrida, 1996, p. 8). Sendo assim, ainda caminhando com Derrida, é possível mentir, dizendo a *verdade*. Isso se dá quando aquele que está dizendo essa *verdade* o faz com o intuito de enganar aquele com quem está falando. Outra maneira de mentir, dizendo a *verdade*, ocorre quando aquele que enuncia essa *verdade* acredita que o que está dizendo é *falso*. Em função dessas colocações, Derrida (1996, p. 9) afirma que “será sempre impossível provar, em sentido estrito, que alguém mentiu, mesmo se podendo provar que não disse a verdade”. Enfim, aquilo que se opõe à mentira é “não a verdade nem a realidade, mas [...], o dizer verdadeiro, o querer-dizer verdadeiro” (Derrida, 1996, p. 15).

Nesse caminho, ainda com Derrida (2004b, p. 78), temos que,

sendo assim, posso sempre mentir e prestar falso testemunho, mesmo quando lhe digo “eu lhe falo”, “tomo você como testemunha”, “prometo-lhe”, “confesso-lhe”, “digo-lhe a verdade”. Em razão dessa forma geral e radical da testemunhalidade, quando alguém fala, o falso testemunho permanecerá sempre *possível*. [...] nunca se poderá demonstrar, nem dar a prova propriamente teórica que alguém mentiu, ou seja, não acreditava, de boa fé, no que dizia. [...] A mentira permanecerá sempre *improvável* mesmo quando estivermos, de um outro modo, certos disso. (grifo do autor)

Ainda sobre a dinâmica do testemunho, Derrida (Derrida; Ferraris, 2006) destaca que, assim como o acontecimento é singular, um testemunho também se insere no rol dos eventos únicos, das coisas que estão vinculadas a um instante. O testemunho é o dizer singular de um acontecimento que, por ser acontecimento, também é singular. Duplamente paradoxal, ao mesmo tempo que o testemunho é único, insubstituível, ele precisa ser substituível para poder ser considerado autêntico. Se a testemunha em questão fosse substituída por outra, essa outra traria o *mesmo* dizer do acontecimento. Ser insubstituível e, ao mesmo tempo, precisar ser substituível é o primeiro paradoxo. Um segundo paradoxo está no fato de que o testemunho é único e, simultaneamente, precisa ser potencialmente reiterado quantas vezes for necessário para comprovar a sua autenticidade.

Essa possibilidade de repetição do testemunho em um número de vezes indefinido dá a ele um caráter de *universal*. Apesar disso, o testemunho pode se dar sem que haja como referência um acontecimento determinado. Não existe uma verdade que possa ser apreendida. O testemunho pode ser dito sem que haja a ocorrência do acontecimento. Derrida (*idem*, p. 127) leva o paradoxo do testemunho às últimas consequências quando diz que

[...] houve um testemunho porque houve um acontecimento datado. Mas o acontecimento é um não-acontecimento, é um acontecimento em que se conta que, no fundo, não aconteceu nada. [...] a narrativa pode ser considerada como a narração de um acontecimento real [...] ou como uma ficção literária. Poderá sempre dizer-se que não é verdade. [...] Não se sabe se é um testemunho ou uma ficção [...]

Dessa forma, ao trazer o contraditório do testemunho, o contraditório da ação de dizer um acontecimento, mais uma vez, podemos entender que a linguagem não tem o potencial de alcançar uma verdade transcendental e singular. A linguagem constrói um acontecimento que pode ser, a qualquer momento, questionado como não correspondente ao que *verdadeiramente aconteceu*. Nesse sentido, a ação de narrar pode ser considerada uma ação desconstrutora. Justificamos essa afirmação com as palavras de Dirce Solis (2009, p. 20/21) que nos diz que “desconstruir indica, também, como o quer Derrida, a impossibilidade de voltar atrás ou reconstruir de maneira idêntica à anterior. E a eficácia da desconstrução estaria exatamente no fato de haver um deslocamento sem possibilidade de retorno”.

Mais do que a impossibilidade de voltar atrás para reconstruir o acontecimento tal como se deu, também destacamos a impossibilidade de pensar, em uma relação de causa-efeito, antecipadamente, quais os fatores que propiciam que o acontecimento se efetive. Nas palavras de Derrida (2003a, p. 32),

não podemos contentar-nos em analisar as condições de possibilidade, ou mesmo a potencialidade do que advém “uma única vez” e crer então, seria tão ingênuo, dizer qualquer coisa de pertinente a seu respeito. O que acontece, e que não acontece então senão uma vez, a primeira e a última, é sempre mais ou outra coisa do que a sua possibilidade. Desta, pode falar-se infinitamente sem jamais aflorar a coisa mesma na sua vinda. Pode mesmo acontecer que a ordem seja outra, *pode mesmo*, e que apenas a vinda do evento permita depois [*après coup*], *talvez*, pensar aquilo que antes a terá tornado possível. (grifo do autor)

4.1 O testemunho como resistência

Queremos trazer como um primeiro movimento de resistência a possibilidade de, além de não reduzir o pensamento sobre o testemunho apenas à preocupação de que ele possa se afirmar como verdade em detrimento de um falso testemunho, como vimos nos parágrafos anteriores; refletir sobre o testemunho como uma ação que não se circunscreve somente ao linguístico. É possível testemunhar por meio de inúmeras formas linguísticas e não linguísticas. Por vezes, os testemunhos em linguagem não linguística são testemunhos espectrais, porque estão e não estão presentes; são e não são escutados; se impõem mas não oferecem manuais de decodificação. Por isso, talvez, desloquem, confrontem, causem tanto desconforto. São aqueles testemunhos que, de forma mais intensa, não se permitem controlar, moldar, emudecer.

A filosofia derridiana que temos trazidos para essa conversa, em muitos momentos se não na sua totalidade, nos traz os limites da retórica, os limites do linguístico. Derrida estudou profundamente as questões que envolviam a linguagem, os idiomas. Nesses estudos, de diversas formas e em inúmeras ocasiões, sem meias palavras, ele afirma que a verdade última não está no linguístico; mais que isso, ele afirma que não existem verdades últimas. Nesse sentido, Derrida, em sua trajetória desconstrucionista, denuncia o logocentrismo. A crítica ao logocentrismo não corresponde a uma crítica ao *Logos*, mas sim a uma crítica à centralidade do *Logos*, uma crítica à crença na autoridade do *Logos*. (Moraes, 2013a).

Nesse caminho, Derrida (1973, p. 194/195) afirma que “nunca houve senão a escritura; [...] o que abre o sentido e a linguagem é esta escritura como desaparecimento da presença natu-

ral”. E, quando Derrida (Derrida; Ferraris, 2006, p. 130) utiliza o significante “escritura” no lugar de “linguagem”, ele faz um movimento de ampliação do sentido de linguagem, por meio das noções de traço, de texto e de marca. Segundo ele, “a marca, antes do mais, não é antropológica; é pré-linguística; é a possibilidade da linguagem, e está sempre presente quando há relação com uma outra coisa ou com o outro. Para isso, a marca não necessita de linguagem”.

Nessa linha, podemos ler diversos testemunhos que se dão por meio de marcas e traços. Trata-se de presenças que testemunham algo sem se valer do propriamente linguístico. Temos uma referência a essas marcas que testemunham presenças, que resistem a uma democracia antidemocrática das cidades no texto escritural “Becos, ruas e Marquises” de Marcelo Moraes (2020, p. 76-77), do qual trouxemos apenas um trecho.

A marquise pode ser um espaço de transgressão, de invenção, de condição de produção de novas línguas e novos códigos. O fim da marquise não é só uma possível resposta antidemocrática, dependendo do contexto, mas, sobretudo, o fechamento das possibilidades de transgressão e de invenção. Além, é claro, da condição de lançar seu nome nas alturas. Nos seres noturnos que pintam e perfumam a cidade, existe uma preocupação de comunicação; essa comunicação com um idioma próprio, uma língua própria, uma escrita particular compõe o elemento escritural de comunicação da cidade, por mais que seja espectral, por mais que seja singular. A história de uma cidade pode ser lida pelos muros e pelas paredes alcançadas pelas marquises. Essas escrituras ou nomes, além de darem cores, e perfumarem, no momento em que são forjadas, são constituídas por uma lógica da desobediência, fora da lei, transgressora, além disso, inventiva. As escrituras, que ecoam espectralmente nas paredes, promovem uma aliança de códigos de sobrevivência e transmissão que, mesmo fechadas ao outro, criam uma atmosfera geral em que a multiplicidade de sentidos é aberta incondicionalmente. Por mais que haja um suposto sentido originário da escritura ou do nome, de um perfume que já não pode ser mais capturado, a escritura, por ser espectral, é aberta às mais variadas interpretações e diversos usos. Porém, sempre sendo, pelos amigos da ordem, compreendida a partir da moralidade como algo perverso e imoral, precisando ser eliminada, no caso, apagada, seja a escritura ou aquele que escreve.

Essas marcas às quais o filósofo faz alusão são marcas não linguísticas cujos sentidos espectram os passantes com sensações múltiplas: admiração pela ousadia em alguns, revolta em muitos outros, curiosidade na maioria e a certeza de que os sentidos dessas marcas no corpo da cidade desafiam a ordem imposta e a arrogância de uma razão que, por se sentir afrontada na sua limitação ao tentar compreender, escolhe o caminho do desprezo; decide relegar, na sua moralidade, àquilo que precisa ser contido, apagado. É uma tentativa de conter, reprimir a esses que resistem, na sua existência, à pressuposta naturalidade das normas e das verdades.

Em uma experiência semelhante a essa trazida por Marcelo Moraes, que diz respeito a marcas que se configuram como resistência a uma ordem pré-estabelecida que se quer inquestionável, temos que, nas ocupações de 2016, as paredes da escola eram o suporte de marcas que, em forma de pequenos cartazes, traziam a identificação do movimento, além de trazerem frases performativas do tipo “Ocupar e Resistir”. O uso de material visual na escola nunca foi uma prerrogativa da direção e dos professores. Os alunos, de uma forma ou de outra, por meio de suas marcas, sempre se fazem presentes ou de forma questionadora/confrontadora da normatividade ou para marcar suas identidades e reforçar seus posicionamentos.

O que a ocupação pode ter trazido é um questionamento sobre o comportamento enquanto “parte da face pública e a reputação da escola, tornando-a institucionalmente tanto marginal como central” (Ball, 2016, p. 142). Um questionamento que se dá no sentido de que esse movimento tenha trazido para a escola a possibilidade de efetivar alternativas, de efetivar outros entendimentos acerca do comportamento do aluno; talvez, dessa forma, trazendo a possibilidade de uma dinâmica mais democrática. Uma dinâmica que se dá desde o que se pode considerar mais abrangente como a eleição de gestores por parte da comunidade escolar, até conversas sobre a rotina das atividades, o que possibilita uma liberdade maior de procedimentos e usos de espaço.

No entanto, a preocupação (talvez, natural) com uma perda de controle, com um risco social, um caos na ordenação da escola e, por abrangência, da sociedade moveu e move todo um movimento de busca do controle dos corpos (Ball, 2016; Butler, 2018). Os “amigos da ordem”, no afã de zelar pela norma, só conhecem o caminho da exclusão, do silenciamento. Todavia, em maior ou menor dimensão, a resistência, as negociações são movimentos contínuos que movem a história, que oferecem criações e invenções do diferente que se impõe nas rachaduras da norma que nunca é plena, porque, se assim fosse, o social seria uma engrenagem em funcionamento imutável e calculado. Todas as vezes que uma norma se impõe, a ideia é trazer para o centro *verdades* e comportamentos. Todavia, se existem centros, existem margens e essas margens avançam sobre o centro, forçando seus limites. Se pensarmos com Mariane Biteti e Marcelo Moraes (2019), essa resistência das margens poderia ser, não em função de uma busca por querer ocupar o lugar de centro, mas por uma luta para que os centros não existissem e tudo que teríamos seriam margens. Essa é uma realidade im-possível. Uma realidade que é sempre porvir, mas que nos impõe uma responsabilidade de manter viva a resistência.

Trazendo o filósofo Gilles Deleuze (2005) para essa reflexão, podemos pensar a “função fabuladora” do dizer entre povos e artistas para discorrer sobre a força da resistência na enunciação de um testemunho. O filósofo afirma que “aquilo que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade, que é sempre aquela dos mestres ou dos colonizadores, e sim a fabulação dos pobres, na medida em que ela dá ao falso a potência que faz dele uma memória, uma lenda, um monstro” (Deleuze, 2005, p. 183). Nesse movimento, nasce um povo, nasce uma luta. Isso porque, uma fabulação não se resume a uma volta ao mito, à ficção. Um “ato de fabulação” pode muito corresponder a um discurso coletivo que tem o potencial de transformar a precariedade em luta na forma de um povo, de uma coletividade (Deleuze, 2005). As alunas e os alunos das ocupações de escolas em 2016 corresponderam a esse povo que se organizou em um agenciamento coletivo de enunciação.

No entanto, seguindo nessa perspectiva, precisamos aceitar que, por mais que muitos possam querer crer nessa possibilidade, “fabular nunca diz respeito a encontrar uma origem nacional ou uma raça pura, mas a estabelecer uma aliança com o fora, contra o senhor e ditador em suas formas institucionais do império colonizador, do Estado, da Igreja ou da família” (Fausto, 2020, p. 202/203). O ato de fabulação do movimento de ocupações, em 2016, foi um olhar para fora. Foi um olhar constituído por um discurso fabuloso e coletivo de pensar a possibilidade de uma nova maneira de responder ao Estado e suas orientações curriculares que se pretendem chegar prontas às escolas a fim de serem implementadas, mas que nunca o são porque a resistência é sempre o caminho natural de todas as leituras, de todas as escutas. Mesmo que se enxergue e/ou se queira o caminho da submissão, nada nunca se repete tal qual foi pensado em qualquer instância política. As ocupações potencializaram a fabulação e, em um movimento coletivo, se constituiu povo e acreditou que as vivências na escola poderiam ser outras.

E, nesse movimento coletivo, os testemunhos contemporâneos às ocupações, os que já ecoavam de gerações passadas de alunos e os que seguem ecoando nos anos que se sucedem às ocupações se repetem. Esses testemunhos não têm o potencial de presentificar um passado ou um futuro e nem mesmo um presente (“o real sempre nos escapa”). Esses testemunhos têm o potencial de *construir realidades e verdades* como sonhos que invadiram os pensamentos e afetos de uma comunidade de alunas e alunos, professoras e professores, funcionárias e funcionários, como também responsáveis de escolas que vislumbraram o fora da pouca democracia, o fora do silenciamento, o fora da não escuta, o fora do não cumprimento das leis.

Em relação às demandas das ocupações, testemunhos de ex-alunas e ex-alunos destacavam que muitas dessas demandas correspondiam a reivindicações antigas, como explicou um ex-aluno e apoiador de uma escola ocupada ao El País,⁶ “Precisamos trabalhar nisso, nos reunir, mas isso precisa de tempo. Mas que fique claro que este não é um diálogo de hoje. Há muito tempo que, de dentro das escolas, cobra-se uma educação laica, emancipatória, de qualidade e, acima de tudo, pública”. E ainda a estudante paranaense de 16 anos, Ana Julia Ribeiro, que discursou⁷ para deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, no auge do movimento das ocupações, em que mais de mil escolas estavam ocupadas no Brasil por inúmeras demandas locais e contra a PEC 241. Muito nervosa ela pergunta:

De quem é a escola? A quem pertence a escola? [...] Nós não estamos lá de brincadeira, nós sabemos pelo que estamos lutando, a nossa bandeira é a educação, nossa única bandeira é a Educação. Nós somos um movimento apartidário, somos um movimento dos estudantes pelos estudantes [...] Somos um movimento que se preocupa com as gerações futuras, se preocupa com a sociedade, com o futuro do país. Que futuro o Brasil vai ter se não nos preocuparmos com uma geração de pessoas que precisa desenvolver senso crítico? [...] Somos contra a medida provisória. [...] A gente precisa de uma Reforma que tenha sido debatida, que tenha sido conversada. Reforma que precisa ser feita pelos profissionais da área de educação. [...] A PEC 241 é outra afronta [...] é uma afronta à Previdência Social, é uma afronta à saúde, é uma afronta à educação, é uma afronta à assistência social. [...] A gente está aqui por ideais; nós, estudantes, estamos aqui por ideais. [...] Os colégios do Paraná e do Brasil estão pela Educação. [...] Apesar dos problemas que vamos enfrentar, a gente ainda consegue ter a presença da felicidade. A gente tem a presença da felicidade porque a gente percebe que a gente deixou de ser meros adolescentes, nós nos tornamos cidadãos comprometidos.

Entre tantas vozes que ecoam de 2016, talvez a dos irmãos Taygoara Cotta, de 16 anos, e Kauã Cotta, de 14,⁸ mostram um pouco do tom de esperança e compromisso de uma geração que deixou a sua marca em uma luta histórica. Disse Taygoara: “Acredito que, se todos lutarmos e pressionarmos, conseguiremos mudar. São mais de 1,2 mil instituições no Brasil ocupadas e, com essa força, é possível que o Congresso volte atrás”.

As insatisfações crescentes, que se constituíram em demandas a que não conferimos “nenhuma ideia de “pureza” no que concerne à luta pela qualidade da educação” (Lopes, 2019a, p. 10), em algum momento, foram passíveis de se articularem em forma de movi-

⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/29/politica/1461955632_442061.html. Acesso em: 13 mar. 2025.

⁷ <https://www.facebook.com/watch/?v=1452176121479089> Acesso em: 15 out. 2025

⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento> Acesso em: 15 out. 2025.

mento, principalmente por se tratar de uma pauta dentro dos limites do que as diretrizes oficiais do Ministério da Educação já definem para a rotina da escola. A resposta do governo, em muitos pontos, não era mais do que cumprir a legislação e, quando as autoridades precisam ser instadas a fazê-lo, isso também indica que as determinações escritas não prescindem de negociações constantes.

As vozes antes pouco ouvidas na escola, na força do movimento coletivo, fizeram-se ouvir em um testemunho coletivo de resistência por meio de ações, gestos, escritas, marcas que ecoam uma luta. Uma luta que segue espectrando a sociedade e as lembranças das alunas e alunos que viveram esse momento.

5 Considerações finais

Diante do exposto, reiteramos que, quando trazemos, nessa pesquisa, as Ocupações enquanto evento datado, embora não queiramos desenhar uma caricatura do movimento, não tivemos a pretensão ou a crença de que estamos reconstruindo o evento, de que estamos narrando suas características tais quais se deram em 2016. Quando afirmamos pensar as Ocupações enquanto acontecimento, estamos nos referindo a uma turbulência na rotina, àquilo que “chega como um monstro, cujo rastro remete para traços conhecidos ao mesmo tempo que aponta para traços por-vir” (Solis; Rosário, 2019, p. 207). Trata-se da chegada de um monstro porque, nas palavras de Derrida, “essas turbulências significam que alguma coisa, uma nova forma de aliança, um novo estilo de “prática”, está sendo buscada” ((Derrida; Roudinesco, 2004, p. 119).

Finalizamos, então, essa escrita, mas não as nossas reflexões sobre a força do testemunho em suas inúmeras formas e sobre o quanto as resistências nascem de testemunhos, mormente, de testemunhos coletivos. Mesmo ao aceitarmos, com Derrida, que nenhuma escritura encerra os sentidos de um acontecimento; entendemos que essas escrituras são testemunhos espectrais que movem as *pequenas* e *grandes* lutas que nunca terão fim, porque seus sonhos estarão sempre em um porvir. Ainda assim, muitas conquistas podem ser sentidas ao desestabilizarem as *verdades* que se impõem como única possibilidade de se viver em sociedade.

É pelas brechas das normas instituídas – normas as quais não delegamos nenhum julgamento moral de certo ou de errado – que lutamos. Lutamos uma luta por uma ampliação das possibilidades e pela necessidade de entender que sempre caberá escuta, sempre caberão outras formas de viver e de ser.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus. Edição de 1973. ISBN 85-349-0468-5.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BALL, S. J.; M. Maguire.; BRAUM, A. *Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPC, 2016.
- BARRETO, B. A. L. Ocupar é resistir: um estudo sobre as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro em 2016. *Revista Em Debate* (UFSC), Florianópolis, n. 16, p. 73-94, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2016n16p73>.
- BARTHES, R. *O Prazer do texto*. Tradução: Maria Margarida Barahona. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2001.
- BITETI, M. de O. Morte e vida Pombogira. *Revista Abatirá*, Eunápolis, v. 2, n. 4, p. 101-114, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/abatira/article/view/13315>. Acesso em: 03 abr. 2025.
- BITETI, M. de O.; MORAES, M. J. D. Vidas e saberes periféricos como potências transgressoras. *Tlalli. Revista de Investigación en Geografía*. Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, año 1, n. 2, p. 79-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22201/ffyl.26832275e.2019.2.1086>.
- BORRADORI, G. *Filosofia em Tempo de Terror*. Tradução: Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; Revisão técnica: Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- COSTA, H. H. C.; LOPES, A. C.. Sobre a subjetividade/alteridade: conversas com Derrida e Laclau nas políticas de currículo. In: TURA, M.; GARCIA, M. (org.). *Currículo, políticas e ação docente*. 1 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. v. 1, p. 51-69.
- DELEUZE, G. *A imagem-tempo*. Tradução: Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005 – (Cinema 2).
- DERRIDA, J. *Força de lei*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018a.
- DERRIDA, J. Fé e saber. In: DERRIDA, J.; VATTIMO, G. (org.). *A Religião: o seminário de Capri*. São Paulo: Liberdade, 2018b. p. 11-89.
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DERRIDA, J. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- DERRIDA, J. *Memória de cegos: o auto-retrato e outras ruínas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- DERRIDA, J. *Vadios*. Tradução: Fernanda Bernardo, Hugo Amaral e Gonçalo Zagalo. Coimbra: Terra Ocre Edições, 2009b.
- DERRIDA, J. *Papel Máquina*. Tradução: Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004b.

- DERRIDA, J. *Políticas da amizade*. Tradução: Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2003a.
- DERRIDA, J. *A universidade sem condição*. Tradução: Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003c.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução: Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.
- DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro ou A prótese da origem*. Tradução: Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras – Editores S.A., 2001b.
- DERRIDA, J. *O olho da universidade*. Tradução: Ricardo Iuri Canko e Ignacio Antonio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- DERRIDA, J. *A história da mentira*. Tradução: Jean Briant. Estudos Avançados. IEA/USP, 1996.
- DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Tradução: Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectivas, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- DERRIDA, J.; FERRARIS, M. *O gosto do segredo*. Roma: Fim de século – Edições Sociedade Unipessoal Ltda, 2006.
- DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De que amanhã*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- DUQUE-ESTRADA, P. C. *Estudos ético-políticos sobre Derrida*. Rio de Janeiro: Mauad X: Editora PUC-Rio, 2020.
- DUQUE-ESTRADA, P. C. Derrida e a escritura. In: DUQUE-ESTRADA, P. C. (org.). *Às margens*. A propósito de Derrida. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Edições Loyola, 2004a. p. 9-28.
- DUQUE-ESTRADA, P. C. Alteridade, violência e justiça: trilhas da desconstrução. In: DUQUE-ESTRADA, P. C. (org.). *Desconstrução e Ética: ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004b. p. 33-64.
- FAUSTO, Juliana. *A Cosmopolítica dos Animais*. São Paulo: n-1 edições & Hedra, 2020.
- FERREIRA, T. de J.; SILVA, M. C. de P. Quilombo e universidade: ressonâncias educacionais, dialogias entrecruzadas e ecologia de saberes no presente histórico. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 7, n. 7, p. 63-75, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2648>. Acessado em: 04 abr. 2025.
- HADDOCK-LOBO, R. A desconstrução. *Revista Cult* (Dossiê Jacques Derrida), n. 195, p. 25-29, São Paulo, out de 2015.
- HADDOCK-LOBO, R. Derrida e a oscilação do real. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p. 25-46, 2013.
- HADDOCK-LOBO, R. *Para um pensamento úmido: a filosofia a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Nau Editora PUC-Rio, 2011.

- LOPES, A. C. Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “Marxismo Cultural”. *Arquivos analíticos de políticas educativas*, v. 27, n. 109, p. 1-21, 2019a. Disponível: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4881/2303>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- LOPES, A. C. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: LOPES, A.; MENDONÇA, D. (orgs.). *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2015. v. 1, p. 117-147.
- MALATESTA, N. F. D. *A lógica das provas em matéria criminal*. São Paulo: Edijur, 2022.
- MATOS, A. S. M. C.; SILVA, F. G. Testemunhar é possível? Reflexões a partir de Jacques Derrida e Giorgio Agamben. *Revista Veritas*, Porto Alegre, v. 68, n. 1, p. 1-16, jan.-dez, 2023.
- MORAES, M. J. D. Becos, esquinas, ruas e marquises. In: BORGES-ROSARIO, F.; MORAES, M.; HADDOCK-LOBO, R. (orgs.) *Encruzilhadas filosóficas*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020b. p. 62-80.
- MORAES, M. J. D. *A escritura em três tempos: Uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. 2013. 108f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013a.
- MORAES, M. J. D. Acontecimento e desconstrução. *Cadernos da FaEL*, Nova Iguaçu, v.3, n. 8, p. 1-18, 2010. Disponível em: <https://unig.br/wp-content/uploads/ACONTECIMENTO-E-DESCONSTRUCAO.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- NEGRIS, A.; MORAES, M. J. D. Os fins do homem segundo Jacques Derrida. *Revista Paranaense de Filosofia*, União da Vitória, v. 3, n. 1, p. 89-110, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33871/27639657.2023.3.1.7793>.
- PINHEIRO, D. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016. Motivações e cotidiano. *Iluminuras*. Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 265-283, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/75746/43151>. Acesso em: 03 abr. 2025.
- PINTO, M. C. *Ocupações de escolas como acontecimento: uma democracia por vir*. 2024. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/22107/2/Tese%20-%20Marinazia%20Cordeiro%20Pinto%20-%202024%20-%20Completa.pdf>.
- SANTOS, M. dos R. *Demandas curriculares das ocupações das escolas na cidade do Rio de Janeiro*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- SOLIS, D. E. N. *Desconstrução e arquitetura: uma abordagem a partir de jacques derrida*. Rio de Janeiro: Editora Uapê, 2009.
- SOLIS, D. E. N.; ROSÁRIO, F. B. do. A legislação antirracista e a escola como lugar de confissão. *Voluntas*. Revista Internacional de Filosofia, Santa Maria, v. 10, ed. Especial, p. 200-215, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.voluntas/article/view/39851> . Acesso em: 15 mar. 2025.

Testemunhos de sujeitos-professores de línguas: dizeres sobre o Novo Ensino Médio e seus itinerários

Testimonies of Language Teachers: Utterances about the New Brazilian High School and its Pathways

Irene Cristina Kohler

Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS) | Chapecó | SC | BR
irene.kohler@estudante.uffs.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-1260-0639>

Ângela Derlise Stübe

Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS) | Chapecó | SC | BR
angelastube@uffs.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-1890-5513>

Resumo: A Lei n.º 13.415 (Brasil, 2017), ao instituir a reforma do Ensino Médio, reorganiza o espaço escolar e convoca o sujeito-professor a se significar em novas condições de produção, marcadas pela lógica da flexibilização. Nesse cenário, este artigo analisa enunciativos de sujeitos-professores de línguas da rede pública estadual de Chapecó/SC, chamados a lecionar nos Itinerários Formativos, tomando-os como testemunhos inscritos na linguagem a partir de um lugar de deslocamento. O objetivo é compreendê-los não como relatos individuais, mas como dizeres atravessados pela memória, pela ideologia e pelo confronto com o que se institui como verdade sobre a escola pública. A pesquisa ancora-se na Análise de Discurso de linha francesa, conforme formulada por Orlandi (1999 [2020]), em articulação com as noções de memória subterrânea (Pollak, 1989) e de testemunho como gesto que não se fecha no sentido (Mariani, 2016). O corpus é composto por três sequências discursivas recortadas de entrevistas realizadas em 2022, nas quais o funcionamento da linguagem se marca por hesitação, repetição e metáfora. Esses elementos produzem efeitos de sentido que apontam para um real resistente à simbolização e inscreve modos de ser e estar professor na escola pública.



Desse modo, o sujeito-professor aparece atravessado por uma memória que escapa à política oficial e reinscreve a experiência do ensinar como gesto ético-político. O testemunho, nesse funcionamento, não organiza a memória como lembrança, mas como insistência que desestabiliza consensos e abre espaço para outras possibilidades de escuta sobre a escola pública.

Palavras-chave: testemunho; sujeito; memória discursiva; Análise de Discurso; política educacional.

Abstract: Law No. 13,415 (Brazil, 2017), by instituting the reform of Brazilian upper secondary education, reorganizes the school space and calls upon teachers to signify themselves under new conditions of production, marked by the logic of flexibilization. In this context, this article analyzes utterances of language teachers from public schools in Chapecó/SC, who were called to teach in the so-called *Itinerários Formativos* [formative tracks], taking them as testimonies inscribed in language from a place of displacement. The aim is to understand them not as individual accounts, but as sayings traversed by memory, ideology, and the confrontation with what is instituted as truth about public schooling. The research is grounded in French Discourse Analysis, as formulated by Orlandi (1999 [2020]), in articulation with the notions of subterranean memory (Pollak, 1989) and testimony as a gesture that does not close in meaning (Mariani, 2016). The corpus consists of three discursive sequences drawn from interviews conducted in 2022, in which the functioning of language is marked by hesitation, repetition, and metaphor. These elements produce meaning effects that point to a real resistant to symbolization and reinscribe ways of being and inhabiting the teaching profession in public schools. In this sense, the teacher-subject appears as traversed by a memory that escapes official policy and reinscribes the experience of teaching as an ethical-political gesture. Testimony, in this functioning, does not organize memory as remembrance, but as an insistence that destabilizes consensus and opens space for other possibilities of listening to the public school.

Keywords: testimony; subject; discursive memory; Discourse Analysis; education policy.

1 Introdução

Este artigo resulta de um recorte de uma pesquisa de doutorado e se inscreve como um gesto de escuta e interpretação do dizer de sujeitos-professores de línguas da rede pública estadual de Santa Catarina, atravessados pelas reformulações recentes que reconfiguram o Ensino Médio brasileiro. Busca-se compreender como esses sujeitos, interpelados pelas políticas de flexibilização curricular e convocados a ocupar outros espaços simbólicos e pedagógicos – os chamados itinerários formativos –, significam sua prática, sua formação e os deslocamentos que atravessam o lugar do professor diante das novas exigências escolares.

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar enunciados produzidos por professores da rede estadual como testemunhos discursivos, tomando-os não como relatos individuais ou pessoais, mas como inscrições marcadas pela memória, pela ideologia e pelo confronto com o que se institui como verdade sobre a escola pública. A escuta aqui mobilizada não busca transparência e completude: ela se volta ao que hesita, ao que se repete, ao que se desorganiza no discurso, e é nesse funcionamento que se delineia o testemunho como resistência, não no enfrentamento direto, mas na fissura, na falha, no deslocamento que se inscreve na linguagem.

Justificamos este estudo pela urgência de escutar o que os discursos oficiais tendem a silenciar. Em um cenário em que a escola pública é convocada a operar sob a lógica da eficiência, da autonomia e do empreendedorismo, torna-se necessário interrogar os efeitos dessa convocação sobre o sujeito-professor. Ao analisarmos sequências discursivas recortadas de entrevistas¹ realizadas com docentes inseridos no contexto do Novo Ensino Médio, colocamos na contramão do discurso da adaptação totalizante. Compreendemos que há dizeres que insistem, que se recusam à captura, que funcionam como memória subterrânea (Pollak, 1989), desestabilizando o consenso imposto e reinscrevendo uma experiência marcada por precariedade, improviso e solidão.

Ancorado na Análise de Discurso, especialmente nos trabalhos de Pêcheux (2014 [1988]) e Orlandi (1999 [2020]), este estudo compreende que,

[...] o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Pêcheux, 2014 [1988], p. 146).

Assim, o discurso não é apenas a expressão do pensamento de um sujeito individual, mas o efeito da posição que esse sujeito ocupa em relação às formações ideológicas e discursivas. A interpelação ideológica, conforme Pêcheux (2014 [1988], p. 149), transforma indivíduos em sujeitos do discurso: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem”. Ao analisarmos o funcionamento da linguagem em sequên-

¹ Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul, aprovado em 11 de julho de 2022, Parecer n.º 5.433.146. CAAE 58701322.4.0000.5564. O estudo foi registrado na Plataforma Brasil e conduzido em conformidade com as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, que regulam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. As entrevistas, realizadas em 2022, ocorreram somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); todos os áudios foram gravados, transcritos integralmente e anonimizados para assegurar a confidencialidade dos participantes.

cias como “*do nada, solitariamente*”, “*nada, nada, nada*” e “*começar do zero*”, buscamos compreender como esses testemunhos funcionam como gestos de resistência – não pela via de uma afirmação heroica, mas pela insistência em dizer aquilo que o discurso político tenta apagar.

Este artigo se organiza em quatro momentos, pensados como movimentos que se enlaçam na tentativa de escutar o que resiste no dizer dos sujeitos-professores. No primeiro, voltamo-nos à construção do referencial teórico que sustenta o gesto de análise, articulando a Análise de Discurso à noção de testemunho como insistência e a de memória como disputa. No segundo, situamos as condições de produção dos enunciados, compreendendo o modo como a política educacional recente atravessa e desestabiliza o espaço escolar. No terceiro, nos aproximamos do *corpus* e do gesto analítico, interpretando sequências discursivas como materialidades que carregam falhas, repetições, hesitações, marcas de um dizer que se descola do previsto. Por fim, nas considerações finais, retomamos os deslocamentos operados pelo testemunho e os sentidos que se inscrevem quando o sujeito-professor, mesmo entre fissuras, insiste em dizer.

2 Discussão teórica

Ainda que ancorado na Análise de Discurso de linha francesa, conforme formulada por Orlandi ([1999] 2020), o gesto analítico aqui construído se sustenta também em uma articulação teórica que reúne autores de diferentes campos do conhecimento, cujos trabalhos operam deslocamentos e aberturas dentro do próprio espaço da linguagem. Orlandi, situada na tradição inaugurada por Pêcheux, articula materialismo histórico, linguística e psicanálise, compreendendo o sujeito como efeito da ideologia e da linguagem. Pollak (1989), a partir da sociologia da memória, trabalha com a noção de memórias subterrâneas, interessando-nos por pensar como certos dizeres resistem, apesar dos processos de silenciamento institucional. Mariani (2016), por sua vez, formula uma interlocução entre a Análise de Discurso e a Psicanálise, apontando para os modos como a resistência se inscreve nos gestos de dizer e nos efeitos de sentido. Já Pfeiffer, Silva e Petri (2019) retomam os fundamentos da AD para pensar a constituição discursiva do sujeito-professor em meio às políticas educacionais recentes. Assim, embora partam de referenciais teóricos distintos, esses autores se encontram na possibilidade de tensionar a relação entre linguagem, memória e poder. Suas formulações, quando postas em relação, funcionam de modo produtivo, permitindo conceber o discurso como lugar de disputa, de deslocamento e de inscrição do sujeito em meio às forças que o atravessam.

Pensar o testemunho com Pollak (1989) é compreender que toda memória constitui um campo de forças, um lugar onde se travam disputas, se instituem versões e se silenciam outras. Diferentemente da concepção de memória como mero depósito de lembranças, sua formulação desloca o olhar para aquilo que permanece à margem do registro oficial: as chamadas memórias subterrâneas, que resistem ao apagamento e reaparecem, muitas vezes de forma fragmentária, em momentos de crise. Essa perspectiva, destacada pelo autor, produz sentido nas falas dos sujeitos-professores, permitindo reconhecê-las não como relatos neutros, mas como modos de fazer memória que se insurgem contra a hegemonia discursiva, isto é, contra o conjunto de sentidos cristalizados por políticas, documentos e discursos institucionais que pretendem naturalizar a reforma curricular como inevitável e benéfica. Ao trazer à tona a falta de infraestrutura, o imprevisto pedagógico e o desânimo que atravessam o coti-

diano escolar, esses testemunhos reabrem a disputa pelos significados da escola, fissurando o consenso que sustenta o projeto oficial.

É importante destacar que Pollak (1989) insiste na problematização de que a memória não é apenas pessoal ou coletiva, mas também política. Os sujeitos que se autorizam a falar, ou que rompem o silêncio para fazê-lo, deslocam os marcos daquilo que é legitimado como história. Quando o autor afirma que “as memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989, p. 10), aponta para o modo como certas falas, mesmo frágeis ou hesitantes, carregam consigo uma força subversiva. Elas funcionam como frestas, como incômodos que desafiam o consenso e produzem deslocamentos nos sentidos autorizados pelo discurso oficial.

No deslocamento entre memória e linguagem, Mariani (2016) propõe uma compreensão do testemunho que vai além da narrativa de um vivido traumático: há aí uma inscrição do real, do impossível de simbolizar, no corpo do discurso. Mobilizando os trabalhos de Pêcheux e Lacan, a autora afirma que “o real evocado por Pêcheux aponta para outro tipo de saber, não redutível ao que se espera do saber produzido [...] pelas ciências” (Mariani, 2016, p. 49). O testemunho se apresenta, então, como gesto de dizer que não fecha o sentido, mas o fura: é nesse furo, nesse excesso que insiste, que a linguagem resiste.

É na ordem da dimensão de um indizível, de um furo presente na linguagem, que testemunho será pensado aqui. Deve-se lembrar de que o testemunho é da ordem do memorável, esse é um dos seus aspectos. Dar um testemunho aponta para um falar urgente, para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem (Mariani, 2016, p. 50-51).

É por isso que, nos dizeres dos sujeitos-professores de línguas não se produz um relato de formação, mas uma inscrição de si atravessada por opacidade, angústia e impossibilidade de domínio sobre o próprio lugar. O sujeito não fala *de* um acontecimento, mas *desde* um acontecimento que o desestabiliza. Mariani (2016, p. 143) propõe pensar o testemunho como uma forma de “dar ordem a essa tentativa de inscrição na história, do memorável”. Para a autora, como a linguagem não comporta um todo-dizível, aquilo que pode ser lembrado por meio dela carrega também o que escapa, o que não se diz completamente. Por isso, a autora recomenda incluir na discussão a noção de esquecimento, entendendo que “o esquecer caminha lado a lado com o testemunho daqueles que querem registrar determinadas memórias”. Nesse percurso, o esquecimento é abordado a partir “da impossibilidade de um tudo lembrar-se do que está no cerne da constituição do sujeito” o que leva a autora a interrogar: “o que seria o esquecimento? O que é, como funciona o esquecer? Por que esquecemos ou por que, ao contrário, insistimos em lembrar, supondo na memória a verdade?” (Mariani, 2016, p. 143). É nesse ponto que a interlocução com Orlandi se torna indispensável. Ao trabalhar com a noção de memória, Orlandi (1999 [2020]) propõe que seja trabalhada em relação ao interdiscurso.

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponi-

biliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 1999 [2020], p. 29).

Os testemunhos analisados neste artigo funcionam precisamente nesse ponto: ao serem mobilizados por um presente precário, retomam, de maneira equívoca, fragmentada, memórias que não são apenas suas, mas que circulam e se acumulam como restos de outras políticas, de outras exclusões. Como afirma Orlandi (1999 [2020], p. 44), “o sujeito não é senhor de sua fala [...] há sempre um outro que fala nele”, e é nessa heterogeneidade que se inscreve o que chamamos de resistência discursiva.

Já a contribuição de Pfeiffer, Silva e Petri (2019) opera sobre o plano das condições políticas e ideológicas que estruturam a escola e os objetos que nela circulam. Ao analisarem o funcionamento da língua escolar, as autoras mostram como os documentos oficiais, especialmente a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, constroem um efeito de homogeneização que apaga as tensões constitutivas da língua e dos sujeitos. Como afirmam, “o efeito de coincidência entre língua portuguesa, língua nacional, língua oficial, língua materna” é sustentado por um “imaginário social em funcionamento dentro e fora da escola” (Pfeiffer; Silva; Petri, 2019, p. 123). Esse efeito de transparência esconde a violência simbólica da política que institui o português como língua de todos, apagando as línguas indígenas, africanas e estrangeiras, bem como as variações internas da própria língua. Ao escutarmos os sujeitos-professores falando da “ausência de preparo”, da “imposição de conteúdos que ninguém conhece”, percebemos que esse funcionamento ideológico se atualiza também na constituição da identidade docente: sujeitos interpelados como polivalentes, adaptáveis, disponíveis, mesmo que precarizados. A escuta do testemunho permite, então, desestabilizar esse efeito de evidência, abrindo espaço para a inscrição do conflito.

Desse modo, a interlocução entre esses autores se constitui enquanto gesto de aproximação política e teórica sobre o modo de significar o sujeito na linguagem. Pollak (1989) e Mariani (2016) deslocam a memória de uma função de registro para uma dimensão de insistência: ela se impõe, ainda que interdita, como ruído na linearidade do dizer autorizado. Orlandi ([1999] 2020), por sua vez, desestabiliza a evidência da autoria plena ao reinscrever o sujeito como efeito de uma história que o atravessa, e não como origem de si. Pfeiffer, Silva e Petri (2019), tensionando o lugar da escola como espaço neutro de transmissão do saber, mostram que a política curricular opera pela via do silenciamento da diferença, sustentada por um imaginário de língua única, de sujeito adaptável e de consenso possível.

3 Condições de produção

As condições de produção, segundo Orlandi (1999 [2020], p. 28), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção”. Segundo a autora, podemos dividir as condições em dois momentos: Uma, em um contexto imediato e a outra no contexto sócio-histórico, ideológico.

As entrevistas que compõem este trabalho foram realizadas entre os dois semestres de 2022 com professores de escolas estaduais do município de Chapecó (SC). Trata-se de sujeitos atravessados por um reordenamento curricular instaurado a partir da Lei n.º 13.415

(Brasil, 2017), que os interpela a ocupar não apenas novos espaços pedagógicos, mas também simbólicos. Aprovada em um contexto autoritário e sob forte articulação entre Estado e setor privado, a reforma do Ensino Médio passou a operar com força normativa a partir de 2022. Amparada pela retórica da escolha, da autonomia e da flexibilidade, a nova legislação reorganiza a escola em torno de trilhas, projetos e itinerários. Contudo, como lembra Kuenzer (2017),

Entre as principais críticas, algumas merecem destaque [...] inicialmente, o repúdio à forma autoritária que orientou todo o processo, desde a elaboração da proposta inicial pelos setores já citados, à edição da Medida Provisória aprovada em setembro de 2016, à apresentação, rápida discussão e aprovação do Projeto de Lei que reproduziu a medida provisória em fevereiro de 2017, tudo em prazo exíguo, sem que fossem abertos espaços para o debate aprofundado pelos docentes, especialistas, pesquisadores e estudantes que atuam, estudam e sofrem a realidade do ensino médio no Brasil (Kuenzer, 2017, p. 336).

Do ponto de vista discursivo, essa reforma não apenas redistribui os conteúdos escolares: ela desloca sujeitos, compromete formações e convoca sentidos que se sustentam na lógica neoliberal. A promessa de protagonismo juvenil e de personalização da aprendizagem, como discutem Pfeiffer e Grigoletto (2018), esconde uma divisão: “a oferta das escolas pode restringir, ou mesmo ignorar, o atendimento ao interesse do aluno”, já que dependerá das “possibilidades das redes de ensino” (Pfeiffer; Grigoletto, 2018, p. 11). Essa tensão entre o que se anuncia como liberdade e o que se impõe como restrição atravessa também o discurso do sujeito-professor.

Foi nesse cenário que se produziu o *corpus* desta pesquisa. As entrevistas, de caráter semiestruturado, são tomadas como enunciados atravessados por memórias, silenciamentos e deslocamentos. Seguindo a compreensão de Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016), não se trata de um *corpus* dado, mas de um arquivo discursivo: “efeito de uma prática de recorte e de deslocamento” (Guilhaumou; Maldidier; Robin, 2016, p. 138), produzido por um gesto de interpretação que, ao selecionar certos dizeres, marca os pontos de tensão, contradição e resistência.

As três sequências discursivas analisadas foram selecionadas por apresentarem traços recorrentes no dizer dos sujeitos-professores, a exemplo da referência à falta de estrutura, da ruptura com saberes anteriormente estabilizados e da dificuldade em reconhecer-se no lugar que a reforma lhes impõe. Tais traços funcionam, no interior do discurso, como regularidades que remetem a uma política educacional atravessada pela precariedade, pela desestabilização das formas historicamente construídas de ser e estar professor, e por gestos de resistência. A noção de regularidade aqui mobilizada se aproxima da formulação de Fernandes e Vinhas (2019, p. 142-143), para quem as regularidades não são formas estáveis ou fixas, mas “processos regulares que tomam certa direção, orientados por determinações ideológicas, mas que podem se transformar, mudar de orientação, conforme o interdiscurso”.

Ao eleger essas três sequências discursivas, o que se dá é a possibilidade de analisar, a partir de gestos de interpretação, como o dizer do sujeito-professor se inscreve nesse novo desenho curricular como espaço de conflito. Os sentidos aí não se estabilizam: eles hesitam, se metaforizam, fragmentam-se. E é justamente nesse funcionamento, nas hesitações, nas dobras do dizer, que se pode escutar algo da ordem da resistência, aquela que se tece no

cotidiano, na dispersão, no anonimato, atravessada por pausas, cansaços, deslocamentos e improvisos que tensionam o funcionamento da reforma.

Esses dizeres funcionam, neste gesto analítico, como enunciações que emergem de um lugar de atravessamento pelo real, pela história, pela violência simbólica das políticas educacionais em curso. O testemunho, nesse sentido, é o que insiste mesmo quando a linguagem parece não dar conta; é o que comparece, com lacunas e falhas, como marca de uma experiência impossível de ser completamente dita, mas que ainda assim se diz. Escutamos, nas hesitações e nos silêncios, os efeitos de uma política que impõe a reorganização da escola pública e desloca os sujeitos-professores para um lugar de instabilidade, em que ensinar é também resistir.

4 Do gesto analítico

Para desenvolver o nosso gesto analítico, a seguir, nos ancoramos na Análise de Discurso, especialmente nos trabalhos de Orlandi (1999 [2020], p. 57) compreendendo que esta teoria “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.” Ainda,

O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentido: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se inter-relacionam. É tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão (Orlandi, 1999 [2020], p. 58).

É nesse entremeio, entre o que se repete e o que resiste, que os dizeres docentes aqui analisados funcionam. E é também aí que este trabalho se arrisca: ao escutar, na linguagem, os gestos de um testemunho que, mesmo atravessado por descontinuidade, inscreve os efeitos de uma política que configura o trabalho docente sob o signo da flexibilização e do empreendedorismo, mas que encontra, na materialidade da fala, os desvios possíveis, as brechas, os deslocamentos.

Para fins de organização, as sequências discursivas recortadas das entrevistas serão indicadas como **SD**, enumeradas sequencialmente conforme forem sendo mobilizadas ao longo do texto. A sigla **SPS** refere-se à posição-sujeito de “sujeito-professor de línguas em serviço”, e o número que a acompanha indica a ordem de aparecimento do sujeito nas entrevistas. As formulações que serão objeto de análise detalhada estarão marcadas em **negrito** e, no decorrer do gesto analítico, as marcas mobilizadas estarão entre *aspas e itálico*, conforme o recorte principal que orienta a interpretação. Na transcrição das falas, utilizam-se os seguintes símbolos: / indica pausas curtas; //, pausas mais longas ou mudança de entoação; e [...], supressões de trechos não transcritos por não se relacionarem diretamente ao recorte analítico.

4.1 “Nada, nada, nada”: o testemunho da imposição e da precariedade como política

Neste tópico, tomamos a repetição insistente de “nada” como porta de entrada, na SD1, para problematizar o modo como a reforma do Novo Ensino Médio, ao chegar à escola pública, se materializa como falta – de tempo, de estrutura, de diálogo – e, desse modo, desloca ao sujeito-professor a responsabilidade pelo fracasso anunciado. Inscrevendo-nos em uma perspectiva discursiva propomos lançar o olhar sobre a materialidade linguística de SD1 para compreender como essa precariedade, erigida em política, funciona discursivamente como imposição simbólica que naturaliza o imprevisto e instala o desânimo como efeito de sentido coletivo. É a partir desse gesto analítico que, adiante, examinaremos como o testemunho do sujeito-professor 7 (SPS7)², que ministra o Componente Curricular Projeto de Vida, convoca

² SPS7 designa o *Sujeito-Professor de línguas em Serviço* n.º 7: um código alfanumérico atribuído para ordenar os participantes entrevistados e salvaguardar seu anonimato durante a análise discursiva.

uma escuta para aquilo que a narrativa oficial da inovação busca apagar: a memória da imposição vertical e da ausência como regra.

- 1) **SD1 - Entrevistador:** [...] *eu gostaria que você nos contasse sobre a sua experiência na disciplina projeto de vida [...].*

SPS7- [...] a gente comenta bastante na escola porque esse projeto do novo ensino médio é desde 2014 né / e este governo esperou nos últimos meses do último ano pra / pra começar a mexer com / com / com isso /// Aí eles não prepararam professores / não mexeram na / na es /// na infraestrutura pra / pra / pra melhorar / nada / nada / nada / Então eu acho que é por isso um pouco que também a gente / a gente não se adaptou / o desânimo / veio assim de jogar de cima pra baixo. (SPS7- Projeto de Vida)

Como já dito anteriormente, compreendemos que a SD1, se inscreve como um testemunho da imposição simbólica e estrutural gerenciada pela política pública do Novo Ensino Médio. Ao rememorar o modo como a implementação da reforma se deu, o SPS7 o inscreve como acontecimento que desloca e desestabiliza as condições materiais e simbólicas do trabalho docente. O enunciado da SD1, atravessado por repetições, pausas e hesitações, estrutura-se como gesto de denúncia que rompe com a memória oficial da reforma, ao mesmo tempo em que produz sentidos de insuficiência das condições para que o novo currículo se efetivasse na escola pública. Payer (2006) chama a atenção para a forma enunciativa da denúncia e, ao buscar elementos que situam esse significante, compreende-a “enquanto ação de linguagem, em um jogo entre o visível e o invisível, entre o dito e a-dizer, entre o feito e o fazer” (Payer, 2006, p. 63).

A partir desse entendimento, é possível aprofundar a análise do gesto de denúncia presente na SD1 por meio da discussão proposta por Payer (2006). Desse modo, ao considerar elementos de discurso presente em tais definições compreendemos, com Payer (2006), que a denúncia, enquanto gesto enunciativo, produz uma implicação fundamental: o que é dado a conhecer discursivamente constitui um objeto que, ao ser enunciado, demanda ou implica certas providências por parte de outrem. Conforme a autora, as condições de produção da denúncia colocam o sujeito que denuncia na posição de detentor de um saber discursivo, sendo-lhe possível apenas enunciar esse saber diante de um outro, “uma espécie de árbitro, este sim representado na condição de poder realizar uma outra ação, implicada na denúncia: tomar providência em relação ao objeto denunciado” (Payer, 2006, p. 64). Ainda, segundo Payer (2006, p. 66), denunciar um estado das coisas no contexto social “seja denunciar politicamente uma verdade relacionada à dominação” tem justamente a função de “fazer desdobrar o saber ali afirmado, levando ao aparecimento de outras enunciações no lugar mesmo onde se encontra instalada a verdade que ali aparece (d)enunciada”. Para a autora, a denúncia só se realiza enquanto gesto discursivo porque “supõe no horizonte da interlocução um sujeito representado na posição de tomar providências que levariam a reverter/modificar o estado de coisas denunciado” (Payer, 2006, p. 64).

É nesse horizonte teórico que a materialidade da SD1 pode ser retomada de forma mais localizada. Ao narrar “a gente comenta bastante na escola” a SD1 projeta um efeito de coletivização do dizer: não se trata de uma fala individualizada, mas de um saber que circula entre os sujeitos-professores, instaurando um ponto de memória compartilhada que tensiona o discurso dominante. Essa memória circulante se opõe ao que a política educacional busca ins-

tituir como narrativa oficial, os quais a lembrar, a da inovação, da oportunidade, da valorização do protagonismo juvenil. Em termos discursivos, essa oposição instala um conflito entre o discurso da política educacional (centrado no sucesso da implementação) e o testemunho / denúncia do SP1, que reinscreve a experiência concreta da escola como lugar de falta, improviso e desamparo.

A crítica, ao da época da entrevista, denunciada pelo SPS7 ao narrar “*esperou nos últimos meses do último ano pra mexer com isso*”, introduz, ao nosso ver, o eixo da temporalidade e da responsabilidade institucional. A construção de um tempo de espera, inércia e urgência, tensionada com o “*desde 2014*”, marca efeito de sentido de descontinuidade política, no qual o planejamento é substituído por imposição tardia, somente no ano de 2022. Esse descompasso temporal funciona, discursivamente, como marca de uma política de emergência que se descola das realidades escolares e se impõem verticalmente.

Desse modo, na SD1, o que se deixa ouvir no dizer do SPS7 “*não mexeram na infraestrutura / nada / nada / nada*” é um funcionamento de linguagem em que a repetição não se limita ao campo do estilo ou da ênfase, mas se instala como gesto de resistência. Dizer “*nada*”, reiteradamente, é fazer trabalhar o silêncio da política pública, reinscrevendo um real que ela tenta apagar. A repetição não duplica, mas desloca: não se trata de uma mesma palavra, mas de um dizer que insiste na ausência, que a reatualiza e a intensifica. A linguagem, aí, não se dobra à política; ela a interrompe. O SPS7 não adere ao jogo da promessa, ele o desestabiliza. No excesso do “*nada*”, o que emerge é o fora do discurso reformista, aquilo que não pode ser sustentado por ele, mas que o atravessa e o denuncia.

O fechamento da sequência é significativo em nosso gesto: “*a gente não se adaptou / o desânimo / veio assim de jogar de cima pra baixo*”. Compreendemos que a expressão “*jogar de cima pra baixo*” convoca uma imagem de imposição vertical e abrupta, que apaga a participação dos sujeitos escolares no processo de decisão. Essa imagem se inscreve como materialidade do que Pollak (1989) denomina memória subterrânea, os dizeres que, por fora da memória oficial, produzem resistência ao reinscrever um trauma coletivo: o da reforma que precariza o fazer docente.

A inscrição do desânimo, na SD1, como efeito direto da forma como a política veio – “*o desânimo veio assim*” – desloca o funcionamento da responsabilização individual. Não se trata, nesse dizer, de um fracasso de adaptação, mas da produção de um efeito de mal-estar que se institui nas mesmas condições de implementação da política. O SPS7, por esse funcionamento, não falha: ele *não se adapta*, ele se coloca fora do jogo.

Nessa perspectiva, na formulação “*a gente não se adaptou*”, o SPS7 se inscreve como aquele que não ocupa o lugar previsto no discurso da política, ou seja, o lugar de quem acolhe a mudança e a faz funcionar. Ao contrário, há um gesto que se desvia, que faz falhar a interpelação, ao não coincidir com o sujeito ideal da reforma. Não há adesão, mas também não há confronto direto; o que se formula aí é uma posição que produz tensão o próprio dispositivo de enunciação: “*não se adapta*”, “*desânimo*”, “*jogado de cima pra baixo*”.

Tal funcionamento do dizer, ao se afastar do eixo da culpabilização individual, desestabiliza o discurso oficial e reinscreve uma outra memória, não como lembrança, mas como efeito de linguagem. A análise não revela essa memória: ela a acompanha em sua inscrição, nos gestos que a linguagem deixa ver. É no *desânimo*, no *não adaptação*, no *jogado*, que se materializa um resto, aquilo que a política tentou apagar, mas que retorna pela palavra.

Portanto, o testemunho da professora SPS7 não se configura apenas como denúncia de fatos, ele é uma forma discursiva de produzir memória coletiva sobre a imposição simbólica da política educacional, e, ao fazer isso, se constitui como resistência. A linguagem aqui não apenas relata o acontecido: ela inscreve o sentido da imposição, do abandono, da fratura entre a política e a escola, funcionando como gesto ético-político de dizer o que o discurso oficial busca apagar.

4.2 “Do nada / solitariamente”: o testemunho do imprevisto e da responsabilização individual

Se, na sequência discursiva anterior, a linguagem funcionou como inscrição de uma memória que resiste ao apagamento produzido pelo discurso oficial, deslocando o dizer para além da denúncia e se constituindo como gesto político, o que se apresenta agora é o funcionamento de um outro regime de sentido: aquele que, ao mesmo tempo em que aponta a precariedade da política implementada, reinscreve no sujeito a responsabilidade por fazer funcionar o que não foi dado. O testemunho da professora SPS1 desloca o foco do abandono coletivo para a solidão do fazer individual, marcando, nos silêncios e repetições, o funcionamento de uma ideologia que naturaliza o imprevisto como resposta possível. A linguagem, aqui, não diz apenas da falta, mas ela a institui como modo de existir na escola. Vejamos a SD2, do SPS1 que ministra o Componente Curricular Educação empreendedora:

- 2) **SD2 - Entrevistador:** *Gostaria que nos contasse sobre sua experiência em atuar nas disciplinas dos itinerários formativos do novo ensino médio.*

SPS1 - *Então / assim / tudo que tô fazendo / tive que pegar de quem tinha / de quem conhecia e sabia / e formando do /// do zero / Do nada / Tive que construir as duas matérias novas / assim / só /// solitariamente / né / com ajuda dos professores / com ajuda da / da direção / das assessoras enfim / É difícil / Mas tô sobrevivendo [...]* (SPS1 – Educação empreendedora).

Poderíamos considerar que, no funcionamento desta sequência discursiva, o SPS1 se inscreve em uma posição de quem precisa dizer, ainda que o que se tem a dizer seja justamente da ordem da falta: de estrutura, de formação, de sustentação. Não parece ser um dizer qualquer, há algo que o obriga a organizar minimamente uma fala, ainda que marcada por pausas, hesitações e por uma escolha lexical que indica esforço: “*pegar de quem tinha*”, “*do nada*”, “*solitariamente*”.

Talvez o gesto que se realiza aqui possa ser compreendido como um gesto de testemunho no sentido proposto por Mariani (2016), quando aponta que testemunhar não se reduz a relatar um fato, mas constitui-se como um modo de falar de uma experiência que resiste à nomeação plena. Segundo a autora, testemunho implica “um falar urgente, para o não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem” (Mariani, 2016, p. 51). A formulação “*do zero / do nada*” não parece apenas indicar um começo cronológico, mas, discursivamente, marca o deslocamento de um sujeito-professor de seu lugar de saber para um lugar não legitimado, não preparado, um espaço que, se não é estranho à política, é, talvez, estranhado pelo SPS1.

A maneira como o SPS1 organiza sua fala: marcada por pausas e autocorreções, pode funcionar como indício de que se está diante de uma experiência que não encontra facil-

mente sua forma de inscrição. Mariani (2016, p. 55) aponta que há algo no testemunho que “não se escreve completamente, que não se transmite por inteiro”. E talvez seja exatamente esse ponto que o SPS1 tenta sustentar: um entre-lugar entre o saber que foi exigido dela e a ausência das condições para que esse saber se tornasse possível.

Desse modo, pode-se dizer que o enunciado “*mas tô sobrevivendo*”, na SD2, funciona como um gesto ambíguo e talvez aí também se localize um efeito de resistência. Ao mesmo tempo em que aponta para uma espécie de resiliência, que parece esperada pelas instituições educacionais atuais, ele também denuncia o esforço silencioso e solitário de alguém que precisa suportar a ausência de reconhecimento e de estrutura. O SPS1 não diz que “está vencendo”, mas apenas que “sobrevive”, o que, nesse funcionamento, parece deslocar o discurso da superação para uma crítica que talvez não seja frontal, mas funciona no modo de dizer.

Se, por um lado, o testemunho da SPS1 mobiliza a linguagem para reinscrever uma experiência de abandono e improviso, por outro, ele também funciona como aquilo que Pollak (1989) identifica como trabalho da memória em contextos de dominação: há um equilíbrio instável entre o que pode ser dito e o que precisa ser silenciado para manter o pertencimento. O silêncio sobre a impossibilidade real da tarefa docente é interrompido por uma fala que parece ser autorizada a partir de um registro subjetivo, hesitante, não confrontacional. Pollak (1989, p. 10-11) aponta que “há uma fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável”, e que o testemunho, em sua forma fragmentária, tensiona essa fronteira ao inscrever uma memória “proibida” ou “vergonhosa”. Ao dizer “*tô sobrevivendo*”, o SPS1 parece contornar a exigência de sucesso e produtividade que a interpela, inscrevendo-se num lugar de contradição, onde a linguagem hesita, mas ainda assim diz.

Não se trata, portanto, de ler este enunciado como expressão pessoal de descontentamento, mas como uma forma de reinscrever uma experiência que tende a ser apagada pelas versões oficiais da reforma. Se há, como propõe Mariani (2016), um sujeito inscrito no testemunho, ainda que parcialmente, pode-se dizer que aqui temos uma tentativa de enunciar o que insiste: a precariedade vivida como regra e a política vivida como ausência. E ao dizer isso, ainda que de forma hesitante, o SPS1 parece se colocar diante de nós como alguém que convoca uma escuta, não da superação, mas da impossibilidade da formação como projeto individual.

4.3 “*Começar do zero*”: o testemunho da ruptura e da descontinuidade formativa

A próxima sequência nos leva a outro funcionamento: o da ruptura. Se antes o improviso parecia ser a regra do cotidiano escolar, agora é o “*começar do zero*” que emerge como forma de inscrição de uma descontinuidade. Não se trata apenas da ausência de formação, mas da quebra de uma memória de pertencimento em que o testemunho se inscreve como efeito da política que fragmenta, rompe e apaga trajetórias.

- 3) **SD3 - Entrevistador:** *Gostaria que nos contasse um pouco sobre sua experiência em atuar na disciplina Projetos de Vida.*

SPS3 - [...] *E confesso / assim / que é muito mais desafiante trabalhar essas seis turmas / porque é uma coisa que eu não estava acostumada a trabalhar /// Por exemplo / em Língua Portuguesa, eu já o /// desses nove anos / já trabalhei com o primeiro ano / Eu conheço os conteúdos / né /// eu já*

sei atividades que eu posso fazer / pesquisas / trabalhos em grupo / dinâmicas / e dentro de Projeto de Vida / eu tive que começar do zero / né [...] (SPS3 – Projeto de vida)

A sequência discursiva em análise, SD3, opera um gesto de testemunho que se estrutura pela oposição entre dois lugares de saber: de um lado, a familiaridade com a docência em Língua Portuguesa, marcada pela repetição da fórmula “*eu já*” “*eu já trabalhei*”, “*eu já sei*”, que produz o efeito de um sujeito-professor experiente, situado, reconhecedor de conteúdos e estratégias pedagógicas. De outro, a experiência com o componente Projeto de Vida, enunciada como novidade, exige do professor “*começar do zero*” – formulação que carrega forte carga de ruptura.

Essa oposição entre o já sabido e o ainda por ser é estruturante da narrativa. No plano do intradiscurso, como propõe Pêcheux (2014 [1988]), o sujeito articula seus dizeres atuais com o que já disse antes, instaurando um fio discursivo que marca a passagem de um tempo de domínio para um tempo de incerteza. A referência à experiência prévia – “*nove anos*” – sustenta a posição de um sujeito-professor que não fala do lugar do despreparo, mas de um deslocamento forçado de um saber legítimo para um saber em suspenso.

Na SD3, a formulação “*começar do zero*” não funciona como marca de um início absoluto, ainda que se anuncie como tal. Para a Análise de Discurso, nada começa do zero: todo dizer se inscreve em uma memória discursiva, mesmo quando se produz como ruptura. Nesse sentido, o funcionamento dessa expressão desloca-se da ideia de criação inédita para a de descontinuidade em relação a uma ordem anterior de saberes e práticas. Ao dizer que começa “*do zero*”, o SPS3 inscreve o efeito de uma ausência: a falta de memória institucional, de acúmulo pedagógico, de amparo formativo. Esse gesto de linguagem funciona, assim, como testemunho de uma quebra, não no sentido de vazio, mas de apagamento do que sustentava anteriormente a posição docente no campo disciplinar. Quando o SPS3 afirma que “*não estava acostumada*”, o que se inscreve não é apenas uma dificuldade, mas a marca de um deslocamento, de uma exigência que se apresenta como estranha ao seu campo de saber e, por isso, também à sua identificação profissional. É nesse ponto que a descontinuidade se faz ouvir: não como ausência total de sentido, mas como ruptura com o fio de significação que antes ampara o trabalho docente.

Esse dizer é atravessado pelo interdiscurso, o “sempre já dito” (Orlandi, 1999 [2020], p. 29), que sustenta os sentidos do presente, na medida em que remete a um discurso anterior que reconhecia a disciplina de Língua Portuguesa como espaço legítimo de saber escolar, com conteúdo definido, metodologias recorrentes e avaliação regular. O contraste com o Projeto de Vida não é apenas um contraste de conteúdo, mas de condições ideológicas de funcionamento: o primeiro é ancorado numa formação disciplinar e acadêmica, o segundo em um modelo de intervenção comportamental com forte inspiração em discursos empresariais e de desenvolvimento pessoal, como mostram estudos sobre os materiais que sustentam esse componente (Demogalski; Silva, 2023).

A expressão “*começar do zero*”, portanto, funciona como uma metáfora do esvaziamento curricular e identitário, em que o saber acumulado não se transfere, não tem valor, não serve de referência. O SPS3 se vê lançado a um espaço novo que não reconhece sua formação, deslocando-o de sua posição anterior. Esse deslocamento, entretanto, não se dá sem marca: ao confessar sua dificuldade e expor sua insuficiência em outro lugar, o SPS3 resiste ao apagamento de sua trajetória e reinscreve sua experiência como memória discursiva subterrânea, nos termos de Pollak (1989). Há ainda um funcionamento interessante da marca “*confesso*”, no início da sequência. Este vocábulo convoca um lugar de enunciação marcado pela franqueza,

pela admissão de um incômodo – como um dizer que poderia não ser dito, mas que, ao ser enunciado, adquire força de testemunho

Por fim, a formulação na SD3, *“porque é uma coisa que eu não estava acostumada a trabalhar”* funciona como contraponto à política que pretende que os professores transitem livremente entre áreas e componentes. O testemunho docente, ao marcar esse não-lugar, desestabiliza a narrativa de fluidez e adaptabilidade que sustenta a reforma curricular, operando como resistência discursiva não pela via do embate direto, mas pela via da enunciação de um mal-estar institucionalizado.

5 Considerações finais: o testemunho como insistência e do dizer

Os dizeres analisados neste artigo funcionam como gestos que se inscrevem na linguagem a partir de um lugar de deslocamento e de reconfiguração. Não se trata apenas de falas sobre o trabalho docente, mas de testemunhos que materializam o esforço de significar a si e ao mundo escolar num momento em que a política educacional se organiza por lógicas de fragmentação, flexibilização e adaptação permanente. Nessas condições de produção, o testemunho torna-se não apenas possível, mas necessário, pois produz memória e reposiciona o sujeito-professor frente às injunções que o convocam a uma performance que muitas vezes desconsidera sua própria trajetória.

A importância desses testemunhos reside no modo como eles funcionam discursivamente como deslocamentos na ordem do dizível. Eles não se oferecem como resposta ou solução, mas como interrupção. Cada gesto de fala analisado, ao dizer *“do nada”*, *“solitariamente”*, *“nada, nada, nada”*, *“começar do zero”*, funciona como materialidade que carrega, além do presente vivido, a memória de exclusões, de silenciamentos e de improvisações. O testemunho, nesse funcionamento, produz efeitos de sentido que deslocam a imagem do sujeito-professor adaptável, empreendedor e resiliente, sustentada pela política do Novo Ensino Médio.

A partir das análises desenvolvidas, foi possível compreender que o testemunho desses sujeitos-professores funciona como uma forma de inscrição no discurso daquilo que resiste à naturalização da precariedade. O testemunho, tal como compreendido a partir de Mariani (2016), não recobre um vivido com palavras estáveis, mas perfura o tecido da linguagem com um dizer urgente, marcado pela tentativa de não deixar esquecer. Esse dizer se faz memória discursiva, no sentido proposto por Orlandi ([1999] 2020), ao reinscrever o sujeito em posições que desafiam a homogeneidade pretendida pelo discurso hegemônico. Falar, nesse contexto, é ocupar um lugar político no discurso: é significar-se como sujeito que tenta sustentar o que foi vivido sem que esse vivido seja imediatamente domesticado pela lógica da reforma.

Foi possível interpretar que o testemunho se organiza como resistência discursiva, não por confrontar diretamente a política educacional, mas por inscrever sentidos que não se alinham à linearidade da promessa de inovação. Nas fissuras do dizer, nos deslizamentos da linguagem, nas metáforas mobilizadas para tentar nomear o que escapa, o sujeito-professor deixa marcas de um processo de significação que não coincide com a posição que lhe foi designada. É aí que o testemunho ganha força: ele desestabiliza, exige escuta, e convoca novas formas de compreender o trabalho docente.

Esses testemunhos colocam em circulação uma outra memória da escola, uma memória subterrânea (Pollak, 1989) que se faz ouvir mesmo quando o discurso dominante tenta reiteradamente apagá-la. Eles operam como contra efeito ao apagamento simbólico das condições concretas da docência, à descontinuidade formativa, à solidão da prática e ao deslocamento do sujeito para espaços que exigem performar um saber que não foi historicamente construído com ele. O dizer do sujeito-professor, nesses testemunhos, assume o papel de reinscrever a experiência vivida no interior de um jogo discursivo marcado pela assimetria entre o que se impõe e o que se sustenta.

Assim, o testemunho não apenas informa: ele ressignifica. Ao circular como enunciado, ele reorganiza a memória discursiva sobre o que é ensinar, sobre o que é ser professor, sobre o que pode uma escola pública. As análises realizadas apontam que há, na linguagem dos sujeitos-professores, um movimento que, mesmo atravessado por precariedades, sustenta a existência de uma prática que insiste. Ensinar, nesse cenário, funciona como gesto que demanda mais do que competência: exige inscrição, desorganização e rearticulação constante de sentidos.

Concluir este texto não significa encerrar os sentidos que nele circulam, mas deixar aberto o campo das interpretações possíveis. O que aqui se analisou mostra que o testemunho dos sujeitos-professores se constitui como gesto ético-discursivo, operando com a força de uma memória que insiste e que, ao se inscrever, torna visível o que a política tenta tornar invisível. Escutar essas falas não é tarefa neutra: é assumir que, mesmo nas margens da linguagem, mesmo quando a fala hesita, o sujeito continua se significando e, nesse movimento, resiste.

Contribuição dos autores

A autoria deste artigo resulta da articulação entre diferentes lugares de produção acadêmica. Irene Cristina Kohler, doutora, inscreve-se pela elaboração das análises discursivas, pela sistematização do *corpus* e pela escrita do texto, fruto de sua pesquisa de doutorado. Sua contribuição envolve a mobilização de referenciais teóricos e a problematização das condições de produção que atravessam os dizeres analisados. Já Ângela Derlise Stübe, docente e orientadora, participa como coautora pela interlocução crítica constante, pelo acompanhamento do processo investigativo e pela sustentação teórica que permitiu o aprofundamento das análises. Nesse gesto de escrita compartilhada, a coautoria se configura como espaço de diálogo e de construção conjunta, em que experiência e formação se entrecruzam para sustentar a produção científica.

Agradecimentos

A autora Irene Cristina Kohler agradece ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU/FUMDES/Pós-graduação), mantido pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Educação, pela concessão da bolsa de estudos por meio da Chamada Pública 261/SED/2022, a qual possibilitou a dedicação à pesquisa e a realização deste trabalho.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 34, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.
- DEMOGALSKI, T.; SILVA, M. R. da. O instituto Ayrton Senna e a reforma do ensino médio: uma análise dos materiais produzidos para o Ensino Médio Integral de Tempo Integral (EMITI) em Santa Catarina. *Revista Exitus*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. e023045, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2216>.
- FERNANDES, C; VINHAS, L. L. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso* - LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190101-DO0119>.
- GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D; ROBIN, R. *Discurso e Arquivo*: Experimentações em análise de discurso. Tradução de Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- KUENZER, A, Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>.
- MARIANI, B, S, C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 48-63, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5335/rdes.v12i1.5890>.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020 [1999].
- PAYER, M, O. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: MARIANI, B. (org.). *As escritas e os escritos*: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 59-70.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1988].
- PFEIFFER, C. R. C.; GRIGOLETTO, M. Reforma do Ensino Médio e BNCC – Divisões, Disputas e Interdições de Sentidos. *Revista Investigações*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 7-25, 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/2175-294X.2018.237561>.
- PFEIFFER, C; SILVA, M, V, da; PETRI, V. Língua escolar: afinal, que língua é essa? *Revista Ecos*, Dourados, v. 27, n. 2, p. 117-152, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.30681/issn23163933v27n02/2019p117-152>.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 22 set. 2025.

A narrativa testemunhal como resistência política na jornada de Rudolf Brazda, homossexual deportado para o campo nazista de Buchenwald

The Testimonial Narrative as a Political Resistance in the Journey of Rudolf Brazda, Homosexual Deported to the Buchenwald Camp

Fábio Ávila Arcanjo

Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP) | Campinas | SP | BR

fabioarcanjo1981@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8525-9737>

Resumo: Este artigo pretende lançar luzes para um acontecimento ainda pouco explorado tanto na historiografia quanto no campo dos estudos em Análise do Discurso: a rememoração de teor testemunhal dos homossexuais que enfrentaram o nazismo. A nomeação “acontecimento” não é fortuita, já que esse conceito é tomado na esteira daquilo que foi teorizado por Pêcheux (2015), que pensava o acontecimento como uma inscrição, isto é, como algo que emerge a partir de uma formulação irremediavelmente equívoca, porém em uma conjuntura que privilegia efeitos de evidência e de estabilidade. O que está em jogo, neste trabalho, é colocar em discussão a construção de uma memória oficial a respeito das consequências do traumático regime nazista, partindo da hipótese de existência de uma formulação da memória que primou em apagar determinadas vivências, criando uma espécie de hierarquização entre as vítimas do nazismo. Esse apagamento deveu-se ao fato de que as relações sexuais entre homens permaneceram interditadas após o fim da libertação dos campos de concentração. Partindo da análise de alguns fragmentos da obra *Itinéraire d'un Triangle Rose*, escrito por Jean-Luc Schwab e Rudolf Brazda, o artigo parte do princípio de que há um gesto de resistência instaurado em duas frentes: uma em um confronto com formações discursivas (Pêcheux, 2014a) que ditam aquilo que pode



ser falado/escrito/lido; e outra, na qual há uma incontornável resistência ao trauma (Mariani, 2021), em um processo de deslizamento que se dá entre a melancolia (Baldini; Sousa, 2014; Freud, 2011) e o trabalho de luto (Freud, 2011).

Palavras-chave: testemunho; homossexualidade; nazismo; melancolia; resistência.

Abstract: This paper aims to shed light on an event that has not yet been fully explored in historiography and discourse analysis: the remembrance of testimonial content of homosexuals who faced the Nazism. The name “event” is not accidental since this concept is taken in the wake of what was theorized by Pêcheux (2015), who thought the event as an inscription, that is, as something that emerges from a irremediably misleading formulation, in a conjuncture that formulates evidence and stability effects. What is at stake in this work is to discuss the construction of an official memory about the consequences of the traumatic Nazi regime, starting from the hypothesis of the existence of a formulation of memory that aimed to erase certain experiences, creating a kind of hierarchy among the victims of Nazism. This deletion was due to the fact that sexual relations between men remained prohibited after the end of the liberation of the concentration camps. Starting from the analysis of some fragments of the book *Pink Triangle*, written by Jean-Luc Schwab and Rudolf Brazda, the article assumes that there is a gesture of resistance established on two fronts: One involves a confrontation with discursive formations (Pêcheux, 2014a) that dictate what can be spoken/written/read; and the other, in which there is an unavoidable resistance to trauma. (Mariani, 2021), in a sliding process that takes place between melancholy (Baldini; Sousa, 2014; Freud, 2011) and griefwork (Freud, 2011).

Keywords: testimony; homosexuality; nazism; melancholy; resistance.

1 Considerações iniciais

O nosso gesto inicial de escrita consiste em problematizar, de forma sucinta, em função dos limites de espaço concernentes a um artigo, o conceito de resistência. Para tanto, nossos referenciais teóricos apontam para dois campos interligados: a análise materialista de discurso e a psicanálise, com o conceito de resistência emergindo nesses campos em chaves distintas.

Freud, em seu clássico texto *Cinco lições de psicanálise*, publicado no ano de 1910, faz instigantes observações, operando uma breve retrospectiva de seu percurso na clínica (marcado pelo abandono do método catártico,¹ que lançava mão da estratégia do hipnotismo) a respeito de uma insistência instaurada no tratamento das angústias, ânsias e fantasias do paciente. Em uma basilar asserção, o psicanalista austríaco observa, em seus pacientes, que

as recordações esquecidas não se haviam perdido. Jaziam em poder do doente e prontas a reaparecer em associação com os fatos ainda sabidos, mas alguma força os detinha, obrigando-as a permanecer inconscientes. A existência dessa força pode ser seguramente admitida, pois sentia-se lhe a potência quando em oposição a ela, se intentava trazer à consciência do doente as lembranças inconscientes. A força que mantinha o estado mórbido fazia-se sentir como *resistência* do enfermo. (Freud, 1997, p. 24-25, grifo do autor).

Observamos, de antemão, o fato de que a *resistência*, nessa concepção, funciona como um entrave em meio a condições de formulação de sua clínica, nas quais ele se depara com a inscrição da histeria. Não à toa, ele pontua que “para o restabelecimento do doente mostrou-se indispensável suprimir essas resistências.” (Freud, 1997, p. 25). Esse processo de travamento recebe o nome de *repressão*, julgado e demonstrado por Freud (e isso é expresso claramente em suas cinco lições) pela inexorável emergência de algo que resiste com grande força.

Operemos, nesse instante, um salto de mais de meio século que nos levará ao pensamento do filósofo e idealizador da análise materialista de discurso, Michel Pêcheux. Curiosamente, estabelecendo um paralelo com o abandono do método catártico por Freud, o conceito de resistência, aqui, emerge fortemente por intermédio de um gesto de retificação, formulado no texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. A diferença é que para o primeiro, a resistência é o que permanece do que havia sido abandonado e para o segundo, por outro lado, a resistência é o que se inscreve por intermédio desse gesto retificador.

Explicamos melhor: há uma distância temporal de cerca de três anos entre *Les Vérités de la Palice* (*Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*, na tradução brasileira), publi-

¹ Tipo de tratamento oriundo da influência que o médico austríaco Josef Breuer exerce nos primeiros passos da clínica de Freud. Juntos, os autores publicaram o clássico texto *Estudos sobre a histeria*, no ano de 1895. O método, fortemente assentado no conceito aristotélico de catarse, lembrando que a dimensão estética sempre exerceu forte influência na trajetória de Freud, consistia em aplicar um forte domínio do médico diante do paciente, com o objetivo de “estabelecer os liames existentes entre as cenas patogênicas esquecidas e seus resíduos – os sintomas.” (Freud, 1997, p. 24). O autor pontua, nesse gesto de retificação, a respeito de uma inadequação e ineficácia desse modelo de tratamento, sendo substituído, *a posteriori*, pela escuta psicanalítica e pelas cadeias de associações que são travadas na fala do paciente em direção ao médico. Contudo, desse modelo catártico, Freud preserva, como pode ser observado em suas *Cinco lições de psicanálise*, o elemento da resistência como um entrave.

cado em maio de 1975 e “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, apresentado no Seminário HPP² (Henry, Pêcheux, Plon), em março de 1978, cuja publicação se deu quatro anos mais tarde, em língua inglesa (“The French Political Winter: Beginning of a Rectification”). Assim, deparamo-nos, nessa edição brasileira, com um encaixe que busca concatenar dois horizontes diferentes. Em 1975, observamos um Pêcheux fortemente influenciado pelas ideias de Louis Althusser, cujo mote central se baseia na constatação acerca do condicionamento amplo do indivíduo perante as formações ideológicas, com a ideologia interpelando os indivíduos em sujeitos (plenamente identificados com as formações discursivas³ que definem os dizeres passíveis de circulação).

Em 1978, por outro lado, daí a presença do enunciado *o inverno político francês*, temos um Pêcheux em meio a uma conjuntura efervescente de discussões políticas no campo progressista, em função da ruptura do programa comum das esquerdas. Nessa ótica, temos um autor que revê, em um gesto radical, alguns postulados da obra de 1975, apontando algo basilar nessa sua nova fase de pesquisas: “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de la Palice*.” (Pêcheux, 2014a, p. 276). Ora, a ausência de falha implica ausência de resistência, gerando um ciclo infinito de comodismo e de reprodução. É, justamente, essa consequência que é combatida por Pêcheux que conclui seu texto com uma reflexão incontornável: “Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”. (Pêcheux, 2014a, p. 281).

Após esse breve introito, faz-se necessário concatenar essas reflexões com o *corpus* a ser estudado nesse artigo. De antemão, podemos afirmar que ambas as concepções de resistência podem se fazer presentes diante da jornada de Rudolf Brazda, discursivizada na obra *Itinéraire d'un Triangle Rose*,⁴ e isso ocorre devido a uma fricção que se faz presente em duas chaves: a primeira diz respeito ao sujeito em sua relação consigo, ao passo que a segunda está relacionada à relação subjetividade-alteridade. Com isso, acreditamos ser possível delinear a estruturação de nosso texto, que será dividido em três partes, com a primeira, relativamente mais breve, tendo um caráter biográfico, em que buscaremos traçar o perfil de um sujeito homossexual que, de súbito, vê-se às voltas com um regime repressor de viés notadamente homofóbico.

Na segunda parte, por outro lado, lidaremos com o atravessamento dos traumas das experiências vivenciadas nos anos de vigência do regime nazista, no qual temos os possíveis deslizamentos da condição de sujeito melancólico para alguém que consegue, em meio às resistências, conferir algum sentido para as violências experienciadas. Na terceira parte, por

² Seminário dirigido por Michel Pêcheux, em parceria com Michel Plon e Paul Henry. Foram três anos ininterruptos de pesquisas sobre a teoria das ideologias, que aconteceram na Maison de Sciences de l'Homme, em Paris (Maldidier, 2017).

³ Pêcheux (2014a) resgata esse conceito formulado por Michel Foucault em sua *Arqueologia do saber*, fornecendo a ele uma roupagem marxista/althusseriana, algo que se mostra alheio aos pressupostos teóricos foucaultianos. Empregando uma definição muito utilizada por Orlandi (2017), podemos pensar os dizeres que circulam em determinadas formações discursivas como materializações linguageiras das formações ideológicas (conjunto de crenças, imaginários e valores, que circulam na sociedade em um viés de direcionamento adotado pelas classes hegemônicas). As formações discursivas são instâncias relativamente estáveis que definem o que pode e deve ser enunciado em uma conjuntura dada.

⁴ Existe uma tradução dessa obra para a língua portuguesa, publicada pela editora Mescla em 2011, sob o título *Triângulo Rosa: um homossexual no campo de concentração nazista*. No entanto, optamos por fundamentar nossas análises na versão original da obra.

fim, faremos uma discussão a respeito da resistência como inscrição de gestos de afronta diante de um estado de coisas refratário a dizeres que contrariam a norma hegemônica estipulada. Nesse âmbito, lidaremos com o confronto pela memória, com a resistência sendo pensada nos moldes de Michel Pêcheux, isto é, como um movimento a contrapelo, contrário à dominação. Vemos concatenados, nessa ótica, a impossibilidade do dizer com a necessidade (o dever) de rememorar os traumas. Procuraremos, nesses três gestos, confrontar os aportes teóricos com passagens marcantes do testemunho de Rudolf Brazda, coletado e publicizado por Jean-Luc Schwab.

2 Uma rápida passagem pela vida de Rudolf Brazda

Nesse tópico, buscaremos desenvolver, em algumas linhas, a trajetória de Rudolf Brazda analisada sob duas temporalidades: antes da ascensão nazista e após a chegada de Hitler ao poder, momento em que se dá o recrudescimento na interdição das relações sexuais entre homens, com a advento da aplicação mais abrangente e repressiva de uma antiga lei, inclusa no código penal prussiano de 1871, conhecida como *parágrafo 175*. As condições (escassas) de produção do discurso de teor⁵ testemunhal formulado por Brazda serão mais bem delineadas no decorrer do artigo. Todas as informações, vale salientar, são retiradas da obra *Itinéraire d'un Triangle Rose*.

Rudolf Brazda, caçula de oito filhos, nasce no ano de 1913, em uma região marcada pela instabilidade geopolítica, a saber, a Saxônia, território alemão fronteiro à Boêmia, pertencente ao então Império Austro-Húngaro, local de nascimento de seus pais. Essa instabilidade se deve à temporalidade contígua ao esfacelamento da civilidade que atende pelo nome de Primeira Guerra Mundial, um dos acontecimentos que ilustram as consequências dos ideais capitalistas encerrados no imperialismo e no colonialismo. Logo no ano de 1914, Brazda é afastado do convívio de seu pai, já que Emil Adam Brazda é convocado para ir ao front de guerra, retornando para casa apenas no ano de 1919.

Convém observar que em outubro de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Austro-Húngaro é colapsado, dando origem à chamada Tchecoslováquia. Rudolf se vê, e isso é uma das características de pessoas que vivem em regiões fronteiriças, em meio a dois idiomas: o tcheco e o alemão. Os pais fazem questão de falar apenas alemão com seus filhos, pois é essencial que eles se integrem em seu país de nascimento. O tcheco é reservado para conversas entre adultos. Rudolf ainda não sabe que esse detalhe terá um impacto decisivo em sua trajetória (Brazda; Schwab, 2013, p. 23, tradução própria).⁶

Em 21 de janeiro de 1920, a vida de Emil Adam Brazda chega ao fim, fato esse que traz como consequência a necessidade de sua família viver de forma bastante modesta, muito embora, e isso é salientado pelo livro, eles não tenham passado fome. A trajetória de Rudolf na escola, talvez em função de uma falta de estrutura familiar, mostra-se amplamente inadequada, culminando em uma interrupção abrupta de seus estudos.

⁵ Amparador nos estudos realizados por Seligmann-Silva (2022), partimos do princípio de que o testemunho não seria um gênero específico, mas, ao contrário, uma inscrição, isto é, uma emergência que se adentra em determinados textos, produzindo determinados efeitos de sentido. Para esse trabalho, não optamos por aprofundar muito nessa discussão, algo que será realizado em textos futuros.

⁶ No original: “Les parents mettent un point d’honneur à ne parler que l’allemand avec leurs enfants car il est essentiel qu’ils s’intègrent dans leur pays de naissance. Le Tchèque est réservé aux conversations entre adultes. Rudolf ne se doute pas encore que ce détail aura un impact décisif sur son parcours.”.

Aos 14 anos, depois de repetir um ano, ele deixa a escola. Uma de suas irmãs o iniciou com sucesso na costura e, muitas vezes, ele teve a oportunidade de ajudá-la em um talento que se tornará muito útil anos mais tarde. Mas, por agora, ele gostaria de ser vendedor decorador em uma loja de roupas masculinas... (Brazda; Schwab, 2013, p. 24, tradução própria).⁷

Esses dois excertos compõem um tópico intitulado *infância e adolescência*. O tópico seguinte recebe a designação *anos de liberdade e de despreocupação*, momento em que Brazda tem, mais fortemente marcado, o despertar de sua sexualidade e a concretização de experiências com outros rapazes.

Façamos um pequeno parêntesis, cujo objetivo é observar como se dá, de forma majoritária, a estrutura de um texto de teor testemunhal que remete às vivências traumáticas relacionadas à ascensão nazista. Comumente, esses textos partem de três temporalidades: a primeira, assentada nos anos de tranquilidade, ressaltando a vivência familiar e a descoberta da sexualidade (no caso dos raros testemunhos escritos/relatados por homossexuais); a segunda, volta-se para as experiências em guetos e campos de concentração, cuja força descritiva traz os fatos à tona como se estivessem diante dos olhos do leitor. Por fim, emerge a luta pela reconstrução frente a uma experiência-limite, com esse tipo de escrita podendo variar de intensidade e de formulação, a depender dos efeitos de sentido almejados.

A título de comparação, o testemunho de Pierre Seel,⁸ *Moi, Pierre Seel, déporté homosexuel*, tem seu primeiro tópico intitulado *Uma família burguesa como as outras*, em que vemos a rotina de um jovem Pierre Seel, em meio ao convívio familiar e com as suas relações sexuais sendo desenvolvidas de forma, digamos, desembaraçada, na cidade de Mulhouse, na região da Alsácia. Um outro ponto de contato entre os dois textos é o fato de ambos os autores serem oriundos de regiões instáveis politicamente, lembrando que a região francesa da Alsácia faz fronteira com a Alemanha. Ademais, ambos os testemunhos são formulados em uma temporalidade extremamente tardia em relação àquilo que foi vivenciado, algo que será mais bem explorado no decorrer desse artigo.

Fechando o parêntesis e retomando nosso olhar para a trajetória de Rudolf Brazda, é importante salientar que, nesses anos de *liberdade e despreocupação*, nosso personagem começa a construir seu círculo de relacionamentos e de amizades culminando em uma relação mais séria com um jovem chamado Werner. Como consequência desse encontro, eles começam a morar juntos até 1937, em um imóvel na Weinbergstrasse, na cidade de Meuschwitz, localizada no estado da Turíngia. Esse imóvel era sublocado por uma senhora que possuía uma mentalidade mais progressista, o que possibilitou que ele fosse transformado em um palco de diversos encontros com amigos e amigas de Rudolf que, em sua maioria, compartilhavam de sua sexualidade “desviante”. Contudo, esses dias de júbilo, em constante ameaça a partir de 1935, estavam chegando ao fim, pois a repressão contra as relações homossexuais se torna mais rígida, gerando uma onda de perseguições, chantagens e denúncias.

⁷ No original: “À 14 ans, après avoir redoublé une année, il quitte l'école. Une de ses soeurs l'a initié avec succès à la couture et il a souvent l'occasion de l'aider dans un talent qui va se révéler fort utile des années plus tard. Mais pour l'heure, il aimerait bien devenir vendeur décorateur dans un commerce de confection pour hommes...”

⁸ Primeiro e único homossexual francês a rememorar as suas vivências em um campo de concentração – Schirmeck-Vorbrück. Sua obra foi publicada no ano de 1994, recebendo várias traduções, com a versão em língua portuguesa sendo lançada no ano de 2018.

Os efeitos do endurecimento do parágrafo 175 não se fazem esperar: multiplicam-se as investigações e processos contra homossexuais e contra aqueles que eram colocados em suspeita. No início do ano de 1937, dois amigos de Rudolf e Werner são perseguidos, os deixando inquietos. E este é apenas o começo do “efeito dominó”. Dentro do seu círculo de amigos, os casos em investigação levam à queda sucessiva de quase todos os outros homossexuais. Os policiais pressionam aqueles que já foram presos para obter nomes e identificar novos suspeitos. Rapidamente, investigações distintas apontam para Werner e Rudolf. (Brazda; Schwab, 2013, p. 45, tradução própria).⁹

O momento em que Rudolf Brazda seria intimado a dar depoimento não estava distante. Em abril de 1937, seu quarto, agora localizado na cidade de Leipzig, é invadido por policiais que o levaram para prestar esclarecimentos. Esse foi o primeiro, de várias experiências de repressão vivenciadas por ele. A tônica desse desagradável encontro partiu de duas lógicas: de um lado, a criação de uma linha de investigação que pudesse cercar todos os contatos de Rudolf a fim de descobrir potenciais “criminosos” (da parte da polícia); e a negação dessa inclinação à homossexualidade (da parte de Rudolf) – “eu sou sexualmente atraído apenas por mulheres e não sinto atração por homens. E mesmo que eu tenha compartilhado um apartamento com um homem suspeito de homossexualidade, eu nunca tive relações com ele ou com seu entorno.” (Brazda; Schwab, 2013, p. 48, tradução própria).¹⁰ É bastante evidente, tomando como base a “aparência” de Rudolf (algo enunciado na obra), que a polícia não acredita em suas palavras, o que a leva a aperfeiçoar os mecanismos repressivos para a obtenção de uma confissão.

Duas semanas depois, em Leipzig, Rudolf é confrontado com os elementos da investigação. Diante destas provas esmagadoras, moral e fisicamente esgotado, ele perde o controle e explode em lágrimas. Confessa: “sim, pratiquei a masturbação mútua com Bilz [Werner], e isso desde 1934-1935 [...]. Notei imediatamente que, como eu, ele gostava de homens e foi por isso que fui morar com ele. [...] Em janeiro de 1936, ocupamos um único quarto com duas camas. [...] Eu realmente o amava e permaneci fiel a ele, não buscando contato sexual com outros homens. [...] Dentro de nosso círculo, nós estávamos constantemente abraçados e eu, por vezes, o apresentava aos outros como minha mulher. (Brazda; Schwab, 2013, p. 53-54, tradução própria).¹¹

As consequências desse depoimento revelam-se trágicas, gerando uma condenação a seis meses de prisão. Após ser liberto, Rudolf vai para o exílio, na Tchecoslováquia. Nesse

⁹ No original: “Les effets du durcissement du paragraphe 175 ne se font guère attendre : les enquêtes et poursuites se multiplient à l'encontre des homosexuels ou présumés tels. Au début de l'année 1937, ce sont déjà deux amis de Rudolf e Werner qui sont inquiétés. Et ce n'est que le début de l'effet domino”. Au sein de leur cercle d'amis, les affaires en cours d'instruction entraînent la chute successive de quasiment tous les autres homosexuels. Les policiers mettent la pression sur ceux qui ont déjà été arrêtés pour leur extorquer des noms et désigner de nouveaux suspects. Très vite, des investigations distinctes pointent en direction de Werner et Rudolf.”

¹⁰ No original: “Je ne suis attiré sexuellement que par les femmes et n'éprouve aucune attirance pour les hommes. Et même si j'ai partagé un appartement avec un homme suspecté d'homosexualité, je n'ai jamais eu de rapport avec lui ou son entourage”.

¹¹ No original: “Deux semaine plus tard, à Leipzig, Rudolf est confronté aux éléments de l'enquête. Devant ces preuves accablantes, épuisé moralement et physiquement, il craque et éclate en sanglots. Il avoue : “oui, j'ai pratiqué la masturbation mutuelle avec Bilz [Werner], et ce dès 1934-1935 [...]. J'ai tout de suite remarqué que, comme moi, il aimait les hommes et c'est pour cela que je suis allé habiter avec lui. [...] En janvier 1936, nous avons occupé une seule chambre à deux lits. [...] Je l'aimais vraiment et lui suis resté fidèle, ne cherchant pas le

país, mais precisamente na cidade de Karlsbad, ele tem um curto período de tranquilidade, conseguindo até mesmo construir uma relação com um outro jovem chamado Toni (não há qualquer indício a respeito de um reencontro de Rudolf com Werner após a Segunda Guerra Mundial). Contudo, um evento histórico muda essa aparente tranquilidade: a anexação dos Sudetos pelos nazistas entre os dias 01 e 10 de outubro de 1938.

Novamente, Rudolf Brazda se vê em solo alemão, o que, consequentemente, o coloca na mira de uma implacável legislação que criminalizava a relação entre homens sendo implantada no país que o acolheu. A história se repete: incansáveis investigações, denúncias contra ele e contra seu círculo de relacionamentos, duas experiências carcerárias (uma na cidade de Karlsbad e outra na cidade de Eger), culminando na deportação para o temível campo de Buchenwald, em 8 de agosto de 1942.

3 A vivência traumática no campo de concentração

Para esse tópico, não iremos privilegiar o caráter biográfico de Rudolf Brazda, mas, sim, buscar compreender, elencando algumas passagens de *Itinéraire d'un Triangle Rose*, as inscrições do trauma em um espaço com alto potencial para produzir aquilo que Freud (2011) entende como a *perda do ego*. Em outras palavras, parafraseando a máxima althusseriana/pecheutiana, a ideia é compreender como a experiência concentracionária pode interpelar os indivíduos em sujeitos melancólicos e quais as possíveis rotas de fuga para essa condição.

Iniciamos a discussão problematizando uma designação polêmica que circulava no interior de alguns campos de concentração: estamos falando do *muçulmano*. O termo aparece pela primeira vez no clássico *É isto um homem*, de Primo Levi, precisamente no momento em que ele disserta sobre a diferença entre os prisioneiros submersos (identificados posteriormente como *afogados*) e os salvos (os *sobreviventes*). Levi pontua que a consequência mais comum da vivência de um estado de exceção (o campo de concentração como o mais eficiente exemplar) é sucumbir. É nesse contexto que ele apresenta a figura do *muçulmano*, como sendo alguém que obedece piamente às ordens dentro do campo (obediência plena significando morte rápida, segundo o autor italiano) e que, consequentemente, desiste de lutar, estando fadado ao extermínio em um curto espaço de tempo.

A sua vida é curta, mas seu número é imenso; são eles, os “muçulmanos”, os submersos, são eles a força do Campo: a “multidão anônima”, continuamente renovada e sempre igual, dos não-homens que marcham e se esforçam em silêncio; já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chama-los vivos; hesita-se em chamar “morte” à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la. (Levi, 1988, p. 91).

Notemos, nessa vivência nos campos de concentração, a viabilidade de se refletir sobre a questão da resistência em duas frentes: em primeiro lugar, ela se dá no momento em que se faz necessário lutar contra essa condição de sujeito-que-desiste. Há relatos den-

contact sexuel d'autres hommes. [...] Devant notre entourage, nous nous sommes souvent embrassés, et je l'ai parfois désigné aux autres comme ma Femme”.

tro da literatura de teor testemunhal que partem desse esforço sobrehumano para manter a sanidade em uma situação deveras desumana. O grande exemplo a se pensar é o trabalho do psicólogo austríaco Viktor Frankl que, em sua obra *Em busca de sentido*, procura entender os comportamentos adquiridos dentro do Campo (ele foi deportado para Auschwitz) para, em seguida, ajudar a si mesmo e a seus companheiros a encontrarem o sentido da vida, em um local desprovido de esperança.

A outra entrada para a resistência está assentada em uma visada freudiana (apresentada no início desse texto), na qual o sujeito resiste a elaborar aquilo que se manifesta como um sintoma, este último sendo, portanto, um efeito que tampona esse não-sentido destituído da condição de narrativa. Relativamente a isso, Seligmann-Silva (2022) observa que uma das funções da narrativa, no contexto das experiências-limite, caracterizadas pela excessiva violência, é a de funcionar como uma “picareta” que consegue derrubar um muro imaginário que cerca a não-vida da vida (pautada pela construção de algum sentido por intermédio da fala/escrita). O palco desse cenário desprovido de vida, tomando como base a trajetória de Rudolf, é o campo de concentração, cuja chegada é enunciada como o início de um lento procedimento de aniquilação subjetiva.

Mal ele retomou a sua consciência [após passar pelo cruel processo de desinfecção], Rudolf é novamente empurrado para a fila com os outros. Ele tem que seguir em frente. Na sala seguinte, ele recebe o seu rudimentar uniforme de prisioneiro: roupas íntimas, juntamente com calças, jaqueta e boné, cortados em uma tela branca bastante fina, listrada de azul claro. E não há sapatos, apenas galochas de madeira. Depois de se vestir assim, ele assina os documentos de admissão: uma ficha geral de informação que o classifica como homossexual, com a menção das suas duas condenações anteriores e dos seus motivos (§175). (Brazda; Schwab, 2013, p. 126, tradução própria).¹²

Importante pontuar, e isso pode ser observado em diversos relatos de experiências em campos de concentração, que a designação recebida faz toda a diferença no tratamento a ser oferecido ao prisioneiro. E o detalhe é que esse tratamento não é responsabilidade apenas do perpetrador, já que entre os prisioneiros havia uma hierarquização que fazia toda a diferença nas condições de vida oferecidas às vítimas. Um exemplo disso é a figura do *Kapo*, que simboliza fortemente a ideia de *zona cinzenta*¹³ enunciada por Primo Levi, já que ele aglutinava as posições de vítima e perpetrador. Acerca disso, a designação dada a Rudolf não o ajudava, muito pelo contrário, conforme podemos observar no fragmento seguinte:

¹² No original: “À peine a-t-il repris ses esprits que Rudolf est à nouveau poussé dans la file avec les autres. Il doit avancer. Dans la pièce suivante, on lui remet sa tenue de prisonnier. Elle est rudimentaire : des sous-vêtement ainsi qu’un pantalon, une veste et une casquette, découpés dans un assez fine toile blanche, rayée de bleu clair. Et pas de chaussures, simplement des galoches en bois. Après s’être ainsi vêtu, il signe les documents d’admission : une fiche générale de renseignement qui le classe comme homosexuel, avec la mention de ses deux précédentes condamnations et leur motifs (§175).”.

¹³ Segundo Primo Levi, a zona cinzenta de proteção e de colaboração nasce de raízes diversas. Dois são os pontos destacados pelo autor: em primeiro lugar, a necessidade, da parte dos nazistas, de mão de obra externa, haja vista a complexidade do projeto de dominação mundial almejado pelo partido nazista. Em segundo lugar, é importante notar uma espécie de instinto de sobrevivência, já que “quanto mais feroz a opressão, tanto mais se difunde entre os oprimidos a disponibilidade de colaboração com o poder.” (Levi, 2004, p. 37).

Mas para os homossexuais deportados, não há qualquer hipótese de reivindicar um lugar nessa hierarquia. Na maior parte do tempo rejeitados e excluídos por seus companheiros de prisão, eles nunca conseguiram se unir. Mesmo que não se deva generalizar, o seu pequeno número, somado à diversidade de origens sociais com convicções políticas ou religiosas diferentes, impede qualquer solidariedade de grupo. Eles não têm qualquer peso contra os comunistas, sociais-democratas, Testemunhas de Jeová ou grupos nacionalistas unidos. Pior ainda, para as SS, os triângulos rosa ocupam um lugar no mais baixo da hierarquia dos prisioneiros, tal como os judeus, os ciganos e os loucos (Brazda; Schwab, 2013, p. 146).¹⁴

Um rápido parêntesis precisa ser aberto para lidar com algo ainda não problematizado nesse artigo, no que tange à forma de identificação adotada nos inúmeros campos de concentração espalhados pela Alemanha e pelos países coniventes ou que foram dominados pelo regime nazista. Além das célebres e nefastas tatuagens, adotadas em certos campos, os prisioneiros eram identificados com um triângulo que era costurado junto a seus uniformes. Assim funcionava a classificação: triângulo vermelho (prisioneiros políticos, em especial os comunistas); triângulo verde (criminosos comuns, que muitas vezes exerciam a função de *Kapo*); triângulo amarelo (judeus); triângulo roxo (testemunhas de Jeová); e triângulo rosa (homossexuais). É algo notável que, conforme a identificação, a vida do prisioneiro dos campos poderia ficar ainda mais difícil e esse parece ser o caso daqueles que eram identificados como homossexuais, conforme expresso anteriormente.

O processo de aniquilação humana instaurado nesses locais de violência traz consigo um enorme potencial de produzir sujeitos melancólicos (na concepção freudiana), o que nos leva à incômoda caracterização dos *muçulmanos* formulada por Primo Levi – “um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento.” (Levi, 2004, p. 91). A questão que se coloca: é possível cogitar a possibilidade de inscrição desse sujeito (fruto da experiência dos campos) para fora desse local de violência? Em outras palavras, o *muçulmano* pode se fazer presente em uma temporalidade posterior ao evento vivenciado?

Trata-se de uma questão que ultrapassa nossa capacidade de reflexão no espaço desse artigo, contudo, admitimos a potencialidade de que traços melancólicos possam se fazer notar, principalmente quando o sujeito não consegue ou não tem condições para atravessar a ponte que liga a não-vida (o ensimesmamento e a perda de si em um ciclo infinito de repetições) à vida (o *trabalho de luto* sendo traçado na busca pela perlaboração do passado). Eis o momento para trazermos as pulsantes reflexões de Freud acerca dos conceitos de luto e melancolia, título de um ensaio do psicanalista austríaco que compõe os chamados escritos metapsicológicos.¹⁵

¹⁴ No original: “Mais pour le déportés homosexuels, pas question de prétendre à une place dans cette hiérarchie. La plupart du temps rejetés et exclus par leurs codétenus, ils n'ont jamais réussi à faire corps. Même, s'il ne faut pas généraliser, leur faible nombre, ajouté à la diversité des origines sociales aux convictions politiques ou religieuses différentes, empêche toute solidarité de groupe. Ils n'ont aucun poids face aux communistes, socio-démocrates, Témoins de Jéhovah ou encore face aux groupes nationaux qui, eux, se serrent les coudes. Pire, pour les SS, les Triangles roses occupent une place au plus bas de la hiérarchie des prisonniers, au même titre que les juifs, les Roms et les Sinté.”

¹⁵ Formulados entre os anos de 1895 e 1914, esses escritos são compostos pelos seguintes ensaios: *Pulsões e destinos da pulsão*; *O inconsciente*; *O recalque*; *Luto e melancolia*; e *Complemento metapsicológicos à doutrina dos sonhos*.

Antes, contudo, apresentemos um fragmento marcante, que, a nosso ver, possui um elevado potencial traumático, momento em que Rudolf, depois de exercer um longo período na temida pedreira,¹⁶ é alçado à condição de telhadeiro, conseguindo visualizar diversas barbáries ao longo de sua “estadia” no campo. O alvo dessa barbárie são os prisioneiros soviéticos, uma categoria que igualmente estava alocada na parte mais baixa da hierarquia, muito embora eles fossem em grande número, o que auxiliava em pontuais rebeliões.

Durante uma encenação de exame médico de admissão, com o propósito de não criar pânico, os soldados se despem e avançam um a um para o outro lado do prédio. No final do percurso, que começa com uma inspeção da dentição, o último dos médicos SS faz passar o preso em um quarto equipado com uma tábua contra uma de suas paredes. A parte móvel da lâmina desliza sobre uma abertura fina, fechada por um pequeno batente do outro lado da divisória, onde estão emboscados dois SS armados com pistolas. Uma vez que o detido esteja apoiado nessa parte graduada, sem outro sinal senão um golpe dado contra a parede pelo que procede à medida, a tampa traseira abre-se rapidamente. E um dos atiradores escondido atrás alveja o prisioneiro com uma bala na nuca. O corpo é então removido e jogado sobre os outros na sala seguinte. Tempo para limpar os vestígios de sangue e outro soldado soviético ser enviado para a sala. A imagem que fica impressa de forma duradoura na memória de Rudolf é a de todo o sangue que jorra dos cadáveres. (Brazda; Schwab, 2013, p. 151-152, tradução própria).¹⁷

Uma questão pertinente a ser notada, a despeito da presença de certa hierarquização nos campos, é a arbitrariedade no que diz respeito ao emprego da violência gratuita. É como se em cada prisioneiro estivesse impresso um aviso indicando que ele seria o próximo alvo dessas barbáries. Há, portanto, um senso de identificação e de projeção. Notemos, na obra analisada, que as atrocidades que parecem ter ficado impressas na mente de Brazda são aquelas que aconteceram com seus companheiros. É simbólico, por exemplo, ele afirmar não se lembrar de nada do período em que ficou na pedreira. Algo, nesse episódio, parece ter sido recalcado por ele. Pois bem, observemos as palavras finais do fragmento destacado a respeito de uma *imagem impressa de forma duradoura*. Aqui, temos um indício de um passado que não passa, isto é, da inscrição de uma vivência traumática que teima em habitar no presente. Vale destacar outra

¹⁶ Considerado como o estágio inicial das atividades nos campos de concentração, a função da pedreira consistia em aniquilar os prisioneiros, causando-lhes uma enorme estafa, mediante a realização de um trabalho enfadonho e amplamente desgastante. Tal trabalho consistia, simplesmente, em carregar pedras extremamente pesadas de um lado para o outro, às vezes usando um carrinho, às vezes usando as próprias mãos. Os homossexuais eram alvos preferenciais para a realização dessa tarefa, algo muito bem documentado na obra de teor testemunhal escrita por Joseph Kohout (sob o pseudônimo de Heinz Heger) e intitulada *The Men With Pink Triangle*, publicada em 1972 e adaptada para o teatro e para o cinema sob o título homônimo de *Bent*.

¹⁷ No original: Au cours d'une parodie de visite médicale d'admission visant à ne pas créer de mouvement de panique, les soldats se déshabillent et progressent un à un vers l'autre extrémité du bâtiment. À la fin du parcours, qui commence par une inspection de la dentition, le dernier des médecin SS fait passer le détenu dans une pièce munie d'une toise contre l'un de ses murs. La partie mobile de la toise coulisse sur une mince ouverture, fermée par un petit volet de l'autre côté de la cloison, là où sont embusqués deux SS armés de pistolets. Une fois le détenu bien droit contre la partie graduée, sans autre signal qu'un coup donné contre la paroi par celui qui procède à la mesure, le volet arrière s'ouvre rapidement. Et l'un des tireurs cachés derrière abat froidement le prisonnier d'une balle dans la nuque. Le corps est ensuite enlevé et jeté sur les autres dans la pièce suivante. Le temps de rincer les traces de sang et un autre soldat soviétique est envoyé dans la pièce. L'image qui s'imprime alors durablement dans la mémoire de Rudolf est celle de tout ce sang qui s'écoule des cadavres”.

imagem ressaltada na obra, implicada diretamente em sua vivência, que é a dos homossexuais transformados em alvos de experimentações médicas cujo desenlace era sempre fatal.

O que queremos trazer, evocando essas memórias, é o potencial de aniquilação que elas trazem, a ponto de nos permitirem pensar na possibilidade de o *sujeito muçulmano* (melancólico) emergir após a vivência traumática. Segundo Freud,

[a] melancolia se caracteriza por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em autorrecreminações e autoinsultos, chegando até a expectativa delirante de punição. (Freud, 2011, p. 47).

É assim que concebemos a luta que o sujeito trava consigo próprio e, no caso de um homossexual que passou pelos campos de concentração, o alvo dessa perda poderia ser identificado como o amor-próprio (entendido como autoaceitação e autocuidado), formulado por meio da percepção do esfacelamento identitário enfrentado naqueles anos e nos anos subsequentes. É como se houvesse a tomada de posse de um não-lugar que lhe é atribuído ao mundo, o que provocaria essa incapacidade de amar e esse desinteresse por tudo aquilo que o rodeia. Baldini e Sousa observam que a melancolia pode ser representada metaforicamente como um deserto, no qual o apoio emerge somente em uma “lógica onde nada falha e, assim, onde nada pode dar lugar ao desejo. O sujeito se vê diante da totalidade do nada, escamoteado a falta de algo que poderia produzir movimentos deslocantes em direção da busca.” (Baldini; Sousa, 2014, p. 64-65).

O que se apresenta, tomando como base o excerto antecedente, é um quadro de ensiamesmamento, isto é, de assujeitamento em função de uma potente interpelação do trauma. Uma possível saída para isso é o *trabalho de luto*, que, a contrapelo, é traçado na busca por uma resignificação, mesmo que as imagens traumáticas ainda insistam em habitar a memória de quem as vivenciou. Para Freud (2011), esse trabalho é iniciado a partir da percepção de que “o objeto amado já não existe mais e agora exige que toda libido seja retirada de suas ligações com esse objeto. Contra isso se levanta uma compreensível oposição.” (Freud, 2011, p. 49). Aqui, podemos pensar em uma outra perspectiva para a ideia de *objeto amado*, que poderia significar, por exemplo, os anos perdidos da juventude tolhidos por um aparato repressor dominante que visa encapsular o dominado em condições de vida constituídas por efeitos de homogeneidade e de forçosa naturalização.

Freud nota a existência de um impulso no sujeito que o leva a ficar perdido em um ciclo vicioso em torno do nada, o que faz com que esse trabalho, cuja consequência é a perlaboração do passado traumático, seja traçado com um esforço bastante acentuado. Trata-se, a vista disso, de um processo lento, a ser realizado

[...] com grande dispêndio de tempo e energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto de investimento é psiquicamente prolongada. Uma a uma, as lembranças e expectativas pelas quais a libido se ligava ao objeto são focalizadas e superinvestidas e nelas se realiza o desligamento da libido. (Freud, 2011, p. 49).

Torna-se significativo pensar a resistência ao se examinar a trajetória de sujeitos que atravessaram rituais que lhes negavam a própria condição humana, já que há de um lado, a

resistência, digamos, instintiva, em não se permitir sair desse vazio e, de outro, a resistência para percorrer esse caminho traçado pelo *trabalho de luto*. A questão que se coloca: considerando o teor testemunhal dos sobreviventes de eventos trágicos, qual seria a melhor forma para ressignificar o não-sentido, isto é, a experiência-limite experienciada? Em outras palavras, como lutar contra a primeira resistência (marcada pela insistência na permanência da não vida) e acionar a segunda (voltada para a perlaboração desse passado traumático)? No entendimento de Seligmann-Silva (2022), uma possível chave de resposta passaria, necessariamente, pela narração do trauma, que traria um senso de (re) nascimento de alguém que foi esfacelado pela vivência trágica. Para o autor, “a outridade do sobrevivente é vista aí como insuperável. A narrativa teria, portanto, [...] esse desafio de estabelecer uma *ponte* com ‘os outros’, de conseguir *resgatar o sobrevivente do sítio da outridade*, de romper com os muros do campo.” (Seligmann-Silva, 2022, p. 142, grifos do autor).

Lancemos mão, novamente, de um pequeno parágrafo para lidar com um conceito caro à análise materialista de discurso, qual seja o de *condições de produção do discurso*. Tomando como base o que foi apresentado até o momento, é de fácil compreensão o porquê de a Primeira Guerra Mundial¹⁸ ser tida como o evento que confere início às escritas de teor testemunhal, em função das vivências traumáticas nas célebres batalhas nas trincheiras. O fato é que as vivências traumáticas foram refinadas a partir da Segunda Guerra Mundial, com seus inúmeros guetos e campos de concentração, culminando nos conflitos na contemporaneidade, justificando a ideia, defendida por Márcio Seligmann-Silva, da existência de uma *virada testemunhal e decolonial*. Com isso, o teor testemunhal, em sua concatenação da impossibilidade com a necessidade de formulação, não ficou encapsulado nas duas grandes guerras, uma vez que ele se espalha, haja vista que as condições de desigualdades delineadas por formações discursivas de vieses reacionários e conservadores seguem a todo vapor ao redor do mundo.

Retomando a citação precedente, é importante pensar nessa condição de perene outridade do sobrevivente, como se ele ocupasse uma espécie de não-lugar, daí o iminente risco de inscrição da condição de sujeito melancólico. Essa condição de insuperabilidade implica a materialidade do testemunho, que, “de certo modo só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade.” (Seligmann-Silva, 2022, p. 143). Por isso que ele é fruto de um gesto a contrapelo, sendo, ainda, de impossível esgotamento. Há sempre um resto que é enunciável e um resto não formulado pelo sobrevivente. A narração de Rudolf Brazda, intermediada por Jean-Luc Schwab, é repleta de cenas não-ditas, preenchidas imaginariamente pelo leitor (como, por exemplo, as experiências na citada pedreira e, ainda, algo enunciado de forma superficial, suas experiências como um homossexual em Buchenwald, sendo-nos revelado, por exemplo, que ele conseguiu sobreviver a diversos obstáculos contando com o apoio de um *kapo* que a ele se afeiçoou).

Há, em vista do que foi exposto, vácuos dentro dessa narração testemunhal, o que leva Bethania Mariani a teorizar acerca da insuperável incompletude inerente à formulação linguageira, com a língua sendo identificada como “não-toda, o que abre para a impossibilidade de um fechamento ou de uma previsão sobre as significações.” (Mariani, 2021, p. 35). É por meio dessa lógica que se pensa em uma não acessibilidade ao “real da língua”, que, a despeito de

¹⁸ Entre os inúmeros exemplos de escritos voltados para rememorar as vivências da guerra, podemos citar o gesto inicial de Jean-Norton Cru e sua obra *Témoins*, publicada em 1929. Podemos citar, ainda, autores que trabalharam o tema pela chave da ficção, como Erich Maria Remarque e Kurt Vonnegut.

um efeito de impermeabilidade, falha. É, portanto, nas bordas dessa falha, que a atividade linguageira é realizada. Isso se dá em quaisquer circunstâncias da vida cotidiana, conforme aponta Jacqueline Authier-Revuz em seu belo ensaio intitulado “Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio”. Nesse texto, a autora apresenta o conceito de *modalização autonímica*, que consiste em um exercício de tateamento entre significantes (coadunando com a inversão de Lacan a uma clássica dicotomia saussuriana, na qual o psicanalista francês confere primazia ao significante em relação ao significando, formando, a partir disso, uma infinita cadeia) em busca de um significado que tende a escapar. A autora ilustra esse fenômeno com o emprego de glosas como *grosso modo, na falta de uma palavra melhor, supondo que isto exista* entre outras.

A nossa hipótese é que a modalização autonímica (muitas vezes implícita) é empregada de forma radical em escritos testemunhais, formulados a partir de uma “tomada da palavra [na busca por] relatar um evento vivenciado em função de uma violência praticada por outros sujeitos, pela família ou pelo Estado”. (Mariani, 2021, p. 72). Na constituição de uma gramática do testemunho (e a expressão é de Mariani) faz-se presente o *trabalho de luto*, em meio a um deslizamento radical de significantes, gerando uma materialidade nomeada por Mariani de *memoriável*. Esse *memoriável*, uma espécie de saldo entre o vivido e o rememorado, dentro de circunstâncias possibilitadoras traçadas pelo sujeito sobrevivente, é passível de ser pensando como aquilo que é posto; os não-ditos, por outro lado, poderiam ser minimamente apreendidos, por exemplo, mediante uma análise das condições de produção do discurso. No caso dos homossexuais vitimados pelo nazismo, isso pode se dar pela carência dessas condições, algo que será discutido nas próximas linhas.

4 A rememoração testemunhal interdita

Lidar com as condições de produção dos discursos implica compreender o modo como se orientam a formulação dos saberes, das crenças e dos imaginários, circunscritos, de forma relativamente estável, por formações discursivas. Trata-se de um processo intrinsecamente ligado à constituição dos sujeitos, que se encontram imersos em um horizonte de possibilidades condicionantes. Esses sujeitos, na concepção materialista de discurso, são atravessados pela ideologia, mas, notemos, corroborando com o gesto retificador de Pêcheux, enunciado em nossas considerações iniciais, esse atravessamento não é estanque, já que há o componente da falha inscrito no conceito de real que se espraia em três direções: da história, da língua e do inconsciente. É essa falha que produz a resistência contra uma dominação externa, formulada a partir de vieses de confirmação assentados pela homogeneização e naturalização de desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

À luz do que foi apresentado, é válido nos perguntarmos a respeito da posição ocupada pelo discurso de teor testemunhal narrado por Rudolf Brazda nesse estado de coisas. Um ponto de partida pertinente pode ser traçado se pensarmos no distanciamento temporal existente entre o evento vivenciado e o evento narrado, em outras palavras, faz-se relevante refletir acerca das condições nas quais as experiências traumáticas de um sujeito sobrevivente homossexual ganharam materialidade por intermédio da escrita. Retomemos ao texto de apresentação de *Itinéraire d'un Triangle Rose*, escrito por Jean-Luc Schwab:

Trata-se de um artigo no diário L'Alsace, de 29 de junho de 2008, que põe fim, na França, a um longo período de anonimato para Rudolf Brazda, alguns dias apenas após o seu 95º aniversário. Na primeira página, o jornal retransmite as informações de um correspondente berlinense da AFP. Ele evoca este “alemão [...] gay e mártir dos nazis”, habitando Kingersheim, perto de Mulhouse. Mais adiante, uma meia página é dedicada a este convidado excepcional da Parada Gay na capital alemã. Para muitos, a surpresa é grande, porque os últimos sobreviventes conhecidos desses deportados por motivo de homossexualidade não estavam mais nesse mundo. (Brazda; Schwab, 2013, p. 11, tradução própria).¹⁹

Realizando, novamente, uma confrontação entre o testemunho de Rudolf Brazda e o de Pierre Seel, é curioso perceber algumas particularidades. O primeiro decide se mudar para a França, em uma cidade localizada a menos de 10 km de distância de Mulhouse, local da infância e juventude do segundo. Continuando esse exercício comparativo, Seel, após sua libertação do campo de Schirmeck-Vorbrück, viveu uma vida de denegações e interdições, reprimindo seus desejos que seriam (em uma tentativa malfadada) tamponados em um casamento com uma mulher, que lhe rendeu dois filhos (o convívio familiar era pouco satisfatório, conforme podemos notar em seu testemunho). Brazda, por outro lado, a despeito de uma homofobia muitas vezes institucionalizada nos locais pelos quais ele passou, seguiu em busca de relacionamentos, conseguindo construir um acentuadamente (cinquenta anos) duradouro com um rapaz chamado Edi, possivelmente o segundo grande amor de sua vida depois de Werner.

Há ainda dois pontos passíveis de serem considerados para esse exercício de fricção. Um, que os diferencia acentuadamente e outro, que os aproxima. No primeiro caso, temos a presença de um mediador, já que as memórias são de Rudolf Brazda e a escrita é de Jean-Luc Schwab. Isso pode ser explicado pela ausência de proficiência de Brazda na língua francesa, mas também pela sua idade avançada (95 anos), que poderia dificultar o processo de escrita. Schwab deixa evidenciado, na citada apresentação, um senso de responsabilidade, ao se colocar como um porta-voz de um sujeito que teve a sua trajetória silenciada:

Confiar apenas no relato oral de uma pessoa é um exercício arriscado, especialmente quando acontecimentos históricos lhe servem de pano de fundo. Também, para reproduzir o percurso da vida de Rudolf da forma mais exata possível, lancei mão do conteúdo de várias centenas de horas de entrevistas com diferentes fontes. (Brazda; Schwab, 2013, p. 12, tradução própria).²⁰

Alguns efeitos de sentido podem emergir por intermédio dessas condições de produção, como, por exemplo, uma eventual atenuação do vivido, consequencial à presença da figura de um

¹⁹ No original: “C’est un article dans le quotidien L’Alsace du 29 juin 2008 qui met fin, en France, à une longue période d’anonymat pour Rudolf Brazda, quelques jours seulement après son 95 anniversaire. En première page, le journal relaie les informations de la veille d’un correspondant berlinois de l’AFP. Il évoque cet “allemand [...] gay et martyr des nazis”, habitant Kingersheim, près de Mulhouse. Plus loin, une demi-page est consacrée à cet invité exceptionnel de la Gay Pride dans la capitale allemande. Pour beaucoup, la surprise est de taille, car les derniers survivants connus de ces déportés pour motif d’homosexualité n’étaient plus de ce monde.”

²⁰ No original: “S’appuyer sur le seul récit oral d’une personne est un exercice hasardeux, particulièrement lorsque des événements historiques lui servent de toile de fond. Aussi, pour restituer les parcours de vie de Rudolf de la façon la plus exacte possible, j’ai recoupé le contenu de plusieurs centaines d’heures d’entretien avec différentes sources.”

porta-voz. Ademais, além da produção de vácuos, lapsos e esquecimentos, originários do atravessamento do trauma, o distanciamento (mais de 60 anos) do evento vivenciado pode influenciar no teor daquilo que está sendo lembrado. E é, justamente, nessa segunda observação, que iremos notar uma considerável similitude entre os testemunhos de Rudolf Brazda e Pierre Seel: o longo saldo temporal existente entre a vivência traumática e a narrativa (a materialização mediante a escrita dessa vivência). Eis uma possível entrada para a junção entre sujeitos – muçulmano (melancólico) com o sujeito homossexual –, na impossibilidade de atravessamento da ponte imaginária que separa a não-vida da vida. Isso, vale pontuar, mostra-se muito mais notável no testemunho de Pierre Seel, mas não podemos deixar de considerar a fundamental presença de uma instância de mediação (Jean-Luc Schwab) no testemunho de Brazda.

Esse longo hiato, entre 1945 (ano da libertação dos campos de concentração) e 2008 (quando Rudolf Brazda sai do anonimato), deve-se à recepção refratária a esse tipo de escrito. Em uma passagem marcante de *É isto um homem*, Primo Levi narra a experiência de um sonho, quando ele ainda era um prisioneiro em Auschwitz. Nesse sonho, Levi, já liberto, estava sedento por testemunhar a barbárie vivida para as pessoas ao seu redor, mas ninguém quis escutar seu relato (as pessoas viravam-se de costas e iam embora). Isso, de alguma forma, aconteceu inicialmente aos judeus deportados, com a justificativa de que seria preciso seguir em frente para reconstruir os países, o que nos leva ao entendimento de que a reconstrução das nações destruídas pela Segunda Guerra, inicialmente, deveria passar pelo dispositivo da amnésia programada. Contudo, como sabemos, esse quadro não durou tanto tempo, gerando um número marcante de testemunhos de judeus sobreviventes da barbárie nazista. Isso não aconteceu com os homossexuais, já que em países como a França e a Alemanha, a legislação, que proibia a relação sexual e amorosa entre homens, continuou se fazendo presente em seus códigos penais. Além disso, não havia indenizações (Rudolf Brazda teve sua demanda por indenização rejeitada) para essas vítimas, uma vez que o motivo de seus processos de deportação seguia sendo criminalizado.

Isso gera como consequência a abertura de um limbo, no qual o sobrevivente não consegue se reconhecer como vítima. Há, portanto, a inscrição de uma longa névoa, já que aquela vivência não encontra qualquer designação. Se ele não pode ser reconhecido como vítima, o que, então, ele seria? O mecanismo que emerge aqui é o da denegação do discurso sobre esse acontecimento, isto é, “das palavras que dariam nome ao acontecimento e, por conseguinte, o fariam existir ou reexistir.” (Paveau, 2015, p. 237). A não existência do acontecimento implica a não existência de uma vida, justificando a ideia de não-vida e abrindo possibilidades para a emergência da melancolia. Lembremo-nos que Freud identifica a melancolia observando sinais de desinteresse do paciente pelo mundo externo. No quadro que estamos expondo, esse desinteresse pode ser uma resposta àquilo que este mundo externo fornece ao sobrevivente, isto é, a não existência.

Destaquemos uma passagem que à primeira vista pode parecer destituída de grandes significações: “Ainda que os pesadelos ligados ao seu passado concentracionário o persigam - e ainda o acompanharão por muito tempo – ele quer voltar a viver como nos tempos felizes de antes de 1937, ano da sua expulsão da Alemanha.” (Brazda; Schwab, 2013, p. 196, tradução própria).²¹ Uma observação inicial a ser feita gira em torno da percepção da escas-

²¹ No original: “Même si les cauchemars liés à son passé concentrationnaire le hantent – et le hateront encore longtemps – il veut recommencer à vivre comme aux temps heureux d’avant 1937, l’année de son expulsion d’Allemagne.”

sez de materialidade desses pesadelos em seus registros memoriais. Há, portanto, muitos “não-ditos” que podem ser explicados pelas condições de (im) possibilidade de seu discurso. Ademais, esses pesadelos, considerando formações discursivas de viés conservador/burguês/reacionário, que, durante décadas, desautorizavam (há ainda fortes inscrições de interdição na contemporaneidade) a voz desses sujeitos tidos como “desviantes”, eram destituídos de materialidade, pois remetiam a um acontecimento denegado discursivamente, em outras palavras, referenciavam um acontecimento destituído de existência. O fragmento seguinte, extraído de um belo ensaio do psicanalista marroquino Thamy Ayouch, evidencia, de forma contundente, o que objetivamos demonstrar:

No seio de uma população perseguida e ameaçada por causa das suas práticas afetivas e sexuais, a deportação por motivo de homossexualidade é traumática: trata-se de um acontecimento destituído de qualquer simbolização pela narratividade. O perigo de testemunhar um motivo de perseguição sempre considerado como criminoso, a manutenção de uma legislação discriminatória, a vergonha da infâmia em que se mergulham os gays e as lésbicas, a preocupação em preservar a “reputação” dos seus familiares, ou a recusa de serem reconhecidos como vítimas por um estatuto concedido a outras categorias de deportados são elementos suspensos no limbo do não-simbolizável, o acontecimento da deportação por motivo de homossexualidade. (Ayouch, 2014, p. 108-109, tradução própria).²²

Nesse longo trecho, podemos evidenciar, de forma notável, a enunciação de obstáculos, impulsionados pelo processo de dominação exercido por formações discursivas hegemônicas e que geram efeitos de evidência. Thamy Ayouch destaca os riscos na formulação e circulação dos testemunhos de homossexuais, chamando a atenção para a atuação de uma legislação que segue discriminando esses sujeitos; para a vergonha (elemento muito presente, por exemplo, no testemunho de Pierre Seel), que emerge por intermédio de um olhar julgador do outro e pela preocupação em preservar uma “boa” imagem, muito mais voltada para os familiares do que para si; e, claro, pela recusa de reconhecimento, que culmina nessa ausência de simbolização, ou seja, na manutenção da anulação de si, que pode ser analisada, conforme Freud (2011), como a *perda do ego*.

A concepção de estancamento desse processo de dominação implicaria na mobilidade e ausência de uma margem de manobra para esse sujeito. Isso, conforme Pêcheux em seu gesto retificador, não possui razão de ser, pois mesmo em meio a esses perigos, o testemunho configurado como um acontecimento, emerge por meio da resistência de sujeitos que operam “furos” nesse real da história, moldado em um viés anulador e silenciador. Eni Orlandi defende que

²² No original: “Au sein d’une population persécutée et menacée dans sa vie en raison de ses pratiques affectives et sexuelles, la déportation pour motif d’homosexualité fait trauma : c’est un événement ayant eu lieu mais n’accédant à aucune symbolisation par la narrativité. Le péril à témoigner d’un motif de persécution toujours considéré comme délictueux, le maintien d’une législation discriminante, la honte de l’infamie dans laquelle on plonge les gays et lesbiennes, le souci de préserver la « réputation » de leurs proches, ou le refus de se voir reconnaître un statut de victimes octroyé à d’autres catégories de déportés sont autant d’éléments suspendant, dans les limbes du non-symbolisable, l’événement de la déportation pour motif d’homosexualité.”

O lugar da falha [...] é o lugar do possível: do impensado lugar em que 'o *irrealizado venha formando sentido do interior do não-sentido*', momento imprevisível em que 'uma *série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico rompendo o ciclo de repetição*'. (Orlandi, 2017, p. 77)

A ruptura desse ciclo repetitivo é, justamente, a transformação e a interrupção, ainda que tardia, da reprodução e da identificação total do sujeito submisso com a formação discursiva dominante. Essa quebra emerge pela falha, gerando, no caso da vivência traumática dos homossexuais vitimados pelo nazismo e destituídos de recepção de suas memórias, um acontecimento *post la lettre*, isto é, (re)atualizado décadas após a *constituição, formulação e circulação*²³ (Orlandi, 2004) de dizeres que conformam uma memória discursiva ao redor da consagração dos testemunhos de guerra como acontecimentos históricos. É preciso compreender, e acreditamos que algumas luzes foram lançadas em nosso texto, quais seriam esses testemunhos alçados a essa condição e como certos testemunhos tiveram que travar uma batalha pela memória para alcançar alguma visibilidade.

Há, com isso, uma dupla impossibilidade, presente nesse tipo de escrita de teor testemunhal. A primeira emerge pelo atravessamento do trauma e a segunda, por sua vez, adentra-se por intermédio da ausência de acolhida para suas memórias. Isso produz, por conseguinte, uma dupla resistência, em meio à necessidade da formulação narrativa para que o sujeito sobrevivente possa existir e para que seus escritos/dizeres possam ganhar materialidade. A falha, conforme apontamos anteriormente, funciona como uma ruptura, possibilitando (mesmo que em situações amplamente adversas) "condições para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, 'fazendo sentido do interior do não-sentido'. É a isto que chamo *resistência*" (Orlandi, 2017, p. 231).

5 Considerações finais

Uma das conclusões alcançadas, que nos guiará nesse gesto de finalização, que, vale salientar, não esgota as possibilidades de análise de um potente *corpus* como *Itinéraire d'un Triangle Rose*, gira em torno da percepção de que a resistência se inscreve em duas frentes distintas, mas interligadas. De um lado, contra uma iminente emergência da melancolia, impulsionada pela vivência de traumas inimagináveis, potencializando a perene presença desse passado traumático; e, de outro, contra uma recepção amplamente refratária à colocação em narrativa dessas memórias. Com isso, é importante observar que a disposição dos tópicos ao longo do texto, impulsionada por uma lógica diacrônica, foi pensada apenas para fins didáticos. Esses obstáculos emergem, muitas vezes, de forma concomitante e a resistência a eles acaba sendo

²³ Orlandi (2004) apresenta esses estágios como sendo componentes dos momentos de produção discursiva. A *constituição* está ligada ao processo de construção da subjetividade, condicionado, a despeito das possibilidades de transformação operadas pela *falha*, por formações discursivas que o atravessam. A *formulação* refere-se à colocação em palavras, eixo de formação dos enunciados em meio à específicas condições de produção. Nesse estágio pode haver a ampla identificação com as formações discursivas hegemônicas ou as tentativas de inscrição de furos em um real constituído sob efeitos de evidência. A *circulação*, por fim, é a esfera relacionada à recepção dos dizeres, considerando diferentes suportes e diferentes sentidos mobilizados que emergem dos percursos traçados pelos discursos, retomando já-ditos e projetando efeitos sobre o que ainda será enunciado no futuro.

igualmente duplicada/desdobrada. Há uma passagem marcante, na obra analisada, que nos permite apreender efeitos de sentido da resistência travada por Rudolf Brazda:

Como Rudolf conseguiu continuar a viver depois do inferno de Buchenwald? Muitos se perguntam. Para Rudolf, no entanto, era uma evidência: uma sorte relativa, um grande otimismo de caráter e uma capacidade de ver apenas o lado bom das coisas. Levar uma vida livre, apesar do sofrimento. E o trabalho também... (Brazda; Schwab, 2013, p. 210, tradução própria).²⁴

Primeiro ponto a ser salientado, encaminhando para o final do texto, gira em torno da percepção de que, mesmo se essas afirmações fossem extraídas diretamente de Rudolf, ainda haveria não ditos, impossibilitados de serem enunciados pelos atravessamentos da ideologia e pela divisão submetida ao sujeito em função do inconsciente, afetado, ainda, pela inscrição dos traumas vivenciados. Esses não ditos, a nosso ver, são passíveis de serem ainda mais recalcados, em função da instância de mediação entre o sujeito que vivencia e o sujeito que registra as memórias. Nesse ponto, o conceito de *formações imaginárias*, formulado na primeira fase das reflexões teóricas desenvolvidas por Pêcheux (2014b) faz-se importante, pois ele dá conta dos efeitos de sentido impulsionados por sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social.” (Pêcheux, 2014b, p. 81). Duas questões acabam sendo pertinentes: *quem sou eu para lhe falar assim?* e *quem é ele para que eu lhe fale assim?* Os efeitos de sentido daquilo que é enunciado dependem de um ajuste de distância travado entre o sujeito que rememora e a instância de mediação. Certamente, se os registros memorialísticos fossem formulados por Rudolf, tais questões ainda se fariam presentes, mas em uma interação não direta, voltada para a projeção de um potencial público-leitor.

Optamos por não aprofundar muito nesse caminho, algo que pode ser realizado em textos futuros, mas julgamos pertinente evocá-lo nesse gesto de conclusão. Contudo, considerando a materialidade intradiscursiva, isto é, o memorável (Mariani, 2021), partimos do princípio, pelo fragmento destacado, de que a resistência parece ter sido travada em função da necessidade de não se perder no vazio, buscando sentido nessa nova vida que se apresenta. O termo trabalho, que encerra esse fragmento, possui uma significação bastante específica, mas correndo o risco de alargamos semanticamente o que foi expresso, esse termo pode remeter ao *trabalho de luto* (Freud, 2011) travado por um sujeito homossexual na luta para não se afogar (Levi, 2004).

Nossa hipótese é a de que os escritos que compõem *Itinéraire d'un Triangle Rose* formam uma importante etapa desse *trabalho de luto* que se inicia no longínquo ano de 1945, evidenciando a caracterização dada por Freud (2011) para esse processo (lento, dispendioso e que demanda um forte investimento), que precisa ser travado para a preservação de si (a não *perda do ego*) e para alertar gerações futuras a respeito de um perigo que sempre se coloca à espreita.

²⁴ No original: “Comment Rudolf avait-il fait pour continuer de vivre après l'enfer de Buchenwald ? Beaucoup se posent la question. Pour Rudolf, c'était pourtant une évidence : une chance relative, un grand optimisme de caractère et une capacité à ne voir que le bon côté des choses. Mener une vie libre, malgré les souffrances. Et le travail aussi...”

Longe de ser saudosista, seu testemunho é um registro memorial. Sua mensagem às gerações que tiveram a sorte de não conhecer a guerra: não esquecer aqueles que os precederam e que sofreram a repressão. Aos homossexuais em geral, ele lembra que, embora para muitos no mundo ocidental as leis já não imponham um modelo de vida em contraposição com a sua natureza profunda, as conquistas recentes e uma maior tolerância estão longe de serem definitivas e universalmente partilhadas. Por isso é preciso continuar vigilante, lutar, avançar²⁵ [e resistir sempre] (Brazda; Schwab, 2013, p. 221, tradução própria).

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio concedido ao desenvolvimento desta pesquisa (processo nº 2022/06435-8).

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. Trad. Maria Onice Payer. In: ORLANDI, E (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

AYOUC, T. La déportation pour motif d'homosexualité: du déni de la mémoire à la perlaboration de l'histoire. *Revue Française de Phénoménologie et de Psychologie Analytique*, L'Harmattan, La déportation en héritage, 2015. p. 89-116. Disponível em: <https://hal.science/hal-01511345/document>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BALDINI, L.; SOUSA, L.J.S. Melancolia (ou traços): dizeres nublados. In: BALDINI, L.; SOUSA, L.J.S (orgs.). *Discurso e sujeito: trama de significantes*. São Carlos: EDUFSCAR, 2011. p. 63-80.

BRAZDA, R.; SCHWAB, J-L. *Itinéraire d'un Triangle Rose*. Paris: Éditions J'ai Lu, 2013.

FRANKL, V. *Em busca de sentido*. Trad. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. Trad. Durval Marcondes et al. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FREUD, S. *Luto e melancolia*. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naif, 2011

LEVI, P. É isto um homem? Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

²⁵ No original: "Loin d'être passéiste, son témoignage est un rappel. Son message aux générations qui ont eu la chance de ne pas connaître la guerre : ne pas oublier ceux qui les ont précédés et qui ont souffert de la répression. Aux homosexuels en général, il rappelle que, si pour beaucoup dans le monde occidental, les lois n'imposent plus un modèle de vie en contradiction avec leur nature profonde, les acquis récents et une plus grande tolérance sont loin d'être définitifs et universellement partagés. Là aussi, il faut continuer d'être vigilante, de se battre et d'avancer."

- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta: um estudo em análise do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- ORLANDI, E. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- ORLANDI, E. *Eu, Tu, Ele: Discurso e real da história*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- PAVEAU, M.-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- SEEL, P. *Eu, Pierre Seel, deportado homossexual*. Trad. Tiago Elídio. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2012.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

Afeto, pós-memória e resistência no discurso testemunhal: uma análise linguístico discursiva do relato de Nair Kobashi

Affect, Postmemory, and Resistance in Testimonial Discourse: A Linguistic-Discursive Analysis of Nair Kobashi's Testimony

Raquel Abreu-Aoki

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
raquelabreuaoiki@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0002-3578-8593>

Andréa Machado de Almeida Mattos

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
andreamattos@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0003-3190-7329>

Resumo: Este artigo propõe uma análise discursiva do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política durante a ditadura militar brasileira, com base no capítulo “Pequenas estratégias de sobrevivência”, publicado na coletânea *Tiradentes: um presídio da ditadura* (Freire; Almada; Ponce, 1997). A investigação focaliza a mobilização dos afetos como estratégia argumentativa e como um meio de resistência simbólica, observando como o discurso da autora ressignifica a experiência da prisão por meio da valorização da solidariedade, do humor e do cotidiano partilhado entre as detentas. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. A análise apoia-se nas contribuições de Christian Plantin (2010), Veena Das (2007), Michael Pollak (1989), Marianne Hirsch (1992-93) e Ruth Amossy (2008), articulando as noções de tópicos da emoção, memória subterrânea, pós-memória e *ethos* discursivo. Conclui-se que o testemunho de Kobashi constitui um (contra)discurso de resistência que inscreve na cena pública uma memória sensível e ética da repressão, projetando um legado pós-memorial que interpela o presente e as futuras gerações.

Palavras-chave: testemunho; ditadura civil-militar; discurso de resistência; memória; pós-memória.

Abstract: This paper proposes a discursive analysis of the testimony of Nair Yumiko Kobashi, a former political prisoner during the Brazilian military dictatorship, based on the chapter “*Pequenas estratégias de sobrevivência*” (Small strategies for survival), published in



the edited collection *Tiradentes: um presídio da ditadura* (*Tiradentes: A prison from the dictatorship era*) (Freire; Almada; Ponce, 1997). The investigation focuses on the mobilization of affects as an argumentative strategy and as a means of symbolic resistance, observing how the author's discourse reframes the experience of imprisonment through the valorization of solidarity, humor, and the daily life shared among the inmates. The objective is to understand how language supports and performs this counter-discourse, activating memory as a mode of symbolic and political resistance. The analysis is based on the contributions of Christian Plantin (2010), Veena Das (2007), Michael Pollak (1989), Marianne Hirsch (1992-93), and Ruth Amossy (2008), articulating the notions of topics of emotion, subterranean memory, postmemory, and discursive *ethos*. We conclude that Kobashi's testimony constitutes a (counter)discourse of resistance that inscribes a sensitive and ethical memory of repression in the public scene, projecting a postmemorial legacy that interpellates the present time and the future generations.

Keywords: testimony; military dictatorship; discourse of resistance; memory; postmemory.

1 Introdução

Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985),¹ o presídio Tiradentes, localizado na cidade de São Paulo, foi reconfigurado como um dos principais centros de detenção de opositores do regime. Inicialmente concebido como uma prisão comum, o espaço passou a abrigar “homens e mulheres de todo país (sic), operários, camponeses, estudantes, professores, padres, freiras, políticos (...)” e outros sujeitos considerados subversivos pelo Estado (Ponce, 1997, p. 21).

A experiência do cárcere nesse local foi registrada na obra *Tiradentes: um presídio da Ditadura* (1997), organizada por Alípio Freire, Izaías Almada e José Adolfo de Granville Ponce, publicada pela Editora Scipione Cultural. Com mais de quinhentas páginas, o livro reúne relatos de homens e mulheres que viveram a experiência da prisão política naquele presídio, compondo um amplo mosaico de memórias sobre o cotidiano do encarceramento. Segundo os organizadores, trata-se de “um retrato da ditadura militar do ponto de vista do cotidiano dos presos políticos” (Freire; Almada; Ponce, 1997, p. 21).

¹ Nesta pesquisa, com base em Marcos Napolitano (2018) e Carlos Fico (2014), parte-se do princípio de que a ditadura militar se manteve até 1985.

Publicado em 1997, no contexto da redemocratização e do fortalecimento das lutas por memória, verdade e justiça no Brasil, o volume tem como objetivo explícito inscrever na esfera pública narrativas historicamente silenciadas durante o regime autoritário. Organizada por ex-presos políticos e militantes da memória, a obra articula testemunhos individuais, registros do cotidiano carcerário e reflexões políticas, configurando-se como um marco na produção testimonial sobre a ditadura civil-militar brasileira. Ao lado de outros livros de memória publicados nas décadas de 1990 e 2000, passou a circular amplamente em espaços acadêmicos, educativos e militantes, contribuindo para a consolidação de uma política da memória baseada no testemunho e na transmissão intergeracional da experiência da repressão.

As narrativas contidas na obra, ao entrelaçarem memórias pessoais, reflexões políticas e manifestações afetivas, não se limitam à denúncia das atrocidades do regime, embora essa dimensão esteja presente. Em grande parte, revelam práticas de resistência cotidiana, como a troca de cartas, o compartilhamento de receitas, gestos solidários entre os encarcerados.

Importa destacar que essa multiplicidade de registros, como observam Raquel Abreu-Aoki e Nair Kobashi (2025), não implica que os indivíduos que viveram na mesma época tenham compartilhado experiências semelhantes. Pelo contrário, a diversidade de respostas reflete a pluralidade de vivências e interpretações. As memórias reunidas no livro não constituem um consenso homogêneo, mas sim uma variedade de perspectivas sobre o período ditatorial. Nesse sentido, os testemunhos ali presentes contribuem para a memória coletiva brasileira, documentando e divulgando as experiências das vítimas como um contraponto à narrativa oficial, que minimizava ou ocultava as atrocidades do regime.

Uma ala específica desse presídio foi reservada às presas políticas: a chamada Torre das Donzelas.² Embora representassem uma minoria numérica entre os presos políticos, as mulheres ali confinadas constituíram um coletivo coeso e politicamente ativo, criando formas de resistência que combinavam afetividade, cuidado mútuo e engajamento político.

É nesse contexto que se insere o capítulo *Pequenas estratégias de sobrevivência*, escrito por Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política durante a ditadura. Nascida em Uraí, no Paraná, em 1947. Kobashi foi presa em fevereiro de 1972, na cidade de São Paulo, quando era estudante universitária e militava no PCdoB, tendo sido solta em outubro do ano seguinte. Atualmente é professora sênior na Escola de Comunicação e Artes da USP. (Freire; Almada; Ponce, 1997). Seu testemunho documenta as múltiplas formas de violência física e psicológica às quais as mulheres foram submetidas durante o encarceramento, mas também revela os modos como resistiram, reconstruíram vínculos afetivos e elaboraram práticas coletivas de cuidado e solidariedade.

Como apontam estudos sobre a repressão de gênero durante o período ditatorial (Lins, 2019), as mulheres encarceradas enfrentavam uma forma específica de violência: eram duplamente disciplinadas – enquanto militantes políticas e enquanto figuras que rompiam com os papéis sociais atribuídos à feminilidade. Nesse sentido, o testemunho de Kobashi lança luz sobre uma dimensão particular da memória da prisão política: aquela que se constrói a partir do corpo feminino afetado e resistente.

Neste artigo, concentramo-nos na análise do capítulo de Nair Kobashi, compreendendo-o como parte de uma memória de gênero que resgata não apenas o sofrimento vivenciado

² TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. São Paulo: Modo Operante Produções, 2018. 1 vídeo (documentário, 92 min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/torre-das-donzelas/t/5p9sXM2wvw/>. Acesso em: 18 maio 2025.

na prisão, mas também os gestos sutis e profundos de resistência encarnados na experiência feminina do cárcere político. Trata-se de um registro que expressa, de modo sensível e contundente, a vitalidade de mulheres que, mesmo sob o impacto da violência do regime, encontraram formas de preservar sua dignidade e sua conexão com a vida. Nesse processo, o discurso testemunhal configura-se como espaço de insurgência da memória – uma forma de dizer que resiste à tentativa de apagamento histórico e, por isso mesmo, também uma possibilidade de pós-memória para as gerações seguintes.

A investigação concentra-se na mobilização dos afetos como estratégia discursiva de resistência, observando como a autora reorganiza sua experiência por meio da valorização das relações interpessoais, do humor e das rotinas partilhadas no cárcere. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. Para isso, recorreremos a uma abordagem teórico-metodológica que combina fundamentos da análise do discurso com os estudos da memória e do trauma.

Do ponto de vista teórico, adotamos as contribuições de Christian Plantin (2010), cuja teoria das *tópicas da emoção* permite compreender como os afetos operam como argumentos no tecido do enunciado, e de Ruth Amossy (2008), que propõe o conceito de *ethos discursivo* como elemento estruturante da credibilidade e da posição enunciativa do sujeito testemunhal. Além disso, no campo dos estudos sobre memória e violência, mobilizamos as reflexões de Michael Pollak (1989), com o conceito de *memória subterrânea*; de Veena Das (2007), sobre a inscrição do trauma no cotidiano ferido; de Marianne Hirsch (1992-93; 2012), com a noção de *pós-memória*; e de Andréa Mattos (2023), que discute as implicações éticas e políticas da escuta e da circulação de testemunhos de eventos traumáticos.

Este estudo insere-se, assim, nos debates contemporâneos sobre memória, linguagem e resistência, assumindo que o testemunho não apenas rememora vivências traumáticas, mas também produz sentidos ético-políticos sobre o passado, que interpelam o presente e continuam a reverberar nas gerações futuras. Ao analisarmos uma narrativa estruturada por afetos, gestos cotidianos e silêncios expressivos, propomos compreender o discurso como campo de agência e a linguagem como forma de reinscrição da memória – sensível, coletiva e insurgente – no espaço público.

2 A elaboração discursiva do trauma: testemunho, memória e transmissão

Nesta seção, exploramos como o depoimento de Nair Yumiko Kobashi, sobrevivente da repressão durante a ditadura civil-militar brasileira, torna-se um ato de resistência simbólica e política. Por meio da noção de “memória subterrânea” de Michael Pollak (1989), analisamos como memórias marginalizadas desafiam discursos oficiais e permitem o surgimento de vozes subalternas. A perspectiva de Veena Das (2007), que propõe que o trauma seja reconfigurado nas rotinas cotidianas, também é abordada, assim como as contribuições de Shoshana Felman e Dori Laub (1992), que enfatizam a importância da escuta ativa no ato de testemunhar. Além disso, apresentamos também o conceito de “pós-memória” de Marianne Hirsch, que descreve como as gerações subseqüentes herdaram e reinterpretaram traumas históricos por meio de narrativas e artefatos.

2.1 Memória subterrânea e o cotidiano como forma de resistência

A experiência do testemunho carrega em si uma tensão fundamental: ao mesmo tempo em que busca dar forma a um passado traumático, revela os limites da linguagem para narrar o inenarrável (Seligmann-Silva, 2008). No caso dos testemunhos produzidos por sobreviventes de contextos de violência política – como os oriundos da repressão vivida nos porões da ditadura civil-militar brasileira – essa tensão adquire contornos ainda mais complexos. Tais narrativas não apenas documentam sofrimento e resistência, mas operam como gestos políticos de enunciação e de preservação da memória, tensionando as fronteiras entre o que pode ser dito e aquilo que resiste à nomeação.

Michael Pollak (1989), ao investigar a relação entre memória e identidade, introduz o conceito de *memória subterrânea*, referindo-se às formas de lembrança que permanecem marginalizadas, reprimidas ou silenciadas pelos discursos oficiais e dominantes. Essas memórias, por não corresponderem às versões institucionalizadas da história, são socialmente desautorizadas ou invisibilizadas. No entanto, resistem ao esquecimento e, em determinados contextos discursivos, emergem para contestar os enquadramentos hegemônicos do passado. A *memória subterrânea*, nesse sentido, atua como forma de resistência simbólica que desafia o monopólio da história oficial e possibilita a emergência de outras vozes – especialmente aquelas associadas a grupos historicamente subalternizados.

No testemunho de Nair Yumiko Kobashi, observa-se essa lógica subterrânea da memória, pois sua narrativa não se limita à denúncia objetiva da repressão, mas recusa a simplificação do trauma ao reivindicar a complexidade da experiência vivida – uma experiência na qual dor e afeto, sofrimento e solidariedade, confinamento e criatividade coexistem. Ao narrar práticas cotidianas, como os gestos de cuidado entre as presas, as estratégias de humor e as redes de apoio afetivo, a autora atualiza uma memória silenciada que insiste em permanecer viva. Trata-se de uma forma de inscrever o trauma não apenas como ferida, mas também como construção de sentido.

Essa ambivalência – entre dor e vida – é central na obra de Veena Das (2007), que propõe uma reconfiguração da compreensão tradicional da violência. Para Das (2007), a violência não deve ser entendida unicamente como um evento espetacular ou excepcional, mas como algo que se infiltra no cotidiano, transformando a linguagem, os vínculos e os modos de vida dos sujeitos. A autora introduz a ideia de “descer ao ordinário”,³ isto é, de observar como os traumas coletivos são absorvidos, metabolizados e reelaborados nas práticas cotidianas. Em vez de romper definitivamente com a vida, o trauma pode ser reconfigurado nas rotinas, nos silêncios, nos pequenos gestos – como forma de resistência à destruição simbólica.

No caso do testemunho de Kobashi, essa dinâmica está presente nas pequenas “estratégias de sobrevivência” descritas ao longo do capítulo. Ao relatar, por exemplo, que as mulheres organizavam suas celas como “casas” ou que compartilhavam a preparação da comida e trocavam palavras de afeto e humor, a narrativa revela como a linguagem afetiva torna-se um mecanismo simbólico para reencenar a dor e dar-lhe contorno compartilhável. Esses gestos, aparentemente simples, constituem dispositivos de reintegração da vida ferida – aquilo que Das (2007) interpreta como possibilidade de continuar existindo sem apagar a memória do trauma.

³ Tradução nossa, assim como em todos os demais trechos traduzidos a partir de originais em língua estrangeira neste texto. No original: “[...] descent into the ordinary” (Veena Das, 2007, p. 7).

O desafio de narrar o trauma, no entanto, implica reconhecer que nem toda experiência traumática é inteiramente representável. Como explica Marcos Guterman (2020), é difícil saber o que realmente aconteceu:

Nem tudo pode ser dito, seja porque a experiência do sobrevivente envolve situações incompreensíveis, extremamente dolorosas ou moralmente abjetas, seja porque há o imenso fardo de ter sobrevivido, enquanto toda a família e todos os amigos pereceram, seja porque a memória, afinal, é muitas vezes o repositório não de fatos concretos, mas de traumas insuperáveis (Guterman, 2020, p. 11).

Nesse ponto, é fundamental recorrer à contribuição de Shoshana Felman e Dori Laub (1992), que, ao analisarem os testemunhos de sobreviventes do Holocausto, tecem uma reflexão sobre os limites e as condições do ato de testemunhar. Para esses autores, o testemunho não se reduz a um simples relato factual. Trata-se de um processo discursivo no qual o sujeito não apenas rememora, mas também constrói uma narrativa possível sobre um evento que, muitas vezes, ultrapassa os limites da linguagem. Em outras palavras, o testemunho é uma tentativa de dizer o que, por definição, resiste à nomeação plena.

O psicólogo Jerome Bruner (1986, 2002) afirma que narrativas e histórias fazem parte de nossas vidas desde a mais tenra idade e nosso relacionamento com elas continua para sempre, ao ponto de narrativas e histórias se tornarem uma forma de pensar, uma forma de organizar e compreender nossas próprias experiências e aquelas de outras pessoas. No entanto, Felman e Laub (1992) propõem que o trauma radical rompe com a capacidade simbólica do sujeito, interrompendo sua narrativa interior. Por isso, o ato de testemunhar requer, além da voz que narra, uma escuta comprometida. Essa escuta, por sua vez, é parte constitutiva do testemunho – e não apenas seu destino.

A função ética do outro que escuta é essencial para a reconfiguração do trauma como linguagem. No caso de Kobashi, ao incorporar afetos, gestos cotidianos e vínculos solidários em sua narrativa, ela não apenas resiste ao silenciamento histórico, mas também reativa uma memória subterrânea que mobiliza a escuta ativa do leitor, convidando-o à coautoria dessa memória. Assim, o testemunho de Nair Yumiko Kobashi se estrutura não apenas como uma fala sobre o passado, mas como ato performativo de resistência discursiva, no qual o trauma é enfrentado, compartilhado e reconfigurado por meio da linguagem afetiva e da memória insurgente.

A abordagem da memória subterrânea e da inscrição do trauma no cotidiano permite compreender como o testemunho de Nair Kobashi não apenas narra a dor vivida, mas elabora simbolicamente essa experiência por meio da linguagem e dos afetos partilhados. Contudo, os efeitos do testemunho não se restringem ao momento da enunciação original. Sua força discursiva projeta-se para além do tempo vivido, instaurando um legado capaz de interpelar outras gerações. A esse deslocamento da memória vivida para a memória herdada e relacional, vinculada a processos de recepção e escuta, dá-se o nome de *pós-memória*. Na seção seguinte, exploramos como esse conceito, aliado à noção de ética da escuta, amplia a compreensão do testemunho como herança discursiva e dispositivo de resistência histórica.

2.2 Pós-memória: o testemunho como herança discursiva

O conceito de pós-memória, também conhecido como memória inter/transgeracional (Braga, 2023), tem sido amplamente usado hoje em dia em pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento e se inscreve nos chamados Estudos de Memória. Ana Oliveira (2018) afirma que “a temática da memória tem vindo a despertar interesse nas Ciências Sociais desde há vários séculos; mas foi no século XX que esta se transformou num dos conceitos centrais e de maior destaque desta área de estudo” (Oliveira, 2018, p. 268), tornando-se também um ponto de encontro interdisciplinar entre pesquisadores interessados das áreas da cultura, da política e das humanidades.

A noção de pós-memória, proposta por Marianne Hirsch (1992-93, 2012, dentre outros trabalhos da autora), descreve a relação existente entre duas gerações que vivenciaram traumas históricos de formas diferentes mas interligadas. A primeira geração vivencia o trauma diretamente, como experiência própria que se inscreve na memória. A geração seguinte, no entanto, não vivencia o trauma diretamente, mas apenas por meio dos relatos presentes nas histórias, narrativas e artefatos (fotos, objetos) da geração anterior, como pós-memória. Para Hirsch (1997), a pós-memória se refere à “experiência daqueles que crescem dominados pelas narrativas que precederam seu nascimento” (Hirsch, 1997, p. 22).⁴ Andréa Mattos e Mariana Coura (2021) esclarecem que, “para a autora, a pós-memória está sempre ligada a eventos traumáticos acontecidos no passado” (p. 192), diferentemente da noção de memória coletiva (Halbwachs, 2006) que se traduz pelas tradições, costumes e experiências de um determinado grupo.

Hirsch (1997), no livro *Family Frames*, sua primeira obra sobre o assunto, explica que pós-memória não é memória nem história, pois “se distingue da memória pela distância geracional e da história por profunda conexão pessoal” (Hirsch, 1997, p. 22).⁵ Compreendemos, então, que a pós-memória “é formada indiretamente por eventos históricos traumáticos que aconteceram no passado, mas que ainda produzem efeitos no presente” (Mattos; Caetano, 2019, p. 179).

A pós-memória, assim, constitui uma chave teórica fundamental para compreender os efeitos transgeracionais da violência política e a forma como o trauma pode ser transmitido para além da geração que o vivenciou diretamente. Hirsch propõe que os filhos e descendentes de sobreviventes de grandes traumas históricos – como o Holocausto, a escravidão, ou, no caso brasileiro, a ditadura – não apenas “herdam” lembranças, mas constroem uma relação afetiva e imaginativa com esses acontecimentos, ainda que não os tenham experienciado diretamente. Essa herança é mediada por narrativas, imagens e afetos que produzem implicações subjetivas profundas.

É nesse horizonte que o testemunho de Nair Yumiko Kobashi ultrapassa a esfera de uma experiência individual e se inscreve no campo da *memória partilhada*. Ao narrar a prisão não apenas como espaço de dor, mas também como lugar de elaboração coletiva, de práticas de cuidado e de resistência silenciosa, sua narrativa se configura como um legado discursivo. Tal legado é capaz de interpelar gerações posteriores e se tornar referência na construção de uma memória coletiva crítica, antiautoritária e ética.

⁴ No original: “[...] experience of those who grow up dominated by narratives that preceded their birth [...]” (Hirsch, 1997, p. 22).

⁵ No original: “[...] distinguished from memory by generational distance and from history by deep personal connection” (Hirsch, 1997, p. 22).

A forma como Kobashi estrutura seu discurso reforça esse alcance: ao narrar situações de partilha cotidiana – “compartilhávamos as mesmas celas”, “o dia, longos dias, que tentávamos preencher com atividades possíveis: leitura, crochê, xadrez (...) e muita conversa” (Kobashi, 1997, p. 310) – e ao mobilizar afetos por meio do humor: “acho graça quando penso que... arrumamos nossas tralhas para ‘mudar de casa’” (Kobashi, 1997, p. 311), ela cria um campo de identificação que permite ao leitor afetar-se por uma experiência que não viveu. A pós-memória, nesse caso, manifesta-se como experiência de implicação subjetiva, na qual o testemunho se transforma em elo entre passado e presente, e a linguagem afetiva se torna vetor de engajamento político.

Essa dimensão também implica uma ética da recepção, entendida como uma responsabilidade assumida diante da palavra testemunhal. O leitor é convocado não apenas a escutar o relato, mas a reconhecer a fragilidade e a singularidade da experiência narrada, acolhendo-a sem reduzi-la a um dado histórico objetivo, nem submetê-la a processos de banalização ou consumo simbólico da dor. Nessa perspectiva, a transmissão do trauma não se esgota na denúncia das violências sofridas, mas se transforma em um gesto de cuidado com o passado, entendido aqui como a preservação ética da experiência narrada, em consonância com a ética da escuta proposta por Felman e Laub (1992) e com a noção de responsabilidade diante da memória traumática discutida por Hirsch (2012).

Nesse sentido, os registros de Kobashi evidenciam uma memória sensível, sustentada por práticas de afeto e solidariedade que mantinham viva a esperança mesmo em condições de repressão externa. Nesta passagem, por exemplo, a autora relata que “trocavam-se muitas cartas: com famílias, os amigos do mundo, os meninos presos no Carandiru, as companheiras em liberdade. Ainda tenho guardadas as que recebi. Nelas fala-se de tudo: dos amores, das dores, dos filhos, do mundo, dos sonhos, da nossa fé na transformação do mundo” (Kobashi, 1997, p. 311).

Ao tornar o sofrimento transmissível por meio da linguagem sensível e partilhável, Kobashi contribui para a consolidação de uma política da memória que resiste ao apagamento e sustenta o compromisso com a história.

As reflexões desenvolvidas até aqui evidenciam que o testemunho de Nair Yumiko Kobashi opera como espaço de elaboração simbólica do trauma, articulando memória, afetos e resistência discursiva. Ao inscrever-se como voz sobrevivente que compartilha gestos cotidianos e vínculos solidários, sua narrativa desafia os limites do narrável e projeta sentidos que ultrapassam o tempo do acontecimento, na medida em que transforma a experiência traumática em uma memória partilhável, capaz de produzir identificação, implicação afetiva e responsabilidade ética em leitores que não vivenciaram diretamente os eventos narrados. Desse modo, o testemunho interpela também as gerações posteriores, constituindo-se como vetor de pós-memória.

Diante desse arcabouço conceitual, passamos, a seguir, à análise do testemunho em sua materialidade linguístico-discursiva, com foco na construção do *ethos* discursivo da narradora e na mobilização das emoções como estratégias argumentativas. O objetivo é compreender de que forma a linguagem sustenta e performa esse contradiscurso, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política.

3 Gesto de análise

Nas seções abaixo, propomos uma leitura mais atenta do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, focada em dois aspectos centrais de sua construção discursiva: a forma como a narradora se inscreve no texto, projetando uma imagem de si que sustenta sua posição enunciativa, e a mobilização de afetos por meio das tópicas que organizam as emoções como estratégias de produção de sentido. Tais aspectos permitem compreender o testemunho como espaço de negociação simbólica entre o vivido e o narrado.

3.1 Ethos discursivo e o sujeito do testemunho

No campo da Análise do Discurso, a noção de *ethos*, tal como desenvolvida por Ruth Amossy (2008), constitui uma categoria analítica importante para compreender como os sujeitos constroem discursivamente uma imagem de si. Essa imagem é forjada no interior do enunciado,⁶ por meio de escolhas linguísticas, estilísticas e temáticas que compõem sua materialidade linguístico-discursiva.⁷ O *ethos*, nesse sentido, configura-se como um efeito de linguagem e, ao mesmo tempo, como um recurso argumentativo que visa garantir a credibilidade, a legitimidade e a adesão do interlocutor.

No contexto do testemunho, essa construção adquire especial relevância: o sujeito enunciador posiciona-se como alguém que vivenciou diretamente os eventos traumáticos que narra, reivindicando um lugar de legitimidade discursiva. Entretanto, essa legitimidade não é garantida a priori, ela precisa ser construída no próprio discurso por meio de marcas de envolvimento afetivo, de veracidade e de responsabilidade ética com a memória compartilhada.

Como salienta Amossy (2008), o *ethos* não se resume à “imagem de si” que o locutor deseja projetar, mas emerge da interação entre o conteúdo enunciado, as formas de dizê-lo e os efeitos de sentido que produz junto ao interlocutor.

No testemunho de Nair Yumiko Kobashi, é possível identificar a construção de um *ethos* que conjuga fragilidade e força, dor e resistência. A autora se inscreve discursivamente como sobrevivente da prisão política, mas também como alguém capaz de narrar, com lucidez e sensibilidade, a complexidade de sua experiência.

Desde o início do seu relato, Kobashi adota um tom reflexivo e ético, consciente das limitações da memória:

Após tantos anos, as lembranças se embaralham – dou-me conta (...) são fatos que aconteceram há 25 anos! (...) quando revirmos nossos baús, às vezes encontramos coisas que não nos agradam e que preferimos ter esquecido. Resultam fragmentos, retalhos que precisam ser costurados para adquirir algum sentido (Kobashi, 1997, p. 310).

⁶ Neste estudo, o termo *enunciado* é utilizado no horizonte da Análise do Discurso de orientação retórico-discursiva, designando o testemunho de Nair Yumiko Kobashi como unidade discursiva situada e historicamente determinada, em consonância com a perspectiva discursiva adotada por Amossy (2008).

⁷ Ao longo do artigo, adotamos a expressão *materialidade linguístico-discursiva* para designar o conjunto de marcas linguísticas e enunciativas do testemunho, interpretadas em articulação com suas condições históricas de produção e com seus efeitos de sentido. O termo *texto* é empregado em seu sentido corrente, como referência ao objeto empírico analisado.

Essa admissão não compromete sua autoridade narrativa - ao contrário, consolida uma imagem de si atravessada pela consciência dos limites de relatar o trauma e, ao mesmo tempo, pela coragem de enfrentá-lo.

A ambivalência da rememoração também é tematizada de modo explícito pela narradora. Em outro momento, Kobashi reconhece as tensões afetivas que emergem ao revisitar o passado:

Revisitar a memória para falar do presídio Tiradentes não é fácil. O presídio evoca sentimentos ambivalentes. De um lado, aqueles relacionados à dor causada pelo confinamento – prisão costuma rimar com dor. De outro, gestos de generosidade, de solidariedade, de afeto, de alegria. Das lembranças guardadas, são essas últimas as mais significativas e permanentes para mim (Kobashi, 1997, p. 310).

Esse movimento de valorização da memória afetiva, mesmo diante do trauma, é fundamental para a construção da imagem ética e complexa da enunciativa. Ao destacar os gestos de solidariedade que marcaram sua vivência no cárcere, Kobashi se posiciona como alguém que não apenas sobreviveu, mas elaborou ativamente sua experiência, recusando o enquadramento exclusivo pela dor. Trata-se de um gesto discursivo que amplia o horizonte do testemunho, ao propor uma política da memória centrada na preservação daquilo que sustentou a vida. A evocação da alegria e do afeto não encobre a violência sofrida – antes, convive com ela, revelando a força de vínculos que resistiram mesmo sob as condições extremas da prisão.

A dimensão coletiva da memória é outra marca constitutiva da imagem de si projetada pela narradora. Kobashi evoca de modo constante suas companheiras de cela e as experiências compartilhadas: “compartilhávamos as mesmas celas durante todo o período de prisão” (p. 311), “preparávamos nossa própria comida. Esse ato revestia-se de um significado especial para mim. Apesar da precariedade da cozinha, era possível preparar comidas memoráveis” (p. 311) e “ainda hoje nos reunimos, e, como comadres, cozinhamos, comemos, relembremos” (p. 311). Essas passagens reforçam a imagem de uma mulher inserida em um coletivo afetivo, cuja memória é partilhada e legitimada pelo vínculo com outras mulheres.

Ao empregar recorrentes formas de referência coletiva – como construções verbais que enfatizam a experiência partilhada (“compartilhávamos”, “preparávamos”, “nos reuníamos”), a narradora constrói um *ethos* que dilui a centralidade do “eu” e se ancora na vivência coletiva, reforçando sua legitimidade discursiva, nos termos propostos por Amossy (2008).

O sujeito enunciativo se apresenta, assim, não como voz isolada, mas como parte de uma comunidade de apoio mútuo, situada entre a memória individual e a memória coletiva.

Por fim, é possível reconhecer no testemunho uma construção discursiva voltada à resiliência. Ao narrar sua saída da prisão, Kobashi afirma: “Saí da prisão em outubro de 1973, sob o som da ‘Internacional’, cantada de forma tocante pelas amigas que ficaram. Sentia-me forte, emocionalmente recomposta e com coragem para reorganizar a vida” (p. 313). O tom de reinício que atravessa esse trecho reforça a imagem de uma mulher que, embora marcada pela violência, não se deixa definir, exclusivamente, por ela. Ao projetar um futuro possível, a narradora reafirma sua capacidade de reconstrução subjetiva e sua disposição ética para transformar a dor em memória ativa.

Dessa forma, o *ethos* discursivo de Nair Kobashi não apenas sustenta a credibilidade de sua fala, mas opera como estratégia argumentativa que convoca o leitor à escuta e ao reco-

nhecimento da experiência narrada. É a partir dessa imagem de si, afetiva, solidária, reflexiva e resistente, que sua narrativa mobiliza os afetos como formas de saber e como instrumentos de resistência simbólica, conforme veremos a seguir.

3.2 Tópicas da emoção e afeto como argumento

A análise do testemunho de Nair Yumiko Kobashi permite observar como as emoções não se apresentam como simples efeitos ornamentais ou manifestações subjetivas, mas como operadores discursivos que organizam a memória estruturando sentidos e instaurando vínculos entre narradora e leitor. Com base na teoria das *tópicas da emoção*, proposta por Christian Plantin (2010), compreendemos que as emoções, ao serem convocadas no texto, ganham espessura discursiva ao se apoiarem em lugares discursivos socialmente legitimados, os chamados *lugares psicológicos*, que, ao serem mobilizados, provocam adesão, estabelecem vínculos e estruturam posições éticas e políticas no interior do discurso.

Na perspectiva de Plantin (2010), a emoção se constrói discursivamente não pela nomeação direta de estados afetivos, mas por meio de mecanismos argumentativos que ancoram o afeto em situações típicas, práticas recorrentes e valores compartilháveis. No testemunho de Kobashi, cenas como a partilha da comida, a troca de cartas, a espera coletiva e a manutenção da esperança funcionam como mecanismos de construção da emoção, permitindo que o leitor reconheça, avalie e se implique afetivamente na experiência narrada.

Como discutimos em trabalho anterior (Abreu-Aoki; Arcanjo, 2023), as tópicas afetivas organizam o discurso em torno de lugares psicológicos compartilháveis, que respondem a perguntas como: quem sente? por que sente? o que está em jogo? quais são as consequências sociais dessa emoção? Em *Pequenas estratégias de sobrevivência*, essas perguntas são respondidas, muitas vezes, por meio da evocação de práticas comuns e gestos cotidianos que, longe de serem neutros, carregam valores que sustentam uma ética do cuidado, da solidariedade e da coletividade.

Um primeiro exemplo aparece na valorização dos vínculos familiares mantidos a partir da prisão. Kobashi relembra: “As famílias, que já se encarregavam de tantas coisas, nos forneciam também os mantimentos. Meu irmão Ken, por exemplo, nos supriu de verduras, legumes e frutas durante todo o período em que ficamos no Tiradentes” (p. 312). Aqui, o discurso ativa uma *tópica do apoio externo*, em que o cuidado da família adquire uma dimensão simbólica e afetiva. A alimentação, mais do que uma necessidade física, transforma-se em forma de presença, gesto de sustentação mútua que rompe com o isolamento imposto pelo encarceramento.

Outro trecho aciona uma *tópica da partilha simbólica do tempo*: “Às seis da tarde fechava-se o portão de ferro da Torre e acendiam-se as luzes, que assim permaneciam durante a noite toda, mesmo dentro das celas” (p. 312). Essa descrição, aparentemente factual, organiza o tempo prisional como espaço de convivência. As luzes acesas, além de indicarem vigilância, podem ser lidas como símbolo ambíguo: ao mesmo tempo em que expõem, também mantêm viva a possibilidade de trocas, encontros, conversas. O afeto, nesse caso, não é anunciado diretamente, mas insinuado como condição que torna suportável o cotidiano carcerário.

Há ainda, no relato, a mobilização de uma *tópica do afeto como mediação coletiva*, perceptível na referência às duplas de cozinheiras: “Para muitas outras duplas de cozinheiras, fazer

belas comidas era uma forma de expressar afeto. Pequenos gestos que, naquele contexto, adquiriam significados especiais” (p. 312). O preparo da comida torna-se uma linguagem silenciosa de cuidado, que reforça a partilha como valor discursivo. A ação de cozinhar junta corpos, histórias e subjetividades, operando como gesto de sustentação material e simbólica.

A construção de uma memória coletiva sensível também emerge na *tópica do espaço reorganizado pelo afeto*. Kobashi narra como “se conspirava” dentro da Torre (p. 312), não apenas no sentido político restrito, mas para discutir textos, aparar conflitos e compartilhar ideias. Essas reuniões noturnas ativam no discurso um lugar emocional de troca e reconstrução. O ambiente da cela deixa de ser um espaço unicamente de clausura e se transforma em território relacional, sustentado por uma escuta atenta e uma rede de pertencimento.

Por fim, observamos também a *tópica da resistência serena*, ativada no reconhecimento do esforço coletivo para manter a coesão entre as mulheres presas: “Eram pessoas serenas que tentavam, acima de tudo, preservar a unidade na Torre. Em geral, os resultados eram positivos” (p. 312). Essa serenidade não demonstra apatia, mas sim, um posicionamento ético diante da adversidade. O afeto se torna argumento quando sustenta a manutenção do vínculo mesmo em situações de conflito – um modo de resistir sem violência, de sustentar a dignidade em silêncio.

Assim, a análise das *tópicas da emoção* no testemunho de Nair Yumiko Kobashi revela que o afeto não é adereço estilístico, mas eixo estruturante da narrativa. Ele organiza os valores em torno dos quais a memória se articula e projeta uma ética da convivência como forma de resistência simbólica.

E quando, já fora do cárcere, a narradora escreve que “pude realizar alguns sonhos: apagar as luzes antes de dormir, ver o horizonte, caminhar por esta cidade que deixava de ser apenas uma parede” (p. 313), seu testemunho se abre à poesia do cotidiano reencontrado. A linguagem do afeto, cultivada nos gestos mínimos da sobrevivência, transforma-se em linguagem de liberdade – uma liberdade que caminha devagar, mas firma seus passos na memória partilhada.

4 Considerações finais

Neste artigo, por meio da análise discursiva do testemunho de Nair Yumiko Kobashi, intitulado “Pequenas estratégias de sobrevivência”, publicado na coletânea *Tiradentes: um presídio da ditadura* (Freire; Almada; Ponce, 1997), buscamos compreender de que forma a linguagem sustenta e performa um (contra)discurso de resistência, ativando a memória como forma de resistência simbólica e política. Como procuramos demonstrar ao longo da análise, a narrativa de Kobashi se constitui como um gesto enunciativo que inscreve na cena pública uma memória sensível, ética e insurgente da repressão vivida durante a ditadura civil-militar brasileira, projetando um legado pós-memorial capaz de interpelar tanto o presente quanto as futuras gerações.

Do ponto de vista dos resultados da análise, evidenciou-se que esse contradiscurso se constrói por meio de procedimentos linguístico-discursivos específicos. Observou-se que a mobilização dos afetos, a valorização do cotidiano partilhado e a construção de um *ethos* discursivo ancorado na experiência vivida permitem à narradora ressignificar a experiência carcerária, deslocando-a de uma narrativa centrada exclusivamente na violência para uma

memória marcada pela solidariedade, pelo cuidado e pela vida em comum. Ao transformar gestos ordinários – como cozinhar em duplas, partilhar mantimentos, trocar cartas e manter a esperança – em núcleos de sentido, o testemunho converte o cotidiano em argumento ético-político, demonstrando como a linguagem não apenas representa a experiência traumática, mas a performa como resistência simbólica e política.

Nesse processo, a memória não se apresenta como simples recordação do passado, mas como prática discursiva ativa. Como nos lembra Seligmann-Silva (2022, p. 20), manter “a memória da ditadura é fundamental se quisermos construir um país mais igualitário e democrático”. Para Mônica Sette Lopes (2018, p. 50), a grande função da memória - feita de fragmentos e detalhes - é “sobreviver para testemunhar”. A autora recorre a Olivier Abel para dizer que “o passado esquecido está sempre presente, repete-se e reproduzir-se-á ainda. O horror não acabou por estar ‘esquecido’, prosseguirá infinitamente enquanto uma palavra não tiver rompido o esquecimento e aceite consistir em memória” (Abel, 1999, p. 126 apud Lopes, 2018, p. 51).

À luz dessas reflexões, entendemos que o testemunho de Kobashi cumpre uma dupla função: romper o silêncio imposto pela repressão e afirmar a lembrança. Ao narrar os pequenos gestos da vida carcerária – cozinhar em duplas, partilhar mantimentos, trocar cartas, manter a esperança – a autora reinscreve sentidos que convocam o leitor à escuta e à coautoria da memória. Em sua materialidade linguístico-discursiva, o testemunho revela como a dor pode ser significada pela solidariedade e como o silêncio pode ser preenchido pelo cuidado com o outro.

Essa elaboração da memória, que articula o vivido e o partilhado, ultrapassa a esfera da experiência individual e se projeta como pós-memória – uma herança afetiva que envolve o leitor em uma relação ética com o passado. Como analisado ao longo do texto, Kobashi não se limita à denúncia: ressignifica o trauma ao valorizar o cotidiano, o afeto e a solidariedade como forma de resistência. Nesse gesto, constrói um *ethos* discursivo potente, transforma o ordinário em argumento político e projeta a pós-memória como força ativa de transmissão.

Seu relato, ancorado em experiências singulares, contribui, assim, para a consolidação de uma política da memória que resiste ao apagamento, sustenta o compromisso com a história e afirma a linguagem como espaço de liberdade. Como nos lembra a própria autora, já em liberdade, “pude realizar alguns sonhos: apagar as luzes antes de dormir, ver o horizonte, caminhar por esta cidade que deixava de ser apenas uma parede” (p. 313). Em seu gesto de narrar, Kobashi não apenas testemunha o que viveu: tece, com fios dos afetos e da escuta, uma memória que permanece e continua a interpelar o presente.

Dedicatória

Dedicamos este artigo a Nair Yumiko Kobashi e a todas as mulheres que, ao resistirem à ditadura civil-militar brasileira, transformaram a experiência da violência em gesto de coragem, memória e luta por um país mais justo e democrático.

Declaração de autoria

As duas autoras contribuíram de forma relativamente equânime para a redação e revisão de todo o artigo.

Agradecimentos

A segunda autora agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento recebido na forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo n. 315109/2023-8).

Referências

- ABEL, O. Justiça e mal. In: GARAPON, A; SALAS, D. *A justiça e o mal*. Trad. Maria Fernanda de Oliveira. Lisboa: Piaget, 1999. Apud LOPES, M S. A crônica da justiça. Belo Horizonte: Initia Via, 2018. 258p.
- ABREU-AOKI, R; ARCANJO, F. Á. Emoções e memória nos testemunhos de crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. In: LIMA, H. M. R. de; ABREU-AOKI, R.; MAZZOLA, R. (orgs.). *Retórica, argumentação e emoções: itinerários convergentes*. Campinas: Pontes, 2023. p. 109-132.
- ABREU-AOKI, R.; KOBASHI, N. Y. Narrativas entrelaçadas: discurso, memória e verdade na reconstrução da história brasileira. In: MOURA, J. B. de; ROCHA, M. S. da; TOMAZ, P. R.; LOPES, M. (orgs.). *Argumentação, retórica e análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025. p. 169-191.
- AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRAGA, S. C. Fiction, Postmemory and Transgenerational Trauma: literary possibilities through the Shoah Paradigm. *Práticas da História*, Lisboa, n. 17, p. 263-294, 2023. DOI: <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n17.28468>
- BRUNER, J. *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press, 1986. 228p.
- BRUNER, J. *Making stories: law, literature, life*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- DAS, V. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- FELMAN, S; LAUB, D. *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. New York: Routledge, 1992.
- FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.
- GUTERMAN, M. *Holocausto e memória*. São Paulo: Contexto, 2020.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HIRSCH, M. Family pictures: *Maus*, mourning, and post-memory. *Discourse*, Detroit, v. 15. n. 2, p. 3-29, Winter 1992-1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41389264>. Acesso em: 17 mai 2025.

HIRSCH, M. *Family Frames: Photography, Narrative and Postmemory*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997.

HIRSCH, M. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.

KOBASHI, N. Y. Pequenas estratégias de sobrevivência. In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 309-313.

LINS, S. L. da F. Corpos feitos de memória: subjetivação e construção dos corpos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972). *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 13, p. 30-38, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1806>. Acesso em: 29 abr 2025.

LOPES, M. S. *A crônica da justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2018.

MATTOS, A. M. de. Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: as potencialidades da pós-memória. In: FREIRE, R. G. S.; MAROSINI FILHO, C. B.; VALIAS, T. B. O.; FIGUEIREDO, L. M. B. de; SOUZA, W. E. de; OLIVEIRA, A. L. A. M. (orgs.). *Linguística em debate: desafios e perspectivas - pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG*. Campinas - SP: Pontes Editores, 2023. p. 571-591.

MATTOS, A. M. de; CAETANO, É. A. Memória, pós-memória e formação crítica de professores de línguas. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 20, n. 46, p. 167-186, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1981-4755.20190010>.

MATTOS, A. M. de; COURA, M. A. História, Memória e Pós-memória: presente, passado e futuro na formação crítica de professores de inglês. In: CAETANO, E. A. (org.). *Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil: as origens do status quo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 179-221.

NAPOLITANO, M. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

OLIVEIRA, A. Identidade, memória e a ecranização. O indivíduo e a experiência na era hipermoderna. *Vista*, Braga, n. 2, p. 264-283, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37690187/Identidade_mem%C3%B3ria_e_a_ecraniza%C3%A7%C3%A3o_O_indiv%C3%ADduo_e_a_experi%C3%AAn-cia_na_era_hipermoderna. Acesso em: 19 jan. 2019.

PLANTIN, C. As razões das emoções. Trad. Emília Mendes. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. *As emoções no discurso*. v. II. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010, p. 57-80.

PONCE, J. A. de G. E por que o presídio Tiradentes? In: FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. de G. (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. p. 21-24.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Cláudia Berretta Silva. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/306>. Acesso em: 25 abr 2025.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora UNICAMP, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. São Paulo: Modo Operante Produções, 2018. vídeo (documentário, 92 min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/torre-das-donzelas/t/5p9sXM2wvw/>. Acesso em: 18 mai 2025.

Ethos discursivo em *Atos Humanos*: memória, resistência e teor testemunhal na obra de Han Kang

Discursive Ethos in Human Acts: Memory, Resistance, and Testimonial Content in Han Kang's Work

Tielly dos Reis Gomes

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

gstielly@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-7088-8074>

Rafael de Souza Timmermann

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

rafaeltimmermann@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0002-9038-265X>

Ana Lília Carvalho Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

liliarocha@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0001-8739-5786>

Resumo: Este estudo busca analisar a construção do *ethos* discursivo na obra *Atos humanos*, de Han Kang (2021). O romance retrata a repressão violenta dos protestos pela democracia na Coreia do Sul, ocorrida em maio de 1980. O objetivo principal deste texto consiste na investigação do *ethos* discursivo perante as posturas adotadas e sua legitimidade na preservação da memória coletiva traumática para a reescrita da história a partir de outros ângulos. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, considerando o discurso e o *ethos* discursivo (Maingueneau, 2008; 2015), o teor testemunhal (Seligmann-Silva, 2003), a memória (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2007), o trauma (Caruth, 1996) e a resistência (Harlow, 1987). Além disso, há menções à necropolítica (Mbembe, 2018) e à condição de vida nua frente ao estado de exceção (Agamben, 2004). A narrativa de teor testemunhal atua como instrumento de resistência contra o silenciamento e apagamento impostos pela história oficial, estabelecendo um entrelace entre a ficção e a história em relação à memória do massacre de Gwangju. Assim, os enunciados revelam que o *ethos* discursivo em *Atos Humanos* promove o resgate da memória como ato de resistência e reparação histórica.

Palavras-chave: Análise discursiva; *ethos* discursivo; literatura de teor testemunhal; Massacre de Gwangju; Han Kang.

Abstract: This study seeks to analyze the construction of the discursive *ethos* in Han Kang's *Human Acts* (2021). The novel depicts the violent repression of the protests for democracy in South Korea, which took place in May



1980. The main objective is to investigate the discursive *ethos* regarding the postures adopted and their legitimacy in preserving the traumatic collective memory in order to rewrite history from other angles. To this end, we used qualitative bibliographical research, considering discourse and discursive *ethos* (Maingueneau, 2008; 2015), testimonial content (Seligmann-Silva, 2003), memory (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2007), trauma (Caruth, 1996) and resistance (Harlow, 1987). In addition, there are mentions of necropolitics (Mbembe, 2018) and the condition of bare life in the face of the state of exception (Agamben, 2004). The testimonial narrative acts as an instrument of resistance against the silencing and erasure imposed by official history, establishing a link between fiction and history in relation to the memory of the Gwangju massacre. Thus, the utterances reveal that the discursive *ethos* in *Human Acts* promotes the recovery of memory as an act of resistance and historical reparation.

Keywords: Discourse analysis; discursive *ethos*; testimonial literature; Gwangju Massacre; Han Kang.

1 Introdução

O presente trabalho articula ficção e história no romance *Atos Humanos* de Han Kang (2021), com ênfase na constituição do *ethos* discursivo. A obra apresenta forte teor testemunhal e contribui para a resistência ao resgatar a memória do Massacre de Gwangju sob os olhares das margens. Dessa forma, propõe-se examinar como o *ethos* se constrói e é legitimado nas estratégias de preservação da memória coletiva traumática, possibilitando a reescrita da história a partir de perspectivas não hegemônicas.

Para realizar tal análise, empregou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa aliada à literatura comparada, com suporte do arcabouço teórico dos autores Maingueneau (2008; 2015), no que diz respeito ao discurso e ao *ethos* discursivo; Seligmann-Silva (2003), quanto ao teor testemunhal; Halbwachs (1990) e Ricoeur (2007), em relação à memória; Caruth (1996), sobre o trauma; e Harlow (1987), acerca da resistência. Também há considerações quanto à necropolítica (Mbembe, 2018) e à vida nua no estado de exceção (Agamben, 2004). Primeiramente, elucidamos os conceitos centrais para a análise. Em seguida, apresentamos a metodologia e o *corpus* selecionado, contextualizando os acontecimentos que culminaram na revolta e sua severa repressão militar. Por fim, analisamos a construção do *ethos* na narrativa.

Tal enfoque permite investigar como os sujeitos são posicionados no discurso, evidenciando a importância do teor testemunhal nos enunciados. Desse modo, espera-se revelar marcas de resistência a partir das representações produzidas no próprio ato discursivo.

2 Referencial teórico

2.1 Discurso e *ethos*

Este estudo recorre às formulações de Dominique Maingueneau (2008; 2015) com vistas a conduzir uma análise discursiva da obra *Atos Humanos* (Han, 2021). Há especial atenção para a constituição do *ethos* discursivo na preservação e ressignificação da memória de eventos traumáticos. Logo, é necessário destrinchar os conceitos centrais mobilizados no discurso e na narrativa.

Segundo Maingueneau (2015), a análise discursiva estabelece relação próxima com a língua (recursos semióticos disponíveis), a atividade comunicacional e o conhecimento (saberes individuais e coletivos que atuam na construção do sentido dos enunciados). Ele expõe a dupla noção semântica do discurso, entendido tanto como um sistema (substantivo incontável) quanto como o próprio conjunto de textos que o compõem (substantivo contável). Por um lado, o discurso é concebido como objeto empírico, já por outro, como algo que transcende um ato de comunicação particular, admitindo o ponto de vista que se tem sobre ele. Dessa forma, movimenta-se constantemente entre o dito (explícito) e o não dito (implícito). É marcado por subentendidos e orientado por seu contexto de produção e recepção, reconhecendo quem fala, para quem fala e sob quais circunstâncias.

O autor elenca ideias-força que regem o discurso, determinando-o como: 1. uma organização além da frase (regras de organização de outras estruturas); 2. uma forma de ação (atividade e prática social); 3. interativo (presença de coenunciadores); 4. contextualizado (condição de indicialidade); 5. assumido por um sujeito (fonte de referência); 6. regido por normas (trabalho de legitimação); 7. assumido no bojo de um interdiscurso (atravessado por relações discursivas); e 8. o discurso constrói socialmente o sentido (Maingueneau, 2015, p. 25-28). De tal modo, o sentido é atribuído pelos sujeitos, sempre inseridos e influenciados pelas configurações sociais, sendo “continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (Maingueneau, 2015, p. 29). Essas ideias-força guiam pesquisadores nos estudos do discurso, que priorizam uma ou outra, sem desconsiderar as demais. Por exemplo, ao tratar sobre a literatura como dispositivo de comunicação e mobilizador de ideias-força, Maingueneau (2015, p. 30) questiona as óticas tradicionais isoladas somente no texto ou no contexto da época ou do autor. Sobre isso, Silva e Pessoa (2024, p. 3) assumem que “o discurso constitui-se, portanto, pelo encadeamento entre língua, sujeito e história”.

Sob o foco da análise discursiva, a obra literária constitui-se como um ato enunciativo que possui sua própria cena de enunciação que a legitima e “a cena estabelecida justifica o seu próprio dizer pela forma que o institui” (Silva; Pessoa, 2024, p. 4). Nesse sentido, a cena de enunciação, categorizada em: cena englobante, cena genérica e cenografia, reforça a legitimidade do discurso. A cena englobante é um tipo de discurso destacado em um setor social específico. A cena genérica envolve os gêneros do discurso, localizados na realidade tangível, e suscita expectativas regidas por normas. A cenografia revela a singularidade do texto a partir da enunciação, que vai além dessas normas, pois “não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la” (Maingueneau, 2015, p. 123). Dessa forma, a cenografia é um elemento condicionante do processo e da concepção da obra em um tempo (cronografia) e em um espaço (topografia), uma vez que “o enunciator instaura,

através de sua enunciação, a situação, o mundo a partir do qual ele pretende “mostrar-se” e, ao mesmo tempo, legitimar sua enunciação” (Veronez; Silva, 2024, p. 122).

Além disso, ao tratar sobre os traços de enunciações, ele afirma que funcionam como instrumentos de poder: “a conversão de enunciados em traços, mesmo se contingente, implica uma série de operações e de condições de processamento do discurso constitutivas de determinada configuração histórica” (Maingueneau, 2015, p. 155). A materialidade desses enunciados permite sua inscrição na memória coletiva, tornando-os suscetíveis a reinterpretações em diferentes contextos históricos e ideológicos ao longo do tempo. Tal dinâmica revela as condições de produção e os valores de um grupo social específico, bem como evidencia suas convenções, crenças e mecanismos de censura (Rocha, 2021). Assim, considerando que o processo de preservação de enunciados acarreta as relações inextricáveis entre traço, ética e poder, “conservar o traço de uma enunciação nunca será um ato neutro” (Maingueneau, 2015, p. 157).

Omakí (2024, p. 29) enfatiza a “estreita relação entre o discurso e a transmissão de um sentido que transcende o conteúdo explícito das palavras”. De tal maneira, o discurso é atravessado por fatores que influenciam os modos pelos quais os sujeitos se apresentam por meio dele. Nesse contexto, Maingueneau (2008) evoca o conceito do *ethos* discursivo, que assume um caráter central em seus estudos e é concebido como uma projeção elaborada pelo sujeito na materialidade do ato discursivo. O *ethos* (Maingueneau, 2008) se constroi por meio do discurso e não é exterior à enunciação, “é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (Maingueneau, 2008, p. 17).

O *ethos* da retórica aristotélica evoca imagens persuasivas pela forma em que se dá o discurso. Contudo, para além da oratória e da argumentação, o autor alerta sobre seus usos verbais e não verbais, que provocam efeitos multi-sensoriais. Esses componentes induzem o outro a aderir a um certo discurso: “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (Maingueneau, 2008, p. 16). Ele não é estático, funcionando como um movimento interativo interpretado pelo destinatário a partir da fala do enunciador, não pelo enunciado verbal em si, mas no próprio ato de enunciação. “Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro” (Amossy, 2005, p. 12), o que designa uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo. Este último é composto pelas percepções prévias do destinatário sobre o enunciador, antes mesmo da fala. Ainda assim, o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido, uma vez que o destinatário orienta-se pela cena de enunciação em conjunto ao conteúdo nela expresso. Em uma entrevista da ORGANICOM com Maingueneau (Freitas; Baldissera; Junior; Boaventura, 2021), discute-se que para além da imagem percebida no *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo é concebido pela forma em que essa imagem é apresentada por meio dos discursos do enunciador. Não se trata de um perfil psicológico, mas de um comportamento que é moldado pelo posicionamento dos corpos no espaço da fala, sendo uma faceta da enunciação.

A distribuição pré-estabelecida de papéis em cada tipo de discurso permite que o locutor escolha, com maior ou menor liberdade, sua cenografia (Amossy, 2005). Nesse sentido, a reflexividade enunciativa admite aos textos “uma “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado” (Maingueneau, 2008, p. 17). Isso revela uma multiplicidade de

“tons”, cedidos à caracterização de um fiador. Na literatura, a voz enunciativa não corresponde ao autor real da obra: os índices presentes no próprio texto permitem a reconstrução do seu tom (Rocha; Virginio; Gomes, 2024, p. 300). A partir desses tons, o destinatário constrói uma representação do enunciador, constituindo uma instância subjetiva que se torna o fiador do que é dito. Assim, sua presença no discurso não se restringe a um estatuto associado a uma cenografia, como também desempenha a função de legitimar o enunciado (Omaki, 2024).

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se (Maingueneau, 2008, p. 18).

Aqui, a noção de *ethos* admite um caráter e uma corporalidade que o sustenta. Fundamenta-se nas dimensões presentes no interior do discurso, considerando tanto a instância subjetiva quanto sua articulação com o tom adotado pelo enunciador (Santos; Fairchild, 2025). O *ethos* coletivo refere-se aos *ethe* fixados, embora possam ser articulados de forma não convencional. Esses estereótipos socialmente avaliados são transformados e confrontados na enunciação. Como os sujeitos no discurso estão condicionados ao contexto histórico e social em que se inserem, “a apresentação de si é tributária dos papéis sociais e dos dados situacionais. Uma vez que é inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulamentação sociocultural, ela supera largamente a intencionalidade do sujeito que fala e age” (Amossy, 2005, p. 13). Assim, o fiador reflete o mundo ético que o constitui. À vista disso, a incorporação é o termo da apropriação desse *ethos* pelo intérprete. Isso acontece a partir da corporalidade do fiador na enunciação, seguida da assimilação do conjunto de esquemas que permeia esse mundo ético pelo destinatário, constituindo o corpo da comunidade que adota o mesmo discurso.

O *ethos efetivo* é resultado da interação do *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (*ethos* mostrado) com fragmentos do texto nos quais se evoca a própria enunciação (*ethos* dito), diretamente ou indiretamente.

Apanhado num *ethos* envolvente e invisível, o coenunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne. O poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados (Maingueneau, 2008, p. 29).

Ao aderir a um padrão discursivo, o autor constrói o *ethos* assumindo uma postura explícita, bem como formas implícitas que o legitimam, isto é, um *ethos* híbrido, que combina *ethe*. “Numa obra singular, em particular se ela põe em relevo discursos constituintes, o autor não se contenta em incorporar seu leitor projetando para ele um estereótipo qualquer, antes, ele joga com esses estereótipos para definir um *ethos* singular” (Maingueneau, 2008, p. 24). Diante disso, o *ethos* vai além da autoridade ou confiabilidade do enunciador, mostrando como a narrativa ficcional pode intercalar níveis de interação que não se sobrepõem necessariamente (Amossy, 2005). Mesmo quando não convencionais, o discurso cria *ethe* que

funcionam socialmente por remeter a cenas de enunciação nas quais os atores sociais conferem sentido às suas ações, projetando o leitor como parte desse corpo.

Assim, compreende-se que o discurso é orientado não só pelo conteúdo que carrega como também pelo contexto em que se constitui. Ao tratar do *ethos* discursivo, Maingueneau (2008) revela as dinâmicas do *ethos* no discurso. Ele atribui sentido em consonância à imagem do locutor, por meio dos enunciados localizados nas cenas de enunciação. Esse movimento se dá para além do que é explicitamente dito, abrangendo aspectos não verbais que impactam a forma como a mensagem é transmitida e assimilada. Nessa perspectiva, verifica-se a constituição do *ethos*, indissociável de um posicionamento político (Amossy, 2005), nos traços da memória a partir do teor testemunhal e da resistência, afluídos pela obra em análise.

2.2 Teor testemunhal e resistência

Diante do conteúdo de teor testemunhal e da resistência presentes em *Atos Humanos*, torna-se preciso retomar os estudos de tais áreas. Nesta seção, debruçamo-nos acerca das problemáticas ligadas à memória e ao trauma a partir da linguagem literária e das representações que estabelecem uma relação intrínseca entre história e ficção.

Para Seligmann-Silva (2003) a literatura motiva a autorreflexão da linguagem em busca de dar forma ao “real”, compreendido “na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann-Silva, 2003, p. 373). Isto posto, a imaginação é necessária para transmitir o intraduzível. Nesse sentido, narrativas de teor testemunhal são aquelas em que se remete ao acontecimento por meio da apropriação das estratégias utilizadas no próprio testemunho. Os testemunhos podem ser expressos de diversas formas e por diversas mídias, sendo narrados por meio das lembranças, que persistem com o sobrevivente. Para o autor, a testemunha é aquela que presenciou e sobreviveu à tragédia. Ele enfatiza a necessidade de testemunhar como uma forma de lidar com o trauma e honrar aqueles que foram mortos e silenciados (Seligmann-Silva, 2003). Assim, entende-se que o processo de retomada ao passado para a reconstrução do vivido e para a preservação da memória é, por si só, um ato de resistência. A narrativa ficcional desempenha, portanto, um papel fundamental neste ato de resistência, no qual o narrador se apropria de estratégias narrativas que inscrevem o trauma vivido no discurso.

No livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs (1990) afirma que a memória se constitui do compartilhamento comum de lembranças e pensamentos dinâmicos nas relações sociais, bem como considera pontos de vistas individuais, manifestados em diferentes níveis para cada um. A memória coletiva é sustentada por grupos distintos, que carregam suas próprias versões da memória, em constante transformação e segmentação ao longo do tempo. Contudo, como esta concepção assume que a história só ganha forma no fim da tradição (memória do grupo), percebe-se a necessidade de adotar uma perspectiva mais ampla. Diante disso, Ricoeur (2007, p. 41) postula que “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”. Para ele, a linguagem literária possibilita o encontro dialógico entre o histórico e o mnemônico (Ricoeur, 2007) e, assim, influencia a compreensão de crises históricas, a reflexão de seus impactos e sua representação na memória.

Por sua vez, Caruth (1996) explora o elo entre o trauma e a literatura. Aqui a repetição, contra a vontade do sobrevivente, e a incompreensão do acontecimento são recorrentes. Essa

repetição indica a relação paradoxal entre o conhecido e não-conhecido, estando associado “ao evento que se estende além do que pode ser simplesmente visto ou conhecido, e está inextricavelmente ligado ao atraso e à incompreensibilidade que permanecem no cerne desse ver repetitivo” (Caruth, 1996, p. 92, tradução nossa).¹ Para ela, repensar a referência não envolve apagar a história, mas recolocá-la em nossa compreensão, considerando sua implicação ética e política. No processo de retorno ao que não se pôde compreender na situação imediata, testemunha-se o vivido: “a voz comovente e pesarosa que grita, uma voz que é paradoxalmente liberada pela ferida” (Caruth, 1996, p. 2, grifo da autora, tradução nossa).²

O local do evento é caracterizado por sua inacessibilidade. Por ele ainda não ter sido assimilado pela consciência (período de latência), o trauma manifesta-se na repetição posterior da violência. Assim, dirige-se a nós na tentativa de expressar uma realidade ou verdade indisponível de outra forma (Caruth, 1996), estando entrelaçado a um outro, que pede para ser visto e ouvido. A autora sugere uma ambiguidade central nessas histórias, apresentando “a oscilação entre uma crise de morte e a crise correlativa da vida: entre a história da natureza insuportável de um evento e a história da natureza insuportável de sua sobrevivência” (Caruth, 1996, p. 7, tradução nossa).³ E é essa dupla narrativa e sua inextricabilidade que constitui seu testemunho histórico.

Se a experiência traumática, como Freud indica sugestivamente, é uma experiência que não é totalmente assimilada no momento em que ocorre, então esses textos, cada um por sua vez, perguntam o que significa transmitir e teorizar em torno de uma crise que é marcada, não por um simples conhecimento, mas pelas maneiras como ela simultaneamente desafia e exige nosso testemunho (Caruth, 1996, p. 5, tradução nossa).⁴

Harlow (1987) argumenta que a literatura de resistência, como atividade necessariamente politizada e crítica, está “imediate e diretamente envolvida em uma luta contra formas ascendentes ou dominantes de produção ideológica e cultural” (Harlow, 1987, p. 28-29, tradução nossa).⁵ O autor e o leitor estão comprometidos em historicizar as imagens da narrativa, ressaltando a luta de resistência a partir da reinterpretação do passado, isto é, a busca por diferentes finais históricos. Nesse cenário, o texto literário não apenas registra, como inter-vém e confronta a história oficial, uma vez que a narrativa e as imagens construídas em seu interior compõem um processo histórico e ideológico. Sobre isso, a autora alerta que essas

¹ “to the event that extends beyond what can simply be seen or what can be known, and is inextricably tied up with the belatedness and incomprehensibility that remain at the heart of this repetitive seeing” (Caruth, 1996, p. 92).

² “the moving and sorrowful *voice* that cries out, a voice that is paradoxically released *through the wound*” (Caruth, 1996, p. 2).

³ “the oscillation between a crisis of death and the correlative crisis of life: between the story of the unbearable nature of an event and the story of the unbearable nature of its survival” (Caruth, 1996, p. 7).

⁴ “If traumatic experience, as Freud indicates suggestively, is an experience that is not fully assimilated as it occurs, then these texts, each in its turn, ask what it means to transmit and to theorize around a crisis that is marked, not by a simple knowledge, but by the ways it simultaneously defies and demands our witness” (Caruth, 1996, p. 5).

⁵ “immediately and directly involved in a struggle against ascendant or dominant forms of ideological and cultural production” (Harlow, 1987, p. 28-29).

imagens exigem sua dimensão historicizante para expor os parâmetros da luta de resistência (Harlow, 1987), pois, desvinculados desse contexto, são propícios à apropriação fetichista dos símbolos. Nessa condição, tornam-se meros sinais de nostalgia e de luto por um passado imóvel, pelo qual se anseia sem considerar as sucessões de eventos que o concretizam. De tal modo, assume-se uma posição de distância do julgamento crítico em relação à constituição do presente e a preparação para o futuro.

As narrativas de resistência, por outro lado, mostram o contexto histórico e social que produziu esses símbolos ou imagens. Sua análise e documentação das condições culturais e ideológicas de seu enredo, personagens e cenário também desafiam certas convenções literárias que foram mantidas ao longo da história do romance clássico (Harlow, 1987, p. 85, tradução nossa)⁶.

O discurso narrativo denuncia as estruturas de poder que sustentam conjunturas de dominação e exploração, contribuindo também para novos pontos de vista. Essas narrativas de resistência reconfiguram eventos ressonando com o cerne dos movimentos sociais e suas necessidades coletivas. Harlow (1987) destaca as questões de gênero, raça e classe presentes nessas obras, que englobam documentário e “ficção”, ressaltando sua análise social e ideológica. São obras criadas no que a autora chama de “arena de lutas” e que amplificam as vozes de sujeitos historicamente silenciados. Isto implica em uma mudança na forma como a história é contada, pois possibilita narrar a partir dos indivíduos que estão à margem da história oficial. Nessa conjuntura, ela remete a Bakhtin (1981) acerca dos conceitos de polifonia e heteroglossia envoltos no discurso, o que leva à descentralização do mundo ideológico e verbal pelas interações entre grupos sociais distintos. Essas múltiplas perspectivas indicam um momento de instabilidade na sociedade e atuam para “para minar as convenções de autoridade e autoria e também para dar voz às pessoas que há muito tempo foram privadas do direito de falar por si mesmas” (Harlow, 1987, p. 99, tradução nossa)⁷.

Portanto, buscou-se elucidar o discurso e o *ethos* discursivo (Maingueneau, 2008; 2015) a fim de verificar seus usos nas cenas de enunciação presentes na narrativa de *Atos Humanos*. Em um primeiro momento, percebe-se um diálogo direto com a memória, o trauma e a resistência. Nesse entrelaçamento entre história e ficção, o teor testemunhal da obra ganha destaque e contribui para a reescrita do acontecimento como forma de resistência ao silenciamento das vozes marginalizadas. As próximas seções destinam-se aos métodos aplicados para a análise e à contextualização do *corpus*.

⁶ “Resistance narratives by contrast display the historical and social context which produced such symbols or images. Their analysis and documentation of the cultural and ideological conditions of their plot, characters, and setting also challenge certain literary conventions which have been sustained through the history of the classical novel” (Harlow, 1987, p. 85).

⁷ “to undermine the conventions of authority and authorship and also to give voice to the people who have long been deprived of the right to speak for themselves” (Harlow, 1987, p. 99).

3 Metodologia e *corpus*

3.1 Métodos e critérios para a análise

A presente pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico está ancorada em Dominique Maingueneau (2008; 2015) acerca do *ethos* discursivo e investiga sua construção em *Atos Humanos* de Han Kang (2021), publicado pela editora Todavia. Logo, trata-se da versão traduzida para português, que tanto mantém quanto reinterpreta a escrita original. O estudo articula os campos da análise do discurso e da literatura comparada, concentrando-se nos componentes discursivos e narrativos atuantes na preservação e reconstrução da memória. Além do romance, foram selecionados materiais complementares, sobretudo acadêmicos e jornalísticos, a fim de contextualizar o Massacre de Gwangju. Tais textos estabelecem um diálogo entre as vozes ficcionais do livro e as testemunhas do evento na vida real.

Ao abordar os efeitos do trauma histórico, cada capítulo apresenta uma cena de enunciação distinta e concebe diferentes vozes, corpos e temporalidades. A seleção dos trechos analisados priorizou passagens em que os traços da construção do *ethos* e da memória são destacados. Assim, a análise parte das materialidades que evidenciam as imagens projetadas na narrativa e seu caráter resistente. Como indícios do *ethos*, observam-se, entre outros, a pessoa gramatical, o tom, os índices de corporalidade, a cenografia, as formas de endereçamento e as estratégias de fragmentação, compreendidas como modos de dizer o indizível. Esses aspectos permitem identificar projeções do *ethos* pré-discursivo, do *ethos* mostrado e do *ethos* dito.

3.2 O Massacre de Gwangju

O Massacre de Gwangju demonstra a transição para a democracia na Coreia do Sul, marcada por profundos conflitos políticos. Na época, Gwangju era a capital da província de Jeolla do Sul, região historicamente negligenciada e estigmatizada pelo Estado por concentrar o cerne da oposição e mostrar forte mobilização política: “o preço desse ativismo foi alto, no entanto, já que a região sofria de forte discriminação em praticamente todas as áreas da vida social, política e econômica” (Shin, 2003, p. 20, tradução nossa).⁸ Isso pode ser notado nas eleições de 1971, quando Park Chung-hee – político que liderou a Coreia do Sul de 1963 a 1979 – venceu Kim Dae-jung – natural da região e membro do Novo Partido Democrático, com grande apoio popular – por uma margem considerada pequena para os padrões de seu governo até então. Frente à crescente ameaça da oposição, Park declarou lei marcial em outubro de 1972. No mês seguinte, promulgou a Constituição Yushin, que enfraqueceu a Assembleia Nacional ao lhe atribuir poderes quase absolutos, limitando qualquer intervenção. A insatisfação da população crescia conforme medidas cada vez mais opressoras eram impostas. Em crise, seu regime chegou ao fim em 26 de outubro de 1979, quando foi assassinado pelo diretor da KCIA, o Serviço Nacional de Inteligência.

⁸ “the price of this activism was heavy, however, as the region suffered from severe discrimination in virtually all areas of social, political, and economic life” (Shin, 2003, p. 20).

Em uma entrevista para a Gwangju News (2023), Won Sun-seok, testemunha do evento e representante da *May 18 Memorial Foundation* (tradução livre: Fundação Memorial do 18 de Maio), conta que antes do Massacre de Gwangju, em 09 de abril de 1980, foi instituído o Conselho de Estudantes da Universidade Nacional de Chonnam, que organizou um encontro para a democratização de 14 a 16 de maio. Com a ascensão de outro regime ditatorial, após o assassinato de Park Chung-hee, os movimentos estudantis intensificaram os protestos em prol da reforma democrática. Essa mobilização marcou o período conhecido como A Primavera de Seul (out. 1979 – maio 1980), que teve sua resposta com a expansão para todo o país da lei marcial em vigor, a prisão de líderes políticos da oposição, dentre eles Kim Dae-jung, e a violência militar exercida contra os civis, culminando em inúmeras mortes de 18 a 27 de maio. “Em 27 de maio, a Revolta foi reprimida – com estimativas variando entre 200 (registros do governo) e 2.000 pessoas mortas, a maioria delas civis (registros de grupos cívicos locais)” (Shim, 2021, p. 456, tradução nossa),⁹ além dos feridos e desaparecidos.

A violência das forças especiais em Gwangju foi marcada por ataques indiscriminados contra civis e manifestantes desarmados (Lee; Kim, 2016). Segundo a testemunha ocular Lee Jae-eui, a brutalidade da repressão estatal levou à criação de um exército civil, composto por estudantes e trabalhadores para se defender (Shin, 2003). No dia 21 de maio, os soldados abriram fogo contra os manifestantes, deixando mais de 50 mortos (Ahn, 2003). As tropas recuaram após isso e os manifestantes, concentrados no prédio provincial, assumiram o comando da cidade autonomamente por cinco dias, instituindo dois comitês, o *Citizen Settlement Committee* (cívico) e o *Student Settlement Committee* (estudantil), para negociar com o governo e encerrar a revolta. No dia 27, contudo, ocorreu a reocupação militar, com apoio do governo americano na aprovação da expedição e da consolidação do poder de Chun Doo-Hwan. Além disso, os responsáveis pela repressão propagavam notícias falsas de que os protestos em Gwangju eram motivados por agentes norte-coreanos infiltrados com o propósito de implantar uma revolução comunista (Lee; Kim, 2016). Sobre isso, Shim (2021, p. 457, tradução nossa) observa que até hoje “os legisladores conservadores continuam a descrever os eventos de Gwangju como anti-governamentais e pró norte-coreanos, revelando o legado duradouro e ideologizado do movimento cívico”.¹⁰

Han identifica três principais formas de abuso que motivaram a resistência dos cidadãos de Gwangju na luta pelos direitos humanos: o tratamento desumano a que foram submetidos, como animais; a criminalização de seu ativismo democrático, rotulado como uma revolta comunista ilegal; e a acusação de que a população envolvida não passava de uma multidão irracional e violenta (Shin, 2003). Nesse cenário, para Choi (2003), a construção de uma *absolute community* foi determinante no combate às forças armadas, enquanto naturalizou a vida e a morte em termos coletivos e não individuais. O repórter Kim Chung-gun, que cobriu o massacre, expressa a intraduzibilidade do evento: “Eu não conseguia encontrar as palavras adequadas, como repórter, para descrever os atos que havia testemunhado. (...) No limite da minha inteligência, a expressão que me ocorreu foi ‘caça humana’” (Choi, 2003, p. 4, tradução nossa).¹¹

⁹ “On 27 May, the Uprising was crushed – with estimates ranging between 200 (government assessments) and 2,000 people having been killed, most of them civilians (assessments of local civic groups)” (Shim, 2021, p. 456).

¹⁰ “conservative lawmakers continue to describe the events of Gwangju as anti-government and pro-North Korean riots, revealing the lasting, ideologised legacy of the civic movement” (Shim, 2021, p. 457, tradução nossa).

¹¹ “I couldn’t find the proper words, as a reporter, to portray the acts I had witnessed. (...) At my wit’s end, the expression that occurred to me was “human hunting”” (Choi, 2003, p. 4)

3.3 *Atos Humanos* de Han Kang

Como destaca Shim (2021), as representações culturais do Massacre de Gwangju não apenas evocam as memórias do dia 18 de maio, como também as reformulam. Nesse sentido, *Atos Humanos* (소년이 온다)¹² é uma obra de Han Kang que aborda a repressão violenta do movimento democrático de Gwangju em maio de 1980. Sob múltiplas perspectivas das vítimas, famílias e sobreviventes, o livro é organizado em seis capítulos e um epílogo. A partir de uma narrativa polifônica e fragmentada, cada capítulo apresenta um ângulo diferente sobre o evento: *Passarinho* é narrado pelo protagonista, Dongho, de 15 anos. *Fôlego preto*, constitui-se pelo espírito de Jungdae, amigo de Dongho. *Sete tapas*, situado cinco anos depois do evento, é contado por Eunsuk, que revela as sequelas, a censura e a violência que ainda persistem. *Ferro e sangue* traz a perspectiva dos que foram mantidos presos e torturados, como Jinsoo. *Pupila da noite* mostra o ponto de vista de Sunjoo após vinte anos e apresenta a impossibilidade de narrar o trauma. *Para o lado das flores* expressa o luto das mães cujos filhos foram levados. Por fim, o epílogo *Lâmpada coberta de neve* discorre sobre o processo de escrita e como o massacre de Gwangju deixou marcas que perduram até hoje.

Na capa da 1ª edição de *Atos Humanos*, publicada pela Todavia, em 2021, há uma borboleta no centro de uma mão humana despedaçada. Segundo Keating (2012) o conceito do efeito borboleta da teoria do caos indica que pequenas ações podem causar transformações expressivas. Ela sugere que momentos de crises nos levam a “pensar a ação humana situada em contextos permeados por ordens-constrangimentos e caos-criatividades que emergem da sobrevivência e da resistência à adversidade e à violência” (Keating, 2012, p. 42). Ademais, o uso de amarelo no fundo destaca os elementos sobrepostos e desperta a atenção do espectador. Ele pode apontar para a passagem do tempo, assim como a busca por esclarecimento, dada sua natureza ambígua (Heller, 2022). Já o rosa opaco da borboleta pode simbolizar a sensibilidade e a “força dos fracos” (Heller, 2022), especialmente diante de contextos extremos. Essa combinação poderia ser em razão da preservação da memória que se apresenta, por vezes, de forma fantasmagórica.

Han Kang tornou-se a primeira autora sul-coreana a receber o Prêmio Nobel de Literatura de 2024, “por sua prosa poética intensa que confronta traumas históricos e expõe a fragilidade da vida humana” (The Nobel Prize in Literature, 2024, tradução nossa).¹³ A autora nasceu em Gwangju, 1970. Em 1993, ela se formou em língua e literatura coreana pela Yonsei University e iniciou sua carreira. Como sua família se mudou para Seul em janeiro de 1980, “a mudança antes da revolta a deixou com um sentimento de “culpa de sobrevivente.”” (Ostberg, 2025, tradução nossa).¹⁴ Ao escrever *Atos Humanos*, Han afirma que “precisava compartilhar de forma imaginativa o trauma dos sobreviventes e dos enlutados” e retrata a universalidade presente na “atrocidade humana que vivenciamos ao longo da história e do mundo” (Allardice, 2025, tradução nossa).¹⁵

¹² Título em coreano: “O menino vem” (Tradução livre).

¹³ “for her intense poetic prose that confronts historical traumas and exposes the fragility of human life” (The Nobel Prize in Literature, 2024).

¹⁴ “move before the uprising has left her with a sense of “survivor’s guilt.”” (Ostberg, 2025)

¹⁵ “needed to imaginatively share the trauma of the survivors and the bereaved”; “the human atrocity which we have experienced throughout history and the world” (Allardice, 2025)

Na próxima seção daremos início à análise dos recursos narrativos e discursivos empregados na construção do *ethos* na narrativa de *Atos Humanos*.

4 A construção do *ethos*

A construção do *ethos* em *Atos Humanos* é complexa, pois cada capítulo¹⁶ apresenta uma perspectiva diferente sobre o evento. A desumanização, o trauma, a culpa e a necessidade de testemunhar – mesmo diante da impossibilidade de narrar as atrocidades sofridas – revelam a resistência ética e moral contra o apagamento da memória e da identidade.

De início, *Passarinho* localiza o leitor na topografia e cronografia da cena em meio ao tom introspectivo que se preocupa com a iminência da chuva. Do auditório, Dongho observa o vento atravessar as nogueiras em frente ao prédio provincial, escutando a cerimônia de homenagem coletiva. Enquanto isso, aguarda a chegada de mais corpos para registrar no livro ou algum familiar que esteja à procura de alguém, assim como ele tentava encontrar Jungdae. A contemplação da natureza contribui como um elo de ordem em meio à catástrofe humana. Os acontecimentos, os quais ele observa atentamente, são intercalados pela busca de sentido diante do caos, na tentativa de compreender o incompreensível. O fluxo de consciência apresenta dispersão devido ao choque, transitando entre lembranças cotidianas, como a possibilidade de se evitar usar óculos, até a descrição da violência e dos corpos. Há recorrência da indagação sobre o destino das almas, especialmente ao acender as velas. Essa linguagem, marcada por abstrações poéticas frente à dura realidade, constrói uma voz ética em denúncia da dor coletiva. Aqui o *ethos* mostrado está envolto pela atmosfera introspectiva e pela escolha lexical ao narrar o evento. Já o *ethos* pré-discursivo se ancora na figura do adolescente, como portadora de inocência e legitimidade diante do massacre. Dongho carrega uma vulnerabilidade reconhecida socialmente antes mesmo do enunciado propriamente dito.

Outro traço da construção do *ethos* é a desorientação na dicotomia entre os manifestantes em defesa da nação e a violência estatal. Ele não entende o porquê de envolver a bandeira do país nos corpos e cantar o hino nacional para honrá-los, quando foi o próprio Estado que os matou. “Durante o Aegukga,¹⁷ cantado como se fosse uma rodada entre soluços, prestaste atenção em silêncio na delicada dissonância gerada pelas passagens que se colidiam. Como se aquilo pudesse te fazer entender o que é a nação” (Han, 2021, p. 11). A inocência do personagem é confrontada a partir da experiência do trauma que, ainda não processado, confere sua legitimidade. O trauma culmina no deslocamento, em um mundo no qual o passado é distante e inacessível e o presente é insuportável. O *ethos* dito emerge no uso da segunda pessoa, que se torna um recurso de interpelação de si mesmo na enunciação, na tentativa de sustentar a fala diante do inominável.

Se esse outro mundo tivesse permanecido, terias feito a prova do meio do semestre. Como hoje seria o domingo posterior à prova, terias dormido até tarde e jogado badminton com Jungdae no quintal. Assim como não te parece real essa última semana, tampouco te parece real o tempo daquele outro mundo (Han, 2021, p. 18).

¹⁶ Organizados em: 1. Passarinho; 2. Fôlego preto; 3. Sete tapas; 4. Ferro e sangue; 5. Pupila de noite; 6. Para o lado das flores; Epílogo Lâmpada coberta de neve.

¹⁷ Hino nacional da Coreia do Sul.

A resistência é manifestada nas dúvidas que se perdem, sem resposta, mas insistem na busca pela humanidade que lhes foi negada. Para Seligmann-Silva (2003), o testemunho resiste na tentativa incessante de narrar o inenarrável, situado no limiar da memória e do esquecimento. Como testemunha da morte do amigo, Dongho sente a revolta e a culpa frente às injustiças do estado de exceção vigente, isto é, a suspensão dos direitos fundamentais pela soberania do poder absoluto (Agamben, 2004). A impossibilidade de fuga o fez permanecer no local na noite em que os soldados invadiram, mesmo com os pedidos da mãe e do irmão para que voltasse para casa e o alerta do exército civil de que os enlutados e mais novos deveriam se retirar. Isso denota um enfrentamento forçado das atrocidades cometidas: “Hesitas, querendo evitar tua obrigação. Sempre hesitas nesse momento. Quando abres o tecido de algodão branco manchado de sangue e fluidos das feridas, te esperam o rosto rasgado, o ombro cortado, os peitos que estão se estragando sob a blusa” (Han, 2021, p. 38). O questionamento inicial, que se repete durante todo o capítulo, é o mesmo que o encerra: “Quanto tempo será que o espírito fica ao lado do corpo?” (Han, 2021, p. 38). Mas agora, “Pensas que seria bom se tua visão piorasse e até as coisas próximas também ficassem embaçadas. Entretanto, nada está embaçado. Antes de erguer o pano de algodão, não fechas os olhos” (Han, 2021, p. 38). Permanecer ali e não fechar os olhos funcionam como índices de corporalidade e da cenografia, que se reforçam pela descrição dos rastros de violência nos corpos. Estabelece-se, assim, o *ethos* efetivo da testemunha que encara o horror como dever ético.

Fôlego Preto é uma narração extracorpórea de Jungdae que, já morto, assume uma voz póstuma para contar o que aconteceu consigo. Aqui o *ethos* pré-discursivo da vítima assume um caráter legitimado pela perda da vida e da dignidade. A persistência da dor, narrada após a morte, configura o *ethos* discursivo, isto é, a imagem que o narrador projeta a partir do tom e dos índices de corporalidade. Já o uso da primeira pessoa marca o *ethos* dito, no qual a enunciação se dá pela permanência da consciência e pelas referências ao próprio corpo em desintegração. O *ethos* que se constrói efetivamente comove o leitor no resgate de cenas cotidianas e das aspirações de alguém que teve sua vida abruptamente interrompida, violada e apagada. Como resistência ao apagamento, a memória emerge para humanizá-lo por meio das lembranças e das experiências sensoriais em vida, desafiando o controle soberano sobre os corpos. “Era essa a memória que eu tinha que agarrar no mato escuro. Tudo daquela noite, quando eu ainda possuía um corpo” (Han, 2021, p. 48). Isso é quebrado no retorno ao cenário presente, no qual pensa em ir até os perpetradores, “até que eles vejam os meus olhos sangrando em seus pesadelos. Até que ouçam a minha voz. Por que atirou em mim, por que me matou?” (Han, 2021, p. 50-51). Esse endereçamento contribui para um *ethos* dito que expressa indignação e desejo de justiça.

A objetificação, característica recorrente na literatura de teor testemunhal, ressalta a necropolítica (Mbembe, 2018), enquanto instrumento de poder sobre quem e como deve morrer, implicando na destruição de corpos humanos. Isso é perceptível na forma como os corpos são carregados pelos soldados como sacos de cereais e deixados no terreno baldio, de modo que “o pagode¹⁸ de corpos tornara-se algo como o cadáver de um enorme animal com dezenas de pernas” (Han, 2021, p. 41-42), o que provoca sentimentos de vergonha, ódio e incompreensão. O tom de abjeção assegura índices de corporalidade que evidenciam o *ethos* mostrado e mobilizam o *ethos* dito. Ao sentir que a irmã também foi assassinada, o espírito é

¹⁸ Torre tradicional, com vários andares. Costumam ser locais sagrados, como templos.

acometido por pensamentos obsessivos diante da injustiça e uma força desconhecida intensifica a desconexão com a própria identidade: “Observei em silêncio meu rosto apodrecer, enegrecido, se putrificar, o perfil ser destruído e tornar-se irreconhecível a quem quer que seja” (Han, 2021, p. 52).

Os corpos que chegam mais bem cuidados, limpos e vestidos com camisola hospitalar são considerados nobres por terem sido tratados com humanidade. À noite, os espíritos se movem e encostam uns nos outros, é possível sentir uma dor imensurável das sombras cujos corpos possuíam marcas de tortura. Também chegam os que tiveram seus rostos apagados com tinta branca e “olhavam para o vazio sem olhos, sem nariz, sem lábios” (Han, 2021, p. 51). Nesse momento, ele lembra de Dongho:

Você se assustou no momento em que viu a cena. As pálpebras piscavam fortemente e os cílios tremiam. Eu agarrei sua mão nesse momento. “Nosso Exército atirou”, você murmurava um tanto desvairado, e eu o puxava para a frente, mais para a frente da marcha. “Nosso Exército atirou”, você parecia que logo ia explodir em choro, e eu cantava, puxando-o com força para a frente. Cantava o Aegukga até estourar a garganta. Antes de eles cravarem uma bala quente como fogo no meu flanco. Antes de apagarem aqueles rostos com tinta branca (Han, 2021, p. 52).

O *ethos* mostrado é reforçado pela alternância entre o “eu” e o “você”, que instaura um diálogo dentro da cenografia. Assim, ocorre a denúncia da memória, da identidade e da história distorcidas pelo poder absoluto. Além disso, mostra que mesmo quando a linguagem falha em traduzir o silêncio, os corpos deixam vestígios (Seligmann-Silva, 2003). O espírito permanece preso ao corpo, sendo libertado somente na supressão completa dos corpos, só para encontrar-se sem um lugar para ir. Quando, junto a outras pessoas, sentiu Dongho ser morto, restou somente escuridão: “Apenas um ponto distante emanava luzes brilhantes. Vi luzes de sinalizadores lançados sucessivamente, luzes do fogo das armas, que brilhavam e salpicavam” (Han, 2021, p. 56-57). O *ethos* efetivo, portanto, associa-se ao testemunho que resiste à tentativa de apagamento mesmo em meio à sua aniquilação.

Em *Sete Tapas*, passaram-se cinco anos. Eunsuk trabalha em uma editora cujos livros provocam a censura. O capítulo é orientado por uma sequência de dias para esquecer os sete tapas proferidos em seu rosto pelo investigador, no interrogatório sobre o paradeiro do tradutor com quem se encontrou. O *ethos* pré-discursivo apresenta como aspecto central de sua credibilidade a culpa por ter sobrevivido. Já o *ethos* efetivo é constituído pela resistência ao silenciamento “não viria o dia de esquecer o sétimo tapa” (Han, 2021, p. 92). A vigilância opressiva permeia a narrativa, o que a faz deixar de lado uma parte de sua consciência. Enquanto observa o retrato do presidente na parede, pensa na violência exercida contra os protestos estudantis e em como o rosto “esconde a insensibilidade, a crueldade, o assassinato” (Han, 2021, p. 70). Ao receber o livro do Departamento de Censura, outro fator evidente é a obstrução da verdade. As páginas, que parecem queimadas, indicam a alteração da história como feita com a própria forma do livro pela censura: “por causa das páginas encharcadas de tinta, o livro provisório estava inchado, com o formato de um prisma triangular” (Han, 2021, p. 72).

Na manhã posterior ao massacre, “não jorrava água da fonte” (Han, 2021, p. 90). Os soldados, que arrastaram os corpos sem qualquer respeito, passaram a invadir as casas à procura de jovens que teriam participado do protesto. A água corrente na fonte representa a tentativa de acobertar o que aconteceu, como se pudesse lavar o sangue derramado. Assim,

quando a cidade começou a retomar suas atividades, Eunsuk ligava insistentemente para o Departamento de Petição Civil, para que desligassem a água, pois não poderia agir como se nada tivesse acontecido. Ela lembra de ter o espírito quebrado quando “encontrou-te com a cabeça inclinada, carregando uma arma no ombro pequeno de menino, que ainda vestia o casaco do uniforme da escola por sobre o de ginástica azul-claro” (Han, 2021, p. 83). Do hospital onde estava, “quando se ouviu um tiro, vindo da direção do Docheong,¹⁹ ela não estava adormecida. Nem tapou os ouvidos, nem fechou os olhos. Nem oscilou, nem gemeu. Apenas lembrou de ti” (Han, 2021, p. 86). O *ethos* mostrado é concebido na recusa em esquecer, evidenciado no modo de enunciação. Ao mesmo tempo, o *ethos* dito reafirma a luta de resistência frente à opressão e à censura da história oficial. Assim, firma-se um compromisso ético com os que se foram, como forma de combater a perpetuação de discursos ideológicos e políticos dominantes (Harlow, 1987).

Por meio do discurso narrativo é possível evocar outras facetas do evento, historicizando as imagens da narrativa na memória coletiva. Dessa forma, eles prosseguem com a peça inspirada no livro sem as palavras ocultas pela censura que questionam “O que é ser humano? O que temos que fazer para o ser humano não deixar de ser humano?” (Han, 2021, p. 90). No teatro, os atores não pronunciam as falas, apenas as gesticulam e a plateia cai em silêncio, concentrando-se na leitura das palavras já gravadas por Eunsuk. “Depois que você morreu, por não ter podido fazer um funeral”:

Os meus olhos, que tinham visto você, tornaram-se um templo. Os meus ouvidos, que tinham ouvido você, tornaram-se um templo. Os meus pulmões, que tinham inspirado o seu fôlego, tornaram-se um templo (...) As flores da primavera, os salgueiros, as gotas de chuva e os flocos de neve tornaram-se um templo. As manhãs que vêm todo dia, as noites que vêm todo dia tornaram-se um templo (Han, 2021, p. 95).

Ferro e Sangue parte da perspectiva dos que foram presos e torturados, o que já posiciona seu *ethos* pré-discursivo. A voz se dirige a quem escuta seu testemunho e mostra a necessidade de resgatar o que passou, ainda que ninguém tenha o direito de fazê-lo lembrar e falar sobre isso. Diante da morte de Jinsoo, ele se pergunta o porquê de ainda estar vivo e o outro não. Estiveram juntos naquele lugar, mas as experiências nunca são exatamente as mesmas, então “como a morte dele poderia ser autopsiada sem que as coisas que ele passou sozinho sejam ouvidas da boca dele próprio?” (Han, 2021, p. 101-102). Isso remete ao fato de que a testemunha verdadeira é a que não pode dar seu testemunho, pois não sobreviveu. Assim, o *ethos* dito é legitimado pelo testemunho do sobrevivente, que assume uma responsabilidade ética com a memória intransmissível (Seligmann-Silva, 2003). Assim, o *ethos* discursivo se projeta frente à crueldade desumana. Ele é materializado pela presença do trauma após o evento e pela resistência à narrativa dos perpetradores.

Ao chegarem nas celas, ninguém questionou, nem mesmo os mais novos, “aquele silêncio desesperador de cerca de uma hora foi a última dignidade que conseguimos ter como seres humanos naquele lugar” (Han, 2021, p. 99). Queriam retirar quaisquer traços de humanidade das pessoas que estavam ali. As condições às quais eram submetidos para causar a sede, o medo, a fome, deixá-los “parecendo um animal cujo espírito fora sugado” (Han, 2021, p. 100).

¹⁹ Prédio provincial, onde aconteceu a repressão do protesto.

A desumanização reforçava que não poderiam ter controle sobre o próprio corpo, este que se tornara um pedaço de carne apodrecendo. Passados dez anos, “ninguém mais se preocupou conosco ou chorou por nós. Até nós mesmos nos desprezávamos”, ainda “havia a sala de interrogatório daquele verão dentro dos nossos corpos” (Han, 2021, p. 118). O *ethos* efetivo se relaciona à existência da testemunha que constitui um ato ético-político de resistência (Harlow, 1987).

Estou lutando. Luto todos os dias, sozinho. Luto contra a vergonha por ter sobrevivido, por ainda estar vivo. Luto contra o fato de que sou um ser humano. Luto contra o pensamento de que a morte é a única maneira de escapar desse fato. O senhor, ser humano igual a mim, qual resposta poderia me dar? (Han, 2021, p. 126).

Aqueles que portavam armas de fogo, chamados extremistas, ficaram por mais tempo. Eles não queriam saber o que havia acontecido: “Para preencher as lacunas com os nossos nomes no drama que haviam preparado, o que tínhamos de fazer era apenas uma confissão falsa” (Han, 2021, p. 111). A crueldade dos paraquedistas era recompensada pela autoridade superior. Esta que os levaram a atirar nos meninos ordenados em fila, desarmados e com as mãos para cima em rendição. Para ele, a consciência é a coisa mais temível do mundo, pois havia determinação em prol dela, especialmente entre os mais jovens, como Dongho. Ele, então, pergunta: “o senhor acha que eles entendiam o que era a morte para fazer aquela escolha?” (Han, 2021, p. 109). A possibilidade de morrer, mas talvez sobreviver com dignidade alimentava a esperança deles, tomados pela força coletiva “do sentimento vívido de que parecia que o sangue de centenas de milhares de pessoas uniu-se, formando uma veia enorme” (Han, 2021, p. 107). Os que ficaram no prédio naquela noite morreram pelo sangue de centenas de milhares de pessoas. Quando os soldados chegaram ninguém do grupo puxou o gatilho: “Não podíamos fazer isso sabendo que, quando se puxa o gatilho, pessoas morrem. Nós éramos meninos que carregavam armas com as quais não se podia atirar” (Han, 2021, p. 109-110). Desse modo, a recusa dos jovens em atirar e a consciência sobre o valor da vida acentuam o *ethos* efetivo, que se mantém como denúncia da barbárie.

Após 20 anos, o *ethos* pré-discursivo em *Pupila de noite* destaca a impossibilidade de narrar o evento e a persistência do trauma. Sunjoo é confrontada com um gravador e uma fita cassete, dado por Yoon, que está coletando os testemunhos dos sobreviventes para um livro. Ele defende que o evento não pode ser reduzido aos dez dias de luta, pois continua ao longo das décadas e, por isso, pede por seu testemunho. O *ethos* mostrado é perceptível pelo trauma que se manifesta como uma presença constante. No lugar de lembranças, ela tem sonhos vívidos, “onde o sangue secou sem deixar vestígio e os ossos desapareceram, desintegrados” (Han, 2021, p. 140). Quando acorda, “As memórias que a fazem lembrar que pesadelos não são nada a esperam em silêncio, em sua mente” (Han, 2021, p.159). A inacessibilidade do evento traumático e sua intraduzibilidade marcam o testemunho como ato paradoxal, enquanto a resistência está atrelada à retomada da memória de forma contra-hegemônica (Caruth, 1996; Harlow, 1987; Ricoeur, 2007; Seligmann-Silva, 2003).

Testemunho. Significado. Memória. Para o futuro. (...)

No instante em que o contorno da dor torna-se mais nítido, quando o sono é empurrado como maré baixa, o momento mais frio do que qualquer pesadelo surge novamente. O momento que confirma que tudo pelo que você passou não foi um sonho. Yoon pediu que se lembrasse. Pediu que enfrentasse e testemunhasse.

Mas como isso é possível? (Han, 2021, p. 167).

O capítulo é marcado pela luta política das mulheres por direitos trabalhistas e defesa de sua dignidade durante o contexto de supremacia militar. “Queremos morrer de pé em vez de viver de joelho. Vamos rezar em silêncio pelos que se foram, vamos lutar até o final, seguindo os que se foram pois... nós somos dignas” (Han, 2021, p. 157), não podiam permitir que as chamasse de vítimas. Quando formaram uma parede humana para evitar a prisão da chapa eleita para o sindicato contra a chapa do governo, os repressores avançaram com porretes sobre as centenas de operárias que gritavam, em sua maioria adolescentes. “Por que estão armados desse jeito?, pensou um instante. Nós não sabemos lutar nem temos armas” (Han, 2021, p.153). O testemunho feminino reafirma o *ethos* efetivo, no qual a memória e o corpo tornam-se lugares de resistência contra o apagamento histórico.

Com ajuda da imaginação, ela tenta entender os acontecimentos expressos nos jornais, que deixam lacunas pela censura e manipulação da verdade. Na prisão, para seguir o roteiro que criaram, no qual ela recebera ordens de espionagem, adulteravam sua identidade e história. “Chegou até aqui com as costas viradas para os momentos em que eles, xingando, jogavam água no seu corpo. O caminho para voltar para antes daquele verão foi cortado. Não há nenhuma maneira de voltar ao mundo de antes do massacre, da tortura” (Han, 2021, p. 176).

E você estava morto naquele verão. Enquanto meu corpo vomitava sangue sem parar, seu corpo se decompunha ferozmente dentro da terra. Nesse momento você me salvou. Fez meu sangue ferver em um instante e reviver. Pela força do sofrimento, que parecia que ia estourar meu coração, pela força da ira (Han, 2021, p. 175).

O *ethos* dito exprime o senso de responsabilidade e a culpa internalizada que contribui para legitimar seu *ethos* efetivo. O barulho das gotas que caem infinitamente da toalha molhada, mesmo quando já não está lá, soam como passos dos espíritos, “Dongho, Jinsoo, os corpos das pessoas que você arrumou com as próprias mãos no Sangmuguan²⁰, estarão reunidos ali ou estarão espalhados?” (Han, 2021, 178).

O *ethos* pré-discursivo em *Para o lado das flores* se constitui a partir do luto das mães que perderam seus filhos no massacre. O capítulo é narrado pela mãe de Dongho, expondo arrependimento, choque e vazio pela perda repentina, de modo desumano. Ela observa as costas do filho, sem conseguir alcançá-lo, na espera vã de que ele volte: “Sei que isso não pode acontecer. Pois te enterrei com as minhas próprias mãos” (Han, 2021, p. 185). A assimilação fragmentada dos acontecimentos na narrativa evoca o *ethos* mostrado. A mãe não lembra de nada além do rosto pálido do filho no caixão, pensando em como tinha a pele bem branquinha, sem se dar conta de que era por ter perdido muito sangue. O irmão do meio é consumido pela vingança, mas ela pergunta, tomada pelo medo de perder outro filho, “Como que vai se vingar do inimigo do teu irmão se foi o país que matou ele?” (Han, 2021, p. 186). O *ethos* dito reforça a impossibilidade de se evitar a tragédia. Mesmo trinta anos depois do evento, ao prepararem o ritual da morte do pai, os irmãos brigam, responsabilizando um ao outro pela morte do caçula.

Quando o pai de Jungdae e Jungmi volta, passa a procurar os corpos dos filhos incessantemente, pois até mesmo o luto lhe foi negado. A Associação das Famílias Enlutadas, composta pelas mães, também protestam por justiça:

²⁰ Auditório onde os corpos foram mantidos.

Quando nos despedimos, nos demos as mãos, aquelas peles frias... segurando as mãos como espantalhos que não têm nada dentro... esfregamos os ombros umas das outras, como espantalhos, olhando para o rosto umas das outras. Nós, que não temos nada no rosto, não temos nada nos olhos, nos despedimos dizendo que nos veríamos no dia seguinte (Han, 2021, p. 193).

As mães, retratadas como espantalhos vazios pela violência e pela perda (Caruth, 1996), tornam-se agentes de resistência contra o poder soberano e instituem uma memória viva do que aconteceu (Seligmann-Silva, 2003). O luto se transforma na força motriz que confronta a obliquidade governamental (Harlow, 1987). Ao serem levadas para a delegacia, ela arranca a foto do presidente da parede e a quebra com os próprios pés. Naquela noite, “me encostei, de pé, no parapeito, estendi a faixa e gritei: Devolva meu filho, vivo! Vamos matar o assassino Duwhan Jeon! Gritei até esquentar o sangue do topo da cabeça” (Han, 2021, p. 194). Após a morte do marido, fica sozinha, perguntando-se se deve sentir pena ou inveja dele. Quando olha para a foto da carteirinha de estudante do filho, chama “mesmo não tendo ninguém para ouvir... Dongho” (Han, 2021, p. 196). Ela é cercada por lembranças de como ele era e agia, de como não gostava de ir pela sombra: ““Mãããe, tem muitas flores lá no lado claro. Por que você vai no escuro? Vamos lá, praquela lado, pro lado das flores” (Han, 2021, p. 197). O *ethos* pré-discursivo, mostrado e dito articulam-se no *ethos* efetivo da mãe enlutada, compondo uma narrativa marcada pela culpa, em que a dor se converte em resistência por meio da memória.

O epílogo *Lâmpada coberta de neve* revela o processo de escrita do livro. O *ethos* pré-discursivo é de alguém que escuta o testemunho do outro e o passa adiante, o que a torna uma testemunha solidária (Cagnebin, 2006). Aquela que não vai embora diante do sofrimento indizível e permite sua transmissão simbólica: “Lembro-me somente das expressões deles, da dificuldade de completar as frases, deixando encoberta a história mais horrorosa, do silêncio que se estendia desajeitadamente” (Han, 2021, p. 199). Aos 12 anos, ela escuta os adultos conversando sobre as atrocidades do massacre. A perseguição do governo é constante, pessoas são levadas e torturadas, seus telefones grampeados e até mesmo invadiram a sua casa de madrugada. Depois de dois anos, a autora abre um livro de fotografias, “encontrei o rosto mutilado de uma menina, cortado profundamente por uma baioneta. Uma parte frágil dentro de mim, que nem sabia que existia ali, se quebrou, sem ruído” (Han, 2021, p. 204).

O *ethos* mostrado e dito se caracteriza por um enunciador que sente ter chegado tarde demais, “os cadáveres envolvidos com pano branco de algodão, os caixões cobertos com a Taegukgi, as mulheres e as crianças, que gemiam ou estavam sentadas distraídas, oscilaram sobre o chão de terra vermelho-escura e desapareceram” (Han, 2021, p. 204). Ao ver a foto de Dongho, descreve-o como um garoto de rosto comum que seria facilmente esquecido, “talvez, naquela época, todos os meninos de uniforme escolar, com cabelo curto, se parecessem” (Han, 2021, p. 207). No decorrer dos capítulos, é recorrente a ausência de feições, refletindo o apagamento de identidades, isto é, a massificação em um contexto de destruição de corpos humanos pela necropolítica exercida (Mbembe, 2018). Diante do poder soberano, o estado de exceção é caracterizado pela condição de vida nua (Agamben, 2004), quando as pessoas se tornam meros seres biológicos, vidas descartáveis, sem a proteção do Estado.

Durante a pesquisa, ela relata os sonhos que tinha e como os compromissos que seguiam normalmente ficavam turvos na mente dominada pela incompreensão: “Não podia acreditar. Morreu tanta gente” (Han, 2021, p. 209). A imagem de Gwangju emerge frente a eventos de repressão que se repetem, como o incêndio do mirante em Yongsan.

Ora, Gwangju era outro nome para algo isolado, algo esmagado à força, algo prejudicado, algo que não deveria ter sido prejudicado. A explosão da radiação ainda não acabou. Gwangju renascia inúmeras vezes e era assassinada inúmeras vezes. Explodindo, infectando-se, e, sangrenta, era reconstruída (Han, 2021, p. 211).

A casa em que morava passou a ser da família de Dongho e, enquanto estava segura na escola, centenas de pessoas desarmadas eram atacadas em Gwangju. Ela se pergunta, “será que aquele menino do ensino secundário também teria usado aquele mesmo quarto ao lado da cozinha? Ele realmente não tinha conseguido atravessar o verão quente que eu atravesssei?” (Han, 2021, p. 212-213). Anos depois, ao encontrar o irmão mais velho de Dongho, ele permite que escreva para que ninguém mais possa insultar o irmão mais novo. Desse modo, a partir de uma postura ética, a memória resiste à obliteração da história. Aqui, o *ethos* efetivo é legitimado pela escuta e pela escrita concebidas nesse processo.

Por meio do teor testemunhal e da resistência, a narrativa desafia as versões oficiais do massacre e restaura a dignidade das margens (Harlow, 1987), reivindicando o dever ético de reescrever a história sob as perspectivas dos que foram silenciados (Seligmann-Silva, 2003). Durante as leituras para a escrita do livro, percebe que “assim como havia soldados especialmente cruéis, outros eram especialmente passivos” (Han, 2021, p. 216) e se comportavam de forma semelhante às pessoas do exército civil, sem conseguir atirar. Essa postura reflete implicações éticas no contexto militar, ao mesmo tempo em que resgata resquícios de humanidade. “O momento em que se lembra do seu rosto e da sua voz, da dignidade que parece pertencer a uma vida passada. Esmagando aquele momento, vem massacre, vem tortura, vem repressão” (Han, 2021, p. 217), mas eles resistiram, permaneceram lá para não se tornarem vítimas.

Han Kang “escreve com o dialeto do sul, com os ritmos íntimos da memória. Em seus livros, ouvimos os ecos de Gwangju, sentimos o peso dos silêncios de Jeju, onde o próprio dialeto se torna resistência” (Tizzard, 2024)²¹. Durante os capítulos a segunda pessoa é retomada quando se dirige ao protagonista, estabelecendo uma conexão intimista com o leitor, que provoca alto impacto emocional ao convidá-lo a vivenciar a história diretamente. Na narração ficcional em segunda pessoa, articula-se um endereçamento que mobiliza tanto a função conotativa do pronome, quanto seu nível de referência na história. Isso implica a presença de um narrador, que pode ser apenas enunciador ou também participante da ação, compartilhando ou não a existência ficcional do “tu/você” (Fludernik, 1993, p. 219). O uso desse recurso frequentemente assume um dever na recuperação da memória que foi apagada. Na obra, contribui para a constituição de um *ethos* de teor testemunhal, que atua como uma projeção da memória traumática. A resistência permeia a enunciação não linear, a partir de uma virada ideológica da história como memória e reconstrução (Chiappini; Leite, 1997, p. 84). À medida em que não há explicações simples e objetivas no testemunho coletivo do trauma, possibilita-se a reescrita da história por outros ângulos.

²¹ “She writes with the dialect of the South, with the intimate rhythms of memory. In her books, we hear the echoes of Gwangju, feel the weight of Jeju’s silences, where the dialect itself becomes resistance” (Tizzard, 2024).

5 Considerações finais

Após verificar a constituição do *ethos* em *Atos Humanos*, destacamos a importância de narrativas de teor testemunhal como prática discursiva para a reconstrução da memória em eventos de catástrofe. Nesse sentido, o Massacre de Gwangju concebe a busca pela integridade e dignidade humana, que demanda reconhecimento frente aos abusos sofridos. A obra de teor testemunhal constrói, sob múltiplas perspectivas, *ethe* discursivos que demonstram resistência diante da necropolítica atuante no estado de exceção instaurado pelo poder soberano.

A análise proposta contribui para os estudos em análise do discurso e em literatura comparada ao demonstrar a pertinência do conceito de *ethos* discursivo na leitura de narrativas de teor testemunhal. A observação das materialidades discursivas evidencia o caráter multissemiótico do *ethos*, para além de sua dimensão retórica. Nesse sentido, o trabalho aponta para investigações futuras que abordem a literatura de teor testemunhal como prática discursiva de resistência e reconstrução da memória. Reconhece-se, ainda, a relevância da reflexão sobre a relação entre a falha da linguagem, própria das narrativas do trauma, e o processo de construção do *ethos* discursivo. Essa articulação, já explorada por pesquisas que aproximam a Análise do Discurso, os estudos do trauma e a Psicanálise, não pôde ser aprofundada neste artigo, por exceder os limites do escopo proposto.

Nos capítulos, denuncia-se a dor individual e coletiva, marcada pela presença do trauma e da luta para assegurar sua humanidade. *Passarinho* revela vulnerabilidade a partir do olhar de um adolescente em meio à tragédia. *Folêgo Preto* mostra que a destruição de identidades e corpos permeia até no espectro póstumo. *Sete Tapas* expressa a resistência à obstrução da verdade pela censura. *Ferro e Sangue* ressalta a persistência do trauma nos sobreviventes e torturados. *Pupila de noite* destaca a impossibilidade de narrar os acontecimentos. *Para o lado das flores* retrata o luto das mães, como memória que confronta o poder dominante. Por fim, o epílogo *Lâmpada coberta de neve* descreve o processo de escrita e assume um compromisso ético com a retomada da memória por outros ângulos, contribuindo para a reinterpretação do evento.

Assim, a experiência traumática inenarrável resiste ao apagamento provocado pelas estruturas hegemônicas de poder a partir do recontar da história. Diante disso, o *ethos* confere autoridade à narrativa ao estabelecer uma postura ética que se legitima na relação e na conexão com o leitor. Portanto, o Massacre de Gwangju não se restringe a um período delimitado, sendo perpetuado pelas atrocidades cometidas na vida daqueles que o testemunharam e em tragédias causadas pela violência e suspensão dos direitos humanos fundamentais. Logo, obras como *Atos Humanos* possuem caráter ético-discursivo, retomando ao passado para a reescrita da história, a fim de evitar repeti-la infinitamente.

Declaração de autoria

A autora principal, Tielly dos Reis Gomes, foi responsável pela concepção teórica, coleta de dados, análise, discussão de resultados, redação e revisão. O orientador Rafael de Souza Timmermann participou da definição do quadro teórico e da organização estrutural, atuando na supervisão e revisão para assegurar a coerência do trabalho. A coorientadora Ana Lília Carvalho Rocha procedeu à revisão científica e terminológica, contribuindo para a precisão conceitual e argumentação.

Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- AHN, J. The Citizens' Army during the Kwangju Uprising. In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.
- ALLARDICE, L. 'I want to be hopeful': Nobel prize-winning novelist Han Kang on the crisis in South Korea. *The Guardian*, 01 fev. 2025. Books. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2025/feb/01/i-want-to-be-hopeful-nobel-prize-winning-novelist-han-kang-on-the-crisis-in-south-korea>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.
- BAKHTIN, M. M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- CARUTH, C. *Unclaimed experience: Trauma, narrative, and history*. Maryland: JHU press, 1996.
- CHIAPPINI, L.; LEITE M. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1997.
- CHOI, J. The formation of an "Absolute Community". In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.
- FLUDERNIK, M. Second Person Fiction: Narrative "You" As Addressee And/Or Protagonist. *AAA: Arbeiten aus Anglistik und Amerikanistik*, Tübingen, v. 18, n. 2, p. 217-247, 1993.
- FREITAS, E. C.; BALDISSERA R.; JUNIOR, F. S. A.; BOAVENTURA, L. H. Dominique Maingueneau: questões teóricas para análise discursiva na comunicação: cenografia e ethos. *Organicom*, v. 18, n. 36, p. 253-261, 2021.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GWANGJU News Team. May 18 Foundation: Bringing the Truth of May 18 to Light. *Gwangju News*, 02 maio 2023. Disponível em: <https://gwangjunewsgic.com/features/may-18/may-18-foundation/>. Acesso em: 03 abr 2025.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAN, K. *Atos humanos*. 1. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2021.
- HARLOW, B. *Resistance literature*. New York: Methuen, 1987.
- HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Olhares, 2022.
- KEATING, C. Caos e Ordem. In: Centro de Estudos Sociais. *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina, 2012, 41-42.
- LEE, N.; KIM, W. *The South Korean democratization movement: a sourcebook*. The Academy of Korean Studies Press, 2016.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOBEL PRIZE OUTREACH. The Nobel Prize in Literature 2024. *The Nobel Prize*. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2024/summary/>>. Acesso em: 07 abr. 2025.

OMAKI, D. R. *Ethos e argumentação para universitários: perspectivas da análise do discurso*. 2024. 197 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2024.

OSTBERG, R. Han Kang. South Korean writer. *Britannica*, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Han-Kang>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, B. S. Memorabilidade discursiva em documentos oficiais do ENEM: Portaria MEC nº 438, de 28 de Maio 1998 e o Edital nº 10, de 14 de Abril de 2016. *Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 01-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/riel/article/view/1810>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ROCHA, H. C. B.; VIRGINIO, M. V. M.; GOMES, Y. P. A. Ethos e cenografia no discurso literário. *Diálogo e Interação*, v. 18, n. 2, p. 297-313, 2024. Disponível em: <https://revista.faccrei.edu.br/revista-dialogo-e-interacao/article/view/239>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SANTOS, N. O.; FAIRCHILD, T. M. O que é ser uma escritora negra no Brasil? Estratégias de polidez e a negociação do ethos discursivo. *Discurso & Sociedad*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 139–161, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14198/dissoc.19.1.07>.

SELIGMANN-SILVA, M. *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SHIM, D. Cinematic Representations of the Gwangju Uprising: Visualising the “New” South Korea in A Taxi Driver. *Asian Studies Review*, v. 45, n. 3, p. 454-470, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/10357823.2020.1837071>.

SHIN G. Introduction. In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.

SILVA, A. M. B. D.; PESSOA, F. C. D. C. A enunciação do discurso antirracista na literatura infantil. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2024.1.46325>.

TIZZARD, A. D. Han Kang is voice of Korean democracy. *The Korea Times*, 12 out. 2024. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/opinion/20241012/han-kang-is-voice-of-korean-democracy>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VERONEZ, M.; SILVA, M. C. Análise do Discurso Literário: funcionamento da autoria e construção das cenografias no livro *Alguma Poesia* de Carlos Drummond de Andrade. *Heterotópica*, v. 6, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP>.

A condição feminina nos relatos de tortura sexual às Comissões da Verdade no Brasil e na África do Sul

The Feminine Condition of Sexual Violence in Testimonies to the Truth Commissions in Brazil and South Africa

Giovana Martins de

Castro Marchese

Universidade de São Paulo (USP) | São Paulo | SP | BR

giovana.crm@usp.com

<https://orcid.org/0009-0002-7146-9415>

Camila Cristina de

Oliveira Alves

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Araraquara | SP | BR

camila.oliveira-alves@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1888-5102>

Rehema Bona Abiyo

University of the Western Cape (UWC)

Cidade do Cabo | África do Sul

rehemabiyo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8625-5818>

Resumo: Esta pesquisa analisa o discurso nos relatos de violência sexual de ex-presas políticas apresentados à Comissão Nacional da Verdade (CNV), no contexto do regime ditatorial-militar brasileiro, e à *Truth and Reconciliation Commission* (TRC), no contexto do apartheid sul-africano. Os relatos são divididos em dois grupos: testemunhos de mulheres à CNV e testemunhos de mulheres à TRC. O objetivo é compreender como o gênero é performado nesses relatos, à luz das formulações de Butler (2018), em diálogo com Segato (2022) e Foucault (1970, 1975). O artigo, com foco em discursos de negação e justificativa da violência sexual, conclui que a impunidade dos perpetradores de violência sexual durante esses regimes, violência essa respaldada pelo Estado, aliada à forma limitada com que as comissões da verdade trataram o tema, contribuiu para a naturalização e a persistência da violência contra a mulher nas sociedades contemporâneas. Os relatos são analisados por meio da ferramenta de análise linguística *Sketch Engine*, tendo, assim, a Linguística de Corpus como abordagem metodológica. Essa análise parte de uma perspectiva decolonial de análise crítica do discurso.

Palavras-chave: análise do discurso; ditadura militar; patriarcado; apartheid.

Abstract: This study examines the discourse in the sexual violence accounts of former political prisoners presented to the National Truth Commission (NTC) in the context of the Brazilian military dictatorship, and to the Truth and Reconciliation Commission (TRC) in the context of apartheid in South Africa. The accounts are



divided into two groups: testimonies of women to the NTC and testimonies of women to the TRC. Focusing on discourses of denial and justification of sexual violence, the goal is to understand how gender is performed in these narratives, drawing on Butler's (2018) theories, in dialogue with Segato (2022) and Foucault (1970, 1975). The article concludes that the impunity of the perpetrators of sexual violence, backed by the state during these regimes, coupled with the limited way the truth commissions addressed this issue, contributed to the normalization and persistence of violence against women in contemporary societies. The testimonies are analyzed using the linguistic analysis tool Sketch Engine, thus adopting Corpus Linguistics as the methodological approach. This analysis is grounded in a decolonial perspective of critical discourse analysis.

Keywords: discourse analysis; military dictatorship; patriarchy; apartheid.

1 Introdução

Eu sou leve, sabe, eu tô viva, estamos vivos, vamos ficar vivos. Por que olhar pra trás? Não vive quem fica arrastando cordéis de caixões.
Regina Duarte

Em tempo de revisionismo histórico, trabalhos em prol da memória pública são um imperativo ético para que possamos recuperar a força das lutas sociais que trazem à luz violências estatais. A epígrafe deste resumo é um trecho retirado de uma entrevista concedida por Regina Duarte, secretária de Cultura do governo Bolsonaro em 2020, à CNN Brasil no dia 7 de maio de 2020. Quando questionada pelo jornalista Daniel Adjuto sobre tortura durante o regime ditatorial-militar no Brasil, a secretária ri e afirma que “na humanidade, não para de morrer” e que “sempre houve tortura”. Ao minimizar as mortes e sevícias causadas pelo Estado brasileiro, Regina Duarte contribui para a naturalização da violência no país, fazendo eco com os discursos do então presidente Jair Bolsonaro.

A normalização de regimes autoritários e, conseqüentemente, da tortura, bem como a desqualificação de memórias críticas a esses regimes e dos atores a eles relacionados impedem que sociedades lidem com seus erros históricos, contribuindo para a perpetuação de estruturas de violência e opressão. Este artigo parte de uma perspectiva que articula os contextos do Brasil e da África do Sul para examinar como as marcas da violência de Estado com foco em violência sexual seguem operando no presente.

No Brasil, por exemplo, o governo Bolsonaro (2019-2022) tinha no torturador Carlos Brilhante Ustra um herói. Um dos reflexos dessa naturalização da violência é o aumento de 10,8% dos casos de feminicídio no primeiro semestre de 2021 em relação a 2019, primeiro ano do governo bolsonarista. Já na África do Sul, o revisionismo histórico e a brutalidade policial também são uma constante (Bing, 2013). Em entrevista em fevereiro de 2020 para a rádio SABC, o ex-presidente sul-africano FW De Klerk (1989-1994), morto em 2021, nega que o apartheid tenha sido um crime contra a humanidade. Essa recusa em reconhecer a gravidade do regime e a consequente impunidade dos responsáveis por suas violações criam condições para a continuidade da violência estatal. Segundo dados do *Independent Police Investigative Directorate* (IPID – “Diretoria Independente de Investigações Policiais”)¹ divulgados em janeiro de 2025, em média, uma mulher sob custódia da polícia sul-africana é estuprada a cada três dias por policial registrado (News24, 2025).

Dessa forma, buscando desempenhar nosso papel de pesquisadoras comprometidas com justiça social, e em consonância com a perspectiva delineada por Pedretti (2021, p. 54), que postula a responsabilidade das instituições públicas e da sociedade civil, incluindo acadêmicos e movimentos sociais, no esforço de reorganizar as demandas por memória, verdade e justiça, apresentamos esta pesquisa que examina os relatos de tortura sexual durante o regime ditatorial-militar brasileiro (1965-1985) submetidos à Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV, 2012-2014) e durante o apartheid (1948-1994) submetidos à Truth and Reconciliation Commission (doravante TRC, 1996-1998). O enfoque deste estudo está nas narrativas femininas que delineiam a violência de gênero perpetrada contra mulheres, a fim de investigar, com base em uma análise do discurso de cunho decolonial, como gênero é performado nesses discursos. É importante destacar que o termo *decolonial* é empregado nesta pesquisa para indicar o caminho analítico percorrido na leitura dos relatos, em diálogo com o que propõe Resende (2019) ao explicar que, embora a Análise Crítica do Discurso ofereça ferramentas potentes para desvelar relações de poder e ideologia, ela não é suficiente, por si só, para enfrentar as hierarquias epistêmicas herdadas do colonialismo, exigindo, portanto, uma orientação decolonial que reinscreva o olhar analítico a partir do Sul Global e das vozes historicamente marginalizadas, como será desenvolvido mais adiante neste trabalho.

Ainda, trazemos aqui o conceito de performatividade de gênero em Judith Butler (2018, p. 3), que argumenta que o gênero é um ato performado, e não uma identidade estável, já que trata de uma série de práticas culturais e sociais no tempo que o constroem e o reforçam:

Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença. (Butler, 2018, p. 3)

Com o apoio da ferramenta de análise linguística Sketch Engine, foi possível organizar e explorar sistematicamente os relatos, ampliando as possibilidades de leitura discursiva. Este artigo, em particular, concentra-se nos discursos de negação e justificativa da violência sexual, que constituem o recorte analítico a partir do qual se desenvolvem as reflexões aqui apresentadas.

¹ Agência governamental sul-africana responsável por investigar casos de má conduta e abuso de poder por parte da polícia do país.

2 Comissões da verdade e a busca por verdade e justiça

As comissões da verdade são organismos temporários instituídos, em sua maioria, em contextos de transição de regimes autoritários para democracias, com o objetivo de investigar e tornar públicas as violações sistemáticas de direitos humanos ocorridas em um determinado período histórico. Por meio da escuta de testemunhos de vítimas e, em alguns casos, de perpetradores, essas comissões buscam reconstruir a verdade factual e simbólica sobre um passado marcado por violência de Estado. A produção dessa verdade não tem apenas um valor documental, mas está diretamente ligada à possibilidade de elaboração do trauma, tanto em nível individual quanto coletivo. Aqui, parte-se do princípio de que a dor vivida pelas vítimas não é apenas pessoal, mas também social, afetando toda a sociedade que compartilhou o contexto de repressão.

Na África do Sul, a TRC, estabelecida em 1996 e com relatório final publicado em 1998, incorporou, além dos princípios de busca pela verdade, uma dimensão fortemente marcada pelo perdão, conceito diretamente vinculado à tradição cristã. Tal orientação pode ser compreendida à luz da liderança do bispo anglicano Desmond Tutu, figura central na luta contra o apartheid e presidente da comissão. Segundo Teles (2015, p. 190), tratava-se “de uma tentativa de reconstruir o país com um regime político no qual os sentimentos considerados como socialmente ruins possam conviver em uma dimensão pública sem violência”, procurando, de acordo com a Constituição provisória da África do Sul, transformar vingança em compreensão, represália em reparação, e vitimização em *ubuntu*, filosofia africana sustentada pela ideia de que a humanidade de cada um se realiza na comunidade (South Africa, 1994). Embora o questionamento sobre a eficácia do modelo sul-africano seja relevante, não será aqui desenvolvido, pois ultrapassa os objetivos analíticos deste trabalho. A TRC investigou as violações de direitos humanos ocorridas entre 1960, ano do massacre de Sharpeville – considerado um marco no endurecimento do regime racista – e 1994, data das primeiras eleições democráticas e multirraciais no país que colocaram Nelson Mandela no poder. A estrutura da comissão previa audiências públicas em que vítimas e perpetradores eram ouvidos, muitas vezes frente a frente. Foram ouvidas 21.298 testemunhas. Aos algozes era oferecida a possibilidade de solicitar anistia, desde que confessassem integralmente seus crimes, demonstrassem motivação política e colaborassem com o processo de reconstrução da verdade. Ao todo, cerca de 7.112 pedidos de anistia foram recebidos, dos quais aproximadamente 849 foram concedidos (cerca de 12%). Aqueles cujos pedidos foram negados, no entanto, raramente enfrentaram processos judiciais ou punições formais, o que gerou críticas quanto à impunidade e aos limites do modelo adotado.

No Brasil, a CNV foi instituída em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.528, com o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com foco no período da ditadura civil-militar (1964-1985). O relatório final da CNV foi entregue em dezembro de 2014 e identificou, entre outras violações, a responsabilidade do Estado brasileiro por 434 mortes e desaparecimentos forçados de opositores do regime. Ainda que seu escopo não incluísse a responsabilização penal, a Comissão buscou contribuir para o direito à memória e à verdade, além de recomendar medidas de reparação e de não repetição. A CNV estruturou-se com base em um grupo central de sete comissionados e uma equipe técnica de apoio, além de contar com a colaboração de

comissões da verdade estaduais, setoriais e da sociedade civil. As audiências públicas foram transmitidas ao vivo e tinham o intuito de ouvir relatos de vítimas e testemunhas, além de depoimentos dos agentes da repressão. Eram organizadas tematicamente ou por região e grande parte dos depoimentos estão disponíveis para download no website da comissão (CNV, 2014). Segundo relatório da CNV, foram coletados ao todo 1.116 depoimentos, sendo 483 em audiências públicas e 633 de forma reservada. Esses documentos constituem fonte importante para a reconstituição histórica das ações e estruturas da repressão política.

3 Violência sexual nos porões da repressão²

Utilizada sistematicamente pela polícia e forças militares como meio de matar, punir e obter informações de prisioneiros políticos e comuns durante a ditadura militar no Brasil e durante o apartheid na África do Sul, a tortura foi indiscriminadamente aplicada a homens, mulheres, adolescentes e crianças que tivessem qualquer envolvimento com práticas consideradas subversivas pelos governos dos dois países. Dentre as sevícias sofridas por presos políticos de ambos os regimes, é seguro afirmar que as mulheres padeceram de modo diferente dos homens. Os porões da ditadura militar brasileira e do apartheid sul-africano representam um microcosmo do patriarcado, na qual os corpos femininos são subjugados ao domínio masculino.

Para fins desta pesquisa, o patriarcado deve ser entendido como uma ordem política, conforme defendido por Segato (2022) ao destacar a natureza sistêmica e estrutural da desigualdade de gênero. Ainda, a autora afirma que o patriarcado é uma ordem política arcaica, fundamentando sua asserção no grande número de povos que têm em seus mitos de origem algum episódio no qual uma mulher deve ser punida por ter cometido alguma transgressão, como ocorre no mito de Adão e Eva no mundo ocidental judaico-cristão. Mito este que reduz a mulher a “uma posição disciplinada e secundarizada” (Segato, 2022, p. 38).

Nos espaços de tortura do apartheid e da ditadura militar, as formas de controle do corpo da mulher militante se dão como demonstração da dominância masculina como meio de discipliná-la, posto que seu lugar não seria na luta, na rebeldia, no enfrentamento. O peso da força policial sobre essas mulheres está diretamente ligado à sua transgressão (como a de Eva), à ousadia de terem desobedecido o *status quo*. Esse controle do corpo da mulher, essa punição que deve ser aplicada, se manifesta na prisão através da tortura sexual. Os relatórios finais da TRC (1998), da CNV (2014), além do relatório Brasil: Nunca Mais (ARNS, 1985) apontam como o corpo feminino foi alvo especial dos dois regimes. As torturas sexuais às quais as mulheres eram submetidas iam desde pisões nos seios à introdução de objetos e animais em seus órgãos genitais. O estupro, que expropria a vítima de seu espaço-corpo (Segato, 2016), é usado aqui como arma disciplinadora que busca devolver ao patriarcado a mulher desprovida de seu agenciamento.

Ao nos voltarmos para o regime de segregação racial do apartheid, é crucial considerar que questões relacionadas à raça desempenhavam um papel significativo nas condições

² Aqui, a metáfora *porões* remete aos espaços clandestinos ou discretamente institucionalizados onde se praticavam torturas durante os regimes autoritários, locais muitas vezes físicos, mas também simbólicos, nos quais o Estado exercia sua violência fora do olhar público. O termo não descreve necessariamente um ambiente subterrâneo, mas evoca a dimensão oculta e abafada da repressão.

de encarceramento e tortura das presas políticas. Ao discorrer sobre vulnerabilidade, violência de estado e tortura em *Vida precária* (2023), Judith Butler comenta que não há equilíbrio na forma como a vulnerabilidade física humana é distribuída na sociedade contemporânea. Enquanto certas vidas são altamente protegidas, outras não são sequer “passíveis de ser enlutadas” (p. 52). Esse fato é certamente relevante na análise da situação de prisioneiras políticas durante o apartheid sul-africano. O regime de segregação racial que privilegiava os brancos em detrimento dos negros, asiáticos e pessoas de origem racial mista se estendia também ao ambiente carcerário. Enquanto presas políticas brancas tinham acesso a itens de higiene pessoal, por exemplo, esses mesmos itens de higiene faltavam às presas de outras etnias, como relatado por Deborah Matshoba à TRC: “women started being allowed to wear panties, but those were the black prisoners. The white prisoners were allowed to have the full regalia every women needs” (sic).³

Nessa esteira, entender a violência de gênero contra as mulheres sul-africanas classificadas como não-brancas no regime do apartheid significa mergulhar nas especificidades desse regime e entender raça como um instrumento político – como o gênero, também performativo – utilizado por grupos hegemônicos brancos autoinstituídos como universais para produzir espaços de subordinação, nos quais os subordinados são os *outros* e como *outros* devem permanecer. Como consequência, esses corpos racializados são segregados, têm seus direitos humanos, sociais e políticos suspensos, e sofrem violência estrutural e sistêmica tanto física (tortura, assassinatos), quanto simbólica (aniquilamento de línguas e religiões) (Silva, 2015). As mulheres negras, em particular, sofrem essa violência física na forma de violência sexual, herança adquirida do período de escravidão e reforçada pelo regime de apartheid, no caso da África do Sul. Nas palavras de Davis (1981, p. 244), “o racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual.” Segundo a autora (ibid.), historicamente, e sobrevivendo à abolição da escravidão, em que a coerção sexual era um aspecto fundamental na relação senhor-escrava, uma das características mais notáveis do racismo é a ideia de que os homens brancos, particularmente aqueles com poder econômico, possuem um direito inquestionável sobre os corpos das mulheres negras. Essa lógica colonial, perpetuada pelo apartheid, que hiperssexualiza e objetifica os corpos racializados, impede que o estupro de mulheres negras e as classificadas como *coloured*⁴ seja reconhecido como crime (Bridger, 2021), pois seus corpos são vistos como propriedade dos donos da vida, conforme argumenta Segato (2022). Gqola (2015) também destaca que essas mulheres são muitas vezes percebidas como “inestupráveis”, isto é, como corpos que não despertam a mesma comoção ou reconhecimento enquanto vítimas legítimas de violência sexual, dado o histórico de desumanização que recai sobre elas. Somente com esse panorama em mente é possível buscarmos compreender como as mulheres sul-africanas negras e *coloured* performam raça e gênero ao relatarem as torturas sexuais que sofreram na prisão.

³ “As mulheres começaram a ter permissão para usar calcinhas, mas essas eram as prisioneiras negras. As prisioneiras brancas tinham permissão para ter todo o vestuário que uma mulher necessita” (tradução nossa).

⁴ No regime do apartheid, *coloured* designava pessoas de ascendência mista, sobretudo africana, europeia e asiática. Essa era uma das categorias raciais oficiais instituídas pelo *Population Registration Act* (1950), que classificava a população como *white*, *black*, *coloured* ou *Indian*. Essas classificações fundamentavam políticas segregacionistas como o *Group Areas Act* (1950), que regulava a ocupação de espaços urbanos e autorizava o reassentamento compulsório com base na raça. Por se tratar de termo sem equivalente cultural em português, optamos por manter o termo em língua inglesa.

Mas no que consiste violência sexual no contexto das comissões da verdade aqui estudadas? Violência sexual no relatório final da CNV, elaborado conforme a normativa e jurisprudência internacionais, constitui tortura quando exercida ou permitida por agentes de Estado, representando grave violação de direitos humanos e integrando a categoria de crimes contra a humanidade (CNV, 2014). Ambas as comissões não explicitam o que de fato é considerado violência sexual, mas os depoimentos em seus relatórios que dão conta desta dimensão de violência trazem casos de nudez forçada, abortos forçados, toque forçado, penetração forçada, introdução de objetos e animais em órgãos sexuais, humilhação com conotação sexual, negação de cuidados ginecológicos e privação de higiene menstrual.

Não podemos deixar de mencionar que a TRC foi amplamente criticada por inserir a violência sexual na categoria de *severe ill treatment* (maus tratos graves). A comissão da verdade sul-africana dividiu as violações de direitos humanos durante o apartheid em quatro categorias distintas, as saber: assassinato, tortura, sequestro e maus-tratos graves. A comissão reconhece que este termo não consta oficialmente de normas e jurisprudência internacionais, mas afirma que tanto o direito constitucional sul-africano quanto o direito internacional designam o tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante coloquialmente como maus tratos (TRC, 1998). Dentro da referida categoria, a TRC elenca práticas como a) estupro e confinamento em solitária; b) violência, abuso e assédio sexual; c) espancamento resultando em ferimentos graves; d) pessoas baleadas e feridas durante manifestações; e) queimaduras; f) lesões por envenenamento; g) mutilação; h) detenção sem julgamento; i) exílio forçado e interdições; j) retenção deliberada de comida e água de uma pessoa sob custódia; k) recusa de atendimento médico; e l) destruição de moradias (TRC, 1998). Temos dessa forma, não apenas uma falha em considerar violência sexual como tortura, já que está em categoria distinta, mas também uma diluição desta violência em uma classificação genérica de maus-tratos graves, o que contribui para invisibilizar suas especificidades de gênero e reduzir seu impacto simbólico e político dentro dos regimes de exceção.

4 TRC e CNV e os relatos de violência sexual

Assim que a TRC iniciou seus trabalhos, o *Center for Applied Legal Studies* (CALS),⁵ organizou um workshop em março de 1996 para discutir a escassa representação das mulheres na comissão (Goldblatt; Meintjes, 1996). A partir daí, Beth Goldblatt and Sheila Meintjes, duas das principais ativistas em direitos humanos envolvidas, submeteram à TRC um relatório contendo uma série de recomendações visando a ampliação da participação feminina nas audiências. A proposta pretendia assegurar que as mulheres tivessem um espaço próprio para contar as sevícias que sofreram, principalmente no que tange à violência sexual, em vez de serem ouvidas somente como testemunhas das atrocidades sofridas por seus maridos, pais e irmãos, forma predominante de participação feminina até então. A resposta da TRC foi favorável, e a primeira audiência especial para mulheres aconteceu na Cidade do Cabo em julho de 1996. Goldblatt e Meintjes (1997) observam que essas audiências criaram um espaço mais seguro

⁵ Organização de direitos humanos com sede na Faculdade de Direito da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul. Foi fundado em 1991 e se dedica a promover justiça social e assessoria jurídica a vítimas de violações de direitos humanos.

e acolhedor, encorajando o compartilhamento de experiências envolvendo violência sexual, algo que poderia ser inibido nas audiências gerais da comissão, marcadas predominantemente pela presença masculina.

No entanto, ainda que uma audiência especial para mulheres tenha sido criada, a participação feminina foi limitada. Segundo dados divulgados em abril de 1997, dos quase 8.000 depoimentos recebidos sobre violações de direitos humanos, apenas 300 tratavam de violência sexual. Dentre esses, apenas 80 se referiam especificamente a casos envolvendo mulheres (Goldblatt; Meintjes, 1997). Esses números, porém, não devem ser interpretados como indicativo de baixa incidência de violência sexual durante o apartheid. Goldblatt e Meintjes (1997) relatam que, em diálogo com ativistas, ouviram relatos de que estupros eram altamente frequentes nas prisões do regime. Duarte (1996 *apud* Goldblatt; Meintjes, 1997), acrescenta que muitas mulheres foram estupradas não apenas em suas celas, mas também nas vans que as transportavam para os centros de detenção. As autoras apresentam algumas razões que explicam a escassez de mulheres testemunhando sobre violência sexual na TRC, dentre os quais o estigma social que marca a mulher violentada como impura, a culpabilização da vítima de estupro por parte da sociedade, e a revivência do trauma ao testemunhar.

No contexto da CNV, o Grupo de Trabalho (GT) *Violência e Gênero*, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro, pesquisou “a violência contra a mulher, suas consequências e impactos. Inclui a violência sexual que, como sabemos, não se limita à violação sexual, e também a violência contra as crianças” (CNV, 2013). Ainda com essa descrição, o GT não deixa claro o que entende por violação sexual. Diferentemente da TRC, a CNV não teve uma audiência específica para lidar com crimes sexuais. Apesar de ter havido uma audiência pública do GT para destacar crimes sexuais perpetrados pelo Estado, muitas mulheres narraram a violência sexual sofrida durante as audiências gerais de vítimas civis, muitas vezes a partir da pergunta dos comissários da CNV, mediadores e técnicos e especialistas.

5 Análise dos relatos

O objeto de estudo desta pesquisa consiste na transcrição dos relatos orais de presas políticas à CNV e à TRC. Os relatos transcritos de ambas as comissões foram extraídos de seus respectivos websites em PDF e divididos em dois grupos para serem analisados separadamente: relatos das brasileiras à CNV, com 103 documentos, e relatos das sul-africanas à TRC, com 38 documentos. A menor quantidade de documentos no segundo grupo se deve tanto à baixa representatividade feminina na TRC quanto à decisão da comissão sul-africana de não incluir todos os depoimentos em seu website.

Nas análises dos trechos referentes à violência sexual, foram identificadas algumas regularidades discursivas nos relatos, a saber: a) negação da violência sexual, b) justificativa da violência sexual, c) incerteza da violência sexual, d) tentativa de dessubjetivação política da mulher militante, e) menstruação como instrumento de tortura, e f) maternidade como instrumento de tortura. Este artigo se concentrará especificamente na análise da negação e justificativa da violência sexual nos relatos, buscando compreender como as depoentes performam gênero nesse discurso.

No entanto, antes de iniciarmos as análises, consideramos pertinente apresentar a perspectiva de análise do discurso e a metodologia que orientam esta pesquisa.

5.1 Análise do discurso de base decolonial

Os estudos decoloniais latino-americanos emergem no final do século XX, articulados pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, formado por autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, dentre outros, propondo uma ruptura com a racionalidade moderna-colonial do Norte Global e reivindicando o Sul Global como locus de enunciação legítimo. Fundamentada na crítica à colonialidade do poder, do saber e do ser, essa perspectiva busca desobedecer epistemicamente as hierarquias eurocêntricas e valorizar formas plurais de conhecimento e existência (Quijano, 2000).

Assim, neste trabalho, propomos uma análise do discurso crítica sob uma perspectiva decolonial, pois entendemos que apenas um olhar situado nas realidades latino-brasileira e sul-africana permite compreender como as mulheres, inseridas nesses contextos históricos e culturais específicos, performam gênero dentro das estruturas coloniais e patriarcais que atravessam seus discursos nas amostras selecionadas. Fazer análise do discurso a partir de uma perspectiva decolonial implica reconhecer que não é possível universalizar as experiências das mulheres, uma vez que suas vivências são atravessadas por marcadores históricos, raciais, culturais e geopolíticos distintos (Resende, 2019; Lugones, 2024). Essa abordagem não rejeita, obviamente, os referenciais teóricos do Norte Global, mas os reinterpreta à luz das epistemologias do Sul, em diálogo com autoras e autores latino-americanos e africanos que pensam a partir de suas próprias realidades. Nesse sentido, realizar uma análise do discurso de base decolonial significa ler criticamente os discursos sem reproduzir universalismos, buscando compreender como o gênero, raça e violência se entrelaçam em contextos marcados pela colonialidade.

5.2 Sketch Engine

As análises dos relatos foram feitas por meio do *Sketch Engine*, uma ferramenta de análise linguística projetada pela Lexical Computing Ltd. que viabiliza a exploração de grandes quantidades de textos de maneira organizada e otimizada. Com essa ferramenta, o processamento automático de grandes quantidades de dados é mais rápido do que a análise manual. As ferramentas de análise de *corpus*, como o *Sketch Engine*, podem analisar milhares ou até milhões de palavras em questão de segundos, o que seria impraticável de se fazer manualmente.

Após o upload do corpus no *Sketch Engine*, foi possível gerar uma lista de palavras (*wordlist*) que permitiu uma primeira observação das ocorrências lexicais mais frequentes nos relatos. A lista revelou a presença de termos (simples e complexos) do campo semântico do corpo e fisiologia femininos como *seios*, *vagina*, *menstruação* e da violência sexual, como *estupro* e *abusar sexualmente*. A partir dessa observação inicial, recorreremos às linhas de concordância – recurso que exibe o contexto dentro do corpus em que uma palavra está inserida – para examinar em que situações esses termos são empregados nos relatos. Essa leitura revelou que tais ocorrências estavam associadas, majoritariamente, aos momentos em que as depoentes relatavam episódios de tortura sexual que sofreram durante os interrogatórios ou ao longo do período em que estiveram encarceradas. Com base na análise das linhas de concordância, foi possível identificar certas regularidades discursivas nos relatos, isto é, recorrências temáticas

que atravessam os discursos das depoentes, como, por exemplo, a justificação da violência sexual sofrida, a negação do estupro, e a menstruação utilizada como instrumento de tortura.

Imagem 1 – Exemplo de linhas de Concordância no *Sketch Engine* para o termo “estupro”

	Details	Left context	KWIC	Right context
1	☐ doc#5	que eu achava que violência sexual era assim	estupro	direto, violência direta, o cara enfiando o pênis
2	☐ doc#5	e Miranda Batista – É, porque com relação ao	estupro	... Eu fui estuprada com um cassete no 1o D
3	☐ doc#5	er aqui que era o responsável pelas torturas e	estupros	no 1o Distrito, no centro de São Paulo.
4	☐ doc#7	ue vocês estão falando como violência social:	estupro	, esse tipo de coisa?
5	☐ doc#7	me penduraram, me ameaçaram também de	estupro	, mas não chegaram a cumprir, não.
6	☐ doc#7	ão não resultou em gravidez.	estupro	. Você se lembra das datas em que occ
7	☐ doc#7	itá viva.	estupro	. O Vaticano não deixou ela abortar.
8	☐ doc#8	os, ocultamento de cadáver, os 201 crimes de	estupro	e tortura cometidos no DOI-Codi do 2o Exérciti
9	☐ doc#12	. Era uma glória pro homem.	estupro	, qualquer coisa. E aí eles prenderam e
10	☐ doc#12	a, choque elétrico, espancamento, ameaça de	estupro	, tudo que o senhor pensar de ruim". "E a Mau

Fonte: Elaboração própria.

Este artigo concentra-se na análise dos trechos em que a violência sexual é negada ou justificada, buscando compreender como, nesses movimentos discursivos, as mulheres performam gênero em meio às relações de poder que estruturam os contextos de repressão política no Brasil e na África do Sul. Optamos por analisar os trechos em que a violência sexual é negada ou justificada, por se tratarem das análises já desenvolvidas no estágio atual da pesquisa.

5.3 Negação e justificativa da violência sexual

Vejamos um trecho do relato de Jurema Augusto Ribeiro Valença sobre suas sessões de tortura:

- (1) Durante a tortura com os militares não houve nada de abuso sexual, houve o fato de me colocar nua, mas o propósito foi de me desmoralizar, de me fragilizar, não foi uma coisa para me abusar sexualmente.

Para Jurema, a nudez forçada não tem relação com abuso sexual. Sua declaração vem através da dupla negação de modalidade categórica: “*não* houve *nada* de abuso sexual”. Apesar de não haver consenso entre especialistas sobre as funções discursivas da dupla negação no português brasileiro, Sousa (2011) e Seixas (2013) a consideram como expressão de negação de ingresso no tema. Por outro lado, estudiosos como Dahl (2001) e Hoeksema (2009) consideram esse fenômeno expressão de uma função discursiva de ênfase. Deste modo, no primeiro caso, a depoente teria utilizado a dupla negação como rejeição de ingresso no tema *violência sexual* entre si e seus interlocutores durante o relato. Já no segundo caso, Jurema estaria procurando explicitar a importância deste conteúdo, o de que ela *não* foi *realmente* abusada sexualmente.

No entanto, a pista que temos no depoimento de Jurema que nos indica que a dupla negativa tem função discursiva de ênfase - e não de negação de ingresso no tema abuso sexual - é a sua explicação do motivo pelo qual foi colocada nua, momento no qual faz uso da modalidade categórica: “o propósito foi de me desmoralizar”, “me fragilizar”. O pensamento da depoente está vinculado à concepção de que o contato físico é condição inextricável do abuso sexual. Não obstante, a violência sexual transcende a esfera estritamente física, frequentemente manifestando-se sem a necessidade de contato corporal, como ocorre com a nudez forçada (CNV, 2014). Nesse caso, é importante salientar que, ainda que a nudez também fosse imposta aos homens nas sessões de tortura, as mulheres a sofrem de modo diferente. Como afirma Tega (2019), é muito mais penoso para uma mulher estar despida perante os torturadores, muitas vezes virgem, muitas vezes menstruada, do que para um homem. Ademais, o medo do estupro é um fator adicional na tortura psicológica sofrida pela mulher.

Ainda no que tange ao testemunho de Jurema, é relevante analisar a falta de agência neste excerto. Apesar da depoente mencionar os militares no início do trecho em questão, eles não são apresentados como agentes em nenhuma proposição subsequente. Quando Jurema descreve o fato de ter sido *colocada* nua, verbo que alude à objetificação de seu corpo, ela não explicita quem o fez. Caso o verbo “colocar” fosse conjugado no plural, ainda seria possível deduzir que essa concordância estaria vinculada aos militares, mesmo que estes não fossem diretamente mencionados, configurando, assim, um sujeito tácito, isto é, não expresso na superfície da frase, mas recuperável pelo contexto e pela flexão verbal. No entanto, ao utilizar o verbo no infinitivo, surge uma ambiguidade que suscita questionamentos quanto à natureza gramatical do verbo “colocar” nesta passagem, deixando-nos incertos se é pronominal (houve o fato de alguém me colocar nua) ou reflexivo (houve o fato de eu me colocar nua). Trata-se, assim, de uma construção infinitiva com sujeito indeterminado, aquele cuja identidade não pode ser reconhecida nem pela flexão verbal nem pelo contexto, ainda que a ação pressuponha a existência de um agente. O mesmo acontece com os demais verbos do trecho (“me desmoralizar”, “me fragilizar”, “me abusar sexualmente”). Essa ambiguidade pode estar relacionada ao que Viñar e Viñar (1992) chamam de dificuldade na diferenciação entre si e o outro, o outro sendo o torturador. Na fala de Jurema, inconscientemente, pessoa torturada e algoz se fundem em uma só entidade. Este é o resultado esperado pelo verdugo nas sessões de tortura, para que a pessoa torturada fale aquilo que ele quer ouvir. Ainda anos mais tarde, essa fusão parece estar presente na fala da militante.

Assim como Jurema, outras depoentes que negam abuso sexual nas sessões de tortura também fazem uso da dupla, ou até mesmo tripla, negação. Por exemplo, Karen Leslie Raborg Sage Keilt ao ser questionada por Mezarobba, da CNV, se ela havia sido estuprada na cela onde aconteciam as torturas, responde: “Não, não”. Já Dagmar Pereira da Silva faz uso da tripla negação ao ser questionada por um interlocutor não identificado da CNV se houve abuso sexual durante as torturas, respondendo: “Não, não, não”. Ana Maria Ramos Estêvão, por sua vez, explica que foi ameaçada de estupro, mas reitera que “não chegaram a cumprir, não.” Ainda, Leslie Denise Beloque, menciona que havia diferenças na intensidade das torturas a depender da equipe responsável, “mas *nunca*, por exemplo, *nenhuma* tentativa de assédio sexual, insinuações ou ameaças de estupro” (grifos nossos).

Como visto anteriormente, a dupla negação poderia estar relacionada tanto à recusa de ingresso no tema *abuso sexual* quanto à ênfase da negação do abuso sexual em si, com o propósito de evidenciar que a violência sexual de fato não ocorreu. Nos dois casos, a escolha das

depoentes pode estar relacionada à culpabilização das vítimas de estupro na sociedade, que as estigmatiza e as coloca como merecedoras dessa violência devido à sua recusa à performance de gênero esperada pelo patriarcado (BUTLER, 2018). Essa formação discursiva da mulher violentada como merecedora da violência aparece muito claramente na fala de Lúcia Maria Sálvia Coelho quando explica por que acredita não ter sido violentada em suas sessões de tortura:

- (2) Essa parte sexual não me fizeram, porque eu estava em tamanho pânico. Mas eu acho que eu devia, no começo, estar com uma cara muito realmente do tipo que me criaram, de professora séria.

Se, de acordo com Orlandi (1999) “há sempre no dizer um não-dizer necessário”, não é difícil descortinar o não dito no discurso da depoente. Aqui, Lúcia Maria performa gênero em seu discurso de acordo com o esperado pela ordem patriarcal: a mulher que tem cara de “professora séria” não é passível de violência sexual. Mas, se a mulher com cara de “professora séria” não sofre violência sexual, quem são as outras que sofrem? Segundo Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, as putas. A militante explica que os militares buscavam convencê-la de que algumas mulheres, por serem putas, não ligavam para a violência sexual que sofriam. Sua fala começa sendo interrompida pela voz do próprio torturador, na forma de discurso direto, enfatizando que a opinião é de uma terceira pessoa, não a dela:

- (3) Tem mulher que chega aqui nem se liga pra isso’ pra tentar formular na tua cabeça que você é especial. E elas são as putas e você...na dor acredita em qualquer coisa.

Nessa formação discursiva ecoa a crença de que a mulher que não se desvia das regras de comportamento social impostas a ela pelo patriarcado tem menos chance de ser vítima de violência sexual. Ou seja, aquelas mulheres que foram violentadas ou estupradas teriam dado alguma razão para que o crime ocorresse. Dessa forma, associada à negação da violência sexual, temos a justificativa da violência sexual. Em muitos casos, a mulher está consciente do crime sexual que sofreu durante o encarceramento, mas, após a liberdade, escolhe o silêncio, pois acredita tê-lo merecido.

Thandi Shezi é um exemplo deste cenário. É durante seu depoimento à TRC que ela relata pela primeira vez ter sido estuprada por quatro policiais na ocasião da sua prisão em Joanesburgo:

- (4) I thought I'd done something that I deserved to be treated like that. At that time, I didn't tell a single soul about it. I thought I was a person who had a problem. That is why they raped me. That's why they did what they did to me. I thought I was to blame for it. I didn't want people to know about what had happened to me.⁶

O uso repetitivo do verbo *think* no passado simples no depoimento de Shezi, nas proposições em que ela menciona a ideia de merecimento ou justificativa para o estupro que sofreu, indica uma mudança de opinião por parte de depoente. Daí a sua coragem em dar

⁶ “Eu pensei que tinha feito algo que merecia ser tratada daquela forma. Naquela época, não contei a ninguém sobre isso. Eu pensava que eu era uma pessoa que tinha algum problema. Foi por isso que me estupraram. Foi por isso que fizeram o que fizeram comigo. Eu achava que a culpa era minha. Não queria que as pessoas soubessem o que tinha acontecido comigo” (tradução nossa).

seu testemunho à TRC. Shezi não explicita o que a fez mudar de ideia, mas é fato que muitas mulheres vítimas de violência sexual se julguem erroneamente merecedoras de tal violência e escolham o silêncio por temerem o julgamento da sociedade. Orlandi (1999) chama esse silêncio de silêncio local, uma censura, aquilo que não se pode dizer em uma determinada situação. Esse silêncio é justificável, visto que a culpabilização da vítima de violência sexual é lugar comum no patriarcado. Mais que lugar comum, ela é desejável, pois serve para regular as performances de gênero, para que as mulheres sigam obedecendo a mecânica do poder da ordem patriarcal. Ainda, sob o apartheid, a violência sistêmica era justificada por uma ideologia patriarcal e racial que desumanizava especialmente mulheres negras e *coloured*. Para Lugones (2024), a colonialidade, além de controlar corpos, também impõe hierarquias sociais e epistêmicas. Aqui, Shezi, enquanto mulher militante, performa gênero de modo diferente do que é esperado de uma mulher negra em sua sociedade, afetando uma ordem patriarcal-colonial que depende dos papéis de gênero que essa mesma ordem distribui para se manter no poder. A punição e culpabilização da mulher que enfrenta essa ordem está tão enraizada, que a depoente acredita ter feito algo de errado para ser, em suas palavras, *merecedora* de tal violência.

Vejamos o momento em que Shezi relata à TRC a violência que sofreu:

- (5) Then the four of them started raping me, the four of them. The whole four of them started raping me whilst they were insulting me and using vulgar words and said I must tell them the truth.⁷

No depoimento de Shezi, temos a repetição por três vezes seguidas da proposição que informa a quantidade de policiais que a estupraram. Essa repetição sugere não apenas o impacto emocional do relato, mas atua também como ferramenta de auxílio no processamento desse trauma. Para Seligmann-Silva (2008), a repetição ajuda a dar uma nova dimensão aos fatos relacionados à experiência extrema que estavam enterrados até então, o que contribui para que a sobrevivente volte à vida. No entanto, segundo ao autor, em se tratando de trauma, nunca podemos esperar uma introjeção completa, pois o sobrevivente sempre enfrentará uma sensação de estranhamento em relação ao mundo, resultante do fato de ter vivido como se estivesse “do outro lado” da vida social.

Uma outra razão para escolha do silêncio ou da negação de tal violência é o fato de que a profanação de seus corpos tornaria essas mulheres impuras e, portanto, rejeitadas ou passíveis de sofrerem mais abusos, como mostra o relato de Maria Aparecida Serapião Teixeira à CNV:

- (6) Porque se as pessoas, homens, de uma periferia de São Paulo soubessem a experiência que você vivenciou, você era puta para eles. Você entendeu? Então eles poderiam te abusar o quanto quisesse.

Ainda nessa direção, era comum que, durante a tortura sexual, os militares buscassem induzir a vítima a acreditar que estava tendo prazer com eles, e que, se não colaborasse, seus companheiros ficariam sabendo do ocorrido. É o que relata Ana de Miranda Batista à CNV:

⁷ “Então, os quatro começaram a me estuprar, os quatro. Os quatro começaram a me estuprar enquanto me insultavam e usavam palavras vulgares, dizendo que eu deveria contar a verdade para eles” (tradução nossa).

- (7) A tortura era a seguinte, também, além de todas as outras: “Você sabe onde você está?” Voz bem cava, “Você sabe onde você está?”, “Você está tendo prazer com o seu torturador?” E começava a bolinar o teu corpo todo. “E você sabe que o que seus companheiros vão dizer, que você gozou com um torturador?”, “Você não vai poder sair da prisão, você vai ter que ficar do nosso lado porque se não nós vamos contar para os seus companheiros o que você fez aqui.

De acordo com Tega (2019), essa estratégia contribui para a desorganização da mulher torturada e prejudica o trabalho de resolução do trauma. Isso ocorre de tal maneira que muitas mulheres ainda acreditam que houve consentimento nas relações sexuais às quais foram submetidas, como explica Miriam Lewin (2013 *apud* Tega, 2019) a respeito de suas companheiras presas na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), em Buenos Aires. É importante comentar que a estratégia discursiva de Ana de trazer para seu relato a voz do torturador por meio da citação direta descortina, como afirma Seligmann-Silva (2008), a memória como um misto de verbalidade e imagens. A imagem do torturador do passado interrompendo o discurso de Ana no presente em primeira pessoa indica a atemporalidade da situação traumática. Isso se dá porque, segundo Levi (1990), o trauma é a memória de um passado que não passa.

Diante do exposto acima, concluímos que seja natural, portanto, que quem não sofreu essa violência – ou acredita não tê-la sofrido – a negue categoricamente. A difamação a que são submetidas as mulheres que denunciam a violência sexual e sua consequente culpabilização contribui para seu silenciamento, reforça estruturas de impunidade e transforma a vítima em ré.

Quando conhecemos a história de Fezekile Ntsukela Kuzwayo, conhecida pelo pseudônimo Khwezi, essa lógica da negação da violência sexual torna-se ainda mais evidente. Em 2005, Khwezi, ativista dos direitos de pessoas vivendo com HIV, denunciou Jacob Zuma – então vice-presidente da África do Sul e figura proeminente do ANC – por estupro. O julgamento, que ocorreu em 2006 e durou cerca de dois meses, terminou com a absolvição de Zuma, apesar do relato detalhado da vítima e de sua alegação de que a relação não foi consensual (Thamm, 2016). Zuma foi eleito presidente da África do Sul em 2009, enquanto Khwezi foi submetida a uma intensa campanha de difamação, intimidação e ameaças, sendo forçada ao exílio (Motsei, 2007). Sua história evidencia como a violência sexual, sobretudo quando dirigida a mulheres negras, é forçosamente silenciada, desacreditada e politicamente manipulada, mesmo em democracias pós-transicionais.

No Brasil, uma dinâmica semelhante pode ser vista no caso de uma jovem na Praia Grande, São Paulo, em 2019, conforme reportagem da revista Carta Capital (2024). A vítima, uma mulher de 19 anos, foi estuprada em viatura policial por dois policiais militares que lhe deram carona após a jovem pedir informações de itinerário. Apesar das evidências, como o sêmen do agressor encontrado em seu uniforme e o celular da vítima encontrado na viatura, o juiz militar responsável pelo caso absolveu um dos acusados, alegando que a jovem não fez esforços para impedir o crime. A lógica de culpabilização da mulher ao ter sua resistência questionada, mesmo quando ameaçada com arma de fogo, é um reflexo claro da deslegitimação da vítima, reforçando a impunidade dos agressores. Como em tantos outros casos, a vilanização das mulheres vítimas de violência sexual torna-se instrumentos de silenciamento e, consequentemente, de perpetuação de um sistema de justiça que insiste em não protegê-las.

Esses casos, embora situados em contextos históricos e geográficos distintos, revelam uma lógica comum de negação, culpabilização e silenciamento das mulheres, sustentada por estruturas coloniais e patriarcais que atravessam tanto o Brasil quanto a África do Sul, que refletem na forma como as mulheres performam gênero. A análise do discurso constitui, aqui, o ponto de articulação entre as dimensões macroestruturais e microssociais da violência. Por meio da linguagem, é possível observar como regimes de poder, como o Estado, o patriarcado e a colonialidade, se inscrevem nas experiências corporais e subjetivas das mulheres, moldando o modo como narram, silenciam ou justificam a violência sofrida. Assim, o discurso é compreendido não apenas como reflexo, mas como lugar de produção e atualização das relações de poder, permitindo compreender como estruturas históricas se manifestam na materialidade da fala e na experiência individual.

6 Considerações finais

Voltemos ao convite de Regina Duarte em nossa epígrafe: “vamos ficar vivos”. Sem memória, verdade ou justiça, vivos sim, mas em quais condições? Quando nos é negado o direito de olhar para os erros do passado, ou quando esses erros são minimizados, a possibilidade de transformação é mínima.

Os relatos que estão sendo analisados mostram que as sessões de tortura tanto do regime ditatorial-militar brasileiro quanto o apartheid sul-africano são um microcosmo do patriarcado. Os donos da vida (Segato, 2022) irão disciplinar os corpos femininos, buscando torná-los submissos e dóceis (Foucault, 1975) para que ocupem o lugar social relegado às mulheres dentro do patriarcado: o lugar do espaço privado, voltadas para o cuidado familiar e subalternizadas. Quando as mulheres não performam o gênero conforme o script patriarcal (Butler, 2018), o castigo opera como mecanismo disciplinador: o corpo feminino é punido, lembrado, pela violência, do lugar que lhe é imposto.

Quase 30 anos após o relatório final da TRC e onze anos após o relatório final da CNV, ambos apresentando relatos sobre a violência sexual sofrida por mulheres, violência essa tanto praticada quanto permitida pelo Estado, e após a anistia concedida aos responsáveis, é, infelizmente, expectável que a violência contra a mulher continue endêmica, não receba a devida atenção e continue sendo tratada de forma secundária nas agendas públicas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), por exemplo, aponta o registro de 87.545 casos de estupro e estupro de vulnerável em 2024, sendo o maior número da série histórica. No caso da África do Sul, o relatório da Commission for Gender Equality (2024) informa que entre abril de 2022 e março de 2023 foram registrados 53.498 delitos sexuais relatados à South African Police Service (Oosthuizen; Martin; De Villiers, 2024).

Tal realidade se configura, em grande medida, pela predominância de representantes do patriarcado no processo legislativo, onde abordar essa questão resultaria em desequilíbrio na manutenção de sua hegemonia e na abdicação do controle sobre os corpos das mulheres. Para Kehl (2010, p. 128), tornar públicas as lutas que foram esquecidas é primordial “na elaboração de traumas sociais”, afinal, aquilo que não somos capazes de elaborar, tendemos a repetir. A violência institucionalizada no Brasil e na África do Sul contra as mulheres é um exemplo disso.

Financiamento

Esta pesquisa foi parcialmente financiada pela National Research Foundation da África do Sul.

Declaração de autoria

Giovana Martins de Castro Marchese foi responsável pela concepção teórica da pesquisa, elaboração do corpus, análise dos relatos e redação final do artigo. Camila Cristina de Oliveira Alves e Rehema Bona Abiyo contribuíram com discussões analíticas e levantamento de dados complementares referentes ao contexto sul-africano, no âmbito de pesquisa conjunta sobre discursos de violência e memória nas Comissões da Verdade. Todas as autoras revisaram o texto e aprovaram sua versão final.

Referências

ARNS, P. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985/2011.

BING, E. *The Unmaking of the Torturer*. Pretoria: Lapa Publishings, 2013.

BRIDGER, E. *Young Women against Apartheid: gender, youth and south africa s liberation struggle*. Martlesham: Boydell & Brewer, 2021.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 189 p. Tradução de Andreas Lieber.

CARTA CAPITAL. *Juiz absolve PM de estuprar garota dentro de viatura porque ela “nada fez para impedi-lo”*. CartaCapital, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/juiz-absolve-pm-de-estuprar-garota-dentro-de-viatura-porque-ela-nada-fez-para-impedi-lo/>. Acesso em: 1 maio 2025.

CNV. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório final: volume 1*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

CNV. Comissão Nacional da Verdade. *Reunião ampla sobre gênero*. Brasília: CNV, 2013. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

DAHL, Ö. Inflationary effects in language and elsewhere. In: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (orgs.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001. p. 471-480.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1981. Edição do Kindle - 2016.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no college de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1970. 74 p. Edição 2014, tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1975 [2014]. Tradução de Raquel Ramalhe.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 21 out. 2025.

GOLDBLATT, B.; MEINTJES, S. Dealing with the aftermath: sexual violence and the truth and reconciliation commission. *Agenda* 36, [s. l], v. /, p. 07-18, maio 1997.

GOLDBLATT, B.; MEINTJES, S. Gender and the Truth and Reconciliation Commission: a submission to the truth and reconciliation commission. *Truth And Reconciliation Commission*, Cidade do Cabo, v. /, p. 1-43, maio 1996.

GQOLA, P. *Rape: A South African Nightmare*. Auckland Park: MF Books Joburg, 2015.

HOEKSEMA, J. Jespersen recycled. In: GELDEREN, Elly van (org.). *Cyclical change*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 15-34.

KEHL, M. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123 - 132.

LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas*. São Paulo: Paz & Terra, 1990. 168 p.

LUGONES, M. *Hacia un feminismo decolonial: una antología*. Edição espanhola. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2024. 181 p.

MOTSEI, M. *The Kanga and the Kangaroo Court: Reflections on the Rape Trial of Jacob Zuma*. Johannesburg: Jacana Media, 2007.

NEWS24. *Trust eroded: Rape committed by police officer every 3 days on average, says IPID*. 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www.news24.com/news24/southafrica/news/trust-eroded-rape-committed-by-police-officer-every-3-days-on-average-says-ipid-20250122>. Acesso em: 27 abr. 2025.

OOSTHUIZEN, M.; MARTIN, L.; DE VILLIERS, D. *Towards a Gender-Based Violence Index for South Africa: An overview and proposed way forward*. Cidade do Cabo: Commission for Gender Equality, 2024. Disponível em: https://www.parliament.gov.za/storage/app/media/OISD/Reports/Commission_for_Gender_Equality/2024/01-08-2024/GBV_Index_Report.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 1999.

PEDRETTI, L. Entre políticas de memória e camadas de esquecimento. In: ESTEVEZ, Alejandra (org.). *Lembrar é agir: memória, verdade e direitos humanos*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 1-10.

QUIJANO, A. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 215-232, jun. 2000. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0268580900015002005>.

RESENDE, V. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 19-38.

SEGATO, R. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 256 p. Tradução de Ayelén Medail.

SEGATO, R. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

- SEIXAS, V. *A negação sentencial em textos dos séculos XVIII e XIX: estrutura inovadora em foco*. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *O Espaço Biográfico: catástrofe e representação*. [S.l]: Editora Escuta, 2008.
- SILVA, V. *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.
- SOUSA, L. Sentential negation in Brazilian Portuguese: pragmatics and syntax. *JournalLIPP*, Campinas, v. 1, p. 89-103, 2011.
- SOUTH AFRICA. *Constitution of the Republic of South Africa, Act 200 of 1993* [assented to 25 January 1994; date of commencement: 27 April 1994]. Pretoria: Government Gazette, 1994.
- THAMM, M. 'Khwezi', the woman who accused Jacob Zuma of rape, dies. *The Guardian*, Londres, 10 out. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/10/khwezi-woman-accused-jacob-zuma-south-african-president-aids-activist-fezekile-ntsukela-kuzwayo>. Acesso em: 23 out. 2025.
- TEGA, D. *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- TELES, E. *Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2015.
- TRC. Truth and Reconciliation Commission. *Report of the Truth and Reconciliation Commission of South Africa*. Volume 1. Cape Town: Juta, 1998.
- VIÑAR, M.; VIÑAR, M. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

Entretecer as vozes da cura: uma leitura de *Desterros: histórias de um hospital-prisão*, de Natalia Timerman

Weaving the Voices of Healing: A Reading of Exiles: Stories From a Prison Hospital, by Natalia Timerman

Luciana Paiva de Vilhena Leite

Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro (UNIRIO) | Rio de Janeiro | RJ | BR

luciana.vilhena@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4365-8780>

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar as vozes narrativas presentes em duas personagens femininas na obra *Desterros: histórias de um hospital prisão*, de Natália Timerman (2017) à luz da perspectiva teórico-metodológica da Análise Semiolinguística do Discurso de Patrick Charaudeau (1992, 2008), especialmente no que se refere à encenação narrativa, articulada a estudos sobre a ancestralidade (Martins, 2021) e aos estudos sobre o espaço prisional, especialmente o encarceramento em massa de Borges (2019) e aos estudos de Davis (2018), que apontam para o encarceramento como punição. Além desses estudos, comparecem, na investigação, os estudos sobre a presença, de Gumbrecht (2010), as ideias sobre o punitivismo evocadas por Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987) e o olhar a respeito do *si mesmo como outro*, de Paul Ricoeur (2014). A partir de uma perspectiva qualitativa de análise do discurso das vozes narrativas evocadas pelos sujeitos selecionados no *corpus*, partimos do pressuposto de que, uma vez que o sujeito encarcerado não está com sua liberdade assegurada no espaço prisional, é necessário que lhe seja assegurado o direito de cura – real e simbólica - e de transformação. Os resultados demonstram que o sujeito narrador forjado por Timerman, no espaço enunciativo-discursivo, constrói um entremear de vozes que coloca as duas personagens femininas em um amálgama a partir do qual se dá o processo de cura e de autotransformação.

Palavras-chave: encarceramento em massa; vozes narrativas; cura.



Abstract: The aim of this article is to investigate the narrative voices present in two female characters in the work *Desterros: histórias de um hospital prisão*, by Natália Timerman (2017) in light of the theoretical-methodological perspective of Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Discourse Analysis (1992, 2008), especially with regard to narrative staging, articulated with studies on ancestry (Martins, 2021) and studies on prison space, especially Borges' mass incarceration (2019) and Davis' studies (2018), which point to incarceration as punishment. In addition to these studies, the investigation also includes studies on presence, by Gumbrecht (2010), ideas on punitivism evoked by Foucault, in *Discipline and Punish* (1987) and *the gaze of the self as other*, by Paul Ricoeur (2014). From a qualitative perspective of the discourse of the narrative voices evoked by the subjects selected in the corpus, we start from the assumption that, since the incarcerated subject does not have his freedom assured in the prison space, it is necessary to ensure his right to healing – real and symbolic – and transformation. The results demonstrate that the narrator subject forged by Timerman, in the enunciative-discursive space, constructs an interweaving of voices that places the two female characters in an amalgam from which the process of healing and self-transformation takes place.

Keywords: mass incarceration; narrative voices; healing.

1 Introdução

Porque nos primeiros dias de meu trabalho eu ressoava tudo o que havia escutado das pessoas que, como eu, não sabiam minimamente o que seria trabalhar dentro da prisão
(Timerman, 2017, p. 24).

Dentro da prisão a gente é livre, mas não totalmente. Porque a gente é limitado. É livre como?, eu pergunto. "A gente é livre até certo ponto: eu posso vir aqui conversar com a senhora, ou com a psicóloga, ou com outros presos". Então a parte que você é livre é quando conversa com as outras pessoas? "Isso", ele responde, com ênfase
(Timerman, 2017, p. 90).

Este artigo tem por objetivo central investigar as vozes narrativas presentes em duas personagens femininas na obra *Desterros: histórias de um hospital prisão*, de Natália Timerman, publicação de 2017, que deriva de sua Dissertação de Mestrado, cuja proposta de investigação era abordar a relação entre a liberdade e o confinamento, voltando o olhar para uma percepção alargada sobre as muitas formas de se estar preso, além do que comumente se compreende como encarceramento.

As discussões que pretendemos levantar descortinam-se a partir das narrativas que emergem do encontro entre Natália Timerman, na condição de médica psiquiatra do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (doravante CHSP), único hospital que atende demandas de saúde dos presos do estado de São Paulo, e a população carcerária que ela atende. Nesse sentido, defendemos que a narrativa de Timerman registra-se a partir de vozes que oscilam *entre narrar a si mesmas e narrar as condições da população carcerária do Estado de São Paulo*, sobretudo as que se encontram internadas no CHSP.

Butler (2015) aponta que, a partir do momento em que decidimos, consciente ou inconscientemente, narrar nossa própria história, estamos diante de um processo complexo que não se reduz a um simples relato, já que, para a estudiosa, a narrativa pessoal está sempre condicionada por um sistema de normas e valores sociais. Além disso, a partir dos dizeres desses sujeitos, conseguem-se recuperar memórias que, muitas vezes, só vêm à tona quando atualizadas pela enunciação, o que pode vir a contribuir, no caso deste estudo, para que sejam revelados acontecimentos de ordem política e social que atravessam a vida carcerária.

Trazendo à tona a perspectiva Semiolinguística da Análise do Discurso (Charaudeau, 1992; 2008), a preocupação não é, necessariamente ‘quem fala’, mas ‘quem o texto faz falar’, pois o ato enunciativo está consubstanciado por um dispositivo que engendra vários sujeitos – de acordo com um projeto de dizer. Essa visão é fundamental a esta investigação, uma vez que, muitas vezes, as vozes da população carcerária só aparecem *mediadas por vozes que emanam de algum lugar de autoridade*: carcereiros, agentes prisionais, advogados, juízes e professores das escolas prisionais, por exemplo. Além disso, a encenação narrativa, na perspectiva de Charaudeau (2008), leva em consideração que haja uma lógica narrativa dentro da qual haja uma ‘contação’, que se desdobra a partir de um encadeamento de ações de acordo com certa intencionalidade. Para Charaudeau (2008, p. 153),

para que haja narrativa, é necessário um “contador”, (que se poderá chamar de narrador, escritor, testemunha etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um destinatário (que se poderá chamar de leitor, ouvinte, espectador, etc.), e isso, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. Evidentemente, não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário (Charaudeau, 2008, p. 153).

As epígrafes aqui trazidas destacam, em primeiro lugar, uma voz narrativa que parte da recepção do que lhe é trazido, sem maiores preocupações hermenêuticas prévias, como salienta Gumbrecht (2010), uma vez que há uma espécie de atenuamento sobre nosso corpo e sobre nossos sentidos quando estamos atentos a significados já estruturados. Timerman (2017), na condição de narradora, é porta-voz de sentidos que não se fixam, como a própria noção de liberdade que aparece, por exemplo, na segunda epígrafe, pois centra sua atenção

na escuta que, como ela própria ressalta, é uma atividade que procura não julgar e não conceituar, o que, no cárcere, repleto de toda sorte de normas e de ritos, já parece um grande feito.

Em segundo lugar, a voz narrativa fala do “dentro do dentro”, isto é, a perspectiva é a do encontro de sujeitos que estão em um duplo confinamento: o *hospital dentro da prisão*. Esse fato, por si só, enseja um microcosmo de sucessivas vulnerabilidades e de violências simbólicas trazido sensivelmente pela narradora, que não se furta em revisitar estereótipos sobre o ambiente da prisão, como está sugerido na primeira epígrafe. Nesse sentido, emerge uma voz narrativa que revela um sistema de crenças que subjaz ao fato de percebermos a prisão apenas como um lugar.

Outro aspecto que pretendemos analisar nesta investigação é a presença, na narrativa de Timerman, de semioses específicas do ambiente carcerário - nesse caso seguindo a direção oposta à de Gumbrecht (2010) -, quando os códigos se presentificam como cruciais para a sobrevivência coletiva no cárcere, uma vez que, na concepção peirceana (Peirce, 2005), o processo de significação não está ligado somente aos signos, mas à maneira como os sujeitos os usam. O suposto paradoxo entre não estabelecer sentidos prévios e conviver com os sentidos prévios do presídio estabelece uma tensão interessante para mobilizar mudanças de perspectiva entre todas as personagens envolvidas na prisão: os presos, os agentes de segurança, a gestão e o médico/psiquiatra/terapeuta.

O último desdobramento que destacamos – e o mais central da narrativa – é a presença do fio condutor das demais histórias que se lateralizam ao longo do livro: a história de Donamingo, personagem angolana que é presa no Brasil após tentar voltar para Luanda com drogas escondidas em sapatos. Donamingo, nome fictício escolhido por Timerman e que poderia ser qualquer brasileira em iguais condições, personifica a exploração, a escassez e a repetição de ciclos ancestrais de mulheres que se autossustentam, com abandonos sucessivos de pais, maridos e cônjuges. É a presença insistente de Donamingo ao longo da obra que faz emergir uma voz narrativa que traz procedimentos de descontinuidade e de fragmentação da trama, sugerindo o esfacelamento e a remodelagem tanto da personagem quanto da narradora-personagem e do próprio sistema carcerário, além de apontar para a tendência contemporânea de fluidez narrativa, que oscila entre ficção e não ficção.

Por fim, o que pretendemos levantar, também, é que a conexão África- Brasil, aberta por Timerman, nos oferece um *entretecer de vozes* que nos conduz à possibilidade de repensar a história de muitas mulheres encarceradas que sabemos ser diariamente abandonadas nesses ambientes, enquanto tentam reinaugurar e reelaborar a própria vida.

Timerman (2017, p. 114), ao examinar o seu papel como narradora, nos convoca a pensar na revelação de nós mesmos como um ato de coragem, de transformação a partir de um processo de reinvenção:

Quem tem sua história contada aqui teve, ainda que por um momento, a coragem de me a revelar, e de revelar-se a si mesmo – e fazer-se a si mesmo – através dela. A prisão é um lugar para onde confluem muitas narrativas. Talvez este seja um dos motivos que respondam parcialmente à pergunta de por que gosto de trabalhar lá: porque gosto de escutar histórias.

Estar na condição de médica psiquiatra e escolher ouvir e narrar histórias de um hospital-prisão é uma forma de demover essas personagens do desterro, uma vez que há o encon-

tro com a possibilidade de cura, tomada aqui como rompimento de ciclo danoso em direção a uma autotransformação. Assim, se o sentido de nossa vida já veio, em alguma medida, embrulhado nele – já que somos atravessados por falhas, incongruências e discontinuidades –, ganhamos, sempre, o início do processo e certa bagagem para seguir o caminho.

2 O mundo prisional: a prisão não é um lugar

Timerman (2017) narra a sua experiência de atender presos que estão doentes e, apesar de médica psiquiátrica, ela se depara com toda sorte de mazelas, não só as da mente, mas também as do corpo, o que a faz questionar-se sobre o seu papel ali, sobre o microcosmo que se teria criado em torno de um duplo aprisionamento: o hospital que está dentro da prisão, que, por isso mesmo, segue regras próprias:

Para o hospital, geralmente vão os presos que já estão em um CDP (Centro de Detenção Provisória, muito menos provisório do que deveria ser) ou em uma penitenciária, e adoecem. Todos eles já sabem, ou deveriam saber, as regras da prisão; precisam apenas, se ficarem internados, entender as rotinas do hospital, que serão sobrepostas àquelas (Timerman, 2017, p. 17).

Nada subliminarmente, Timerman adota uma voz narrativa que toma para si o papel de questionar alguns protocolos do cárcere – *Todos eles já sabem, ou deveriam saber*, mas que, ao mesmo tempo, insiste em estar ali para atender os presos, para ouvi-los e tentar dirimir experiências de dores e desconfortos inerentes a passagem deles por lá, estando, simultaneamente, lúcida em relação ao fato de que o cárcere marca a vida de quem o atravessa:

[...] passei por cada um dos procedimentos de segurança com a certeza de que seria impossível me acostumar [...] um lugar assim, cujo caráter fechado era simbolizado logo ali diante de meus olhos por muros, grades, portões, arames e trancas, transforma profundamente quem vive ou até mesmo quem trabalha lá. É impossível entrar e sair sem ser marcado (Timerman, 2017, p. 16-17).

Ao aludir a ‘muros, grades, portões, arames e trancas’, a narradora, a partir da eleição dessas expressões lexicais em uma espécie de gradação, descortina a dupla face do cárcere: a que ‘protege os que estão lá fora’ e a que ‘pune, confina, castiga’ os que estão dentro em uma clara alusão à cisão que a sociedade impõe entre *o mundo de fora da prisão* e *o mundo de dentro da prisão*, este *com suas leis próprias*.

Nesse sentido, em seu dispositivo de encenação narrativa (Charaudeau, 2008), a voz narrativa traz à tona o que ela mesma chama de ‘mundo prisional’, que dialoga com a noção de “instituição total”:¹ um lugar em que “todas as atividades de uma vida [acontecem], junto com muitas outras pessoas cuja companhia não se escolheu, e cuja rotina é determinada prévia e rigidamente por um sistema de regras, e não pela vontade de cada um” (Timerman, 2017, p. 17).

¹ Timerman lança mão do conceito de ‘Instituição total’ do sociólogo e antropólogo Erving Goffman, em *Manicômios, prisões e conventos* (1987).

Esse conjunto de ritos seguido no “mundo carcerário” torna-o um sistema que abriga muitas relações de poder que, ao longo da história, ensinou práticas que migraram da ‘punição em praça pública’ para o atual modelo de encarceramento (em massa) com vistas à ideia de *ressocialização*. Sobre a ideia de encarceramento em massa, Borges (2019, p. 37) nos revela que, “abolida a escravidão no país como prática legalizada de hierarquização racial e social, outros foram os mecanismos e aparatos que se constituíram e se reorganizaram [...] como forma de garantir controle social”. Ainda de acordo com Borges, o ambiente do cárcere passa a funcionar como um lugar – real e simbólico – em que corpos não autorizados a circular na sociedade são confinados e estão sujeitos a toda sorte de violência. Para a estudiosa, o espaço carcerário oferece um projeto de continuidade (de violência, de subalternização e de não autonomia) e não de ruptura, de crescimento e de reconstrução do sujeito, já que sua população, sobretudo a de origem pobre e preta, não é convidada a um exercício de transformação pessoal.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1987) ressalta que a mudança da punição pública exemplar para o encarceramento originou um sistema bastante sofisticado em que operam forças que tendem a tutelar o aprisionado, que perde sua autonomia e, conseqüentemente, sua identidade: “o essencial é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’; uma técnica de aperfeiçoamento [que] recalca na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores” (Foucault, 1987, p. 14).

É nesse sentido que estamos defendendo aqui que Timerman, colocando-se discursivamente como sujeito enunciador (Charaudeau, 2008), sugere, embora não o faça abertamente, que *a prisão não é um lugar em termos de espaço físico, de dimensão geográfica*: há muito mais aspectos políticos e ideológicos que nos levam a considerar que *o que chamamos de prisão é um sistema subsidiado pela crença tanto de punição quanto de confinamento/exclusão/desterro/marginalização do sujeito que comete crime*. Embora a noção de ressocialização esteja ligada a uma prevenção social positiva no sentido de não exclusão do apenado, o perigoso inconsciente coletivo mantém a percepção punitivista, de forma que a ‘correção’ do aprisionado seja tutelada pelo sistema.

Defensora de movimentos de desencarceramento em massa, Davis (2018, p. 22) ressalta que “o desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora”, já que é notório que a política de encarcerar não diminui a violência social nem tampouco “produz” um egresso com condições de se reintegrar à sociedade.

Na realidade, o que o mundo prisional produz é, ao contrário, um violento estigma que atravessa todos os sujeitos nele envolvidos: o preso, o agente, o gestor, o professor do sistema prisional, assim como outros profissionais que optam por trabalhar no cárcere: médicos, psicólogos, terapeutas, artistas, talvez ficando de fora apenas advogados, promotores e juízes. A concepção punitivista julga, condena previamente e não dá espaço para a transformação do apenado, que, como já mencionado, é tutelado pelo sistema, que funciona como disciplinador e censor.

Assim, o que percebemos é que “este julgamento, na maioria das vezes, pressupõe: você está errado e deve ser punido com a vida, com parte de seu corpo ou com seus movimentos. Como se vingança e justiça fossem a mesma coisa”. (Timerman, 2017, p. 18)

Ao aludir às delicadas relações de poder do microcosmo que é o hospital dentro da prisão, Timerman constrói uma voz narrativa que oscila entre o espanto e a denúncia, revelando, muitas vezes, a naturalização de práticas de contenção de violências que ultrapassam qualquer noção de verossimilhança:

Alguém que esteja em uma crise psicótica, por exemplo, fora da realidade, e entra em um quadro de agitação, provavelmente será interpretado pela segurança como alguém que está desafiando sua autoridade e provavelmente será tratado como tal, e não como alguém que está doente e precisa de cuidados médicos (Timerman, 2017, p. 31).

O excerto acima revela que o estigma sofrido pelo preso é sua primeira condição de identificação, não lhe sendo dada qualquer possibilidade de transformação. Assim, na condição de um eterno criminoso, o sujeito tende a afirmar esse comportamento, arrogando, para si, algum *status* de poder. Muitas vezes, é justamente devido a isso que surgem as facções criminosas no ambiente prisional, como um possível reduto de notoriedade, de poder, de importância, uma vez que, no seio da sociedade, esses sujeitos são frequentemente subalternizados, marginalizados e banidos de qualquer espaço de prestígio. Desse modo, todo um conjunto de semioses e de ritos é usado para que muitos deles assumam condição de pertencimento a grupos e facções: “uma linguagem que quem é preso pela primeira vez precisa logo começar a aprender” (Timerman, 2017, p. 33).

Retomando Gumbrecht (2010) e sua concepção de ‘produção de presença’ – que traz a percepção de que o encontro entre corpos presentificados pode produzir uma alteração na percepção prévia que se tem de dada situação –, o que se nota é que há pouco ou nenhum espaço para que os ritos sejam modificados.

O sujeito encarcerado, seja ele trabalhador, estudante ou mesmo doente, é sempre um corpo encarcerado e, como tal, deve comportar-se como ‘criminoso’:

As gírias e os códigos de malandragem levantam outro muro para separar os de dentro da prisão e os de fora. É como se, por meio da linguagem cifrada que precisa ser aprendida ao entrar na cadeia, os presos requisitassem a autoria de uma diferenciação que ultrapassa a mera condição de estarem presos – nós é que nos diferenciamos, por opção nossa (Timerman, 2017, p. 62).

Desse modo, na percepção da voz narrativa de Timerman, o mundo prisional enseja um simulacro no qual transitam sujeitos que, de subjugados por estarem presos, passam a agentes de poder, colocando em prática toda sorte de alianças, que envolve, muitas vezes, personagens que disputam as muitas camadas de poder no cárcere.

3 O tear de vozes: ancestralidade e cura

Narrar as histórias do outro – o sujeito encarcerado – a partir de uma perspectiva de quem vive extramuros parece uma experiência ousada, sobretudo se motivada por uma escuta atenta e livre de julgamentos. Por isso mesmo, não há como pensar em narrar essas histórias sem imaginar a possibilidade de “ser narrado por elas”.

Em O si mesmo como outro, Ricoeur (2014) indica que a alteridade se manifesta a partir da ideia de solicitude, isto é, de uma relação que se estabelece entre o oferecer e o ganhar, não de forma mercantil, mas por meio de gestos, de empenho, de interesse e de atenção. Para o estudioso, é preciso estimar o outro para conseguir estimar a si mesmo e, nesse sentido, as vozes envolvidas no jogo enunciativo percebem-se influenciando-se e transformando-se mutuamente, como podemos notar no excerto a seguir:

- (1) Percebi ao longo do tempo que, se algum benefício o meu escrever poderia levar a quem está preso, este benefício seria que sua história fosse contada: poder de alguma maneira dizer que os que estão presos são gente, simplesmente porque é de gente que se pode contar uma história (Timerman, 2017, p. 113).

Como se vê, narrar, para Timerman, é humanizar a experiência do encarceramento: ao visibilizar histórias, a narradora coloca-se como a voz que presentifica a memória de vida daquele sujeito, sendo, também, modificada por ele. Na fresta entre a captura da realidade pelas lentes da narrativa, a voz que narra abre espaço para toda sorte de fabulação, já que fabular, pensando na perspectiva de Deleuze (2011), é deixar-se afetar pelos encontros com a vida, com as forças que nos atravessam cotidianamente e nos arrastam para outros lugares, provocando-nos de tal forma que seria insustentável retornar para o lugar anterior. Extrapolando esse aspecto, notamos que Timerman apresenta-se, ao mesmo tempo, como porta-voz das experiências do cárcere, já que tem a *credibilidade* (Charaudeau, 2008) de quem atende pacientes no hospital e de sujeito que se coloca na condição de ser transformado pelos encarcerados, o que revela postura generosa, que *borra as barreiras* até então impostas pela relação médico-paciente. Nesse sentido, a voz de Timerman legitima seu projeto de dizer-se inacabada, isto é, como alguém que também não parte de uma esfera do saber e que, por isso, coloca-se, também, como aprendiz.

Quando falamos de *cura*, é importante sinalizar que falamos de uma perspectiva de autotransformação e da construção de *uma outra realidade possível* a partir do encontro de vozes na dinâmica dos atendimentos psiquiátricos no CHSP. A cura é encarada, então, como extensão semântica para os processos de adoecimento do corpo, que vão muito além do corpo e que conclamam, por isso, os atendimentos psiquiátricos a partir dos quais o *tear de vozes entre médico e paciente* e/ou entre *narradora e preso* se constrói.

Importante mencionar que, em abordagens terapêuticas integrativas, é imprescindível uma parceria entre o médico e seu paciente para a manutenção da saúde: nesse caso, coloca-se o paciente como ator principal no processo, como seu próprio agente de saúde. Assim, “o paciente deixa de receber passivamente o tratamento para uma doença e passa a participar ativamente da própria cura”.²

Quando enfatizamos a relação, o tecer entre as vozes e sua relação com a cura, estamos querendo dizer que, à medida que Timerman se aproxima de histórias que humanizam aquelas vidas aprisionadas, ela vai costurando seu papel para além de uma mediação: *sua voz mistura-se à de seus pacientes*, trazendo sua própria vulnerabilidade e autotransformação:

- (2) Para Gregório, que atendi nas minhas primeiras semanas de CHSP, também: ele, com um brilho irreduzível nos olhos, respondendo às perguntas que eu fazia sobre sua vida, confessara *que nunca havia falado nada daquilo para ninguém. Alegres, ele e eu, diante da sua descoberta de poder contar os fatos de sua vida fazendo-os história* (Timerman, 2017, p. 117, grifo nosso).
- (3) A culpa por cada crime que o outro cometeu também, de certa forma, me pertence enquanto possibilidade. Dentro da prisão e fora; a culpa por cada crime que quem está

² Informação retirada do Glossário Temático - Práticas integrativas e complementares em saúde, do Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_praticas_integrativas_complementares.pdf, p. 19. Acesso em 01 mar. 25.

na prisão cometeu e não cometeu pertence também a quem não está preso. E vice-versa. *Por isso a necessidade de se contar a história dos homens e mulheres que não somos nós* (Timerman, 2017, p. 156, grifo nosso).

A voz narrativa – como projeto de Timerman –, como percebido nos trechos (2) e (3), ao mesmo tempo em que se alegra com a partilha, chama para si a responsabilidade de narrar também a história dos que não estão no cárcere, como se pudesse misturar as vidas de fora e de dentro dos muros, revelando-se como porta-voz das vozes dos sujeitos que não têm voz.

Quando Timerman opta por trazer a personagem Donamingo, mulher angolana, para costurar todas as outras vozes presentes na narrativa do livro, em alguma medida, ela constrói um procedimento que traz à tona a ancestralidade africana e a identificação com a figura da avó.

Estamos considerando ancestralidade, neste trabalho, a ideia de Martins (2021) que a concebe como pertencente ao tempo como espiralar, isto é, a um tempo descontínuo em que podemos observar a junção de culturas e de pensamentos dos povos africanos – como esses pensamentos se formatam – e o que os ancora. Assim, notamos, segundo essa perspectiva, que as gerações atuais repetem (ou ressignificam) práticas de sua ancestralidade como ritos simbólicos.

É nesse sentido que Donamingo, assim como muitas mulheres brasileiras, foi criada pela avó (e não pela mãe), herdando tanto seu nome quanto suas mazelas e seus ciclos intermináveis de abandono. Optar por narrar a história de Donamingo faz reverberar uma conexão África-Brasil que expõe os rastros da miséria e da vulnerabilidade da maioria dos que ocupam os espaços do cárcere, em especial as mulheres.

Quando percebemos que os corpos negros no Brasil são os corpos mais encarcerados, não podemos nos furtar à crítica ao sistema prisional e à sociedade como um todo, que perpetuam o racismo estrutural, resultando na sobrerrepresentação de negros nas prisões. É importante reconhecer que o encarceramento não é apenas um problema criminal, mas também um problema social e racial que exige soluções abrangentes que combatam o preconceito e a desigualdade.

Dessa forma, quando a voz narrativa de Timerman opta por trazer Donamingo como fio condutor de toda a narrativa, ela parece fazê-lo, em alguma medida, para *dar visibilidade à questão racial nos presídios*. Adicionalmente, a questão racial comparece na figura da mulher negra encarcerada, cujos imaginários remetem a uma maior vulnerabilidade e subalternização. Ribeiro (2019) atesta que é necessário pensar como esse sistema [o prisional] vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. Esse não lugar das pessoas negras torna-se, na verdade, um não lugar desses sujeitos nos espaços de valorização social, nos espaços de saber, nas esferas acadêmicas, no espaço público intelectual.

Tratando-se da mulher negra, Teles (1999, p. 157) explica que

no Brasil Colônia, as índias, as negras e as brancas, cada uma com sua especificidade, foram exploradas pelos colonizadores e pela população masculina. [...] Ocuparam um lugar secundário na incipiente sociedade brasileira da qual foram, desde o início, excluídas. [...] Os centros de decisão política eram exclusivos dos homens.

Assim, como podemos perceber, o projeto de exclusão racial das mulheres negras, indígenas e pardas teve bastante êxito, uma vez que elas ficavam (e ficam) confinadas a espa-

ços subalternizados dentro do cárcere e, mesmo quando saíam, sofriam muito estigma e bastante dificuldade em se inserir no mercado de trabalho formal.

No caso de Donamingo, que traz a questão África-Brasil, ainda que a língua inicialmente não seja empecilho, ela se torna uma cisão entre as culturas afro-brasileiras, denunciando aspectos profundos das colonialidades³ desses dois continentes: trata-se de uma “língua que dividia seu pensar e seu dizer com um português muito diferente do que conheço” (Timerman, 2017, p. 8).

É nessa língua portuguesa de variedade angolana que Donamingo evoca a presença da mãe através das canções que conhecia e eram cantadas por ela. A presença do sagrado, mediado pelo cantarolar das músicas de infância, presentifica-se e torna a experiência de Donamingo menos dolorosa a partir da evocação da voz materna.

Ao trazer à cena Donamingo, a narradora recupera suas origens de escassez e de abandono, mas, em contrapartida, revela uma possibilidade de transformação dessa situação através da cura de padrões ancestrais, abrindo frestas para experiências de liberação: “o dinheiro faltava para tantas outras coisas, mas, mesmo assim, havia festa” (Timerman, 2017, p. 10).

Em *O corpo encantado das ruas*, Simas (2019) afirma que é na festa que o corpo terreiriza-se e que forma uma cultura da festa entre nós, não exatamente porque a vida é boa, mas justamente pelo contrário. Assim, ao não negar a dor, pavimentamos uma forma de atravessá-la com alguma alegria. Essa visão integrativa, que relaciona dor e alegria, é fundamental para atribuir responsabilidade ao sujeito que tem dor e que sofre, pois ele percebe que a festa, por exemplo, pode vir a ser um espaço de liberdade em que ele enxerga a possibilidade de uma experiência presentificada (como mencionado por Gumbrecht, 2010), isto é, de uma experiência carregada de presente (e não de fuga).

Misturando sua voz à de Donamingo, Timerman nos convoca a questionar nossa ancestralidade, que, muito além de uma árvore genealógica, percorre a linha sanguínea do tempo e volta o olhar respeitoso para a história de nossos antepassados. Talvez Donamingo saiba muito mais sobre eles do que cada um de nós.

Martins (2003) estende o conceito de *ancestralidade* para a experiência de recontar o passado à luz da experiência do presente. Assim, a autora, a partir da concepção de *oralitura* (2021), designa a oralidade como uma força produtora de conhecimento, equiparada à escrita como valor simbólico e imaterial, capaz de transmitir saberes e histórias ancestrais não apenas através da literatura, mas também por meio de manifestações culturais performáticas.

De fato, Donamingo, ao repetir as práticas que sua avó lhe mostrava e ao evocar a presença da mãe com seu canto, que pode ser lido como performance do rito, atravessa a solidão e a miséria de forma mais acalentadora, mesmo após sua prisão, no Brasil, em que descobrira uma gravidez não planejada: “a possibilidade de contar para o filho sua história, já presente quando *falava com ele na língua ancestral*, era a maneira como Donamingo vivia, na prisão e no desterro, a liberdade” (Timerman, 2017, p. 169, grifo nosso).

O impacto que as relações ancestrais têm na vida de Donamingo, duplamente exilada do convívio social e da própria terra, apontam para uma reforma interior, algo que ela não conseguiu pôr em prática na liberdade da vida em Luanda. Por isso mesmo, a voz narrativa

³ Assumindo caráter ensaístico, consideramos, neste texto, a ideia de colonialidade, em uma concepção alargada, como dimensão simbólica do colonialismo em que as relações de poder são mantidas, embora, em certa medida, desprendidas das práticas e dos discursos sustentados pelos colonizadores.

apresenta essa relação a partir de um entrelaçamento dos corpos de Donamingo e do bebê que ela teve no cárcere, um amálgama transformador, que tornava a passagem dos seus dias menos penosa, como é notório nos trechos a seguir:

- (4) Zaki, com toda a sua frouxidão, era dia a dia acolhido por Donamingo e sua habitual rijeza. *Ela falava e cantava para ele na língua de sua avó, bisavó dele*. Ela o abraçava e cuidava. Fazia sons estranhos, que ressoavam pelo pátio da ala das puérperas, dos quais ele parecia gostar muito. *Pouco a pouco, a moleza dos músculos dele foi endurecendo em tonsus, enquanto o retesado dos músculos dela se dissolvia no carinho que confiava a ele* (Timerman, 2017, p. 145, grifos nossos).
- (5) Seu filho era também o que os ligava concretamente à sua terra; era a ele que Donamingo tinha de *falar na língua de seus ancestrais* e apresentar, através dela, *o mundo do qual ele veio sem nunca ter chegado a conhecer* (Timerman, 2017, p. 167, grifos nossos).

A voz da narradora traz uma Donamingo que altera o sentido da sua experiência de encarceramento, afirmando sua maternidade e transformando-se com e a partir dela e, ainda que o fantasma da separação de seu filho estivesse, cada vez mais, iminente, ela seguia o rumo da única maneira de existir que havia, naquele momento, no cárcere:

- (6) Para Donamingo, ser escravo era não ter a própria história. Sua vida tinha o sentido do cuidado do filho, não como uma cria, mas como um homem que, ao nascer em circunstâncias tão adversas, já era uma história iniciada, *uma história cujo contar era a sua tarefa como mãe, ela a única que o poderia fazer* (Timerman, 2017, p. 168, grifos nossos).

Como se pode notar, Timerman opta por *entretecer as vozes narrativas* das duas personagens centrais da história: a da psiquiatra e a da paciente-encarcerada, de forma que as duas, profundamente fundidas, são as responsáveis pela narração em alguns momentos da história. É o que acontece quando a voz narrativa em amálgama se propõe a refletir, também na condição de mãe, sobre sua relação com a maternidade: “abraço-o no meu colo, comparando aquela leveza com o peso do meu filho, alguns anos mais velho” (Timerman, 2017, p. 174), *como se não houvesse mais distinção entre as duas mães e as duas crianças, como se não houvesse mais distinção entre a médica e a paciente, como se não houvesse mais distinção entre estar dentro e estar fora da prisão*.

O projeto narrativo construído por Timerman forja um sujeito enunciador que, ao perseguir seu propósito de transformação - assumida aqui como cura -, justifica, várias vezes, os motivos de optar por trabalhar em um hospital-prisão, como se já pudesse antecipar prováveis críticas e julgamentos recebidos ao longo de sua atividade naquele ambiente:

- (7) *O acostumar-se à prisão não liberta o homem e a mulher, como eu previamente havia pensado, mas é seu verdadeiro aprisionamento no sentido de destruição da liberdade. [...] É a liberdade, como capacidade humana do começo, que dá ao homem a ocasião de escapar à inexorável ruína que nos equipara a todas as coisas e a tudo o que há que não é humano. É a liberdade o próprio elemento humano, através do qual se instaura o novo no mundo*” (Timerman, 2017, p. 159, grifos nossos).

Nesse sentido, o tear de vozes narrativas assumido por Timerrman reflete não só o impacto que as histórias partilhadas no hospital-prisão nos causam, mas também possibilidades de fabular caminhos outros de transformação e de liberdade. Talvez seja mesmo essa a missão da fabulação: a de unir pontos desconexos, reorientando narrativas fragmentadas e, supostamente, sem sentido, uma vez que, como aponta Critelli (2012, p. 32), “é mais fácil acreditar num mentiroso, que nos prepara uma história bem construída, com eventos e situações que se encaixam perfeitamente numa trama plausível, do que acreditar num contador de verdades”.

Estando atenta a essa questão, a voz narrativa, em procedimento fabulatório, ultrapassa o compromisso com o factual e passa a imaginar cenários possíveis de liberdade para Donamingo e para si mesma, assumindo papel de ficcionista:

- (8) *Tentei inventar: já não havia um compromisso acadêmico com a verdade dos fatos.* Talvez porque a história já fosse em si dramática, porém, as palavras soavam forçadas, eu não conseguia imaginar como seria a casa de Donamingo em Angola, e sabia muito pouco acerca de quem ela era antes (Timerman, 2017, p. 171, grifo nosso).

Assim, o que se descortina, a partir do recorte que adotamos, é que a história de Donamingo, ao costurar todas as outras histórias de miséria, de vulnerabilidade e de abandono, reflete *um entretecer de vozes*, as quais se fundem e se amalgamam – a da psiquiatra, responsável pelo tratamento e pela cura e a da encarcerada, na condição de paciente. Embora possamos imaginar essa configuração inicial do contato entre essas duas mulheres, *fica sugerida uma inversão na relação*: é a psiquiatra que necessita das memórias de Donamingo para se transformar e prosseguir o seu caminho.

4 Conclusão

Este artigo teve por objetivo analisar o dispositivo narrativo forjado por Natália Timerman na obra de sua autoria - *Desterros: histórias de um hospital prisão*, de 2017 -, centrando o olhar para as vozes narrativas de duas personagens femininas: a de Donamingo e a da psiquiatra, que é o sujeito-narrador da trama.

Diante do recorte selecionado para esta investigação, percebemos que as vozes narrativas das personagens oscilam entre narrar a si mesmas e narrar as condições que o próprio sistema carcerário atravessa, uma vez que essas vozes falam “do dentro do dentro”, isto é, da perspectiva do encontro de sujeitos em um duplo confinamento: o da prisão e o do hospital. Foi nessa perspectiva que consideramos, para esta investigação, a possibilidade de relacionarmos os conceitos de ancestralidade ao conceito da cura, tomada, neste estudo, como autoconhecimento e como libertação simbólica. Assim, já que esse sujeito não está com sua liberdade de fato assegurada no espaço prisional, que lhe asseguremos seu direito de cura e de autotransformação a partir da relação entre a médica e a paciente.

A partir dos resultados colhidos dos excertos analisados, pudemos perceber que Timerman forja um projeto narrativo que propõe *um entremear de vozes* – as dela e as de Donamingo – que, muitas vezes, as coloca em um amálgama a partir do qual não conseguimos flagrar quem, necessariamente, está em processo de cura.

Em outras palavras, a partir do momento em que a enunciadora-narradora torna “narrável” a história de Donamingo, antes silenciada, ela cria alternativas de “novos futuros” a essa personagem, rompendo o ciclo ancestral de escassez e de abandono, corroborando o pensamento de que, a partir do momento em que reelaboramos nosso passado, através das *oralituras* (Martins, 2021), abrimos uma possibilidade de reelaborar as memórias desse passado, aventando, ainda, possibilidades de não repetição de ciclos ancestrais danosos, o que, por sua vez, pode culminar na construção de um novo futuro.

Por fim, esta investigação buscou flagrar a voz narrativa da psiquiatra-escritora que emerge como uma voz que dá voz a muitas outras: as que vieram antes e as que virão depois (de nós), criando, assim, uma descontinuidade da linha do tempo cronológica em direção à possibilidade de um novo pensamento sobre o contemporâneo. Nesse sentido, percebendo o ambiente carcerário como um espaço de reprodução de violência(s), avaliamos como um ato de resistência a capacidade de os sujeitos que lá estão se recriarem a partir das práticas de narrar a si mesmos, que podem contribuir para sua efetiva liberdade interior e simbólica.

Referências

- BORGES, J. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CRITELLI, D.M. *História Pessoal e Sentido da Vida: Historiobiografia*. São Paulo: FAPESP, 2012.
- DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- GUMBRECHT, H. *Produção de Presença*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2010.
- MARTINS, L.M. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras (Santa Maria)*, Santa Maria, n. 26, p. 55-71, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511881>.
- MARTINS, L.M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras, 2019.
- RICOEUR, P. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SIMAS, L. A. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- TELES, M. A. de A. *Breve história do feminismo no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1999.
- TIMERMAN, N. *Desterros: histórias de um hospital-prisão*. São Paulo: Elefante, 2017.

Relações raciais, psicanálise, discurso e o legado quatro autoras negras brasileiras

Racial Relations, Psychoanalysis, Discourse and the Legacy of Four Black Brazilian Authors

Cecília de Aquino Barbosa

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Rio de Janeiro | RJ | BR

ceciliaquino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9924-7326>

Amana Rocha Mattos

Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR

amanamattos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2890-5421>

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir as marcas das obras de quatro autoras negras na psicanálise e na psicologia. Lélia Gonzalez, Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento que, dialogando com a teoria psicanalítica, produziram e produzem análises sobre as subjetividades negras e brancas, considerando o contexto estruturalmente racista da sociedade brasileira. Seus trabalhos convocam a psicanálise brasileira a acordar do repouso sobre o mito da democracia racial para que possa escutar testemunhos da violência racial no Brasil. Suas obras mostram a importância das produções discursivas na constituição da nossa cultura, das relações de dominação e exploração racial, bem como nos modos de viver, sentir e agir. Como método, as noções de ideologia, resistência e condições de produção do discurso foram utilizadas para tratar das construções teóricas dessas autoras e analisar seus efeitos no campo da psicanálise, bem como seu papel fundamental para o enfrentamento do racismo e do epistemicídio no âmbito da psicologia brasileira. Nos resultados, observou-se que a atuação dessas autoras evidencia, entre outras coisas, a importância de suas implicações a partir do lugar que ocupam/ocupavam, produzindo resistência ao (não) lugar destinado ao negro na teoria psicanalítica, e colocando suas experiências de vida como motor de uma produção acadêmica que constrói outros sentidos onde havia, se não o mito da democracia racial, silenciamento.



As conclusões apontam para o papel do discurso da neutralidade e separação sujeito-objeto na manutenção do *status quo* da desigualdade racial na teoria e prática clínica psicanalítica ou, ainda, no âmbito da psicologia.

Palavras-chave: relações raciais; psicanálise; psicologia; discurso; resistência.

Abstract: The article aims to discuss aspects of works by four black Brazilian women authors. Authors to psychoanalysis and psychology. Lélia Gonzales, Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, and Maria Aparecida Silva Bento, in dialogue with psychoanalytic theory, produced analyses of Black and White subjectivities, considering the structurally racist context of the Brazilian society. Their work calls on Brazilian psychoanalysis to wake up from the myth of racial democracy and listen to testimonies of racial violence in Brazil. Their work also shows the importance of discursive productions in the constitution of the Brazilian culture, relations of racial domination and exploitation, and ways of living, feeling, and acting. As a method, the notions of ideology, resistance, and conditions of discourse production were utilized to address the theoretical constructions of the authors and analyze their effects in the field of psychoanalysis, as well as their fundamental role in confronting racism and epistemicide within the scope of Brazilian psychology. The results show that the work of these authors highlights, among other things, the importance of their implications based on the place they occupy/occupied, producing resistance to the (non)place reserved for black people in psychoanalytic theory, and placing their life experiences as the driving force behind an academic production that constructs other meanings where there was, the myth of racial democracy, or silencing. The conclusions point to the role of the discourse of neutrality and subject-object separation in maintaining the status quo of racial inequality in psychoanalytic theory, clinical practice, and the Psychology field.

Keywords: racial relations; psychoanalysis; psychology; discourse; resistance.

1 Introdução: relações raciais, psicanálise e psicologia clínica

Há tempos a violência produzida e inscrita no social e no cultural é tema da psicanálise e das ciências humanas. Contudo, há uma violência que escapou por muito tempo à teoria psicanalítica, bem como a outras abordagens da clínica em psicologia: a violência racial. Evidência disso são os questionamentos às práticas no campo dos saberes psicológicos e ao estudo das subjetividades, que têm sido interpelados por reivindicações colocadas em pauta por pessoas, coletivos, movimentos negros (Lima, 2020). Contemporaneamente, temos notícia do que isso significa na prática clínica, com demandas de escuta que apontam para a insuficiência dos pressupostos hegemônicos de sustentação teórico-prática e modelos epistemo-metodológicos do campo psi (Amaro; Mattos, 2022). Tais modelos e pressupostos são vinculados ao projeto iluminista e à razão ocidental, que fundamenta inúmeras de nossas práticas sociais, sendo, porém, “incapazes de pensar sua própria violência” (Lima, 2020, p. 86). A dialética do Iluminismo como motor de um tipo de progresso/desenvolvimento técnico-científico, bem como de barbárie nas relações humanas e com a natureza (Selligman-Silva, 2022), tem papel crucial na construção da ideia de supremacia branca e da inscrição da violência racial em nosso território, por exemplo, como a invasão do continente americano por europeus para a instituição de colônias e exploração da terra e dos povos originários que aqui habitavam, que se estendeu a povos africanos.

O trauma colonial, enquanto trauma, carrega um caráter indizível, mas que foi (e, muitas vezes, permanece) omitido em sua realidade traumática (Lima, 2020). É nessa dimensão do indizível, do “furo na linguagem”, que o testemunho se coloca, implicando um “falar urgente, para não esquecer e para não deixar os outros esquecerem” (Mariani, 2016). Reconhecer a dimensão de violência e desumanização do racismo, implica reconhecer que a experiência de negras e negros frente a ele pode ser a do horror, do indizível, sobre o qual, todavia, o sujeito sente-se impelido a narrar, em busca de transmitir o que viveu.

Neste artigo,¹ analisamos alguns aspectos de obras de quatro autoras negras brasileiras, fundamentais para os campos psicanalítico e da psicologia clínica, especialmente, no que tange a articulações entre relações raciais e subjetividades. São elas: a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, a psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, a psicóloga com atuação no campo das organizações Maria Aparecida da Silva Bento e a historiadora, filósofa e cientista social Lélia Gonzalez. Todas dialogaram com a psicanálise nas suas produções. Dialogaram, também, com autoras que se debruçaram sobre o racismo. Lançaram mão da própria experiência no mundo como mulheres negras. Suas obras e atuações se somam e fortalecem o caminho para a emergência contemporânea de espaços de cuidado onde a violência racial seja reconhecida e, portanto, passível de acolhimento. Propomos uma análise discursiva dos principais conceitos psicanalíticos acionados nas obras dessas quatro autoras, conside-

¹ O presente artigo foi produzido no contexto de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo geral analisar o discurso de profissionais de psicologia sobre relações raciais em suas atuações clínicas cotidianas. No momento da submissão do artigo, a pesquisa encontra-se em andamento, sendo desenvolvida pela primeira autora e orientada pela segunda autora, respectivamente. Nesta pesquisa, discutimos a temática das relações raciais a partir das dinâmicas do racismo anti-negro no âmbito da psicologia clínica e social no Brasil.

rando suas contribuições para o estudo das relações raciais em interlocução com a psicanálise, mapeando tensionamentos e potencialidades no encontro desses dois campos.

O chamado campo dos saberes psicológicos – ou campo psi – é constituído pela psicologia, psiquiatria e psicanálise (Martins, 2022) sendo, em outras palavras, composto pelo “conjunto de disciplinas que estudam os fatores psíquicos, à luz de uma concepção científica, assim como suas relações estreitas com a descrição das categorias de normal e patológico” (Schucman, Martins, 2017, p. 174). O campo psi é marcado por profundas diferenciações entre matrizes teóricas fundantes, correntes e campos de atuação que o compõem. O mesmo ocorre com a própria psicologia, mesmo em correntes e práticas reunidas sob a designação de psicologia clínica. Temos uma multiplicidade de pressupostos acerca do que seria o objeto da psicologia, das suas finalidades e formas válidas de produção de conhecimentos (Figueiredo, 2011). Isso significa que a psicologia não constitui uma única comunidade, sendo habitada por várias, mesmo dentro de uma mesma abordagem como, por exemplo, de profissionais com formação em psicologia que atuam no campo clínico a partir de uma perspectiva psicanalítica. A despeito das multiplicidades, a psicanálise tem, ainda hoje, grande relevância no campo dos saberes psi. No último Censo de profissionais de psicologia publicado em 2022, por exemplo, a psicanálise foi o referencial teórico com o qual maior percentual de profissionais participantes, 20,2%, sinalizou atuar, enquanto o segundo (humanista) foi citado por 14,9% de participantes (Oliveira *et al.*, 2022).

Farias (2022) toma a psicanálise como uma das matrizes do pensamento psicológico que buscou “entender o sofrimento do homem burguês” (p. 69), cotejando o mundo interno e externo. E entende que, enquanto disciplina e produção teórica, a psicanálise propôs, desde suas origens, uma análise, teorização e discussão que incluía sujeito e sociedade, a despeito de toda a construção teórico-prática voltada à uma clínica do sujeito, cuja atuação nasceu voltada para o indivíduo. Neste sentido, Selligman-Silva (2022) chama a atenção para a articulação da teoria freudiana ao período que levaria à Segunda Guerra Mundial: a “história cultural torna-se aos olhos de Freud, no limiar do genocídio judaico, uma história de sobrevivências” (p. 167), sendo Freud um homem que nasceu em uma família judia e viveu em Viena até quase oitenta anos, quando precisou se mudar para Londres, a fim de escapar, às pressas, da perseguição nazista.

Bem como Selligman-Silva (2022), Farias (2022) cita textos clássicos de Freud que demonstram essa direção de articulação teórica entre sujeito e sociedade, como: Psicopatologia da vida cotidiana em que Freud deslocou a noção de patológico de um fenômeno desviante para algo corriqueiro, recorrente; Totem e tabu em que Freud se discutiu a “produção antropológica de seu tempo” e Psicologia de grupo e análise do eu em que Freud “é categórico na afirmação de uma determinação social da subjetividade” (Farias, 2022, p.69). Farias (2022) delinea o contexto em que Freud conduziu seus estudos e práticas e produziu seus escritos, a saber: em uma Viena onde forma e conteúdo se desencontravam na sociedade. Um período histórico em que “a burguesia de verve vitoriana, formal, assentada em valores mais rígidos e numa performance citadina, que incluía uma certa indumentária, gostos e costumes culturais bem estabelecidos, mas que contrastavam os sentimentos, afetos e sentidos pelo indivíduo” (Farias, 2022, p. 69).

Freud produziu sobre um sujeito encarnado em seu tempo-espço, buscando articular, em sua teoria, os atravessamentos entre indivíduo e aquela sociedade em que estava inserido. E, por que não dizer, Freud produziu uma teoria voltada a um sujeito correlato ao lugar

que ocupava enquanto médico naquela formação social. Lugar de trânsito entre pessoas da burguesia e da classe média vienense, contexto geográfica, política, econômica e culturalmente inserido na Europa do século XIX para XX.

As autoras cujas obras discutimos neste artigo produziram análises sobre subjetividades negras e brancas, considerando o contexto estruturalmente racista da sociedade brasileira. Seus trabalhos mostram a relevância do discurso na produção da nossa cultura, nas relações de dominação e exploração, bem como nos modos de viver, sentir e agir. Tomaram a teoria psicanalítica como uma ferramenta para pensar a realidade e a prática clínica no contexto brasileiro, a partir do lugar ocupado nessa formação social. Ao pautarem o processo histórico da escravidão e a subsequente constituição de uma nação capitalista perpetuadora da demarcação de lugares sociais (econômicos, políticos e simbólicos), produziram fissuras no discurso psicanalítico, possibilitando a entrada do sujeito negro em um contexto clínico que não o considerava como sujeito de enunciação ou de cuidado. Isso se dava na produção de teorias sobre um psiquismo que, quando não tomado como baseado em uma relação a três supostamente sem cara (mas que carrega a cara da sociedade burguesa e pequeno-burguesa europeia), excluía da cultura (seu material de formação e operação) características centrais dela própria, como o racismo que a estrutura.

2 Discurso, ideologia e deslocamentos

De tempos em tempos, a psicanálise sofre ataques acerca de seu caráter ideológico e, portanto não científico, ou pseudocientífico. Trazemos à baila esse fato não por adesão à direção desse tipo de ataque, frequentemente perpetrados por defensores de uma suposta aplicação neutra e objetiva dos métodos das ciências naturais às questões e objetos das ciências humanas. Interessa-nos o debate (tão antigo quanto a história ocidental das ciências) em torno da impossibilidade de se viver no campo social sem sofrer atravessamentos por suas questões estruturais. Neste sentido, a crítica se faz em torno da necessidade versus viabilidade de que psicanalistas (e profissionais de psicologia que atuam na clínica, a depender da abordagem) suprimam completamente suas afetações pessoais, para fins da atuação quer na pesquisa, quer na prática clínica. Trabalhando com o arcabouço da análise do discurso pecheutiana, entendemos que “não existe discurso ingênuo do ponto de vista ideológico, mesmo quando se trata do discurso científico” (Cesário, Almeida, 2010, p. 6). Posto que o discurso é lugar de contato entre a língua e a ideologia. Lugar em que a autonomia da língua é sempre relativa, dado seu condicionamento pela realidade histórica (Orlandi, 2007b). Desta perspectiva, evidenciamos a trama discursiva que atravessa o lugar social ocupado pelas autoras analisadas, suas produções acadêmicas e militâncias contra o racismo no Brasil. Portanto, é “em relação à ideologia e à determinação histórica” (Orlandi, 2007, p. 16) que trabalharemos as relações raciais neste texto. Assim, ao tomarmos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, tal como propunha Pêcheux (Orlandi, 2007b), temos a compreensão de que não há produção humana de sentidos fora do discurso, ou seja, fora da relação com a história em seus longínquos e recentes tempos, no encontro com a língua.

A noção de ideologia pode ser entendida como um componente das sociedades, que tem como função produzir a coesão dos indivíduos e adaptação destes a seus papéis sociais, assegurando relações de dominação e exploração entre classes sociais, e que permeia vivên-

cias subjetivas (Harnecker, 1983). Assim, vale ressaltar, que a formação social na qual os sujeitos estão inseridos e na qual são representados abrange diversas relações para além das relações de produção (Purinelli, 2020). Para Harnecker (1983), o que os nos possibilita caracterizar representações, imagens e ideias como ideologia é o modo com que tais elementos se combinam e estabelecem relação com a estrutura social, dando-lhes sentido, determinando-lhes uma função social e significado (Harnecker, 1983). Discursivamente, os processos ideológicos produzem o efeito de natural, de evidência e, ancorados sobre o já-dito, dão a impressão de sentido único e verdadeiro (Orlandi, 2007b).

Nossa leitura enfatiza as dinâmicas sociais nas quais as autoras em destaque, afirmando-se negras, produzem deslocamentos no discurso na psicanálise brasileira. No terreno do discurso, sujeitos produzem sentidos múltiplos, em suas relações com as ideologias, com seu contexto imediato, como movimentos socio-históricos e com a memória discursiva (Orlandi, 2007a). Assim, elegemos alguns aspectos e conceitos de suas obras que, além de ensinarem sobre os impactos subjetivos do racismo, em uma perspectiva discursiva, dão a ver deslocamentos no discurso da psicanálise e da psicologia brasileira enquanto práticas sociais. É neste contexto que destacamos as ideologias raciais construídas desde o início da modernidade ocidental da Europa mercantilista e consolidadas em solo brasileiro: o racismo científico; o mito da democracia racial; a ideologia do branqueamento. Ideologias que atuam de forma particular no país e que foram pensadas pelas quatro autoras em tela.

Ao mapearmos as dinâmicas de afirmação da identidade negra, das identificações com diferentes campos do viver e do dizer e as dinâmicas identitárias da branquitude na academia, permeadas por ideologias que constroem e movem práticas discursivas, entendemos que o dizer atua, muitas vezes, como “ato que domestica o significar” (Indursky, 2013), servindo “à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito” (Orlandi, 2007b). Por outro lado, como nos lembra Indursky (2013), as formas de repetibilidade podem levar a deslizamentos que ressignificam o sentido que está sendo retomado. Deste modo, o sujeito do discurso pode contra-identificar-se com aquilo que o movia e condicionava, mudando sua posição-sujeito, ainda que restem elementos de identificação com o mesmo domínio de saber. Outras vezes, as repetições podem conduzir o sujeito do discurso à desidentificação com determinada formação discursiva, colocando o sentido do discurso à deriva, produzindo formas antagônicas à formulação-origem. Desta forma, produz-se resistência: repetindo “de modo errado, produzindo um desvio daquele sentido que todo mundo sabe” (Indursky, 2013, p. 99). Assim, as autoras negras cujo legado discutiremos, ainda que caminhando com/pela psicanálise, acionaram outras possibilidades do dizer acerca do corpo, da produção de subjetividades e das dinâmicas sociais e intersubjetivas em uma sociedade estruturalmente racista. O fizeram a despeito de terem vivido uma psicanálise cujo sujeito é construído à imagem e semelhança do seu modelo (europeizado) e na qual a função de analista é tida como capaz de neutralizar, tornar absolutamente sem importância os marcadores sociais da diferença na clínica.

Nada na produção dessas quatro autoras é um fenômeno isolado. Reconhecer sua relevância e os impactos de suas obras não exclui a compreensão de que a história envolve o discurso e se manifesta nos textos, não devendo ser entendida como pura exterioridade ou mera contextualização (Cesário; Almeida, 2010). Portanto, também buscamos nos ater às condições de produção do discurso (Orlandi, 2007b; Cesário; Almeida, 2010) das autoras, traçando vinculações, acontecimentos contíguos a suas escritas ou dispersos no tempo, no domínio da memória. Discursivamente, o domínio da memória é o interdiscurso: “conjunto

do dizível histórica e linguisticamente definido”, constituído por “enunciações distintas e dispersas”, vozes anônimas (Orlandi, 2007b, p.87-88). É a memória discursiva, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2007a, p.31). Domínio onde existem já-ditos que sustentam cada palavra tomada em uma formulação, nela produzindo efeitos de sentidos, a partir da confluência entre formulações atuais com a memória (Orlandi, 2007a).

Tendo em vista que os sentidos se desenvolvem, também, por meio da matéria silêncio (Orlandi, 2007b), foi possível observar a força do silêncio do campo psi acerca do racismo na leitura das autoras. Como afirma (Orlandi, 2007b), só se pode observar o silêncio por meio de seus efeitos, ou por meio de seus processos de significação no texto, na história, nas relações e contradições sociais. Procuramos analisar também os silêncios neste artigo, ao lado das produções das quatro autoras negras brasileiras.

3 Linguagem, cultura e resistência

Diferentes aspectos do processo socio-histórico brasileiro fizeram com que as culturas africanas se transformassem em cultura de resistência em nosso país. Essa é uma constatação de Clóvis Moura (2014), em capítulo que discorre sobre as relações entre a “Linguagem e dinamismo cultural do negro”, condicionados desde as contradições da sociedade escravista. O autor debate diversos fatores culturais que, no contexto do escravismo brasileiro, possibilitaram a resistência social dos povos negros escravizados. Moura (2014) mostrou que os temas da comunicação e da expressão têm importância ímpar no contexto colonial-escravista. O “cotidiano do escravo caracterizava-se ou pelo silêncio frente ao senhor, ou o falar consentido e muitas vezes compulsório. Havia um código de linguagem ao qual o escravo tinha de obedecer sob pena de punição” (Moura, 2014, p. 270). O autor analisa diversos elementos da cena colonial que mostram como, naquele cotidiano, a presença do senhor de escravos e seus representantes (membros da família e capitães do mato) produzia um controle totalizante da linguagem das pessoas escravizadas. As possibilidades de comunicação dos escravizados com a classe dominante senhorial, ou em sua presença, oscilavam entre o silenciamento e a fala contida, abafando e modulando para baixo, inclusive, o próprio movimento do corpo e suas expressões.

Desde o amanhecer, a sua linguagem era programada: inicialmente repetir, sem entender o seu significado simbólico, as palavras da missa e da oração matinal. Depois, o eito e o diálogo com o feitor: era o diálogo de uma só via, no qual um dos polos era sujeito e o outro objeto. Diálogo de uma só voz ativa, no qual o escravo era simples receptor e o feitor o transmissor. A hierarquia escravagista exigia do escravo uma contenção verbal compulsória que, certamente deveria criar bloqueios psicológicos e ansiedades permanentes pois o esquecimento de um preceito qualquer ou de norma de comportamento à qual estava submetido o seu falar com o senhor, ou seu preposto, podia causar-lhe diversos tipos de punição (Moura, 2014, p. 264).

Havia um código de linguagem e conduta cuja extrapolação poderia ser considerada rebeldia ou negligência. Nestes casos, bofetadas, açoites, espancamentos e outros suplícios, ou mesmo a morte, poderiam estar entre as punições decorrentes, a depender da interpretação da gravidade associada à conduta vista como afrontosa. As descrições apresentadas por Moura (2014) demonstram como os povos negros escravizados foram submetidos a verdadeiros rituais de subalternização: “Como esquecer de tomar a bênção em voz alta? Ou de não erguer a voz acima do permitido? Ou não dar o tratamento adequado a cada um com quem ele interlocutava, como a esposa do senhor, filhos, filhas, o senhor ou o vigário do engenho ou da fazenda?” (p. 264). Subalternização que buscava mutilar sua verbalização, de modo que esta

não podia exprimir seu pensamento, sendo-lhe vedada qualquer menção de crítica à realidade ou que contrariasse o código de comportamento que lhe era imposto. Mecanismos inibidores que incidiam sobre a linguagem, produziam não somente contradições com o pensamento, mas tensões e ansiedades no viver cotidiano dos povos africanos escravizados (Moura, 2014).

Contudo, como afirma Orlandi (2007b), “à retórica da opressão – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a retórica da resistência, fazendo esse silêncio significar de outros modos” (p. 85). Assim, é crucial, ressaltar que, por parte das pessoas escravizadas – enquanto humanos de fato, embora não reconhecidos como tal – havia diversas estratégias de reação, mecanismos de resistência ao violento sistema de dominação. Observam-se exemplos de resistência quer na criação do “idioma das senzalas” (p. 241), que viabilizou a comunicação necessária para a organização social e política de escravizados pertencentes a diferentes povos, quer na preservação de elementos e manifestações das próprias religiões por meio de táticas ambivalentes, aparentando um suposto sucesso da cristianização. Movimentos que surgiram “inicialmente como elementos de resistência cultural, desdobrando-se, depois historicamente em patamares de apoio à resistência social” (Moura, 2014, p. 242). Reconhecendo a si próprios enquanto sujeitos-interlocutores, as pessoas negras escravizadas criaram, assim, espaços nos quais falavam por si, entre si, e alargavam suas possibilidades do dizer para além do imposto pela interdição senhorial.

Como afirmado por Moura (2014, p.251), “o monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder”. O autor referia-se a uma luta “ideológico-cultural” de expressão dialética, na qual forças de aculturação, no caso, de influência branqueadora, encontram e friccionam a resistência inicialmente cultural e, posteriormente, social da população negra. Não de forma unívoca ou purista, mas em fenômenos e processos marcados por essas forças, em permanente movimento, produção e contradição, aberta ou velada. Após a escravidão, os valores culturais afro-brasileiros seguiram e seguem sendo utilizados como instrumentos de resistência, em especial, para os grupos que se organizaram em torno de atividades de grupos negros, que envolvem pautas da população negra (Moura, 2014). É possível visualizar tanto as contradições raciais quanto valores culturais afro-brasileiros como resistência social no âmbito artístico, político, acadêmico. Em movimentos por legitimidade de pautas e questões, produção de discursos sobre si e contra aqueles forjados pelo olhar homogeneizante do outro. Como nos mostra Moura (2014), isso não se dá sem conflitos, tanto interna quanto, em especial, externamente aos coletivos negros.

4 Psicanálise e relações raciais: dinâmicas discursivas

Dialogando com o referencial psicanalítico e tensionando o discurso do campo psi, as obras de Lélia Gonzalez (*1935 - †1994), Neuza Santos Souza (*1951-†2008), Isildinha Baptista Nogueira (*1954) e Maria Aparecida Silva Bento (*1952) colocaram em debate as relações raciais e a produção de subjetividades racializadas na sociedade brasileira. Nesta seção analisaremos conceitos-chave da psicanálise acionados por estas quatro autoras, a fim de evidenciar os sentidos que suas presenças e obras foram produzindo com o passar do tempo na psicanálise e psicologia, na academia, na luta pela saúde da população negra. Nesta análise, emergem significações do silêncio acerca das relações étnico-raciais no Brasil que imperava no campo psi.

4.1. Lélia Gonzales: retomando a necessária articulação da teoria psicanalítica ao contexto socio-histórico

O espólio que nos deixa Lélia Gonzales, autora mineira de Belo Horizonte, é vasto e abrange diferentes gêneros textuais como ensaios, entrevistas, discursos, participações em debates. No correr de duas décadas, a partir de 1975, Gonzales trabalhou temáticas diversas, mas correlatas, como a luta pela democracia no Brasil e outros países da América Latina e Caribe, a independência dos países africanos, a emancipação e igualdade racial e de gênero em todos estes territórios (Rios; Lima, 2020). A título de ilustração, trazemos breves exemplos do mapeamento realizado por Rios e Lima (2020), organizadoras da coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*. Como expuseram, Lélia Gonzales dialogou enfática e criticamente com uma geração de sociólogos brasileiros, então, reconhecidos como intérpretes do Brasil. Mas, também acompanhou o trabalho sociólogos da escola paulista de sociologia dedicados a compreender as relações raciais brasileiras e o capitalismo no Brasil e América Latina. Nesta direção, dialogou em seus textos com autores sociólogos brancos como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Sociólogos estes, intelectuais branco. Tendo visitado o continente africano em diferentes momentos, a autora dialogava com o anticolonialismo, a partir de referências como Amílcar Cabral (de Guiné Bissau) e seus escritos revolucionários, Cheikh Anta Diop (do Senegal) e seus conhecimentos sobre as civilizações africanas e Filomina Chioma Steady (de Serra Leoa) e seus estudos sobre gênero na África Ocidental. No que tange ao gênero, Gonzales também dialogou com o pensamento feminista latino-americano e caribenho, não somente a partir de referências a intelectuais, mas, aos movimentos sociais de mulheres camponesas, indígenas e negras. Assim como conversou como o feminismo europeu do pós-segunda guerra. Ideias pan-africanistas também estão na matriz do pensamento e militância de Lélia Gonzales, como as do brasileiro Abdias do Nascimento e do guianense Walter Rodney. Com a obra de intelectuais e militantes negros caribenhos como Aimé Césaire e Frantz Fanon, Gonzales também dialogou profundamente, identificada com o pensamento da negritude e tocada por questões relativas às formas de subjetivação em processos de dominação (Rios; Lima, 2020).

Assim como a envergadura de suas interlocuções e influências, o arco temporal da produção textual de Gonzales é extenso, bem como sua atuação política nos movimentos sociais, tendo sido, inclusive, candidata a deputada em duas ocasiões (1982 e 1986). Lélia viveu tempos de ebulições sociais, com importantes acontecimentos em relação a dinâmicas raciais no Brasil e no mundo: a fundação do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro (1944); a primeira eleição com voto feminino no Brasil (1945); a promulgação da Lei nº 1.390 (Afonso Arinos), que tipificou a discriminação racial como contravenção no Brasil (1951); a emblemática recusa de Rosa Parks (1955) e a fundação do Partido dos Panteras Negras (1966), ambos nos EUA; os assassinatos de Malcolm X e Martin Luther King, também nos EUA (1965 e 1968, respectivamente); a fundação do Bloco Afro Ilê Aiyê, na Bahia; a campanha iniciada em 1983 pelas eleições diretas no Brasil, ainda sob a ditadura militar; o centenário da abolição da escravidão no Brasil e promulgação da Constituição Federal hoje vigente (1988). Gonzales participou do ato inaugural do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial - MUCDR, em São Paulo (1978), entre tantos outros atos, seminários e congressos nos quais fez intervenções, esteve presente. Seu primeiro ensaio, – “Cultura, etni-

cidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” – foi publicado em 1979, e soma-se a inúmeras outras produções que emergiram no correr de sua vida, em diferentes canais e línguas (Rios; Lima, 2020). Neste artigo, nos detivemos a ele e aos textos: “Por um feminismo afro-latino-americano” [1983] ; “A categoria político-cultural de amefricanidade” [1988] ; “Racismo e sexismo na cultura brasileira” [1983].

Assim como Clóvis Moura – que viveu e produziu contemporaneamente à autora, sendo, também, uma de suas referências –, Lélia Gonzalez defendia uma abordagem dialetizada das relações raciais, para análises mais objetivas das suas dinâmicas e consequências sociais (Rios; Lima, 2020). Sem individualizar o racismo, a autora voltou-se para seus impactos na sociedade, fazendo ver que seus efeitos abarcam tanto sujeitos oprimidos quanto aqueles que exercem a opressão (Gonzalez, 2020). Oliveira (2024) nos oferece uma boa compreensão do que seria essa abordagem dialetizada ao explicar que agência e estrutura precisam ser entendidas e analisadas de forma associada, concebendo “ambas como processo reciprocamente determinado na configuração da realidade, apreendendo, assim, contradições e conflitos como orientadores” (p. 9) para os estudos em curso. Desse modo, dedicou esforços para destrinchar mecanismos que, junto à economia, limitam e condicionam comportamentos, perspectivas de mundo e modos de vida, a saber: instâncias políticas e ideológicas.

Tomando o racismo em sua dimensão ideológica, que comporta um conjunto de práticas, Gonzalez (2020, p. 28) enfatizava o processo de reforço e perpetuação pelo qual o racismo passou no pós-abolição, na medida em que traz benefícios para as classes dominantes na sociedade capitalista instituída na esteira do escravismo. Gonzalez debateu incansavelmente os caminhos estruturais pelos quais o modo de produção capitalista estabeleceu uma divisão racial do trabalho (não só no Brasil, mas nas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas), determinando as posições das populações brancas e não brancas na estrutura de classes. Bem como contradições raciais no interior da classe trabalhadora, redundando em recompensas materiais e simbólicas para a classe trabalhadora branca em detrimento da superexploração e marginalização do negro, amalgamada pela a ideologia racial brasileira. Neste sentido, escapando de uma perspectiva economicista, as subjetividades negras e brancas aparecem e são abordadas explicitamente e em relação, na obra desta autora.

Assim, nos textos de Lélia Gonzales, comparece o arcabouço marxista. Mas, a ancoragem no pensamento da negritude, no pan-africanismo e nos estudos das resistências, por exemplo, dava à autora outras matrizes discursivas que figuravam em sua produção, ao lado da influência de uma corrente de pensamento europeia. Suas influências enraizadas nas vivências e conhecimentos adquiridos sobre raça e gênero, na busca por emancipação enquanto mulher negra, trouxeram originalidade e a envergadura crítica para sua leitura das correntes europeias que a influenciavam, alcançando sentidos – antirracistas – frequentemente rechaçados por correntes marxistas hegemônicas. Esse embate foi, frequentemente, apontado e problematizado pela autora:

Vale a pena notar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da “democracia racial”, na medida em que suas análises sobre nossa realidade social nunca vislumbraram alguma coisa além das contradições de classe. Metodologicamente mecanicistas (porque eurocêtricas), elas acabaram se tornando cúmplices de uma dominação que pretendiam combater (Gonzales, 2020, p. 144).

Com a psicanálise, campo com o qual a autora dialogou, ocorreu o mesmo movimento discursivo, no deslocamento produzido por ela em um discurso que aliava bases psicanalíticas às matrizes da negritude, do anticolonialismo e da resistência negra. Assim, ao abordar as especificidades da ideologia racial brasileira, Lélia Gonzalez se utilizou do arsenal psicanalítico para, com ele, desenhar os meandros das relações raciais em nosso país, inclusive no que tange a psicodinâmicas coletivas e de grupos étnico-raciais. A partir da noção freudiana de denegação, por exemplo, a autora aponta como o chamado racismo “à brasileira” volta-se contra aqueles que são a prova da amefricanidade constitutiva da nossa sociedade, “marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano” (Gonzalez, 2020, p. 129). A denegação, vale ressaltar, envolve mecanismos inconscientes por meio dos quais os sujeitos, mesmo que formulando desejos ou pensamentos recalcados, o fazem negando que estes lhe pertençam. Conforme a autora (e na mesma direção de Clóvis Moura), diante do racismo por denegação, a força do cultural se apresenta como resistência.

Na caracterização do que designou como neurose cultural brasileira, a autora mobiliza a teoria psicanalítica em sua dinâmica entre consciência e memória, na construção dos discursos. Dinâmica na qual o discurso ideológico se faz presente, atuando sobre a consciência que exclui, rejeita o que a memória tenta incluir, colocar em cena. Enquanto a consciência se expressa como discurso dominante, ou como efeito desse discurso, apagando a memória e impondo o que ela própria afirma como verdade, a memória fala através das brechas, dos equívocos do discurso (Gonzalez, 2020). A autora afirma que o racismo é a sintomática da neurose cultural brasileira e, nessa direção, investiga o que o mito da democracia racial oculta, para além do que revela. Analisando essa dinâmica, coloca em evidência os efeitos que a articulação do racismo com o sexismo produz sobre mulheres negras, em particular. Mais uma vez, sem individualizar a leitura das relações raciais, sua abordagem buscava as contradições sociais. Assim, ao discutir, por exemplo, o duplo lugar da “mulata” e da “doméstica” ocupados, ainda que no imaginário, por mulheres negras, fazia ver, também, o desejo, a sexualidade, a agressividade e a culpabilidade dos homens brancos nas relações sociais com mulheres negras.

Gonzalez (2020) destrinchou, ainda, mecanismos envolvidos na ideologia do branqueamento. Em sua análise, enfatiza as sociedades ibéricas e sua formação social rigidamente estruturada e a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros, como elementos fundamentais na construção da lógica de branqueamento no Brasil.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 131-132).

Gonzalez (2020) também observa, do ponto de vista discursivo, a hierarquia racial que opõe a suposta superioridade branca ocidental à suposta inferioridade negro-africana. Discutindo a língua, por meio da criação da categoria de amefricanidade² e do conceito de pre-

² Lélia Gonzalez dialoga intensamente com ideias desenvolvidas por MD Magno sobre a América Africana, sobretudo no livro que referencia diversas vezes: MAGNO, M. D. *América Ladina: introdução a uma abertura*. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1981. A autora trabalhou sobre estas reflexões em diversos textos, como: Lélia Gonzalez, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”; “Por un feminismo afrolatinoamericano”;

tuguês, colocou a própria língua falada em nosso território em questão, expondo elementos africanos nela presentes, que o esquecimento ativo de toda a história de humilhação, exploração, violência e etnocídio pretende apagar da memória: “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade” (Gonzalez, 2020, p. 136).

Destacamos como, ao utilizar sua experiência em seus ensaios e análises, Gonzalez produziu deslocamentos no discurso e na epistemologia, tanto das ciências sociais quanto da psicanálise brasileira. Falando em primeira pessoa do singular, reivindicava a primeira pessoa do plural, posicionando-se como ameríndias e amefricanas, junto a esta coletividade. Assim, seu posicionamento rompia o distanciamento sujeito-objeto e a ideia de neutralidade, classicamente vistos como condição para a produção de conhecimento nas ciências sociais e na psicanálise. Além de criticar o viés eurocêntrico do feminismo ocidental, como apontam Rios e Lima (2020).

Quando falo de experiência, quero dizer um processo de aprendizado difícil na busca de minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e me discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ético-política prevalece imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade (Gonzalez, 2020, p.140).

Gonzalez (2020) não somente tece uma teoria sobre a cultura negra como resistência, mas a vive em diferentes práticas sociais e expressa na materialidade de seu próprio texto marcas dessa cultura. Muitas vezes, conta histórias para apontar já-ditos racistas que a sociedade brasileira busca ativamente apagar da memória, denegar, ao mesmo tempo em que os mantêm em prática no funcionamento das instituições, nas relações sociais e intersubjetivas. Gonzales aciona regiões do interdiscurso de onde ressoam já-ditos de povos negros, latinos, originários das Américas, filiações que aparecem em seu discurso bem ao lado dos dizeres psicanalíticos, originados e sustentados por outros grupos. Como afirma Faustino (2023, p. 2522): “Sem os quilombos, o movimento negro, as ideologias pan-africanas ou de negritude, nós sequer estaríamos falando desse tema e, talvez, esse grupo social já teria se diluído completamente”. Gonzalez (2020) afirma-se mulher negra, amefricana, produzindo conhecimento a partir deste lugar social: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (p. 76). Ativamente recusando o lugar de infans – que reproduz em terceira pessoa aquilo que se diz a seu respeito (Gonzalez, 2020) – reivindica a necessidade básica de ser sujeito do próprio discurso e da própria história.

“Nanny: Pilar da amefricanidade”; “A Socio-Historic Study of South American Christianity: The Brazilian Case” Nas palavras de Gonzalez (2020, p. 78): “M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que esse barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana”.

4.2. Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira: tornando visível o sujeito negro na psicanálise brasileira

Neusa Santos Souza, baiana de Cachoeira, cursou faculdade de medicina em Salvador e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu diversas atividades relacionadas à psicanálise em importantes grupos e instituições. Atuou na prática clínica, ensino, produção de conhecimento, publicações. Contemporânea a Lélia Gonzales, suas existências confluem para além da pele negra: nascidas com dezesseis anos de diferença, coexistiram em tempos de acontecimentos históricos marcantes. Neusa Santos Souza também estabeleceu relações com o movimento negro (Andrade; Souza, 2023). No livro *Lugar de Negro* (1982) de Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg, há uma menção à Neusa Santos Souza como companheira de MNU, junto à referência a sua dissertação de mestrado, intitulada *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, defendida em 1981 e publicada como livro no ano de 1983. Aqui, nos ateremos este texto da autora.

Com uma abordagem complexa e ao mesmo tempo didática, Neusa Santos Souza (1983) explica e mergulha na articulação da “ciência do inconsciente” com a “ciência da história” (Souza, 1983, p. 74). Habilidade conhecida da psicanálise, Souza (1983) não cedeu aos ares universalistas que o discurso psicanalítico adquiriu em sua disseminação e reprodução em solo brasileiro. Sabedora de que o Complexo de Édipo não se reduz a uma situação concreta no seio de uma família padrão, cuja influência é exercida por um casal parental modelar sobre a criança por eles criada, a autora explica o seu significado: um fenômeno que faz intervir uma instância interditória que barra o acesso à satisfação procurada, ligando o desejo à lei. Nesse ponto, Souza (1983) coloca sua hipótese sobre a particularidade de ser negro na sociedade brasileira:

o negro tem dificuldade de conquistar uma identidade egossintônica que o integre ao seu grupo de origem e que o instrumentalize para conquista da ascensão social. Numa sociedade de classes onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados por brancos, o negro que pretende ascender lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos, na tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ser negro. Essa identidade é contraditória: ao tempo em que serve de aval para o ingresso nos lugares de prestígio e poder, o coloca em conflito com sua historicidade, dado que se vê obrigado a negar o passado, no que concerne à tradição e cultura negras, e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial. (Souza, 1983, p. 74)

Assim, Souza (1983) coloca no centro das cenas de estruturação da personalidade, desde a primeira infância, os impactos da ideologia no agenciamento psíquico do sujeito negro. Tomando ideologia como um “sistema de representações, fortemente carregadas de afetos que se manifestam na subjetividade consciente como vivência, ideias ou imagens e no comportamento objetivo como atitudes, condutas e discursos” (p. 75), a autora mostrou teórica e empiricamente, no discurso de participantes de sua pesquisa de mestrado, como a ideologia se viabiliza através dos sujeitos. Em outras palavras, Souza (1983) evidenciou que o sujeito singular é sobredeterminado tanto pelas estruturas do modo de produção quanto pela estrutura edípica, de modo que as leis inconscientes inscritas em cada sujeito de forma muito singular servem, também, de suporte para uma instância ideológica que se inscreve

no terreno subjetivo. Deste modo, aspectos da vida compartilhada pela sociedade e/ou pela comunidade na qual a pessoa está inserida na infância adquirem força organizativa e coesiva para os grupos que a compõem: ainda que constituídos por biografias próprias às quais darão sentidos singulares, os sujeitos carregam valores, objetivos, crenças, mitos, cosmovisão sociais compartilhados que não são necessariamente aprendizados dos quais podem lançar e abrir mão a qualquer tempo, porque estão colocados para o sujeito sob a forma de lei inconsciente. Como afirmam Andrade, Souza (2023, p. 4) a respeito da “reorientação do debate” que a tese de Neusa Santos promoveu para a psicanálise e em relação à própria noção de ideologia: “não se trata de reproduzir o conceito de ideologia, tal como formulado por Althusser, mas de orientá-lo para a questão da raça, uma vez que, no contexto brasileiro, raça informa a própria compreensão de classe”.

Trabalhando fundamentos básicos psicanalíticos sobre a constituição do sujeito, Souza mostrou que a racialização se inscreve, também, na dimensão do inconsciente desde a infância, escrevendo sobre o narcisismo e o ideal do eu. Cuidadosamente, tanto Souza (1983) quanto Nogueira (2021) apontam a distinção entre ideal do eu e eu ideal. Na condição particular de ser uma pessoa negra em uma sociedade racista, o que Souza (1983) evidenciou com sua pesquisa foi a constituição de um ideal do eu branco, inscrito na psique de sujeitos negros em ascensão social. De acordo com ela, para o sujeito negro, a construção de um ideal de eu branco significa “a negação, o expurgo” das marcas que possam lhe associar a suas origens negras. A autora aponta a ideologia imposta pelo branco (Souza, 1983, p. 34) como ideal, modelo a ser atingido e realizado, sob pena de experimentar sentimentos de culpa ou inferioridade, quando o eu se distancia ou entra em conflito com sua dimensão inconsciente (ideal do eu) e, ainda, de satisfação, quando há uma convergência entre o modelo inconsciente e as realizações do eu.

Souza (1983) explica que o relacionamento entre eu e ideal do eu é vivido de forma tensa para todos os sujeitos (ao menos para aqueles que, segundo uma leitura psicanalítica, estiverem no campo da neurose e, acrescentamos, inseridos no modo de vida instaurado pela modernidade europeia e suas decorrências pelo mundo). Contudo, na particularidade de ser negro em uma sociedade racista, há um acréscimo de tensão e sofrimento na busca incessante de atingir um ideal inalcançável (Souza, 1983). Isto é, essa exigência inconsciente de realizar o ideal do eu produz tensões para brancos e não brancos socializados e viventes sob o modo de vida espelhado no eurocentrismo capitalista, pois fatalmente todos fracassam em atingir a perfeita identidade com um modelo narcísico ideal, inscrito no inconsciente desde a infância, e no qual há um modelo de plenitude e onipotência que se busca alcançar pela vida. Diante da impossibilidade de tornar-se branco sendo negro, táticas diversas possam ser tentadas – tentar ser sempre o melhor, buscar relacionamentos interracializados com pessoas brancas como substituto do ideal irrealizável etc. –fazendo aumentar esforços, vigilância, frustrações e sofrimentos. Como Souza (1983) explica, o negro nestas condições “se vê obrigado a negar o passado, no que concerne à tradição e cultura negras, e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial” (Souza, 1983, p. 73).

Entre tantos outros trechos memoráveis, destacamos uma emblemática fala de Neusa Santos Souza neste livro:

A justificativa histórica deste trabalho se fundamenta na constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de

si mesmo. A outra justificativa, presença insólita ou grande ausente dos trabalhos acadêmicos, é de caráter emocional. A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). (Souza, 1983, p. 17).

Manejando o texto em terceira pessoa (uma das fórmulas da impessoalidade e neutralidade acadêmicas) – sua enunciação explícita o ‘eu’ e o ‘nós’ (negros e negras). A autora nos mostra o ambiente acadêmico/psicanalítico com o qual lidou: precário “de estudos sobre a vida emocional de negros”, rarefeito e vazio de discursos elaborados por sujeitos negros sobre o próprio grupo étnico-racial, especialmente do caráter emocional envolvido nas travessias da experiência em nossa sociedade, estruturalmente racista. E a autora segue:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (Souza, 1983, p. 17-18).

Aqui, enuncia, inicialmente, em terceira pessoa do singular (“Saber-se”). Descreve visceralmente uma experiência submetida do ser negra (“é ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas” ...). Afirma esta mesma experiência como parte fundamental dos processos de trabalho (“matéria prima”). No que poderia ter sido “um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social”, no qual sujeito e objeto se distanciam, conta ter vivido “um anseio apaixonado de produção de conhecimento”, identificando-se com seu objeto de pesquisa. Enquanto enunciativa, toma posição como negra junto a “outros negros e negras”. Ao final do trecho, enuncia em primeira pessoa do singular: é ela o sujeito (pesquisadora e negra) que reivindica a transmutação das experiências de negros e negras (articuladas a sua própria experiência) em um saber “indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação”. Em seu discurso são todos sujeitos, independente do lugar pesquisadora ou objeto de pesquisa. Produção de conhecimento e emoção à flor da pele, lado a lado.

Quinze anos após a publicação da obra de Neusa Santos Souza, em 1998, Isildinha Baptista Nogueira defendeu, na Universidade de São Paulo, sua tese de doutorado, intitulada *Significações do corpo negro à época*, e recentemente publicada como o livro *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro* (2021). Na ocasião, muitos acontecimentos se desenrolavam na cena negra brasileira, como a aproximação de participantes do movimento negro a sindicatos e partidos, a movimentação pela inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares etc. Era final do período (1978-2000) tido como a terceira fase do movimento negro no Brasil (Domingues, 2007). Na academia, especialmente nas ciências humanas, muitos estudos sobre a situação da população negra na sociedade brasileira vinham denunciando e analisando o racismo na sociedade brasileira. Contudo, ainda eram poucas as produções que discutiam a base “submersa e invisível da estrutura do iceberg, onde se aloja o incons-

ciente” (Munanga, 2021, p. 24). Como afirma a psicóloga, psicanalista e militante negra Maria Lucia da Silva, na construção do campo da saúde da população negra, “a questão psicológica era marginal” (Silva, 2021, p.163). Assim, Isildinha Nogueira (2021, p. 98) sinalizava que queria “chamar atenção para aspectos da vivência psíquica dos negros que, em geral, não são levadas em conta nas abordagens sociológicas da condição de negro”. Aspectos que observou serem constitutivos da condição social e subjetiva em uma sociedade racista.

Vale a pena registrar que a nomeação completa da obra por Isildinha Nogueira ocorreu 23 anos após sua defesa. À época da escrita, o título “A cor do inconsciente” despertou críticas dos pares que entendiam que o inconsciente não teria cor. Este episódio, contado por ela e comentado por Kabenguele Munanga (2021) e Abrão Slavutzky (2021), também nos permite entrever a empreitada enfrentada por essas autoras. Estavam em ambientes onde a abertura à psicanálise estava dada, mas o fechamento a sua utilização para a construção de debates que envolviam relações raciais se faz sentir como na interdição ao título desejado pela autora.

Assim como Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira (2021) percorreu o Complexo de Édipo, a metáfora paterna e outros conceitos e processo fundamentais da psicanálise. Nogueira (2021) explicita a forma geral de estruturação do psiquismo e do sujeito: portador de uma dimensão inconsciente que é estruturada como linguagem, a partir da entrada do ser em relação. Ao abordar esse processo, Nogueira (2021) fala sobre os sujeitos, sobre as subjetividades na cultura ocidental: o sujeito é dividido e o inconsciente é estruturado como uma linguagem, na qual o significado de um processo relacional a três, de contornos biográficos, irá operar a partir da dinâmica entre significados, significantes e sentidos disponíveis naquele universo cultural. Em sua tese, a autora passa pela teoria psicanalítica acerca da constituição do sujeito e sua dinâmica psíquica, cujo discurso adquire ares gerais, universalistas, ao menos na leitura e prática de psicanalistas.

Com sua discussão sobre a imagem do corpo, Nogueira (2021) aponta que a racialização está inscrita na dimensão do inconsciente desde a infância, atravessando fundamentos básicos da constituição do sujeito. A autora explica que o estágio do espelho diz respeito ao processo de “aquisição da identidade por meio de uma imagem própria, que vem substituir um imaginário anterior em que a imagem de si (da criança) era inseparável da imagem da mãe” (p. 84). Ressaltamos que onde se diz mãe, deve-se ler função materna, corroborando a contribuição de Lacan no sentido de que todos esses processos se dão a partir da alteridade enquanto função que ocupam simbolicamente, o que deveria ser suficiente para que psicanalistas não atrelassem a representação do outro que cria com a figura da mãe biológica ou adotante, mulher, cisgênera etc. A identidade de que se trata neste momento é uma identidade singular, atrelada ao social pelos elementos necessariamente participantes da cultura, mas ainda bem distante de uma posição associada politicamente a um coletivo. De acordo com a autora, esse processo aborda uma experiência organizativa vivida pela criança até que adquira a imagem de seu corpo e do eu, que ocorre em paralelo ao Complexo de Édipo. Processo no qual a imagem de seu próprio corpo, gradualmente, permite a ela perceber-se como uma unidade, possibilita a ela reconhecer-se e, ainda, perceber a diferença entre um outro virtual (imagem do outro) e a realidade do outro.

A partir da obra da psicanalista Françoise Dolto, Nogueira (2021) diferencia, então, os as duas noções: “o esquema corporal indica a condição de representante da espécie do indivíduo, sendo comumente o mesmo para todos; já a imagem do corpo [...] é única a cada um, específica, está ligada ao sujeito, à sua história; é inconsciente e sustentada no narcisismo”

(p. 98). Portanto, a imagem do corpo se constitui na história do sujeito, envolvendo tanto a percepção de permanência de seu ser independentemente das mudanças pelas quais o corpo possa passar, quanto a tomada do próprio corpo como potente para a busca de realização dos desejos do sujeito. Envolve, ainda, as possibilidades de experimentar prazer ou desprazer na relação com o outro. E, embora tenha uma representação própria, originária, a imagem inconsciente do corpo está em permanente processo de atualização, conforme as aventuras e desventuras na busca pela realização do desejo do sujeito pela vida afora (Nogueira, 2021).

Em sua pesquisa de doutorado, Isildinha Baptista Nogueira (2021) investigou a particularidade do estágio do espelho na constituição do sujeito negro, considerando a identificação com a brancura, tendo em vista que ela (a brancura) é justamente o que está ausente, para o sujeito negro, em sua imagem especular. Tomando a pele negra como significante, isto é, as representações da condição de ser negro tanto para pessoas negras quanto para pessoas brancas, a autora analisou os sentidos aos quais esse significante (negro) se associa “nas redes simbólicas da formação social assim constituída” para realizar sua investigação. A tese de Nogueira (2021) nos mostra que o processo de construção da relação com o próprio corpo redonda na identidade do sujeito. A identidade, portanto, diz respeito ao sujeito habitante de um corpo que é próprio, pessoal, único, com potências e impotências singulares, marcadas pelas relações primeiras, que podem ser reforçadas e contraditas pela vida, e que carregam, desde seus primeiros tempos, os significantes, significados e sentidos da cultura na qual esse sujeito se constitui.

Lembremo-nos aqui que, para além das marcas psíquicas na constituição do sujeito negro, as autoras em tela se debruçaram sobre questões concretas da vida da população negra, decorrentes da distribuição de riquezas em uma sociedade de classes, na qual os lugares subalternos foram e são destinados majoritariamente ao negros como herança do passado escravocrata. Deste modo, “acesso ao mundo” diz respeito também a direitos, serviços, condições de vida.

O ‘ser negro’ corresponde a uma categoria incluída num código social que se expressa dentro de um campo etnossemântico em que o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos, mas de sentidos presentes, restos de um processo histórico-ideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita. (Nogueira, 2021, p. 119-120).

Como psicanalista, a autora formula questões a partir do referencial teórico no qual se formou: “Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz como significante?” (Nogueira, 2021, p. 120) E conclui, assim como Neusa Santos Souza (1983), que o racismo produz especificidades no processo de subjetivação e sofrimento psíquico de pessoas negras no Brasil: “Resta ao sujeito negro, pra além de seus fantasmas inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante, que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo, pela negação do próprio corpo” (Nogueira, p.120). Condições, também, específicas para a produção das pesquisas de ambas as autoras, que passam não somente pelo diálogo com construções teóricas de outros campos que não o estrita-

mente psicanalítico (ou da psicologia), como, por exemplo, a história da nação brasileira e o marxismo. Condições que se articulam à própria experiência de cada autora enquanto mulheres negras nesta formação social. Aliás, assim como Souza e Gonzales, Isildinha Nogueira (2021) também dialogou com Frantz Fanon em sua tese. São dizeres e práticas sociais de resistência que ressoam do interdiscurso, sustentando, também, suas produções, como o trecho abaixo permite observar:

Minha tentativa aqui foi de trazer uma contribuição de outra ordem para esse campo. Enquanto psicanalista, me propus explorar o modo como a realidade socio-histórica-cultural do racismo e da discriminação se inscreve na psique do negro. Isto é, debrucei-me sobre a questão de como se dá, para o negro esse processo de se constituir como sujeito, na medida em que é afetado desde sempre por tais sentidos. Enquanto psicanalista e, particularmente, enquanto negra, minha escuta sempre foi posta nesta direção. Parece que as estruturas de poder e dominação não são alheias às psicanálises praticadas nos consultórios (Nogueira, 2021, p. 175).

Até aqui, falamos sobre a constituição do sujeito, enfatizando a particularidade de ser pessoa negra/o em uma sociedade racista enquanto condicionante psíquico da constituição desse sujeito, lembrando que condicionante não significa determinismo, causalidade direta e linear. Isildinha Nogueira e Neusa Santos Souza atuavam por desvelar os modos pelos quais, em uma sociedade de classes desigual, estruturada sobre forte hierarquia racial, o racismo se expressa na particularidade de ser negra ou negro, por meio de marcas psíquicas compartilhadas, que serão vividas de modo único por cada sujeito em suas histórias de vida e demais experiências. Nas permanências históricas e atualizações da violência racial, mesmo nas formas mais dissimuladas do racismo à brasileira, há na vivência do racismo, com frequência, a experiência de uma acontecimento impossível de se inscrever no simbólico.

É trabalho de quem atua na clínica psicanalítica acompanhar os efeitos do encontro com o real, que impelem o sujeito a narrar o indizível, dar testemunho da violência vivida. “Só o sujeito pode dar um testemunho sobre o real do inconsciente, um testemunho para alguns outros dispostos a ouvir” (Betania, 2016, p. 57). As queixas de negação da violência racial por parte de profissionais psi, revitimizando pacientes negras e negros que tentam relatar situações de racismo a analistas / terapeutas (Amaro, Mattos, 2022), dão conta da relevância das pesquisas de Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira. Ambas abriram fissuras no discurso psicanalítico, produzindo deslocamentos que: visibilizaram as pessoas negras como sujeito da psicanálise, e reivindicaram uma psicanálise, também, a serviço de pessoas negras, em face do sofrimento psíquico produzido pelo racismo.

Cabe considerar que o silêncio acerca das relações raciais no Brasil e suas decorrências subjetivas que imperava na clínica psicológica, está vinculado ao mito da democracia racial, que vinha cumprindo sua função ideológica, de afirmar a convivência harmônica entre negros e brancos, dissimulando o racismo como um evento pontual, individual, restrito. Em outras palavras, dizer que vivemos em harmonia, é afirmar a ausência do racismo. Tenhamos em mente, por exemplo, o adiamento do batismo da tese de Isildinha Nogueira, lembrando que “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso (Orlandi, 2007b, p.102). Em determinadas circunstâncias, fala-se algo, para não permitir que outros sentidos sejam mobilizados. Munanga (2021, p. 23) sublinhou: “Nessa época [da defesa da tese de Isildinha Nogueira], a temática sobre a situação do negro na sociedade brasileira já era motivo

de muitos estudos e publicações, sobretudo nas ciências humanas, apesar da inércia do mito da democracia racial”. Contudo, no âmbito do campo psi, majoritariamente branco à época – e mesmo no cenário pós ações afirmativas, como o último censo da psicologia brasileira mostrou (Sandall *et al.*, 2022) – estudar relações raciais e sofrimento psíquico demandava enfrentar o silêncio hegemônico, que camuflava ideologias raciais introjetadas e naturalizadas.

Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira não somente dialogaram com a teoria psicanalítica na produção de conhecimentos sobre relações raciais, mas o fizeram a partir do lugar de psicanalistas negras que operam a clínica no cotidiano. Seus trabalhos fizeram emergir o sujeito negro no discurso da teoria psicanalítica, um sujeito cujas demandas e sofrimentos também precisam ser visibilizados e contemplados por essa disciplina. E se, como sinalizam Cesário e Almeida (2010, p. 8), “não há como cobrar de Pêcheux uma teoria da ação e do ator político” pois “para ele o que importa são os agentes coletivos, as classes sociais em luta, uma contenda, um processo antagônico que se manifesta nas formações ideológicas e discursivas”, pela via da psicanálise, estas autoras apontaram elementos importantes que articulam a interpelação ideológica à psicodinâmica do sujeito singular.

E o que dizer sobre a constituição da subjetividade branca nesta mesma sociedade estruturalmente racista?

4.3 Maria Aparecida Silva Bento: deslocando o branco do lugar de sujeito modelo da psicanálise:

Ao trabalhar com relações raciais em “em instituições ligadas ao mercado de trabalho” (Bento, 2002, p. 1-2), como empresas, no movimento sindical e no poder público, a psicóloga paulistana Maria Aparecida Silva Bento produziu movimentos ruidosos no discurso psi. Bento já estudava a temática há tempos. Carone (2014) conta, por exemplo, que de 1992 a 1996, participaram juntas de um projeto intitulado *A força psicológica do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo*, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Diversas pesquisadoras fizeram parte deste grupo, como Edith Piza, dialogando com estudos sobre branquitude recomendados pela antropóloga estadunidense Angela Gilliam (Carone, 2014). Cinco anos após a defesa de doutorado de Isildinha Batista, em 2002, Bento defendeu sua tese de doutorado intitulada *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, também na Universidade de São Paulo. Vinte anos depois, a tese foi publicada como livro: *O pacto da branquitude* (Bento, 2022).

A tomada do branco como grupo padrão universal da humanidade, que já vinha sendo apontada por Neusa Santos (1983), Léila Gonzalez (2020) e Isildinha Baptista (2021), foi investigada em profundidade por Bento (2002). Em seu trabalho debruçou-se sobre os processos psicodinâmicos da subjetividade branca a partir de uma nova perspectiva no campo psi: tomando o ser branco como uma particularidade ao invés de modelo universal. Utilizando-se de conceitos psicanalíticos como o narcisismo, Bento (2002) colocou esse instrumental a serviço da análise de aspectos psíquicos da coletividade branca. Contudo, o faz alterando radicalmente seu lugar nas relações raciais. Ou seja, colocando coletividade e subjetividade brancas no centro do debate, demonstrando seu papel na manutenção do racismo e na dimensão dialógica deste fenômeno. Ao fazê-lo, retira essa coletividade-subjetividade branca de sua costumeira centralidade analítica enquanto padrão, na medida que a situa enquanto fruto de

mais um lugar social (privilegiado, hegemônico, opressor, mas não único em nossa sociedade e nem modelo de existência no qual deveríamos todos nos espelhar).

Bento (2002, p. 155), aborda a temática do amor narcísico, “a expressão do amor a si mesmo”, que atua no psiquismo como elemento que busca a “preservação do indivíduo e que ao mesmo tempo gera aversões ao que é estranho”. Como explica, o narcisismo está ligado a processos de identificação, assim como o ódio narcísico, a processos de desidentificação com o outro. A partir de Freud, a autora nos diz que o ódio, passível de ser tomado como uma tendência comum entre muitos sujeitos, pode atuar de maneira unificadora, evocando laços emocionais tal como outros sentimentos considerados socialmente positivos.

O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha narcísica de objeto se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu *eu ideal*: ama-se o que se é, ou o que se foi, mas ama-se principalmente o que se gostaria de ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si, enquanto vista como *ideal do eu*, nos processos de indiferenciação. Por outro lado, o alvo de nosso ódio narcísico é outro, o “diferente”, depositário do que consideramos nosso lado ruim (Bento, 2002, p. 44).

Como as demais autoras aqui discutidas, Bento (2002) pensa o papel da alteridade no processo de constituição do sujeito, uma vez que o outro está presente em nossas vidas psíquicas, seja como modelo, objeto, apoio ou adversário. Ressalta que, apesar da generalidade da psicodinâmica narcísica e da projeção, o contexto das relações raciais hierarquizadas (isto é, como se dão historicamente em nossa sociedade) produz uma dinâmica psicológica específica, que está na base do preconceito racial. Em outras palavras, a despeito desse tipo de funcionamento psíquico se fazer presente no conjunto das populações, o contexto social racista demarca características e objetos particulares a esses processos, delimitando sistematicamente os sujeitos que farão parte do nós a ser protegido e do eles a ser estranhado e rejeitado.

Bento (2002) trabalha, então, com o conceito de pacto narcísico: uma aliança silenciosa de apoio e fortalecimento entre iguais (brancos), com a finalidade de conservar privilégios e interesses. Este pacto está atrelado à branquitude, de modo que processos que poderiam ser considerados “absolutamente normais” (p. 35) no desenvolvimento dos indivíduos, no contexto das relações raciais, adquirem outra faceta. Vinculam-se à legitimação e normalização da “apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e à manutenção de privilégios” (p. 35), no processo histórico e funcionamento cotidiano da sociedade brasileira. O silêncio aparece como aspecto comportamental da subjetividade da coletividade branca brasileira. Silêncio acerca das relações raciais e da realidade experienciada pelo outro (considerado diferente daqueles tidos como modelo universal da humanidade). A partir da análise de Orlandi (2007b) acerca da trama discursiva construída pela ciência, religião e política social, de modo a produzir um apagamento dos povos originários em relação à língua e à identidade nacional brasileira, Bento (2002) teceu suas considerações acerca do silêncio da branquitude. Silêncio que produz sentidos sociais de apagamento da importância histórica e condições de vida de segmentos sociais não brancos.

A autora identificou, também, que o pacto narcísico está intimamente relacionado ao medo, como aspecto característico da emocionalidade branca na relação com sujeitos e coletividades negras (Bento, 2002): “O medo, como outras emoções, faz parte de um complexo sistema de preservação da vida. Sentir medo não é negativo. Todos, igualmente, sentem medo

diante de situações de perigo iminente” (Bento, 2002, p. 35). Contudo, investigando a particularidade de ser branco em uma sociedade racista, a autora articula a gênese deste medo à na noção de paranoia e mostra que o medo está na essência do preconceito. Na paranoia, o medo se faz presente independentemente de situações de perigo iminente. Ou, nas palavras da autora, na paranoia há uma “manifestação distorcida em que o medo existe independente da ameaça, e é exacerbado como fator preditivo de ameaça” (Bento, 2002, p. 35). Bento (2002) retoma processos históricos, como a expansão da civilização europeia no contexto colonial, dialogando com Frantz Fanon, que havia relacionado o medo que povos europeus sentiam dos povos africanos a mecanismos projetivos.

Um exemplo sutil e corriqueiro disso é a expressão popularizada como “racismo reverso” ou “às avessas” que circula na sociedade brasileira indicando que negros estariam praticando racismo contra pessoas brancas. A expressão ajuda a reconhecer os aspectos discursivos e projetivos de que Bento (2002) fala. Em geral, a expressão “racismo reverso” emerge acompanhada de sentimentos de incômodo, e costuma ser sacada em debates sobre racismo como contraponto legitimador da existência do racismo anti-negro, já que supostamente os próprios negros também seriam racistas. Neste contexto, temos, também, a construção de um ethos de vítima para a coletividade branca, embora não se encontre respaldo na materialidade dos fatos históricos e sociais (como, por exemplo, ser assujeitada por um sistema de exploração baseado em supostos atributos raciais). Mas isso justificaria a legítima defesa e existência de brancos racistas. As queixas acerca do suposto “racismo reverso” dão notícias daquilo que Bento (2002, p. 35) descreve como “medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente”. Pois, embora, frequentemente proferida por pessoas que não se levantam contra o racismo (anti-negro ou contra povos originários) histórica e estruturalmente presente no Brasil, a expressão “racismo reverso” evidencia como as pessoas brancas temem ocupar socialmente o lugar destinado às populações negra e indígena. Justamente porque sabem o tratamento dispensado a elas pela coletividade branca da qual fazem parte. Como sinaliza Bento (2002), a expressão indica o medo que pessoas brancas têm de enfrentar o próprio racismo.

Bento (2002) escolheu o pacto narcísico como principal linha de análise do material das entrevistas que realizou em função de uma questão discursiva: “a maneira como surgem (ou são omitidos) no discurso dos entrevistados os dois principais atores: brancos(as) e negros(as)” (p. 155). Discurso de pessoas brancas participantes da pesquisa, no qual observou sentidos associados à “preocupação em preservar, isentar, proteger os interesses do grupo branco”, junto à “culpabilização e desvalorização dos negros e, por vezes, com uma indiferença em relação à violação de seus direitos” (p.155). Seguindo essa linha de análise, Bento (2002) mostrou que o preconceito resiste à educação e carrega uma indiferença moral a atos discriminatórios, muitas vezes reconhecidos como tal pelas próprias pessoas que os praticam. Para a autora, a permanência da delimitação de lugares sociais destinados aos grupos raciais específicos está atrelada ao pacto narcísico da branquitude, em uma dinâmica que entrelaça percepção, afetividade, comportamento interpessoal e prática social, atrelando-os à divisão sociorracial de lugares de privilégio e de inferioridade.

[...] É uma árdua tarefa reconhecer ao mesmo tempo o outro e o que somos, apreender nossos lugares recíprocos, situar a hierarquia de nossos papéis, bem como a estrutura de nossas relações. É necessário, ainda, encontrar a forma de reconhecer e viver nossas relações de violência e amorosas. É na busca do atingimento dessa meta que poderemos decifrar a natureza da organização e estruturas que ela adota, bem como compreender o quão não varia e o que é possível de ser transformado. (Bento, 2002, p. 160).

No movimento de acionar a teoria psicanalítica junto a outros saberes, as autoras protagonizaram a construção de um discurso do sujeito negro frente à psicanálise, introduzindo possibilidades de novos sentidos para essa disciplina. Fizeram emergir na psicanálise e reverberar na psicologia, um discurso contra-hegemônico acerca das relações raciais.

Na verdade, fissuraram o silenciamento da psicanálise frente às relações raciais, a despeito de trabalharem conceitos clássicos que, em geral, retornavam aos mesmos espaços do dizer, ainda que sob uma profusão de diferentes formulações. Sigamos para outro fio que une as produções das autoras: a experiência subjetiva como mulheres negras.

5 Epistemicídio, silêncio e condições de produção do discurso psicanalítico

[...] negras/os têm, ao longo, de suas histórias, tentado responder de outras formas à violência da colonialidade a partir do encontro com a dimensão de negritude que essas experiências possibilitam, erigindo coletivamente o reconhecimento de uma comunidade e a construção de pertencimentos. Esse movimento pode ser percebido hoje, através de diferentes expressões, nos brasis onde negras/os assumem as suas próprias histórias, tensionando os lugares de enunciações, portanto, de poder (Lima, 2020, p. 90).

Vimos como um traço compartilhado na obra das autoras o fato de se debruçarem sobre relações raciais no Brasil de forma absolutamente atrelada à nossa história colonial e à estrutura social e desigual calcada na racialidade. É possível tomar esse traço como eco da terceira fase do movimento negro no Brasil, quando, segundo Domingues (2007) havia um alinhamento à “esquerda” no movimento, em torno de reivindicações de justiça racial. Podemos dizer que todas elas, não somente comentaram pontualmente, mas se debruçaram sobre este processo histórico e seus mecanismos implicados na constituição de particularidades negras e brancas, e de sujeitos singulares racializados na nossa sociedade. Destacamos os diálogos das autoras com perspectivas críticas da história e da sociologia, com autores que também se posicionavam contra dominações, embora, como mostram Gonzalez (2020) e Bento (2002), estar no campo da esquerda, filar-se a teorias críticas etc. não garante chancela antirracista ou anti-opressões. De fato, não há discurso que “garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos” (Orlandi, 2007b, p.117). Como as autoras nos mostram, as dinâmicas raciais são muito mais complexas.

Frantz Fanon está presente como referência em todas as autoras que discutimos, com influências nos debates sobre: movimento da negritude, complexo de inferioridade e interna-

lização do racismo, projeção e branquitude, dialética entre brancos e negros, entre outros. A discussão de Fanon em torno da sociogênese apontou os limites e a insuficiência dos modelos explicativos clássicos sobre subjetividades e o sofrimento psíquico de pessoas negras (Lima, 2020). Gonzalez também fazia críticas sobre a insuficiência dos modelos teóricos que abordavam a, assim chamada, questão racial (2020):

Diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da população de cor (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações “conceituais” que se perdem no abstracionismo. Seu “distanciamento científico” quanto ao seu “objeto” (isto é, o negro e o mulato) revela, na realidade, a necessidade de tirar de cena um dado concreto fundamental: enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor. Alienação? Recalcamento? O fato é que, em termos teóricos, tal obstáculo epistemológico produz discursos parciais nos dois sentidos (Gonzalez, 2020, p. 31).

As obras das autoras em tela mostram a força da inscrição das significações da cultura no inconsciente singular. Lembremos que Bento (2002, p. 159) afirma que uma ideologia “sempre designa alguns como irmãos com os quais há que trabalhar na grande obra e reconciliação humana, e outros como estrangeiros, adversários ou inimigos”. Assim, uma ideologia possibilita aos indivíduos se situarem em uma “comunidade de negação”, “formação coletiva”, “sólida”, comunidade esta que nega e exclui da realidade o que a indis põe (p. 160). Neste sentido, além de ideologias racistas propriamente ditas (ideias de supremacia branca / inferiorização negra, indígena etc.), vimos que, no Brasil, a ideologia da democracia racial, tipicamente nacional, pode atuar como política de silêncio. Ou seja, pode produzir silenciamento de sujeitos que ousam afirmar a existência de contradições étnico-raciais em nossa sociedade em ambientes que prezam por manter silêncio a respeito. Neste caso, silenciar sobre o racismo e seus impactos psicossociais significa reafirmar o mito da democracia racial no campo psi. A manutenção do silenciamento converge com os interesses da branquitude, pois mantém o *status quo* desigual da distribuição de riquezas materiais e simbólicas, relação que também se expressa no campo psi, como dados dos censos profissionais da psicologia ajudam a evidenciar.

O debate que Moura (2014) faz acerca da tutela da produção literária negra, também nos remete ao silêncio histórico do campo psi acerca do sofrimento psíquico decorrente do racismo. “A intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores” (Orlandi, 2007b, p. 49). Evoca memórias do controle sobre linguagem-pensamento da população negra. Toda as práticas sociais, seus sentidos, suas formações e matrizes discursivas se disponibilizam a partir da grande memória, histórica e permanente que é o interdiscurso. O discurso (antropológico) que associava grupos étnico-raciais a tipos, portadores de supostas qualidades intrínsecas e carregadas de julgamentos morais e de valor (Bento, 2002), segue sustentando dizeres que se atualizam e dissimulam em novas abordagens ou velhos posicionamentos consolidados. O mesmo observa-se com a oposição primitivo-civilizado das teorias evolucionistas.

Se, por um lado, o mito da democracia racial impõe silêncio sobre dinâmicas racistas, por outro, o próprio silêncio a desorganiza: “A interlocução não é bem-comportada, nem obedece a uma lógica pré-estabelecida.” (Orlandi, 2007b, p. 49). Assim, as autoras fizeram resistência, a partir da psicanálise. Partindo do debate mais consolidado no século XX sobre a constituição do sujeito, propuseram discussões sofisticadas sobre ideologia, sofrimento psicossocial a partir da racialidade, branquitude etc. O fato dessas quatro autoras serem mulheres negras produzindo conhecimentos acerca de relações raciais na academia não deve ser invisibilizado ou subestimado. Nem o fato de fazerem menção à própria racialidade e/ou às experiências profissionais, militantes e/ou outros campos da vida como fator de implicação para o desenvolvimento de seus estudos sobre relações raciais. Como vimos, elas assumem, em seus discursos, uma posição-sujeito contra-identificada (Indursky, 2013) com as ideologias raciais dominantes (especialmente, no que tange o mito da democracia racial), que subjazem ao aparente desinteresse da categoria psi na temática racial e seus impactos psicossociais.

A obras de Lélia Gonzales, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento produziram importantes deslocamentos em relação ao discurso psicanalítico brasileiro clássico, utilizando conceitos deste campo para abordar as relações raciais no Brasil e seus atravessamentos psíquicos. Neste sentido, é preciso reconhecer que o lugar social que as autoras ocupam como mulheres negras está intimamente relacionado às condições de produção de um discurso de vanguarda, que assume protagonismo numa articulação entre psicanálise e relações raciais no Brasil e que se coloca, de fato, contra os discursos que perpetuam o racismo na teoria e atuação da clínica psi. Reconhecer esta relação entre lugar social e condições de produção de discursos não significa a impossibilidade de outros grupos étnico-raciais desenvolverem estudos importantes sobre relações raciais, que contribuam para o combate ao racismo. Nem significa que, em si ou a priori, bastaria a cor da pele negra para que as autoras tivessem os posicionamentos que destacamos aqui. Qualquer um destes entendimentos contrariaria o fato de que, a despeito de elementos compartilhados da particularidade (ser uma pessoa branca ou negra), a singularidade carrega uma expressão própria, de modo que a biografia única de cada uma conferiu condições de possibilidades para que construíssem as perspectivas de suas obras. Assim, de forma não determinística, linear ou causal, é preciso considerar o pertencimento racial associado a suas experiências e trajetórias de vida, permitindo-lhes a formação de uma consciência racial que demarcava para elas uma posição diferente da coletividade branca nas relações raciais.

Portanto, entendemos que a consciência racial advinda da experiência vivida como mulheres negras atravessadas tanto pela realidade do racismo como por dizeres contra a opressão racial compõe as condições de produção do discurso das autoras. Vemos nesta imbricação a base do que Collins (2016) observou acerca da capacidade de mulheres negras sociólogas terem perspectivas e *insights* especiais em relação às teorias hegemônicas iluminando suas “anomalias” (Collins, 2016, p. 123). Collins (2016) nomeia o status destas acadêmicas negras de “forasteiras de dentro” (*outsider within*). No protagonismo das obras destas quatro autoras, em relação ao discurso da psicanálise brasileira sobre relações raciais, rompendo com processos de significação naturalizados e ainda presentes neste campo, ressoam dizeres dos movimentos da negritude, de lutas quilombolas e anticoloniais, já ditos de emancipação frente à opressão negra. Também são inegáveis a influência direta e o ressoar de suas produções na ruptura do silenciamento acerca do racismo nas graduações de psicologia, na organização de coletivos negros, periféricos e contra-hegemônicos atuantes na clínica psicanalítica e psicológica, bem como nas especificidades das demandas de atendimento trazidos por pessoas negras.

6 Considerações finais: academia e a luta política contra o racismo

Neste artigo, vimos que uma importante marca da produção de conhecimentos comum às autoras para a apreensão das relações raciais é a tomada de conhecimentos já acumulados acerca da trajetória história do colonialismo ao capitalismo brasileiro (indissociável das desigualdades raciais), independentemente de a ênfase do estudo recair sobre particularidades ou singularidades racializadas. Como afirma Lima (2020, p. 89), “é tarefa dos nossos tempos dar conta dessas interpelações que emanam de uma pluralidade de sujeitos que não compactuam mais com a dimensão de alienação e de violência na qual as vidas negras têm sido colocadas”. Neste sentido, é preciso lembrar que a atuação clínica pressupõe o lidar, também, com a subjetividade de quem a pratica (Figueiredo, 2018). Assim, reconhecer e enfrentar as ideologias que atravessam profissionais do campo psi (na produção de conhecimentos, no ensino e prática clínica), é tarefa fundamental.

As obras de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida da Silva Bento deram passos fundamentais nessa direção. Suas produções testemunham a resistência e luta contra o racismo no seio da academia. Ampliaram e fizeram avançar o conhecimento no campo dos saberes psicológicos. E, simultaneamente, trouxeram importantes contribuições para a reivindicação de novas demandas dos movimentos sociais no enfrentamento do racismo através dos tempos, tal como a contemporânea reivindicação de inclusão de estudos sobre relações raciais nos cursos de psicologia por parte de coletivos negros.

Suas trajetórias e seus trabalhos mostram, portanto, que a produção de conhecimento na academia não se resume à prática política mas, de forma alguma, está apartada dela e da realidade social na qual se produz. Suas atuações evidenciam, entre outras coisas, a importância da implicação e da constituição de corpos discentes e docentes plurais. Ao discutirmos a relevância de suas presenças e protagonismo, fica nítida a importância de pesquisadoras negras na academia que, mobilizadas por suas experiências, produziram e produzem estudos implicados com o enfrentamento do racismo. Suas existências são prova viva da necessária crítica ao discurso de neutralidade e separação sujeito-objeto como condição para a atitude científica, visto que sua defesa opera na direção da manutenção do status quo da desigualdade racial e epistemicídio na psicanálise e na psicologia.

Por fim, os limites da clínica psicanalítica ou psicológica frente à realidade socio-histórica brasileira, na construção de conhecimentos e práticas que contribuam para o enfrentamento do racismo e seus impactos, precisam ser ponto de inflexão permanente. Entendendo que tais limites decorrem da constituição do racismo enquanto fenômeno estrutural na sociedade brasileira e da própria constrição do campo psi, não das pessoas e populações a quem sua linguagem não alcança.

Declaração de autoria

As autoras declaram que contribuíram para a elaboração do manuscrito submetido. A primeira autora, Cecília de Aquino Barbosa, contribuiu com a concepção e o desenho do trabalho; com a composição do dispositivo de análise; com a redação, a revisão crítica e a elaboração da versão final para publicação. A segunda autora, Amana Rocha Mattos, contribuiu com a redação, a revisão crítica e a revisão da versão final para publicação.

Referências

- AMARO, T. V.; MATTOS, A. R. “Eu quero uma psicóloga preta”: prática clínica, racialização e identificações no contemporâneo. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 297-325, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382022000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ANDRADE, E.; SOUZA, P. S. Neusa Santos Souza. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 4, 2023, p. 1-17. ISSN: 2526-6187. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2023/03/Neusa-Santos-Souza-PDF.docx-1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2025.
- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 176f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. DOI: 10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514.
- BENTO, M. A. S. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. B. (Orgs). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C. Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 32, n. 1 p. 1-8, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/6958/6958>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKfqr6GLVMn/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, v. 12, n. 23. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jan 2026.
- FARIAS, M. O protesto negro em questão: contribuições de Clóvis Moura para a Psicologia Crítica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1*. Brasília: CFP, 2022. p. 72-91 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FARIAS, M. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Editora Dandara, 2024.
- FAUSTINO, D. M. [Entrevista concedida a] Paula Gaudenzi e Wania Cidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 9, p. 2519-2526, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3H58XL4HfCDX9zHNvRgpqf-c/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2023.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- FIGUEIREDO, L. C. M. Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n.1, p. 89-96. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38112>. Acesso em 28. abr.2024.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARNECKER, M. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo: Editora Parma, 1983.
- INDURSKY, F. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. *Signo y Señal*, n. 24, dez. 2013. p. 91-104. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72, n. esp., p.80-93, 2020. DOI: 10.36482/1809-5267.ARB2020v72s1p.80-93
- MARTINS, H. V. Usos dos discursos psi: a questão racial (1930-1950). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): p. 33-47, 2020. DOI: 10.36482/1809-5267.ARB2020v72s1p.33-47
- MARTINS, H. V. Raça, colonialismo e o discurso decolonial: resistência e ressonâncias negras na Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) *Psicologia brasileira na luta antirracista* : volume 1. Brasília : CFP , 2022. p. 72-91 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Revista Desenredo*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5890>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois em co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- MUNANGA, K. Prefácio. In: NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 23-29.
- NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- OLIVEIRA, G. S. Os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos. In: FARIAS, M. *Clóvis Moura e o Brasil*: um ensaio crítico. São Paulo: Editora Dandara, 2024.
- OLIVEIRA, I. F.; COSTA, V. C. A.; YAMAMOTO, O. H. A Psicologia no Brasil: uma história em construção. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) . *Quem faz a psicologia brasileira?* : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho. Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] Brasília: CFP , 2022. p. 11-41. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.
- ORLANDI, E. L. P. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, E. L. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.
- PURINELLI, A. M. Formação Social. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). *Glossário de termos do discurso*: edição ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 131-133.
- RIOS, F.; LIMA, M. Introdução. In: GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

SANDALL, H.; QUEIROGA, F; CONDIM, S. M. G. Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) . *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho*. Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] Brasília: CFP , 2022. p. 42-53. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf Acesso em: 26 jun. 2024.

SCHUCMAN, L.V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. spe, p. 172–185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt#>. Acesso em: 01. jul. 2023.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, M. L. Passos marcantes de Maria Lucia da Silva pela psicologia, relações raciais e de gênero. [Entrevista concedida a] Clélia Prestes; Deivison Mendes Faustino. In: DAVID, E.C; PASSOS, R. G.; FAUSTINO, D. M.; TAVARES, J. S. C. (orgs.). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec, 2021.

SLAVUTZKY, A. Apresentação. In: NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 17-22.

SOARES, D. C. O.; MATTOS, A. R. As infâncias de Bitita e Juan Francisco Manzano: autobiografia como fabulação crítica na autoria negra. *Bakhtiniana*, São Paulo, 20 (3): e66498p, jul./set. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390577180_As_infancias_de_Bitita_e_Juan_Francisco_Manzano_autobiografia_como_fabulacao_critica_na_autoria_negra. Acesso em: 17 abr. 2025.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Minando a resistência: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração

Undermining Resistance: Corporate Discourse as a Silencing Strategy in Mining Territory

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima

Universidade Nova de Lisboa (UNL)
Lisboa | PT
ana.alkmim@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-5909-8565>

Janaína Alves More

Universidade Positivo | Curitiba | PR | BR
janaina.more84@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7832-4553>

Resumo: Este artigo analisa criticamente as estratégias discursivas adotadas por uma empresa multinacional mineradora após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em 2019. Com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), investiga-se como o discurso empresarial opera na construção da reputação corporativa e na legitimação de práticas hegemônicas em contextos de crise. Inserida no campo da Ecologia Humana, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com triangulação entre documentos oficiais, relatórios institucionais e entrevistas com a população atingida. O referencial teórico articula conceitos como neocolonialismo, capitalismo de desastre, *ethos* organizacional, *greenwashing* e silenciamento simbólico, revelando mecanismos linguísticos utilizados para obscurecer responsabilidades, reorganizar a memória coletiva e neutralizar o luto social. A análise propõe um modelo replicável de leitura discursiva que identifica quatro facetas do *ethos* discursivo institucional: a empresa aprendiz, a mãe, o mito da força reconstrutora e a arauta do futuro. Em contraposição, emergem narrativas de teor testemunhal, por meio das quais os sujeitos atingidos resistem aos enquadramentos institucionais e inscrevem memórias subterrâneas que desestabilizam a versão oficial dos fatos. Os resultados evidenciam que o discurso da empresa funciona como instrumento de dominação simbólica, operando na normalização da desigualdade e no controle das formas de lembrar e narrar o desastre. Conclui-se que a linguagem corporativa,



longe de ser neutra, exerce papel central na disputa por sentidos em territórios minerados. Esta análise almeja oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas públicas de reparação e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Governança corporativa do desastre; Disputa discursiva; Testemunho; Silenciamento simbólico.

Abstract: This article critically analyzes the discursive strategies adopted by a multinational mining company, following the collapse of the tailings dam in Brumadinho (MG), Brazil, in 2019. Grounded in Critical Discourse Analysis (CDA), it investigates how corporate discourse operates in constructing corporate reputation and legitimizing hegemonic practices in crisis contexts. Situated within the field of Human Ecology, the study adopts a qualitative approach, triangulating official documents, institutional reports, and interviews with the affected population. The theoretical framework articulates concepts such as neocolonialism, disaster capitalism, institutional discursive *ethos*, greenwashing, and symbolic silencing, revealing linguistic mechanisms used to obscure accountability, reorganize collective memory, and neutralize social mourning. The analysis proposes a replicable model of discursive reading that identifies four facets of corporate *ethos*: the learning company, the mother, the myth of reconstructive strength, and the herald of the future. In contrast, testimonial narratives emerge, in which affected subjects resist institutional framings and inscribe subterranean memories that destabilize the official version of events. The results show that corporate discourse functions as an instrument of symbolic domination, operating in the normalization of inequality and in the control over how the disaster is remembered and narrated. It is concluded that corporate language, far from being neutral, plays a central role in the struggle over meaning in mined territories. This analysis aims to provide insights to support the strengthening of public policies for reparation and socio-environmental justice.

Keywords: Disaster corporate governance; Discursive dispute; Testimony; Symbolic silencing.

1 Introdução

Em 25 de janeiro de 2019, a barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, pertencente à mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho, cidade brasileira de 40 mil habitantes, rompeu-se, provocando o vazamento de aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos. 272 pessoas morreram e três permanecem desaparecidas. 48 municípios foram afetados pela poluição e cerca de 24 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas em decorrência daquele que é considerado o maior desastre envolvendo barragens na década.¹

Em regiões afetadas por tragédias socioambientais, a disputa por narrativas é tão importante quanto a busca por reparações materiais. Nesse cenário, onde linguagem, poder e território se entrelaçam, a Ecologia Humana surge como uma abordagem analítica eficaz para revelar os discursos que moldam esses contextos. Trata-se de um campo transdisciplinar que se dedica à análise das interações entre sociedades humanas e ecossistemas, articulando saberes das ciências da vida, da Terra e das humanidades. Seu foco está em compreender como grupos sociais se adaptam às transformações ambientais e, ao mesmo tempo, influenciam os sistemas naturais que os cercam (Becker; Ostrom, 1995). Em sua vertente crítica, a Ecologia Humana identifica os conflitos socioambientais não apenas como respostas a mudanças ecológicas, mas como fenômenos complexos, atravessados por desigualdades históricas, interesses econômicos e disputas simbólicas que transcendem a materialidade dos danos ambientais (Catton Jr.; Dunlap, 1998; Pires, 2021). No contexto da globalização neoliberal, tais conflitos se intensificam, especialmente em territórios afetados por grandes empreendimentos extrativistas. Como alerta Santos (2019), o acoplamento entre ecossistemas e sociossistemas configura um campo de embates entre grupos hegemônicos e subalternos, promovendo desequilíbrios que vão além da degradação ambiental e alcançam dimensões políticas, culturais e discursivas. A maldição dos recursos naturais (Auty, 1993; Aknin, 2021) exemplifica esse paradoxo: regiões ricas em minerais, como as impactadas pela mineração no Brasil, experimentam maior vulnerabilidade social, agravada por práticas corporativas sustentadas por discursos legitimadores (Nkrumah, 1965; Fontoura *et al.*, 2019).

O discurso empresarial emerge como um dos principais instrumentos de gestão simbólica dessas contradições. Rezende e Ramalho (2006) destacam que, no capitalismo global contemporâneo, a linguagem é mobilizada para naturalizar reestruturações e legitimar desigualdades, por meio de repetições que obscurecem intenções ideológicas dos atores. A Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece um caminho eficaz para desvelar tais mecanismos, identificando estratégias simbólicas que sustentam relações hegemônicas em territórios impactados.

Este artigo analisa um cenário de comoção social e pressão pública, em que a empresa ativou dispositivos discursivos para reconstruir sua imagem e neutralizar o contradiscurso dos atingidos. A escuta das narrativas emergentes na comunidade atingida revela, contudo, tensões e resistências que confrontam o discurso institucional. Com base na ACD, esta investigação busca compreender como tais estratégias operam na construção de um *ethos* discursivo institucional que combina responsabilidade social e apagamento simbólico da culpa.

Embora exista uma literatura consolidada sobre governança ambiental (Banerjee, 2008; Bebbington *et al.*, 2018), bem como estudos sobre decoupling entre discurso e prá-

¹ <https://veja.abril.com.br/brasil/brumadinho-e-o-maior-desastre-com-barragens-da-decada-aponta-oit/>

tica organizacional (Contreras-Pacheco, 2018) e sobre a instrumentalização da responsabilidade social corporativa como estratégia de legitimação simbólica e gestão de impressões (Banerjee, 2008a; Cho *et al.*, 2015; Delmas; Burbano, 2011; Marquis *et al.*, 2016), essa produção permanece majoritariamente concentrada na análise de políticas, modelos de gestão e dispositivos institucionais em nível organizacional ou normativo.

Permanecem relativamente raros os trabalhos que investigam como esses mecanismos operam discursivamente em contextos concretos de desastre socioambiental, especialmente a partir da tensão entre narrativas empresariais e os testemunhos das populações atingidas.

Estudos recentes têm examinado o papel da linguagem em contextos de catástrofe (Filho; Freire, 2021; Lamsal *et al.*, 2023; Vitiugin; Castillo, 2022) e, no campo das corporações extrativistas, diversos autores analisam estratégias de gestão da reputação e da reparação simbólica (Alencar; Durso; Cunha, 2025; Antunes-Rocha *et al.*, 2025; Carvalho, 2024; Gadelha *et al.*, 2024; Leal *et al.*, 2025; OCDE, 2023; Seligmann-Silva *et al.*, 2023; Soares; Bonduki, 2024). Contudo, esses trabalhos tendem a privilegiar ou a análise institucional e jurídica da reparação, ou a crítica à comunicação empresarial e midiática, sem articular sistematicamente o discurso corporativo às narrativas testemunhais das populações atingidas como campo de disputa simbólica pelo sentido do desastre.

Em outras palavras, falta ainda uma investigação que trate o território afetado como espaço de conflito discursivo, no qual se confrontam, de um lado, a linguagem institucional de governança, reparação e sustentabilidade e, de outro, as narrativas de dor, memória e resistência produzidas pelos sujeitos atingidos. É precisamente nessa interseção – entre discurso empresarial, governança do desastre e testemunho – que este artigo se insere.

Ao articular a Análise Crítica do Discurso com a Ecologia Humana, este estudo não apenas examina estratégias de legitimação organizacional, mas propõe compreender como a linguagem opera como tecnologia de poder nos territórios minerados. Nesse sentido, a contribuição do artigo não reside apenas em analisar o discurso corporativo, e, sim, em reconstruir o próprio campo de disputa simbólica entre empresa e populações atingidas como objeto central de investigação.

Embora autores como Fairclough (2003) e Wodak (2015) tenham demonstrado de forma consistente como o discurso opera como tecnologia de poder, legitimação e negação em contextos políticos e institucionais, essas abordagens raramente foram mobilizadas para analisar os conflitos discursivos em territórios afetados por desastres socioambientais. As análises de Klein (2008) e Rojas (2020) sobre o capitalismo de desastre pouco exploram os recursos linguísticos utilizados pelas corporações para reconfigurar a memória coletiva.

Este artigo propõe um deslocamento analítico ao articular a ACD com a Ecologia Humana, buscando compreender como o discurso empresarial atua na produção de consenso e na legitimação da autoridade simbólica em contextos marcados por violência ambiental e institucional. Nesse horizonte, os relatos das populações atingidas são compreendidos como narrativas testemunhais (Pollak, 1989; Seligmann-Silva, 2023), que não apenas denunciam fatos, mas reivindicam legitimidade a partir da experiência direta do trauma. Ao integrar essas vozes à pesquisa crítica, o estudo as reconhece como formas de resistência simbólica e disputa por memória, verdade e justiça.

Ao confrontar relatórios institucionais, documentos oficiais e relatos da população atingida, esta pesquisa evidencia os embates entre o discurso corporativo e as vozes que resistem à sua hegemonia, posicionando a linguagem no centro das disputas por sentido e reparação em territórios marcados pelo luto e pela luta.

A articulação entre os fundamentos da ACD e a perspectiva crítica da Ecologia Humana proporciona uma abordagem inovadora para compreender os conflitos socioambientais como disputas simultaneamente materiais e simbólicas. Essa conexão metodológica permite analisar, de forma integrada, tanto impactos sociais e ecológicos de grandes empreendimentos extrativistas quanto mecanismos discursivos por meio dos quais as corporações constroem narrativas legitimadoras de suas práticas e apagam simbolicamente suas responsabilidades.

Ao lançar luz sobre os efeitos ecológico-discursivos da linguagem empresarial, este trabalho contribui para ampliar o escopo analítico da Ecologia Humana, evidenciando como a destruição territorial e a produção de consenso se entrelaçam como faces de um mesmo processo de dominação, ao posicionar o discurso como operador central na disputa por sentidos, memórias e formas de reparação nos territórios marcados pela mineração.

Parte-se da hipótese de que a linguagem corporativa da Vale S.A. opera como dispositivo de dominação simbólica, legitimando práticas hegemônicas e silenciando os contradiscursos produzidos pelas populações atingidas. A pergunta que orienta a pesquisa é: de que forma o discurso institucional da Vale S. A., após o rompimento da barragem de Brumadinho, constrói um *ethos* institucional que obscurece responsabilidades e reforça relações de poder?

Tal investigação insere-se no contexto mais amplo do *capitalismo de desastre* (Klein, 2008), ambiente que favorece a adoção de estratégias discursivas e institucionais orientadas à desmobilização das vítimas e à consolidação de formas de dominação simbólica.

Além desta introdução, o artigo apresenta quatro seções principais. A primeira contém o referencial teórico, que articula Ecologia Humana, Análise Crítica do Discurso (ACD) e teorias do poder simbólico e da comunicação organizacional, abordando conceitos como neocolonialismo, capitalismo de desastre, silenciamento simbólico e estratégias de legitimação discursiva. Nessa seção, é também apresentado o conceito discursivo de *ethos* discursivo, compreendido como imagem de si construída na e pela enunciação, que orienta os procedimentos analíticos do estudo.

A segunda seção expõe a metodologia qualitativa adotada, com foco na ACD e na triangulação de *corpora* compostos por documentos institucionais da Vale S.A., materiais oficiais e entrevistas com atingidos pelo desastre de Brumadinho. Na terceira seção, discutem-se os resultados da análise, identificando quatro facetas do discurso empresarial – a empresa aprendiz, a mãe, o mito e a arauta do futuro – contrapostas ao contradiscurso crítico da população atingida. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando os principais achados, contribuições do estudo e implicações para o debate sobre justiça ambiental e responsabilização corporativa.

2 Referencial Teórico

2.1 Organizações, Discurso e Poder

Nos últimos anos, observa-se a consolidação da ACD como uma abordagem potente para revelar os mecanismos discursivos que sustentam relações de poder (Chouliaraki; Fairclough, 1989; Fairclough, 2001, 2003; Wodak, 2001). Este artigo se apoia nesse arcabouço, propondo uma ampliação metodológica ao conectá-lo com os fundamentos da Ecologia Humana, de modo a analisar as dimensões simbólicas e ecológicas da linguagem empresarial em territórios impactados por desastres.

A ACD configura-se como campo transdisciplinar investigativo das relações entre linguagem, poder e ideologia. Fundamenta-se na compreensão de que o discurso tanto reflete a realidade quanto constitui ativamente práticas sociais, permitindo examinar como estruturas discursivas produzem e reproduzem assimetrias sociais. O discurso é visto como prática social com agência, moldando subjetividades, percepções coletivas e estabelecendo regimes de verdade. O compromisso da ACD transcende a descrição textual, incorporando engajamento ético-político com os contextos histórico-sociais de produção e circulação discursiva. Ao revelar como enunciados aparentemente neutros veiculam ideologias e reforçam estruturas de dominação, a ACD mostra-se eficaz para compreender disputas simbólicas nos campos organizacional e ambiental.

Gramsci (1995) define a hegemonia como uma forma de dominação relativamente duradoura, exercida por um grupo social sobre outros, sustentada por um processo de naturalização de práticas, valores e significados que reproduzem desigualdades. No contexto corporativo, essa hegemonia se materializa discursivamente: a linguagem atua como agente central de naturalização por meio de narrativas legitimadoras que sustenta a hegemonia empresarial, mediante narrativas legitimadoras que mascaram relações de poder. Nessa perspectiva, conforme Bourdieu (2003), o discurso opera como mecanismo de dominação simbólica, impondo classificações do mundo social que tendem a ser percebidas como neutras e naturais, ao mesmo tempo em que naturalizam hierarquias e desigualdades.

Nesse sentido, o discurso hegemônico de organizações com alto impacto socioambiental, como mineradoras, caracteriza-se pela produção de estruturas sofisticadas de legitimação que minimizam impactos negativos de suas atividades e deslocam responsabilidades. Esse fenômeno manifesta-se de modo particularmente evidente em catástrofes como o rompimento da barragem em Brumadinho, marcado por intenso conflito narrativo entre a empresa, órgãos reguladores e as populações atingidas. Enquanto a Vale S.A. mobiliza estratégias discursivas para projetar imagens de si associadas ao compromisso com reparação e sustentabilidade, as narrativas das vítimas expõem as contradições entre fatos vividos e as representações promovidas pela empresa (Miguelles *et al.*, 2023; Santos, 2019).

O contradiscurso das populações atingidas constitui, assim, uma prática contra-hegemônica que, ao desafiar representações institucionalizadas, desestabiliza relações de poder e propõe novos sentidos para a realidade social (Fairclough, 2003). Em Brumadinho, as vozes das comunidades afetadas configuram uma forma de resistência simbólica, ao contestar a narrativa corporativa e reinscrever no espaço público os efeitos concretos da tragédia e suas injustiças.

A relação entre discurso e poder, segundo Ramalho e Rezende (2011), torna-se particularmente visível nas narrativas empresariais mobilizadas em contextos de crise. Multinacionais frequentemente empregam mecanismos discursivos que atenuam sua responsabilidade e redirecionam o problema para fatores externos, como falhas sistêmicas ou eventos imprevisíveis. Esse tipo de operação é amplamente conhecido como *greenwashing*, termo originalmente cunhado por Westerveld (1986) para designar estratégias comunicacionais por meio das quais organizações projetam uma imagem de responsabilidade ambiental sem promover mudanças estruturais em suas práticas. Segundo Delmas e Burbano (2011), esse processo produz uma desconexão entre discurso e prática, na qual elementos retóricos e simbólicos são utilizados para simular sustentabilidade sem redução efetiva dos impactos ambientais. Tal dinâmica, alinhada ao conceito de *decoupling* (Contreras-Pacheco, 2018), evidencia como o discurso opera para desvincular retórica organizacional das práticas concretas.

O termo *decoupling* (ou descolamento organizacional) foi inicialmente adotado na teoria institucional para descrever a separação entre políticas formais e práticas reais nas organizações. No campo da comunicação organizacional, Contreras-Pacheco (2018) atualiza o termo para evidenciar a discrepância entre o discurso corporativo – especialmente no que diz respeito à sustentabilidade e responsabilidade social – e as ações efetivamente implementadas. Essa desconexão deliberada permite que empresas performem conformidade normativa sem alterar suas práticas estruturais, protegendo sua reputação enquanto mantêm modelos de negócio extrativistas. O *decoupling* discursivo, portanto, atua como um mecanismo simbólico de blindagem, que instrumentaliza a linguagem para suavizar críticas e evitar responsabilizações concretas.

As estratégias discursivas empresariais transcendem a construção da reputação corporativa, configurando disputas ideológicas nas quais diversos atores competem por posições na arena pública. Gudynas (2009) e Martínez-Alier (2002) mostram que o discurso corporativo se apropria de conceitos como desenvolvimento e modernização para justificar práticas que perpetuam exploração econômica e exclusão social. Essa construção discursiva mantém uma governança em que corporações exercem poder desproporcional sobre comunidades locais, muitas vezes substituindo o Estado na formulação de políticas compensatórias. Santos (2019) sustenta que tal dinâmica integra uma estrutura global de desigualdade, em que países do Sul Global permanecem subordinados às agendas econômicas corporativas, sendo manipulados por discursos que mascaram relações de dependência e intensificam assimetrias sociais.

A análise de eventos críticos no setor extrativo revela que o discurso organizacional utiliza recursos linguísticos específicos para estabelecer hegemonia discursiva, revelando padrões recorrentes: eufemização de danos, valorização da inovação tecnológica como solução e diluição de responsabilidades institucionais (Fairclough, 2003; Wodak, 2015). Tais estratégias se manifestam nas narrativas de mineradoras, que minimizam a percepção pública dos impactos de suas operações, privilegiando discursos centrados em medidas corretivas e reforçando valores de transparência e compromisso social. No caso de Brumadinho, o discurso da Vale S.A. fundamentou-se na construção de uma identidade organizacional resiliente, posicionando-se como agente de transformação e aprendizado contínuo, enquanto ignorava evidências de negligência e impactos de longo prazo sobre os atingidos (Miguelles *et al.*, 2023).

2.2 Mineração, Poder e Neocolonialismo

Empreendimentos multinacionais em nações periféricas frequentemente envolvem atividades extrativistas com volumosos recursos financeiros, fomentando condutas neocolonialistas (Gudynas, 2009). Nkrumah (1965) define neocolonialismo como o estágio final do imperialismo, em que países aparentemente independentes têm suas políticas e seus sistemas econômicos controlados externamente por países mais desenvolvidos. Em uma versão atualizada da relação metrópole-colônia, nações periféricas comercializam matérias-primas a preços internacionais, adquirindo produtos manufaturados das nações centrais, o que limita possibilidades de industrialização e cria dependência. Esse controle neocolonial é frequentemente exercido por conglomerados financeiros vinculados a mais de um país.

Nkrumah (1965) observa que agentes neocoloniais exercem poder sem assumir responsabilidades correspondentes. O capital estrangeiro atua como instrumento de exploração e não de desenvolvimento, intensificando desigualdades ao transferir conflitos sociais para as nações exploradas. Brasil e Bolívia são exemplos do Paradoxo da Abundância (Aknin, 2021; Auty, 1993): suas populações enfrentam conflitos e deterioração social em regiões mineadoras devido à atuação multinacional. A assistência oferecida pelos controladores constitui créditos que retornam como maiores lucros para as corporações.

Essas práticas de controle estrutural são potencializadas em situações de crise, intensificando mecanismos de dominação simbólica e econômica – contexto em que se insere o capitalismo de desastre. Esse termo, proposto por Klein (2008), descreve a instrumentalização de crises para implementar agendas neoliberais, transferindo responsabilidades estatais para corporações sob pretexto de urgência. O fenômeno, também analisado por Bourdieu (1997), Hayden (2002), Santos (2019) e Swaney (1995), mostra como medidas inicialmente provisórias tornam-se transformações permanentes nas estruturas socioeconômicas de territórios vulnerabilizados.

Em análise sobre o reassentamento de Bento Rodrigues (Mariana, MG),² Soares e Bonduki (2024) observam como a Fundação Renova impôs um novo ordenamento urbano dissociado das identidades locais. Essa ação, sob uma lógica de autoritarismo corporativo, excluiu os atingidos das decisões e reconfigurou o território simbolicamente. A retórica empresarial de responsabilidade e aprendizado atua, assim, na produção de consenso e na consolidação de uma memória oficial do desastre.

O conceito de capitalismo de desastre tem raízes na visão de crise de Friedman (1962), que defendia reformas liberalizantes imediatas após desastres, alinhando-se à lógica neoliberal, que prioriza o mercado sobre a democracia e a solidariedade (Harvey, 2008). Rojas (2020, p. 54) define o capitalismo de desastre como a manifestação das “interfaces entre catástrofes ‘naturais’ e os superlucros de corporações”. No Brasil, a autora critica o uso de mecanismos de “tortura social”, que fragilizam as vítimas para induzi-las a aceitar compensações indevidas e desmobilizar oposições. Tais mecanismos visam “reduzir o gasto social ao máximo, neutralizar a resistência e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil” (Rojas, 2020, p. 227).

² O caso de Brumadinho foi a segunda grande tragédia envolvendo a Vale S.A., em pouco mais de três anos. Em 2015, a barragem de Fundão, propriedade da Samarco, que pertence à Vale e à BHP Billington, rompeu-se na cidade de Mariana, matando 19 pessoas.

Cinco técnicas de “tortura social” são identificadas por Rojas: 1) “Sufocamento econômico”, com limitações em auxílios e atrasos em indenizações; 2) “Sufocamentos intrafamiliares, familiares e comunitários”, dividindo núcleos próximos nos processos indenizatórios; 3) “Sufocamento e adoecimento psíquico”, visando desestabilizar mentalmente os atingidos; 4) “Sufocamento físico”, devido à contaminação ambiental; e 5) “Sufocamento político”, com repressão a lideranças locais. Como resultado, as vítimas aprendem a “olhar para o horror sem realmente vê-lo ou tampouco senti-lo; aprenderam a tolerá-lo e, finalmente, a aceitá-lo, até justificá-lo” (Rojas, 2020, p. 276). Isso leva à aceitação de propostas de reparação insuficientes.

2.3 Estratégias Discursivas e Gestão de Reputação Empresarial

2.3.1 O *ethos* discursivo institucional como dispositivo simbólico

Neste trabalho, o conceito de *ethos* é adotado a partir da Análise do Discurso de tradição francesa, sobretudo conforme desenvolvido por Dominique Maingueneau. Nessa perspectiva, o *ethos* não designa uma identidade psicológica, um traço de personalidade, uma intenção estratégica do enunciador, nem uma estratégia de autopresentação comunicacional, mas, sim, a imagem de si que se constrói na e pela enunciação, sendo inseparável das condições de produção do discurso e da cena enunciativa que o sustenta (Maingueneau, 2005; 2008; 2010). Trata-se, portanto, de um efeito discursivo, produzido no próprio funcionamento do enunciado, que propõe ao coenunciador uma certa maneira de ser, de falar e de ocupar um lugar no mundo social. Do ponto de vista analítico, isso implica tratá-lo não como uma intenção psicológica do enunciador nem como uma estratégia comunicacional isolada, mas como um efeito discursivo produzido por um conjunto relativamente estável de marcas linguísticas, enunciativas e interdiscursivas.

O *ethos*, nessa concepção, não é um ornamento retórico nem um recurso de persuasão deliberadamente controlado pelo sujeito, mas um modo de presença discursiva que emerge da articulação entre o que é dito, a forma como é dito e o lugar institucional a partir do qual se enuncia. Todo discurso, ao se produzir, projeta uma determinada figura de enunciador – aquilo que Maingueneau denomina *fiador* – e convida o destinatário a incorporar essa figura, isto é, a aderir não apenas a um conteúdo proposicional, mas também a um certo universo de valores, atitudes e modos de existência implicados pelo dizer. Esse processo de *incorporação* constitui uma dimensão central do funcionamento do *ethos* e explica por que ele opera como um poderoso princípio de legitimação simbólica.

Maingueneau distingue, ainda, o *ethos pré-discursivo* – ligado às representações socialmente disponíveis sobre quem fala (no caso, uma grande empresa mineradora, com determinada história e posição institucional) – e o *ethos discursivo*, que se constrói efetivamente no curso da enunciação. É precisamente nessa tensão entre expectativas anteriores e imagem construída no discurso que se joga a eficácia simbólica do *ethos*. No caso dos discursos corporativos, essa dinâmica é particularmente relevante, pois a enunciação institucional mobiliza, ao mesmo tempo, um lugar de autoridade já constituído e estratégias discursivas de reinscrição dessa autoridade em contextos de crise, contestação ou perda de legitimidade.

A análise do *ethos* supõe, portanto, considerar a cena de enunciação na qual o discurso se inscreve: quem fala, de que lugar institucional, em que situação histórica, sob que regime

de circulação e para que públicos. O *ethos* não existe fora dessa cena, nem pode ser reduzido a um atributo interno do enunciador; ele é uma construção situada, dependente das condições sociais, institucionais e históricas de produção do discurso.

Essa concepção de *ethos* discursivo é aqui articulada à Análise Crítica do Discurso, especialmente à noção de discurso como prática social (Fairclough, 1992; 1995). Se, por um lado, Maingueneau fornece as ferramentas para compreender como o discurso constrói uma imagem de si e um modo de presença enunciativa, a ACD permite inscrever essa construção no campo das relações de poder, da hegemonia e das disputas simbólicas. Desse modo, o *ethos* é compreendido, neste trabalho, não apenas como efeito de sentido, mas como dispositivo simbólico de regulação das interpretações, de produção de legitimidade e de organização do consenso.

No funcionamento concreto dos textos, essa construção do *ethos* se realiza por meio de múltiplos operadores discursivos. Entre eles, destacam-se a intertextualidade, a interdiscursividade e a modalização. A intertextualidade diz respeito ao modo como um texto se inscreve numa rede de outros textos, retomando, reformulando ou deslocando enunciados anteriores (Fairclough, 1992). Já a interdiscursividade refere-se à maneira pela qual diferentes formações discursivas – por exemplo, o discurso da gestão, da sustentabilidade, do direito, da governança ou da responsabilidade social – se articulam no interior de um mesmo enunciado, produzindo efeitos de autoridade, naturalização ou evidência.

Esses mecanismos não devem ser reduzidos a simples “estratégias comunicacionais”, e, sim, como modos de constituição da cena enunciativa e da figura do enunciador. Ao mobilizar discursos normativos, técnicos ou morais, o discurso empresarial não apenas “argumenta”, como também constrói para si uma posição de fala legítima, competente e responsável, configurando um *ethos* compatível com as expectativas de aceitabilidade social.

A modalização, por sua vez, desempenha papel central na construção do *ethos* ao regular o grau de compromisso do enunciador com o que é dito, bem como sua posição diante da responsabilidade, da certeza, da obrigação ou da possibilidade. Modalidades epistêmicas e deônticas permitem ao discurso ajustar sua postura enunciativa, atenuar afirmações, deslocar responsabilidades ou produzir efeitos de prudência, humildade e razoabilidade. Em contextos de crise, como desastres socioambientais, esses recursos são particularmente relevantes para a construção de um *ethos* que combine, ao mesmo tempo, reconhecimento parcial, gestão da incerteza e reconfiguração da imagem institucional.

Por fim, a construção do *ethos* deve ser compreendida como um processo instável, atravessado por tensões e contradições, sobretudo em situações de forte contestação pública. Longe de garantir automaticamente adesão e consenso, o *ethos* pode ser recusado, deslegitimado ou confrontado por contradiscursos que disputam a definição da situação e a autoridade de quem fala. É justamente nesse espaço de conflito simbólico que se inscreve a análise desenvolvida neste artigo: ao examinar os discursos da Vale S.A. após o rompimento da barragem de Brumadinho, busca-se compreender como diferentes figuras de *ethos* são produzidas, ajustadas ou tensionadas na tentativa de reconstruir uma posição de enunciação socialmente aceitável em um cenário marcado por trauma, luto e demandas por justiça.

Operacionalmente, a identificação do *ethos* nos textos analisados baseou-se na observação sistemática de: (a) modos de autoapresentação institucional e de posicionamento do enunciador; (b) formas de modalização e de gestão da responsabilidade; (c) escolhas lexicais e avaliativas recorrentes; (d) articulação interdiscursiva com discursos da sustentabilidade,

da governança, do cuidado e da responsabilidade social; e (e) construção da cena de enunciação e da figura do fiador institucional proposta ao leitor.

A recorrência e a coocorrência desses traços permitiram agrupar os enunciados em conjuntos relativamente estáveis de modos de presença discursiva, que foram descritos heurística e metaforicamente como diferentes facetas do *ethos* institucional da empresa.

2.3.2 A teoria dramatúrgica de Goffman e o gerenciamento da imagem

A Teoria Dramatúrgica de Goffman (1985) é útil para compreender os processos de encenação e gestão da imagem nas comunicações organizacionais. O autor define duas “regiões”: (1) a fachada, representação pública, em que se constrói uma performance socialmente aceitável, e (2) os bastidores que concentram os recursos materiais e simbólicos dessa encenação, bem como elementos que podem ameaçar sua coerência. Essa distinção permite compreender a existência de dissociações entre o que é mostrado e o que é efetivamente praticado, fenômeno que Contreras-Pacheco (2018) e Fonseca e Bursztyn (2007) descrevem como *decoupling* entre discurso e ação.

Goffman (1963) identifica duas situações de discrepância entre identidade real e virtual, distinguindo o desacreditado (discrepância evidente) e o desacreditável (condição estigmatizável). Neste último, o indivíduo manipula informações, “escondendo símbolos que denunciariam o estigma e emitindo informações falsas” (Goffman, 2004, p. 81). Na dissimulação, o desacreditável usa sinais desidentificadores para questionar a imagem virtual desfavorável, redirecionando-a positivamente e obtendo vantagens simbólicas.

Fonseca e Bursztyn (2007) descrevem esse tipo de operação como “aplausos discursivos à norma”, isto é, a exibição pública de conformidade a valores socialmente valorizados – como, por exemplo, normas ambientais – com vistas à obtenção de ganhos simbólicos.

Esses mecanismos dramatúrgicos ajudam a compreender os processos de gestão da reputação organizacional, especialmente em crises, quando a credibilidade institucional é crucial. Como observa Fairclough (1989), a publicidade e a comunicação corporativa, ao operarem como discursos-chave na contemporaneidade, tendem a colonizar outras esferas da vida social, produzindo zonas de ambiguidade entre comunicação estratégica e expressão institucional, o que dificulta distinguir entre compromisso efetivo e manipulação simbólica. Assim, Goffman é aqui utilizado para iluminar o regime organizacional de encenação e gestão da imagem, enquanto Maingueneau fundamenta a análise do *ethos* como efeito enunciativo e dispositivo discursivo.

2.3.3 A teoria dos stakeholders e seus limites

Como apontado na seção anterior, a construção do *ethos* discursivo institucional se realiza por meio de operações discursivas que organizam a cena enunciativa e estabilizam a autoridade simbólica da organização. Nesse contexto, a gestão dos *stakeholders*, frequentemente apresentada como prática de diálogo e inclusão, pode funcionar, na realidade, como um dispositivo de regulação da interlocução legítima, isto é, como um mecanismo que define quem pode falar, sobre o quê e em que termos. Segundo a Teoria dos Stakeholders, formulada por Freeman (1984), *stakeholders* são todos aqueles que influenciam ou são influenciados pela organização. No entanto, a origem gerencial dessa abordagem implica que a própria identi-

ficação de quem conta como *stakeholder* é realizada a partir da perspectiva da empresa e de seus critérios estratégicos.

Desse modo, ao classificar, hierarquizar e reconhecer determinados atores como interlocutores legítimos, a organização não apenas administra relações, mas estrutura discursivamente o campo do conflito, delimitando de antemão as formas aceitáveis de participação, contestação e reivindicação.

Embora se apresente como uma proposta de diálogo, sua aplicação prática revela limites importantes, visto que é frequentemente instrumentalizada, restringindo a participação de grupos afetados. Essa assimetria torna-se particularmente visível nos processos de reparação empresarial, em que as decisões tendem a ser tomadas de forma unilateral, sob o léxico da “escuta” e da “inclusão”. Não por acaso, duas décadas após a formulação, McVea e Freeman (2005, p. 60) observam que os *stakeholders* “são tratados não como indivíduos moralmente importantes, mas como abstrações, caracterizadas pelos papéis que desempenham”. Colvin, Witt e Lacey (2020) reforçam essa crítica ao mostrar que organizações tendem a categorizar o sociossistema exclusivamente a partir de sua própria perspectiva, o que empobrece analiticamente essas categorias e obscurece dinâmicas territoriais, históricas e políticas que escapam ao enquadramento empresarial.

Na abordagem tradicional, os *stakeholders* são classificados principalmente a partir de sua relação formal com a empresa (funcionários, fornecedores, clientes). Esse modelo revela uma lógica centrada na própria organização e em seus interesses estratégicos, tomando a empresa como ponto de referência privilegiado da cena decisória. Em contraste, a abordagem de Gestão de Recursos Ambientais e Naturais (ENRM – Environmental and Natural Resource Management) propõe formas mais amplas de engajamento, tanto individuais quanto medidas por estruturas sociais. Segundo Colvin, Witt e Lacey (2020), essa perspectiva desloca o foco da organização para o sistema socioambiental como um todo, considerando múltiplos atores, formas de pertencimento territorial e regimes distintos de legitimidade. A Tabela 1 sintetiza as principais diferenças entre essas abordagens.

Tabela 1 – diferenças entre as abordagens tradicional e GRAN

	Abordagem Tradicional	Perspectiva GRAN
Eixo central/sujeito	A empresa define quem são os <i>stakeholders</i> .	A questão socioambiental ocupa o centro, e a partir dela definem-se os <i>stakeholders</i> .
Objeto	A empresa e seus problemas figuram como objeto e são autodefinidos.	O problema/objeto é definido pela visão e discurso dos <i>stakeholders</i> .
Poder de decisão e determinação de legitimidade	A empresa determina a legitimidade dos <i>stakeholders</i> .	Um stakeholder privilegiado (regulador) pode exercer poder com base na questão central, legitimado por outros <i>stakeholders</i> .
Classificação dos stakeholders	Centrada na empresa e racionalmente baseada nas relações entre a empresa e os <i>stakeholders</i> .	Emocional e baseada nos valores expressos pelos <i>stakeholders</i> .

Fonte: Colvin, Witt e Lacey (2020).

Do ponto de vista discursivo, essa diferença não é apenas metodológica ou normativa, mas implica formas distintas de organizar a cena enunciativa, isto é, de definir quem pode falar, a partir de que lugar e com que autoridade simbólica.

Na perspectiva GRAN, o foco são questões socioambientais, com decisores atuando como reguladores e stakeholders privilegiados (órgãos governamentais). Essa abordagem é uma escolha ética e epistemológica, centrando o problema, não a organização. Ela rompe com a racionalidade instrumental, valorizando conhecimentos locais e relações horizontais, especialmente em contextos de injustiça ambiental.

Nesse enquadramento, os processos decisórios são concebidos como arenas de negociação mediadas, nas quais a coordenação de interesses e a administração de assimetrias dependem da construção de condições mínimas de reconhecimento mútuo. Como argumentam Colvin, Witt e Lacey (2020) e Stratoudakis (2018), essa abordagem tende a favorecer a produção de acordos mais robustos do ponto de vista da legitimidade social, precisamente porque desloca o centro da cena decisória da organização para o sistema socioambiental em disputa.

2.3.4 A lógica da reparação e o silenciamento dos atingidos

No contexto da extração de recursos naturais, segundo Fontoura *et al.* (2019), a perspectiva tradicional coloca o poder corporativo privado como central, desconsiderando outros atores ou usando-os apenas para validar decisões. O desastre de Brumadinho exemplifica essa exclusão, com a Vale S.A. promovendo a aparência de diálogo sem participação efetiva das pessoas atingidas. Zhouri *et al.* (2016) descrevem a estratégia de empresas para “empoderar” a comunidade: consultar, deliberar privativamente e comunicar decisões já tomadas. As consultas, muitas vezes, não tratam do que fazer, mas das condições da prática (Reed *et al.*, 2009). *Stakeholders* que não se alinham são cooptados ou marginalizados; as manifestações legítimas são minimizadas ou ignoradas nos registros “oficiais”, gerando e amplificando conflitos pela desigualdade de poder que exclui as comunidades.

O *silenciamento simbólico* é compreendido como um processo discursivo por meio do qual determinadas vozes, memórias e experiências são excluídas ou deslegitimadas no espaço público. Abordado por autores como Bourdieu (2003), Van Dijk (2008) e Pollak (1989), esse processo não se dá apenas pela censura explícita, como também pela invisibilização sutil, pela seleção estratégica de discursos autorizados e pela construção de narrativas que esvaziam a potência crítica dos testemunhos dissidentes. Trata-se, portanto, de uma forma de dominação simbólica que opera na produção de consenso, na despolitização do trauma e na manutenção de hierarquias discursivas em territórios marcados por violência institucional. Essa exclusão de vozes dissonantes é visível na escolha lexical dos relatórios: como mostram Alencar, Durso e Cunha (2025), temas como ‘população atingida’, ‘riscos estruturais’ e ‘justiça ambiental’ quase desapareceram de relatórios de reparação após a tragédia de Mariana, tendo sido reintroduzidos apenas esporadicamente e ligados a ações filantrópicas, diluindo o vínculo direto da empresa com os danos.

A instrumentalização da Teoria dos Stakeholders para reforçar a autoridade corporativa a converte também em um mecanismo de silenciamento – o que se evidencia na forma como a reparação foi conduzida após o desastre. Banerjee (2008a) denuncia que discursos de responsabilidade e sustentabilidade velam o *decoupling* e limitam o descontentamento, legitimando a posição dominante. Com isso, a teoria pode se tornar neocolonialista, controlando

stakeholders e reduzindo o compromisso com eles ao discurso, com empresas socialmente irresponsáveis usando discursos persuasivos (fachada) desconectados da prática (bastidor) (Pereira, 2021). Iniciativas insignificantes são amplificadas (*greenwashing*), sem transformação real na visão corporativa; ocasionalmente, até mesmo medidas remediadoras são apresentadas como promoção de sustentabilidade (Zhou et al., 2016). Tal abordagem orbita no *business-as-usual*, sem qualquer transformação substantiva na visão corporativa de mundo – são os interesses comerciais que estabelecem os parâmetros da sustentabilidade.

É a partir desse quadro teórico que, na seção de análise, examinam-se os discursos institucionais da Vale S.A. e os relatos das populações atingidas, buscando identificar empiricamente os mecanismos de silenciamento e de gestão simbólica da reparação.

3 Metodologia

3.1 Abordagem metodológica e fundamentos teóricos

A abordagem qualitativa é essencial para entender os processos discursivos e dinâmicas sociopolíticas na construção do discurso organizacional em desastres socioambientais, com implicações para governança e sustentabilidade. A pesquisa qualitativa se justifica pela natureza interpretativa do discurso, que exige análise complexa e contextual. Seguindo Fairclough (2003), a ACD foi adotada para examinar linguagem, poder e ideologia, mostrando como a linguagem organizacional naturaliza assimetrias e mantém a hegemonia. Wodak (2001) e Van Dijk (1998) também contribuem para a análise crítica, com foco em dimensões sociocognitivas e contextos históricos.

Após o colapso da barragem, Brumadinho atraiu muitos pesquisadores, que concentraram seus estudos na área da barragem do Córrego do Feijão. As constantes abordagens geraram certo cansaço entre os moradores em relação aos estudantes, já que essa prática se soma a outras que contribuem para a revitimização – exposição das vítimas repetidamente ao sofrimento, relembrando a tragédia. Por isso, desde o começo, os contatos e as conversas demandaram muita atenção e extremo respeito à vontade e disponibilidade dos sujeitos atingidos.

Por se tratar de uma investigação que mobiliza discursos de dor e de resistência, torna-se necessário reconhecer a implicação das pesquisadoras no processo de escuta e análise, desenvolvido no âmbito desta pesquisa e iniciado em 2021. O contato com os testemunhos dos atingidos exigiu não apenas rigor técnico, mas sensibilidade ética diante da complexidade de narrar o trauma. Adota-se, portanto, uma postura crítica e engajada, que compreende o discurso como campo de disputa de sentidos e a pesquisa como prática política de visibilização de memórias silenciadas. O projeto de pesquisa foi aprovado em 15 de abril de 2024, por unanimidade, pela Comissão de Ética da NOVA FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

3.2 Corpora da pesquisa e estratégia de triangulação

Os corpora da pesquisa organizam-se em duas categorias: secundários (corpus 1 e 2) e primário (corpus 3). O corpus 1 é composto pelo Acordo de Reparação Integral firmado entre a Vale S.A. e o poder público, além de pesquisas documentais e bibliográficas, para compreensão do contexto; o corpus 2 reúne nove relatórios institucionais da empresa sobre ações de reparação, com número de páginas (duplas) variando entre 25 e 65, cada. Esses documentos foram selecionados por sua centralidade na estratégia comunicacional da Vale S.A. após o rompimento, com foco na divulgação a mídia, acionistas e sociedade civil. O corpus 3 inclui 11 entrevistas em profundidade, realizadas entre abril e julho de 2024, com moradores e lideranças locais diretamente afetadas, selecionados com base na diversidade de perfis e na vinculação ao território atingido. Os critérios de inclusão consideraram idade mínima de 18 anos, envolvimento com movimentos sociais, instituições públicas ou ações de cuidado, além de amostragem em bola de neve até o ponto de saturação discursiva. As entrevistas tinham como base um questionário semiestruturado, com 28 perguntas abertas, conduzidas de forma a proporcionar a livre expressão dos sujeitos, respeitando suas emoções e memórias. A duração dos encontros variou entre uma e três horas, e a transcrição deu origem a um total de 261 páginas.

A triangulação entre os corpora, adotada como estratégia epistemológica de confrontação de vozes (Denzin, 1978; Flick, 2004), permite articular diferentes perspectivas – institucionais, jurídicas e comunitárias – ampliando a densidade interpretativa e fortalecendo a crítica aos processos de apagamento simbólico. As entrevistas do corpus 3 dialogam diretamente com os documentos do corpus 2, enquanto o corpus 1 contribui para compreender a relação entre empresa, poder público e reparação. Ao permitir o cruzamento entre discurso hegemônico e contradiscursos testemunhais, a triangulação amplia a densidade interpretativa e fortalece a crítica aos processos de apagamento simbólico.

3.3 Modelo de análise da ACD: níveis textual, discursivo e sociocultural

A escolha da ACD como abordagem metodológica fundamenta-se em seu potencial para examinar como a linguagem se articula a relações de poder, ideologia e práticas sociais. A ACD concebe o discurso como prática social e propõe sua análise em múltiplos níveis, articulando a materialidade linguística às condições sociais e históricas de produção e circulação dos textos. Seguindo o modelo de Fairclough (1989, 2003), a ACD transformacional estrutura-se a partir de três dimensões inter-relacionadas: o nível textual, o nível das práticas discursivas e o nível sociocultural.

No nível textual, concentra-se na análise das propriedades linguísticas dos textos, contemplando aspectos como escolhas lexicais, estruturas sintáticas, modalidades, formas de avaliação, mecanismos de coesão e organização retórica. Esse nível permite descrever como os significados são construídos linguisticamente e como determinados efeitos de sentido são produzidos a partir de escolhas formais específicas.

No nível discursivo, ou das práticas discursivas, dedica-se à análise dos processos de produção, circulação e consumo dos textos, bem como às relações intertextuais e interdiscursivas que os atravessam. Nesse plano, investigam-se os modos pelos quais diferentes gêne-

ros, discursos e vozes são articulados, recontextualizados ou combinados, assim como os mecanismos de legitimação, autorização e enquadramento que estruturam os enunciados. .

Por fim, o nível sociocultural examina as condições sociais, históricas, políticas e ideológicas mais amplas que moldam tanto a produção quanto a interpretação dos discursos. Essa dimensão busca compreender como os textos e as práticas discursivas se inscrevem em formações sociais específicas, como reproduzem ou contestam relações de poder e como participam da (re)produção de hegemonias e ordens discursivas.

A articulação entre esses três níveis permite uma análise integrada do discurso, na qual os aspectos linguísticos, os processos discursivos e as estruturas sociais são considerados de forma relacional e não hierárquica, em consonância com a perspectiva crítica proposta por Fairclough.

3.4 Categorias analíticas e disputa simbólica

O modelo analítico adotado neste estudo fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) de orientação faircloughiana, em sua formulação tridimensional, que articula os níveis textual, das práticas discursivas e sociocultural (Fairclough, 1989, 2003). Esse enquadramento permite examinar o discurso simultaneamente como texto, como prática social e como prática situada em formações históricas e ideológicas mais amplas.

No interior desse modelo, as facetas discursivas analisadas foram hipoteticamente agrupadas em categorias analíticas, que visam mapear os sentidos em disputa no campo simbólico da reparação, sem, contudo, esgotar a complexidade dos enunciados produzidos. A análise procedeu por leitura iterativa dos corpora, com codificação indutiva dos trechos em que se observavam padrões recorrentes de autoapresentação institucional, gestão da responsabilidade, posicionamento moral e construção da cena enunciativa. Esses trechos foram inicialmente agrupados por semelhança de funcionamento discursivo e, em um segundo momento, reorganizados em quatro grandes núcleos de regularidade, que deram origem às facetas analíticas do *ethos* institucional descritas neste artigo.

A formulação das facetas do *ethos* institucional baseou-se na identificação de conjuntos relativamente estáveis de modos de enunciação e de apresentação de si, cuja recorrência permitiu agrupar enunciados segundo figuras típicas de enunciador, ancoradas em categorias sociolinguísticas como *ethos*, modalização e interdiscursividade, bem como na noção goffmaniana de performance (Goffman, 1985). As denominações atribuídas às facetas – como “empresa aprendiz”, “mãe Vale”, “mito” e “arauta do futuro” – possuem caráter metafórico e heurístico, e visam apenas tornar visíveis padrões discursivos identificados empiricamente.

A análise procedeu por meio de leitura iterativa e comparativa dos diferentes corpora, com codificação indutiva dos trechos em que se observavam padrões recorrentes de autoapresentação institucional, de gestão da responsabilidade, de posicionamento moral e de construção da cena enunciativa. Esses excertos foram inicialmente agrupados por semelhança de funcionamento discursivo e, em um segundo momento, reorganizados em quatro grandes núcleos de regularidade enunciativa, que deram origem às facetas analíticas do *ethos* institucional descritas neste artigo. Assim, as categorias não foram definidas a priori, mas emergiram do próprio material empírico, a partir da recorrência e da coocorrência de traços discursivos relativamente estáveis nos textos analisados.

De modo complementar, foram igualmente construídas categorias destinadas a descrever os núcleos de sentido recorrentes nos discursos das populações atingidas, organizadas em torno de eixos temáticos como memória, responsabilização e contestação de enquadramentos institucionais. Essas categorias foram igualmente derivadas de procedimento indutivo e têm função descritiva e analítica, não normativa.

No que se refere às narrativas testemunhais, estas são compreendidas, neste estudo, como formas específicas de relato ancoradas na experiência direta de eventos traumáticos, nas quais memória, vivência e posicionamento éticos se articulam. No campo dos estudos da memória, esses relatos são frequentemente associados ao que Pollak (1989) e Seligmann-Silva (2023) denominam “memórias subterrâneas”, isto é, formas de lembrança que permanecem à margem das versões oficiais e institucionalizadas da história. Diferentemente de narrativas técnicas ou administrativas, as narrativas testemunhais caracterizam-se por inscrever a experiência vivida no próprio ato de narrar, conferindo centralidade à dimensão subjetiva, afetiva e moral do acontecimento.

Nesse sentido, o testemunho não se reduz à transmissão de informações factuais, mas constitui um modo específico de enunciação, no qual a memória do trauma, a reivindicação de reconhecimento e a afirmação de uma posição no mundo social se entrelaçam.

A Análise Crítica do Discurso, ao articular os níveis textual, das práticas discursivas e sociocultural, oferece um instrumento metodológico adequado para examinar a produção, a circulação e os efeitos de sentido desses diferentes repertórios discursivos em contextos de conflito socioambiental. Esse modelo permite analisar o discurso como prática simbólica situada, atravessada por relações de poder, disputas de sentido e enquadramentos ideológicos.

Ciente das críticas dirigidas à ACD – especialmente quanto ao risco de interpretações excessivamente subjetivas ou à dificuldade de delimitar análise e julgamento político (Wodak, 2001; Blommaert, 2005) –, este estudo adotou estratégias de validação interna. Destacam-se a triangulação entre corpora, a definição explícita das categorias analíticas e a seleção criteriosa dos excertos analisados. Embora a abordagem crítica pressuponha um posicionamento ético e epistemológico, buscou-se assegurar consistência interpretativa por meio da transparência metodológica, do rigor argumentativo e do diálogo sistemático com a literatura especializada.

4 Análise de Dados e Discussão

4.1 Estratégias Discursivas Empresariais

Esta seção analisa como o discurso institucional da Vale S.A., no corpus selecionado, constrói diferentes facetas de seu *ethos* no período posterior aos desastres, por meio de estratégias linguísticas, retóricas e narrativas que visam reorganizar sua autoridade simbólica e gerir a crise reputacional. A análise mostra que essas estratégias não operam de forma isolada, mas se articulam em um repertório discursivo relativamente estável, no qual se combinam deslocamento de responsabilidades, retórica de aprendizado, apelos morais e projeções de futuro.

No plano textual, observa-se o uso recorrente de eufemismos, modalizações e formas de atenuação que mitigam a atribuição direta de culpa e deslocam o foco da negligência organizacional para enquadramentos técnicos, processuais ou contingenciais. Termos associados a responsabilidade, risco estrutural e dano irreversível aparecem de modo residual ou diluído, enquanto se intensifica o vocabulário relacionado a “compromisso”, “aprendizado”, “aperfeiçoamento” e “futuro”. Essas escolhas lexicais contribuem para a construção de uma imagem institucional orientada menos para a assunção de responsabilidades e mais para a administração simbólica da crise.

No plano das práticas discursivas, os documentos analisados mobilizam de forma recorrente interdiscursos associados à sustentabilidade, à responsabilidade social corporativa e à governança, combinando registros técnicos, jurídicos e morais. Essa articulação permite à empresa apresentar-se simultaneamente como agente técnico, ator ético e instituição em processo de aprimoramento contínuo, produzindo um efeito de normalização do desastre e de reancoragem da narrativa institucional em valores positivos e prospectivos.

No plano sociocultural, esses enunciados inscrevem-se em um contexto mais amplo de contestação pública e crise de legitimidade, no qual o discurso passa a operar como instrumento central de recomposição da autoridade simbólica. O corpus revela, assim, um esforço sistemático de reposicionamento institucional, no qual a empresa busca redefinir os termos do debate público, reorganizar as hierarquias de sentido e controlar os enquadramentos interpretativos legítimos sobre o desastre e seus desdobramentos.

A partir da análise integrada desses três níveis, foi possível identificar quatro facetas recorrentes do *ethos* institucional, que não correspondem a categorias prévias, mas a construções analíticas derivadas da regularidade dos padrões discursivos observados: (i) a empresa aprendiz, que enfatiza inovação, correção de rumos e melhoria contínua; (ii) a “mãe Vale”, marcada por um tom paternalista e protetivo; (iii) o mito, centrado na exaltação da grandiosidade, da tradição e do papel histórico da empresa; e (iv) a arauta do futuro, que projeta superação, regeneração e promessa de reconstrução.

Essas facetas não aparecem de forma estanque, mas se combinam e se reforçam mutuamente ao longo dos documentos analisados, compondo um dispositivo discursivo voltado à estabilização da imagem institucional em um cenário de intensa contestação. Em conjunto, elas organizam um repertório narrativo que suaviza os efeitos simbólicos do desastre, desloca o eixo da discussão do passado para o futuro e reancora a identidade corporativa em valores moralmente positivos e socialmente reconhecíveis.

O Quadro 1 a seguir sistematiza essas quatro facetas do *ethos* empresarial, relacionando-as às estratégias discursivas predominantes, às suas funções simbólicas e a exemplos extraídos do corpus analisado.

Quadro 1 – Facetas do *ethos* empresarial construído pela Vale

Faceta do <i>Ethos</i>	Estratégia Discursiva	Função Ideológica	Exemplo do Corpus
Empresa aprendiz	Confissão institucional + vocabulário de aprendizagem	Simular humildade e autorreflexão para recuperar legitimidade	“A Vale aprendeu com seus erros e está comprometida com o futuro”.
Mãe Vale	Personificação + vocabulário afetivo e protetivo	Humanizar a empresa e promover identificação afetiva com a população	“A Vale está ao lado de cada pessoa atingida, cuidando e escutando”.
Mito	Reiteração de legado + discurso identitário e nacionalista	Enraizar a autoridade da empresa na história e na identidade nacional	“Há mais de 70 anos ajudando a construir o Brasil”.
Arauto do futuro	Narrativas de inovação + discurso de sustentabilidade	Projetar modernização e responsabilidade ambiental para o futuro	“A Vale lidera um novo modelo de mineração sustentável”.

Fonte: Autores (2025).

4.1.1 A empresa aprendiz: entre o arrependimento performativo e a blindagem simbólica

Nesta faceta, a empresa passa a se apresentar como uma organização “em aprendizado”, deslocando o rompimento da barragem para uma narrativa de erro, reflexão e transformação. O acontecimento é progressivamente reconfigurado como etapa de um percurso de amadurecimento institucional, e não como resultado de decisões e omissões específicas.

Esse enquadramento aparece de forma explícita nos textos de abertura dos relatórios, nos quais o léxico do arrependimento e da aprendizagem ocupa posição central. Em 2019, a empresa afirma que “a Vale deve um eterno pedido de desculpas à sociedade pelas vidas perdidas e pelos impactos causados pelo rompimento da barragem B1, em Brumadinho” (Relatório 2/2019, p. 2 - mensagem do diretor Marcelo Klein).

Nos anos seguintes, o acontecimento passa a ser narrado como parte de um processo contínuo de reflexão e transformação: “vivenciamos os momentos mais desafiadores da nossa trajetória. Cada dia trouxe consigo reflexões profundas e aprendizados cruciais. Aprendemos, com humildade, respeito e compaixão, a escutar, a compreender e a agir” (Relatório 2/2023, p. 3 - mensagem da diretora).

O vocabulário mobilizado – “aprendizados”, “reflexões”, “transformação”, “humildade”, “agir” – reinscreve o desastre em uma gramática pedagógica e moral, na qual o erro aparece como parte de um processo formativo. A tragédia deixa de ser apresentada prioritariamente como falha grave e passa a ser narrada como experiência que produz crescimento institucional.

Essa mesma lógica se repete em outras edições:

Aprendemos, com muita dor, o que há de mais valioso na nossa transformação cultural: agir pela vida (Relatório 2/2022, p. 4 - mensagem do presidente).

Que essa leitura sirva como um reforço do nosso compromisso com os aprendizados e, sobretudo, com a nossa transformação cultural (Relatório 2/2023, p. 3 - mensagem da diretora).

Nesses enunciados, observa-se a recorrência de uma estrutura narrativa que desloca o foco do dano e de suas causas para a trajetória moral da própria empresa. O acontecimento é convertido em marco de uma história de superação e aperfeiçoamento, e a instituição passa a ocupar o lugar de sujeito do aprendizado e da mudança.

Ao formular o rompimento como experiência de “transformação cultural”, o discurso reorganiza a temporalidade do evento: o passado traumático é absorvido por uma narrativa de progresso ético, na qual o centro não é mais a violação, mas o percurso de regeneração da própria organização.

4.1.2 A mãe Vale, que, de forma generosa, protege e acolhe, sempre pronta a reparar os danos

Ao defender que não deve ser penalizada por estar em aprendizado, a empresa se projeta como protetora e provedora, caracterizada por cuidado e sensibilidade. Destaca-se o uso do termo “acolhimento”, que evoca amparo, proteção e refúgio. Essa palavra, assim como expressões de empatia, remete a afetos e carinho familiares, culturalmente associados à relação maternal.

Do Acolhimento ao Desenvolvimento

Acolher

Imediatamente após o rompimento, a Vale deu início ao atendimento à população de Brumadinho e região. O primeiro passo foi abrir unidades físicas nas principais comunidades, onde atuam equipes especializadas para o acolhimento e atendimento dos atingidos. Até agora, foram recebidas mais de 50 mil demandas (Relatório 2/2019, p. 12).

Os trechos que seguem apresentam mais elementos que remetem ao cuidado familiar: “resguardar”, “dedicar”, “melhorar a condição de vida”, “legados”:

Depois de resguardar as comunidades impactadas com realocações preventivas ou evacuações emergenciais, e prestar a assistência necessária, nós dedicamos todos os esforços para melhorar a condição de vida dos atingidos. Por meio de canais contínuos de escuta e resposta, garantimos que as famílias conheçam, opinem e validem as ações de compensação essenciais ao Plano de Desenvolvimento de Territórios Impactados, cujo foco é o bem-estar social e a sustentabilidade econômica dos municípios. Dessa forma, vamos, aos poucos, deixando legados positivos, acordados e apropriados por quem realmente importa (Relatório 1/2020, p. 27 - sobre territórios evacuados).

Relacionar-se com as comunidades é construir, juntos, histórias significativas e, sobretudo, legados (Relatório 1/2020, p. 28).

No texto, o processo de “escuta e resposta” é formulado por meio de verbos como “conhecer”, “opinar” e “validar”, produzindo a imagem de participação e consenso, enquanto as decisões permanecem sob controle da empresa. O uso recorrente de termos como “diálogo”, “escuta”, “acordados” e “apropriados” reforça essa construção discursiva, ao apresentar as ações como pactuadas e compartilhadas, mesmo quando o enunciador institucional permanece como instância central de decisão.

O termo “legado”, por sua vez, aparece de forma recorrente nos relatórios e opera discursivamente ao transformar obrigações de reparação em heranças simbólicas de valor positivo. Ao qualificar esse legado como “positivo”, o texto desloca o foco do dano e da responsabilidade para a promessa de benefício futuro, projetando a atuação da empresa como benéfica e duradoura mesmo em um contexto de desastre.

Ainda como “mãe”, a empresa se posiciona como responsável por oferecer recursos para decisões dos atingidos, como mostra trecho a seguir: “temos o compromisso de oferecer os recursos necessários para que os atingidos possam decidir pelo melhor caminho” (Relatório 2/2020, p. 2 - mensagem do diretor).

Nesse enunciado, a empresa se apresenta simultaneamente como provedora dos meios e como instância que enquadra o próprio processo decisório, deslocando para si o papel de mediadora das escolhas e das trajetórias possíveis para os atingidos.

4.1.3 O Mito: o ciclope, figura poderosa que destrói e reconstrói, evocando força e capacidade de transformação

Nos relatórios, a Vale S.A. se apresenta como agente central da reconstrução material dos territórios atingidos, associando sua atuação à provisão de infraestrutura e de serviços públicos:

Contribuir para desenvolver

Mais do que amparar, a Vale está investindo no desenvolvimento dos municípios impactados. O Programa de Assistência Integral aos Atingidos orienta quem recebeu as indenizações individuais para o planejamento do futuro, oferecendo suporte e consultoria em questões de planejamento e educação financeira, compra de imóveis, retomada das atividades agropecuárias, entre outras (Relatório 2/2019, p. 13).

Dentre os compromissos assumidos estão a construção de creches, campo de futebol, posto de saúde, asfaltamento, iluminação pública, esgoto e adutora de água potável (Relatório 2/2019, p. 19).

Nos relatórios, a Vale S.A. se apresenta como parceira do poder público por meio de doações e repasses financeiros a órgãos de segurança e administrações municipais:

Doações e Repasses ao Poder Público

Em reconhecimento ao trabalho dos órgãos de segurança de Minas Gerais em Brumadinho, a Vale formalizou aportes que totalizam R\$ 70 milhões para compra de veículos e equipamentos, reformas estruturais e capacitação profissional das corporações. O montante atende a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Defesa Civil de Minas Gerais. A Vale também decidiu repassar R\$ 80 milhões em dois anos à prefeitura de Brumadinho, ajuda financeira decorrente da interrupção das atividades da empresa na cidade. Além disso, a empresa destinou R\$ 200 milhões para outros dez municípios mineiros com arrecadações prejudicadas por paralisações de atividades da empresa (Relatório 2/2019, p. 12).

O trecho formula esses aportes como reconhecimento e cooperação institucional, deslocando o foco da responsabilidade pelo desastre para uma narrativa de colaboração e apoio

às estruturas estatais. Em outro conjunto de trechos, os relatórios tratam das demolições de imóveis no Parque da Cachoeira, apresentando-as como medidas técnicas de segurança:

Por que a Vale está demolindo imóveis em Parque da Cachoeira, Brumadinho? Com foco na segurança e no cuidado com a comunidade de Parque da Cachoeira e região, iniciamos as demolições de alguns imóveis adquiridos pela Vale que não se encontram em condições de serem habitados. O intuito dessa ação é atuar apenas nas edificações que apresentam risco estrutural, infiltrações avançadas ou outros riscos que impossibilitam o seu uso com segurança e bem-estar. Também serão demolidos todos os imóveis localizados em Zona de Autossalvamento, seguindo a determinação da Defesa Civil. Todos esses imóveis encontram-se desocupados (Relatório 1/2021, p. 21).

No trecho, as demolições são apresentadas como medida técnica e preventiva, formuladas em termos de “segurança” e “cuidado com a comunidade”, o que desloca o foco da destruição material e simbólica para uma narrativa de proteção e gestão do risco.

4.1.4 A arauta do futuro, que projeta a tragédia como um gatilho para um futuro melhor, desde que o passado seja esquecido

Nos relatórios de reparação, o futuro é apresentado como espaço de convivência, lazer, emoção e negócios. Afirma-se que tudo é construído de forma participativa, abandonando o passado e projetando uma nova realidade:

Brincar de pega-pega e conversar no banco da praça. Essas são atividades que os moradores de Córrego do Feijão puderam voltar a fazer nos últimos meses com a abertura das áreas do bosque e da pérgula. Os dois espaços fazem parte da nova Praça Central que está em construção na comunidade dentro do projeto Território Parque. O projeto prevê espaços de convivência como bosque, trilhas, mirante e campo de futebol. Além disso, haverá um Mercado Comunitário e um Centro de Cultura e Artesanato (em construção), onde funcionarão negócios locais, que vêm recebendo consultoria e recursos para se profissionalizarem. A gestão local será feita pela própria comunidade que, desde julho de 2021, participa de oficinas de capacitação para gestão sustentável desses espaços (Relatório 2/2023, p. 32).

Esse deslocamento narrativo pode ser observado na forma como os relatórios reformulam a tragédia em termos de futuro, desenvolvimento e legado, como mostra o trecho a seguir:

A diretoria é especial porque foi mobilizada pelo rompimento; é de reparação porque temos que reparar o que foi destruído; e é de desenvolvimento pelo seu foco em estar próxima, manter o diálogo transparente e contribuir com o futuro das comunidades em Brumadinho e região. (Relatório 1/2019, p. 3 - mensagem de Marcelo Klein, Diretor Especial de Reparação e Desenvolvimento).

O deslocamento de termos obscurece a reparação da tragédia, apresentando-a como investimento no futuro das comunidades. Esse discurso se alinha à narrativa neoextrativista, desviando o foco dos danos da mineração para o progresso (Gudynas, 2009).

O discurso traduz a tragédia como transformação e desenvolvimento, atenuando a gravidade do desastre. Embora a apresentação dos relatórios anuncie como objetivo abordar a reparação de uma tragédia, o discurso enfatiza a melhoria da qualidade de vida, criação de valor e desenvolvimento – legitimando a dominação.

Nos relatórios, o luto é mencionado de forma breve e rapidamente deslocado para a retomada da rotina e para o planejamento do futuro, com promessa de melhoria da qualidade de vida. Em seguida, foca-se na retomada da rotina e no planejamento do futuro, com a promessa de melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é a recorrente vinculação da reparação a medidas econômicas e geração de renda:

Um dos objetivos de uma reparação justa é gerar desenvolvimento, permitindo que pessoas e empresas se reestruturem economicamente. Para isso, foram propostas ações que fomentem a sustentabilidade dessas regiões, gerando emprego e renda para sua população. Desenvolver negócios em Brumadinho é uma das melhores formas de permitir um genuíno incremento para a região, deixando legados positivos nessas comunidades. (Relatório 1/2020, p. 16 - mensagem de Flávia Soares, Gerente de Fomento Socioeconômico).

Outro aspecto recorrente nos relatórios é a vinculação da reparação a medidas econômicas e à geração de renda, apresentadas como condição para a construção de um “legado positivo” e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades:

Por meio de projetos de capacitação, apoio ao empreendedorismo e geração de empregos, estamos apoiando os municípios na redução da dependência econômica local em relação às atividades de mineração, fortalecendo as vocações locais e incentivando novas frentes de negócios que contribuam para aumentar a renda familiar da população (Relatório 1/2021, p. 7).

Nessa formulação, a reparação é discursivamente associada à promoção do desenvolvimento econômico, e o futuro da região passa a ser apresentado em termos de dinamização produtiva, empreendedorismo e crescimento. Como faceta do *ethos* corporativo, a “Arauta do Futuro” desloca o foco do desastre para a promessa de regeneração, apresentando a empresa como agente de reconstrução e futuro, enquanto as referências à tragédia e à responsabilização são progressivamente secundarizadas nos relatórios.

4.2 O Contradiscurso da População Atingida

A análise das entrevistas revela um conjunto relativamente estável de formas de enunciação que se organizam em oposição direta ao discurso institucional da empresa. Esses enunciados não apenas contestam conteúdos específicos dos relatórios, mas também disputam o enquadramento geral do acontecimento, da reparação e da própria posição da Vale no território.

Um primeiro traço recorrente é a recusa da ideia de que exista, de fato, um processo de reparação em curso. Em diversos depoimentos, a empresa é descrita como incapaz ou indisposta a reconhecer plenamente sua responsabilidade, especialmente no plano moral e jurídico. Como afirma um entrevistado:

Não existe reparação. Ela deveria dizer isso aí, no mundo ideal, sabe? Ela deveria ser sincera, deveria reconhecer que errou. Mas não é que 'ela errou porque ela não foi comunicada', 'porque ela não sabia que a barragem não é nesse lugar'. A Vale deveria fazer o reconhecimento dela, deveria reconhecer que ela fez uma escolha pela morte, e que está arrependida, e que, em função disso, vai pagar. E não é financeiramente, é penalmente; ela aceitar a justiça. Precisava ser assim. Eu não vejo a empresa, em nenhum momento, reconhecer que, entre o lucro e a vida, ela escolheu o lucro (Entrevistado 11).

Nesse tipo de enunciação, o acontecimento não é formulado como erro, acidente ou aprendizado, mas como decisão. O vocabulário mobilizado – “escolha”, “morte”, “lucro”, “reconhecer” – desloca o foco da tragédia para a responsabilidade direta da empresa e nega a possibilidade de sua reinscrição em uma narrativa de superação ou transformação.

Outro eixo recorrente do contradiscurso é a denúncia da ausência de contato direto e de reconhecimento individual das vítimas e de seus familiares. Um entrevistado relata:

A Vale nunca nos disse, nos fez um comunicado a respeito dos funcionários dela. (...) Nunca nos mandou um e-mail. (...) Ela tinha uma obrigação de procurar cada família e falar: 'olha, aconteceu um acidente aqui e o seu familiar, que era meu empregado, tá desaparecido. Infelizmente a possibilidade de ele ter morrido é grande' (Entrevistado 7).

Aqui, a distância entre o tom público de arrependimento presente nos relatórios e a experiência concreta das famílias aparece como elemento central da crítica. A empresa é descrita como capaz de produzir discursos institucionais de empatia, mas incapaz de estabelecer gestos diretos de reconhecimento e responsabilidade.

Em vários depoimentos, a retórica corporativa de mudança e humildade é reinterpretada como estratégia de aparência ou encenação. A metáfora “passando mel na boca”, utilizada por um entrevistado, sintetiza essa percepção:

Eu acho que a ação dela é preparação: “nós vamos voltar a minerar, nós vamos voltar a fazer tudo. Nós estamos...”. Tem um ditado na terra que fala “passando mel na boca”, né? Ela tá passando mel na boca da população. É uma falsidade o que ela diz; não tem nenhum interesse que não seja financeiro. Obviamente ela quer voltar a produzir, ela quer voltar a produzir pesado, vai voltar, mas ela quer fazer isso sem reparar, sem ter custos com a população (Entrevistado 9).

Outro entrevistado reforça essa leitura ao afirmar:

A Vale não mudou, isso eu te garanto; ela não mudou. Eu te garanto, porque eu conheço pessoas que trabalham lá. A Vale não mudou; até que, no início, ela tinha um propósito de mudar, mas não foi para a frente esse propósito; ela não mudou. Isso aí é maquiagem, da mesma que ela tinha antigamente, que falava 'a vida em primeiro lugar'. Isso aí é mentira (Entrevistado 7).

Nesses enunciados, termos como “falsidade”, “maquiagem” e “mel na boca” funcionam como operadores de deslegitimação do discurso institucional, recodificando-o como encenação estratégica e não como transformação efetiva.

O mesmo tipo de desconfiança aparece na forma como os entrevistados descrevem os espaços participativos e os processos de negociação. Esses espaços são frequentemente apresentados como rituais formais, nos quais a decisão já está tomada antes da escuta:

Primeiro eles resolvem, né? Primeiro é resolvido entre eles e a instituição de Justiça. Aí depois é passado para gente. Dá-se a impressão. Faz pensar que a gente está resolvendo alguma coisa, que a opinião da gente está sendo levada em conta. Mas ela não é; as coisas são resolvidas sem a participação dos atingidos. Inclusive essa é uma das brigas nossas, é uma das coisas que a gente fica gritando mesmo, que o atingido tem que ser ouvido na tomada de decisões (Entrevistado 8).
Por que ela fez isso sem estar chamando a nós, atingidos, para sentar na mesa? Por que ela preferiu fazer isso tudo com sigilo de Justiça? Ela não explica por que ela fez isso (Entrevistado 5).

Aqui, a oposição central não é apenas entre empresa e população, mas entre a ideia de participação e a experiência de exclusão dos processos decisórios.

A figura da “Mãe Vale”, muito presente no imaginário anterior ao rompimento, reaparece nos depoimentos sob forma ambivalente. Um entrevistado descreve essa transformação:

Historicamente, a Vale, para quem é de alguma região de mineração, era tida como uma mãe. A Vale era como uma mãe em Brumadinho. Colegas que perderam familiares (diziam) assim: “se você me dissesse que romperia uma barragem da Vale, eu jamais acreditaria. Pode romper de outras, mas da Vale, não”. Era o ideal das famílias empregar os filhos da Vale. E hoje tem uma certa repulsa, mas é uma relação conflitual, uma relação de amor e ódio, porque a cidade e as famílias ainda dependem da Vale para sobrevivência. Então é uma coisa muito ambivalente (Entrevistado 9).

A imagem de proteção e orgulho é substituída por uma relação marcada simultaneamente por desconfiança, repulsa e dependência material, o que produz um vínculo descrito como instável e conflituoso.

Essa ambivalência também aparece nas falas que descrevem o cansaço, o esgotamento e a percepção de que o tempo da reparação não avança:

A gente já tá esgotado. Os grupos vão ficando pequenos. (...) A gente não tem resposta, assim, de nada. A gente não tem nenhuma certeza se isso vai ter um fim, qual vai ser o fim de tudo isso? Porque se passaram cinco anos e, assim, é muito pouca gente que foi indenizada até hoje; muito pouca gente (Entrevistado 8).

Ao questionar a autenticidade do discurso de cooperação, o contradiscurso formula a percepção de que os espaços participativos funcionam mais como encenação do que como instâncias efetivas de decisão: “você vê a grande maquiagem dessa reparação. Porque a gente tem os encontros, você pode falar o que você quiser, e a Vale vai fazer o que ela quer, do jeito que ela quer” (Entrevistado 11).

Outro eixo importante do contradiscurso é a descrição da empresa como força destrutiva e ameaçadora, associada a medo, trauma e indignação:

Eles tinham orgulho. Eles saíam da Vale com seus uniformes e faziam questão de sentar na rua para as pessoas verem. Não que o salário da Vale fosse alto, mas era um status trabalhar na Vale de Brumadinho. Quem trabalhava na Vale tinha tratamento vip e tal. (...). Após o rompimento, o uniforme da Vale e o ônibus da Vale começaram a causar mal-estar nas pessoas. As pessoas tinham repulsa da Vale. Mas isso durou pouco tempo. Aí, só quem perdeu realmente entes e entende o que realmente é a Vale dentro do território é que continua com essa repulsa (Entrevistado 4).

A maior dor que eu já senti na minha vida (...). Esse símbolo da Vale causa repulsa, indignação, um sentimento de total impossibilidade de se fazer justiça. Essa marca desperta tudo de ruim que a gente possa ter sentido na nossa vida. A gente se sente impotente diante dessa marca (Entrevistado 4).

A Vale para mim é uma empresa assassina, que não deveria ser verde. Deveria ser marrom, da lama com a qual ela assassinou 272 vidas. E vermelho, do sangue que ela jogou na cidade toda. Para mim, essa marca traz muita dor. É uma empresa que não tem compostura, não tem ética. É uma empresa que vê o lucro acima de qualquer coisa (Entrevistado 11).

Nesses enunciados, a empresa deixa de ser apresentada como agente de desenvolvimento ou reparação e passa a ser nomeada diretamente a partir da violência associada ao desastre.

Essa percepção se articula, ainda, à descrição das transformações impostas ao território e ao cotidiano. Um entrevistado relata:

Você mora num lugar que é tranquilo; de repente, acontece isso aí; vêm milhões de pessoas diferentes, eles revolvem tudo, eles mudam, descaracterizam o lugar em que você morou, as suas tradições, tudo. Você é remexido, revirado. Você é confrontado com tudo. (...) Muitos que saíram das suas casas foram obrigados... não voltaram para suas casas, tem a sua identidade totalmente desfigurada. Não moram mais onde eles escolheram para morar. Ou, se você mora lá, você tá recebendo uma carga enorme de transtorno, de poluição, de excesso de carro, de excesso de gente nova, e tudo. Então, assim mudou, uma rotina de uma cidade, de um povo de tradição, em tudo (Entrevistado 5).

Outros depoimentos reforçam essa imagem ao descrever o aumento do custo de vida, a degradação dos serviços públicos e a presença massiva das estruturas da empresa no espaço urbano:

Porque a população de fora acha que Brumadinho tá todo mundo sendo reparado, todo mundo bem, porque a imagem que a Vale e a mídia vendem fora, né? Até os próprios acionistas vendo de fora, e quem tá aqui no território sabe que nada disso acontece. Então, é um cenário de um Apocalipse; é bem Apocalipse, porque o ambiente todo é caminhão de mineradora para tudo quanto é lado, é você disputando com caminhonetes e caminhonetes da empresa, e ônibus de empresa se jogando em cima de você, é todo mundo uniformizado, é um que você nunca viu

na sua vida, é empresa terceirizada fazendo pó, poeira, é destruição da pavimentação, você vai na saúde, tá tudo sujo (Entrevistado 2).

O custo de vida elevou muito (...). O preço das coisas ficou muito alto: alimentação, vestuário, tudo muito caro, muito alto o custo de vida, sabe? As escolas, mais cheias, muito cheias. O nosso sistema de saúde, embora eles insistam em falar que tá sendo um dos melhores de Minas Gerais, mas para a gente, que é usuário, que precisa dele, a gente tá vendo a dificuldade que tá. Eu acho, assim, piorou bastante, sem contar o adoecimento mental das pessoas: muita gente sofrida, muita gente adoecida. Muita gente tem que fazer acompanhamento psicológico (Entrevistado 8).

Em conjunto, esses enunciados constroem uma narrativa que se opõe sistematicamente aos quatro *ethos* identificados no discurso institucional. Onde a empresa fala em aprendizado, os entrevistados falam em escolha e culpa; onde a empresa fala em cuidado, descrevem abandono; onde a empresa fala em desenvolvimento, descrevem destruição e compra do território; onde a empresa fala em futuro, reafirmam a permanência do luto e da perda.

É essa oposição estruturada que o Quadro 2 sintetiza, organizando as principais tensões simbólicas entre o discurso empresarial e o contradiscurso das populações atingidas.

Quadro 2 – disputas simbólicas entre discurso empresarial da Vale e contradiscurso dos atingidos

<i>Ethos</i> Empresarial	Discurso Empresarial	Contradiscurso/ Atingidos	Tensão Simbólica
Empresa Aprendiz	“Aprendemos com nossos erros”. / “Cada dia trouxe aprendizados cruciais”.	“Eles sabiam de tudo e não fizeram nada”. / “Sempre nos ignoraram”.	Entre arrependimento performativo e omissão reconhecida
Mãe Vale	“Estamos cuidando de todos”. / “Acolhemos com empatia”.	“Nunca mais voltei a ser atendida”. / “Nos abandonaram desde o início”.	Entre discurso de cuidado e prática de abandono
Mito	“A Vale está investindo no desenvolvimento”. / “Contribuímos com creches, saúde, iluminação, água”.	“Estão comprando a cidade”. / “Transformaram tudo em moeda”.	Entre legado institucional e apagamento de autonomia local
Arauta do Futuro	“Estamos construindo um novo modelo sustentável”. / “Vamos deixar um legado positivo”.	“O que foi perdido nunca será reparado”. / “Falamos de futuro, mas esquecem nossos mortos”.	Entre promessa de futuro e luto não reconhecido

Fonte: Autoras (2025).

As vozes dos atingidos, ao desestabilizarem a narrativa institucional, constroem uma forma particular de enunciação que se ancora na experiência vivida e na responsabilização discursiva, tensionando o apagamento simbólico proposto pelos quatro *ethos* do discurso empresarial.

5 Considerações finais

Este estudo buscou compreender como o discurso da Vale S.A., após o rompimento da barragem em Brumadinho, opera como estratégia de silenciamento simbólico e para a construção de uma narrativa hegemônica em contextos marcados por catástrofe e injustiça socioambiental. A partir da articulação entre a Análise Crítica do Discurso, a Ecologia Humana e os Estudos Organizacionais, foram identificadas quatro facetas do *ethos* institucional – a empresa aprendiz, a mãe Vale, o mito e a arauta do futuro – que estruturam a atuação simbólica da empresa, para a legitimação de sua autoridade e para a neutralização dos contradições das populações atingidas.

Como contribuição teórico-metodológica, o artigo propõe um modelo analítico original, que articula corpora institucionais, jurídicos e testemunhais com uma análise discursiva em três níveis – textual, interdiscursivo e sociocultural. Essa abordagem amplia o escopo da ACD ao aplicá-la a um campo empírico atravessado por conflitos socioambientais complexos e oferece um dispositivo interpretativo com potencial de replicação em outros contextos de disputa entre grandes corporações e comunidades vulnerabilizadas, especialmente no Sul Global, onde a linguagem frequentemente é instrumentalizada como tecnologia de governança e de dominação simbólica.

Para além de seu valor analítico, os achados deste trabalho oferecem subsídios relevantes para o debate público sobre reparação, memória e justiça em territórios impactados pela mineração. Ao evidenciar a centralidade da linguagem na produção e gestão dos conflitos, a pesquisa permite tensionar discursos oficiais e iluminar os mecanismos pelos quais narrativas corporativas reorganizam simbolicamente a experiência do desastre. Nesse sentido, o modelo aqui desenvolvido pode ser apropriado por movimentos sociais, órgãos de controle, coletivos de justiça e organizações da sociedade civil como ferramenta crítica para a análise de discursos corporativos e para o fortalecimento de processos de responsabilização institucional.

Ao interpretar os relatos das populações atingidas como narrativas de teor testemunhal, este artigo sustenta que essas vozes operam como formas de enunciação contra-hegemônica, capazes de confrontar os dispositivos de silenciamento institucional e de desestabilizar a versão oficial dos acontecimentos. Esses testemunhos reinscrevem no espaço público outras formas de narrar, sentir e significar a catástrofe, recolocando a experiência vivida no centro da disputa simbólica em torno da memória, da reparação e da justiça.

É necessário reconhecer, contudo, os limites dessa escuta. As vozes aqui analisadas emergem apesar da dor, todavia, muitas outras permanecem silenciadas por medo, cansaço, adoecimento ou ausência de condições materiais e simbólicas para narrar a própria experiência. Esse silêncio não deve ser compreendido como é ausência de discurso, mas como uma das expressões mais profundas da violência simbólica: o apagamento das condições de enunciação. Reconhecer tais limites faz parte do compromisso ético e político desta pesquisa, que não pretende esgotar o campo do testemunho, mas contribuir para sua ampliação, legitimação e fortalecimento no espaço público.

Ao evidenciar as contradições entre o discurso empresarial e os relatos das pessoas atingidas, este estudo reafirma a centralidade da disputa simbólica na luta por justiça socioambiental. Em contextos nos quais a linguagem opera como instrumento de neutralização da violência e de reorganização da memória coletiva, a Análise Crítica do Discurso se revela uma ferramenta

particularmente potente para desvelar estratégias de dominação, fortalecer narrativas de resistência e ampliar os horizontes de inteligibilidade política e institucional dos desastres.

Por fim, este artigo propõe uma articulação original entre os fundamentos da ACD e a perspectiva da Ecologia Humana no campo dos Estudos Organizacionais. A tipologia analítica desenvolvida – composta pelas quatro facetas do *ethos* empresarial – constitui um modelo interpretativo replicável para a análise de discursos corporativos em contextos de conflito socioambiental. Ao integrar corpora institucionais e testemunhais e ao tratar a linguagem como arena central de disputa política, a pesquisa contribui para o debate contemporâneo sobre reparação, justiça ambiental e poder simbólico, oferecendo subsídios tanto para investigações futuras quanto para a formulação de políticas públicas mais sensíveis aos mecanismos de silenciamento e desresponsabilização em desastres ambientais.

Declaração de autoria

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima foi responsável pelas seguintes tarefas: Resumo e introdução, referencial teórico, desenvolvimento da metodologia, análise, considerações finais.

Janaína Alves More foi responsável pelas seguintes tarefas: Referencial teórico, desenvolvimento e sistematização da metodologia, desenvolvimento da análise, considerações finais, revisão do texto.

Agradecimentos

Agradecemos ao prof. Dr. Richard Borden pelos valiosos conhecimentos e apoio durante esta jornada.

Referências

- AKNIN, A. The “resource curse” in developing mining countries. In: FIZAINÉ, F.; GALIÈGUE, X. (org.). *Mineral resources economics* 1. Hoboken: John Wiley & Sons, 2021. p. 143–164. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781119850861.ch8>.
- ALENCAR, A. D.; DURSO, S. O.; CUNHA, J. V. A. Análise da evidência socioambiental da Vale S.A. antes, durante e após o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho à luz da teoria da legitimidade. *Revista Linceu On-Line*, São Paulo, v. 15, n. 1, 2025. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1956. Acesso em: 23 dez. 2025
- ANTUNES-ROCHA, M. *et al.* Governança corporativa, risco e crise: uma abordagem discursiva sobre desastres ambientais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 88–109, 2025.
- AUTY, R. M. *Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis*. Routledge, 1993.
- BANERJEE, B. Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical Sociology*, Leiden, v. 34, n. 1, p. 51–79, 2008a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920507084623>.

- BANERJEE, B. Necrocapitalism. *Organization Studies*, London, v. 29, p. 1541–1563, 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840607096386>.
- BEBBINGTON, A.; ABDULAI, A. G.; BEBBINGTON, D. H.; HINFAELAR, M.; SANBORN, C. *Governing Extractive Industries: Politics, Histories, Ideas*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BECKER, C. D.; OSTROM, E. Human ecology and resource sustainability: The importance of institutional diversity. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Palo Alto, v. 26, p. 113–133, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2097201>.
- BLOMMAERT, J. *Discourse: A critical analysis approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, F. de O. *A performance ambiental corporativa da Vale: Branding e sustentabilidade em questão*. 2024. 72f. [Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto]. Repositório Institucional UFOP, 2024. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5805/1/TCC_PerformanceAmbientalCorporativa.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.
- CATTON JR., W. R.; DUNLAP, R. E. *Environmental sociology: A framework for analysis*. Waveland Press, 1998.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*, 1999. Disponível em: <http://ci.nii.ac.jp/ncid/BA44719293>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- COLVIN, R. M.; WITT, G. B.; LACEY, J. Power, perspective, and privilege: The challenge of translating stakeholder theory from business management to environmental and natural resource management. *Journal of Environmental Management*, Amsterdam, v. 271, 110974, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110974>
- CONTRERAS-PACHECO, O. E. Evidencias de decoupling en la sostenibilidad empresarial: un caso de estudio en el sector minero colombiano. *Innovar*, Bogotá, v. 28, n. 70, p. 99–114, dez. 2018. DOI: 10.15446/innovar.v28n70.74451.
- DELMAS, M. A.; BURBANO, V. C. The drivers of greenwashing. *California Management Review*, Berkeley, v. 54, n. 1, p. 64–87, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1525/cmr.2011.54.1.64>
- DENZIN, N. K. *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Language and power*. Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. L. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FILHO, J. L. A.; FREIRE, S. Linguagem e desastre: narrativas e enquadramentos discursivos. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 567–592, 2021.

- FLICK, U. *An introduction to qualitative research*. 2. ed. London: Sage, 2004.
- FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: A retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 169–186, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2007000200013>.
- FONTOURA, Y. Y.; NAVES, F. F.; TEODÓSIO, A. A. S. S.; GOMES, M. M. V. P. Da lama ao caos': Reflexões sobre a crise ambiental e as relações estado-empresa-sociedade. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 17–41, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25113/farol.v6i15.5440>.
- FREEMAN, R. E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- GADELHA, R. C. L.; OLIVEIRA, G. G. de; ANDRADE, A. V. Do risco à reputação: um estudo de caso da empresa Vale — a influência das regulamentações ambientais na imagem corporativa e sua aplicação no compliance. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2., 2024. *Anais do Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. p. 1–20.
- GOFFMAN, E. *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice-Hall, 1963.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3. ed. Vozes, 1985.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].. (Original publicado em 1955).
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (org.). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009. p. 187–225.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: História e implicações*. Loyola, 2008.
- HAYDEN, F. G. Policymaking network of the iron-triangle subgovernment for licensing hazardous waste facilities. *Journal of Economic Issues*, Sacramento, v. 36, n. 2, p. 477–484, 2002. DOI:10.1080/00213624.2002.11506492
- KLEIN, N. *Doutrina do choque: A ascensão do Capitalismo de Desastre*. Nova Fronteira, 2008.
- LAMSAL, R.; READ, M. R.; KARUNASEKERA, S. CrisisTransformers: Pre-trained language models and sentence encoders for crisis-related social media texts. *arXiv Preprint*, arXiv:2309.05494, 2023. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2309.05494>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- LEAL, F. et al. Reparação e silenciamento: disputas discursivas em territórios minerados. *Revista Estudos Interdisciplinares em Comunicação*, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 55–80, 2025.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. Trad. Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

- MARQUIS, Christopher; TOFFEL, Michael W.; ZHOU, Yanhua. Scrutiny, norms, and selective disclosure: A global study of greenwashing. *Organization Science*, v. 27, n. 2, p. 483–504, 2016.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- MCVEA, J. F.; FREEMAN, R. E. A names-and-faces approach to stakeholder management: How focusing on stakeholders as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategy together. *Journal of Management Inquiry*, Thousand Oaks, v. 14, n. 1, p. 57–69, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1056492604270799>.
- MIGUELES, C.; ZANINI, M. M. T. F.; GAMBIRAGE, C.; SILVA, J. J. C. da. *Informed mining: Risk reduction through enhanced public and institutional risk awareness*, 2023.
- NKRUMAH, K. *Neo-colonialism: The last stage of imperialism*. Nelson, 1965.
- OCDE. *Conduta empresarial responsável no setor extrativista na América Latina e Caribe*. OECD Guidelines, 2023.
- PEREIRA, J. J. *Forgive us our sins: a critical perspective of corporate social irresponsibility (CSiR): insights from the case of the Samarco mining dam collapse in Brazil*. 2021. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/30294>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- PIRES, I. Complex social problems: A human ecology perspective/Problemas sociales complejos: La mirada de la ecología humana. In: ALVIM, R.; CASTELLANOS, H.; LÓPEZ, C. *Guidelines of human ecology/Lineamientos de la ecología humana* Caracas: Fundación Buría, 2021. , p. 95–103.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: Memória, esquecimento, silêncio | Revista Estudos Históricos
- RAMALHO, V.; REZENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- REED, M.; GRAVES, A.; DANDY, N.; POSTHUMUS, H.; HUBACEK, K.; MORRIS, J.; PRELL, C.; QUINN, C.; STRINGER, L. Who's in and why? A typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. *Journal of Environmental Management*, Amsterdam, v. 90, p. 1933–1949, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.01.001>
- REZENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Pontes Editores, 2006.
- ROJAS, C. M. O. *O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do Capitalismo de Desastre no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Doctoral dissertation, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. *Construindo as epistemologias do Sul para um pensamento alternativo de alternativas*, Vol. I. São Paulo: CLACSO, 2019. , p. 397–484. DOI: [10.2307/j.ctvt6rkt3.14](https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkt3.14).
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Editora da Unicamp, 2023.
- SOARES, N. B.; BONDUKI, N. Neoextrativismo e autoritarismo corporativo no processo de reassentamento de Bento Rodrigues, Mariana MG. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 26, n. 1, 2024. DOI: [10.22296/2317-1529.rbeur.202420pt](https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202420pt).

- STRATOUDAKIS, Y. Collaborative lessons towards marine sustainability: A long-term collective engagement. *Sustainability Science*, Tokyo, v.14, p.1 - 13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0610-1>.
- SWANEY, J. A. Social economics and risk analysis. *Review of Social Economy*, Oxford, v. 53, n.4, p. 575–594, 1995.
- VAN DIJK, T. A. *Discourse and power*. London: Macmillan, 1998.
- VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VITIUGIN, F.; CASTILLO, C. Cross-Lingual Query-Based Summarization of Crisis-Related Social Media: An Abstractive Approach Using Transformers. *arXiv preprint*, arXiv:2204.10230, 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2204.10230>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- WESTERVELD, M. *The politics of sustainability*. Amsterdam: University of Amsterdam Press, 1986.
- WODAK, R. *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage Publications, 2001.
- WODAK, R. *The politics of fear: what right-wing populist discourses mean*. London: Sage Publications, 2015.
- ZHOURI, A.; VALENCIO, N. N.; OLIVEIRA, R. O.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: Classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.